

Gabriela Marise de Oliveira Bonifácio

**Evolução do padrão de fecundidade na  
América Latina: em busca de uma  
idiossincrasia**

Belo Horizonte, MG  
UFMG/Cedeplar  
2016

Gabriela Marise de Oliveira Bonifácio

## **Evolução do padrão de fecundidade na América Latina: em busca de uma idiossincrasia**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Laura Lúcia Rodríguez Wong

Belo Horizonte, MG  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional  
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG  
2016

## **Folha de Aprovação**

*A todas as pessoas que persistem em seus objetivos e superam, todos os dias, os desafios da vida.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pela oportunidade de estar viva e com saúde, por ter me dado forças e coragem para superar a todos os desafios que cruzaram minha caminhada durante o doutorado.

À Laura, professora, orientadora, coordenadora, amiga. Acompanhou toda a minha evolução, desde o final da graduação até o final do doutorado. É responsável pelo meu amadurecimento profissional e pessoal. Ofereceu-me suas palavras de apoio e conforto nos momentos difíceis, sua força nas horas decisivas, seu conhecimento durante meu aprendizado, sua amizade e sua atenção nas inúmeras vezes que fui à sua sala conversar sobre tudo, não apenas Demografia. Nunca poderei agradecer o suficiente a tudo o que fez por mim. Sempre me considerarei uma de suas “Lauretes”, tal como o Professor Eduardo Rios-Neto um dia nos definiu a mim e Juliana Barros.

À minha família que me apoiou e me entendeu durante os momentos de estresse, cansaço e ausência, o meu eterno agradecimento. Em especial à minha mãe e à minha vizinha Jane, que sempre procuraram oferecer as melhores condições para que eu pudesse me dedicar à vida acadêmica com tranquilidade. Ao Anderson, pelas piadas e descontração, mesmo quando a “Judith” (apelido que ele deu para a tese) insistia em me desanimar.

Ao pessoal do Laboratório de Estimativas Demográficas. Foram muitos os momentos de descontração, aprendizado, discussões, debates, alegrias. Juliana Barros – Jujus – você é uma pessoa muito especial e esteve comigo durante todo esse tempo, desde o comecinho; é uma irmã que sempre me será muito cara. Obrigada pelas conversas, pelos momentos de desabafo, pelas opiniões e críticas, pelas histórias engraçadas que vivenciamos nas viagens aos congressos e seminários, enfim, por tudo, você tem muita importância na minha vida. Ao Marcos, que muito me ajudou e muito me ensinou durante o tempo em que trabalhamos juntos. Ao Jarvis, pessoa generosa e sempre disposta a ajudar a todos, inclusive a mim, nas inúmeras vezes em que solicitei o concurso de sua paciência, sua atenção e seus conhecimentos; obrigada por ter me dado a oportunidade de conviver com você e aprender tanto. Ao Richard, à Lorena, ao Thiago, ao Henrique, estagiários maravilhosos com os quais tive o prazer de trabalhar e me divertir. Competentes, alegres, atenciosos e dedicados, ajudaram em diferentes momentos e foram muito importantes para o laboratório e para mim. Ao Júnior Augusto, essa pessoa maravilhosa que foi imprescindível para a confecção da tese nos últimos meses. Sua boa vontade, sua competência, sua dedicação, foram fundamentais para que as coisas dessem certo na reta final.

A todos os colegas do Cedeplar com os quais travei contato, em especial Alane, Marília, Tatiana, Bruna, Angelita, Ingrid, Márcia. Obrigada pela alegria, pelos instantes de descontração, pelos encontros, pelas conversas. À Helena, ao Elísio e à Fatinha, obrigada por toda ajuda e apoio que recebi tanto aqui no Brasil quanto durante minha passagem pelos Estados Unidos. À Raquel Zanatta, por ter me dado a oportunidade de me aproximar e conhecer essa pessoa divertida, extremamente generosa e simples, uma verdadeira mãezona para todos. Quel, muito obrigada por ter se tornado minha amiga. Nunca vou esquecer nossa experiência no Chile.

A todos os professores do Cedeplar, em especial Ana Paula Verona, José Alberto, Cássio Turra, Bernardo Lanza, José Irineu Rigotti, Simone Wajnman. Obrigada pela dedicação incansável no aprendizado de seus alunos; pela competência e alegria com que nos ensinam, e pela disposição e

disponibilidade em nos ajudar a todos os instantes. Foi um grande prazer e uma honra imensa ter tido a oportunidade de receber inesquecíveis lições e conselhos de vocês.

Aos demais funcionários do Cedeplar, obrigada pela simpatia, dedicação e habilidade para nos ajudar a resolver os demais problemas que fazem parte da vida acadêmica.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro recebido durante todo o curso, que igualmente possibilitou a minha formação.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento pessoal e profissional, e para a realização desse trabalho.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC – América Latina e Caribe

BRICSA – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

CDC – Centers for Disease Control and Prevention

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CMC – Century Month Code

DHS – Demographic Health Survey

DST – Doença Sexualmente Transmissível

ECLAC/CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EUA – Estados Unidos da América

IUD/DIU – Dispositivo intrauterino

MCH/FP – Maternal and Child Health/Family Planning

PIB – Produto Interno Bruto

RHS – Reproductive Health Survey

RPP – Razão de Progressão da Parturição

TEF – Taxa Específica de Fecundidade

TFT – Taxa de Fecundidade Total

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UN DESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs

UNDP – United Nations Development Programme

USAID – United States Agency for International Development

WFS – World Fertility Survey

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
2.1. Transformações no padrão de fecundidade europeu .....	10
2.2. O contexto latino-americano .....	30
2.3. O que se pode depreender dos padrões da Europa e América Latina.....	55
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>63</b>
3.1. As Fontes dos Dados .....	63
3.2. Os países.....	67
3.3. A população em estudo .....	69
3.4. As variáveis e seus indicadores .....	69
3.5. A divisão temporal em períodos.....	78
3.6. Análise dos indicadores por escolaridade.....	79
3.7. Análise dos indicadores por índice de riqueza .....	80
<b>4. EVOLUÇÃO NO COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PADRÃO DE FECUNDIDADE: .....</b>	<b>81</b>
4.1. Taxa de Fecundidade Total (TFT).....	82
4.2. Taxa Específica de Fecundidade, por idade (TEF).....	86
4.3. Progressão da parturição .....	96
4.4. Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho: .....	107
4.5. Intervalo entre nascimentos (intervalo intergenésico):.....	118
4.6. Proporção de mulheres sem filhos: .....	130
4.7. Status Marital .....	144
4.8. Idade Mediana à Primeira União:.....	149
4.9. Uso de contracepção.....	158
4.10. Presença de filhos ao utilizar método contraceptivo pela primeira vez: .....	167



4.11. Elasticidade-contracepção moderna da fecundidade:.....	181
<b>5. DESENHANDO OS PADRÕES .....</b>	<b>192</b>
5.1. O padrão de fecundidade nos países selecionados: .....	192
5.2. O padrão de fecundidade segundo escolaridade e quintil de riqueza: .....	207
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>228</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>236</b>
<b>ANEXOS: .....</b>	<b>252</b>

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 3.4.1** Descrição dos indicadores estudados, considerando as informações utilizadas, a observação sobre o seu modo de cálculo e o seu comportamento esperado no processo de transição. **70**

**Quadro AII** Relação das variáveis incluídas no modelo ACP final de cada país e ano para o qual o índice de riqueza foi calculado, e suas definições, bem como o valor do teste KMO final e da variância resultante para o primeiro fator do modelo final. América Latina e Caribe..... **258**

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 2.2.1</b> Taxa de Fecundidade Total (TFT) para os países da América Latina e Caribe (1950-2015).....	<b>30</b>
<b>Gráfico 4.1.1</b> Taxa de Fecundidade Total (TFT) para países selecionados. América Latina e Caribe, diversos anos. Mulheres de 15-49 anos. ....	<b>83</b>
<b>Gráfico 4.1.2</b> Distribuição da TFT segundo as categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-49 anos. ....	<b>84</b>
<b>Gráfico 4.1.3</b> Distribuição da TFT segundo as três categorias de quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-49 anos.....	<b>85</b>
<b>Gráfico 4.2.1</b> Distribuição da TEF, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>88</b>
<b>Gráfico 4.2.2</b> Distribuição da TEF, por grupo etário, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 .....	<b>91</b>
<b>Gráfico 4.2.3</b> Distribuição da TEF, por grupo etário, segundo as três categorias de quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.....	<b>94</b>
<b>Gráfico 4.3.1</b> Distribuição das RPP, por faixas de parturição, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos.....	<b>98</b>
<b>Gráfico 4.3.2</b> Distribuição das RPP, por faixas de parturição, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos. ....	<b>102</b>
<b>Gráfico 4.3.3</b> Distribuição das RPP, por faixas de parturição, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos. ....	<b>106</b>
<b>Gráfico 4.7.1</b> Distribuição das proporções de casadas e unidas, em relação ao total de mulheres, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos. ....	<b>146</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 3.1.1</b> Países selecionados para o estudo do padrão de fecundidade na ALC com indicação: ano de realização da pesquisa, tipo de pesquisa, número não ponderado de mulheres entrevistadas, taxa de resposta e faixa etária das mulheres entrevistadas. ....	<b>65</b>
<b>Tabela 3.2.1</b> Indicadores socioeconômicos selecionados para Brasil, Costa Rica, Colômbia, El Salvador, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Paraguai, segundo o ano de referência de cada indicador. ....	<b>68</b>
<b>Tabela 4.2.1</b> Idade Média, da Distribuição da TEF por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>89</b>
<b>Tabela 4.2.2</b> Idade Média, da Distribuição da TEF por grupo etário, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>92</b>
<b>Tabela 4.2.3</b> Idade Média, da Distribuição da TEF por grupo etário, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>95</b>
<b>Tabela 4.4.1</b> Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 25-44 anos. ....	<b>109</b>
<b>Tabela 4.4.2</b> Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho, por grupo etário, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos. ....	<b>113</b>
<b>Tabela 4.4.3</b> Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho, por grupo etário, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos. ....	<b>116</b>
<b>Tabela 4.5.1</b> Intervalo médio, em anos, entre nascimentos, de acordo com a parturição completa, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>121</b>
<b>Tabela 4.5.2</b> Intervalo médio, em anos, entre nascimentos, de acordo com a parturição completa, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>124</b>
<b>Tabela 4.5.3</b> Intervalo médio, em anos, entre nascimentos, de acordo com a parturição completa, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>128</b>
<b>Tabela 4.6.1</b> Proporção (%) de mulheres sem filhos, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>132</b>

<b>Tabela 4.6.2</b> Proporção (%) de mulheres sem filhos, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.....	<b>137</b>
<b>Tabela 4.6.3</b> Proporção (%) de mulheres sem filhos, segundo as três categorias de quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.....	<b>141</b>
<b>Tabela 4.8.1</b> Idade Mediana à Primeira União, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos.....	<b>151</b>
<b>Tabela 4.8.2</b> Idade Mediana à Primeira União, por grupo etário, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos.....	<b>154</b>
<b>Tabela 4.8.3</b> Idade Mediana à Primeira União, por grupo etário, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos. ....	<b>157</b>
<b>Tabela 4.10.1</b> Proporção (%) de mulheres que tinham, ou não tinham, filho nascido vivo, quando do primeiro uso de método contraceptivo, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.....	<b>169</b>
<b>Tabela 4.10.2</b> Proporção (%) de mulheres que tinham, ou não tinham, filho nascido vivo, quando do primeiro uso de método contraceptivo, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>173</b>
<b>Tabela 4.10.3</b> Proporção (%) de mulheres que tinham, ou não tinham, filho nascido vivo, quando do primeiro uso de método contraceptivo, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.....	<b>179</b>
<b>Tabela 4.11.1</b> Valor do coeficiente de elasticidade-contracepção moderna da fecundidade, para países selecionados, entre os períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-39 anos.....	<b>183</b>
<b>Tabela 4.11.2</b> Valor do coeficiente de elasticidade-contracepção moderna da fecundidade, para países selecionados, entre os períodos de análise, segundo categorias de escolaridade. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-39 anos.....	<b>186</b>
<b>Tabela 4.11.3</b> Valor do coeficiente de elasticidade-contracepção moderna da fecundidade, para países selecionados, entre os períodos de análise, segundo as três categorias dos quintis de riqueza. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-39 anos.....	<b>189</b>
<b>Tabela A1</b> Lista dos países selecionados, com data e nome das fontes de dados. América Latina e Caribe. ....	<b>253</b>
<b>Tabela A3.1</b> Taxa de Fecundidade Total (TFT) para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-49 anos. ....	<b>269</b>
<b>Tabela A3.2</b> Distribuição da TEF, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. ....	<b>270</b>

- Tabela A3.3** Taxa de Fecundidade Total (TFT), para mulheres de 15-49 anos, e distribuição da TEF, por grupo etário, para mulheres de 15-44 anos. Países selecionados, nos três períodos de análise, segundo as categorias de escolaridade. América Latina e Caribe. .... **271**
- Tabela A3.4** Taxa de Fecundidade Total (TFT), para mulheres de 15-49 anos, e distribuição da TEF, por grupo etário, para mulheres de 15-44 anos. Países selecionados, nos três períodos de análise, segundo as três categorias de quintis de riqueza. América Latina e Caribe. .... **273**
- Tabela A4.1** Proporção (%) de mulheres segundo status marital declarado na data da entrevista, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. .... **275**
- Tabela A4.2** Proporção (%) de mulheres segundo status marital declarado na data da entrevista, por grupo etário, conforme as categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. .... **277**
- Tabela A4.3** Proporção (%) de mulheres segundo status marital declarado na data da entrevista, por grupo etário, conforme as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. .... **283**
- Tabela A5.1** Distribuição das RPP, por faixas de parturição, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos. .... **289**
- Tabela A5.2** Distribuição das RPP, por faixas de parturição, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos. .... **290**
- Tabela A5.3** Distribuição das RPP, por faixas de parturição, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos. .... **292**
- Tabela A6.1** Proporção (%) de mulheres casadas/unidas que declararam, na data da pesquisa, estar usando método contraceptivo, por tipo de método, bem como aquelas que declararam não estar usando, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. .... **294**
- Tabela A6.2** Proporção (%) de mulheres casadas/unidas que declararam, na data da pesquisa, estar usando método contraceptivo, por tipo de método, bem como aquelas que declararam não estar usando, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. .... **296**
- Tabela A6.3** Proporção (%) de mulheres casadas/unidas que declararam, na data da pesquisa, estar usando método contraceptivo, por tipo de método, bem como aquelas que declararam não estar usando, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos. .... **302**

## RESUMO

Analisa-se um conjunto de variáveis que compõem o que se denomina, neste trabalho, um padrão de fecundidade para países da América Latina e Caribe (ALC) ao longo do tempo. Considera-se, por um lado, aquelas que são intrínsecas ao nível (dizem respeito ao *tempo* e *quantum*) e, por outro, as que são extrínsecas, ou seja, que se relacionam à TFT de uma forma indireta (contracepção e nupcialidade). Este propósito serviu a dois objetivos principais: i)- verificar se há uma tendência de mudança no padrão de fecundidade, ao longo do processo de transição, seguindo o modelo europeu. A comparação com a Europa se justifica pelo fato de os principais estudos envolvendo a teoria da "Transição Demográfica" tomar esse continente como referência e que foi pioneiro nas mudanças que a caracterizaram; ii)- entender se há distinções no padrão de fecundidade entre os países da ALC que iniciaram o processo de transição em épocas aproximadas. Numa tentativa de contextualizar tal processo, as análises foram feitas para estratos socioeconômicos, utilizando critérios de escolaridade e riqueza, em três períodos do tempo diferentes, lançando-se mão de pesquisas do tipo DHS e RHS para oito países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana. Os resultados mostram que as transformações no padrão de fecundidade parecem seguir o que foi constatado para a Europa durante a transição, sugerindo a existência de uma tendência geral de mudança. Ademais, foram identificados distintos padrões na região associados ao nível de fecundidade. Assim, no caso dos países analisados, a TFT, conquanto nunca suficiente, é um bom indicador do padrão de fecundidade, pois valores elevados tendem a se relacionar com padrões mais tradicionais enquanto valores menores tendem a se aproximar de padrões mais modernos, ou seja, da realidade europeia. A convergência de padrões de fecundidade junto com o declínio do nível, ao longo dos períodos, indicaria que quanto menor a TFT mais homogêneo tende a ser o padrão de fecundidade entre os países. No que tange aos estratos socioeconômicos, as diferenças no padrão permaneceram desde o primeiro período analisado, com o das mais educadas e do quintil de renda mais alto apresentando características que mais se aproximavam do padrão europeu. O trabalho realizado permite traçar um panorama bastante completo da fecundidade na ALC, ao identificar as mudanças que ocorrem nos indicadores considerados durante o processo de transição. Por último, considera-se que seja um insumo relevante para traçar cenários futuros sobre comportamento reprodutivo, e também para avaliar políticas públicas que tratam do assunto, sob uma perspectiva macro.

---

**Palavras-chave:** padrão de fecundidade, Taxa de Fecundidade Total (TFT), transição da fecundidade, tendências, América Latina e Caribe, Europa.

## ABSTRACT

A set of variables that may define a called fertility pattern for Latin America and in the Caribbean (LAC) is analyzed over time. We consider, on the one side, variables intrinsically related to the level (related to the *tempo* and *quantum*) and, on the other side, variables extrinsic i.e., that are indirectly related to the TFR (contraception and nuptiality). The analyses aim to pursue two objectives: i)- check if there is a tendency of change in the pattern of fertility over the transition process, following the European model. The comparison with Europe is justified by the fact that the main studies involving the "Demographic Transition Theory" take this continent as a reference, since the continent pioneered the changes that characterized this theory; ii)- to understand if there are distinctions in the fertility patterns among the LAC countries that began the transition process in similar periods. In an attempt to contextualize this process, the analyzes were made by socioeconomic strata, using criteria of education and wealth, in three different points in time, using Demographic Health Survey (DHS) and Reproductive Health Survey (RHS) for eight countries: Brazil, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Nicaragua, Paraguay, Peru and the Dominican Republic. The results indicate that changes in the pattern of fertility of Latin American countries over the periods analyzed follow what was found in Europe during the transition. It would be a general change tendency. In addition, were identified patterns consistent with the fertility level. Therefore, in the case of the countries examined, the TFR would be a good – not exhaustively, though – of the fertility pattern: high values tend to relate to more traditional patterns while lower values tend to approach the modern pattern, i.e., the European reality. The convergence of fertility patterns associated to the fertility decline over the periods, however, suggests that the smaller the TFR, the more homogeneous the fertility pattern among the countries. Regarding socioeconomic strata, the differences in the pattern persisted since the first period, with the most educated women and the highest wealth quintile showing characteristics that are similar to the European model. This dissertation draws a complete picture of fertility in LAC and identifies the changes that occurred in its key indicators during the transition process. The findings may be an important resource for projecting future scenarios on reproductive behavior and for the evaluation of public policies that deal with this subject from a macro level perspective.

---

**Keywords:** fertility pattern, Total Fertility Rate (TFR), fertility transition, trends, Latin America and the Caribbean, Europe.



## 1. INTRODUÇÃO

O nível de fecundidade é considerado uma importante ferramenta para avaliar o processo de transição da fecundidade pelo qual um país passou ou está passando. O declínio do nível da fecundidade é resultado do comportamento de um conjunto de variáveis que compõem o que denominamos, nesse trabalho, de padrão de fecundidade. Padrão é um termo que utilizamos para descrever uma tendência comum de comportamento do conjunto de variáveis consideradas; um perfil de fecundidade a partir de tais variáveis. Essas variáveis dizem respeito ao “tempo” e “quantum” da fecundidade, grosso modo, quando as mulheres terão seus filhos e quantos eles serão, determinando, assim, o seu nível. Essas variáveis são medidas pelos seguintes indicadores: intervalo intergenésico, progressão da parturição, idade ao ter o primeiro filho e proporção de mulheres sem filhos. Além disso, são consideradas aquelas que afetam a exposição ao risco da reprodução, quais sejam, a contracepção e a nupcialidade. No que se refere à nupcialidade, utiliza-se os indicadores de status marital e a idade à primeira união, e, para a contracepção, lança-se mão dos indicadores de uso de contracepção e presença de filho antes de usar método pela primeira vez. A importância de se deter nesse conjunto de variáveis justifica-se pelo fato de haver uma interação entre elas e, dessa interação, resultar o nível conhecido de fecundidade de uma população.

É fácil entender esse mecanismo ao se fazer uma analogia com o processo de confecção de um bolo. O bolo pronto representa o nível de fecundidade; os ingredientes usados para prepará-lo representam as variáveis da fecundidade e a massa é resultado da contribuição de cada variável. Daí a necessidade de se conhecer a composição desse bolo, ou seja, o papel de cada ingrediente e a interação entre eles, para entender como aumentar ou diminuir o seu tamanho. Ademais, é importante se ater para a temperatura do forno e o tempo de cozimento, que não são ingredientes em si, mas afetam o resultado final. Nesse sentido, o aspecto de um bolo pronto é reflexo de um processo de interação entre elementos intrínsecos e extrínsecos, que levará a um resultado observado. É exatamente isso que ocorre com a fecundidade: há uma conexão muito forte e lógica entre as variáveis que faz com que ela se apresente sob determinado nível.

O nível da fecundidade é um dos principais elementos, senão o principal, para caracterizar a transição da fecundidade e situar e classificar países, de maneira que, segundo a definição presente nas principais teorias sobre o assunto, aqueles com nível mais baixo estariam mais adiantados, enquanto países com nível mais alto estariam mais atrasados, no processo. No entanto, ao se distinguir os países – ou mesmo regiões, populações – considerando o nível de fecundidade, não se dá a devida atenção às variáveis a ele associadas, e que traduzem todo um contexto reprodutivo. Isso quer dizer que o nível de fecundidade envolve o comportamento de um conjunto de variáveis que tem participação relevante

na definição de um panorama de fecundidade, o qual pode ser simplificado por meio de um padrão ou de padrões. Essas variáveis se referem ao “tempo” e “quantum”, bem como à exposição ao risco de reproduzir, como explicitado no início desta seção. Nesse sentido, ao se analisar e comparar padrões, e não apenas o nível, é possível ter um entendimento mais completo de como se processaram as mudanças nos contextos dos países, populações, durante a transição da fecundidade, bem como compreender em que consiste os países estarem mais “adiantados” ou “atrasados” nessa transição. Assim, é relevante conhecer a função que as variáveis mencionadas desempenham para a determinação da fecundidade, o que será feito a seguir, mediante a descrição do papel dos seus respectivos indicadores.

A baixa ou elevada idade ao ter o primeiro filho, bem como seu aumento ou redução, sinaliza que a mulher terá um maior ou menor intervalo temporal para formar a prole, considerando o período reprodutivo de 15-49 anos. Assim, em uma sociedade em que a idade ao primeiro filho é jovem (ao redor de 20 anos, por exemplo), as mulheres têm mais tempo, e também mais chances, de ter mais filhos até o final do período reprodutivo, do que as mulheres de uma sociedade em que a idade é maior. Di Cesare (2007) chama a atenção, também, para o fato de esse indicador não apenas definir o início do intervalo reprodutivo, mas ser um bom sinalizador do papel social da mulher, já que afeta o tempo dedicado à formação educacional e profissional (p. 31). No mesmo sentido, analisa-se o intervalo intergenésico: mulheres que têm filhos em intervalos mais curtos possuem mais tempo para, e também maiores chances de, formar proles mais numerosas do que mulheres que espaçam mais os nascimentos dos filhos (Knodel, 1987; Matthews et al., 2009). No que se refere à progressão da parturição, quanto menores são as proporções de mulheres que progridem para parturições mais elevadas, menor é o número de filhos tidos e, conseqüentemente, menor tende a ser a fecundidade (Ní-Bhrolcháin, 1987; Feeney, 1988). No sentido oposto está a proporção de mulheres sem filhos: seu aumento implica a redução da fecundidade, tanto de período quanto de coorte. No caso da fecundidade de período, o aumento da proporção de mulheres sem filhos contribui para a diminuição do número de nascimentos por mulher, em uma dada época, levando à diminuição da fecundidade. Sob uma perspectiva de coorte, o adiamento constante da entrada à maternidade faz com que, no futuro, as mulheres que adiaram tenham menos filhos, ou mesmo nenhum, o que afeta negativamente o nível da fecundidade dessas mulheres (Rosero-Bixby et. al., 2009). Como é possível perceber, essas variáveis traduzem o tempo quando as mulheres têm os filhos, e o número de filhos que elas têm, compondo um determinado nível de fecundidade.

O status marital das mulheres, a idade com que elas se unem pela primeira vez e se elas fazem uso de contracepção, são variáveis que também afetam a fecundidade. O status marital interfere na fecundidade na medida em que a reprodução ocorre essencialmente dentro de uma união, daí que,

nesse caso, o fato de a mulher estar unida significa maior exposição ao risco de ter um nascido vivo (Davis e Blake, 1956; Rosero-Bixby, 1996). Além disso, segundo Di Cesare (2007), o aumento da porcentagem de união livre é considerado um bom indicador do processo de secularização e mudança valorativa de um país, principalmente entre grupos socioeconômicos mais altos (p. 35-36). A idade mediana à primeira união está interligada ao status marital, pois quanto mais precoce é a entrada à união, mais a mulher fica exposta ao risco de engravidar (Friedlander e Okun, 1996; Mensch et al., 2005). O uso de contracepção é o indicador que afeta de modo mais evidente a fecundidade, já que permite controlar tanto o início da reprodução quanto o tamanho alcançado da prole (Easterlin e Crimmins, 1985; Lesthaeghe e Wilson, 1986). Ademais, tem-se a proporção de mulheres que tiveram filho antes de iniciar o uso de contraceptivo. A diminuição dessa proporção significa que mais mulheres passaram a fazer uso de métodos antes do primeiro filho, sugerindo um aumento do autocontrole das preferências reprodutivas e autodeterminação sexual (Di Cesare, 2007, p. 14; Vignoli, 2014). Dessa forma, a nupcialidade e a contracepção são fatores que influenciam a exposição ao risco de procriar, interferindo na reprodução e, conseqüentemente, na fecundidade.

É claro que, em se tratando de estudo de comportamento reprodutivo, nada acontece de uma única forma. Assim como existem diferentes receitas que levam à confecção de um bolo, distinguindo-se por certas especificidades, o mesmo ocorre com a fecundidade. O padrão de fecundidade, aqui entendido, refere-se à tendência de como as variáveis se comportam, em conjunção com um dado nível de fecundidade, como já mencionado. E esse comportamento pode se dar de maneiras variadas, gerando padrões distintos de fecundidade, que seriam evidenciados nos diversos níveis de fecundidade. Mas os padrões também poderiam apresentar configurações diferentes, mesmo quando o nível fosse parecido, já que as distintas combinações de comportamento das variáveis poderiam resultar em nível de fecundidade parecido, apesar de o padrão ser desigual. Daí se acreditar que o padrão de fecundidade pode não ser único entre as populações. As variáveis que o compõem estão em constante transformação, em consonância com a evolução do comportamento e pensamento da sociedade, o que leva ao delineamento do padrão de fecundidade divergente ao longo do tempo. Além disso, pode se apresentar sob diversas facetas, de tal modo que países com níveis de fecundidade próximos podem exibir padrões de fecundidade distintos, assim como países com contextos de fecundidade diferentes podem gerar padrões semelhantes.

Um exemplo das mudanças no padrão de fecundidade refere-se ao contexto europeu, que será tomado como referência neste trabalho<sup>1</sup>. Em fases distintas do processo de transição da fecundidade, é possível

---

<sup>1</sup> A escolha dos países europeus, como referência para se analisar o padrão de fecundidade na América Latina, deve-se ao fato de serem eles os precursores no processo de transição, estando em um estágio mais adiantado.

delinear padrões divergentes, relacionados ao contexto do continente, em cada fase. No período pré-transicional, por exemplo, a nupcialidade exercia grande influência na fecundidade, pois a reprodução ocorria essencialmente dentro do casamento (Davis e Blake, 1956). Daí a relevância da idade ao contrair matrimônio, e a elevada proporção de mulheres casadas, nessa época. Os métodos contraceptivos eram praticamente inexistentes, e as mulheres, uma vez casadas, seguiam um comportamento reprodutivo natural, em que as razões de progressão da parturição eram elevadas, sendo muito raros os casos em que as mulheres não tinham filhos, principalmente nas idades mais velhas (Wrigley, 1985; Knodel, 1977). Como consequência desse padrão, a fecundidade era alta. Esse cenário predominante sofreu fortes alterações, como consequência do processo de transição demográfica, e da fecundidade em particular, que provocou alterações que parecem irreversíveis no panorama europeu, propiciando o surgimento de padrão distinto. Dessa forma, atualmente, em número considerável de países europeus, o padrão de fecundidade caracteriza-se pela elevada proporção de mulheres que fazem uso de métodos contraceptivos; pelo adiamento da entrada à maternidade, fazendo com que a distribuição da fecundidade se concentre nas idades intermediárias (30-39 anos) e pelo baixo tamanho alcançado da prole (Sobotka e Toulemon, 2008; van de Kaa, 2002; Frejka e Ross, 2001). Esse cenário é bem diferente daquele presente no período pré-transicional, o que confirma que as mudanças no comportamento das variáveis, por meio dos seus indicadores, pode ocasionar uma configuração distinta do padrão de fecundidade. Nesse sentido, é necessário entender o papel dessas variáveis e acompanhá-las para ser possível captar as transições pelas quais passou um determinado país, ou população, até chegar ao padrão que se apresenta na atualidade.

A transição da fecundidade, no modelo europeu, portanto, é a transformação das variáveis levando à conformação de padrões associados a baixo nível de fecundidade. Assim, durante esse processo, a idade ao ter o primeiro filho aumenta, a progressão para parturições de ordens elevadas diminui e o intervalo entre nascimentos tende a aumentar, bem como a proporção de mulheres sem filhos. O uso de métodos modernos de contracepção universaliza-se e o modo como as pessoas se unem se flexibiliza, com o aumento das uniões livres, além do aumento da idade à primeira união. Consequentemente, o nível da fecundidade declina para abaixo da reposição.

No que se refere à América Latina e o Caribe (ALC), o processo de transição da fecundidade tem sido marcado, igualmente, por mudanças profundas nas variáveis consideradas. Esse processo acompanhou a evolução da sociedade latino-americana, e levou à configuração de um padrão de fecundidade diferenciado na atualidade, em relação ao que se encontrava no período pré-transicional. O padrão

---

Além disso, as principais teorias que tratam da transição da fecundidade, e o comportamento dos indicadores, tomam os países europeus como modelo.

latino-americano atual é definido, entre outras características, pela pequena, se alguma, influência da nupcialidade para o início da reprodução e pelo destaque do uso de métodos contraceptivos; há uma maior proporção de mulheres em união livre; baixa progressão para parturições de ordem elevada e intervalos mais espaçados entre os nascimentos (Salgado, 2008; Bonifácio, 2011; Cabella e Pardo, 2014). Dessa forma, na maioria dos países, a fecundidade está abaixo de 3 filhos por mulher, conquanto ainda superior à fecundidade de reposição<sup>2</sup> (UN DESA, 2015a).

As transformações que estão em curso na ALC provocam o questionamento sobre se a transição da fecundidade, uma vez iniciada, leva a mudanças parecidas nas variáveis que a definem, seguindo o que os países europeus passaram, durante a transição. Isso porque grande parte dos países latino-americanos iniciou mais tarde tal processo – a partir da década de 60 – e cuja queda da fecundidade não se deu exatamente nos mesmos moldes que na Europa, principalmente devido ao contexto diferente em que esse processo ocorreu na região. O nível da fecundidade recente é baixo nesses países latino-americanos de início de transição mais tardio, menor que 3 filhos por mulher, como mencionado, conquanto haja uma disparidade entre eles, no que tange a esse aspecto. Assim, são países com histórico de transição diferente da Europa e representam realidades de fecundidade distintas.

A fim de responder a tal questionamento, considera-se a hipótese de que há uma tendência geral de modificações no comportamento das variáveis que compõem o padrão de fecundidade. Desse modo, independente da época do início, e apesar da defasagem temporal com os precursores europeus, o declínio da fecundidade para níveis baixos, observado nos países latino-americanos, proporcionaria uma convergência no padrão, haja vista que todos estariam seguindo trajetória parecida. Isso significa que, durante o processo de transição, há uma diversidade de padrões, já que os países iniciam o processo em momentos, e a partir de níveis, diferentes. No entanto, na medida em que avancem na transição, e os níveis ficam mais baixos, os países passarão a apresentar comportamento mais uniforme das variáveis, até porque todos evoluem conforme uma tendência geral, que é conhecida por causa dos precursores. Nesse sentido, um sinal evidente de que a ALC estará avançada no processo será quando a região ficar mais homogênea no padrão de fecundidade e mais parecida com a Europa da atualidade. Mas isso não quer dizer que haverá, no futuro, um padrão único de fecundidade na região, até porque isso não se verifica no continente europeu, mas que as diferenças entre os países

---

<sup>2</sup> Fecundidade de reposição é aquela cuja TFT é convencionalmente de 2,1 filhos por mulher. A fecundidade de reposição é considerada como limite para garantir a reposição populacional, de modo que a geração dos filhos possa repor integralmente a geração dos pais, e, assim, impedir o declínio do tamanho populacional.

tenderão a se reduzir, fazendo com que, de fato, a ALC se torne mais homogênea, porém, em relação ao que se verifica hoje, durante a transição<sup>3</sup>.

Uma outra hipótese, a ser trabalhada nesse estudo, refere-se ao fato de o nível da fecundidade (TFT)<sup>4</sup> não ser um bom indicador para discriminar os países. Na atualidade, existem países latino-americanos cuja TFT é muito próxima da TFT de países europeus que estão adiantados na transição, porém, o comportamento dos indicadores de fecundidade é muito distinto, sendo que, entre os latino-americanos, o padrão ainda contém elementos presentes em sociedades tradicionais, enquanto que o dos europeus apresenta configuração de sociedade moderna<sup>5</sup>. Dessa forma, a TFT não seria um bom indicador para sintetizar a realidade de fecundidade, pois que, apesar de o nível ser muito próximo, os países (europeus e latino-americanos com TFT parecidas) estão em momentos da transição diferentes e apresentam padrões de fecundidade muito desiguais. Por outro lado, dentro da região da ALC, há uma grande diferenciação, entre os países, quanto ao nível de fecundidade, porém, estes países estão mais próximos quando se observa o comportamento das variáveis, apresentando um padrão semelhante. Assim, acredita-se que discriminar esses países latino-americanos, em grupos díspares, somente porque o nível de fecundidade não é tão próximo, seria uma classificação artificial que não levaria em consideração a realidade de fecundidade parecida entre eles.

Nesse sentido, na tentativa de entender a diversidade que marca a ALC, bem como o grau de semelhança que guarda com o continente europeu, buscar-se-á, como principal objetivo, descrever como tem sido a evolução das variáveis para um conjunto específico de países latino-americanos, definidos por iniciarem a transição mais tarde, a partir da década de 60, e hoje apresentarem

---

<sup>3</sup> Considerar que haverá um padrão único é ignorar as singularidades socioeconômicas, políticas e culturais que distinguem os países e influenciam no comportamento reprodutivo e, conseqüentemente, na fecundidade.

<sup>4</sup> TFT significa Taxa de Fecundidade Total e representa o número final de filhos alcançado por uma mulher quando esta chegar o final do seu período reprodutivo, dado que ela esteve exposta a um determinado conjunto de Taxas Específicas de Fecundidade (TEFs). A TFT, portanto, pode simbolizar o nível de fecundidade de uma população.

<sup>5</sup> Nesse trabalho, entende-se por “padrão com características modernas” aquele marcado pela elevada proporção de mulheres que fazem uso de métodos contraceptivos modernos; elevada idade à primeira união e ao ter o primeiro filho; distribuição mais envelhecida da fecundidade, concentrada nas idades intermediárias (30-39 anos); intervalos maiores entre os nascimentos; e elevada proporção de mulheres não unidas e sem filhos. Além disso, tem-se a coabitação, presente em alguns países europeus. Por outro lado, o “padrão com característica tradicional” seria caracterizado por apresentar baixa idade à primeira união e ao ter o primeiro filho; elevada fecundidade jovem; curtos intervalos entre os nascimentos e progressões para elevadas ordens de parturição; baixa prevalência de uso de métodos modernos e a presença do casamento formal como o principal meio de formação familiar. Essas características estão presentes na fase pré-transicional e de início de transição, por isso são consideradas tradicionais. Di Cesare (2007) também faz uso dos termos “moderno” e “tradicional” para estabelecer diferenciação nos perfis de transição para a vida sexual, familiar e reprodutiva para países latino-americanos (p. 34-36).

fecundidade abaixo de 3 filhos por mulher. Esses países representam a maioria na região e panoramas diferentes de nível de fecundidade. Daí a necessidade de entender se há alguma tendência de convergência no padrão de fecundidade desses países. Como objetivos específicos, intenta-se: i)- assimilar se as mudanças que se operaram, durante o processo de transição, foram semelhantes entre os países com diferentes níveis de fecundidade, e como isso ocorreu, no tempo, até a atualidade; ii)- verificar qual o grau de homogeneidade/heterogeneidade no comportamento das variáveis, e como isso se manteve em diferentes momentos da transição; iii)- entender a aproximação com a realidade da Europa; iv)- comprovar se o declínio da fecundidade, importante fator da transição, acabou por uniformizar o comportamento das variáveis determinadas, aproximando os países, no tocante ao padrão, já que o nível de fecundidade recente está mais próximo entre eles.

Ademais das questões que versam sobre o total dos países, é sabido que a diferença no padrão de fecundidade, por escolaridade e estrato econômico, é unânime em todos os países, sejam eles da América Latina ou da Europa, desde os princípios do processo de transição. O que é necessário entender, portanto, é se o padrão de fecundidade, das mulheres mais escolarizadas e mais abastadas, por exemplo, possui a mesma configuração em todos os países latino-americanos considerados, ou seja, se essas mulheres, que geralmente estão mais adiantadas no processo de transição, apresentam o mesmo comportamento nas variáveis de fecundidade, independente do país onde moram. Isso é importante saber, pois que, dado que se trata de realidades socioeconômicas e culturais distintas, ser privilegiada, socioeconomicamente, não tem o mesmo significado em todos os países, e pode não se refletir na mesma configuração do padrão de fecundidade. Além disso, como já mencionado, esses países iniciaram a transição mais tarde e, embora tenham fecundidade mais baixa, há desigualdade entre eles, o que poderia se refletir na disparidade nos padrões, por características socioeconômicas. Daí que um objetivo específico adicional é: v)- analisar a evolução do padrão de fecundidade em subconjuntos nacionais representativos de estratos sociais diferenciados.

A análise descritiva do comportamento das variáveis apresentadas, que compõem o que se denominou, nesse trabalho, de padrão de fecundidade, será realizada por meio dos seus indicadores, ou seja, para cada variável selecionada, se analisará o seu respectivo indicador, buscando atingir aos objetivos propostos. Desse modo, os indicadores que representarão as variáveis mencionadas são: TFT e TEF; Distribuição proporcional de mulheres sem filhos; Idade mediana ao ter o primeiro filho; Razão de progressão da parturição (RPP); Intervalo intergenésico. Esses são os indicadores relacionados às variáveis intrínsecas ao nível de fecundidade, por estarem diretamente ligadas ao “tempo” e “quantum”, conforme colocado no início dessa introdução. Os indicadores extrínsecos são: Distribuição das mulheres por status marital; Idade mediana à primeira união; Distribuição

proporcional por uso de contracepção; Distribuição proporção de mulheres que tiveram, ou não tiveram, filho, antes de começar a usar método.

Selecionou-se o número máximo de países possíveis para se determinar o padrão de fecundidade que fosse representativo da ALC. Esses países deveriam possuir fecundidade atual abaixo de 3 filhos por mulher, e ter iniciado o processo de transição da fecundidade a partir da segunda metade do século XX, seguindo o que foi explicado anteriormente. Atendendo a esses critérios, além de possuir fontes de dados para diversas décadas, foram definidos, finalmente, oito países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana. São países bastante distintos, tanto no âmbito demográfico, quanto nos âmbitos geográfico, social, cultural e econômico. Assim, espera-se que o estudo do padrão de fecundidade, desses países tão díspares, permita ter um panorama completo sobre a ALC.

A análise será realizada utilizando informações das pesquisas do tipo DHS (Demographic Health Survey) e RHS (Reproductive Health Survey), além de considerar três períodos de tempo distintos, de maneira a ser possível captar as mudanças nos indicadores. Os períodos foram discriminados com a finalidade de acompanhar o processo de transição da fecundidade nos países escolhidos. Assim, o primeiro período abarca, aproximadamente, o início da transição, ou mesmo a fase pré-transicional para alguns países, e o segundo e terceiro períodos abrangem a transição de fato, já que esse processo ainda não terminou na região. Contudo, o terceiro período representa a situação mais recente dos países, em que alguns já caminham para a conclusão da transição.

O estudo do padrão de fecundidade, em três períodos de tempo distintos, não se restringirá ao total dos países. Em cada um deles, as mudanças nos indicadores serão observadas por escolaridade e quintil de riqueza, possibilitando captar as divergências internas, bem como verificar se o ritmo de transição foi desigual entre os estratos sociais extremos, e, assim, compreender melhor a configuração do padrão de fecundidade, nos dias atuais, em diferentes segmentos da população.

Diante da discussão apresentada, conclui-se que o comportamento de um conjunto de variáveis, imprescindíveis para o entendimento do nível de fecundidade, deve ser estudado de modo minucioso e sob uma perspectiva comparada, principalmente no contexto latino-americano. Um dos motivos para a sua relevância é que a análise conjunta das variáveis consideradas, lançando-se mão dos seus indicadores, facilita a identificação de padrões, que nada mais são do que a representação resumida e sistemática do comportamento da fecundidade. O uso de padrões serve para classificar e, com isso, facilitar a comparação entre países, regiões, populações, sendo possível captar as variadas maneiras como um determinado fenômeno se comporta, extraíndo as principais características que distinguem os países, as regiões, as populações. Isso é importante não apenas para estudos demográficos, mas



econômicos e sociais, uma vez que políticas implementadas em determinado país, ou para determinada população, pode não funcionar em outro, que apresenta um padrão de comportamento distinto. Ademais, no caso específico das variáveis de fecundidade, o estudo para diversos países, em diferentes momentos no tempo, permite compreender melhor, e sob uma perspectiva ampliada, como se processou ou se processa a transição da fecundidade em contextos singulares. Esse recurso possibilita avaliar as teorias usadas para explicar tal fenômeno: qual a extensão dessas teorias, quais as suas limitações, a sua aplicabilidade e seu poder de explicação no tempo. Desse modo, as teorias de transição da fecundidade, desenvolvidas com base no cenário europeu, podem ser testadas considerando o contexto latino-americano. Ainda, no caso da América Latina, o estudo do conjunto de variáveis de fecundidade pode ajudar a identificar o grau de homogeneidade/heterogeneidade entre os países, de modo a entender o grau de diversidade da região e como isso se reflete no comportamento da fecundidade.

Acredita-se, por fim, que a análise das variáveis mencionadas, por meio dos seus indicadores, definirá um panorama evolutivo da fecundidade na América Latina. Isso permite fundamentar estudos demográficos prospectivos e subsidiar políticas para enfrentar melhor os desafios provocados pela interação entre mudanças da fecundidade – do seu padrão, mais especificamente – e o desenvolvimento socioeconômico.

Essa tese é formada por mais 5 capítulos, além dessa introdução. O segundo capítulo trata do estudo do comportamento das variáveis, e seus indicadores, em diferentes fases da transição da fecundidade, tanto para a Europa quanto para a América Latina, sob a perspectiva da literatura. O terceiro capítulo abarca o detalhamento do procedimento metodológico adotado para gerar os resultados obtidos e, com isso, delinear os padrões de fecundidade. O quarto capítulo descreve a evolução no comportamento dos indicadores calculados, e que compõem o padrão de fecundidade, para o total do país, bem como por escolaridade e quintil de riqueza. O quinto capítulo representa a síntese das análises dos indicadores, formando os padrões de fecundidade, destacando as principais características e argumentando os aspectos distintivos. No sexto capítulo, por fim, discorre-se sobre as considerações finais da tese, discutindo os resultados obtidos, segundo os objetivos propostos, ressaltando os pontos relevantes do trabalho realizado.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo tem por objetivo acompanhar a evolução das variáveis que se acredita comporem o padrão de fecundidade, tanto para o continente europeu, quanto para a América Latina. Esse acompanhamento será realizado por meio da extração das principais características, e mudanças ocorridas, nos seus indicadores, desde o período pré-transicional até a atualidade, destacadas pela literatura. Nesse sentido, não se pretende discutir as teorias e os conceitos que envolvem o processo de transição da fecundidade, mas, tão somente, mostrar como o padrão de fecundidade se transformou ao longo do tempo, acompanhando a transição, até chegar à configuração atual. Assim, lançando-se mão dos principais estudos e discussões disponíveis na literatura, acerca do assunto, se buscará descrever as mudanças ocorridas nos indicadores para a Europa e América Latina, regiões cujo histórico de transição é distintivo, e que se encontram em fases diferentes, com os países europeus em estágio bem mais avançado. Com isso, será possível captar não apenas o grau de semelhança, ou diferença, no padrão de fecundidade de duas regiões singulares, mas, inclusive, verificar como a literatura aponta o comportamento dos indicadores para variados países, em mais de uma época, de modo a entender o modo pelo qual os países estão evoluindo na transição, e se todos seguem o mesmo caminho.

### 2.1. Transformações no padrão de fecundidade europeu

O continente europeu passou por mudanças demográficas importantes desde o século XVIII, inclusive no seu perfil reprodutivo, cujas características atuais se diferem sobremodo do que existia antes do processo de transição. Grande parte da literatura direciona a atenção para as causas e consequências de tais mudanças, oferecendo uma gama inesgotável de informações e discussões a respeito dos fatores direta e indiretamente ligados ao declínio da fecundidade e transformações no seu perfil. Diversas teorias e linhas de pensamento seguiram a essas discussões<sup>6</sup> e foram amplamente utilizadas para explicar a transição da fecundidade não somente na Europa, mas também em outros países. O continente europeu, por conseguinte, se configura como o modelo a ser tomado quando se trata da análise das principais transformações demográficas que se sucederam e estão em vigor no mundo. Daí a justificativa de lançar mão desse continente para entender o comportamento da fecundidade em outras regiões, como a América Latina, que se encontra em pleno processo de mudança demográfica ainda no século XXI.

A fim de contribuir para o entendimento do processo da transição de fecundidade no continente europeu, esse tópico busca traçar o caminho evolutivo das principais variáveis reprodutivas e de

---

<sup>6</sup> Uma apresentação das diversas teorias e explicações conhecidas para a transição da fecundidade, principalmente daquelas voltadas para as vertentes clássicas, pode ser encontrada em Alves (1994).

fecundidade, apresentando as transformações ocorridas que serviram como referência para a elaboração das teorias de transição demográfica, sem, contudo, entrar numa discussão sobre suas causas e consequências, que tem sido já suficientemente abordada. Nesse sentido, no que se segue desse capítulo, focalizar-se-á nos indicadores do padrão de fecundidade ao longo da história de transição no continente, que será esquematizada em três fases: pré-transição, transição e pós-transição. Com isso, busca-se desenhar o trajeto do padrão de fecundidade desde antes do processo de transição, de modo a ir moldando, através da literatura, como ele é na Europa atualmente.

*O padrão de fecundidade europeu no período de pré-transição:*

Esse período, que durou até aproximadamente final do século XIX (por volta dos anos de 1870 para a maioria dos países), foi marcado pela relevância da nupcialidade no controle do nível de fecundidade. A idade ao casar e a proporção de mulheres casadas foram fatores que determinaram o comportamento reprodutivo da população, uma vez que os filhos eram concebidos majoritariamente dentro do matrimônio (Friedlander e Okun, 1996). Na Inglaterra, por exemplo, entre o final do século XVII e o começo do século XIX, a idade média ao casamento declinou, principalmente após 1750, e teve um papel importante no aumento das taxas de fecundidade entre final do século XVIII e início do século XIX (Tranter, 1985). Além disso, nesse período no qual a fecundidade marital era elevada e estava em ascensão, as taxas de gravidez pré-maritais também eram igualmente elevadas e crescentes (Tranter, 1985, p.57). Situação semelhante foi verificada nos outros países do Reino Unido, como Irlanda e Escócia.

As sociedades européias pré-industriais (ou pré-modernas), em grande parte devido à elevada mortalidade, mantinham estratégias para manter elevada a fecundidade e, com isso, garantir a sua sobrevivência. Dentre elas estavam a precocidade ao casamento (se comparada com a idade ao casamento nas sociedades européias modernas) - que se configurava como um indicador de exposição à reprodução - e a elevada proporção de casados (Davis e Blake, 1956). Nessas sociedades, havia baixa taxa de dissolução do matrimônio e a concepção fora do casamento legal era excepcional; o prolongado período de abstenção voluntária, dentro do matrimônio, era um método de contracepção empregado, porém, mais como resultante de questões religiosas e cuidados pós-parto do que propriamente como meio de controlar o tamanho da prole (Davis e Blake, 1956). Esses são alguns dos fatores que interferiam no nível da fecundidade em uma época que não havia métodos eficazes de controle do tamanho familiar e cujo comportamento reprodutivo estava voltado para elevada natalidade.

A partir da segunda metade do século XIX, mudanças na idade média ao casar e no nível de celibato provocaram alterações na fecundidade, que começou a declinar, sem, contudo, haver variação da

reprodução dentro do casamento. Ou seja, dentro do casamento a reprodução seguia um comportamento tido como natural, sem interferência de métodos artificiais (como os contraceptivos), de modo que as mudanças que ocorreram, então, afetaram a nupcialidade, e não propriamente a reprodução. No entanto, como nesse período a nupcialidade estava intimamente relacionada com a fecundidade, uma interferência na primeira acabou refletindo na segunda.

Em alguns países europeus, como a Suíça e Alemanha, era possível notar restrições ao casamento, que resultaram na elevação da idade ao matrimônio (acima de 27 anos) e uma proporção significativa de mulheres solteiras durante a primeira metade do século XIX (Van de Walle, 1972). Em várias localidades (do oeste europeu, mais especificamente) a combinação da elevada idade ao casamento com a proporção de mulheres nunca casadas acabou limitando em 35 a 40% a proporção de mulheres, do total da população, que contraíam matrimônio (Van de Walle, 1972, p.139). Entre as casadas, contudo, a fecundidade marital ainda era elevada.

Deduz-se que a entrada ao matrimônio era o principal meio de administrar a fecundidade na fase de pré-transição. Dentro do continente europeu, porém, havia diferenças entre os países quanto a esse mecanismo. No Reino Unido, por exemplo, a idade média ao casamento diminuiu num primeiro momento para depois aumentar entre o final do século XVIII e primeira metade do século XX (Tranter, 1985). Em outros países como Suíça, Bélgica e Holanda, ocorreu o contrário, já que a idade ao casamento era elevada e passou a diminuir (Van de Walle, 1972). Mesmo assim, em ambos os casos, a idade ao primeiro casamento era elevada comparativamente a outras partes do planeta, que se encontravam na mesma fase. Segundo Coale (1986), na maioria das populações pré-industriais, as mulheres se casavam dentro de um curto período de tempo após a menarca, com uma idade média que oscilava entre 16 e 18 anos (p. 08). Não obstante, na Europa Ocidental, tanto os homens quanto as mulheres se casavam, pela primeira vez, a uma idade média superior aos 22 anos (p. 08). E a diferença na idade ao primeiro casamento, entre homens e mulheres, era pequena, oscilando em torno de 2 anos para algumas populações da Inglaterra e País de Gales, por exemplo, durante essa fase (Tranter, 1985).

Uma explicação para a relativamente elevada idade ao matrimônio entre os países do oeste europeu, na fase pré-transição, reside no mecanismo de formação domiciliar: os jovens só poderiam se casar quando adquirissem as condições econômicas necessárias para obter uma residência e mobiliá-la, além de conseguir suprir as necessidades de uma família; ou seja, existia a cultura de que os jovens não poderiam se casar e continuar a depender de seus pais (Caldwell, 2008). Dessa forma, havia uma pressão social e econômica para o adiamento do casamento e, com isso, da fecundidade, tanto entre as mulheres quanto, principalmente, entre os homens. Isso porque para muitos desses países, a reprodução ocorria majoritariamente dentro do casamento (Caldwell, 2008).

O controle da fecundidade era, por conseguinte, em sua maior parte exercido por meio das variações na idade média ao primeiro casamento e na proporção da população que permanecia solteira, dado que o nível da fecundidade marital permanecia aproximadamente constante (Wrigley, 1985; Coale e Treadway, 1986). A limitação da reprodução dentro do casamento, contudo, também ocorria nessa fase, conquanto a sua relevância para a fecundidade fosse secundária (Coale e Treadway, 1986). Ademais, existem poucas evidências de controle da fecundidade dentro do casamento na fase de pré-transição, ficando essa estratégia limitada a algumas populações e localidades dentro dos países. Na Itália, por exemplo, alguns segmentos da sociedade foram os precursores no uso de tais meios para limitar a reprodução dentro do casamento, entre eles estão a camada mais abastada da população – a aristocracia –, os judeus e as populações urbanas (Livi-Bacci, 1977a). Embora sejam heterogêneos em sua natureza, esses grupos adotaram um tipo de comportamento reprodutivo, baseado no planejamento intencional da fecundidade e no grau de controle exercido para alcançá-lo, que mais tarde seria seguido por grande parte da população, que era pobre, levando a um declínio irreversível da fecundidade (Livi-Bacci, 1986). O controle da fecundidade exercido por esses grupos, que culminou na redução do tamanho da prole na Itália pré-transição, evidenciou o surgimento de uma nova e mais moderna relação entre fecundidade e nível socioeconômico (Livi-Bacci, 1977b).

Assim, embora já existisse controle da fecundidade dentro do casamento antes do período de transição, ele era exercido por pequena parcela populacional, enquanto que a grande massa agia em conformidade com as tradições existentes. Isso porque existiam mecanismos que impediam a difusão da prática do controle dos nascimentos na sociedade àquele período (Bongaarts e Watkins, 1996; Livi-Bacci, 1977b). Por esse motivo, Cleland e Wilson (1987) consideram altamente improvável que o comportamento da pequena parcela da população tenha tido alguma significância para alterar o padrão de fecundidade marital ainda no início da transição (p. 12).

O controle da reprodução, na época pré-transição, foi notado de modo mais difundido na França, um dos países precursores na adoção do modelo reprodutivo moderno (Wrigley, 1985). A França camponesa do século XVIII apresentava um padrão de fecundidade com algumas características que se assemelhavam às de muitos países europeus da época: elevada idade média ao primeiro casamento (por volta de 25 anos para as mulheres e pouco mais para os homens); baixa proporção de pessoas mais velhas solteiras; fecundidade marital ao redor de 4 ou 5 filhos por casamento, o que pode ser considerada elevada para o contexto europeu; baixa esterilidade total; baixa ocorrência de nascimentos ilegítimos e intervalo médio entre nascimentos da ordem de 2 a 2,5 anos enquanto a mulher era jovem (Henry, 1972, p. 49). Além da elevada idade média ao casamento, contudo, algumas práticas de limitação do tamanho familiar, exercidas por segmentos da população, fizeram com que, embora a fecundidade marital fosse elevada, se encontrasse em um patamar mediano comparado com o de

outros países não-europeus em fase pré-transicional, como aqueles do continente asiático (Van de Walle, 1972; Coale, 1986). E essa fecundidade marital relativamente menor para os países europeus facilitou a transição para níveis muito baixos.

As práticas de controle de natalidade também podiam ser encontradas, de modo mais esparsas, em outros países, como na Espanha, na Suécia e na Noruega, seguindo o exemplo da Itália. A maioria dessas práticas se relacionava com o intervalo entre os nascimentos e com a chance de concepção, mas não com a limitação do tamanho da prole; não era, portanto, meio de controle dependente da parturição (Knodel, 1977, p. 241; Coale, 1986, p. 08-10). Entre elas, existiam aquelas ligadas aos fatores biológicos, como esterilidade, perda de gravidez e, principalmente, à amamentação, haja vista que longos períodos de lactação eram comuns e reduziam a chance de concepção (Santow, 1995; Drake, 1972). O controle da natalidade, portanto, estaria bastante ligado ao relativamente longo espaçamento dos nascimentos (Santow, 1995). Havia, também, as práticas relacionadas aos fatores sociais, como abstinência por migração temporária e tabus contra a relação sexual durante o período da amamentação (Coale, 1986; Santow, 1995). Ademais, Watkins (1986) demonstra a existência de um *mix* de aborto, abstinência e coito interrompido para controlar a fecundidade na pré-transição, que requeria sacrifícios e cujo resultado exigia considerável grau de determinação de um ou de ambos os cônjuges (p. 435). Além desses métodos, preservativos e outros dispositivos, que impediam a penetração no útero, também eram conhecidos antes do século XIX, no entanto sua fabricação era arcaica e em pequena escala, não sendo amplamente produzidos e distribuídos entre a população até o século XX (Watkins, 1986; Drake, 1972).

Os comportamentos e práticas populacionais que tinham como consequência a restrição da natalidade dentro do casamento existiam, geralmente, como medidas de reação aos períodos de crises econômicas, a fim de propiciarem o reestabelecimento financeiro da família, sendo, assim, medidas de caráter temporário (Van Bavel, 2004; Knodel, 1977).

Nesse sentido, as informações sobre nupcialidade, fecundidade marital e controle da natalidade indicam, de maneira sucinta, que foi durante a fase de pré-transição em que a Europa chegou mais próximo de um modelo de fecundidade convencionalmente descrito como natural, já que não havia um controle difundido e deliberado da reprodução, baseado na parturição<sup>7</sup>. O possível controle que existia apresentava apenas um pequeno efeito no padrão etário da fecundidade da época (Knodel, 1977). Nessa fase, predominavam os meios de controle preconizados por Malthus, como o celibato e o adiamento da nupcialidade. E, mesmo as mulheres entrando tardiamente no casamento, uma vez casadas elas seguiam um comportamento relativamente natural, marcado pelo declínio suave da

---

<sup>7</sup> Sobre o conceito de fecundidade natural, ver Henry (1961).

fecundidade com a idade até aproximadamente os 35-39 anos, quando diminuía bruscamente em virtude da queda da fertilidade (Knodel, 1977, p. 221). Tanto o número desejado de filhos quanto a fecundidade eram elevados nessa fase. No entanto, as pressões sócio-culturais, conjugadas com fatores biológicos e com a elevada mortalidade infantil, acabavam limitando o número final de filhos sobreviventes que as mulheres da Europa tinham ao final do seu período reprodutivo (Donaldson, 1991).

É importante mencionar que a transição para a fase de declínio da fecundidade, em alguns países europeus, foi marcada por um período de crescimento considerável da população. Esse crescimento foi resultante da melhoria das condições de vida da sociedade, por meio de medidas sanitárias, introdução de vacinas e avanços médicos, que proporcionaram a redução da mortalidade, enquanto a fecundidade permaneceu elevada (Willekens, 2014). Com isso, alguns autores, como Thompson (1929), acreditam que a queda da mortalidade e consequente crescimento populacional são características relevantes e que devem ser consideradas para entender o processo inicial de transição da fecundidade.

#### *A transição da fecundidade e o delineamento de seu perfil na Europa:*

A redução dos níveis de fecundidade para um patamar próximo ou abaixo da reposição aconteceu dentro de um intervalo temporal relativamente longo na Europa. Nesse período, verificou-se o surgimento de variados fatores, no cenário europeu, que se alternavam como principais componentes para explicar o declínio do número de filhos tidos pelos casais. O processo de urbanização e o desenvolvimento econômico; a difusão de novos ideais de reprodução entre a população; a demanda por filhos e sua relação com as decisões domiciliares sob uma perspectiva econômica. Essas são algumas explicações clássicas que estiveram no centro do debate sobre as causas da transição da fecundidade na Europa, embora nenhuma delas, isoladamente, tenha sido reconhecida como a principal motivação. Mason (1997), de Armas (2009) e Kirk (1996) tratam de maneira resumida - apontando as principais características e lacunas - essas teorias que estão dentro do arcabouço que ficou conhecido como “Primeira Transição Demográfica”. Adicionalmente, Lesthaeghe (1983) salienta a mudança no sistema ideacional, com o aumento das liberdades individuais e rompimento das tradições malthusianas de formação familiar, como um significativo aspecto para explicar o declínio da fecundidade. E Davis e Blake (1956) listam uma série de “variáveis intermediárias”, incluindo fatores sociobiológicos, como importantes coadjuvantes das mudanças no comportamento da fecundidade.

O período de transição da fecundidade no continente europeu iniciou-se no final do século XIX e se encerrou por volta dos anos 60 do século XX, para grande parte dos países, principalmente aqueles do lado Oeste (na França, ao contrário, iniciou-se mais cedo, e para os países do lado leste essa fase

começou mais tardiamente). Esse período compreende o que ficou denominado por Easterlin e Crimmins (1985) de “revolução da fecundidade”, caracterizada pela transição de elevados níveis para baixos níveis de fecundidade, e na qual houve a mudança de um regime comumente denominado de fecundidade natural para aquele em que há um controle deliberado do tamanho da prole dentro do casamento (p. 03). Para os autores, essa revolução estaria, todavia, inserida em um contexto muito mais amplo de transformações, resumido no termo convencional “modernização” (Easterlin e Crimmins, 1985, p. 03). Esse contexto se expressa numa série de modificações societais, incluindo as esferas política, econômica, cultural e de saúde, que se verificaram na Europa durante essa fase de transição<sup>8</sup>.

No início da transição, segundo Gillis et al. (1992), metade das 600 províncias européias experimentou um declínio de 10% na fecundidade, começando pela região Noroeste do continente (p.01). Esse declínio é considerado o marco do início da redução da fecundidade marital, a partir do qual não há reversão até haver uma queda considerável, ao redor de 50% ou mais (Coale, 1986, p. 21). Ademais, conforme Van de Walle e Knodel (1967), a redução de 10% na fecundidade foi suficiente para identificar o momento em que a limitação da família começou a ser praticada em grande escala na Europa (p. 51).

Dessa forma, enquanto que na fase pré-transitória a fecundidade marital flutuava ao redor de um platô relativamente elevado e constante, na fase de transição, ela entra em um movimento de sustentado declínio para níveis muito baixos (Coale e Treadway, 1986; Livi-Bacci, 1968a).

Um dos principais fatores apontados como responsáveis por iniciar essa fase refere-se à mudança no modo como se dava a regulação da fecundidade (Easterlin e Crimmins, 1985; Gillies et al., 1992; Coale e Treadway, 1986). Os mecanismos biológicos e a pressão social que estavam presentes na pré-transição foram substituídos pelas decisões conscientes tomadas livre e individualmente pelos casais (Easterlin e Crimmins, 1985; Lesthaeghe, 1983). Isso quer dizer que os casais passaram a decidir quantos filhos teriam, e começaram a adotar formas de limitar a reprodução dentro do casamento, uma vez que houve relativamente pouca mudança na nupcialidade, pelo menos no começo da transição (Watkins, 1986). Nesse sentido, durante o processo de transição da fecundidade, ocorreu um aumento gradual da importância da fecundidade marital sobre a nupcialidade na determinação tanto do nível quanto das alterações no total da fecundidade, inversamente ao que se observou na fase anterior (Friedlander e Okun, 1996).

---

<sup>8</sup> Para maiores detalhes sobre o período de modernização ver, por exemplo, Inglehart (1997).



O controle deliberado da fecundidade passou a ser exercido por meio de “terminação”<sup>9</sup> da reprodução antes mesmo do final do período reprodutivo da mulher, em contraposição aos métodos de “início” e “espaçamento”<sup>10</sup> vigentes no período pré-transição (Levine, 1992). Isso significa que, ao invés de adiar a entrada ao casamento e de espaçar o nascimento dos filhos, os casais passaram a adotar meios de finalizar a reprodução dentro do matrimônio, uma vez alcançado o número desejado de filhos. Dessa forma, ainda no estágio inicial de propagação da limitação familiar, em que tentativas de “terminação” aumentaram, era de se esperar que o intervalo do último nascimento fosse elevado, em consequência de gravidez acidental, mudança de idéia ou desejo de substituir um filho falecido (Knodel, 1987, p. 147). Isso ocorria independente de a mulher ter chegado, ou não, ao final do período reprodutivo, o que não era verificado no período anterior quando a reprodução só era interrompida com a esterilidade natural.

Esse comportamento de controle reprodutivo dentro do casamento, enquanto que para alguns autores é considerado como inovador da sociedade moderna e típico da fase de transição (Watkins, 1987; Knodel, 1977; Coale; 1986), para outros, como Carlsson (1966) e Livi Bacci (1968a; 1968b), não é tido como absolutamente novo na Europa, mas que se tornou mais forte e comum na sociedade moderna.

No trabalho em que avalia se a transição da fecundidade foi um processo de inovação ou de ajustamento, Carlsson apresenta argumentos que, para ele, são importantes para demonstrar que o controle da fecundidade já era exercido em diferentes populações com contextos socioeconômicos distintos quando do início da transição da fecundidade e que, portanto, não poderia ser considerado um fenômeno novo ou recente na sociedade humana, mas que se difundiu como resultado dos ideais de “novo-estilo” de controle do tamanho familiar que se tornaram mais fortes e mais consistentemente postos em ação na sociedade moderna (1966, p. 172)<sup>11</sup>. Livi Bacci (1968a, 1968b), por sua vez, argumenta que já existiam exemplos de controle da fecundidade na Europa pré-transição, ainda que em pequena escala, e defende a idéia de Carlsson de oposição à vertente de “inovação” para explicar o declínio da fecundidade nesse continente.

Blake (1985) também apresenta essa questão ao examinar se a transição da fecundidade foi um processo de continuidade ou de descontinuidade com o passado. No primeiro caso, segundo a autora,

---

<sup>9</sup> Terminação ou, no original, em inglês, “stopping”. O termo *terminação* também foi empregado por Cavenaghi e Alves (2001).

<sup>10</sup> Do original, em inglês, “starting” e “spacing”.

<sup>11</sup> Carlsson discute a queda da fecundidade e aumento da proporção de controle da reprodução sob a perspectiva da mudança no equilíbrio entre os ideais de “old-style” e “new-style” (1966, p. 172).

assume-se que a motivação para o controle da fecundidade já existia mesmo antes da modernização e industrialização, contudo as pessoas passaram a ajustar a sua fecundidade aos seus interesses, que foram modificados ao longo do tempo, resultando em um tamanho desejado menor da prole (p. 397). A sociedade européia ocidental pré-industrial teria sido, assim, mais parecida com a sociedade moderna do que se supôs. No segundo caso, da descontinuidade, a transição significou a mudança de uma fecundidade natural para uma fecundidade controlada, em que há controle dos nascimentos relacionados à parturição, notadamente por terminação dos nascimentos (p. 398). Van Bavel (2004) defende, em parte, o segundo ponto de vista, ao não considerar a transição da fecundidade como uma mudança de uma fecundidade natural para uma fecundidade marital controlada, mas, sim, como a transição de um controle da fecundidade marital pelo espaçamento deliberado dos nascimentos para um controle da fecundidade marital que inclui, também, o comportamento de “terminação” (p. 19-20).

Evidências apresentadas na seção sobre o período pré-transição, indicam que, de fato, havia manifestação de controle do tamanho da família já na fase pré-transitória. No início do processo, no entanto, o controle da reprodução estava sob comando do homem, não tendo a mulher liberdade para implementar as suas preferências e nem acesso aos meios de controle (Mason, 2001). O uso de determinados métodos (como preservativos) eram atrelados à cultura de extraconjugalidade e prostituição por parte da população, fazendo com que os homens não os introduzissem de imediato no casamento (Alter, 1992).

Os meios e métodos tradicionais de controle da fecundidade, prevalecentes até o início do século XX, passaram, contudo, a dar lugar aos modernos métodos contraceptivos, que se difundiram de maneira rápida e ampla entre a população da Europa, configurando o que ficou conhecido como “segunda revolução contraceptiva” (Zavala de Cosío, 1992). Durante o período de transição da fecundidade, os métodos hormonais foram descobertos e refinados, em particular os contraceptivos orais; a contracepção cirúrgica foi desenvolvida e substancialmente aperfeiçoada, e a qualidade dos preservativos foi melhorada (Frejka e Ross, 2001, p. 234). Além disso, tais métodos se tornaram acessíveis e foram amplamente usados por grande parte da população européia, devido aos preços razoáveis, aos efetivos resultados gerados e à conveniência no uso (Frejka e Ross, 2001, p. 234). Nesse sentido, as três pré-condições de Coale (1979) para o declínio da fecundidade passaram a ser atendidas nessa fase de transição<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> As três pré-condições apresentadas por Coale (1979) são: 1- a fecundidade deve estar dentro do cálculo de escolha consciente; 2- os casais, individualmente, devem perceber a redução da fecundidade como vantajosa; 3- técnicas efetivas de redução da fecundidade devem estar disponíveis (p. 17).

Concomitante ao desenvolvimento de novas técnicas de controle da fecundidade, ocorreu o desenvolvimento de novos estilos de vida, com um novo papel da mulher e novo padrão de fecundidade (Caldwell, 2001; Birdsall, 1983). O incremento na urbanização; o advento da educação formal em massa; o declínio gradual do modo de produção familiar, substituído pela produção industrial, e o desenvolvimento de mecanismos ligados à higiene e nutrição, para reduzir a mortalidade infantil, foram alguns fatores determinantes no surgimento de um estilo de vida diferenciado daquele presente nas sociedades tradicionais da fase de pré-transição (Cleland e Wilson, 1987).

Easterlin (1980) mostra que essas características levaram à mudança nas condições de reprodução: as melhorias na saúde pública e assistência médica tiveram como consequência a elevação no número final de filhos que os casais passaram a ter, inclusive os não desejados; a educação e os meios de comunicação foram importantes para quebrar crenças e costumes tradicionais e, com isso, diminuir os custos subjetivos de regulação da fecundidade; o processo de urbanização, juntamente com a educação formal, foi responsável por reduzir a demanda por filhos, ao tornar a aquisição de bens menos dispendiosa que a criação de filhos; a modernização da economia possibilitou a introdução de novos bens e produtos de consumo, tornando-os mais atrativos, levando, assim, à diminuição do desejo por filhos. No entanto, segundo Easterlin, na fase inicial da modernização, mesmo que o tamanho desejado da prole estivesse diminuindo, os custos de regulação da fecundidade permaneciam elevados, de modo que o tamanho final das famílias pouco se alterava, já que a motivação para controlar a fecundidade não superava os custos. Na medida em que o processo de modernização avançou, o controle da natalidade se expandia, e a fecundidade retraiu, como resultado da diminuição tanto do tamanho desejado da prole quanto dos custos – financeiros, de tempo e subjetivos – de regulação (1980, p. 23).

Esse novo estilo de vida moderno – como ficou conhecido – era marcado, entre outros aspectos, pela maior independência entre as gerações, pela redução das vantagens sócio-econômicas de um grande número de filhos, pela educação das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho, pelo consumo de produtos que trazem maior satisfação e pelo aumento da difusão de informações e idéias para a limitação da fecundidade (Lee, 2003; Mason, 1997). Com isso, houve elevação no custo de oportunidade de ter filhos, fazendo com que os casais, para compensar os gastos, adotassem um comportamento econômico racional de diminuição do tamanho desejado da família (Caldwell, 1976; Lee, 2003). No caso das mulheres, em especial, o ganho de autonomia, propiciado pela educação e pela inserção no mercado de trabalho, permitiu uma ampliação do seu papel na sociedade, levando a mudanças de atitudes e comportamentos até mesmo dentro do domicílio, que culminou em uma maior igualdade de gênero e na participação de ambos os cônjuges no controle da fecundidade (Mason, 2001). No entanto, essa modificação do papel das mulheres só ocorreu de maneira notória em alguns

países europeus, como a Suécia e a França, já que em outros, como a Itália, o patriarcalismo tradicional ainda predominava (Mamolo, 2006; Esping-Andersen, 1990).

As transformações socioeconômicas e culturais, aliadas à maior disseminação de meios de controle de fecundidade específicos por parturição, levaram não somente ao declínio da fecundidade<sup>13</sup>, mas igualmente ao delineamento de um comportamento reprodutivo que culminou em um novo padrão de fecundidade (Lesthaeghe e Wilson, 1986). A inserção do controle da natalidade propiciou uma dissociação entre casamento e reprodução, enfim, entre sexualidade e reprodução, permitindo às mulheres se casarem sem a obrigação da maternidade, e permitindo as relações sexuais sem a finalidade da procriação. Isso levou países como França e Bélgica, e mais tarde Inglaterra e Portugal, a reduzir a idade média ao primeiro casamento, que passou a ser também mais difundido (Coale, 1979; Glass, 1968). Ademais, as taxas específicas de fecundidade, por idade da mulher, declinaram, porém, as mulheres dos grupos de idade mais avançados foram as primeiras a apresentarem os sinais da queda (Toulemon, 1988). O mesmo ocorreu com os nascimentos: a queda se deu em todas as ordens de nascimento, no entanto, foi primeiro e mais forte entre aqueles de elevada ordem (Bongaarts, 2002b). Isso porque, de acordo com Knodel (1987), quando a limitação da prole é praticada, os casais tendem a terminar a reprodução nas idades mais jovens e, portanto, tendem a concentrar a fecundidade no período mais jovem do intervalo potencialmente fértil da esposa (p. 145). Isso faz com que a idade ao ter o último filho seja mais jovem que nas sociedades pré-transição e as taxas de fecundidade marital específicas por idade sejam particularmente menores nas idades mais avançadas (Knodel, 1987, p. 145).

Cabe salientar que, apesar de o período imediatamente após a II Grande Guerra definir uma ruptura com a sequência de declínio do nível da fecundidade nessa fase, haja vista que houve aumento da fecundidade marital e, até mesmo, da fecundidade total em alguns países europeus<sup>14</sup>, isso não significou um retorno à família numerosa, já que a proporção de mulheres casadas tendo 4 ou mais filhos permanecia com o movimento de queda (Glass, 1968, p. 114-116). O que ocorreu, nesse período, foi uma diminuição de mulheres sem filhos e aumento daquelas com dois ou três, ao invés de um (Glass, 1968, p.116).

O intervalo entre os nascimentos foi reduzido, já que os casais passaram a comprimir a reprodução em um curto espaço de tempo (Alter, 1992), e passaram a ter o primeiro filho mais jovens (UN DESA,

---

<sup>13</sup> O declínio da fecundidade nem sempre foi constante durante o processo de transição, principalmente nos períodos pós-guerra (de modo mais notório após a 2ª Grande Guerra), que se caracterizaram por uma elevação da fecundidade, fenômeno conhecido como *baby-boom*.

<sup>14</sup> Esse fenômeno ficou conhecido como “baby boom”.

1976). Enquanto se notava um grande percentual de mulheres que tinha até 2 filhos, a proporção diminuía significativamente a partir do terceiro filho (UN DESA, 1976). Em contrapartida, as pessoas passaram a se casar mais cedo e em maior proporção, diminuindo a parcela daqueles que permaneciam solteiros a uma elevada idade (Coale e Treadway, 1986).

É claro que todas essas modificações não ocorreram de modo uniforme em todo o continente europeu, da mesma forma que a configuração do novo padrão de fecundidade se deu em contextos diferentes dentro de cada país (Johnson, 1960, Livi Bacci, 1968b). Aconteceu inicialmente em segmentos limitados da população, como já mencionado, criando diferenciais de comportamento de fecundidade inexistentes anteriormente; na medida em que os pioneiros intensificaram a prática de controle e outras camadas populacionais começaram a adotá-la. As diferenças diminuíram e a fecundidade declinou (Coale e Treadway, 1986). Todavia, com a modernização da sociedade europeia, certos fatores sócio-econômicos, como educação e mais urbanização, passaram a se destacar na explicação das divergências na fecundidade marital dentro dos países (Friedlander e Okun, 1996).

Mesmo com as diferenças internas, o padrão de fecundidade que passou a vigorar na Europa, na fase de transição até meados do século XX, pode ser descrito, de modo geral e simplificado, pela baixa fecundidade, concentrada ao redor do nível de reposição (2,1 filhos por mulher) e alcançada majoritariamente dentro do casamento formal; pela entrada precoce ao matrimônio e rejuvenescimento da idade média ao ter o primeiro filho; pela redução do intervalo entre os nascimentos dos primeiros filhos (geralmente de primeira e segunda ordem); pelo declínio dos nascimentos de elevada ordem, além da baixa proporção de solteiros e de nascimentos ilegítimos. Isso porque predominava o modelo familiar nuclear com fortes laços conjugais, cujas preocupações e gastos eram voltados para os filhos (Caldwell, 1976), fazendo com que o número de filhos tidos fosse reduzido, através do uso disseminado de contraceptivos, para permitir um maior investimento em capital humano da prole (Becker, 1991). Esse tipo de transição da fecundidade exemplifica, segundo Hirschman (2001), o modelo no qual o conhecimento do controle da natalidade e a legitimação da sua adoção foram os pré-requisitos primários para o declínio sustentável da fecundidade (p. 117-118), seguindo a linha de pensamento de Coale.

Donaldson (1991) argumenta que as mudanças no comportamento da fecundidade ocorreram sob certas regularidades, apesar das diferenças entre os países, e apresenta uma síntese de hipóteses gerais que resumiriam o comportamento dessa variável durante a transição demográfica. Dentre elas, tem-se que a fecundidade é um fenômeno social e é afetada por grupos de referência; está relacionada a um conjunto de valores e normas socioculturais; e a estrutura econômica e sua base técnica, ao afetar o uso do tempo, influencia a fecundidade (p. 18-19).

A fase pós-transição:

Começa a partir da segunda metade do século XX e se estende até os dias atuais. É tida como uma continuação da fase de transição (Coleman, 2004), ou ainda, como efeito de uma “postponement transition” (Bongaarts e Sobotka, 2012), ou mesmo como uma quebra dos paradigmas anteriores, caracterizando uma nova transição (Lesthaeghe, 2010; van de Kaa, 1987). De qualquer forma, algumas características do padrão de fecundidade se assemelham com o período anterior, enquanto que outras representam, de fato, quebra de paradigmas. No entanto, como essa fase ainda não finalizou, não é possível identificar o modelo que irá predominar no continente europeu. O que se pode fazer é apresentar as transformações que culminaram naquilo que se observa na atualidade.

A fase pós-transição é usualmente distinguida pela queda do nível de fecundidade para abaixo da reposição, alcançando, muitas vezes, patamares extremamente baixos – ao redor de 1,3 filhos por mulher, ou menos – em número importante de países europeus, conhecidos como de fecundidade do tipo *lowest-low* (Kohler et al., 2006). Além disso, para Lesthaeghe (2014), essa fase é marcada por 3 revoluções: contraceptiva, sexual e a de gênero, na qual o sistema “breadwinner” é questionado:

“[...] First, there was the contraceptive revolution, with the introduction of hormonal contraception and far more efficient IUDs; second, there was the sexual revolution, with declining ages at first sexual intercourse; and third, there was the sex revolution, questioning the sole breadwinner household model and the gendered division of labor that accompanied it.” (Lesthaeghe, 2014, p. 18114).

Durante essa fase, a sociedade europeia se tornou mais complexa, devido ao aprofundamento do processo de modernização iniciado na fase de transição, afetando, inclusive, o campo demográfico. A industrialização e a urbanização não se constituíram mais em fatores explicativos e a escolaridade passou a ter papel secundário, ou melhor, por sua universalidade, perdeu seu poder discriminatório nesse novo cenário de mudanças, ao contrário do que ocorreu na fase anterior (van de Kaa, 1987 e 2001). A combinação de transformações nas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais, levou a uma mudança do comportamento dos indivíduos em direção a uma maior satisfação pessoal e ao alcance de um tamanho cada vez mais reduzido da família.

Para além do cálculo econômico racional, a sociedade passa a se caracterizar pelo elevado grau de individualismo, já que as pessoas estão buscando a auto-satisfação e autonomia – em detrimento do comportamento coletivo guiado por ideologias sustentadas pela Igreja e pelo Estado – e por valores ligados ao pós-materialismo, como o hedonismo, igualdade social através da aceitação aos grupos

minoritários, liberdade de escolha e de ação, e tolerância a diferentes formas de comportamento (van de Kaa, 1987 e 2001; Lesthaeghe, 2010).

A transformação no sistema de valores, que se tornou mais alicerçado na individualidade e autonomia das pessoas, tem na Europa Ocidental o seu cerne, notadamente nos países historicamente conhecidos por serem mais avançados nas questões sócio-culturais, como França e Suécia (Lesthaeghe, 1983, van de Kaa, 1987, Kiernan, 2001)<sup>15</sup>. Nesses países, observou-se o enfraquecimento da instituição familiar tradicional, o crescimento das aspirações de bem-estar e redução da influência da religião e dos controles sociais no comportamento das pessoas (Lesthaeghe, 1983). Com isso, converteram-se em terreno fértil para que fenômenos como divórcio, coabitação, nascimentos fora do casamento e adiamento da nupcialidade, se desenvolvessem e ganhassem força, rompendo com o sistema nupcial e reprodutivo vigente desde a fase anterior, responsáveis por delimitar o padrão de fecundidade no continente. Mais tarde, o novo padrão se difundiu para outras regiões da Europa, chegando, recentemente, no sul europeu, onde se localizam os países que se destacam por apresentarem uma cultura mais tradicional (Lesthaeghe, 2014).

Esse sistema de valores, traduzido sob o termo “pós-modernismo” de van de Kaa (2001), juntamente com o fenômeno da globalização, elevou as aspirações dos jovens sem, necessariamente, prover os meios para alcançá-las (McDonald, 2002). Para satisfazerem as suas aspirações de consumo e lazer (Chesnais, 1999), os jovens, então, precisam investir em capital humano, já que a competitividade natural do processo de desregulamentação do mercado de trabalho ampliou a variação nos salários e afetou a progressão e a estabilidade na carreira (McDonald, 2006 e 2008). As consequências desse investimento são a postergação da saída da casa dos pais e da formação da própria família, comportamento esse denominado de postergação da transição para a fase adulta (Billari, 2008), que irá incidir no adiamento da idade ao ter o filho. É o caso, por exemplo, da Itália, onde é típico da população jovem postergar a saída da casa dos pais e assumir uma vida adulta independente e formar a própria família, sendo esse um fator importante para explicar a queda da fecundidade no país para níveis baixos (Livi Bacci, 2001). Ao mesmo tempo, outras opções, além da parentalidade, como trabalho e atividades de lazer, configuram-se alternativas interessantes à satisfação individual no atual contexto europeu, levando as pessoas a adiar a reprodução, ou mesmo evitá-la (Bachrach, 2001, p. 334). Nesse sentido, o próprio comportamento das mulheres se altera, já que elas começam a considerar o casamento como um mecanismo que as levaria de volta à dependência e à condição de subalternidade em relação ao marido. Por isso, a realização pessoal se torna ligada à independência

---

<sup>15</sup> Juntamente com a Europa Ocidental, os Estados Unidos também parece ser um dos pioneiros nas transformações comportamentais e reprodutivas que marcaram essa fase pós-transição da fecundidade.

financeira e de tempo, alcançada com a dedicação à profissão e desatrelada do casamento e da formação familiar (Chesnais, 1999).

A crise econômica que ocorreu no final da década de 2000, é um bom exemplo para entender como as alterações no poder de consumo das pessoas, juntamente com as incertezas econômicas e o desemprego, afetam a fecundidade, no contexto pós-moderno. A recessão, que data de aproximadamente 2008, ocorreu em uma escala global, mas afetou, sobretudo, os países mais desenvolvidos. O declínio da fecundidade foi notado como resposta à crise, conquanto esse movimento não tenha sido universal (Goldstein et. al, 2013). No sudeste europeu, os efeitos da crise foram sentidos com maior intensidade, enquanto que, para outros, como Suécia, Alemanha, Portugal e Áustria, houve aumento modesto da fecundidade em 2010 (Testa e Basten, 2014, p. 689). Além disso, entre os jovens, os planos reprodutivos estão mais expostos ao risco de mudança segundo os eventos durante o curso de vida (Goldstein et. al, 2013; Testa e Basten, 2013), daí que a fecundidade dessa parcela populacional é a que responde de modo mais contundente aos períodos de crise. Entre as mulheres mais educadas, também parece haver uma percepção da reprodução como um risco durante o momento de crise econômica e, por isso, são mais prováveis de reagir postergando os planos reprodutivos, principalmente em relação ao primeiro filho (Sobotka et. al, 2010, p. 23).

Segundo Testa e Basten (2014), as variáveis de “background” socioeconômico que mais influenciaram as intenções de fecundidade, durante o período de crise econômica européia, foram: idade, escolaridade, status marital, status de emprego e status social. As intenções eram positivamente associadas com nível de escolaridade e posicionamento na escala social, enquanto eram negativamente associadas com idade, ser mulher, solteiro ou separado, ou ser inativo (p. 710). Esses preditores influenciavam as intenções reprodutivas somente de pessoas sem filhos ou com apenas um filho, sendo que estar solteiro ou separado, e ter elevada escolaridade só era estatisticamente significativo na parturição 1 (p. 710). No entanto, os autores afirmam que constituir família, com pelo menos um filho, não é influenciada por fatores econômicos. Assim, se as condições financeiras são percebidas como se deteriorando, as pessoas reduzem suas intenções de tamanho familiar somente se elas já tiverem um filho (Testa e Basten, 2014, p. 716). A crise econômica que atingiu a Europa no final da década de 2000, portanto, teve apenas um efeito indireto nas intenções de fecundidade, aumentando a incerteza da possibilidade de realização dessas intenções, mas não as determinou (Testa e Basten, 2014, p. 717).

O declínio da fecundidade, em período de crise, está relacionado com a diminuição das intenções reprodutivas e com a postergação da entrada ao matrimônio (essencialmente nos países em que a reprodução ainda está atrelada ao casamento) e ao ter o primeiro filho, sendo observado um efeito “tempo” e, em menor medida, se nenhuma, uma queda do “quantum” na fecundidade (Sobotka et. al, 2010, p. 22). Conforme Sobotka et. al (2010), o fato de a crise ter ocorrido em um contexto peculiar,



em que parte expressiva das mulheres está inserida no mercado de trabalho, em que os métodos modernos de contracepção permitem aos casais maior flexibilidade de postergar a reprodução, e a idade ao ter o primeiro filho já é elevada, faz com que as mulheres, e os casais, tenham pouca flexibilidade de adiar a formação da prole para idades ainda maiores (p. 07). Essa conjuntura reforça o efeito negativo da crise na fecundidade, que é novamente conduzida para os níveis “lowest-low” naqueles países que possuem um histórico de baixa fecundidade, levando a uma interrupção da tendência de aumento verificada nos anos anteriores (Goldstein et. al, 2013).

Não obstante a crise econômica, a postergação da formação familiar está relacionada, também, a outro fator que se tornou típico dessa fase: trata-se da coabitação. Enquanto que grande parte da população casava-se formalmente durante a fase anterior, na pós-transição, a taxa de casamento formal declinou substantivamente e foi compensado, parcialmente, pelo aumento (ou difusão) da coabitação, já que outra parcela é devido ao aumento de pessoas que optaram por permanecer solteiras (Frejka e Ross, 2001).

A coabitação era praticamente invisível até a década de 70, embora fosse adotada por subgrupos populacionais, especialmente entre aqueles de baixa renda e moradores de zonas rurais, como também entre intelectuais que se opunham ideologicamente ao casamento e para aqueles cujo casamento havia terminado, mas eram impossibilitados de obter o divórcio (Kiernan, 2001, p. 01). Entre as décadas de 50 e 60, tornou-se uma opção comum após o rompimento do casamento, sobressaindo, inclusive, em relação ao recasamento; porém, foi no final da década de 70 que ganhou contornos pós-modernos e se difundiu na Europa. Kiernan (2001) exemplifica as transformações que ocorreram na coabitação em quatro estágios:

“[...] in the first stage cohabitation emerges as a deviant or avant-garde phenomenon practiced by a small group of the single population, whilst the great majority of the population marry directly. In the second stage cohabitation functions as either a prelude or a probationary period where the strength of the relationship may be tested prior to committing to marriage and is predominantly a childless phase. In the third stage cohabitation becomes socially acceptable as an alternative to marriage and becoming a parent is no longer restricted to marriage. Finally, in the fourth stage, cohabitation and marriage become indistinguishable with children being born and reared within both, and the partnership transition could be said to be complete.” (Kiernan, 2001, p. 03).

A coabitação pós-moderna é mais comum entre os jovens, mas também se popularizou entre os mais velhos (acima de 30 anos). Entre os que coabitam, uma parte acaba se casando formalmente, porém a uma idade mais alta, em comparação com aqueles que não coabitam antes do casamento formal (Kiernan, 2001). Aliado à coabitação, verifica-se uma elevação das taxas de divórcio, mas uma redução nas taxas de recasamento entre os divorciados, colocando em xeque a estabilidade do casamento e, com isso, a reprodução intra-marital (Toulemon et al, 2008; Lesthaeghe, 2001).

Essa nova forma de nupcialidade, bastante relacionada à maior igualdade nos papéis de gênero, elevada escolaridade dos parceiros e relaxamento com certas tradições familiares (Baizán et al, 2001), tem impactos na reprodução, uma vez que houve um aumento importante das taxas de nascimento fora do casamento formal (Billari, 2008). Ou seja, a entrada à maternidade ocorre enquanto os casais estão coabitando, mas mesmo assim ela se dá mais tardiamente, na contramão da idade relativamente mais baixa ao ter o primeiro filho na fase de transição (Lesthaeghe, 2010). Dessa forma, a contração de matrimônio e a fecundidade marital estão perdendo cada vez mais espaço para explicar as oscilações no total da fecundidade de uma população. Mesmo assim, vale mencionar, que há países do sul europeu, como a Espanha, por exemplo, em que a coabitação está se propagando a um ritmo bem menor, e nos quais o matrimônio formal ainda é o principal prelúdio à formação familiar (Baizán et al, 2001).

O adiamento da entrada à maternidade, fruto do comportamento pós-moderno das pessoas e das conjunturas socioeconômicas, aliado ao uso de métodos efetivos de contracepção, tem sido determinante para a existência de uma proporção cada vez maior de mulheres sem filhos e de casais com apenas um filho (van de Kaa, 2002; Morgan e Taylor, 2006; Frejka e Sardon, 2006; Kohler et al., 2002). Embora famílias com dois filhos ainda sejam predominantes, a probabilidade de as mulheres terem dois ou mais filhos está diminuindo no atual contexto, ocasionando uma fecundidade muito baixa, principalmente entre os países localizados no Leste Europeu e na Europa Central (Frejka e Sardon, 2006). No entanto, o número desejado de filhos girava em torno de 2 no início do século XXI, sinalizando que as mulheres na Europa estão tendo menos filhos do que gostariam (Bongaarts, 2002b; Bachrach, 2001), em contraposição ao que se observou nas fases anteriores. De acordo com Bongaarts (2001), na pré-transição, as preferências e a fecundidade eram ambas elevadas e, portanto, a fecundidade não desejada era relativamente incomum (p. 266). Durante o início do período de transição, todavia, a fecundidade não desejada aumentou bastante, em consequência da redução do tamanho desejado da prole e da insuficiência dos métodos contraceptivos disponíveis para atingir as preferências (Bongaarts, 2001, p. 266). Essa situação se manteve até o final da transição, quando os casais puderam implementar as suas intenções reprodutivas, fazendo uso de meios de contracepção efetivos, reduzindo a fecundidade não desejada (Bongaarts, 2001, p. 266). A questão continua na fase

pós-transicional, haja vista que os casais (mas, essencialmente, as mulheres) não estão conseguindo implementar suas preferências reprodutivas; contudo, atualmente se tem menos filhos que o desejado.

Essas transformações acabaram alterando o padrão, até então predominante, de fecundidade por idade da mulher. Houve um declínio da fecundidade nas idades mais jovens (abaixo dos 25 anos) e, em contraposição, um aumento nas idades reprodutivas intermediárias, a saber, no grupo 25-29 e em especial no grupo 30-34, com tendência de suave incremento nas idades acima de 35 anos (Toulemon, 1988, p. 09). Frejka e Sardon (2004), contudo, chamam a atenção para o fato de o adiamento da fecundidade não ser totalmente compensado quando a mulher atinge essas idades mais velhas. Daí que, em alguns países, o número médio de filhos tidos, por mulheres de coortes cujo início da vida reprodutiva coincide com o período pós-transição, ser menor quando comparado com o das coortes mais antigas, boa parte explicado por esse adiamento (p. 326-327).

Mudanças na composição por parturição da população e o efeito *tempo* são fatores bastante recorrentes para explicar a alteração no padrão da fecundidade, por idade, no continente europeu (Kohler et al., 2002; Bongaarts e Feeney, 1998). Alguns estudos (ver, por exemplo, Bongaarts, 2002b; Frejka e Sobotka, 2008; Casterline, 2001; Sobotka, 2002) chamam a atenção para a influência dos efeitos de adiamento da maternidade – combinado com a posterior recuperação dos nascimentos – e da diminuição da progressão da parturição para diferentes ordens de nascimento, no comportamento da fecundidade em distintos países europeus. Conforme Frejka e Sardon (2004; 2007), já para as coortes de mulheres nascidas na década de 60, foi possível verificar o declínio da progressão para o primeiro nascimento; a tendência de redução no percentual de mulheres de parturição dois; aumento de mulheres sem filhos e da idade média ao primeiro filho, esses últimos como resultado do adiamento da maternidade. Todas essas características vão de encontro ao que se notava para coortes mais antigas, como para aquelas nascidas na década de 30, por exemplo.

A configuração desse novo padrão de fecundidade não ocorreu de maneira uniforme no continente, até porque se tratam de realidades distintas, em distintitos níveis de desenvolvimento socioeconômico e com diferentes regimes de estado de bem-estar social e políticas familiares, que impactam diretamente na fecundidade dos países (Sánchez-Barricarte e Fernández-Carro, 2007; McDonald, 2007). No leste europeu, e em alguns países da região central, por exemplo, as mudanças só foram notadas a partir dos anos 90, com a queda do regime socialista, ao passo que já estavam consolidadas no lado da Europa Ocidental (Sobotka, 2002). O declínio da fecundidade para níveis baixos ocorreu primeiramente no norte e oeste europeu, um pouco mais tarde na parte sul e, depois, nos países de regime socialista (van de Kaa, 2002, p. 10-11). Além disso, segundo Sobotka (2002), a forte redução da fecundidade para níveis muito baixos nos países do Leste Europeu foi acompanhada pelo aumento da fecundidade fora do casamento e do uso de contracepção, pelo adiamento do nascimento do primeiro filho e pela queda

na parturição igual ou acima de 2 filhos, ou seja, foi acompanhada de mudanças na formação familiar e no comportamento reprodutivo pela sociedade. Assim, a redução da fecundidade se tornou uma ferramenta da população para se ajustar às mudanças econômicas e sociais em curso nessa região (p. 02). Com isso, os países do Leste Europeu mudaram de posição no mapa da fecundidade européia: passaram de países de “fecundidade mais alta” para países de “fecundidade mais baixa” (p. 10-11).

No contexto atual, em que fatores de ordem cultural, social e de desenvolvimento ganham ainda mais visibilidade para explicar o comportamento de fecundidade e nupcialidade das populações, é possível identificar, de modo geral, a existência de, pelo menos, dois grupos distintos, que resumem a realidade européia. Um primeiro grupo no qual é possível verificar outros tipos de arranjos familiares, como a coabitação pré e pós-marital; no qual a taxa de divórcio e a idade à primeira união são elevadas; onde, dado o rompimento marital e a fecundidade fora do matrimônio, as mulheres são mais prováveis de passar algum tempo como mães solteiras (Rindfuss et al., 2003; Kuijsten, 1995). Nesse grupo encontram-se os países com fecundidade pouco abaixo do nível de reposição, nos quais as mulheres têm mais facilidades e incentivos para implementarem suas preferências reprodutivas, para ter mais ou menos filhos, mesmo com o adiamento da entrada à maternidade. Esse primeiro grupo é liderado por países como França, Suécia, Bélgica e Holanda, nos quais há uma maior igualdade de gênero e o Estado intervém mais eficazmente através de medidas que permitam às mulheres conciliar trabalho com cuidados com os filhos, levando à recuperação dos nascimentos adiados (Hoem, 2005; Chesnais, 1996; McDonald, 2000).

No segundo grupo, entretanto, a coabitação não é considerada, por enquanto, como um tipo de arranjo domiciliar alternativo, prevalecendo, majoritariamente, o casamento formal. A reprodução ocorre quase que necessariamente dentro do matrimônio e há uma baixa ocorrência de divórcios. Mesmo assim, a idade média à primeira união e ao nascimento do primeiro filho são elevadas (van de Kaa, 2002; Baizán et al., 2001). Ademais, a fecundidade está muito abaixo do nível de reposição, já que a probabilidade de haver parturições acima de um filho não é tão comum (Frejka e Ross, 2001), e as mulheres tendem a alcançar um tamanho menor da prole do que gostariam, fruto das preferências competitivas (Bongaarts, 2001). Assim, o nível de fecundidade é considerado do tipo *lowest-low*, ou seja, em torno de 1,3 filhos por mulher (Kohler et al., 2001). Esse grupo é encabeçado por países como Itália, Espanha, Grécia, Portugal e Alemanha, onde, como mencionado, ainda predominam costumes tradicionais de formação familiar, com ênfase no papel exclusivo da mulher no cuidado doméstico, além de uma atuação pequena, e muitas vezes pouco eficaz, do Estado para possibilitar a ela combinar trabalho e família (Morgan e Taylor, 2006; Teitelbaum, 1999; De Laat e Sanz, 2007; Mills et. al, 2008).

Apesar dessas diferenças entre os países, que não devem ser desconsideradas, existem evidências que sinalizam a redução da diferença no nível de fecundidade na Europa, já que os países tradicionalmente conhecidos por possuírem fecundidade *lowest-low* estão aumentando sua fecundidade de período como consequência da anterior diminuição na postergação dos nascimentos (Sobotka, 2004; Bongaarts e Sobotka, 2012). Não são apenas as diversidades entre países que está declinando, mas igualmente dentro dos países, entre grupos sociais distintos. Na França, país com uma das maiores taxas de fecundidade do continente, o número médio de filhos tidos, pelas mulheres mais educadas, é menor do que entre as de menor escolaridade, no entanto, a diferença de fecundidade, por nível educacional, é menor nesse país quando se compara com outros da mesma região (Toulemon et al., 2008, p. 519-520).

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à elevada fecundidade – para o padrão europeu – em países como Suécia e França, precursores da fase pós-transição, sugerindo que essa fase não é, necessariamente, determinada por fecundidade do tipo “lowest-low”, e nem pela propagação de intenções de fecundidade abaixo da reprodução (Sobotka, 2008). Adicionalmente, a relação entre desenvolvimento sócio-econômico e fecundidade parece estar se invertendo nesses mesmos países, uma vez que o avanço nas dimensões sociais e econômicas propicia o aumento da fecundidade, que se dá nas idades mais velhas (Myrskylä et al., 2011). Isso acontece, em grande parte, associado à igualdade de gênero. Assim, países que possuem elevado grau de desenvolvimento, medido por saúde, educação e renda, porém, baixo grau de equidade de gênero, são aqueles que continuam experimentando declínio na fecundidade, como na Itália; enquanto que os países, como a Suécia e França, que além do desenvolvimento avançado, também estão na vanguarda da igualdade nos papéis de gênero, apresentam aumento da fecundidade (McDonald, 2000; Myrskylä et al., 2011). Isso significa que, nessas sociedades, ao contrário do que ocorreu no período de transição, os determinantes próximos da fecundidade, listados por Bongaarts (1978), interferem pouco nas oscilações do número de filhos que porventura as mulheres venham a ter no contexto vigente. Aspectos comportamentais, de valores e estruturais parecem influenciar diretamente o comportamento reprodutivo, em uma escala não observada nas outras fases.

O adiamento da entrada à maternidade, permitida através do uso de métodos contraceptivos modernos e eficientes; a baixa probabilidade de as mulheres terem dois ou mais filhos, fazendo com que a fecundidade se concentre abaixo do nível de reposição; a disseminação da coabitação e a elevada proporção de solteiros e de casais sem filhos são, no entanto, algumas características comuns a, praticamente, todos os países europeus, indicando que o padrão de fecundidade atual tem suas especificidades que o diferencia daqueles vigentes em fases anteriores. Ademais, ao contrário do que ocorreu durante a fase de transição, a permanência da queda da fecundidade para níveis muito baixos,

nesse período, não trouxe consigo o “bônus demográfico”, sobretudo nos países europeus já envelhecidos.

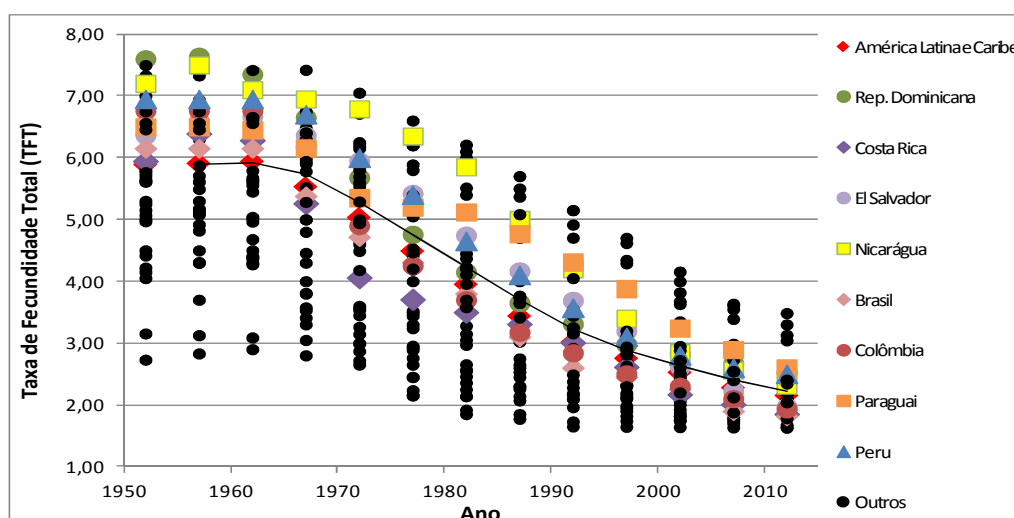
Resumindo, o atual padrão de fecundidade (ou padrões, se é levado em conta a diferença marcante entre os países) está inserido no cenário de maior presença feminina na educação superior e no mercado de trabalho, e maior investimento, por parte das mulheres, no desenvolvimento da carreira, bem como na independência econômica (Sánchez-Barricarte e Fernández-Carro, 2007), aliado à busca da autonomia e satisfação individuais e às maiores incertezas que levam ao adiamento da transição para a vida adulta. Tudo isso se reflete nas transformações ocorridas no casamento, na composição e tamanho domiciliar e na formação das famílias, o que acaba determinando o comportamento reprodutivo da população na atualidade (Billari, 2008; Kuijsten, 1995).

## 2.2. O contexto latino-americano

A região da América Latina e o Caribe já foi alvo de estudos, devido, principalmente, à rapidez com que se dera o fenômeno conhecido como transição demográfica, no que tange, em especial, à fecundidade.

O processo de declínio da fecundidade, na região, iniciou-se a partir da segunda metade do século XX (com exceção de Argentina e Uruguai, para os quais o início foi mais cedo), embora com diferenças entre os países quanto ao início e à velocidade da queda, e, atualmente, é possível notar que um número considerável de países apresenta uma taxa de fecundidade total próxima do nível de reposição, e mesmo abaixo (UN DESA, 2015a). O GRAF. 2.2.1 ilustra bem esse panorama:

**Gráfico 2.2.1: Taxa de Fecundidade Total (TFT) para os países da América Latina e Caribe (1950-2015)\*.**



\*Em destaque os países que serão objeto de análise mais detalhada nesta tese.

Fonte: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015a).

O GRAF. 2.2.1 mostra o declínio da fecundidade na região e aponta para a diminuição das diferenças entre os países, já que o intervalo de variação da TFT diminuiu ao longo do tempo, sendo que, para o ano mais recente, a maioria dos países tem menos de 3 filhos por mulher. Em nenhum país chega a 4 filhos por mulher. Ademais, é possível verificar a velocidade de queda da fecundidade desde o início da transição, pois em um intervalo de 50 anos (década de 60 até a década de 2010) a TFT diminuiu sobremaneira.

Dessa forma, a diferença de regime de fecundidade entre os países europeus e os latino-americanos diminuiu consideravelmente nos últimos anos. Casterline (2001) já havia chamado a atenção para o ritmo de declínio da fecundidade entre os países latino-americanos e para o baixo nível alcançado por alguns deles, e Bongaarts (2002a) notara a aproximação com o nível de fecundidade dos países europeus, desde início do século XXI. Essas tendências se acentuaram a partir da segunda década do presente século.

Esses elementos ajudam a entender o atual padrão de fecundidade da população, que é peça-chave para o delineamento do cenário demográfico existente, quando examinados em conjunto com outros indicadores. Contudo, a falta de dados (ou sua debilidade), aliada à pouca atenção atribuída a alguns indicadores de fecundidade, faz com que o estudo da evolução no comportamento reprodutivo, na região, ainda não esteja esgotado. Ademais, são poucos estudos que abarcam número considerável de países latino-americanos e detalham o comportamento dos principais indicadores, sob uma perspectiva comparada. Com isso, cria-se uma necessidade de avaliar as principais transformações ocorridas ao longo do tempo e que são essenciais para verificar o caminho percorrido pelos países da América Latina e Caribe até hoje.

Diante dessa lacuna, o presente tópico pormenoriza a evolução do padrão de fecundidade na América Latina e Caribe (ALC), apresentando, de maneira sistemática, as principais modificações em sua composição, encontradas na literatura. Em razão da relativa abundância de estudos sobre as causas e consequências de tais mudanças, estes aspectos não serão tratados. Busca-se, por conseguinte, apontar como os indicadores, que compõem o padrão de fecundidade, foram evoluindo ao longo do processo transitório e como se configuram na atualidade, de modo a ter elementos suficientes para entender em que medida a realidade latino-americana está próxima da realidade européia.

#### *A América Latina no período pré-transicional: um breve estudo*

A maior parte da literatura que trata do estudo da fecundidade na ALC está restrita ao período de transição, que compreende desde a década de 60 (já que foi nessa época que grande parte dos países iniciou o processo) até os dias correntes. A justificativa para a escassez de trabalhos sobre a fase pré-

transicional reside na falta de dados e na pouca confiabilidade daqueles existentes (Collver, 1965; Guzmán e Rodríguez, 1993)<sup>16</sup>. O fato de a maioria dos países latino-americanos iniciar o processo de transição, pelo menos de modo mais notório, a partir dos anos 60, é que define a fase pré-transicional como o período compreendido anteriormente a essa data<sup>17</sup>.

A fecundidade pré-transicional da ALC não diferiu significativamente da fecundidade observada no início da transição, além de se manter em níveis relativamente estáveis (Guzmán e Rodríguez, 1993). Os países, para os quais há dados dessa época, diferiam, no entanto, quanto ao nível da taxa de fecundidade total (TFT). Enquanto que Argentina e Uruguai, por exemplo, apresentavam uma TFT relativamente moderada no início do século XX (ao redor de 4 filhos por mulher), a TFT de Colômbia e Honduras oscilava próximo dos 6,5 filhos por mulher (Guzmán e Rodríguez, 1993). Situação semelhante observada para Brasil, onde o nível da fecundidade, antes de 1950, se concentrava ao redor de 6,0 filhos por mulher (Fernandez e Carvalho, 1986; Frias e Oliveira, 1991).

Apesar das diferenças, o nível geral da fecundidade, na região, era elevado no início do século XX, com a maioria dos países apresentando taxa de natalidade acima de 40 por mil, com o Uruguai constituindo a única exceção (Miró, 1966; Collver, 1965). Entretanto, as duas guerras mundiais, somadas aos períodos de conflitos internos, ou com outros países, e ainda, às crises econômicas, fizeram com que a fecundidade de período de muitos países oscilasse consideravelmente nessa fase, se refletindo na natalidade. É o caso, por exemplo, da Bolívia, cuja taxa de natalidade diminuiu bastante nos anos 30, como efeito provável da crise econômica e da Guerra do Chaco, para aumentar nos anos 40, chegando a níveis extremamente elevados, como efeito da Segunda Grande Guerra, e passar a diminuir depois dos anos 50, acompanhando um comportamento descontínuo da fecundidade da Bolívia nesses anos (Collver, 1965). Reher e Requena (2014a) delimitam um ciclo de fecundidade, para a América Latina como um todo, parecido com o que se observou para a Bolívia. Segundo os autores, a fecundidade apresentava baixos níveis no começo da década de 40 e baixos níveis no final dos anos 50, e altos níveis entre 1940-1950 (p. 326).

O período prévio a 1930 foi marcado por baixo crescimento populacional na região, consequência da elevada mortalidade que acompanhava a alta fecundidade. A partir dessa data, um novo contexto

---

<sup>16</sup> Conquanto no Brasil já fosse possível obter dados de qualidade a partir de 1930, com aplicação de técnicas específicas de estimação (Frias e Carvalho, 1994). No caso do México, também é possível encontrar variados trabalhos que tratam do contexto demográfico antes do período de transição (ver, por exemplo, Zavala de Cosío, 2014; Juárez et al., 1989; Rabell e Rocha, 1986), atestando para a existência de dados suficientes e confiáveis mesmo antes da década de 60.

<sup>17</sup> Vale ressaltar que há países, como Argentina e Uruguai, que iniciaram a transição da fecundidade antes da década de 60.



sócio-econômico se descortinou para numerosos países. Melhorias significativas nas condições sanitárias e de higiene da população possibilitaram a redução da mortalidade, principalmente da infantil (Horwitz e Burke, 1966; Miró, 1966), e houve avanços nas condições de vida das pessoas, tanto na esfera da saúde como na econômica, permitindo um aumento no número de filhos sobreviventes (Chackiel e Schkolnik, 1996). O resultado foi um crescimento demográfico considerável na região, já que o declínio da mortalidade na América Latina não foi seguido pela redução da fecundidade, mas sim, por sua manutenção em patamar elevado (Collver, 1965; Guzmán e Rodríguez, 1993). Esse cenário foi responsável pelo processo de transição da fecundidade na América Latina ter se iniciado a partir de elevados níveis (acima de 5 filhos por mulher), enquanto que na Europa tal processo começou com níveis entre 4 e 5 filhos, mesmo na ausência de qualquer controle (Hirschman, 2001). O “baby boom” latino-americano, no entanto, se deu em moldes parecidos ao do fenômeno do “baby boom” europeu observado durante a primeira fase da transição, e na mesma época, decorrente, em grande parte, da diminuição da infertilidade e do aumento da parturição nos países<sup>18</sup> (Reher e Requena, 2014b).

As elevadas taxas de fecundidade, registradas para os países latino-americanos entre as décadas de 50 e 60, período imediatamente anterior ao processo de transição da fecundidade, estão relacionadas não somente à redução da mortalidade, mas igualmente ao aumento da nupcialidade. E esse aumento já era uma tendência observada em décadas anteriores (Guzmán e Rodríguez, 1993). Assim, a união, seja ela formal ou através de união consensual, se tornou uma prática cada vez mais comum na América Latina, e ocorria precocemente entre a população (Fussell e Palloni, 2004; Rosero-Bixby, 1996). O contrário era encontrado na Europa tradicional do período pré-transição, onde as regras matrimoniais eram rígidas e os jovens só poderiam se unir quando se tornassem economicamente independentes e tivessem condições de prover uma família, levando ao adiamento da idade ao se casar. Mas, na América Latina, as regras eram muito mais flexíveis, permitindo que os jovens contraíssem matrimônio e formassem uma nova família, mesmo permanecendo na casa dos pais ou parentes (Fussell e Palloni, 2004).

A união consensual se apresentava como uma alternativa ao casamento formal em muitos países da América Latina, mesmo no período pré-transicional. Esse tipo de nupcialidade já estava consolidado na Guatemala, no Panamá, na República Dominicana e em El Salvador, onde a união consensual se dava na adolescência e a proporção de mulheres unidas tendia a ser superior ao de mulheres casadas formalmente, principalmente nas camadas mais pobres (Camisa, 1971; Sánchez-Albornoz, 1973).

---

<sup>18</sup> Cabe mencionar que nem todos os países vivenciaram o fenômeno do “baby boom” na América Latina. São os casos de Argentina, Brasil e Uruguai (Reher e Requena, 2014b).

Mesmo que parte das uniões acabasse se transformando em casamento formal, a proporção de nascimentos ilegítimos, ou seja, fora do casamento formal, era elevada nesses países (Sánchez-Albornoz, 1973, p. 245). Por outro lado, no Chile, na Argentina e no Uruguai a união consensual tinha pouca importância, nessa época, e a nupcialidade era nutrida, majoritariamente, pelos casamentos formais, que ocorriam a uma idade mais avançada que no restante da América Latina (Camisa, 1971, p. 40).

Diante das diferenças na nupcialidade, Zavala de Cosío (1993) dividiu a América Latina em três grupos: 1)- países com nupcialidade muito jovem, com idade média à primeira união entre 18 e 19 anos, que constituem a América Central e o Caribe; 2)- países com nupcialidade precoce, com idade média entre 20 e 21 anos, casos de Colômbia, Peru, Paraguai, Costa Rica, México, entre outros; 3)- países com nupcialidade tardia, entre 22 e 23 anos: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Conquanto fosse notável a diferença entre os grupos, durante o período pré-transição a entrada ao matrimônio se deu a idades mais jovens, com declínio, em toda a região, da idade média à primeira união (Zavala de Cosío, 1993). Esse cenário resultou no “marriage boom latino-americano”, caracterizado pelo aumento da nupcialidade e sua maior durabilidade, proporcionado pela urbanização acelerada e rápido crescimento econômico, pela maior oferta de empregos nos setores industriais e terciários e mudanças nas práticas matrimoniais (Zavala de Cosío, 1993, p. 09).

O final da adolescência, portanto, representava o ponto de partida para uma nova fase na vida dos latino-americanos, haja vista que a experiência sexual e a formação da uma união (seja ela formal ou informal) ocorriam, na média, entre os adolescentes mais velhos, e, embora os nascimentos pré-maritais eram relativamente incomuns, eles tendiam a ocorrer a uma idade jovem (Heaton et al., 2002). Essas características, contudo, eram bastante diferentes segundo a escolaridade e a situação domiciliar, com a população mais escolarizada e urbana apresentando um comportamento mais parecido com o que era encontrado na Europa (Heaton et al., 2002). Cabe ressaltar, ainda, que conforme García e Rojas (2001), a idade média ao primeiro casamento na América Latina se manteve aproximadamente estável ao longo do curso do século XX, não possuindo um papel importante no processo de redução da fecundidade (p. 04).

Conforme Watkins (1987), nem a “terminação”<sup>19</sup> da reprodução, nem o “espaçamento”<sup>20</sup> eram meios sistematicamente praticados de controle do tamanho familiar no período de pré-transição, tanto na Europa como no mundo em desenvolvimento (p. 649), o que pode ser perfeitamente estendido para o caso latino-americano. Até porque os nascimentos aconteciam dentro de um curto intervalo de tempo,

---

<sup>19</sup> Terminação ou, no original, em inglês, “stopping”.

<sup>20</sup> Do original, em inglês, “spacing”.

o que contribuía para uma elevada progressão da parturição (Zavala de Cosío, 1996). Assim, tanto países da ALC, quanto os europeus, apresentavam um comportamento da fecundidade marital muito similar e próximo do modelo natural (Zavala de Cosío, 1996).

Conquanto não houvesse um controle deliberado da natalidade pela maioria da população, existiam alguns grupos sociais específicos que praticavam de modo intencional alguma forma de limitação do tamanho familiar (Guzmán e Rodríguez, 1993; Zavala de Cosío, 1996). Esses grupos eram representados, em grande parte, pelas “elites” sociais, notadamente residentes em áreas urbanas e com elevada escolaridade, como é sinalado por Rosero-Bixby (1999) para o caso da Costa Rica. Não obstante, a maior parte da população seguia com o comportamento de elevada fecundidade, uma vez que os canais de difusão dos ideais de família pequena e de controle da natalidade eram escassos ou inexistentes, e a mobilidade social era bastante reduzida na região (Bravo, 1996; Guzmán, 1996). Com isso, existia uma barreira social, econômica e cultural, impedindo que o comportamento das classes mais abastadas, em menor tamanho, fosse difundido para os estratos sociais mais baixos, que englobavam a maior parcela populacional.

O tamanho reduzido da prole não se restringiu a apenas certos grupos sociais. Cuba, Argentina e Uruguai também apresentavam fecundidade relativamente menor bem antes do processo generalizado de transição. Esses países tendiam a seguir um comportamento reprodutivo similar ao que existia nos países do sudoeste europeu, como Itália, Espanha e Portugal, fruto da massiva população de imigrantes que saíram da Europa e se estabeleceram em seus territórios (Stycos, 1978; Brea, 2003). Um exemplo é que, nos três países latino-americanos, a taxa bruta de reprodução era inferior a 2 filhas no meio do século XX, enquanto o valor dessa taxa era de 2,6 filhas para o total da América Latina, indicando um comportamento reprodutivo, desses países, descolado do restante da região (Sánchez-Albornoz, 1973, p. 241).

Dessa forma, é possível perceber que já havia uma distinção tanto dentro dos países quanto entre eles, no que tange ao perfil de fecundidade, antes mesmo do início da transição. E isso sustenta a idéia de que os indicadores de fecundidade não seguiram uma tendência de comportamento homogêneo e uniforme na América Latina. Mas isso não é uma exclusividade da região, haja vista que o continente europeu possuía divergências internas, com os países trilhando caminhos diferenciados, que culminaram em especificidades no comportamento global da fecundidade.

A ALC, de maneira geral, contudo, apresentava um modelo de fecundidade pré-transicional bem característico, que pode ser resumido do seguinte modo: o início da vida sexual ocorria no final da adolescência, com a união se dando, em média, um ano depois e a maternidade acontecendo um ano após o início da união (Heaton et al., 2002). A nupcialidade era quase universal, mas o tipo de união

não se reduzia ao casamento formal, já que a união informal (conhecida como união consensual) era uma prática comum em muitos países, em especial naqueles da América Central, antes mesmo da transição (García e Rojas, 2001; Esteve et al., 2012)<sup>21</sup>. Ademais, no período imediatamente anterior à transição, a progressão da parturição era elevada e a estrutura jovem da fecundidade tendia a seguir o regime conhecido como natural, com o grupo etário 25-29 tendo o maior peso na distribuição relativa da fecundidade específica por idade, e ocorrendo quedas bruscas nas taxas a partir dos grupos etários mais velhos – 35 à 49 anos – (CEPAL, 2008). A fecundidade, portanto, era alta e não havia um controle massivo e deliberado do tamanho da prole. Os mecanismos malthusianos, denominados de xeques preventivos, como adiamento do casamento e celibato permanente, não se verificaram na ALC, durante a época de pré-transição.

A fase pré-transição não apresentou muitas surpresas quanto ao perfil da fecundidade, devendo salientar, no entanto, as transformações que aconteceram no contexto latino-americano, e que foram imprescindíveis para que o declínio da fecundidade se tornasse factível. No âmbito da cultura, a semana da Arte Moderna no Brasil, o surgimento de artistas influentes, como Frida Kahlo, no México e Pablo Neruda, no Chile, influenciaram sobremaneira o comportamento da população (Skidmore et al., 2013); o rádio e, mais tarde, a televisão, revolucionaram a forma como as pessoas se informavam (Skidmore et al., 2013). Quanto à televisão, cabe salientar que ela desempenhou um papel relevante na sociedade brasileira, segundo afirmam Faria e Potter: “[...] a crescente exposição à mídia convergiram para institucionalizar e difundir novos padrões de valores e regras de comportamento que levaram a uma mudança generalizada no tamanho das famílias e uma crescente demanda por regulação da fecundidade.” (2002, p. 22). A urbanização e o crescimento da classe média propiciaram a expansão do sistema educacional e uma maior inclusão das mulheres nas universidades; um maior contingente

---

<sup>21</sup> A união consensual era uma alternativa ao casamento e estava relacionada a fatores culturais e socioeconômicos. Essa alternativa era uma prática bem antiga, observada desde o período colonial da região; era recorrida pela população mais empobrecida e que vivia nas áreas rurais e em setores urbanos marginalizados; tinha, geralmente, um caráter precoce e estava ligada à reprodução (Vignoli, 2004b; Esteve et al, 2012; García e Rojas, 2001). Com isso, a união informal presente na fase pré-transitória da América Latina é bem distinta da união informal verificada no contexto europeu, e de uma nova forma de união informal que está em curso na região.

Nesse trabalho, consideramos união informal e união livre como sinônimos, contudo, a fim de facilitar o entendimento, tomamos união consensual como união livre tradicional, ou seja, praticada por setores mais pobres e menos escolarizados da sociedade, que recorrem a essa opção de nupcialidade como alternativa ao casamento, que é mais caro, e está relacionada ao concubinato; e coabitação como união livre moderna, praticada por setores mais abastados e mais escolarizados da sociedade e, mesmo se tornando uma opção ao casamento formal, está mais ligada aos novos valores sociais e culturais, ao comportamento moderno, e à redução da influência da Igreja na vida privada das pessoas (Esteve et al, 2012). No entanto, é importante esclarecer que essa separação entre união consensual e coabitação foi uma estratégia adotada para facilitar a leitura, e as estatísticas não fazem esta diferenciação.

populacional passou a travar contato com livros e outras formas de leitura (Skidmore et al., 2013, p. 416). Nessa época, houve mudança na sociedade civil, na consciência política e na interação social; movimentos sociais e o aparecimento de novos atores na estratificação social ajudaram a desenhar a nova realidade que se despontava na região (Radcliffe, 2004). As mulheres adquiriram o direito de votar, mas quem comandava a arena política eram empresários e industrialistas, além dos latifundiários, que conformavam a oligarquia latino-americana, muitas vezes recorrendo às forças armadas, que, por sua vez, conquistavam cada vez mais notoriedade (Holden e Villars, 2013, p. 45). Esses são alguns fatores que contribuiram para traçar o cenário que serviria de pano de fundo para o processo de transição da fecundidade.

*O período de transição e a definição do padrão de fecundidade:*

A transição da fecundidade na ALC, como já mencionado, é considerada como tendo início na década de 60, quando a maioria dos países da região começou o processo irreversível de declínio da fecundidade (Guzmán, 1996), muito embora Argentina e Uruguai já estivessem em estágio avançado. Essa transição, conforme Schkolnik (2004), se apresenta em três fases. A primeira, que vai até aproximadamente o início da década de 70, foi marcada por uma relativa estabilidade, leve declínio ou, ainda, aumento dos níveis de fecundidade em alguns países, embora a tendência prevalecente fosse de queda, com destaque para Chile, Brasil e Costa Rica, países que apresentaram os maiores declínios na fecundidade (p. 36). A segunda fase, que vai até o quinquênio 1980-85, é considerada um período crítico, com mudanças demográficas significativas, especialmente quanto à redução da fecundidade (Schkolnik, 2004). Nessa fase, houve uma aceleração da queda da fecundidade em alguns países, em especial o caso de Cuba, no qual a velocidade acelerada levou a fecundidade a um patamar abaixo do nível de reposição, e, em menor grau, Chile e Brasil; para a maioria restante dos países, o declínio foi menor ou mesmo de pouca significância (Schkolnik, 2004, p. 37). A terceira fase, entre 1980-85 e 1995-2000, permaneceu com a tendência descendente dos níveis de fecundidade. No entanto, houve redução do ritmo de queda nos países que antes apresentavam rápido declínio, com exceção do Brasil, e aumento da velocidade entre aqueles considerados como de transição moderada ou incipiente, como Honduras, Guatemala e Haiti (Schkolnik, 2004, p. 37-38). Nessa época, já era possível perceber a redução das diferenças entre os países e, assim, uma convergência dos níveis de fecundidade na região, comparativamente ao início do processo.

As transformações iniciadas na primeira metade do século XX acentuaram-se na segunda metade, modificando o contexto latino-americano. O crescimento industrial e a difusão de padrões de consumo, em conjunto com o crescimento dos meios de comunicação e da educação formal, principalmente nos grandes centros urbanos, atraíram um grande contingente populacional, intensificando a urbanização (Carvalho et al., 1981). O êxodo rural ganhou importância, já que as

pessoas buscavam melhores condições de vida propiciadas pelas cidades. Esse movimento era praticado pelas pessoas mais qualificadas (entre 15 e 35 anos, que sabia ler e escrever e com habilidades adequadas à vida urbana) e era uma decisão tomada não por um indivíduo, mas por uma família, como estratégia de sobrevivência do domicílio (Gilbert, 2004, p. 99). A consequência foi o aumento considerável da população urbana entre 1950 e 1980, o que acarretou, por sua vez, crescimento da pobreza, dado que as cidades não conseguiam absorver grande volume populacional, e o aparecimento de empregos informais, como meio de adquirir renda e sobreviver pela massa marginalizada (Gilbert, 2004). Ao mesmo tempo, a migração internacional ganhou força, principalmente nos períodos de crise, quando volume considerável de pessoas qualificadas foi atraído para os Estados Unidos e alguns países europeus, que ofereciam melhor qualidade de vida (Guzmán, 1990).

Entre 1960 e 1970, todavia, a política econômica de substituição da importação, adotada na década de 30, mostrou-se ineficaz, e o crescimento econômico diminuiu, com a região perdendo dinamismo nos processos de industrialização e desenvolvimento, ao passo que aumentou a agitação social (Skidmore et al., 2014). A ditadura militar surge nesse cenário com a promessa de reconstrução sócio-política e econômica. O regime ditatorial foi responsável por abrir o mercado latino-americano a investimentos estrangeiros, e teve como principal aliado os Estados Unidos, que aumentaram sua influência na região por meio de diferenciados investimentos, inclusive no campo social. Nessa época, o país norte-americano exerceu forte pressão sobre os governos para promover o acesso ao controle da natalidade, que era usado como justificativa para o crescimento econômico e controle do crescimento populacional (Carvalho e Brito, 2005).

A década de 80 foi marcada pela queda dos regimes militares, mas, também, por uma grave crise econômica que atingiu a América Latina. Deterioração das condições de trabalho, inflação e desemprego elevados, aumentaram a desigualdade de renda nos países e pioraram as condições de vida da população. Essas condições impulsionaram a entrada da mulher no mercado de trabalho (Holden e Villars, 2013) e tiveram impacto na fecundidade. No caso do Brasil, por exemplo, Carvalho e Wong (1990) mostram que o início do processo de transição da fecundidade no país pode ser demarcado em dois períodos de grandes “saltos”: 1970-75 e 1980-85. O primeiro momento de declínio substantivo dos níveis de fecundidade (diminuição de cerca de 25%), ocorrido entre 1970-75, esteve imerso no contexto do “milagre econômico”, época de grande crescimento da economia brasileira mas, ao mesmo tempo, de deterioração da qualidade de vida da população, especialmente daquelas classes sociais menos favorecidas (p. 08). O segundo grande salto da fecundidade, por sua vez, ocorreu durante o primeiro quinquênio dos anos 80, quando a crise atingiu as esferas econômica,

política e institucional do país, afetando tanto os setores menos privilegiados quanto a classe média (p. 10-11). Nesse período, o nível da fecundidade reduziu-se ao redor de 20% (p. 04).

A conquista da mulher de um espaço no mercado de trabalho propiciou uma maior independência econômica e autonomia social (Holden e Villars, 2013). Essa conquista, aliada à maior educação formal, teria afetado sobremaneira o comportamento reprodutivo das mulheres. A educação, por um lado, permitiu que as mulheres estivessem mais expostas a novas idéias e modelos comportamentais; aumentou seu potencial de participação no mercado de trabalho, e ampliou o acesso a informações sobre escolhas de fecundidade; o trabalho, por outro lado, elevou o custo de oportunidade de ter um filho (Martín e Juárez, 1994). Isso porque, na sociedade latino-americana, e nas famílias, a mulher ainda sofria com a segregação de gênero, sendo seu papel limitado ao cuidado dos filhos, marido e das atividades domésticas, devendo obediência incondicional ao parceiro; e isso se observava em todas as classes sociais, inclusive nas mais abastadas, conquanto em menor grau (Bravo, 1989). Desse modo, a mulher era confrontada pelo “trade off” família-trabalho que a obrigava escolher entre um ou outro (Bravo, 1989). A disponibilidade de contraceptivos tornou possível que muitas delas escolhessem ter menos ou nenhum filho, contribuindo para o declínio da fecundidade (Martín e Juárez, 1994).

Entre 1980 e 1990, houve a consolidação da ideologia neoliberal na região, com economias abertas, levando a uma expansão das exportações de produtos primários, o que acarretou uma queda da produção industrial (Larraín, 2004). Concomitantemente, o sucesso individual, o consumo ostensivo e o bem-estar privado passaram a fazer parte da nova cultura, mais democrática, latino-americana (Larraín, 2004). A Igreja Católica ainda exercia grande influência na vida das pessoas, mas perdeu poder entre a população, principalmente entre os setores mais pobres, que aderiram ao movimento pentecostal que, por sua vez, era mais conservador (Larraín, 2004, p. 37). Apesar disso, o comportamento moderno das pessoas podia ser notado mediante a legalização do divórcio em diversos países, culminando no aumento das taxas de divórcio a partir dessa época (Holden e Villars, 2013).

O processo de transição da fecundidade na América Latina se deve não somente às mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais, mas, também, à difusão de ideais de tamanho familiar e de estilo de vida ligados à realidade europeia, que se encontrava em estágio avançado da transição. As facilidades de meios de comunicação e transporte permitiram que informações e experiências ligadas à limitação do tamanho familiar e ao uso de contracepção, por exemplo, fossem bastante difundidas entre a população, mesmo em regiões menos desenvolvidas, como a América Latina (Bongaarts e Watkins, 1996). Com o desenvolvimento econômico e urbanização dos países, e com a criação de novos canais de interação social e comunicação, as novas condutas de comportamento reprodutivo, que só alcançaram inicialmente as áreas metropolitanas e as pessoas mais educadas, passaram a se difundir entre os estratos mais baixos da sociedade, acelerando o ritmo do processo de transição

(Bongaarts e Watkins, 1996). Com isso, os canais de interação social e local se multiplicaram, contribuindo para a ruptura com costumes e práticas tradicionais ligados à formação familiar, já que se ampliou, entre a população, a consciência de regulação dos nascimentos dentro do casamento e a necessidade de meios para esse controle (Cleland, 1985).

Faria (1989) enumera uma série de fatores que foram importantes para explicar a generalizada queda da fecundidade no caso brasileiro, mas que, de modo geral, também podem ser empregadas para entender o contexto latino-americano. Segundo o autor:

“[...] as políticas de crédito ao consumidor, de telecomunicações, de previdência social e de atenção à saúde, isoladamente ou em conjunto, foram estratégias para acelerar processos de mudanças sócio-cultural que tiveram um impacto decisivo sobre o declínio da fecundidade no Brasil [...]” (Faria, 1989, p. 68).

O desenvolvimento e a produção em massa de métodos modernos de contracepção nos países industrializados, especificamente na Europa, em conjunção com a assistência monetária internacional para programas de planejamento familiar, e a criação de políticas governamentais de controle da natalidade nos países em desenvolvimento, foram fundamentais para possibilitar a regulação do tamanho da prole entre os casais e, assim, o declínio da fecundidade na América Latina (Tsui, 1985; Chackiel e Schkolnik, 1990). Organizações e fundações norte-americanas, em parceria com o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, investiram recursos massivos para a disseminação de ideais e métodos de planejamento familiar em variados países da América Latina (Holden e Villars, 2013, p. 294-295). No entanto, a existência de programas de planejamento familiar variou de um país para outro, e mesmo dentro dos países. Em Porto Rico, Chile, México, Colômbia e Costa Rica, por exemplo, tais programas foram implementados por instituições governamentais de saúde pública e contaram com forte suporte econômico internacional (Stycos, 1978; Tsui, 1985), enquanto que no Brasil e na Bolívia, o declínio no número de filhos ocorreu na ausência de qualquer política governamental de incentivo ao controle da natalidade (Moreira, 1998, Morató, 2004). Além disso, nem toda a população foi beneficiada, uma vez que as primeiras intervenções de planejamento familiar estavam voltadas, inicialmente, para as mulheres moradoras de áreas urbanas e pertencentes a grupos de classe média, entre as quais a demanda por contracepção era elevada (Mundigo, 1996).

Na medida em que as mudanças de comportamento reprodutivo atingiram todas as classes sociais, o papel dos programas de planejamento familiar se intensificou, principalmente no provimento de métodos contraceptivos (Mundigo, 1996). Em alguns países, houve financiamento do custo da contracepção e avanços no acesso aos métodos (Tsui, 1985). A Colômbia é um claro exemplo, pois



graças aos programas e serviços de planejamento familiar, a proporção de mulheres unidas utilizando métodos contraceptivos passou de 15% em 1969 a 63% em 1986 (Florez, 1990, p. 06). Desse modo, os métodos modernos de contracepção foram introduzidos na realidade latino-americana, substituindo antigas práticas, como coito interrompido, aborto<sup>22</sup> e abstinência periódica, no controle da fecundidade, embora com diferenças marcantes entre os países (Cavenaghi e Alves, 2009; Weinberger, 1996). Diante desse contexto, Livi Bacci (1998) argumenta que na América Latina o controle da fecundidade existente no início da transição aproveitou novas tecnologias anticoncepcionais e um contexto institucional favorável à planificação familiar, ao passo que no continente europeu a transição ocorreu em meio a um contexto desfavorável ao controle da natalidade e fazendo uso de métodos contraceptivos mais econômicos e não tão modernos (p. 738).

A esterilização feminina, o DIU e a pílula foram os principais métodos de contracepção modernos utilizados pelos casais nos países latino-americanos, e sua popularidade estava relacionada não somente à sua eficácia, mas também à sua aceitação e acessibilidade, já que nem todos os métodos existentes eram acessíveis a toda a população (Cavenaghi e Alves, 2009). A prevalência contraceptiva moderna na América Latina se tornou maior que em qualquer outra região em desenvolvimento, com exceção do leste asiático (Weinberger, 1996); esta oscilou entre 30-60%, com destaque para a esterilização feminina seguida pela pílula (Weinberger, 1996). E o uso da contracepção continuou aumentando: no período 1990/2000, a prevalência contraceptiva alcançou o seu maior valor desde o início da transição em muitos países latino-americanos, alcançando 50% ou mais dos casais unidos formal ou informalmente (com os métodos modernos representando 75% do total de contraceptivos) e foi responsável pelo rápido declínio da fecundidade observado no período 1970-2000, nesses países (UN DESA, 2002).

A propagação da contracepção moderna, aliada às novas circunstâncias econômicas e sociais, seria a explicação para a rapidez com que se deu a queda do nível de fecundidade na América Latina. Para Casterline (2001), o ritmo com que houve a transição é típico de países que começam mais tarde esse processo, mas que, uma vez iniciado, se dá a uma velocidade elevada (p. 03). Daí a Europa, precursora, demorar mais de 50 anos para sofrer queda substantiva da fecundidade, ao passo que, na América Latina, isso ocorreu em apenas 20 anos (Chackiel e Schkolnik, 1990). Essa mesma explicação, segundo Casterline, pode ser utilizada para justificar a existência de diferenças regionais de fecundidade, já que o tempo do início da transição é distinto entre os países e tem relação com os obstáculos ao controle reprodutivo. No que tange a esse aspecto, Chackiel e Schkolnik (1990)

---

<sup>22</sup> O aborto, contudo, permanece como uma prática em proporções desconhecidas na maior parte da América Latina.

agrupam os países latino-americanos conforme o nível inicial da fecundidade e a velocidade do seu declínio entre 1950-55 e 1980-85. Consoante a tipologia dos autores, é possível identificar 5 grupos, que vão desde os países de “transição completa ou muito avançada”, que apresentavam fecundidade baixa ou média no começo da transição e cujo descenso seguiu um curso gradual e progressivo (casos de Argentina, Uruguai e Chile), àqueles mais retardatários, classificados como de “transição em seu início”, por possuírem fecundidade elevada no início e cujo declínio começou mais tarde que no restante da região e, por isso, foi baixo – casos de Bolívia, Guatemala, Honduras e Nicarágua (Chackiel e Schkolnik, 1990).

O uso da contracepção moderna foi um processo inovador adotado inicialmente pelas mulheres mais velhas a fim de terminar a reprodução; algum tempo depois é que passou a ser empregado pelas mulheres mais jovens com propósitos de espaçamento dos nascimentos (Tsui, 1985). Entre as mulheres mais velhas, a parturição era elevada e, por isso, o desejo de limitar o tamanho da prole era maior, dessa forma, foi entre elas que o uso de contraceptivos começou e se disseminou, se tornando o principal meio de redução da fecundidade. Esse comportamento já havia sido identificado igualmente nos países europeus nos primeiros estágios da transição. Em ambos os casos, o resultado desse comportamento foi a redução da idade média à reprodução, sendo mais acentuada na América Latina, onde menos de um terço do total da fecundidade se dava entre mulheres acima dos 35 anos (UN DESA, 2002, p. 138).

Conforme Chackiel e Schkolnik (1996), a contribuição relativa das mulheres entre 20 e 29 anos, para o total da fecundidade, aumentou em todos os países latino-americanos, porém com diferenças entre eles: enquanto países como Brasil, Bolívia e Peru mantiveram estável a estrutura da fecundidade com um pico tardio – localizado nas idades entre 25 e 29 anos – entre final dos anos 50 e final dos anos 80, outros, como Colômbia, Costa Rica, Chile e El Salvador observaram uma mudança da estrutura da fecundidade em direção a um pico mais jovem, localizado entre as idades de 20 e 24 anos (p. 09).

Na América Latina como um todo, a idade média à reprodução diminuiu de aproximadamente 30 anos na década de 1960 para 27 anos em 2000-2005, contribuindo para a concentração da fecundidade nas idades 20-24 anos, em contraposição ao período de início da transição, em que era maior no grupo 25-29 anos (Guzmán et al., 2006). Durante o processo de transição, esse perfil não parecia se converter no modelo de adiamento da fecundidade prevalecente no oeste europeu. Ao contrário, tal perfil parecia indicar que a maioria dos casais latino-americanos preferia ter filhos imediatamente após o casamento, que ocorria a uma idade relativamente jovem, fruto da influência contínua de fatores culturais que encorajavam uma fecundidade precoce (Guzmán et al., 2006; Therborn, 2007).

Esse cenário, portanto, favoreceu a preponderância que a fecundidade adolescente passou a ter no modelo reprodutivo latino-americano, tornando-se uma das principais características da região, de modo mais acentuado entre países da América Central e Caribe. Em países onde a transição começou mais cedo, como Uruguai e Argentina, na primeira metade da década de 2000 a fecundidade adolescente era maior que na década de 1960, tendência contrária àquela observada para a fecundidade total (Vignoli, 2011). No Brasil, o aumento constante da fecundidade adolescente provocou, na década de 90, um deslocamento da cúspide da curva de fecundidade para o grupo 20-24 anos, em oposição à concentração dos nascimentos no grupo 25-29 anos nas décadas de 70 e 80 (Barbosa, 2008). Na década de 1990, uma parcela considerável dos países latino-americanos registrou um aumento da fecundidade adolescente, mesmo com a queda acentuada da fecundidade total (ECLAC, 2011).

Não ocorreu transformação na fecundidade adolescente, durante o período de transição, da mesma forma que na fecundidade total; o perfil da fecundidade adolescente da década de 1990 e 2000 não correspondeu com aquele que prevaleceu durante os estágios iniciais da transição (Vignoli e Hopenhayn, 2007). Até final da década de 70, a fecundidade adolescente estava inserida em um contexto qualificado como de comportamento reprodutivo tradicional, em que as mulheres iniciavam precocemente a reprodução em consequência da baixa idade média ao casamento e da ausência de controle da natalidade, tendo, assim, uma parturição elevada (Vignoli, 2005; Guzmán et al., 2006). O padrão que emergiu em meados da década de 1980, denominado por Vignoli de “modernidade truncada”<sup>23</sup>, contudo, era marcado por uma parturição final moderada (2 ou 3 filhos), já que as mulheres iniciavam a reprodução precocemente – na adolescência –, porém havia um controle deliberado da natalidade nas idades mais avançadas, diminuindo o número final de filhos tidos (Vignoli, 2005, p. 02). Um aspecto importante desse padrão é que havia uma elevada prevalência de atividade sexual pré-marital, que se iniciava a uma idade jovem, resultando em gravidezes e nascimentos fora de uma união estável, com o uso de contracepção entre as adolescentes ocorrendo com maior frequência somente após o nascimento do primeiro filho (Vignoli, 2005 e 2011; ECLAC, 2011). Assim, no Brasil, por exemplo, ao invés de adiar os nascimentos, as mulheres continuaram a ter seus filhos a uma idade jovem – e fora do casamento –, mas passaram a interromper a reprodução também a uma idade jovem, indicando que o uso da contracepção tinha o propósito de terminar a parturição e não de adiar ou espaçar os nascimentos, como é comum no padrão europeu (Cavenaghi e

---

<sup>23</sup> O autor usa esse termo para comparar com os países modernos, como os europeus e o Japão, por exemplo. Nesses países, enquanto que a capacidade das pessoas de controlar a fecundidade é amplamente estabelecida e os métodos são disponíveis para exercer tal controle, nos países de “modernidade truncada”, a atividade sexual, que ocorre fora da união, não é efetuada com os mecanismos eficientes de controle da fecundidade (Vignoli, 2005; Vignoli, 2004a).

Alves, 2011). Salienta-se que a esterilização, nesse caso, resultou em uma intervenção bastante utilizada objetivando a terminação da parturição.

Apesar do declínio da fecundidade, o número desejado de filhos não alterou muito entre 1970 e 1990, se concentrando em torno de 3 filhos por mulher (Bongaarts e Lightbourne, 1996). No entanto, em muitos países da América Latina, a parturição final das mulheres era maior que o tamanho desejado, principalmente entre mulheres menos escolarizadas e pertencentes a estratos mais baixos da sociedade, em decorrência do precário acesso aos meios de controle da natalidade e de falhas no uso de contraceptivos (Vignoli, 2004a; UN DESA, 2002; Cavenaghi e Alves, 2009). Mesmo assim, casais de todos os grupos sociais reduziram sua probabilidade de ter uma trajetória reprodutiva intensa, com prole numerosa originada a partir de uma parturição final de cinco ou mais filhos (Vignoli, 2004a, p. 136). Nesse aspecto, a conquista educacional e a experiência laboral da mulher tiveram grande influência, ao afetar, inclusive, a probabilidade de ter o segundo e o terceiro filho (Florez, 1990, p. 17). Não obstante a redução da parturição, a maternidade continuava a ser um fator fundamental da família latino-americana, haja vista que entre 1970 e 1980, 95% das famílias completaram a transição entre a união e o primeiro filho (Juárez e Llera, 1996).

Enquanto houve um declínio nas razões de progressão da parturição, indicando um número menor da prole, não ocorreu, na mesma medida, modificação no intervalo entre os nascimentos. O intervalo para o segundo filho permanecia sendo mais curto em relação ao intervalo das ordens posteriores, e isso já era observado mesmo quando havia pouca evidência de controle da fecundidade (Hobcraft, 1985). Assim, não houve transformação nessa fase do ciclo de vida familiar, dado o ritmo constante na transição do primeiro para o segundo filho, embora para as outras ordens o ritmo fosse bastante diferenciado (Juárez e Llera, 1996). Evidências mostram que essa tendência se manteve entre o final do século XX e início do século XXI, para alguns países, mesmo entre as mulheres com baixa parturição (Bonifácio, 2011).

Confirmando o pensamento de autores como Becker, para o caso da ALC, Adsera e Menendez (2009) afirmam que a entrada da mulher no mercado de trabalho e a ampliação do acesso à educação formal se somaram ao aumento do custo de se ter um filho e à incerteza econômica para produzir as mudanças na fecundidade. Analogamente, esse novo contexto, para a América Latina, também interferiu nas circunstâncias em que as mulheres tinham seus filhos, uma vez que houve diminuição na proporção de celibato permanente entre 1950 e 1980, que foi parcialmente compensado pelo aumento da ruptura conjugal a partir de 1960 (Rosero-Bixby, 1996). No primeiro caso – diminuição dos celibatos permanentes – destaca-se o papel da união consensual, o tipo de união informal que já era conhecido desde a fase de pré-transição e que passou a ser uma opção crescente de entrada na vida conjugal em um número cada vez maior de países, juntamente com o casamento formal (Esteve et al.,

2012). Contudo, era mais comum entre segmentos sociais menos favorecidos e entre os jovens, em resposta aos nascimentos fora do matrimônio (Vignoli, 2004b). Quanto ao segundo caso, observou-se um aumento de separações e divórcios na região, demonstrando que a ascensão da incidência de uniões foi contrabalanceada pela sua fragilidade, dissolvendo-se com maior frequência (Cerrutti e Binstock, 2009).

É importante mencionar, no entanto, que na América Latina, ao contrário do que ocorreu na Europa, a nupcialidade não teve papel relevante para o processo de transição da fecundidade. Conforme Rosero-Bixby (1996)<sup>24</sup>, isso pode ser evidenciado por meio do comportamento desigual entre os países: enquanto na República Dominicana e na Venezuela a nupcialidade teve relevante contribuição para a queda da fecundidade, na Costa Rica, em Cuba e no México o acentuado declínio da fecundidade foi apenas modestamente alimentado pela nupcialidade, e foi apenas moderadamente influenciado na Guatemala e no Equador (p. 146). Ademais, salienta-se que as taxas de fecundidade declinaram mais nitidamente entre casais unidos formalmente em comparação com casais em coabitação, e a fecundidade total entre esses últimos era maior que entre aqueles oficialmente casados, como no caso do Brasil (Covre-Sussai e Matthijs, 2010).

A idade média à primeira união se manteve relativamente baixa durante o período de transição, continuando com o perfil da fase pré-transição (Cerrutti e Binstock, 2009), porém com diferenças marcantes segundo a escolaridade (Heaton et al., 2002). Em um estudo com diferentes coortes decenais, nascidas entre 1940 e 1980, Esteve e Florez-Paredes (2014) mostraram que, para cada nível de escolaridade avaliado, as mulheres nascidas em 1970 e 1980 manifestavam uma propensão maior de ter tido a primeira relação sexual, a primeira união ou o primeiro filho antes dos 18 anos, em comparação com as mulheres nascidas nas décadas anteriores - 1940 e 1950 - (p. 57). As mais escolarizadas, entretanto, apresentavam tendência inversa, com uma menor propensão de experimentar esses três eventos antes dos 18 anos, principalmente em relação às menos escolarizadas, cuja vida sexual e reprodutiva se iniciava precocemente (Esteve e Florez-Paredes, 2014, p. 53-55).

As informações expostas indicam, portanto, que durante o processo de transição da fecundidade, o perfil de fecundidade que se delineou na América Latina tinha como atributos a baixa idade média à primeira união e a precocidade da maternidade, que contribuíram para o rejuvenescimento da estrutura por idade da reprodução. Além disso, houve um aumento significativo de nascimentos fora do casamento formal e do uso de métodos modernos de contracepção com o propósito majoritário de terminar a reprodução. A progressão para parturições de elevada ordem diminuiu, mas o intervalo

---

<sup>24</sup> O autor usa o termo nupcialidade para se referir ao conjunto de uniões, formais ou informais, sem fazer distinção entre elas.

entre os primeiros nascimentos se manteve curto, bem como se manteve o tamanho desejado da prole. A proporção de solteiros permanentes também retrocedeu, em grande parte devido à ascensão da união consensual como uma alternativa para a entrada na vida conjugal, contudo, as taxas de divórcio elevaram a incidência de ruptura das uniões. A queda da fecundidade foi vertiginosa na maioria dos países, e passou a ser delimitada por certas características que levaram a uma ruptura parcial com a fase anterior. Isso se deveu, em boa medida, às mudanças econômicas e sociais que ocorreram durante a transição na América Latina e que foram capazes de quebrar antigos paradigmas e inserir novos estilos de vida na população.

Semelhante ao que sucedeu na Europa, o comportamento geral das variáveis mencionadas, durante o processo de transição da fecundidade, não esclarece as diferenças internas, de modo a salientar a heterogeneidade com que esse fenômeno atingiu as populações. Zavala de Cosío (1992) chama a atenção para a existência de duas transições nos países latino-americanos: o primeiro modelo de transição refletiu alterações profundas nos padrões de reprodução, resultante das modificações nas estruturas familiares, na urbanização, na escolarização, no mercado de trabalho, na condição feminina e na difusão de métodos contraceptivos modernos (p. 29). Esse modelo, conforme a autora, é similar àquele das sociedades pioneiras no processo. O segundo modelo se nota nos setores mais pobres da sociedade, nos quais a fecundidade reduziu-se em consequência da implementação de programas de planejamento familiar públicos e privados, porém, sem melhorias fundamentais na qualidade de vida da população (p. 29). Nesse modelo, predomina a nupcialidade alta e precoce, juntamente com intervalos intergenésicos curtos, ao mesmo tempo em que há oferta abundante de métodos anticoncepcionais modernos, usados, geralmente, após o nascimento de muitos filhos (p.29-30). Esse modelo é bem diferente daquele verificado na Europa. Desse modo, o contexto de declínio da fecundidade é distinto, bem como são distintas as causas interligadas às realidades específicas que separam os países latino-americanos, mas que levam ao mesmo fim: a redução no tamanho final da prole.

Visão similar é apresentada por Schkolnik e Chackiel (2004). Segundo os autores, indicadores de nupcialidade, para mulheres pertencentes aos estratos sociais médio e alto, revelaram um comportamento parecido, conquanto menos intenso, ao dos indicadores de nupcialidade de países do oeste europeu no início da transição – como casamento tardio e aumento da proporção de mulheres que permaneceram solteiras – (p. 26). Entre as mulheres de baixa escolaridade, a nupcialidade foi menos influente do que a contracepção no declínio da fecundidade, ao passo que, entre as mais escolarizadas, desempenhou um papel relevante (p. 26).

*A América Latina na atualidade:*

O processo de transição da fecundidade parece, ainda, estar em curso na América Latina; a maioria das características existentes na fase de transição ainda está presente na atualidade. No entanto, desde a década de 2000, é possível verificar alguns sinais de modificações no padrão prevalecente, para alguns países, seguindo a tendência de pós-transição iniciada na Europa.

As transformações ocorridas na sociedade se tornaram mais complexas e ganharam contornos internacionais, já que os países se tornaram interdependentes dentro de uma intrincada rede de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que envolvem todos os continentes. Qualquer grande acontecimento que ocorre em um país adquire proporções globais e pode mudar o panorama de diversos outros. Um bom exemplo dessa nova realidade foi a crise econômica de 2008 originária nos Estados Unidos, mas que afetou todo o planeta, inclusive a América Latina (Skidmore et al., 2013). Uma alternativa recorrida pelos governos, para proteger suas economias contra esse tipo de situação, é a criação ou fortalecimento de blocos econômicos, principalmente entre países em desenvolvimento, que representam economias mais frágeis e, portanto, tem maiores necessidades de realizar acordos internacionais para garantir sua sobrevivência no mercado global. O Mercosul é um caso de integração envolvendo países latino-americanos, segundo Gardini (2012), e que teria impactado não apenas a economia dos participantes, mas, também, a cultura e a política.

Nas últimas duas décadas, ganhou notoriedade a emergência econômica do mundo em desenvolvimento – incluindo a América Latina – e, com isso, novos atores globais se destacaram, entre eles o grupo denominado BRICSA, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O Brasil, em especial, tornou-se a principal potência latino-americana, e foi responsável por colocar a região no centro de principais acordos econômicos e discussões internacionais (Aravena, 2013). Ao mesmo tempo, no campo social, houve redução substantiva da pobreza, contribuindo para aumentar a classe média latino-americana e sua demanda por bens e produtos dos mercados mundiais (Aravena, 2013, p. 06). Há um esforço dos Estados em promover políticas mais inclusivas, e em harmonizar crescimento econômico com coesão e integração social (Aravena, 2013, p. 12-14). Entre 1990 e 2013, por exemplo, a participação no PIB dos recursos destinados a área social aumentou cerca de 38% (CEPAL, 2016, p. 39). Contudo, a América Latina ainda sustenta o título de uma das regiões mais desiguais do mundo, de modo que as melhorias advindas do crescimento econômico e desenvolvimento social nem sempre atingem toda a população.

As mulheres conquistaram, definitivamente, o seu espaço na sociedade, e a região viu emergir o fenômeno de mulheres ocupando o principal cargo de poder, o da presidência, em países como Brasil, Argentina e Chile (Holden e Villars, 2013). Conquistas, como a legalização do aborto e os direitos civis e conjugais de homossexuais, também ocorreram (ou estão em vias de) em alguns países latino-americanos, mas não sem muitas lutas, discussões e forte oposição de certos segmentos sociais

(Holden e Villars, 2013). A população latino-americana se consolidou como urbana, já que próximo de 80% reside em cidades (CEPAL, 2016). As taxas de ocupação urbana aumentaram e diminuiu a taxa de desemprego aberto. Essa realidade é mais favorável às mulheres, apesar de ainda existir uma diferença considerável de gênero no mercado de trabalho; a educação primária é quase universal em toda a região, mas o acesso à educação secundária e universitária permanece bastante desigual (CEPAL, 2016).

Esse cenário favorável de crescimento econômico e redução da pobreza, com maior participação feminina no mercado de trabalho e ampliação do acesso à educação formal, é coincidente com o aumento da classe média, que passou a reproduzir a atual situação latino-americana, uma vez que esse segmento serve como um “termômetro” das condições políticas, sociais e econômicas de uma sociedade (Birdsall, 2012). O aumento da classe média representa um crescimento da renda per capita e uma redução da desigualdade. Mais pessoas passaram a ter acesso à educação secundária, a se empregar em setores urbanos, organizados ou públicos, da economia e ampliaram o acesso a bens de consumo, como carro e computador (Birdsall, 2012). Contudo, existem diversas realidades nas quais esse segmento populacional se insere, de modo que há uma pluralidade de “classes médias” na região, com diferentes sentidos, isto é, ser classe média no Brasil é diferente de ser classe média no Peru ou na Costa Rica, por exemplo.

A classe média dos países latino-americanos, conforme Penfold e Guzmán (2014), é muito parecida com a classe média de outras regiões em desenvolvimento, como o leste europeu e o sudeste asiático:

“Al igual que en el resto del mundo en desarrollo, las clases medias latinoamericanas son ideológicamente moderadas, tienen bajos niveles de capital social, baja confianza en las instituciones, son poco activas o movilizadas políticamente, están polarizadas en cuanto al papel del Estado en la protección social y tienden a ser más favorables a las reglas de mercado.” (p. 47).

Os autores atentam, no entanto, para uma característica distintiva da região: as classes médias da América Latina são consideravelmente mais pós-materialistas<sup>25</sup> que nos outros países em desenvolvimento, porém, isso não é uma particularidade dessa classe, mas sim de toda a sociedade latino-americana (Penfold e Guzmán, 2014, p. 47). Ademais, a fecundidade é baixa entre as mulheres

---

<sup>25</sup> O pós-materialismo se define pela busca da autoexpressão, pelo bem estar subjetivo e por qualidade de vida (Inglehart, 1981).



de classe média, bem aquém da reposição (Birdsall, 2012)<sup>26</sup>. Esses são dois traços típicos encontrados nas sociedades mais avançadas na fase pós-transição da fecundidade, como Suécia, França e os Estados Unidos.

O aumento do tamanho e da importância da classe média, como é possível perceber, tem impacto substantivo na dinâmica socioeconômica da região, que caminha para sustentar características cada vez mais relacionadas a uma “sociedade de classe média”, repercutindo principalmente no comportamento reprodutivo das pessoas, como se verá adiante.

O panorama geral traçado possibilita um primeiro entendimento das condições atuais que sustentam o declínio da fecundidade na América Latina. Tal entendimento é relevante, como demonstram inúmeras explicações que tratam dos fatores conjunturais e sua influência no comportamento reprodutivo. De Carvalho (2014), por exemplo, lista uma série de teorias que indicam a relação entre variáveis macro e a fecundidade, entre elas citam-se crenças e valores; contexto socioeconômico; as relações de gênero e o papel da mulher no mercado de trabalho e na sociedade. Em cada teoria, é possível perceber como essas variáveis interagem com as percepções, motivações, desejos e comportamentos das pessoas para determinar a queda do tamanho da prole nas sociedades modernas. A América Latina exemplifica bem o que essas teorias preconizam, dado que está se configurando cada vez mais moderna, principalmente com o aumento da classe média, incluindo nesse avanço todas as complexidades e dilemas que circundam o comportamento reprodutivo, o que se reflete no constante declínio da fecundidade. No entanto, os países ainda apresentam distinções no nível de fecundidade, mesmo que a diferença entre eles tenha se reduzido nos últimos anos, com a região tornando-se mais homogênea.

Brasil, Costa Rica e Chile se juntaram às ilhas caribenhas como Cuba, Aruba e Porto Rico, e já possuem fecundidade abaixo do nível de reposição de 2,1 filhos por mulher, e mesmo menor que de alguns países europeus, como a França (UN DESA, 2015a). A queda da fecundidade ocorreu a um ritmo elevado nesses países, se comparada com o ritmo de declínio na Europa. A fecundidade adolescente é ainda elevada, enquanto que nas idades intermediárias do intervalo reprodutivo a fecundidade está em queda; o padrão jovem de reprodução é parecido com o padrão encontrado em países do leste europeu, e ainda da África, e está em contraposição a uma fecundidade mais envelhecida do oeste da Europa (UN DESA, 2014). A união consensual, como alternativa ao casamento, é cada vez mais comum, tendência esta também verificada no oeste e norte europeus (UN DESA, 2014). Por outro lado, Bolívia, Guatemala e Haiti são exemplos de países considerados como de regime de alta fecundidade, por possuírem níveis acima de 3 filhos por mulher (UN DESA, 2014).

---

<sup>26</sup> O que não significa que em outros países em desenvolvimento, como do continente asiático, a fecundidade não seja muito baixa, também menor que a reposição e, inclusive, menor que de alguns países latino-americanos.

São países de transição tardia, mas cuja velocidade de queda é considerável; o padrão é bastante jovem, embora haja evidências de redução da fecundidade adolescente (UN DESA, 2014). A fecundidade das mulheres de 40-44 anos declinou sobremodo, principalmente nos últimos quinquênios, em que seus níveis são consideravelmente inferiores ao de um número expressivo de países da Europa; já as idades médias à primeira união e ao ter o primeiro filho aumentaram, mesmo que de maneira modesta, juntamente com o uso de contracepção moderna (UN DESA, 2014). Mas a maioria dos países latino-americanos se situa entre esses extremos, com nível médio de fecundidade pouco acima de 2,1 filhos por mulher.

Schkolnik e Chackiel (2004) mostram a evolução da fecundidade nos países latino-americanos e como eles estão se concentrando em patamares cada vez mais baixos, de modo que está crescendo o número de integrantes dos grupos de baixa fecundidade, em um processo de homogeneização da América Latina<sup>27</sup>. Ademais, constatam que o atual declínio da fecundidade na região é devido, precipuamente, à contribuição das mulheres de baixa escolaridade, em especial daquelas de educação básica, e não às mulheres dos setores sociais mais abastados, cuja fecundidade declinou mesmo antes da década de 70 (p. 24). Esse é o caso do Brasil, onde a redução da taxa de fecundidade total – TFT – na última década (2000-2010) foi consequência, na maior parte, da redução da fecundidade das mulheres menos escolarizadas e daquelas de status econômico mais baixo, já que, entre as mais escolarizadas, houve, inclusive, um certo aumento (Cavenaghi e Berquó, 2014, p. 73).

É importante destacar, também, que entre as mulheres urbanas de elevada escolaridade e pertencentes a estratos sociais mais elevados, há um déficit de fecundidade já observado desde final dos anos 90, ou seja, entre essas mulheres, o tamanho alcançado da prole tende a ser menor que o tamanho desejado (Hakkert, 2004; Wong e Bonifácio, 2009). Esse comportamento está bastante ligado a um estilo de vida moderno, no qual há um conflito entre o ideal de família, normalmente de dois filhos, e outras aspirações, como carreira profissional e aquisição de certos bens materiais (Rosero-Bixby, 2004). O resultado é um adiamento da entrada à maternidade e, com isso, uma redução significativa do número de filhos tidos. No entanto, essa realidade ainda não chegou para as mulheres menos escolarizadas, já que entre elas a parturição final tende a ser entre 3 a 4 vezes maior que entre as mulheres de elevada escolaridade (ECLAC, 2011).

Em um estudo sobre fecundidade e pobreza para Bolívia, Colômbia, Peru e República Dominicana, Di Cesare (2007) evidencia a existência de dois padrões diferentes que estão associados às condições

---

<sup>27</sup> Para o quinquênio 2015-2020, a Divisão de População da ONU assinala que 42% dos países latino-americanos (incluindo a região do Caribe) terão uma TFT abaixo de 2 filhos por mulher; esses países representam 48,7% da população total da América Latina e Caribe (UN DESA, 2015a)

sociais díspares: entre as mulheres que pertencem aos estratos socioeconômicos altos, observa-se nível de fecundidade baixo, total e das adolescentes, um calendário sexual e reprodutivo mais envelhecido, uma incidência maior de uso de métodos contraceptivos modernos e comportamentos sexuais mais cuidadosos com a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis, as DSTs (p. 52). Em oposição, entre as mulheres dos estratos mais baixos, tanto a fecundidade total quanto das adolescentes se encontram em um patamar muito elevado, já que as mulheres mais pobres tendem a ter filhos a uma idade mais jovem, resultando, na maioria das vezes, em uma prole maior que a das mulheres mais favorecidas. Além disso, apresentam comportamento sexual de maior risco de infecção de DST, aumentando a condição de vulnerabilidade (Di Cesare, 2007, p. 53-55).

O caso da Colômbia merece destaque, pois, nesse país, as localidades mais desenvolvidas e as mulheres mais escolarizadas se encontram em fase avançada da transição da fecundidade, exibindo características muito próximas do que é verificado para os países europeus em fase pós-transição. Conforme Flórez e Sánchez (2013), nesses grupos mais favorecidos socialmente, embora não tenham ocorrido mudanças notórias na idade às primeiras uniões, verifica-se uma ruptura entre sexualidade, matrimônio e procriação, bem como a perda de importância da instituição do matrimônio, sendo substituído por uma crescente união livre “moderna”, que se contrapõe à união consensual “tradicional” latino-americana (p. 54). Há uma postergação da maternidade e a fecundidade total se encontra em um nível muito baixo, próximo de 1,4 filho por mulher, e com uma estrutura mais envelhecida (p.29). O total do país, contudo, não reproduz o contexto dos países europeus pós-transição, apesar de a fecundidade estar abaixo do nível de reposição (UN DESA, 2015a). Isso acontece porque os indicadores apresentam comportamento tradicional nos setores menos favorecidos, que compõem a maior parcela populacional do país. Assim, mesmo com algumas mudanças, como maior proporção de mulheres de 25-29 anos sem filhos, aumento do controle efetivo da fecundidade, ruptura entre sexualidade e procriação e aumento das uniões livres, o país ainda se define pela alta fecundidade adolescente e pela manutenção das baixas idades à primeira união e ao ter o primeiro filho (Flórez e Sánchez, 2013).

Algumas transformações importantes estão em curso na região e são notadas de modo geral, e não apenas em determinados segmentos sociais. Uma delas se refere à própria fecundidade adolescente, um dos principais traços distintivos da região. Conquanto a maioria dos países latino-americanos mantenha uma estrutura da fecundidade bastante jovem desde o início da transição, já é possível observar uma tendência de mudança desse aspecto, conforme Rosero-Bixby et al. (2009). Isso se deve ao aumento da proporção de mulheres latino-americanas com vinte ou trinta anos de idade que ainda não fizeram a transição para a maternidade entre a década de 70 e primeiro quinquênio de 2000, o que sugere um adiamento da maternidade, e também à redução da proporção de latino-americanas que tem

o primeiro filho nas idades abaixo de 30 anos. Esse fenômeno é confirmado por Wong (2009), que apresenta evidências recentes de queda da taxa de fecundidade do grupo etário 15-19 anos na região e indica uma mudança futura na composição etária da fecundidade nesses países, que tenderá a ser mais envelhecida. Não obstante os indícios em alguns países, o declínio da fecundidade adolescente não é, ainda, uma tendência universal na região; inclusive, entre 1990 e 2015, houve diminuição da idade média à maternidade, em razão do peso da fecundidade adolescente (Cabella e Pardo, 2014). Além disso, apesar de o acesso à educação se expandir na América Latina nas últimas décadas, e ter um papel essencial no declínio da fecundidade e um efeito minimizador das condições de maternidade em vários países, isso não resulta, sempre, em uma redução considerável da maternidade adolescente (Vignoli e Cavenaghi, 2014, p. 20). O caso do Brasil, em particular, serve de exemplo para esse cenário. Entre 2000 e 2010, as adolescentes passaram a apresentar mais anos de escolaridade, mas isso não significou que elas mudaram o seu comportamento reprodutivo, o que sugere que a mudança da composição educacional do país não foi acompanhada, na mesma medida, pela mudança da maternidade adolescente (Martins, 2016).

Na América Latina, os grupos sociais menos abastados, nos quais predomina um acesso precário à saúde e à educação, já apresentaram, na presente década deste século, um declínio da fecundidade, ainda que não tão intenso como nos grupos mais favorecidos (Chackiel e Schkolnik, 2004). Contudo, à medida que a fecundidade diminui, o comportamento reprodutivo das mulheres de todos os estratos sociais tende a se convergir para uma mesma direção. E esse cenário já se constitui uma realidade no Brasil (Wong e Bonifácio, 2008; Simões, 2006). Ademais, verifica-se, entre as mulheres latino-americanas, uma diminuição na progressão para parturições acima de dois filhos (Bonifácio, 2011), e um aumento do uso de métodos modernos pouco recorridos em tempos anteriores, como a vasectomia (Amorim et al., 2008).

O Brasil é um exemplo das transformações que estão em curso na América Latina como um todo. Nesse país, a fecundidade total está abaixo do nível de reposição e a fecundidade adolescente (15-19 anos de idade) apresentou queda na última década, embora ainda seja elevada (Cavenaghi e Alves, 2013); as mulheres de parturição zero e parturição um aumentaram sua participação (Cavenaghi e Alves, 2013); o uso da contracepção moderna é bastante difundido; e a desigualdade de fecundidade entre os estratos sociais diminuiu nos últimos anos.

Uma das transformações mais significativas, em curso na região, diz respeito à união informal, que era comum entre pessoas de baixa escolaridade e pertencentes a estratos menos favorecidos, mas passou a ser uma opção também entre os setores médio e alto, e entre a parcela mais escolarizada (Cerrutti e Binstock, 2009; Esteve et al., 2012). O novo tipo de união informal que está em curso na região, comumente chamado de coabitação, ocorre em um contexto moderno e, portanto, tende a ser mais

tardia e desvinculada da reprodução, se difundindo, inclusive, entre países, como Brasil e Argentina, onde a união informal tradicional – união consensual – era menos frequente (Vignoli, 2004b; Costa, 2004; Barros, 2012).

As capitais do Uruguai e Argentina são um bom exemplo para ilustrar as mudanças que estão ocorrendo na região e que apontam para um novo estilo de vida, parecido com a fase pós-transição, encontrada na Europa. Uruguai e Argentina se destacam por serem pioneiros no processo de transição da fecundidade na região, juntamente com Chile e Cuba, por isso são casos específicos no contexto latino-americano, diferenciando-se da realidade demográfica dos outros países da região. O fato de terem iniciado o processo de transição há mais tempo e de maneira bem distinta daquela observada na América Latina, explica que esses países também estejam na vanguarda das transformações que indicam o surgimento de um novo padrão de fecundidade na América Latina. Em Montevidéu, capital do Uruguai, por exemplo, a taxa bruta de nupcialidade se reduziu pela metade entre 1980 e 2006, enquanto que a relação divórcios/matrimônios praticamente duplicou (Cabella et al., 2008, p.36). Situação semelhante é observada na Argentina, cuja capital, Buenos Aires, sofre as mesmas transformações. Nessas capitais houve um aumento da idade ao primeiro matrimônio, ultrapassando os 25 anos entre as mulheres, e se aproximando dos 30 anos entre os homens, na década de 2000; e a postergação do início da primeira união (formal ou informal) ocorreu em todos os níveis de educação, ainda que a mudança tenha sido maior entre as mais educadas (Cabella et al., 2008).

Anteriormente à década de 80, a união formal, representada pelo casamento formal, era o principal meio pelo qual os casais se uniam, tanto em Montevideo quanto em Buenos Aires. No entanto, a partir dessa década houve um crescimento progressivo da coabitação, com destaque para as mulheres mais educadas. Atualmente, configura-se como um das principais modalidades de início da vida conjugal nessas capitais, contribuindo para o incremento dos nascimentos extramatrimoniais nas últimas décadas (Cabella et al., 2008).

Salgado (2008) reconhece que houve um aumento da união informal nos países nos quais este tipo de união já era conhecido, como Venezuela e Panamá, e que ocorreu uma grande expansão naqueles onde representava apenas uma categoria marginal, como Brasil e Argentina, entre as décadas de 1970 e 2000. No entanto, a autora argumenta que, apesar dos incrementos substantivos nesse período, não se pode considerar a união informal como substituta do casamento formal, e sua disseminação ocorreu em todos os níveis educacionais, não sendo exclusividade das mais escolarizadas (p. 20).

O aumento da união informal, embora atinja a todas as classes sociais, está relacionado a determinantes muito específicos e diferentes, dependendo do estrato socioeconômico em que ocorre. Arriagada (2004), por exemplo, mostra que alguns atributos, como expansão da união livre como

alternativa ao casamento, aumento dos nascimentos fora do matrimônio formal e maior frequência de rupturas matrimoniais, recentemente foram incorporados à realidade de países na fase pós-transição, e aos setores mais abastados e educados da América Latina, e estão ligados à modernidade. Contudo, nos setores socioeconômicos mais carentes dessa região, já estão presentes há bastante tempo, e sua existência não se vincula à modernidade, mas sim à exclusão, pois se configuram como mecanismos extremos de sobrevivência (p. 89). Panorama similar é apresentado por García e Rojas (2002), para quem os padrões latino-americanos de formação e dissolução familiar não seguem àqueles encontrados nas sociedades mais avançadas, como Canadá e Estados Unidos, por estarem ligados a realidades muito diferentes, e cujas transformações permanecem tendo, como principal origem, a pobreza e a subordinação feminina (p. 406). Mesmo assim, as autoras consideram que uma parte da região, os países do Cone Sul – Argentina, Uruguai e Chile –, apresenta indícios de estar seguindo o modelo de formação familiar que já se encontra nos países mais desenvolvidos.

Diante de todo o exposto, é possível entender que estão em curso mudanças no padrão de fecundidade na América Latina, começando pela transformação na formação dos casais, já que a coabitação está ganhando adeptos dos setores mais abastados da sociedade, concomitante à permanência da união consensual nos estratos mais empobrecidos. Essa distinção de união informal, que não existia até há pouco tempo, uma vez que esse tipo de união só era praticado, basicamente, pela população mais carente e de baixa escolaridade, não é diferenciado nos sistemas tradicionais de coleta de dados. Ademais, houve um incremento importante das separações e divórcios, revelando a instabilidade das relações conjugais, com o conseqüente efeito no risco de engravidar; e, mesmo com o avanço educacional, a idade com que os casais se formam, seja formal ou informalmente, permaneceu praticamente estável na região, embora não necessariamente precoce (menor de 21 anos) (Salgado, 2008; García e Rojas, 2002). O nível de fecundidade total prossegue no movimento de queda, mas a fecundidade adolescente continua sendo um problema em todos os países, conquanto há sinais de redução nos últimos anos, mantendo a idade ao primeiro filho baixa, ao comparar com países em estágios mais avançados da fecundidade.

O contexto no qual tais transformações estão ocorrendo também é distinto daquele observado nos períodos anteriores. De modo geral, já se nota uma perda do poder e controle patriarcal, religioso e do Estado; há um crescente busca pela individualização, e uma maior tolerância à formação de novos padrões de formação familiar e à dissolução das uniões (García e Rojas, 2002). A independência econômica é cada vez mais comum entre as mulheres, que estão conquistando mais autonomia e poder nas tomadas de decisões, impactando os papéis no interior das famílias no sentido de uma maior igualdade de gênero (Arriagada, 2004). É claro que essas modificações são paulatinas e não atingem toda população ao mesmo tempo. Mas, mesmo que pequenas e localizadas, elas estão ocorrendo na

região, e, à medida que os avanços persistam, será mais fácil identificá-las em todos os países. Esse panorama tende a favorecer ainda mais as mudanças no padrão de fecundidade.

Mesmo com os avanços, a realidade na América Latina é dual quando se analisam os indicadores por estrato socioeconômico e educação. Enquanto os segmentos mais abastados e escolarizados parecem seguir o caminho de transição da fecundidade traçado pelos países europeus, notadamente os da parte oeste, e estarem na fase pós-transição, com os indicadores possuindo características semelhantes às dos europeus nessa fase, as classes menos favorecidas parecem que ainda estão atrasadas neste processo, com os indicadores retratando um padrão já superado nos estratos mais ricos e educados.

### **2.3. O que se pode depreender dos padrões da Europa e América Latina**

Na caracterização feita para Europa e América Latina, segundo a literatura disponível, em ambos os casos, a fecundidade apresentou um comportamento de queda, porém, para níveis diferentes, mostrou uma evolução distinta. Essa evolução pode ser verificada nas variáveis relacionadas intrinsecamente com a fecundidade, por interferirem diretamente no número final de filhos tidos. Elas se referem ao “tempo” e “quantum”, como composição, espaçamento e início da reprodução, medidas pelos seguintes indicadores: proporção de mulheres sem filhos; taxas específicas de fecundidade, por idade (TEF); idade ao ter o primeiro filho; intervalo intergenésico e razões de progressão da parturição<sup>28</sup>. Essas variáveis são as que mais sofrem modificações, conforme foi possível captar na literatura. Isso porque são as principais responsáveis pela definição do nível de fecundidade, meio utilizado para verificar a evolução dos países no processo de transição e um importante artifício para diferenciá-los, no que tange à componente demográfica em questão.

---

<sup>28</sup> Outros indicadores tratados pela literatura, como número de filhos desejado e não desejado; fecundidade marital e número de filhos tidos fora da união formal (ou nascimentos ilegítimos) também são importantes para o estudo do padrão de fecundidade, contudo, não serão estudadas nesse trabalho. A questão do número desejado, ou não desejado, de filhos, abarca uma grande discussão, englobando uma série de teorias e conceitos, a qual não é escopo da tese. Ademais, o interesse reside nos fatores que afetam diretamente o número final de filhos, independente do tamanho desejado que a mulher gostaria de alcançar. A explicação para a exclusão da fecundidade marital e do número de filhos fora da união formal segue a mesma linha: o interesse desse estudo está nas variáveis mais proximamente associadas ao número final de filhos tidos, independente se ocorreram dentro de uma união, seja formal ou informal. No entanto, cabe salientar que todas essas variáveis são relevantes, principalmente na fase pós-transição, encontrada na Europa, sendo abordadas sob o arcabouço teórico conhecido como “Segunda Transição Demográfica”. A questão é que a América Latina, como visto na literatura, sempre registrou elevada incidência de união consensual, notadamente nos estratos socioeconômicos mais baixos, e elevado número de nascimentos fora da união formal – o que ajuda a explicar, inclusive, as elevadas taxas de fecundidade na adolescência. Nesse sentido, essas variáveis sempre estiveram presentes no contexto latino-americano, mesmo na fase pré-transicional, de modo que alteração no seu comportamento seria difícil de ser captada como representativa de um novo padrão, pós-moderno, como se deu na Europa. Esse foi outro motivo pela exclusão das últimas variáveis.

Viu-se, também, que variáveis associadas com a exposição ao risco de concepção têm um papel determinante no delineamento do padrão de fecundidade. Essas variáveis referem-se à contracepção e à nupcialidade, e seus indicadores: uso de contracepção – métodos modernos, em particular –, entrada ao matrimônio e status marital (nesse último caso, devido à perda da importância da união formal para a reprodução, nos estágios mais avançados da transição da fecundidade).

A interação entre esses dois conjuntos de variáveis leva à conformação de um padrão que, associado ao nível de fecundidade, define a posição do país no processo de transição. Além disso, esse padrão permite uma compreensão mais realística do panorama de fecundidade, proporcionando uma comparação mais robusta entre populações, países, regiões. Nesse sentido, a definição do padrão de fecundidade para América Latina e Europa, utilizando-se das informações da literatura, possibilita identificar os mecanismos pelos quais se deu a transição, nessas regiões, bem como ter um entendimento geral do grau de heterogeneidade interna, e das semelhanças e diferenças que as cercam.

O processo de transição da fecundidade provocou alterações irreversíveis no panorama europeu. O padrão encontrado, na fase pré-transição, foi substituído, paulatinamente, por outros padrões, durante a transição, que também sofreram modificações até a atualidade. Daí a possibilidade de identificar três fases, bastante relacionadas com as mudanças nesses padrões: a fase pré-transição, na qual a fecundidade é elevada e há a presença dos xeques preventivos malthusianos; a fase de transição propriamente dita, marcada pelo declínio da fecundidade para próximo da reposição e pelo uso da contracepção; e a fase de pós-transição, em que os níveis de fecundidade encontram-se abaixo da reposição e há uma dissociação entre reprodução e matrimônio. Essa última fase corresponde à atualidade européia e é caracterizada pela existência de dois padrões bem singulares. Um desses padrões é marcado pela pequena, se alguma, influência da nupcialidade na reprodução, haja vista a grande proporção de casais que optam pela união informal antes de entrar no casamento formal, e, com isso, a relativa alta incidência de nascimentos fora do matrimônio formal. Nesse padrão, encontram-se países como França, Suécia, além do Reino Unido, onde a idade à primeira união é elevada e as mulheres costumam passar por mais de uma união; as razões de progressão da parturição costumam ser baixas, porém um pouco maior que em outros países, resultando em uma fecundidade pouco abaixo do nível de reposição, ficando ao redor de 2,0 filhos por mulher. Em contrapartida, no outro padrão singular, há outros países, como Itália, Espanha e Portugal, onde a nupcialidade, mesmo na pós-transição, ainda tem o poder de interferir na fecundidade, dado que a reprodução ocorre majoritariamente dentro do casamento, além de a idade à primeira união ser elevada, e a proporção de mulheres casadas formalmente predominar. As razões de progressão da parturição, para ordens acima de 1, são baixíssimas, e as mulheres costumam ter o primeiro filho a uma idade relativamente alta, ao redor dos 30 anos. Desse padrão sucede uma fecundidade muito baixa, menor que 1,5 filho por



mulher. São padrões distintos, mas, sem dúvidas, aquele descrito para França, Suécia e Reino Unido, é um padrão de fecundidade em concordância com uma sociedade mais moderna. O que é comum a esses padrões é a elevada proporção de mulheres que fazem uso de métodos contraceptivos; o adiamento da entrada à maternidade, fazendo com que a distribuição da fecundidade se concentre nas idades intermediárias (30-39 anos); o intervalo entre os nascimentos costuma ser maior, em relação aos períodos passados, e há uma elevada proporção de mulheres não unidas, mesmo nas idades reprodutivas mais velhas, e sem filhos.

Quanto à América Latina, a região apresentava, de modo geral, comportamento das variáveis, e seus indicadores, parecido com o que era encontrado para o continente europeu, no período pré-transicional: a reprodução ocorria essencialmente dentro do casamento e seguia um ritmo natural, dada a baixa prevalência de uso de métodos contraceptivos para o controle da fecundidade. Desse modo, a progressão para parturições de ordens elevadas era comum, os intervalos eram curtos e a fecundidade era alta. A diferença, em relação ao padrão europeu, diz respeito à nupcialidade: na América Latina, a idade à primeira união era muito baixa, e já era possível notar, nessa época, a união livre (conhecida como união consensual) como alternativa ao casamento formal. Apesar de esse ser o padrão de fecundidade que predominava na região, havia um grupo de países que se destacava, por apresentar um comportamento diferenciado nos indicadores, logo, um padrão distinto, tendo, como consequência, uma fecundidade mais baixa (caso de Argentina e Uruguai, por exemplo). Isso deixa claro que a América Latina, mesmo no período pré-transicional, exibia um panorama diversificado.

O processo de transição da fecundidade foi marcado por mudanças profundas nos indicadores, tal como ocorreu no continente europeu. Assim, segundo a literatura, a América Latina se define, na atualidade, por um grande número de países com fecundidade baixa (abaixo de 3 filhos por mulher), pelo uso disseminado de métodos contraceptivos modernos, por uma maior proporção de mulheres sem filhos, notadamente abaixo dos 30 anos, e em coabitação, pela baixa progressão para parturições elevadas e maiores intervalos intergenésicos. O que parece ter se mantido, desde a fase pré-transicional, é a precocidade da entrada à primeira união e ao ter o primeiro filho, de maneira que a fecundidade latino-americana das mulheres mais jovens é uma das maiores do mundo. Essa é uma especificidade em relação ao padrão europeu, e que até poderia apontar para a configuração de uma tendência diferente. Porém, a literatura indica que essa característica está em processo de modificação na região.

O acompanhamento das mudanças do padrão de fecundidade na Europa e na América Latina, por meio da literatura, permite perceber que, independente da cultura e da realidade socioeconômica, a transição da fecundidade, uma vez iniciada, parece provocar mudanças parecidas nas variáveis. Além disso, a literatura mostra que, durante o processo de transição da fecundidade, há uma grande diversidade entre

os países latino-americanos, tal como também existiu na Europa. Ademais, ainda que estejam passando por mudanças no padrão de fecundidade, já superadas pelo continente europeu, alguns países latino-americanos apresentam sinais de convergência em direção ao que se encontra, hoje, na Europa.

Os países europeus estão em estágio mais avançado, principalmente por serem os pioneiros, apresentando um padrão mais moderno, ao passo que os países latino-americanos, por terem iniciado a transição mais tardiamente, ainda apresentam um padrão com aspectos da configuração tradicional. No entanto, na medida em que esses últimos avançam no processo, o padrão de fecundidade adquire características modernas e se aproxima da realidade européia. Segundo Zavala de Cosío (1992), a transição da fecundidade, entre os grupos sociais privilegiados da América Latina, por exemplo, “obedeceu, grosso modo, aos mesmos determinantes que na Europa, que se podem qualificar de atitudes modernas para a reprodução” (p. 29).

O caso de países do Cone Sul (Argentina e Uruguai), serve de exemplo. Seguindo a literatura, esses países iniciaram o processo de transição muito antes do restante da região, de modo que se pode considerar o padrão de fecundidade em estágio mais avançado. Embora não sejam os países com a menor TFT na segunda década deste século, se comparada com a TFT dos demais países da América Latina, o padrão apresenta características modernas, como idades à primeira união e ao ter o primeiro filho mais elevadas, fecundidade adolescente mais baixa, em comparação aos demais países latino-americanos, e elevada incidência de uniões livres “modernas” (coabitação)<sup>29</sup>. Assim, esses países apresentam um padrão de fecundidade diferente do restante da América Latina, o que significa que possuir níveis de fecundidade próximos não denota padrão similar, daí a importância de analisar o conjunto de indicadores, juntamente com o nível de fecundidade. O padrão de fecundidade dos países do Cone Sul guarda similaridades com o padrão de países como França e Suécia, que também apresenta características mais modernas que o dos outros do continente europeu, distanciando-se da tendência prevalecente na América Latina. Assim, na medida em que os países latino-americanos avancem no processo de transição da fecundidade, espera-se que o padrão se torne parecido com o que é observado, hoje, para os países do Cone Sul.

Os contrastes por escolaridade e quintil de riqueza aponta, igualmente, nessa direção. O comportamento dos indicadores de fecundidade, segundo esses dois recortes socioeconômicos, é bastante distinto, explicitando que entre, e dentro dos países, é possível captar padrões de fecundidade desiguais. A literatura mostra, de maneira incisiva, que o comportamento dos indicadores é

---

<sup>29</sup> Conforme apresentado na literatura, a união livre “moderna”, também denominada de coabitação, se caracteriza por estar presente entre os setores mais abastados e educados da sociedade, e ser motivada por razões distintas daquelas presentes na união livre nos grupos menos favorecidos.

diferenciado segundo níveis de escolaridade, o que poderia sugerir que há uma conformação de padrões de fecundidade, cada qual correspondendo a uma escolaridade alta ou baixa. Assim, entre as mulheres mais escolarizadas, o padrão de fecundidade apresentaria, desde o início do processo de transição, uma configuração mais avançada, consoante com aquele encontrado para os países do oeste europeu, a região mais adiantada na transição. A idade à primeira união e ao ter o primeiro filho sempre foi maior; a progressão para parturições elevadas era sempre mais baixa e o uso de método contraceptivo se iniciou muito antes das demais mulheres; as mulheres mais escolarizadas são aquelas que, atualmente, em maior proporção experimentam a união livre moderna e as que apresentam maior proporção de solteiras e sem filhos, nas idades abaixo de 30 anos. Consequentemente, a fecundidade, dessas mulheres estaria abaixo da média nacional. Por outro lado, entre as mulheres menos escolarizadas, a transição da fecundidade se daria mais tardiamente, portanto, apresentariam um padrão de fecundidade em conformidade com esse atraso no processo de transição.

Situação semelhante é encontrada por quintil de riqueza: a literatura mostra que há diferenciação dos indicadores por estrato social, principalmente nos extremos. Nesse sentido, as mulheres pertencentes aos estratos mais abastados apresentariam, desde o início da transição, um padrão de fecundidade mais avançado e uma TFT baixa, ao passo que as mulheres mais pobres, retardatárias no processo de transição, exibiriam, desde o início, um padrão mais atrasado e concordante com uma TFT elevada.

Dessa forma, mulheres mais escolarizadas e de maior renda apresentariam fecundidade mais baixa e um padrão semelhante ao que era observado nos países europeus ocidentais desde o início da transição, e, mesmo atualmente, o padrão seria muito próximo. Ao mesmo tempo, o padrão de fecundidade dessas mulheres, conforme aponta a literatura, estaria descolado do padrão nacional e, inclusive, das características descritas para a América Latina como um todo, representando um panorama mais avançado, ligado a uma realidade socioeconômica mais favorecida. Enquanto isso, entre as mulheres de escolaridade mais baixa e com menor renda, o padrão de fecundidade possuía características diferentes do padrão nacional e da América Latina, desde o início do processo de transição, até recentemente. No entanto, com a difusão do uso de métodos contraceptivos modernos e maior acesso às informações sobre planejamento familiar, acredita-se em uma evolução no padrão de fecundidade dessas últimas, desde o início da transição, e que, com isso, a diferença, em relação ao padrão das primeiras, tenha diminuído na atualidade.

A partir da literatura, percebe-se que, de maneira geral, a América Latina tem percorrido caminho parecido ao da Europa no processo de transição da fecundidade, com mudanças no padrão seguindo tendências similares. Contudo, a região não é homogênea, coexistindo países com realidades de fecundidade bastante divergentes, com particularidades que dificultam a identificação de padrões comuns, baseando-se somente na literatura. Assim, os países que estão em processo avançado, como

os do Cone Sul, podem apresentar comportamento semelhante das variáveis ligadas ao nível fecundidade, sugerindo a existência de um padrão comum de fecundidade entre eles. E quanto aos demais? Qual é o padrão que os caracteriza e os distingue? Aqueles países que apresentam baixa fecundidade, mas que iniciaram a transição há, relativamente, pouco tempo, possuem padrão diferente daqueles outros que possuem nível próximo, mas que começaram a transição há mais tempo? Essas questões não parecem ser discutidas pela literatura. Ademais, não é possível saber se o grau de heterogeneidade da região se manteve durante todo o processo, até a atualidade. Ainda, dado que na Europa atual não existe um padrão único de fecundidade e, sendo a América Latina multifacetada, não é possível identificar elementos suficientes da literatura que permitam apontar qual o padrão europeu que a região está tendendo a seguir para delinear o seu padrão de fecundidade futuro. Diante dessas lacunas, faz-se necessário analisar as variáveis discriminadas, por meio dos seus indicadores<sup>30</sup>, para distintos países em momentos específicos da transição da fecundidade. Com isso, se observa as mudanças ocorridas durante o processo, até a atualidade, bem como se capta as semelhanças ou divergências, entre os países, que possam indicar a presença de diferentes padrões de fecundidade, desde o início da transição.

Além disso, a escassez de estudos comparativos, a análise de indicadores de fecundidade feita de maneira individual e a pouca atenção dedicada às medidas relevantes para o conhecimento dos padrões de fecundidade, todavia, faz com que não se tenha o desenho real do panorama de fecundidade da região, nem ferramentas adequadas para avaliar se a tendência é semelhante ou se difere daquela apontada, pela literatura, para a Europa (Ocidental, em particular). O presente trabalho se propõe a contribuir para suprir essa deficiência, na medida em que delineará o padrão de fecundidade, na ALC, durante o período de transição, ressaltando suas particularidades, bem como as semelhanças, ou diferenças, em relação ao que se verificou na Europa.

Desse modo, como mencionado no início dessa seção, há um conjunto de variáveis que foi selecionado para compor um padrão de fecundidade, por estar associado ao nível da mesma, já que esse é o principal critério usado para diferenciar e classificar países. Algumas dessas variáveis são intrínsecas ao nível da fecundidade, de modo que, segundo evidências da literatura, o comportamento dos seus indicadores, como elevada progressão da parturição, baixa idade ao ter o primeiro filho e intervalos curtos entre nascimentos, fazem parte de um contexto de alta fecundidade, enquanto o contrário se dá em cenários de baixa fecundidade. Enquanto isso, existem outras variáveis, como

---

<sup>30</sup> Esses indicadores, como já mencionado na introdução desse trabalho, se referem à própria TFT; às TEFs; à idade à primeira união e ao ter o primeiro filho; à proporção de mulheres sem filhos; ao intervalo entre nascimentos; à progressão da parturição; ao status marital; ao uso de contraceptivos e à presença de filhos ao iniciar o uso de contracepção.

aquelas referentes à contracepção e à nupcialidade, que são extrínsecas ao nível, mas que interferem na sua delimitação. São extrínsecas porque afetam o comportamento das variáveis do primeiro conjunto (como idade ao ter o primeiro filho, a progressão da parturição e intervalo entre nascimentos), e não diretamente o nível de fecundidade. É por meio da análise do comportamento dessas variáveis, medidas pelos seus respectivos indicadores, ao longo do tempo, para diferentes países latino-americanos, que se pretende traçar a evolução do padrão de fecundidade da ALC e, com isso, preencher as lacunas explicitadas.

Assim, por meio da literatura, é possível concluir que, para se definir o que é um padrão, é necessário considerar o conjunto destacado de variáveis, que estão associadas ao nível de fecundidade, tanto intrínseca quanto extrinsecamente. Esse conjunto traduz mais fielmente a realidade de fecundidade de um país, e, assim, determina melhor seu posicionamento no processo de transição, além de permitir distingui-lo em relação a países com padrões diferentes. Elas estão relacionadas ao nível de fecundidade porque o processo de transição se caracteriza, essencialmente, pela passagem de elevados para baixos níveis, inclusive menor que aquele convencionado como de reposição populacional.

É claro que existe uma multiplicidade de variáveis que contribuem para definir o nível de fecundidade e que poderiam compor o padrão<sup>31</sup>. No entanto, acredita-se que as variáveis delimitadas encerram, em seu cerne, o comportamento de todas as outras, constituindo-se, portanto, nas principais para discriminar um padrão de fecundidade, sendo, inclusive, destacadas em variados estudos e pesquisas, como mostrado na literatura, justamente pela relevância no processo de transição. Nesse sentido, o conjunto de variáveis selecionadas tem fundamento teórico e é suficiente para avaliar o processo de transição da fecundidade entre diferentes países, e compará-los, mediante o estabelecimento de padrões.

Nos capítulos seguintes, se explicitará o processo de construção dos indicadores que representam as variáveis destacadas, para os países latino-americanos selecionados, considerando as informações disponíveis nas bases de dados. Em seguida, se fará uma análise descritiva minuciosa com relação ao comportamento de cada um desses indicadores, no tempo e por recorte socioeconômico (escolaridade e quintil de riqueza), ressaltando as diferenças e semelhanças entre os países. A partir dessa análise, se delineará o padrão de fecundidade que represente a realidade dos países em distintos momentos da transição, correlacionando nível com as características dos indicadores, na tentativa de identificar as mudanças no padrão, com o declínio da fecundidade, bem como verificar se há uma pluralidade de padrões segundo os distintos níveis. Por fim, se traçará, de maneira resumida, o panorama da

---

<sup>31</sup> Dentre essas variáveis, poderiam ser incluídas o aborto, a questão do papel do homem na reprodução e a fecundidade desejada, além de outras.

fecundidade para a ALC, destacando o seu grau de heterogeneidade, ou homogeneidade interna, em diferentes períodos da transição, e como isso evoluiu no tempo, até a atualidade. Ademais, se comparará o perfil geral dos padrões de fecundidade observados na ALC, com o que há historicamente registrado para a Europa, a fim de entender se na região houve uma tendência similar ao observado no continente europeu.

### **3. METODOLOGIA**

O presente trabalho compara, de modo geral, um conjunto de indicadores representativos das variáveis com potencial para delinear um padrão de fecundidade, conforme foi definido na introdução. Essa comparação é realizada para um grupo de países da América Latina e Caribe (ALC), a fim de captar as homogeneidades/heterogeneidades entre eles e, com isso, entender o panorama vigente na região. Busca-se analisar os resultados obtidos tomando como referência – como já mencionado – a transição da fecundidade européia, que serviu como base para estudos e teorias pioneiras que tratam das mudanças que se observam na América Latina.

Ao acompanhar a evolução desses indicadores no tempo, será possível perceber como ocorreu a transição da fecundidade na ALC até a atualidade, sob uma perspectiva mais ampla. Ademais, será permitido verificar se os indicadores de cada país apresentaram certa homogeneidade desde os primeiros anos da análise e, assim, se delinearum um único perfil na região, ou se os países seguiram caminhos distintos, e quais seriam esses caminhos. Os resultados obtidos permitirão conferir se o processo de transição da fecundidade na região se deu sob os mesmos paradigmas que a literatura aponta para a transição européia, descrita no marco de referência teórico, e se servirá de modelo para o comportamento futuro da fecundidade nos países latino-americanos.

A escolha da ALC se deve ao fato de essa região estar em processo de contínuo declínio da fecundidade, iniciado em uma época não anunciada pelos teóricos (anos 70), e que, em que pese os tradicionais paradigmas explicativos da Transição da Fecundidade, estes, muitas vezes, não se apresentam na realidade latino-americana, região cujo contexto a autora tem relativamente mais conhecimento.

#### **3.1. As Fontes dos Dados**

Os dados utilizados derivam das pesquisas do tipo Demographic and Health Surveys – DHS – e Reproductive Health Survey, as RHS. Elas permitem captar uma série de informações para o cálculo dos indicadores mencionados no capítulo de marco conceitual. Além disso, essas pesquisas apresentam uma periodicidade que possibilita captar a evolução desses indicadores, uma vez que foram implementadas, em sua maioria, na fase de pleno processo de mudanças na fecundidade (por volta da década de 80), e estão presentes nas décadas de 90 e 2000, com algumas já realizadas na década atual (TAB. 3.1.1).

As pesquisas do tipo DHS e RHS são pesquisas domiciliares com abrangência nacional, realizadas por meio de um levantamento amostral, probabilístico e estratificado, cujo objetivo principal é um estudo

atualizado e completo sobre o perfil das mulheres em idade fértil (15-49 anos)<sup>32</sup> e seus filhos menores de 5 anos. São executadas em diferentes níveis de subdivisões geográficas, como áreas urbanas e rurais, e divisões geopolíticas específicas. Por fazerem parte de um projeto de âmbito internacional, essas pesquisas seguem um roteiro de questionário e um modelo de tratamento e divulgação de informações muito parecidos, permitindo uma análise comparativa dos seus resultados entre diversos países.

Desde a primeira realização, as pesquisas DHS e RHS sofreram modificações em seus questionários ao longo do tempo, como forma de captar as constantes mudanças no comportamento das pessoas, bem como para atender às necessidades de cada país onde são executadas. No caso da DHS, essa evolução é captada pelas diferentes fases de suas atividades: Fase I (1984-1989); Fase II (1988-1993); Fase III (1992-1997); Fase IV (1997-2003), Fase V (2003-2008), Fase VI (2008-2013) e Fase VII (2013 em diante) (ICF Macro, 2016<sup>33</sup>). Nessas fases, houve alterações e acréscimos no questionário básico, como expansão de conteúdo referente à saúde materno-infantil, introdução de uma seção sobre AIDS e ampliação de coleta de informação sobre atividade sexual. Apesar das mudanças, as informações para os cálculos dos indicadores estudados permaneceram inalteradas nas diversas fases.

A TAB. 3.1.1 lista as pesquisas, cujos resultados foram atualizados nesse trabalho. A maior parte dos dados advém das séries DHS; para as pesquisas RHS, efetuou-se a adequação das informações para se calcular os indicadores propostos, seguindo o modelo DHS, como será visto na seção dos indicadores. Ainda, a faixa etária das mulheres entrevistadas não é uniforme para todas as pesquisas, necessitando de ajustes na população estudada, que será tratado em seção posterior.

---

<sup>32</sup> Cabe fazer a ressalva de que o intervalo fértil, convencionado como abrangendo as idades entre 15 e 49 anos das mulheres, nem sempre está delimitado dessa maneira nas pesquisas utilizadas. Isso quer dizer que não são todas as pesquisas que entrevistaram mulheres de 15-49 anos, muitas vezes, cobrem um intervalo menor, até 44 anos.

<sup>33</sup> [www.dhsprogram.com](http://www.dhsprogram.com), acesso dia 06-03-2016.



**Tabela 3.1.1: Países selecionados para o estudo do padrão de fecundidade na ALC com indicação: ano de realização da pesquisa, tipo de pesquisa, número não ponderado de mulheres entrevistadas, taxa de resposta e faixa etária das mulheres entrevistadas.**

País	Ano	Tipo de Survey	Número de mulheres entrevistadas (sem ponderação)	Taxa de resposta individual (%)**	Faixa etária das mulheres entrevistadas
1. Brasil	1986	DHS	5.892	87,5	15-44
	1996	DHS	12.257	86,5	15-49
	2006*	DHS	15.575	89,5	15-49
2 Colômbia	1986	DHS	5.331	-	15-49
	1995	DHS	11.140	92,2	15-49
	2010	DHS	53.521	94,1	13-49
3. Costa Rica	1986	RHS	3.527	94,9	15-49
	1999*	RHS	1.612	90	18-44
	2010*	RHS	1.596	-	15-80
4. El Salvador	1985	DHS	5.207	88,9	15-49
	1998	RHS	12.634	94,1	15-49
	2008	RHS	12.008	90,1	15-49
5. Nicarágua	1992-93	RHS	7.150	94,4	15-49
	2001	DHS	13.060	92,5	15-49
	2011*	DHS	15.266	-	15-49
6. Paraguai	1990	DHS	5.827	93	15-49
	1998	RHS	3.598	98,1	15-44
	2008	RHS	6.540	95,1	15-44
7. Peru	1986	DHS	7.533	94,6	15-49
	1996	DHS	28.951	93	15-49
	2012	DHS	23.888	97,3	15-49
8. República Dominicana	1986	DHS	7.649	93,4	15-49
	1996	DHS	8.422	93	15-49
	2013	DHS	9.372	94,6	15-49

\*Esses surveys, embora não pertençam oficialmente às séries do projeto DHS ou RHS, seguem essencialmente as mesmas orientações sugeridas por esses projetos.

\*\*A taxa de resposta individual foi calculada como o percentual de mulheres elegíveis selecionadas que foram, de fato, entrevistadas.

Fonte: publicações das pesquisas realizadas nos países e respectivos anos (ver TAB. A1 do Anexo 1).

Algumas ressalvas devem ser feitas quanto às pesquisas DHS e RHS. A DHS surgiu como uma sequência da Pesquisa Mundial de Fecundidade (WFS)<sup>34</sup>, com o propósito de continuar como pesquisa comparativa em escala global, apoiada pela USAID, sendo executada sob direção da Macro

<sup>34</sup> Em inglês, World Fertility Survey.

International Inc., agora conhecida como ICF Macro (Global Health Data Exchange, 2016<sup>35</sup>). A RHS, por sua vez, foi um aperfeiçoamento da pesquisa Maternal and Child Health/Family Planning Surveys (MCH/FP), conduzida pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention). No final da década de 80, passou a abranger questões sobre saúde reprodutiva nos seus questionários, denominando-se Reproductive Health Survey (Global Health Data Exchange, 2016). Além disso, conquanto as perguntas incluídas no questionário da RHS, desde final dos anos 80, sejam comparáveis àquelas das séries da DHS, principalmente no tocante à saúde sexual e reprodutiva, as bases de dados dessas pesquisas nem sempre estão codificadas no mesmo formato, o que requereu uma padronização na sistematização das informações e no cálculo dos indicadores<sup>36</sup>.

Há, ainda, outros fatores a serem considerados no que diz respeito às fontes de dados manuseadas. Em primeiro lugar, nem todas as pesquisas são rigorosamente comparáveis<sup>37</sup>. Além disso, em alguns casos, defrontou-se com o problema do tamanho pequeno da amostra, o que dificultou, ou mesmo impediu, o cálculo de alguns indicadores. Soma-se a isso, a inexistência das informações necessárias para o cálculo de certos indicadores para determinados países ou ano de análise, de maneira que o exame crítico e universal, para esses indicadores, ficou prejudicado. A cobertura temporal também é um aspecto a ser destacado; se, por um lado, a coincidência, em termos de anos-calendário, nem sempre foi possível, uma vez que foram utilizadas pesquisas para diferentes anos, por outro lado, a extensão do período observado – em torno de 10 anos – é tempo suficiente para captar as eventuais mudanças. Assim, mesmo com a defasagem temporal, o período coberto para cada país não é exageradamente distinto dos demais, o que possibilita uma comparação.

Apesar de as limitações explicitadas, uma vantagem de se trabalhar com as pesquisas DHS e RHS diz respeito à sua grande semelhança e, conseqüentemente, poder comparativo. Além disso, os dados dessas pesquisas são geralmente aceitos como as melhores fontes para comparação das estatísticas demográficas, por elas levantadas, por causa do seu elevado controle de qualidade e da compatibilidade da metodologia entre os países (Heaton et al., 2002, p. 04).

---

<sup>35</sup> [www.ghdx.healthdata.org](http://www.ghdx.healthdata.org), acesso dia 06-03-2016.

<sup>36</sup> Essa padronização seguiu da necessidade de calcular cada indicador e, também, devido ao modo como estavam disponibilizadas as informações em cada base de dados, pois nem sempre eram uniformes. A maneira como foi realizada essa padronização será discutida, nesse capítulo, quando cada um dos indicadores for apresentado.

<sup>37</sup> O que, certamente, implicou um processamento mais específico destas fontes, de modo a tornarem padronizados os resultados gerados.

### 3.2. Os países

Os países estudados são aqueles que iniciaram mais tarde a transição da fecundidade – a partir da década de 1960 – mas que, atualmente, apresentam níveis baixos de fecundidade. Esses países representam a maioria dos países da Região, além de configurarem contextos culturais e socioeconômicos bem distintos. O processo de declínio da fecundidade, nesses países, ocorreu segundo parâmetros diferentes daqueles apontados, pela literatura, para os países europeus, pioneiros nesse processo. Daí a importância de se debruçar especificamente sobre esses países latino-americanos, a fim de compreender se o delineamento do padrão de fecundidade, em diferentes momentos da transição, seguiu uma tendência particular, que se distancia daquilo encontrado para os precursores. Esse é o motivo pelo qual Argentina, Uruguai, Chile e Cuba serão excluídos do estudo. São países que iniciaram mais cedo a transição da fecundidade e, atualmente, estão em fase mais avançada nessa transição que o restante da Região. Mesmo assim, serão considerados como elementos de referência.

O México, conquanto não se encaixe na situação dos países supracitados, foi excluído por motivos operacionais que impossibilitaram a análise comparativa.

Assim, dentro do conjunto restante de países latino-americanos que iniciaram a transição da fecundidade a partir da década de 60, foram selecionados, preliminarmente, aqueles que atenderam à exigência de possuir uma pesquisa sobre saúde sexual e reprodutiva (seja DHS ou RHS) durante a década de 80, uma durante a década de 90, e uma pesquisa mais recente após 2000. Isso porque foi considerada tal periodicidade como necessária para captar a evolução nos indicadores do padrão de fecundidade, desde o início do processo de transição até a atualidade. Entre os remanescentes, uma segunda seleção ocorreu, atendendo à exigência de que os países a serem estudados apresentassem TFT recente abaixo de 3 filhos por mulher. Isso se deve ao fato de que os países com baixa fecundidade são aqueles que se pressupõe estarem em processo avançado da transição da fecundidade e, para os quais, portanto, é possível captar as mudanças no padrão de fecundidade ao longo do tempo.

Oito países foram, finalmente, incluídos nesse trabalho, sendo um país da região do Caribe (República Dominicana), três da América Central (Costa Rica, El Salvador e Nicarágua) e quatro da América do Sul (Brasil, Colômbia, Paraguai e Peru).

Os países a serem analisados reproduzem realidades socioeconômicas marcadas por heterogeneidades internas significativas, e tais realidades – se consideradas as diversas explicações sobre os determinantes socioeconômicos da fecundidade – nem sempre condizem com as posições dos países no processo de transição da fecundidade. Assim, o Brasil, que possui a menor TFT e, entre eles, está

em uma posição mais avançada na transição, não é, necessariamente, aquele que exibe os melhores indicadores de desenvolvimento social, nem o Paraguai, país com a maior fecundidade, e mais atrasado na transição, é aquele na situação mais desfavorável, como demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 3.2.1: Indicadores socioeconômicos selecionados para Brasil, Costa Rica, Colômbia, El Salvador, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Paraguai, segundo o ano de referência de cada indicador.**

Indicadores socioeconômicos selecionados	Países selecionados							
	Brasil	Costa Rica	Colômbia	El Salvador	Nicarágua	Peru	Rep. Dominicana	Paraguai
<b>TFT atual (2010-2015)</b>	<b>1,82</b>	<b>1,85</b>	<b>1,93</b>	<b>1,97</b>	<b>2,32</b>	<b>2,50</b>	<b>2,53</b>	<b>2,60</b>
Renda Nacional Bruta per capita (em dólar) - 2014	15.175	13.413	12.040	7.349	4.457	11.015	11.883	7.643
% População Urbana - 2014	85,4	66,0	76,1	66,2	58,5	78,3	71,4	63,5
Índice IDH - 2014	0,755	0,766	0,720	0,666	0,631	0,734	0,715	0,679
Expectativa de vida ao nascer (anos) - 2014	74,5	79,4	74,0	73,0	74,9	74,6	73,5	72,9
Número médio de anos de escolaridade (pop. 25 anos e mais) - 2014	7,7	8,4	7,3	6,5	6,0	9,0	7,6	7,7
Coefficiente de Gini (2005-2013)	52,7	48,6	53,5	41,8	45,7	45,3	45,7	48,0
Índice de desigualdade de gênero - 2014	0,457	0,349	0,429	0,427	0,449	0,406	0,477	0,472
Participação feminina na força de trabalho (% pop. fem. 15+) - 2013	59,4	46,6	55,8	47,8	47,4	68,2	51,3	55,7
% da população que usa internet - 2014	57,6	49,4	52,6	29,7	17,6	40,2	49,6	43,0

Fonte: United Nations Development Programme (2015b); United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015a).

As informações da TAB. 3.2.1, ordenadas segundo o nível da fecundidade dos países selecionados, mostram que quatro deles apresentam TFT atual no nível de reposição. São quatro países cuja fecundidade está abaixo de 2,1 filhos por mulher (Brasil, Colômbia, Costa Rica e El Salvador). Os outros quatro está acima desse nível (Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana).

As distinções entre os países, no que tange aos indicadores selecionados, atestam para a diversidade da América Latina. Brasil, Colômbia e Costa Rica, que são os países com menor fecundidade e maior renda bruta per capita e expectativa de vida ao nascer, são, ao mesmo tempo, aqueles com maior desigualdade de renda, dentre os países analisados, conforme o índice de Gini. O Paraguai, por outro lado, é o país com maior TFT e menor expectativa de vida ao nascer, mas o número médio de anos de

escolaridade é o mesmo do Brasil e a participação feminina na força de trabalho é muito próxima da Colômbia. Situação semelhante é verificada para os outros países, como o Peru, que, mesmo apresentando uma das maiores TFT, possui, relativamente, melhores indicadores. Realidades socioeconômicas extremas também podem ser captadas pelas informações da TAB. 3.2.1, como nos casos do Brasil e da Nicarágua. O primeiro possui a maior renda nacional bruta per capita e o maior percentual de população urbana e de usuários de internet. O oposto se dá com a Nicarágua, que possui valores muito baixos para esses indicadores, bem distante do conjunto dos países.

Desse modo, estudar o comportamento dos indicadores de fecundidade, em contextos tão desiguais, servirá como ferramenta para uma melhor compreensão do grau em que o padrão da fecundidade reflete a realidade latino-americana. Isso porque, conforme se pode captar da literatura, contextos socioeconômicos distintos associam-se a padrões de fecundidade distintos.

### **3.3. A população em estudo**

As mulheres em idade reprodutiva, consideradas aqui como aquelas que têm entre 15 e 44 anos de idade, constituem a população alvo desse estudo. Algumas pesquisas, como já mencionado, abrangeram apenas as mulheres nesses grupos etários, excluindo as mulheres de 45-49 anos. Esse é o principal motivo pelo qual também a população em estudo restringe-se ao grupo etário 40-44. A única especificidade encontrada, no que diz respeito a este quesito, é quanto à pesquisa da Costa Rica de 1999, que abarcou apenas as mulheres de 18-44 anos. Assim, esse será o único caso em que, quando se referir às adolescentes (15-19 anos), se tomará uma faixa etária menor, de 18-19 anos.

Deve-se salientar, ainda, a opção por restringir a análise somente às mulheres, e não considerar os homens, em que pese a crescente importância que vem se dando, na literatura recente, ao papel masculino na fecundidade. Essa escolha se deve às poucas informações disponíveis para esse universo nas pesquisas utilizadas como fontes de dados.

A análise do padrão de fecundidade, portanto, se baseará no histórico de fecundidade e comportamento reprodutivo das mulheres de 15-44 anos, que representam diferentes coortes expostas a contextos sociais, culturais, políticos e econômicos bem diversos. Com isso, os resultados obtidos oferecerão um panorama razoavelmente completo acerca do processo de transição na América Latina.

### **3.4. As variáveis e seus indicadores**

A análise das mudanças no padrão de fecundidade na América Latina, durante o processo de transição da fecundidade (incluindo a presente década), será realizada acompanhando a evolução temporal de indicadores daquelas variáveis que, conforme a literatura relacionado ao padrão de fecundidade

européu, são imprescindíveis para o entendimento do processo de transição e responsáveis pela definição nos padrões vigentes, acarretando o surgimento de novos modelos na sociedade, tal como explicitado no capítulo de marco referencial.

Seguindo o exposto na literatura, acredita-se que os indicadores selecionados sejam suficientes para definir o padrão e, com isso, classificar os países, bem como para poder avaliar o processo de transição da fecundidade, sem perder o respaldo teórico. No QUAD. 3.4.1, há uma breve descrição de cada indicador, constando as informações utilizadas para seu cálculo, presentes nas bases de dados das pesquisas DHS e RHS, indicação do processo de estimação e o comportamento esperado durante a transição da fecundidade.

**Quadro 3.4.1: Descrição dos indicadores estudados, considerando as informações utilizadas, a observação sobre o seu modo de cálculo e o seu comportamento esperado no processo de transição.**

Indicador	Informação utilizada*	Observação	Comportamento Esperado
<b>Variável: Fecundidade</b>			
<p><b>Taxa de Fecundidade Total – TFT – e Taxas Específicas de Fecundidade, por idade – TEF (respectivamente, nível e estrutura da fecundidade).</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de nascimentos que ocorreram nos 1-36 meses anteriores à data da pesquisa, distribuído por grupo etário quinquenal da mulher;</li> <li>• Número de mulheres-anos de exposição nos 1-36 meses anteriores à data da pesquisa, distribuído por etário quinquenal.</li> <li>• Data da entrevista;</li> <li>• Data do nascimento do filho;</li> <li>• Data do nascimento da mulher.</li> </ul>	<p>–O nível da fecundidade é obtido pela soma da fecundidade por grupo de idade da mulher (TEFs). Tanto o nível quanto a distribuição etária se referem ao período de 3 anos anteriores à data da pesquisa.</p>	<p>Com o processo de declínio da fecundidade, espera-se, nos estágios avançados da transição, que mais países alcancem níveis próximos ou abaixo da reposição (2,1 filhos por mulher) e que haja um declínio da fecundidade nas idades mais jovens (15-19 e 20-24) e um aumento da fecundidade nas idades intermediárias (30-34 e 35-39), que também passarão a ter maior peso relativo na distribuição.</p>

continua...

Indicador	Informação utilizada*	Observação	Comportamento Esperado
<b>Variável: Fecundidade</b>			
<b>Proporção de mulheres sem filhos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total declarado de filhos tidos, até a data da pesquisa, para todas as mulheres de 15-44 anos.</li> </ul>	<p>– Proporção de mulheres, em relação ao total de mulheres em cada grupo etário, que declarou, na data da pesquisa, ter parturição zero.</p>	<p>Nos estágios mais avançados da transição da fecundidade, espera-se maior proporção de mulheres sem filhos, principalmente nas idades mais jovens (15-24 anos).</p>
<b>Idade mediana ao ter o primeiro filho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Data do nascimento do primeiro filho;</li> <li>• Data de nascimento da entrevistada.</li> </ul>	<p>– A idade mediana é obtida pela acumulação, por ano simples, da distribuição percentual da idade ao ter o primeiro filho.</p>	<p>A idade mediana deve aumentar ao longo do tempo (entre períodos). Espera-se que as coortes mais jovens tenham maiores idades medianas.</p>
<b>Progressão da parturição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Total de filhos declarados nascidos vivos, para coortes de mulheres acima de 35 anos (parturição).</li> </ul>	<p>– Como esse indicador necessita da história completa de nascimentos, optou-se por trabalhar somente os grupos etários mais velhos, nos quais há uma maior probabilidade de as mulheres terem terminado a sua reprodução.</p> <p>– Foram obtidas razões de progressão da parturição, que servem para indicar a probabilidade de uma coorte com parturição de ordem <math>i</math> transitar para uma parturição de ordem <math>i + 1</math>.</p>	<p>À medida que o processo de transição da fecundidade avance, espera-se que a proporção de mulheres que se tornam mães diminua (progressão para parturição de ordem 1), assim como a progressão para parturições acima de 2 filhos.</p>
<b>Intervalo intergenésico (entre os nascimentos)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parturição da mulher;</li> <li>• Data de nascimento de cada filho nascido vivo;</li> <li>• Ordem de nascimento de cada filho nascido vivo.</li> </ul>	<p>– O intervalo entre os nascimentos é discriminado pela parturição da mulher na data da entrevista, independente da idade dessa mulher. Assim, para cada parturição (mínimo de 2 filhos e máximo de 6 filhos), tem-se os intervalos médios (em anos) correspondentes.</p>	<p>Os intervalos tenderão a aumentar com o declínio da fecundidade, e espera-se que as mulheres com menor parturição apresentem os intervalos mais longos.</p>

continua...

Indicador	Informação utilizada*	Observação	Comportamento Esperado
<b>Variável: Nupcialidade</b>			
<b>Status marital</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Status marital na data da pesquisa, segundo as opções: nunca casada (solteira); legalmente ou formalmente casada (casada); vivendo com parceiro em união consensual/livre (unida); divorciada, separada ou viúva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Distribuição percentual das mulheres entrevistadas por status marital corrente, segundo as 4 categorias criadas: solteira; casada; unida; divorciada, separada, viúva.</li> </ul>	<p>Espera-se que a transição da fecundidade seja acompanhada por mudança no status marital, principalmente das mais jovens (15-29 anos), com o aumento da união livre, em detrimento da queda do casamento formal.</p>
<b>Idade mediana à primeira união (formal ou informal)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Data da primeira união (casamento formal ou união informal/livre);</li> <li>• Data de nascimento da entrevistada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– A idade mediana é obtida pela acumulação, por ano simples, da distribuição percentual da idade ao primeiro casamento (formal) ou união livre (informal).</li> </ul>	<p>A expectativa é de que haja aumento desse indicador ao longo do tempo (entre os períodos), e, entre coortes. As mais jovens tenderão a possuir as maiores idades medianas.</p>
<b>Variável: Contraceção</b>			
<b>Uso de contracepção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso atual de métodos contraceptivos, por tipo de método que está usando na data da pesquisa: moderno, tradicional/folclórico e outros;</li> <li>• Status marital da mulher.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Distribuição percentual das mulheres que, na data da entrevista, estavam em união (casadas ou unidas) e que declararam estar usando algum método moderno, ou algum método tradicional/folclórico, ou outro método; e também daquelas que declararam não estar usando nenhum método.</li> <li>– A conceituação de método moderno e método tradicional ou folclórico seguiu o padrão da pesquisa DHS, presente em Rutstein e Rojas (2006), e foi aplicado para todas as pesquisas analisadas, inclusive as do programa RHS. Dada a baixa incidência de mulheres que responderam estarem usando métodos folclóricos, decidiu-se juntar em uma única categoria os métodos tradicionais e folclóricos.</li> </ul>	<p>O aumento do uso de métodos contraceptivos, principalmente os modernos, é esperado verificar para todas as idades, durante a transição, sendo mais intenso para as coortes mais jovens.</p>



Indicador	Informação utilizada*	Observação	Comportamento Esperado
<b>Variável: Contraceção</b>			
<b>Elasticidade-contraceção moderna da fecundidade (sensibilidade da mudança da fecundidade atribuída à mudança no uso de método moderno)**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de mulheres que estavam usando método moderno na data da pesquisa, para duas pesquisas diferentes.</li> <li>• TEF por grupo etário, em duas pesquisas diferentes, porém, na mesma data do uso da contraceção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Esse indicador mede o quanto da variação percentual do uso de contraceção moderna explica a variação percentual da taxa de fecundidade, entre duas pesquisas.</li> <li>– Numerador: variação percentual da TEF entre as duas pesquisas (tempo t e t + n);</li> <li>– Denominador: variação percentual da proporção de mulheres que estavam usando método moderno entre duas pesquisas (tempo t e t + n).</li> <li>– Foi determinado somente método moderno devido à sua elevada prevalência nos países analisados, representando quase a totalidade de mulheres que fazem uso de contraceção.</li> </ul>	Espera-se que o aumento do uso de contraceptivo tenha uma maior influência na queda da fecundidade, notadamente das jovens, de modo que o coeficiente de elasticidade seja maior que 1 para as idades mais jovens, nos estágios mais avançados da transição.
<b>Presença de filhos ao usar método pela primeira vez</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de mulheres que alguma vez usaram método contraceptivo,</li> <li>• Número declarado de filhos tidos, nascidos vivos, quando fez uso de contraceção pela primeira vez.</li> </ul>	– Distribuição percentual das mulheres que alguma vez usaram contraceção, segundo o número declarado de filhos tidos ao usar método pela primeira vez. Para isso, foram criadas duas categorias: tinha filhos quando usou método pela primeira vez (independente do número) e não tinha filhos (aquelas que declararam ter tido zero filho).	Tenderão a ser cada vez mais raras as mulheres que começaram a usar método contraceptivo após ter sido mães, de maneira que se espera uma redução significativa da proporção, principalmente de jovens, que começaram a usar método após ter tido filho.

**fim.**

\*Todos os indicadores de variáveis cujo cálculo considera datas (da entrevista, do nascimento da mulher e do filho, do início da união), foram definidos utilizando o conceito de CMC (*Century Month Code*) presente em Rutstein e Rojas (2006).

\*\*O indicador de elasticidade-contraceção moderna da fecundidade não compõe o padrão de fecundidade em si, tal como se dá com os outros indicadores, porém ele é considerado pelo poder de explicar a importância do uso de método moderno para o declínio da fecundidade.

Fonte: elaboração própria.

Alguns detalhamentos merecem destaque no que tange a alguns indicadores apresentados. No que se refere à idade mediana à primeira união, ela foi obtida a partir do grupo etário 20-24. Isso porque a

idade mediana é interpolada linearmente entre as idades nas quais 50% ou mais das mulheres se uniram. No grupo 15-19, porém, isso não ocorreu, pois menos da metade das adolescentes, na data da pesquisa, estava na condição de unida, daí não ser possível obter a idade mediana para as mulheres desse grupo. No caso das jovens 20-24, isso também ocorria para alguns países, e, por causa da falta de informação para esse grupo, as análises se situam a partir do grupo etário subsequente (25-29), de modo a ter informações completas para todos os países, e ser possível realizar as comparações. Isso se dá, igualmente, quando se realiza o recorte por escolaridade e quintil de riqueza. Daí que o grupo etário mais jovem, a partir do qual as análises se iniciam, é diferente entre os níveis de escolaridade e quintis de riqueza. Situação semelhante foi observada para a idade mediana ao ter o primeiro filho. Esse indicador foi obtido, para o total de cada país, somente a partir do grupo etário 25-29, dado que nos dois grupos mais jovens (15-19 e 20-24) menos da metade das mulheres, na data da entrevista, tiveram o primeiro filho antes do limite inferior do grupo etário, impossibilitando seu cálculo. Ademais, convém mencionar que esse indicador não está presente em todos os países, já que nem todos possuíam as informações necessárias para sua estimação. As idades medianas à primeira união e ao ter o primeiro filho foram estimadas, por grupos etários diferentes, para permitir analisar o comportamento desses indicadores através de várias coortes, desde a mais velha (grupo 40-44) até a mais jovem (grupo 20-24 ou 25-29).

Quanto ao intervalo entre nascimentos (ou intervalo intergenésico), esse indicador requer a história completa dos nascimentos das mulheres entrevistadas. Desse modo, como nem todos os países, em todos os períodos, possuem tal informação, o intervalo intergenésico não foi obtido para todos. Costa Rica e El Salvador foram os países para os quais o intervalo não foi estimado em todos os anos considerados. Além disso, o foco principal serão as primeiras ordens de nascimento, até o quarto filho, a fim de facilitar a comparação dos resultados obtidos, e também porque o tamanho amostral das mulheres que tiveram parturição acima de 4 filhos era pequena, principalmente no último período de análise.

O indicador “proporção de mulheres sem filhos” será analisado somente para os três primeiros grupos etários (15-19, 20-24 e 25-29). Acredita-se que o comportamento reprodutivo dessas coortes mais jovens fosse mais representativo da realidade da época em que os *surveys* foram realizados, já que as coortes mais velhas estiveram expostas a um contexto de fecundidade mais antigo e, por isso, quando da época de realização dos *surveys*, estariam finalizando o período reprodutivo. Ademais, nos grupos etários mais velhos, a probabilidade de as mulheres terem passado pela maternidade é maior, sendo pequena a proporção de mulheres sem filhos, tendo, portanto, pouca contribuição para a análise do comportamento desse indicador.

Por fim, tem-se o indicador “elasticidade-contraceção moderna da fecundidade”, que merece maiores considerações. Esse indicador foi elaborado tendo como referência o indicador de elasticidade-preço da demanda, utilizado em estudos econômicos. Segundo Mankiw (2001), o indicador de elasticidade-preço da demanda "mede o quanto a quantidade demandada responde a variações no preço" (p. 94). Esse mesmo conceito pode ser aplicado ao indicador de elasticidade-contraceção moderna da fecundidade: quanto a mudança na fecundidade é provocada pela alteração no uso de contraceção moderna. O uso da contraceção moderna seria, assim, a variável independente, e a fecundidade representaria a variável dependente. O indicador da elasticidade-preço da demanda é calculado como a variação percentual da demanda dividida pela variação percentual do preço. O mesmo será aplicado ao indicador elasticidade-contraceção moderna da fecundidade: variação proporcional da fecundidade dividida pela variação proporcional do uso da contraceção moderna.

Na maioria das vezes, há uma relação inversa entre demanda e preço, já que uma elevação no preço tende a diminuir a demanda por determinado bem, daí o coeficiente de elasticidade-preço da demanda apresentar valor negativo (Mankiw, 2001; Riani, 1998). Situação semelhante ocorre na relação entre contraceção e fecundidade, já que a literatura mostra que o aumento do uso de contraceção provoca uma diminuição da fecundidade. Desse modo, espera-se que o coeficiente de elasticidade-contraceção da fecundidade também seja negativo. É comum, portanto, ignorar o sinal negativo do coeficiente, avaliando apenas o seu valor absoluto, que pode ser igual, maior ou menor que 1 (Riani, 1998). No caso da contraceção-fecundidade, os valores absolutos do coeficiente serão interpretados da seguinte maneira, adaptado da definição de Riani (1998) para a relação preço-demanda:

- Coeficiente maior que 1: coeficiente elástico. Significa que a variação proporcional da fecundidade é bastante sensível à variação proporcional do uso de contraceção moderna;
- Coeficiente menor que 1: coeficiente inelástico. Significa que a variação proporcional da fecundidade é inferior e, por isso, pouco sensível, à variação proporcional do uso de contraceção moderna;
- Coeficiente igual a 1: coeficiente unitário. Significa que a variação proporcional ocorrida na fecundidade é idêntica à variação proporcional do uso de contraceção moderna.

É importante ressaltar que a proporção do uso de métodos modernos sofreu variações pequenas, ao longo dos períodos, uma vez que, no geral, o uso já era relativamente alto. Da mesma forma, quanto aos valores das TEF's, por serem baixos, a variação também ocorreu dentro de intervalos numéricos muito pequenos. E, por causa dos baixos valores da TEF, para o grupo 40-44, optou-se por excluí-lo da análise do indicador de elasticidade-contraceção moderna da fecundidade.

Busca-se, portanto, medir o impacto da mudança no uso da contracepção moderna na diminuição da fecundidade, ao longo do tempo, para os países selecionados, em cada faixa etária reprodutiva. Com isso, será possível ter um melhor entendimento da relação entre esses fatores em cada idade, bem como sua evolução no tempo.

Ademais desses detalhamentos, algumas ressalvas também merecem menção. Em primeiro lugar, as datas dos eventos foram transformadas em CMC (Century Month Code). Isso se deu com a data de nascimento das mulheres, data da entrevista, data da primeira união e data de nascimentos dos filhos nascidos vivos. O CMC é um recurso usado para transformar a data de um evento em número de meses correspondentes, de modo a obter a idade completa em que ocorreu esse evento. Ademais, pode ser usado como instrumento para avaliar a consistência das datas e obter intervalos entre as ocorrências (Rutstein e Rojas, 2006). Desse modo, a transformação das datas dos eventos estudados em CMC permitiu a padronização das informações em todas as bases de dados, possibilitando que o cálculo dos indicadores fosse o mesmo para todas as bases. Vale ressaltar, contudo, que as datas consideradas para calcular os indicadores nem sempre estavam completas, exibindo valores missing, seja no mês ou no ano, ou em ambos, em sua maioria para a primeira união. Na maior parte das bases estudadas, essa incompletude tinha uma incidência inferior a 1% do total de informações e, por isso, nesses casos, datas incompletas foram excluídas das análises. Nas bases em que essa incidência era acima de 2% do total das datas, verificou-se que a incompletude ocorria, com maior frequência, na informação do mês do evento. Nesse caso, passou a se considerar que o evento ocorreu no meio do ano (mês de Julho), atribuindo o valor 7 para todas as datas com inexistência do mês de referência, já que não se poderia excluí-las dada a sua elevada ocorrência. Quando a incompletude da informação da data se dava no ano, buscou-se verificar se tinha a informação da idade declarada da ocorrência do evento, e, sendo positiva, atribuiu o ano na data que fosse correspondente à idade; em poucos casos não existia informação alguma que permitisse atribuir um ano à data analisada (menos de 2%), o que levou à exclusão dessa data da análise. Após todos esses procedimentos, realizou-se o cálculo do CMC para as datas correspondentes.

Em segundo lugar, não se realizou o cálculo das idades medianas à primeira união e ao ter o primeiro filho para as mulheres de 15-19 anos, para nenhum país, já que menos de 50% delas tinha vivenciado esses eventos na data da pesquisa, na quase totalidade dos países e períodos analisados. Em terceiro lugar, para os países cuja população de estudo eram somente mulheres até 44 anos de idade, o cálculo da TEF de 45-49 foi realizado por meio indireto, para permitir a obtenção da TFT de maneira equivalente aos dos outros países, que considera o somatório das TEFs dos grupos quinquenais do intervalo 15-49. Assim, a TEF desse grupo foi obtida considerando que a frequência de nascimentos é muito baixa nas idades mais velhas, por conseguinte, sua ocorrência, nessas idades, segue um ritmo

parecido e aproximadamente constante no tempo. Daí, levar em conta que a razão entre as TEFs dos grupos 35-39 e 40-44 replica a razão entre as TEFs dos grupos 40-44 e 45-49. Aplicando essa razão à TEF do grupo 40-44, tem-se a TEF estimada do grupo 45-49. Dado que o peso da fecundidade desse último grupo é praticamente inexpressivo para o total da fecundidade das mulheres, este ajuste influenciou minimamente a TFT.

Outro aspecto a destacar refere-se à ordem dos nascimentos. Um problema deparado, quando se trabalhou com as bases DHS e RHS, é que a ordem dos nascimentos estava codificada de maneira diferente nos dois tipos de pesquisa. Enquanto o primeiro filho nascido vivo, por exemplo, era considerado de ordem 1 nas bases DHS, o último filho nascido vivo é que era codificado como de ordem 1 em algumas pesquisas do tipo RHS. Desse modo, para possibilitar a comparação, foi necessário, para as últimas, recodificar cada nascido vivo.

O tamanho reduzido da amostra foi um limitador para o cálculo dos indicadores, porém para esse problema não existe solução. As amostras das pesquisas da Costa Rica, em especial, eram muito pequenas, prejudicando a interpretação dos resultados. O intervalo intergenésico foi o indicador mais afetado por essa deficiência das fontes de dados analisadas. Ademais, nem todas as variáveis necessárias para a obtenção dos indicadores estavam presentes em todas as bases. A de El Salvador de 1985 e as da Costa Rica de 1986 e 2010, por exemplo, não possuem história completa dos nascimentos, impedindo o cálculo dos indicadores que dependem dessa informação. Acrescenta-se, ainda, o fato de os eventos estarem classificados segundo a condição da mulher na época da entrevista, e não na data de ocorrência do evento, como nascimento do filho nascido vivo ou quando da união (isto pode afetar as estimativas nos casos de mudança de característica, como, por exemplo, escolaridade); e a limitação do “erro de memória”, no qual as mulheres mais velhas apresentariam dificuldades para recordar com exatidão a data de ocorrência de eventos passados (Brass e Coale, 1973). Ademais, por esse mesmo problema, pode-se ter a omissão do número total de filhos nascidos vivos, principalmente quando o filho morre em idades muito baixas.

No caso do problema de “erro de memória”, a solução encontrada foi a imputação do ano de ocorrência do evento, que é feita, geralmente, durante a codificação dos dados nas bases, antes de torná-las disponíveis para consulta. Quando o mês é desconhecido (e não o ano) a imputação é feita assumindo que o evento ocorreu no meio do ano, ou seja, em 1º de Julho, também antes de publicar as bases (Srinivasan, 1980). Quanto à omissão de filhos tidos, desconhece-se uma técnica para corrigir esta deficiência nos dados classificados, muito comum quando se trabalha com história de nascimentos.

Quanto à manipulação das informações para estimar os indicadores, é importante mencionar que as variáveis trabalhadas são provenientes das bases de dados de mulheres e nascimentos, devidamente ponderadas pelos pesos individuais constantes em todas elas, exceto para Costa Rica, pois já eram auto-ponderadas. Todos os indicadores foram calculados por grupo quinquenal da mulher, exceto progressão da parturição e intervalo entre nascimentos, para os quais não era objetivo verificar o comportamento por idade, mas sim para o total das mulheres analisadas. A manipulação dos dados e a obtenção dos resultados ocorreram com o manuseio do pacote estatístico SPSS, versão 20.

### **3.5. A divisão temporal em períodos**

As fontes de dados trabalhadas, como mencionado anteriormente, apresentam variação temporal. Procedeu-se, então, com a divisão das pesquisas analisadas em períodos, com o objetivo de facilitar a localização temporal e a interpretação dos resultados encontrados. Isso significa que as pesquisas realizadas em datas próximas foram agrupadas em um determinado período, que foi definido conforme a data de cada uma delas. Assim, tem-se:

*Primeiro período:* incluem-se as pesquisas datadas de 1985 à 1992,5<sup>38</sup>. Esse período contém a pesquisa de cada um dos países selecionados, realizada dentro desse intervalo, incluindo os limites inferior e superior. A amplitude do intervalo temporal desse período é de 8 anos, e compreende a metade da década de 80 até início da década de 90.

*Segundo período:* considera a pesquisa, de cada país, realizada entre 1995 e 2001, incluindo os limites inferior e superior. A amplitude do intervalo temporal desse período é de 7 anos, e abrange a metade da década de 90 até início da década de 2000.

*Terceiro período:* incluem-se as pesquisas realizadas entre 2006 e 2013, compreendendo os limites inferior e superior do intervalo. A amplitude temporal desse período é de 8 anos, e engloba a segunda metade da década de 2000 até início da década de 2010.

É possível perceber que as fontes de dados empregadas estão concentradas entre a segunda metade da década e o início da década seguinte, além de estarem inseridas dentro de um intervalo temporal muito parecido, nos três períodos determinados, isto é, a diferença temporal entre a base de dados mais velha e a mais recente, em cada período, é muito parecida, sendo de 8 anos, para o primeiro e terceiro, e de 7 anos, para o segundo período. Nesse sentido, quando os resultados gerados são agrupados, a variação da periodicidade das fontes de dados deixa de ser uma limitação para a confrontação no tempo. Ademais, a diferença entre o início do primeiro período (1985) e o segundo período (1995) é de 10

---

<sup>38</sup> É 1992,5 por causa da pesquisa da Nicarágua, que tem, como referência, 1992-1993.

anos, e de 9 anos entre o segundo e o terceiro períodos, mostrando que o intervalo entre eles é parecido, permitindo a comparação. Diante dessas evidências, optou-se por analisar os dados segundo os três períodos delimitados, indicando a evolução do comportamento dos indicadores ao longo deles.

### **3.6. Análise dos indicadores por escolaridade**

A fim de verificar se existe, na América Latina, um padrão único de fecundidade, comum a todos os países analisados, ou se há uma pluralidade de padrões, considerou-se estudar cada um dos indicadores por escolaridade da mulher, já que há uma variação importante no comportamento desses indicadores por escolaridade. A comparação da escolaridade entre os países só foi possível porque foi classificada segundo um critério qualitativo, ou seja, os anos de estudo de cada mulher entrevistada foram divididos em três categorias qualitativas: nenhuma/baixa, média e alta escolaridade. Essa divisão permitiu que em todos os países o nível de escolaridade fosse delimitado da mesma forma. O fato de que cada país possui um sistema de ensino distinto, e de que os anos de estudo tem um significado diferente, é que levou à divisão, nas três categorias supracitadas, como a melhor maneira de discriminar o grau educacional das mulheres, sem perder o poder comparativo entre os países e, também, no tempo. Isso porque uma mulher ter baixa ou alta escolaridade possui o mesmo significado, em termos de nível educacional, tanto no início quanto no final da transição. Ou seja, ter baixa escolaridade, por exemplo, denota ter menos anos de estudo e, assim, estar no menor nível educacional; essa interpretação se aplica tanto para o início da transição quanto para o final, daí possuir o mesmo significado e ser passível de comparação.

A informação utilizada para realizar tal categorização foi “anos de estudo simples”, presente em quase todas as bases de dados utilizadas. Ela foi segmentada em tercils, sendo cada tercil representativo de um nível de escolaridade (nenhuma/baixa, média e alta escolaridade). É importante mencionar que a distribuição dos anos de estudo, por tercil, nem sempre foi uniforme, sendo comum observar determinado tercil contendo um contingente populacional maior que outro tercil. Nas bases que não possuíam a informação “anos de estudo simples” (maioria do tipo RHS), ela foi calculada considerando a série e o grau educacional mais alto concluído pela mulher. Esse procedimento foi realizado de modo específico para cada país, levando em conta o sistema educacional vigente na data da pesquisa<sup>39</sup>. Após o cálculo da variável, realizou-se sua divisão em tercils, tal como nas outras bases.

---

<sup>39</sup> O detalhamento destes procedimentos está disponível, se solicitado.

### 3.7. Análise dos indicadores por índice de riqueza

Analogamente à escolaridade, o comportamento dos indicadores selecionados é discriminado segundo o quintil de riqueza ao qual pertencia a mulher na data da pesquisa. O índice de riqueza está presente em grande parte das fontes de dados analisadas, tanto do tipo DHS quanto do tipo RHS, sob a forma de quintis, sendo obtido aplicando-se a mesma metodologia. Lançou-se mão de tal metodologia para calcular essa medida naquelas bases que não o possuem.

O índice de riqueza configura-se como um indicador da situação dos domicílios amostrados, e não dos indivíduos, e utiliza informações sobre características desses domicílios, como tipo de piso, material de telhado e parede, e a disponibilidade de bens duráveis, como televisão e automóvel. É gerado por meio de um procedimento estatístico conhecido como análise de componentes principais, aplicado a um conjunto de variáveis “dummies” construídas para cada uma das categorias das variáveis categóricas originais usadas<sup>40</sup>. O índice situa cada domicílio em uma escala contínua de riqueza relativa, e os indivíduos são ranqueados de acordo com a posição do domicílio no qual eles residem (ICF Macro, 2016<sup>41</sup>). Os domicílios cobertos nas entrevistas são, então, divididos em quintis de riqueza, expressos em termos de quintis de indivíduos na população (ICF Macro, 2016<sup>42</sup>). Através da determinação do índice de riqueza, torna-se admissível comparar os indicadores para um mesmo quintil entre diferentes países, ao longo do tempo, de maneira a captar o delineamento do padrão de fecundidade entre os estratos socioeconômicos.

Cabe mencionar, contudo, que a Costa Rica, em 2010, representa o único caso para o qual não foi possível obter o índice de riqueza, dada a falta de informações para a sua estimação, segundo a metodologia empregada. Daí que, para esse país, no referido ano, não se terá o comportamento dos indicadores de fecundidade por quintil de riqueza.

Um problema relacionado às análises, por escolaridade e quintil de riqueza, diz respeito à defasagem temporal, ou seja, a escolaridade e o quintil de riqueza, nos quais a mulher foi classificada, se referiam à situação dela na época da entrevista, mas não na época em que ela teve filho, ou se uniu, por exemplo. Assim, para os indicadores calculados que se referiram a uma data diferente da data da pesquisa, haverá o problema da correspondência com a escolaridade e quintil de riqueza.

---

<sup>40</sup> Detalhe dessa metodologia, e sua aplicação para os países que não possuem a variável “índice de riqueza”, se encontra no ANEXO II desse trabalho.

<sup>41</sup> [www.dhsprogram.com](http://www.dhsprogram.com), acesso dia 11-03-2016.

<sup>42</sup> [www.dhsprogram.com](http://www.dhsprogram.com), acesso dia 11-03-2016.



#### **4. EVOLUÇÃO NO COMPORTAMENTO DOS INDICADORES DO PADRÃO DE FECUNDIDADE<sup>43</sup>:**

Neste capítulo, analisa-se o comportamento de cada indicador estimado, nos três períodos de tempo determinados. Além da descrição para cada país como um todo, inclui-se a desagregação segundo escolaridade e quintis de riqueza como uma aproximação a uma discriminação socioeconômica. Serão considerados os três níveis de escolaridade<sup>44</sup> e, ainda, três faixas do quintil de riqueza: mais baixo, médio e mais alto. Optou-se por restringir a análise, por quintil de riqueza, às faixas extremas, para melhor identificar os comportamentos diferenciados.

A descrição dos indicadores busca identificar se há um padrão de comportamento representativo da América Latina. Para facilidade de leitura, esse capítulo considera dois grandes grupos de indicadores:

a) Aqueles diretamente relacionados ao número e distribuição dos filhos nascidos vivos (intrínsecos), ou seja, ao nível e a estrutura da função de fecundidade:

- TFT;
- TEF;
- Progressão da Parturição;
- Idade mediana ao ter o primeiro filho;
- Intervalo entre nascimentos;
- Proporção de mulheres sem filhos.

b) Aqueles considerados com repercussão intermediária (extrínseca) no número e distribuição dos filhos nascidos vivos:

- Status Marital;
- Idade Mediana à Primeira União;
- Uso de contracepção;
- Presença de filhos ao utilizar método pela primeira vez;

---

<sup>43</sup> Devido à sua dimensão, algumas tabelas com os resultados gerados, para os indicadores, foram deslocadas para a seção de anexos.

<sup>44</sup> A categoria nenhuma/baixa escolaridade será representada, ao longo desse capítulo, por expressões como “baixa escolaridade” ou “menor escolaridade”, a fim de facilitar a leitura. Nos gráficos e tabelas, no entanto, aparecerá com a denominação inicial.

- Elasticidade-contracepção moderna da fecundidade.

**a) Indicadores intrinsecamente ligados à fecundidade:**

**4.1. Taxa de Fecundidade Total (TFT)<sup>45</sup>:**

No primeiro período (1985-1992,5), era possível identificar dois grupos, entre os países relacionados, no tocante ao nível de fecundidade: o primeiro grupo, composto por 4 países com TFT abaixo de 4 filhos por mulher (Brasil, Colômbia, Costa Rica e Rep. Dominicana)<sup>46</sup>, e o segundo, pelos outros 4 países com TFT acima de 4 filhos por mulher (El Salvador, Nicarágua, Paraguai e Peru). No segundo período (1995-2001), apesar do declínio generalizado, o distanciamento entre os níveis de fecundidade aumentou. Brasil, Colômbia e Costa Rica formavam o grupo com TFT abaixo de 3 filhos por mulher; nos demais, a fecundidade era mais alta, com destaque para El Salvador, Peru e Paraguai, o único que permanecia com TFT acima de 4. No terceiro período (2006-2013), tornaram-se bastante homogêneos, com todos apresentando TFT abaixo de 3 filhos por mulher, com o Brasil e a Costa Rica abaixo de 2 filhos.

Observa-se que, no começo do processo de transição, quando a fecundidade ainda era elevada, os países tinham TFT's mais homogêneas. Na medida em que o processo avançou, ocorrendo de maneira diferenciada entre os países, com ritmo de queda desigual, aumentou, como consequência, a heterogeneidade. Em seguida, com a fecundidade alcançando níveis baixos, os níveis dos diversos países voltam a se aproximar.

A intensidade da queda da TFT, entre o primeiro e o segundo períodos de análise, foi maior no Brasil e Nicarágua, países bem diferentes quanto ao nível de fecundidade, como é possível constatar no GRAF. 4.1.1 Entre o segundo e o terceiro períodos, esse ritmo do declínio diminuiu para esses dois países, juntamente com a Rep. Dominicana (GRAF. 4.1.1); para os demais países (com exceção do Peru, para o qual manteve-se constante), houve maior intensidade de redução da fecundidade. Entre os dois últimos períodos, El Salvador e Paraguai apresentaram as maiores intensidades de queda da TFT, o que permitiu, no caso do último país, aproximar sua fecundidade daquela dos demais, já que sua TFT diminuiu de acima de 4 filhos, no segundo período, para próximo de 2,5 filhos, no terceiro, um declínio significativo, como mostra o GRAF. 4.1.1. Note-se que nesse gráfico o valor médio da TFT, da América Latina, é, em geral, menor do que a seria a média dos países aqui considerados. Isso se

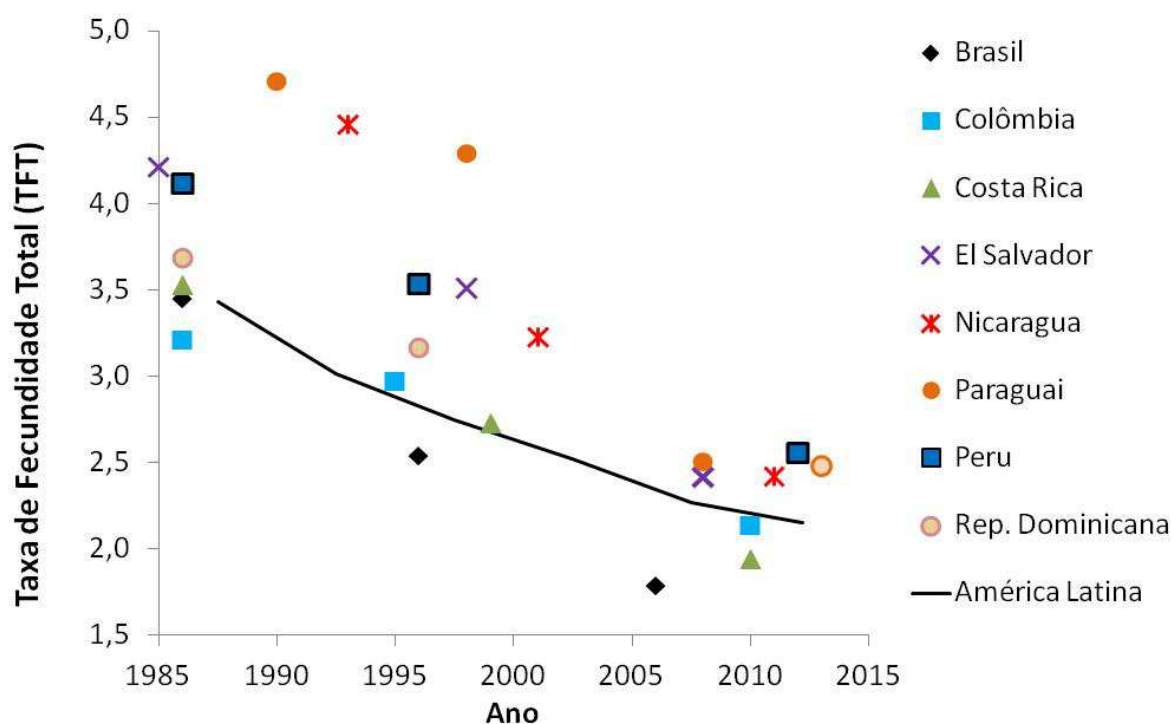
---

<sup>45</sup> As tabelas com os valores das TFTs obtidos, inclusive por escolaridade e quintil de riqueza, estão no ANEXO III desse trabalho.

<sup>46</sup> Sabidamente, a literatura da época já os classificava dentro dos países responsáveis pela inauguração desta tendência na Região.

deve à propositada exclusão dos países pioneiros da transição da fecundidade no continente (Argentina, Uruguai, Chile e Cuba).

**Gráfico 4.1.1. Taxa de Fecundidade Total (TFT) para países selecionados. América Latina e Caribe, diversos anos. Mulheres de 15-49 anos.**



Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I); United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015a).

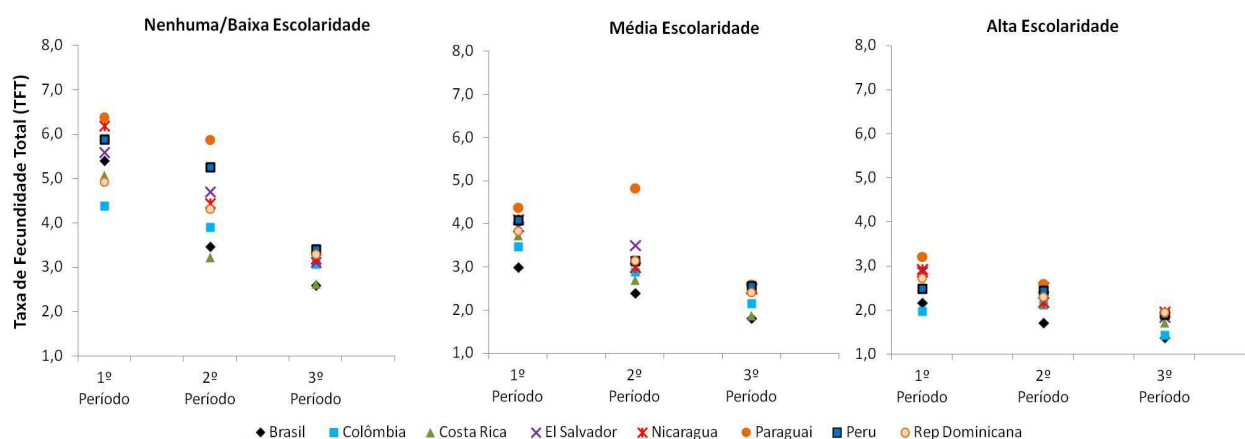
### TFT por educação:

Em todos os países, observa-se o nível da fecundidade sempre mais alto das mulheres com menos escolaridade: acima de 4 filhos, no primeiro período, e acima de 2, no terceiro período (GRAF. 4.1.2). Já no primeiro período, observa-se TFT abaixo, ou próximo do nível de reposição, das mulheres mais escolarizadas do Brasil e Colômbia. No segundo período, essa característica atinge também Costa Rica e Nicarágua, e torna-se generalizada no terceiro período. Brasil, Colômbia e Costa Rica compõem o grupo de países cujas taxas de fecundidade, para todos os níveis de escolaridade, encontravam-se nos patamares mais baixos, para todos os períodos analisados, em relação aos outros países.

Segundo o gráfico, o diferencial entre os países diminuiu no tempo, em todos os grupos de escolaridade, de modo que os níveis da fecundidade eram mais próximos no terceiro período do que no primeiro. Ademais, também verifica-se, no GRAF. 4.1.2, que a diferença entre os extremos de escolaridade também se reduziu entre os períodos. Desse modo, no terceiro período, a TFT das

mulheres menos escolarizadas era mais próxima da TFT das mais escolarizadas, comparativamente aos períodos anteriores. Isso sinaliza que as mulheres menos escolarizadas parecem estar seguindo a trajetória da fecundidade das mulheres de alta escolaridade, apesar da defasagem temporal. A intensidade do declínio da TFT foi maior no grupo educacional mais baixo, como demonstra o GRAF. 4.1.2. Nesse grupo, a TFT declinou de níveis elevados no primeiro período (acima de 4 filhos), para níveis mais baixos no terceiro (entre 2 e ao redor de 3 filhos). Entre as mulheres mais escolarizadas, a TFT já era baixa no primeiro período (entre 2 e 3 filhos), e muito baixa no terceiro período, entre 1 e 2 filhos. A maior intensidade da queda da TFT, entre as menos escolarizadas, permitiu que a fecundidade se aproximasse do nível da fecundidade das mulheres de maior escolaridade.

**Gráfico 4.1.2. Distribuição da TFT segundo as categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-49 anos.**



Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

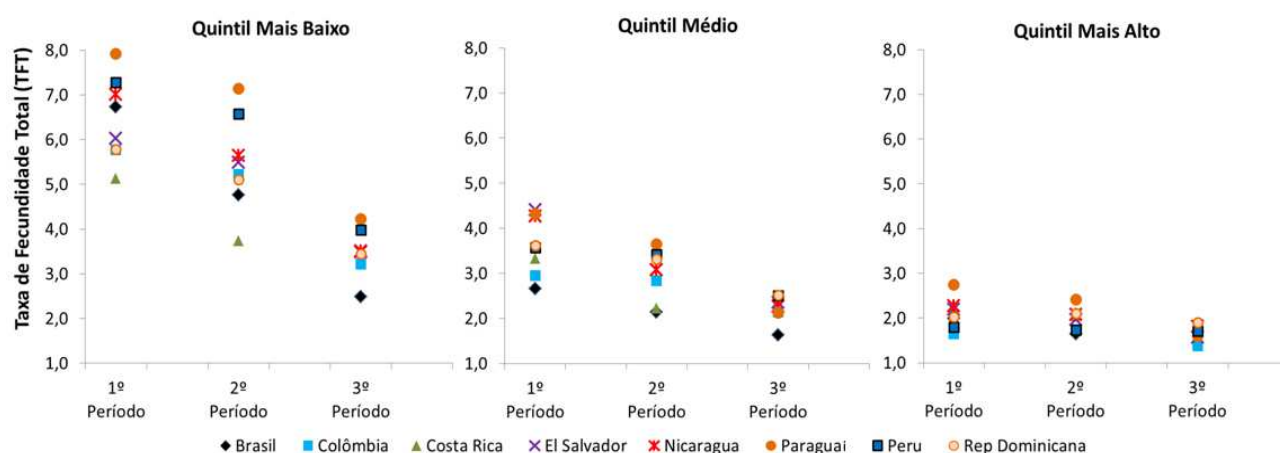
### TFT por quintil de riqueza:

No geral, os países em estudo apresentam a esperada associação inversa entre quintis de riqueza e fecundidade. No primeiro período, as mulheres do quintil mais baixo possuíam TFT elevada, acima de 5 filhos por mulher, em todos os países; entre as mulheres do quintil mais alto, a TFT era próxima, ou abaixo, do nível da reposição, na maioria dos países (GRAF. 4.1.3). Panorama similar se manteve no segundo período, mesmo com o declínio da fecundidade. No terceiro período, em todos os países, a TFT do quintil mais alto era muito baixa, com destaque para o Brasil, cuja TFT estava abaixo de 1 filho por mulher (GRAF. 4.1.3). Enquanto isso, no quintil mais baixo, a TFT ainda se manteve acima de 2,1. Mas a diferença entre esses estratos extremos tendeu a diminuir ao longo do tempo.

De modo geral, assim como ocorreu em todos os países analisados, por escolaridade, verifica-se que, entre os quintis de riqueza, os países são mais homogêneos quando a fecundidade é elevada ou quando ela está muito baixa, haja vista a baixa amplitude de variação do valor da TFT entre eles, mas, durante o processo de transição entre esses níveis, a diferenciação entre os países era maior.

A intensidade de declínio da TFT, tal como ocorreu com a escolaridade, foi maior para os quintis mais baixos de riqueza, em todos os países e entre os períodos analisados (GRAF. 4.1.3). Isso explica a aproximação das TFT's dos estratos mais pobres das TFT's dos estratos mais ricos, no último período. Entre o primeiro e o segundo períodos, a diferença na intensidade de queda das TFT's, entre os quintis extremos, foi maior no Brasil, Nicarágua e Paraguai. Entre o segundo e o terceiro períodos, a diferença permaneceu maior nesses mesmos países, além de El Salvador.

**Gráfico 4.1.3. Distribuição da TFT segundo as três categorias de quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-49 anos.**



Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Em síntese, os dados mostram que, no último período, há uma convergência considerável nos níveis de fecundidade dos diversos países, inclusive por escolaridade e quintil de riqueza. Isso significa que os países analisados apresentaram valores de TFT muito próximos entre si, no terceiro período, comparativamente aos períodos anteriores, acabando por aproximá-los. Isso corrobora com a idéia de que quanto menor o nível de fecundidade, mais homogêneos se tornam os países, mesmo se tratando de realidades socioeconômicas e culturais tão distintas. Ademais, é no segundo período, o qual compreende as principais transformações da transição da fecundidade, que há uma maior diferenciação entre a TFT dos países.

Vale ressaltar que Brasil, Colômbia e Costa Rica mantiveram-se como os países de menor fecundidade, nos três períodos analisados, e Paraguai foi o que mais surpreendentemente reduziu a

TFT, entre o segundo e o terceiro períodos, diminuindo de maneira considerável a diferença em relação aos três citados. Essas características reproduziram-se por escolaridade e quintil de riqueza, indicando que, no conjunto de países selecionados, os três primeiros citados estão na vanguarda da transição da fecundidade, e que o Paraguai entrou em um ritmo sem precedentes de queda, inclusive por estrato socioeconômico.

Ademais, a TFT no último período de análise, está abaixo de 3 filhos por mulher em todos os países, e abaixo de 2 filhos entre as mais escolarizadas e aquelas pertencentes ao quintil mais rico, que são, conforme apontado pela literatura, as que estão mais adiantadas no processo de transição da fecundidade. Entre as menos escolarizadas, e as pertencentes ao quintil mais baixo, a TFT é mais alta e há uma maior diferenciação entre os países. Isso reforça a realidade distinta na qual vive as mulheres de estratos sociais opostos, em todos os países, com comportamento reprodutivo diferenciado, culminando em fecundidade mais alta para aquelas que não gozam de privilégios socioeconômicos, mesmo que a diferença, em relação às privilegiadas, tenha diminuído no tempo. Ademais, ficou evidenciado que, nos estratos em que a fecundidade é mais baixa, há uma tendência de homogeneização do comportamento entre os países, comparativamente aos estratos de fecundidade mais alta (exemplo é encontrado quando se compara o gráfico de TFT de mulheres do quintil mais baixo com o gráfico da TFT daquelas pertencentes ao quintil mais elevado).

Assim, de modo geral é possível captar uma tendência comum de comportamento da fecundidade nos países latino-americanos estudados, durante os três períodos de análise, fazendo com que a diferença entre eles diminua com o tempo. Em todos eles, o ritmo de declínio da fecundidade é mais acentuado nos quintis de riqueza, e grupos de escolaridade, mais baixos. Além disso, o limite de variação da TFT diminui nos períodos, de modo que, quanto menor a fecundidade, mais próximos são os valores da TFT nos quintis e grupos de escolaridades, reduzindo a disparidade entre os extremos. As mulheres dos estratos mais baixos parecem seguir o comportamento de fecundidade das mulheres dos estratos mais altos. Houve pouca mudança na hierarquia dos países, quanto ao nível de fecundidade, ao longo dos períodos, mesmo por quintil de riqueza e escolaridade.

#### **4.2. Taxa Específica de Fecundidade, por idade (TEF)<sup>47</sup>:**

A distribuição das taxas específicas de fecundidade, por grupos etários, tem uma característica comum a todos os países. No primeiro período, a TEF nos grupos etários 20-24 e 25-29, com a cúspide da

---

<sup>47</sup> As tabelas com os valores das TEFs obtidos, inclusive por escolaridade e quintil de riqueza, estão no ANEXO III desse trabalho.

curva de distribuição localizada no grupo 20-24, para a maioria dos países. Alguns aspectos específicos chamam a atenção, no entanto. El Salvador e Nicarágua possuem fecundidade, nos grupos 15-19 e 20-24, muito acima dos demais países, indicando que sua fecundidade jovem era muito elevada, no primeiro período, conquanto nas outras idades estivesse próxima do conjunto dos países (GRAF. 4.2.1). O contrário se deu com Paraguai e Peru. Entre eles, a taxa de fecundidade, nos grupos etários a partir dos 30 anos, era superior à taxa dos outros países (GRAF. 4.2.1). Os dados da TAB. 4.2.1, que contém a idade média da distribuição das TEFs, refletem esse comportamento, dado o valor elevado no Paraguai e Peru, de 29 anos, indicando uma distribuição afetada pela TEF das idades mais velhas, no primeiro período, embora a diferença, para os outros países, não fosse grande, pouco mais de 1 ano.

O processo de declínio do nível da fecundidade fez com que a distribuição, por idade, apresentasse valores absolutos mais baixos no segundo período, em comparação com o primeiro, exceto para Paraguai, cuja curva de TEF sofreu poucas modificações entre esses períodos (GRAF. 4.2.1). El Salvador e Nicarágua diminuíram suas fecundidades nas idades mais jovens e, com isso, suas curvas se aproximaram das curvas de TEF do conjunto dos países; todavia, Paraguai e Peru permaneceram com fecundidade, nas idades mais avançadas, bem acima do que era observado para os outros países (GRAF. 4.2.1). Paraguai se destacava até mesmo nas idades jovens, com valores das TEFs de 20-24 e 25-29 muito acima dessas TEFs para os outros países. Os valores elevados das taxas reforçam o fato de o Paraguai ser o único que apresentava TFT acima de 4 filhos por mulher, no segundo período.

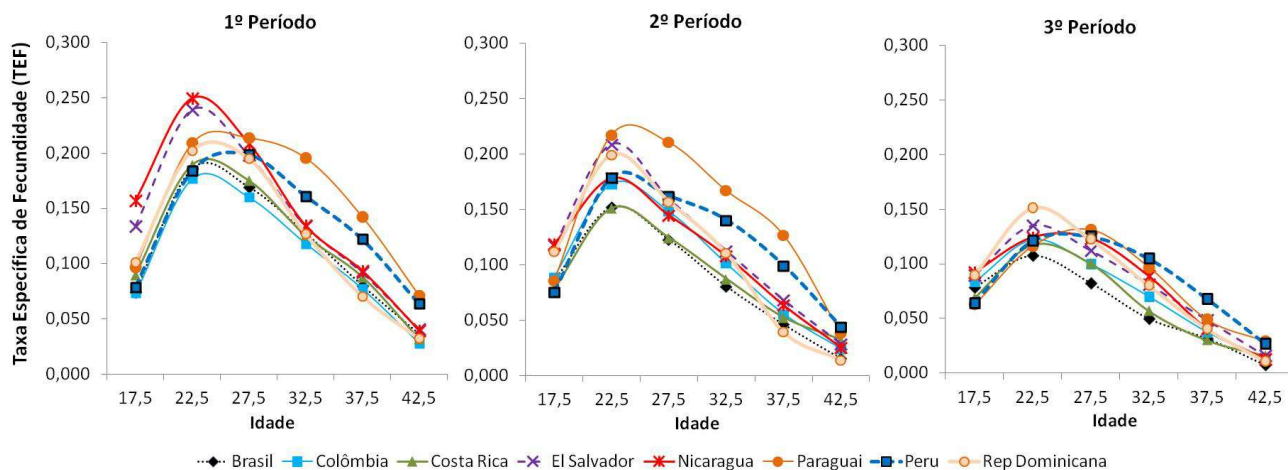
A idade média da distribuição da fecundidade diminuiu no segundo período, sugerindo que houve um rejuvenescimento da reprodução em todos os países considerados, com destaque para o Brasil, país com menor nível de fecundidade e uma das menores idades médias (TAB. 4.2.1). Apesar do declínio, Paraguai e Peru continuaram apresentando idade média mais alta, com diferença, em relação aos demais, de magnitude semelhante à do período anterior.

A convergência do nível de fecundidade dos países, no terceiro período, também permitiu uma maior aproximação da distribuição, por idade, entre eles. Os únicos países que apresentaram uma curva distinta foram Nicarágua, Peru e Paraguai, sendo os dois últimos com a TFT mais alta no período. Na Nicarágua, o pico da fecundidade ficava entre os grupos 20-24 e 25-29, enquanto para Paraguai e Peru esse pico estava deslocado para o grupo 25-29, mais envelhecido que nos demais países (GRAF. 4.2.1). A fecundidade, nas idades mais velhas, diminuiu e perdeu importância na distribuição para o Paraguai, se aproximando da curva do conjunto dos outros países, mas isso não ocorreu na mesma magnitude para o Peru, cuja fecundidade nas idades mais envelhecidas continuou com a tendência verificada nos períodos anteriores (GRAF. 4.2.1).

Nos outros países, o declínio da fecundidade acabou por aproximar os valores das taxas dos grupos 15-19 e 25-29, com a forte diminuição da fecundidade nesse último grupo sem ocorrer, na mesma magnitude, entre as adolescentes (GRAF. 4.2.1). Assim, entre os períodos, verifica-se que a fecundidade adolescente passou a ganhar importância, enquanto as mulheres de 25-29 perderam representatividade nessa distribuição. Essa é a razão pela qual a idade média da distribuição era a menor, no terceiro período, em relação aos períodos anteriores, já que o declínio constante na fecundidade foi acompanhado pelo rejuvenescimento da sua distribuição, em todos os países, com o Brasil e Colômbia, países com menor TFT, exibindo distribuição bastante jovem (TAB. 4.2.1).

A curva de distribuição das taxas de fecundidade, por idade, de modo geral, permaneceu com aspecto parecido em todos os períodos, com os maiores valores absolutos concentrados nas idades mais jovens. A notória exceção foi o Paraguai, país com elevado nível de fecundidade, e que sofreu importante queda ao longo do tempo, afetando o perfil da distribuição da sua fecundidade. Nos primeiros períodos a distribuição era mais envelhecida, já que os valores das TEFs, nas idades mais velhas, eram relevantes, destacando-se dos demais países. No entanto, entre o segundo e o terceiro período, o valor da TEF, nessas idades, perdeu relevância, e o perfil da distribuição se aproximou daquele observado para os demais países.

**Gráfico 4.2.1. Distribuição da TEF, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**



Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).



**Tabela 4.2.1. Idade Média, da Distribuição da TEF por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

País	1º Período	N	2º Período	N	3º Período	N
Brasil	27,9	3647	26,4	7323	25,7	8762
Colômbia	27,7	2940	26,9	6565	26,2	28742
Costa Rica	27,7	2166	27,3	781	26,3	640
El Salvador	27,1	3297	26,7	11142	26,5	10253
Nicaragua	26,8	10590	26,7	8133	26,4	13358
Paraguai	29,0	3485	28,3	3088	27,9	5212
Peru	29,0	2824	28,5	16812	28,2	13549
Rep. Dominicana	27,2	4276	26,0	5206	26,1	5627

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

### **TEF por escolaridade:**

No primeiro período, a distribuição dos valores absolutos das TEFs, entre as mulheres com menor escolaridade, era muito parecida com a distribuição para o total da maioria dos países: concentrada nas idades mais jovens, com o pico da distribuição localizado na faixa 20-24. Situação semelhante era observada para as mulheres de escolaridade média, com exceção de Paraguai e Peru, cujo pico da distribuição se encontrava no grupo 25-29, mais envelhecido do que para as mulheres menos escolarizadas (GRAF. 4.2.2, a). Esse deslocamento ocorre, nos demais países, para as mulheres de escolaridade mais alta, que possuíam uma distribuição mais envelhecida que as contrapartes, sendo a única exceção a Nicarágua, que mesmo entre as mulheres de alta escolaridade, ainda apresentava uma distribuição jovem, concentrada nos primeiros grupos etários (GRAF. 4.2.2, a). A TAB. 4.2.2, que contém as idades médias da distribuição da fecundidade, por idade, segundo as faixas de escolaridade, confirma as tendências apresentadas nos gráficos. Paraguai e Peru, por terem uma distribuição mais envelhecida, são os que possuíam as idades médias mais altas, em todas as escolaridades. A idade média, do nível de escolaridade mais alto, tendia a ser a mais alta, com exceção da Nicarágua, conforme explicado.

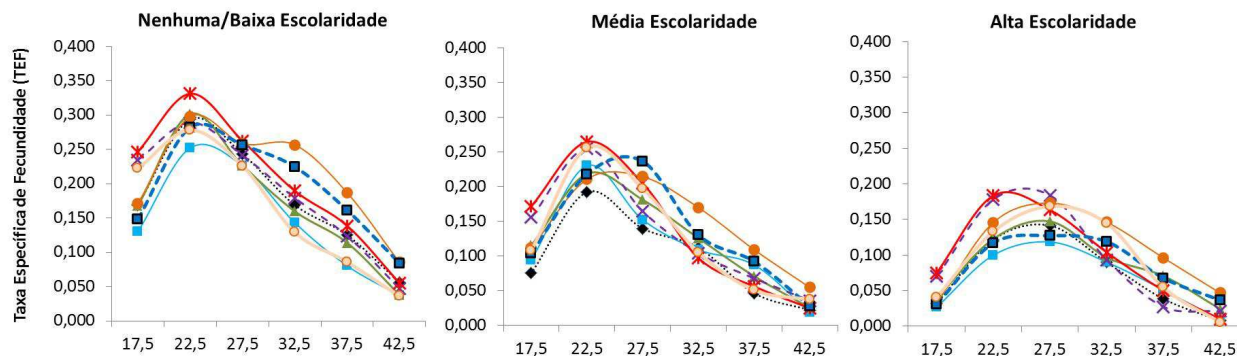
No segundo período, a distribuição seguiu uma configuração parecida com a do primeiro, para as mulheres de baixa e média escolaridade. O Paraguai é o país cuja distribuição chama atenção, entre as mulheres de média escolaridade, por apresentar o pico no grupo 25-29, enquanto todos os outros possuíam pico no grupo 20-24 (GRAF. 4.2.2, b). Além disso, os valores das TEFs, a partir do grupo 25-29, se encontravam em um nível muito acima do valor para os demais países, indicando que a fecundidade dessas mulheres ainda era bastante elevada, em relação aos outros países, no segundo período analisado (GRAF. 4.2.2, b). Quanto às mulheres mais escolarizadas, percebe-se um aumento

da importância da TEF do grupo 30-34 para a distribuição em alguns países (como Brasil e El Salvador); e houve um deslocamento do pico da distribuição para o grupo 25-29 na Nicarágua, cujo formato da distribuição se aproximou do restante dos países, o que não ocorria no período anterior (GRAF. 4.2.2, b). El Salvador e Paraguai apresentaram um pico da distribuição no grupo 20-24, embora não fosse proeminente dado o elevado valor da TEF do grupo 25-29 (GRAF. 4.2.2, b). A idade média da distribuição da fecundidade não sofreu alterações de grandes magnitudes. Em muitos casos, o valor da idade média diminuiu em relação ao primeiro período, principalmente na categoria de escolaridade mais baixa, e o aumento dessa idade ocorreu, na maioria dos casos, para a escolaridade mais alta (TAB. 4.2.2). Desse modo, o panorama observado no primeiro período não se alterou no segundo.

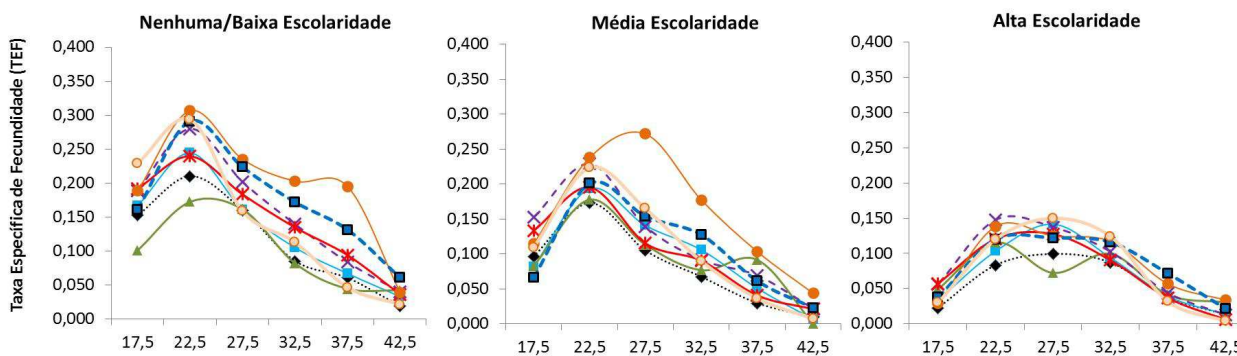
O terceiro período é marcado pelo elevado valor da TEF do grupo 15-19, seguido por valores mais baixos das TEFs nos demais grupos, entre as mulheres de menor escolaridade, fazendo com que o formato da distribuição das taxas de fecundidade ficasse próximo a uma reta, o que não ocorria nos períodos anteriores (GRAF. 4.2.2, c). Essa foi uma tendência observada para todos os países. Entre as mulheres de média escolaridade, por sua vez, a distribuição dos valores absolutos das taxas seguiu um perfil muito parecido entre os países, inclusive para Paraguai. E a única diferença, em relação aos períodos anteriores, diz respeito à elevada TEF do grupo 25-29, fazendo com que o pico da distribuição não fosse tão proeminente no grupo 20-24, como no caso de Peru e Nicarágua, sendo a única exceção, nesse aspecto, a Costa Rica (GRAF. 4.2.2, c). Situação semelhante ocorreu com as mulheres de elevada escolaridade, com os países apresentando uma distribuição mais parecida nesse período. Essa distribuição é marcada pelo elevado valor da TEF dos grupos mais velhos, e baixo valor da TEF das adolescentes, além de uma suavização da cúspide, sendo, em alguns casos, como o do Brasil, da Nicarágua e do Paraguai, substituída por um platô (GRAF. 4.2.2, c). Diante dessas alterações, a idade média da distribuição da fecundidade diminuiu para as mulheres de menor escolaridade em todos os países, e aumentou para as mulheres de maior escolaridade em quase todos, com exceção de Brasil e Costa Rica (TAB. 4.2.2). Com isso, a diferença, entre as idades médias dos extremos de escolaridade, não era muito grande no primeiro período, mas se ampliou no terceiro, segregando ainda mais as mulheres de menor e maior escolaridade.

**Gráfico 4.2.2. Distribuição da TEF, por grupo etário, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

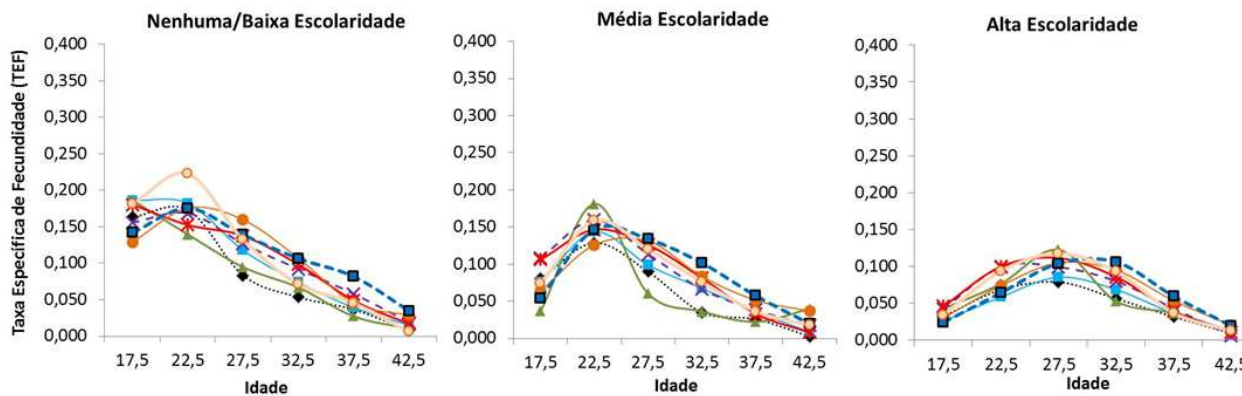
**a) Primeiro Período:**



**b) Segundo Período:**



**c) Terceiro Período:**



● Brasil ■ Colômbia ▲ Costa Rica × El Salvador \* Nicaragua ○ Paraguai ■ Peru ○ Rep Dominicana

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela 4.2.2. Idade Média, da Distribuição da TEF por grupo etário, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

País	1º Período			N	2º Período			N	3º Período			N
	Baixa Escolaridade	Média Escolaridade	Alta Escolaridade		Baixa Escolaridade	Média Escolaridade	Alta Escolaridade		Baixa Escolaridade	Média Escolaridade	Alta Escolaridade	
Brasil	27,3	26,9	27,5	3647	25,7	25,3	28,5	7323	24,1	24,8	27,7	8762
Colômbia	26,9	26,9	28,3	2940	25,9	26,3	28,0	6565	24,6	26,0	28,6	28742
Costa Rica	26,8	26,8	28,6	2166	26,9	26,7	28,2	781	24,1	26,8	27,5	640
El Salvador	26,6	26,1	26,6	3297	26,2	25,8	27,2	11142	25,7	25,7	27,5	10253
Nicaragua	26,7	25,5	26,6	10590	26,4	25,6	26,9	8133	25,4	25,6	27,5	13358
Paraguai	28,4	28,1	29,5	3485	27,6	27,7	28,8	3088	26,3	27,9	29,2	5212
Peru	28,4	27,3	29,3	2824	27,5	27,4	28,8	16812	26,8	27,7	29,7	13549
Rep Dominicana	25,9	26,5	28,0	4276	24,7	25,4	27,7	5206	24,4	26,4	28,0	5627

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

### TEF por quintil de riqueza:

No primeiro período, a distribuição dos valores absolutos das taxas de fecundidade apresentava um perfil bastante jovem para as mulheres do quintil mais baixo e do quintil médio, com a cúspide localizada no grupo 20-24, exceto para as mulheres mais pobres do Paraguai, Peru e Rep. Dominicana, entre as quais o pico da distribuição se dava no grupo etário 25-29 ou 30-34 (GRAF. 4.2.3, a). Havia uma maior diferenciação entre os países, quanto ao perfil da distribuição por idade, para esses dois quintis de riqueza. Situação parecida era encontrada no quintil mais alto, em que mesmo a cúspide tendendo a ser mais envelhecida, para a maioria dos países, devido à importância da fecundidade das idades mais velhas, havia diferenciação entre os países. Uma curiosidade, a respeito do primeiro período, se refere à idade média da distribuição da fecundidade. Em todos os países, a diferença entre os quintis extremos (mais baixo e mais alto) era muito pequena e, em alguns casos, como o do Brasil, a idade média da distribuição para o quintil mais baixo era maior que a do quintil mais alto (TAB. 4.2.3). A explicação mais plausível para essa situação diz respeito à elevada fecundidade das mulheres do quintil mais baixo, fazendo com que os valores das taxas específicas fossem altos, inclusive nas idades mais velhas, impactando na elevação da idade média da distribuição. Ao mesmo tempo, no quintil mais alto, a distribuição era mais envelhecida, e os valores das taxas eram muito menores. Tratam-se, portanto, de dois fenômenos diferentes, mas que acabaram gerando um resultado muito parecido, daí a idade média da distribuição ser próxima entre os quintis extremos, em todos os países.

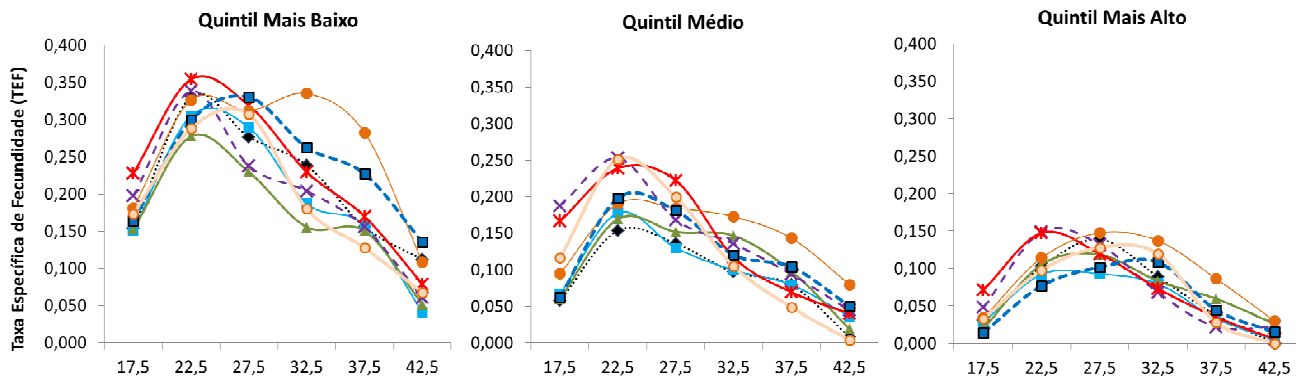
No segundo período, o perfil jovem, da distribuição dos valores absolutos das taxas de fecundidade, permaneceu entre as mulheres de baixo e médio quintil de riqueza. No primeiro caso, as curvas de distribuição estavam mais afastadas umas das outras, como consequência da distinção do nível de

fecundidade entre os países (GRAF. 4.2.3, b). Entre as mulheres do quintil médio, as curvas estavam mais próximas, no entanto, para Costa Rica e Paraguai o formato da curva era diferente daquele do restante dos países, uma vez que o pico da distribuição encontrava-se no grupo 25-29 (GRAF. 4.2.3, b). Entre as mulheres do quintil mais alto, o perfil um pouco mais envelhecido também tendeu a prevalecer no segundo período, contudo, o formato da curva de distribuição ainda era heterogêneo nesse quintil, com picos em diferentes grupos etários, para diferentes países (GRAF. 4.2.3, b). Nesse período, a idade média da distribuição das TEFs apresentou uma tendência esperada, no tocante aos quintis extremos, para a maioria dos países, exceto El Salvador e Nicarágua: era menor no quintil mais baixo e maior no quintil mais alto (TAB. 4.2.3). A exceção dos dois países mencionados se deve ao fato de que possuíam distribuição jovem mesmo entre o quintil mais alto, o que acabou resultando em uma idade média da distribuição menor que aquela encontrada para o quintil mais baixo.

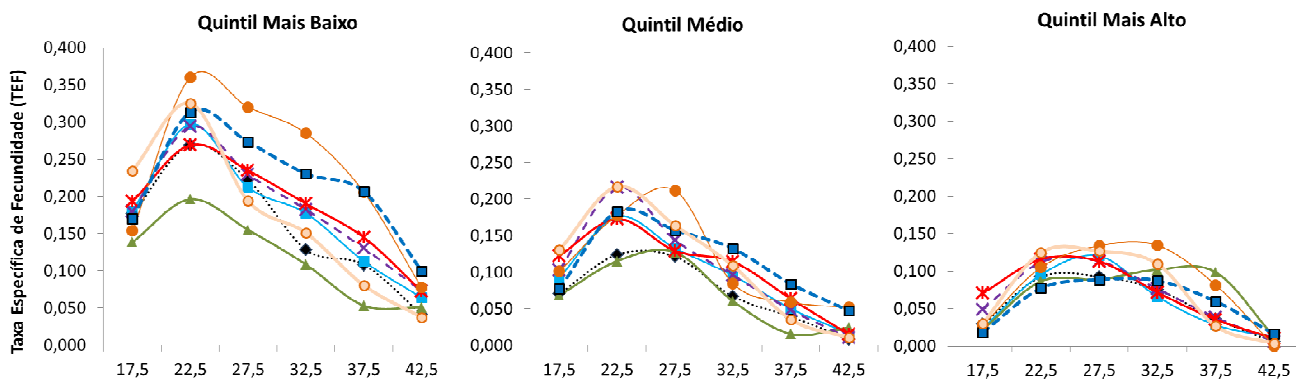
O terceiro período é marcado por uma maior homogeneização da curva de distribuição das TEFs entre os países, nos três quintis de riqueza analisados. Entre as mulheres do quintil mais baixo, houve diminuição da importância da fecundidade do grupo 25-29 e aumento da importância da fecundidade adolescente, que se aproximou da TEF do grupo 20-24, enquanto nos outros grupos o valor da TEF permaneceu baixo (GRAF. 4.2.3, c). O resultado foi uma concentração da distribuição nos dois grupos etários mais jovens (15-19 e 20-24), enquanto, nos demais, a fecundidade era baixa. Em dois países, contudo, isso não aconteceu: Nicarágua, onde a importância da TEF do grupo 25-29 também aumentou nesse período, e Paraguai, cujo aumento foi para os grupos 25-29 e 30-34 (GRAF. 4.2.3, c). A distribuição da fecundidade, para as mulheres do quintil médio, seguiu o perfil já prevalecente no segundo período, porém, Nicarágua, Paraguai e Peru, países com maior TFT, apresentavam formato da curva de distribuição com cúspide em idade mais tardia (GRAF. 4.2.3, c). Entre as mulheres do quintil mais alto, o perfil se consolidou num formato singularmente envelhecido, com pico localizado no grupo 25-29 e aumento da importância da TEF do grupo 30-34, em relação ao período anterior (GRAF. 4.2.3, c). O comportamento da idade média da distribuição das TEFs reflete essas características. Houve diminuição dessa idade, entre o segundo e o terceiro período, no quintil mais baixo, e aumento para o quintil mais alto, em todos os países (TAB. 4.2.3). Ademais, a diferença na idade média se ampliou entre os quintis extremos, em relação ao que era verificado no período anterior (TAB. 4.2.3). Assim, no terceiro período, a idade média da distribuição seguiu exatamente o comportamento esperado para os estratos socioeconômicos distintos: apresentou-se baixa no quintil mais baixo e elevada no quintil mais alto, com diferença relevante entre eles, dado o comportamento reprodutivo diferente das mulheres pertencentes aos quintis extremos.

**Gráfico 4.2.3. Distribuição da TEF, por grupo etário, segundo as três categorias de quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

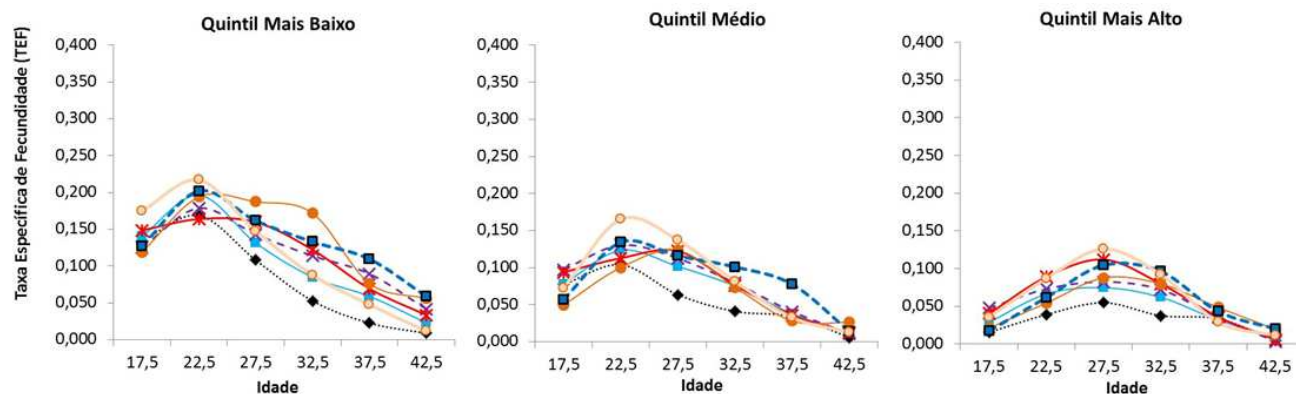
**a) Primeiro Período**



**b) Segundo Período**



**c) Terceiro Período**



● Brasil — Colômbia — Costa Rica — El Salvador — Nicaragua — Paraguai — Peru — Rep Dominicana

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela 4.2.3. Idade Média, da Distribuição da TEF por grupo etário, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

País	1º Período			N	2º Período			N	3º Período			N
	Quartil Mais Baixo	Quartil Médio	Quartil Mais Alto		Quartil Mais Baixo	Quartil Médio	Quartil Mais Alto		Quartil Mais Baixo	Quartil Médio	Quartil Mais Alto	
Brasil	28,4	27,5	27,5	3647	26,7	26,3	27,7	7323	24,3	25,5	28,8	8762
Colômbia	27,5	27,9	27,6	2940	27,2	26,4	27,7	6565	25,9	26,4	28,0	28742
Costa Rica	27,6	28,3	29,1	2166	26,7	26,4	29,9	781	-	-	-	-
El Salvador	27,3	26,5	26,7	3297	27,5	25,9	27,0	11142	27,4	26,1	27,2	10253
Nicaragua	27,4	26,3	26,0	10590	27,6	26,4	26,5	8133	26,8	26,2	27,5	13358
Paraguai	29,2	29,3	29,4	3485	28,4	27,3	28,9	3088	27,9	27,6	29,7	5212
Peru	29,2	28,5	29,4	2824	28,6	28,2	29,5	16812	27,9	28,0	29,6	13549
Rep. Dominicana	27,5	25,6	27,6	4276	25,7	25,5	27,3	5206	24,9	26,2	27,8	5627

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Em síntese, a tendência geral da distribuição, por idade, da fecundidade é muito parecida entre grande parte dos países, e se assemelham entre os níveis de escolaridade e quintil de riqueza, nos três períodos considerados. A semelhança se dá com maior intensidade no terceiro período, quando o nível geral de fecundidade também é mais uniforme entre os países. Nesse aspecto, os casos de Peru e Paraguai são curiosos: tanto para o total de cada país, quanto por escolaridade e quintil de riqueza, a distribuição das TEFs apresentou uma tendência de cúspide mais envelhecida, em relação aos demais países. Além disso, possuíam valores elevados para as TEFs nas idades mais velhas, embora, no terceiro período, isso não acontecia na mesma intensidade, já que a distribuição seguia um perfil muito parecido com o dos outros. Consequentemente, esses dois países são aqueles que exibiram as maiores idades médias da distribuição da fecundidade, até por escolaridade e quintil de riqueza. Mesmo com o nível de fecundidade mais baixo, no terceiro período, e próximo ao de alguns países, a idade média da distribuição permaneceu maior, sugerindo um comportamento reprodutivo diferenciado no Peru e Paraguai.

As mulheres de baixa e média escolaridade, e pertencentes aos quintis baixo e médio, tendem a apresentar distribuição, das taxas de fecundidade, mais próximas entre si, do que em relação às mulheres mais escolarizadas e pertencentes ao quintil mais alto. Entre as primeiras, o formato é mais jovem, com peso da distribuição concentrado, em grande parte, nos primeiros grupos etários, com o pico recaindo no grupo 20-24. Entre as mulheres mais escolarizadas e ricas, a distribuição tende a ser, geralmente, mais envelhecida, com pico localizando-se no grupo 25-29.

O comportamento da idade média da distribuição das TEFs acompanhou o processo de transição para níveis baixos entre os períodos. No primeiro período, quando a fecundidade era elevada em todos os

países, a diferença, nessa medida, entre as mulheres pertencentes às categorias extremas de escolaridade e quintil de riqueza, era pequena, em alguns casos, até houve inversão, com as mulheres de estratos socioeconômicos mais baixos apresentando as maiores idades. No segundo período, essa realidade começou a mudar e, no terceiro período, quando todos os países possuíam níveis mais baixos, a idade média da distribuição era menor nas categorias mais baixas e maior entre as categorias mais altas de escolaridade e quintil de riqueza, além de a diferença entre os extremos ser maior, em relação aos períodos anteriores. Assim, entre as mulheres pertencentes às categorias mais baixas, que possuíam elevada fecundidade no primeiro período, a redução do nível, entre os períodos, foi acompanhado pelo rejuvenescimento da distribuição, levando à queda da idade média. No entanto, entre as mulheres das categorias mais altas, e que já apresentavam baixa fecundidade no primeiro período, a redução não provocou grandes mudanças, mas consolidou o perfil mais envelhecido da distribuição, aumentando a idade média. Daí a diferença, entre as categorias, ser maior no terceiro período, em todos os países.

Conquanto haja diferença entre os países, em grande parte como reflexo dos distintos níveis de suas fecundidades, a distribuição das taxas específicas tende a ser semelhante entre eles, indicando que todos, de modo geral, tendem a seguir um comportamento semelhante, incluindo por escolaridade e quintil de riqueza, embora algumas singularidades para Peru e Paraguai sejam relevantes. E quanto mais a fecundidade declina, mais homogênea se torna essa distribuição entre esses países, conforme foi notado no terceiro período.

### **4.3. Progressão da parturição<sup>48</sup>:**

As razões de progressão da parturição (RPP) foram obtidas para mulheres acima de 35 anos, que estavam no final do intervalo de reprodução, quando, presumivelmente, grande parte da parturição já foi definida. Essas mulheres, certamente, estiveram expostas a taxas de fecundidade específicas a elas. Desse modo, as RPP podem não corresponder à realidade das mais jovens na data em que as pesquisas foram realizadas. Todavia, o comportamento das RPP das mulheres, com mais de 35 anos de idade, ao longo dos três períodos, mostra como o seu comportamento reprodutivo está mudando, pois há diferença entre as razões, mesmo entre as mais velhas, ajudando a entender a queda da fecundidade, e apontando o caminho que se espera que as jovens sigam ao longo do intervalo reprodutivo. A análise concentra-se nas três primeiras ordens de parturição, devido à relativamente rara ocorrência de parturições de maior ordem.

---

<sup>48</sup> As tabelas com os valores de todas as RPP, inclusive por escolaridade e quintil de riqueza, encontram-se no Anexo V desse trabalho.



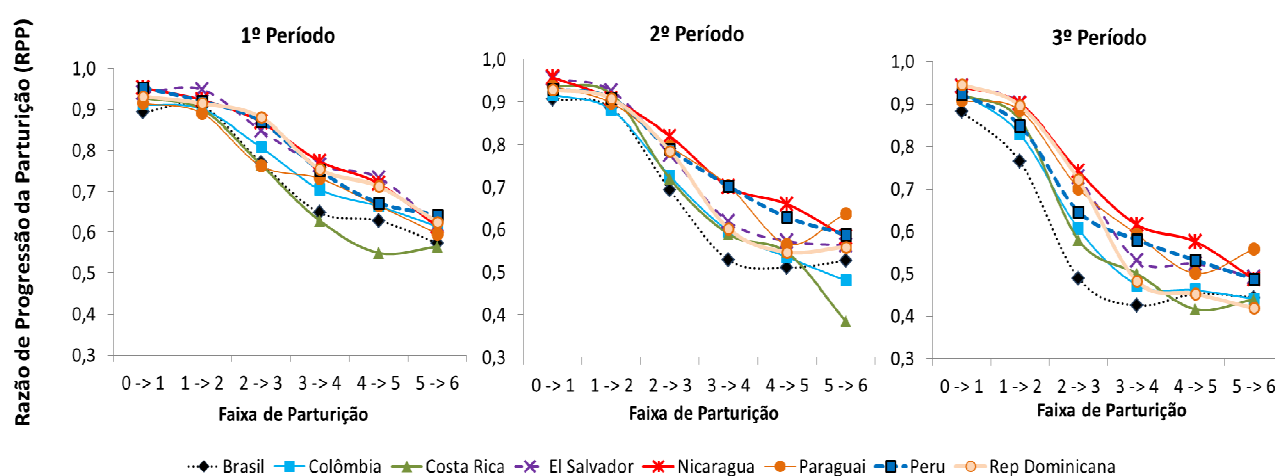
No primeiro período, quando a fecundidade ainda era elevada (acima de 3 filhos por mulher para todos os países), a progressão da parturição, pelo menos nas primeiras ordens de nascimento, era alta. Mais de 90% das mulheres tinham o primeiro filho em todos os países, com única exceção o Brasil, com uma proporção ligeiramente menor (GRAF. 4.3.1). A progressão para o segundo filho igualmente se concentrava no patamar dos 90%, indicando que a maioria das mulheres que teve o primeiro filho, também teve o segundo. Havia pouquíssima variação dos valores das RPP entre os países, nessas duas ordens de nascimento, mostrando um comportamento muito semelhante para os primeiros nascimentos. Para as parturições de ordens maiores, passou a se ter uma diferenciação entre eles. A progressão para o terceiro filho diminuiu, para abaixo ou igual a 80%, no Brasil, na Costa Rica, na Colômbia e no Paraguai, enquanto se manteve acima desse nível para os demais (GRAF. 4.3.1). Nas ordens acima de 3, Brasil e Costa Rica apresentavam menores valores das RPP, comparativamente aos outros países.

No segundo período, a progressão para o primeiro filho permaneceu elevada, igual ou acima de 90%, para todos os países (GRAF. 4.3.1). A diferença, em relação ao período anterior, começa a partir da progressão para o segundo filho. Houve redução da RPP entre o primeiro e o segundo filho, principalmente naqueles países que estavam acima de 90% no primeiro período. Assim, nas duas primeiras ordens de nascimento, os valores das RPP eram mais próximos entre os países, em relação ao período anterior, com todos apresentando tendência semelhante (GRAF. 4.3.1). O ritmo de declínio para o terceiro filho, no entanto, foi superior para Brasil, Colômbia e Costa Rica, países com as menores fecundidades. A partir dessa ordem, as curvas de RPP, desses países, passaram a se distanciar dos demais, indicando que, neles, a progressão para parturições elevadas era menor que nos outros, que ainda possuíam fecundidade acima de 3 filhos por mulher. A curva do Brasil passou a se destacar, apresentando as menores razões, e se distanciando dos demais, principalmente daqueles de maior fecundidade (GRAF. 4.3.1). Contudo, as RPP diminuíram, em comparação ao primeiro período, em todos os países, de modo a seguir o comportamento de queda da fecundidade. Entre as parturições 2 e 3, por exemplo, somente na Nicarágua o valor da RPP era acima de 80%, sendo que, no primeiro período, eram mais países nessa situação.

No terceiro período, o Brasil foi o único país no qual a proporção de mulheres, que tiveram o primeiro filho, ficou abaixo de 90%. As RPP desse país eram bem menores que as do restante dos países, para todas as ordens de parturição, de modo que a proporção de brasileiras, que se tornaram mães, assim como as que tiveram mais de um filho, sempre foi menor em relação aos outros países (GRAF. 4.3.1). Isso contribuiu para o fato de o Brasil ter a menor fecundidade, inclusive abaixo do nível de reposição, no terceiro período.

Quanto aos demais, também houve mudanças. A proporção de mulheres que progrediram para o segundo filho ficou abaixo de 90%, na maioria dos países, ao contrário do que se observava no segundo período (GRAF. 4.3.1). E houve, também, queda considerável na proporção daquelas que tiveram o terceiro filho. Esse cenário ajuda a entender o processo de constante declínio da fecundidade na América Latina. Ademais, as distribuições das RPP seguem um comportamento mais homogêneo entre os países, no terceiro período, em comparação com os períodos anteriores.

**Gráfico 4.3.1. Distribuição das RPP, por faixas de parturição, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos.**



### Progressão da parturição, por escolaridade:

No primeiro período, o comportamento das RPP, entre as mulheres de baixa escolaridade, era parecido com o que foi observado para o total dos países. Mais de 90% dessas mulheres se tornaram mães e, igualmente, tiveram o segundo filho (GRAF. 4.3.2, a). A progressão para a parturição de ordem 3 estava abaixo dos 90%, em alguns países, mas mesmo assim era elevada. O mesmo era verificado para as parturições de maiores ordens, nas quais os valores das RPP eram mais baixos, em relação às primeiras parturições, mas, ainda assim, dentro de um nível elevado. Entre as mulheres de média escolaridade, no entanto, o comportamento descendente nas RPP é verificado já a partir da parturição de ordem 2. Conquanto mais de 90% das mulheres, de média escolaridade, se tornavam mães, em todos os países, a progressão para o segundo filho era menor que esse valor para alguns deles, como Brasil, Colômbia e Costa Rica, mesmo que ainda muito próximo de 90% (GRAF. 4.3.2, a). Para esses mesmos países, juntamente com o Paraguai, a progressão para o terceiro filho era baixa, o que não ocorria nos demais, que permaneceram com proporções elevadas, e para os quais os baixos valores das RPP eram notados somente a partir da progressão para o quarto filho (GRAF. 4.3.2, a). A situação se

aguçava entre as mulheres de alta escolaridade. Em metade dos países analisados, já no primeiro período, a proporção de mulheres, de alta escolaridade, que se tornavam mães era inferior a 90%, sendo que, em alguns casos, estava ao redor de 80% (Brasil e Colômbia), indicando uma diferenciação, entre os países, na primeira parturição (GRAF. 4.3.2, a). A progressão para o segundo filho também apresentava comportamento distinto, com alguns apresentando RPP maior, em relação à RPP para o primeiro filho, (Brasil e Colômbia), e outros apresentando RPP menor (Nicarágua, Peru e Rep. Dominicana). No entanto, na maioria dos países, a RPP para o segundo filho se manteve pouco abaixo de 90%. E a progressão para ordens de nascimento, a partir do terceiro filho, se dava em proporções bem menores, em comparação com as outras categorias de escolaridade, para grande parte dos países (GRAF. 4.3.2, a).

No segundo período, entre mulheres de baixa escolaridade, a progressão para as primeiras ordens de parturição (1 e 2), era muito semelhante à do primeiro período, mantendo-se acima de 90%, em todos os países (GRAF. 4.3.2, b). No entanto, a progressão para o terceiro filho já se mostrava baixa em metade dos países (com destaque para Brasil, Colômbia e Costa Rica) situando-se abaixo ou próximo de 85%, o que não ocorria no período anterior (GRAF. 4.3.2, b). A partir da parturição de ordem 3, os valores das RPP, para as mulheres de baixa escolaridade, no segundo período, se localizavam em nível menor, comparando com os valores do primeiro período.

Para mulheres de média escolaridade, foi observada situação semelhante. Nas parturições mais baixas (de ordem 1 e 2), o comportamento das RPP era parecido com o do primeiro período. A diferença se deu a partir da parturição de ordem 3, haja vista os baixos valores das RPP para o terceiro filho, em todos os países, com destaque para Brasil e Colômbia, que já apresentavam essa característica no período anterior, e acentuaram, ainda mais, a queda na progressão para o terceiro filho (GRAF. 4.3.2, b). Para as mulheres de alta escolaridade, pouco se alterou em relação ao primeiro período. O que ocorreu é que mais países passaram a apresentar menores valores das RPP, já desde a primeira parturição, em relação ao primeiro período, e todos tenderam a seguir o mesmo comportamento de baixas progressões para parturições a partir da terceira ordem. Em todos eles, a RPP para o segundo filho estava abaixo de 90%, e era ainda menor para a parturição de ordem 3 – abaixo de 70% - muito inferior à das outras escolaridades (GRAF. 4.3.2, b). Esse comportamento é consistente com a baixa fecundidade das mulheres mais escolarizadas.

O constante declínio da fecundidade se refletiu no comportamento reprodutivo não apenas das mais escolarizadas, como foi possível perceber no terceiro período. Entre as mulheres de baixa escolaridade, a progressão da parturição, a partir da segunda ordem, se dava em menor proporção, relativamente aos períodos anteriores. Na maioria dos países, o valor da RPP, para o segundo filho, ficava em torno de 90%, ao passo que, no Brasil, já era menor (GRAF. 4.3.2, c). Nos períodos

anteriores, o valor estava acima, ou bem acima, de 90%. A progressão para o terceiro filho também se dava em níveis baixos, em grande parte dos países, sendo o valor da RPP abaixo de 90% em todos eles, o que não se verificava em períodos anteriores.

No caso das mulheres de média escolaridade, verificou-se que o comportamento das RPP era muito semelhante entre os países, com todos seguindo a mesma tendência. Mais de 90% tinham o primeiro filho, o que não era o caso na progressão para o segundo filho, em que somente em El Salvador e Nicarágua, a RPP ainda estava acima de 90% (GRAF. 4.3.2, c). O que chama a atenção foi o baixo valor da RPP para o terceiro filho, em todos os países, sendo inferior a 80%, com destaque para o Brasil, onde menos da metade das mulheres que tiveram o segundo filho acabaram tendo o terceiro (GRAF. 4.3.2, c). Isso não se verificava nos períodos anteriores.

Quanto às mulheres de alta escolaridade, dada a baixíssima fecundidade, no terceiro período, os valores das RPP, em todas as ordens de parturição, eram muito menores. Na maioria dos países, menos de 90% das mulheres se tornavam mães, com o valor da RPP, para o filho de ordem 1, próximo de 80% para alguns deles, e menor que esse valor para o Brasil (GRAF. 4.3.2, c). No caso do segundo filho, a progressão se dava para menos de 80% das mulheres na maioria deles, novamente com destaque para o Brasil, que possuía o menor valor da RPP (GRAF. 4.3.2, c). A partir da terceira ordem, a progressão da parturição atingia valores muito baixos, indicando que família com três ou mais filhos, entre as mulheres mais escolarizadas desses países, era um evento cada vez mais raro.

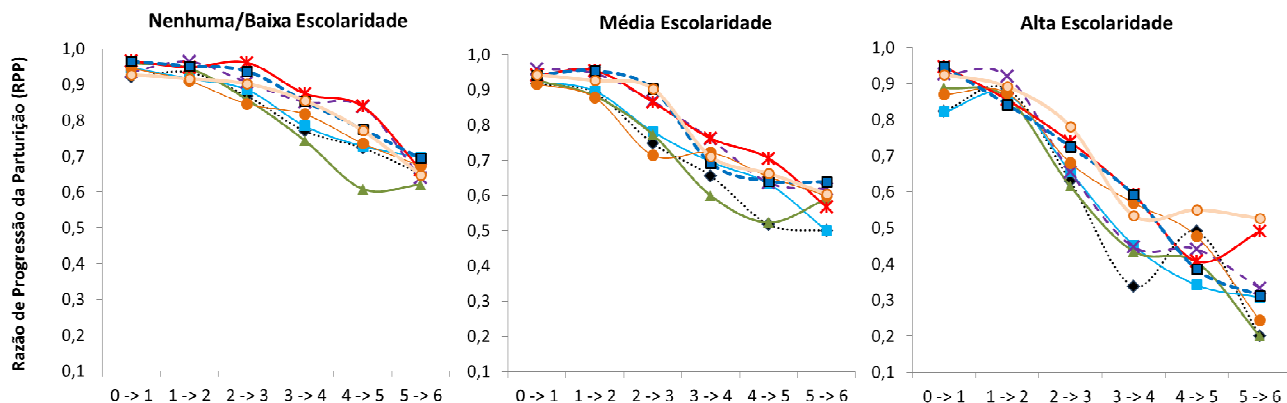
A progressão da parturição apresentou comportamento distinto entre os diferentes níveis de escolaridade, nos três períodos considerados. As menos escolarizadas sempre apresentaram as maiores RPP, indicando maiores progressões para ordens elevadas parturições, enquanto que entre as mais escolarizadas, se dava o contrário. Entre os países, contudo, o comportamento das RPP, pelo menos até a parturição de ordem 3, era muito parecido, para cada nível de escolaridade. A única diferença, entre eles, se dava pelo próprio valor da RPP, e que reproduz a diferença de fecundidade, já que, os países que possuíam os maiores níveis de fecundidade, em cada período, tendiam a ser aqueles que apresentavam, também, os maiores valores das RPP.

Ao avançar no tempo, percebe-se que o comportamento das progressões das parturições seguiu a mesma tendência de declínio, para todas as escolaridades, acompanhando a fecundidade. No último período, as RPP, entre os três níveis de escolaridade, pareceram com tendência muito parecida, distinguindo-se apenas no nível, principalmente nos países de menor fecundidade. Ademais, verifica-se que, ao longo do tempo, as menores progressões ocorriam, primeiramente, nas parturições mais elevadas, mas, na evolução dos períodos, atingiu as parturições de ordens mais baixas, inclusive a probabilidade de as mulheres se tornarem mães, como se deu com as mulheres de escolaridade mais

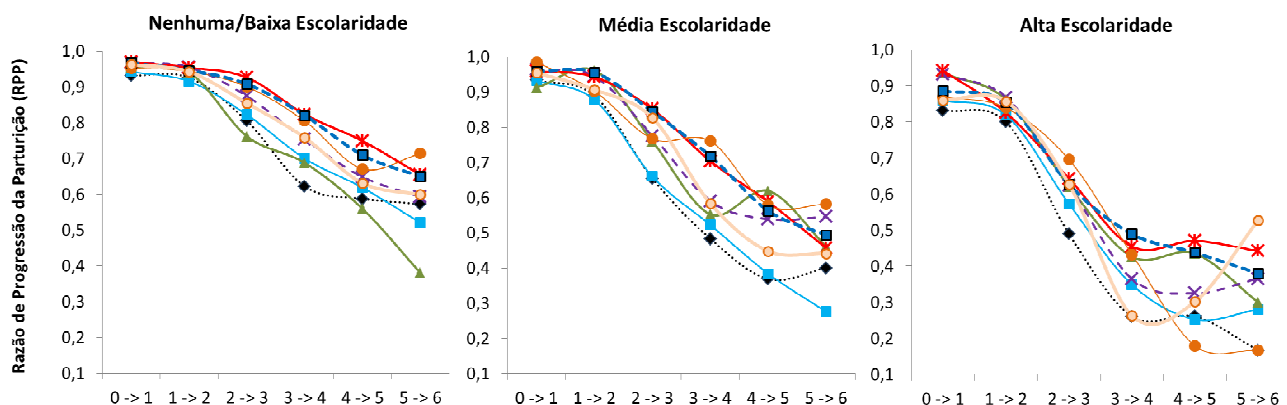
elevada. Nesse sentido, dado a mudança contínua e uniforme das RPP, em todas as escolaridades, fazendo com que o comportamento das RPP da escolaridade mais baixa, se aproximasse do comportamento da escolaridade subsequentemente mais alta, compreende-se que, se a fecundidade continuar declinando, as RPP das mulheres de baixa escolaridade ficarão muito parecidas com as das mulheres de média escolaridade e, as destas, com as das mulheres de alta escolaridade.

**Gráfico 4.3.2. Distribuição das RPP, por faixas de parturição, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos.**

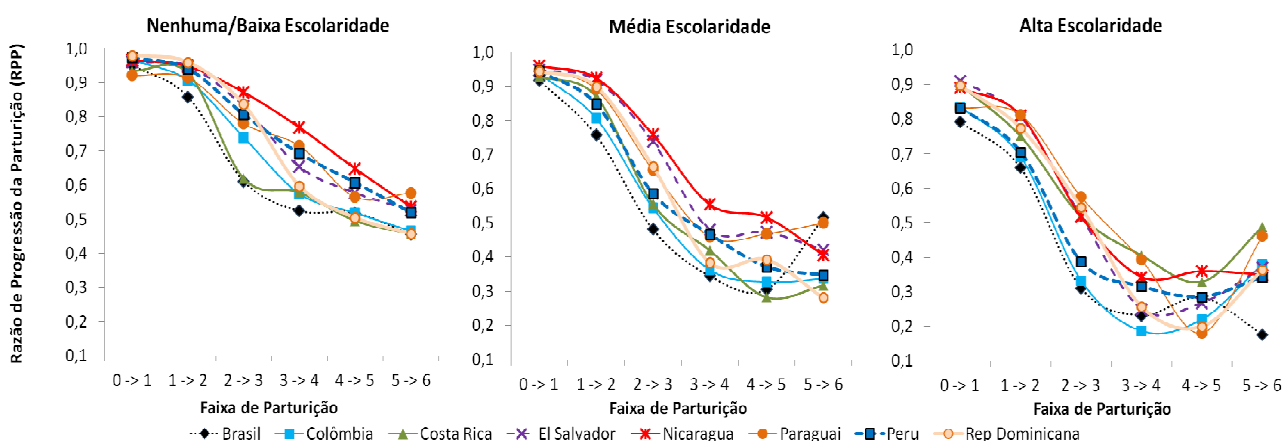
**a) Primeiro Período:**



**b) Segundo Período:**



**c) Terceiro Período:**



Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

### **Progressão da parturição, por quintil de riqueza:**

O comportamento da parturição, por quintil de riqueza, é muito parecido com o comportamento por educação. No primeiro período, as RPP eram muito próximas de 90%, ou acima desse valor, para as mulheres dos quintis mais baixo e médio, quando se trata das parturições de ordem um e dois. No quintil mais alto, metade dos países possuía RPP pouco abaixo de 90%, para a primeira ordem de parturição, e mais da metade estava nessa situação, na segunda ordem (GRAF. 4.3.3, a). Isso indica uma diferenciação entre os quintis: enquanto que em todos os países, próximo da totalidade das mulheres se tornava mãe, no quintil mais baixo, a maternidade, conquanto atingisse a maior parte das mulheres do quintil mais alto, ocorria em proporção menor.

A progressão para o terceiro filho não era uniforme entre os países, no quintil mais baixo. Alguns apresentaram aumento na RPP do segundo para o terceiro, embora na maioria houvesse diminuição, conquanto pequena. No entanto, a proporção de mulheres que, tendo o segundo filho, progrediram para o terceiro, era elevada nesse quintil, sendo próxima ou maior que 90% na maioria dos países (GRAF. 4.3.3, a). Baixos valores das RPP eram observados, em todos os países, somente a partir do quarto filho. Quanto ao quintil médio, somente no Peru houve uma maior proporção na progressão do segundo para o terceiro filho (GRAF. 4.3.3, a). Nos demais, a progressão era menor, com destaque para Brasil e Costa Rica, com o primeiro apresentando o menor valor da RPP para o terceiro filho, abaixo de 80% (GRAF. 4.5.3, a). No quintil mais alto, por sua vez, a baixa progressão para o terceiro filho se deu em todos os países, ficando abaixo de 80%, com alguns – Brasil, Costa Rica e Paraguai – apresentando valor da RPP abaixo de 70% (GRAF. 4.3.3, a).

É interessante observar que os valores das RPP, no quintil mais alto, eram próximos entre os países, e tendiam a um comportamento uniforme, pelo menos até a terceira ordem de parturição, no primeiro período. Isso significa que os países eram muito parecidos, na progressão da parturição, no quintil mais alto. O mesmo não ocorria nos quintis mais baixos, já que havia maior diferenciação, no comportamento das RPP, mesmo nas ordens mais baixas.

No segundo período, em todos os países, a proporção de mulheres que se tornou mãe, do quintil mais baixo, era maior que no período anterior. Isso também foi verificado para alguns casos nos quintis médio e mais alto, mas não na totalidade dos países. Desse modo, enquanto no quintil mais baixo mais de 90% das mulheres se tornavam mães, em todos os países, no quintil médio, isso se dava com a maioria, mas no Brasil e na Costa Rica menos de 90% se tornava mãe. No quintil mais alto, ao contrário, a maioria dos países apresentava progressão abaixo de 90% para a maternidade (GRAF. 4.3.3, b).

A progressão para o segundo filho também abarcava mais de 90% das mulheres de todos os países, do quintil mais baixo. No entanto, o número de países, com essa proporção, diminuiu nos quintis médio e mais alto, sendo que, nesse último, somente na Costa Rica a progressão para o segundo filho atingia mais de 90% das mulheres (GRAF. 4.3.3, b). Essa tendência era parecida com o primeiro período.

A progressão, para o terceiro filho, evidenciava a diferença entre os quintis de riqueza: no quintil mais baixo, a maioria dos países apresentava valores acima de 90%; no quintil médio, em todos os países, o valor da RPP para o terceiro filho estava abaixo de 80%, sendo de 70% para o Brasil; no quintil mais alto, todos possuíam valor abaixo de 80%, ficando Brasil e Colômbia, países com uma das menores fecundidades no período, com valor da RPP abaixo de 60% (GRAF. 4.3.3, b).

Desse modo, no segundo período, a progressão para a parturição de ordem três se dava em proporções menores nos quintis de riqueza médio e mais alto, o que não era observado, no primeiro período, de maneira universal. No entanto, a baixa progressão era muito mais acentuada no quintil mais alto, em comparação com os outros quintis, indicando que as mulheres mais ricas, de todos os países, tinham probabilidade muito menor de ter prole com três ou mais filhos, em comparação com as mulheres mais pobres. Entre essas últimas, a progressão para o terceiro filho ainda era elevada, situando acima de 90% para grande parte dos países.

No terceiro período, a progressão para o primeiro e o segundo filho permaneceu elevada para todos os países, no quintil mais baixo. Uma mudança importante ocorreu, contudo, em relação aos períodos anteriores: em todos os países, a progressão para o terceiro filho ficou abaixo de 90%, indicando que uma proporção menor de mulheres, que tiveram o segundo filho, acabou tendo o terceiro, como é possível perceber pela distribuição das RPP, no GRAF 4.3.3, c. Chama a atenção o Brasil, cujos valores das RPP, a partir da progressão para o segundo filho, se destacaram dos demais países, ficando bem abaixo, principalmente na progressão para o terceiro filho (GRAF 4.3.3, c).

Situação semelhante foi observada no quintil médio. O GRAF 4.3.3, c mostra uma redução nas progressões a partir da parturição de ordem dois, sendo essa queda mais acentuada na progressão para o terceiro filho, nas curvas de distribuição das RPP de todos os países. Novamente, o Brasil se destacou, por apresentar os menores valores das RPP, principalmente na parturição de ordem um e de ordem três (GRAF 4.3.3, c). Nessa última, pouco mais de 40% das brasileiras, com 35 anos ou mais, do quintil médio, tinham o terceiro filho, muito abaixo do que era verificado para os outros países.

No quintil mais alto, a proporção de mulheres, que se tornavam mães, era igual ou menor que 90%, sendo que, na maioria dos países, predominava proporção em torno de 86% (GRAF 4.3.3, c). A baixa progressão para o segundo filho era mais acentuada que nos demais quintis, com alguns países

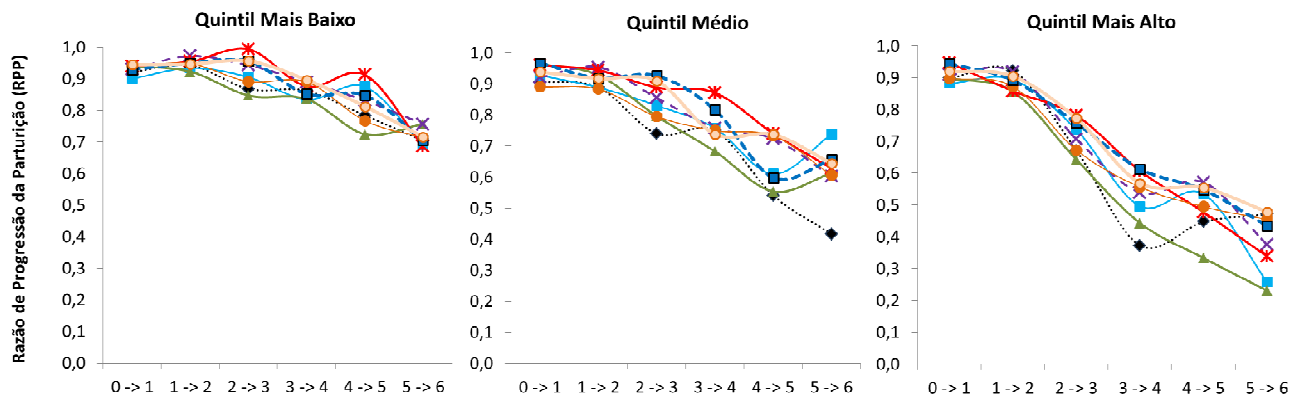


apresentando proporções abaixo de 80%, sendo, no caso do Brasil, ao redor de 70% (GRAF 4.3.3, c). A redução mais acentuada, na curva de distribuição das RPP, no entanto, se dava na progressão para o terceiro filho. Menos de 60% das mulheres, com mais de 35 anos, tinham o terceiro filho; para Brasil, Colômbia e Peru, essa proporção era igual ou menor que 40% (GRAF 4.3.3, c).

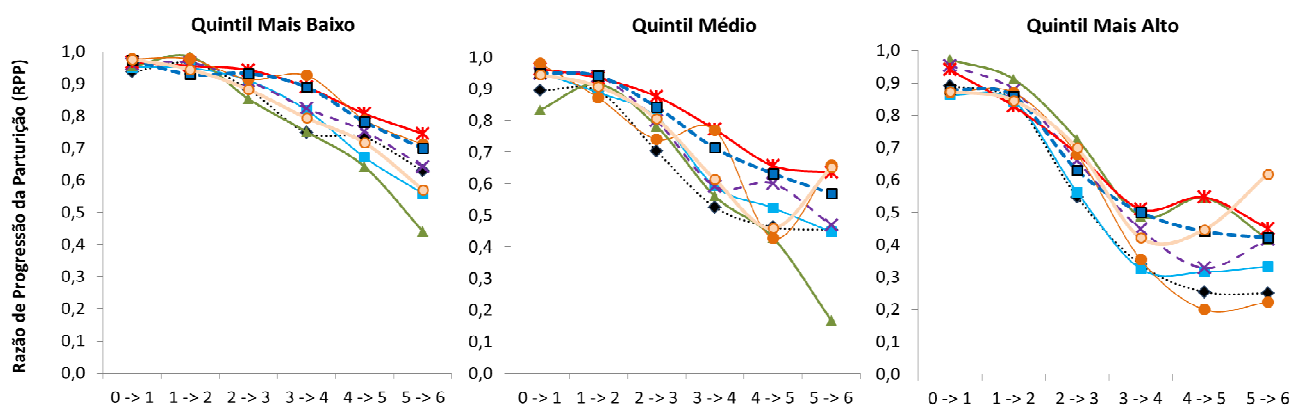
No terceiro período, todos os países, nos três quintis analisados, seguiram a mesma tendência de comportamento, pelo menos nas primeiras ordens de parturição. Isso sugere que houve uma uniformização entre os países, no que tange à progressão da parturição, nesse último período. No quintil mais baixo, as mulheres começaram a reduzir a progressão para o terceiro filho, seguindo o caminho já trilhado pelas mulheres dos quintis mais elevados, em períodos anteriores. E as mulheres mais ricas, que possuíam os menores níveis de fecundidade, acentuaram a queda para progressão de ordem dois e três, diminuindo ainda mais a probabilidade de, uma vez tornado mãe, progredir tendo mais filhos.

**Gráfico 4.3.3. Distribuição das RPP, por faixas de parturição, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos.**

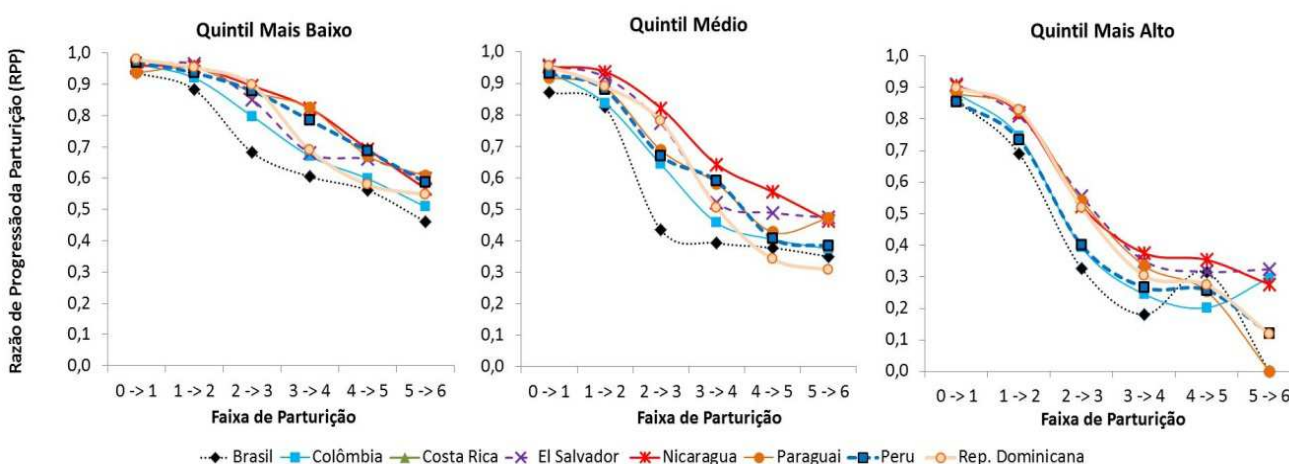
**a) Primeiro Período:**



**b) Segundo Período:**



**c) Terceiro Período:**



Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Em resumo, as RPP tendem a apresentar um comportamento compatível com o nível de fecundidade dos países. Aqueles que, desde o primeiro período, possuíam os menores níveis de fecundidade, como o Brasil, por exemplo, são os que exibiam as menores RPP. Com o processo de queda da fecundidade, a distribuição das RPP se tornou mais parecida entre os países. Nesse processo, chama a atenção o declínio constante na progressão para o segundo e, principalmente, para o terceiro filho, com notável alteração na curva de distribuição das RPP, no terceiro período. Isso comprova a redução do tamanho da prole nos países analisados, com diminuição, no último período, da proporção de mulheres que tinham três ou mais filhos. Mesmas tendências foram observadas por escolaridade e quintil de riqueza. Contudo, entre as mulheres de baixa e média escolaridade, os valores das RPP, para as primeiras ordens de nascimento, eram muito próximos entre os países, no primeiro período, enquanto que, entre as mulheres de alta escolaridade, havia uma maior diferenciação desde a progressão para o primeiro filho. Esse cenário se alterou no terceiro período, já que, entre as mais escolarizadas, houve uma uniformização do comportamento das RPP, para as primeiras ordens de nascimento, se juntando às outras escolaridades, para as quais isso era observado desde o primeiro período. A maior diversidade, entre os países, se deu, no último período, a partir da terceira ordem de nascimento. Quanto ao quintil de riqueza, o comportamento das RPP era relativamente uniforme até a progressão para a terceira ordem de nascimento, em todas as categorias analisadas, no primeiro período. Com a evolução nos períodos, observa-se um aumento da diferenciação entre os países a partir da progressão para a terceira ordem, principalmente nos quintis mais baixos, fruto dos níveis baixos, mas diferenciados, de fecundidade.

O Peru é um país que chama a atenção. No primeiro período, a distribuição das suas RPP estava próxima da distribuição dos países, que, na época, possuíam os maiores níveis de fecundidade. Isso se alterou no terceiro período. O país apresentava a maior fecundidade, mas os valores das RPP, para as primeiras ordens de nascimento (até o terceiro filho), estavam mais próximos de países com baixa fecundidade (como Colômbia e Costa Rica), do que de países do mesmo nível de fecundidade. Somente a partir da progressão para o quarto filho é que os valores das RPP se aproximaram dos valores de países com fecundidade mais alta. Essa situação também é verificada na categoria mais alta de escolaridade e quintil de riqueza, ao passo que, na categoria mais baixa, os valores das RPP são elevados e semelhantes aos de países com mesmo nível de fecundidade.

#### **4.4. Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho:**

A idade mediana ao ter o primeiro filho, conforme explicado na metodologia, foi obtida, para o total de cada país, somente a partir do grupo etário 25-29.

No primeiro período, a idade mediana ao ter o primeiro filho, do grupo etário mais jovem (25-29), não era maior em relação à dos grupos etários mais velhos, exceto para Peru e Rep. Dominicana (TAB. 4.4.1, a). Isso significa que não houve aumento contínuo da idade mediana entre as coortes, exceto para os dois países mencionados. Assim, no primeiro período, na maior parte dos países, a idade mediana ao ter o primeiro filho não seguiu uma tendência definida entre as diferentes coortes; e em quase todos eles, exceto para Rep. Dominicana, o valor desse indicador, para o grupo etário mais jovem, não se distanciava sobremodo do valor nos grupos etários mais velhos.

Nesse primeiro período, chama a atenção o fato de o Brasil ser o único país com idade mediana ao ter o primeiro filho acima de 22 anos, em todos os grupos etários - coortes (TAB. 4.4.1, a). Nos demais países, essa idade oscilava entre 21 e 22 anos. A Nicarágua era o único cuja idade mediana ao ter o primeiro filho era jovem, abaixo de 20 anos, para todos os grupos etários, demonstrando que a precocidade da entrada à maternidade se manteve entre as diferentes coortes, nesse país.

No segundo período, em alguns países, a idade mediana ao ter o primeiro filho, para o grupo 25-29, apresentou leve aumento quando comparado com o valor desse indicador, para o mesmo grupo, no primeiro período. Para Brasil, Nicarágua e Paraguai, no entanto, a idade mediana mostrou leve redução, e na Rep. Dominicana permaneceu com o mesmo valor, ao se comparar com o primeiro período (TAB. 4.4.1, b). Nesse segundo período, somente para Peru e Colômbia, a idade mediana apresentou tendência de aumento entre as coortes, com a coorte mais jovem apresentando o maior valor desse indicador (TAB. 4.4.1, b). Nos demais países, ou houve redução ou se manteve estável, entre as coortes, como no caso de Brasil e Nicarágua.

Assim como no primeiro período, Nicarágua foi o país com menor valor da idade mediana, em todas as coortes (abaixo de 20 anos), ao passo que Brasil e Colômbia foram os de maior valor, cerca de 22 anos (TAB. 4.4.1, b). De modo geral, contudo, a diferença, no valor da idade mediana, não é muito grande entre os países, variando de 19,5 a 22,4, em todos os grupos etários (TAB. 4.4.1, b). Isso mostra que os países, ao longo de diferentes coortes, mantiveram valores próximos da idade mediana no segundo período, de modo que não houve mudanças suficientes para alterar o panorama nas coortes mais jovens.

No terceiro período, a idade mediana aumentou de valor, para o grupo etário 25-29, em quase todos os países, com exceção da Colômbia, para a qual houve redução (TAB. 4.4.1, c). Esse resultado aponta para um envelhecimento da idade mediana ao ter o primeiro filho, entre as mulheres de 25-29, no terceiro período, em todos os países, exceto Colômbia, o que não foi possível verificar, no segundo período, de modo amplo. Em todos os países, esse indicador apresentava-se maior, para a coorte mais

jovem, em relação à coorte imediatamente mais velha, fortalecendo a idéia de tendência de envelhecimento da idade mediana nos países analisados (TAB. 4.4.1, c).

Nicarágua permaneceu, no terceiro período, com os valores da idade mediana mais baixos, e o Brasil com os valores mais elevados. No entanto, para o grupo etário mais jovem, a idade mediana do Brasil não era a mais elevada, e a da Nicarágua, embora fosse a mais baixa, estava acima de 20 anos, o que não ocorreu nos períodos anteriores (TAB. 4.4.1, c). Nesse sentido, o aumento da idade mediana, ocorrido no grupo etário 25-29, de todos os países, contribuiu para diminuir as diferenças, que não eram grandes, entre eles. Nos outros grupos etários, a diferença era maior, com a Nicarágua ainda apresentando mulheres que tiveram o primeiro filho no final da adolescência (pouco abaixo de 20 anos), o que não ocorria nos demais países. Além disso, cabe salientar que o Peru foi o único país que apresentou aumento contínuo da idade mediana ao longo dos três períodos, para todas as coortes, chegando, portanto, no último período, com os maiores valores.

Entre o primeiro e o segundo período, a tendência, da idade mediana ao ter o primeiro filho, praticamente não se alterou, com poucas mudanças para os países e entre as coortes. No entanto, no terceiro período, a coorte mais jovem, ou seja, o grupo 25-29, já apresentou aumento desse indicador, tanto em relação ao período anterior (exceto para Colômbia), quanto em comparação com a coorte mais velha – 30-34 –, o que não se deu antes. Isso pode ser encarado como um sinal de adiamento da idade ao ter o primeiro filho, similar ao observado na transição da fecundidade para níveis muito baixos.

**Tabela 4.4.1. Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 25-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

<b>País</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>N</b>
Brasil - 1986	22,4	22,8	22,4	22,2	4587
Colômbia - 1986	21,6	21,9	21,7	20,8	3743
Costa Rica - 1986	21,2	21,5	22,4	21,7	2575
El Salvador - 1985	-	-	-	-	-
Nicaragua - 1992/93	19,9	19,8	19,9	19,7	11224
Paraguai - 1990	21,6	21,7	22,3	21,7	4097
Peru - 1986	21,5	21,4	21,2	20,9	1754
Rep. Dominicana - 1986	21,2	20,5	19,9	20,0	5199

**b) Segundo Período:**

<b>País</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>N</b>
Brasil - 1996	22,2	22,2	22,3	22,4	8958
Colômbia - 1995	22,4	22,2	21,9	22,1	8005
Costa Rica - 1999	21,5	22,0	20,8	21,9	937
El Salvador - 1998	20,5	20,7	20,2	20,3	12522
Nicaragua - 2001	19,6	19,6	19,5	19,5	8852
Paraguai - 1998	20,9	21,5	21,0	22,5	3634
Peru - 1996	21,9	21,5	21,4	21,4	20611
Rep. Dominicana- 1996	21,2	21,4	21,0	20,8	3951

**c) Terceiro Período:**

<b>País</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>N</b>
Brasil - 2006	22,8	22,4	23,0	23,1	11305
Colômbia - 2010	21,4	21,1	21,4	22,0	34647
Costa Rica - 2010	-	-	-	-	-
El Salvador - 2008	20,8	20,7	20,9	21,1	11910
Nicaragua - 2011	20,2	19,9	19,7	19,7	15382
Paraguai - 2008	22,9	21,6	22,0	22,1	6897
Peru - 2012	22,3	22,0	21,9	21,6	16751
Rep. Dominicana- 2013	21,4	20,5	20,6	20,8	6529

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho, por escolaridade:**

No primeiro período, entre as mulheres de baixa escolaridade, a idade mediana ao ter o primeiro filho foi obtida para o grupo 20-24 para quase todos os países, exceto para Peru, diferentemente do que ocorreu com o total dos países. Isso mostra que, grande parte das jovens, dessa escolaridade, tinha o primeiro filho na adolescência (abaixo de 20 anos). O mesmo se dava com as mulheres de 25-29, sendo o Brasil o único que apresentou idade mediana pouco acima de 20 anos, enquanto em todos os outros era menor que esse valor (TAB. 4.4.2, a). Na Nicarágua, os valores eram ainda menores, situando-se abaixo de 19 anos em todos os grupos etários.

O grupo etário mais jovem (25-29 para Peru e 20-24 para os demais) apresentou idade mediana muito próxima do grupo etário imediatamente mais velho, sendo essa idade pouco maior somente para Costa Rica e Paraguai. Nos outros, era menor ou igual à do grupo mais velho (TAB. 4.4.2, a).

Entre as mulheres de média e alta escolaridade, a idade mediana foi computada a partir do grupo 25-29, na maioria dos países. Isso já era uma diferença em relação às menos escolarizadas. Entre as mulheres de média escolaridade, somente na Nicarágua e no Peru, a idade mediana ao ter o primeiro

filho ocorria na adolescência (abaixo de 20 anos) enquanto que, entre as de alta escolaridade, a idade mediana mais baixa – a da Nicarágua – era de 22,1 anos, bem acima dos valores das outras escolaridades (TAB. 4.4.2, a).

A idade mediana, da coorte 25-29, tendia a ser mais baixa que a da coorte mais velha, para a maioria dos países, no nível médio de escolaridade. Essa situação também se verificou na alta escolaridade: para grande parte dos países, a idade mediana ao ter o primeiro filho, da coorte mais jovem, tendia a ser menor, em comparação com a coorte subsequente. Somente para Brasil e Costa Rica, o valor se manteve constante entre as coortes mais jovens (TAB. 4.4.2, a).

No primeiro período, em nenhum país, e em nenhum nível de escolaridade, houve tendência linear de aumento da idade mediana ao ter o primeiro filho entre coortes. Pelo contrário, em alguns casos, houve diminuição. Nem mesmo entre as mulheres de alta escolaridade, as coortes mais jovens tinham idade mediana maior que a das coortes mais velhas. Contudo, a diferença, entre os grupos etários, era pequena, indicando que esse indicador não sofreu mudanças consideráveis entre as coortes, em nenhum país ou nível de escolaridade, mantendo mais ou menos estável os valores. A única diferença marcante se dava entre os níveis de escolaridade, sendo a idade mediana das mulheres mais escolarizadas muito acima da idade no grupo menos escolarizado.

No segundo período, somente no Brasil não existia informação sobre a idade mediana ao ter o primeiro filho das mulheres de 20-24, de baixa escolaridade, indicando que, nesse país, uma parcela menor das jovens de 20-24 tinha o primeiro filho na adolescência (TAB. 4.4.2, b). Nos demais países, a situação dessas jovens permaneceu a mesma daquela observada no primeiro período. Entre as mulheres de 25-29, em todos os países, a idade mediana também era baixa, menor que 20 anos, e, em alguns casos, como o do Brasil, abaixo da idade registrada no primeiro período. Entre as mulheres de 30-34, apenas nos países de fecundidade mais baixa – Brasil, Colômbia e Costa Rica –, a idade mediana era próxima de 20 anos, nos demais, também para esse grupo, a reprodução se iniciava na adolescência (TAB. 4.4.2, b). Isso mostra que, no segundo período, havia uma tendência de as mulheres de baixa escolaridade ter o primeiro filho na adolescência, principalmente entre as coortes mais jovens.

A situação das mulheres de média e alta escolaridade, no segundo período, era parecida com a do primeiro período. Houve aumento da idade mediana, em relação ao período anterior, para o grupo 25-29 de média escolaridade, na maioria dos países, mas em El Salvador, Nicarágua e Peru as mulheres, desse grupo, ainda tinham o primeiro filho adolescentes (TAB. 4.4.2, b). Entre as mulheres, desse mesmo grupo etário, de alta escolaridade, a idade mediana ao ter o primeiro filho era acima de 20 anos, com a maioria possuindo acima dos 24 anos (TAB. 4.4.2, b). Nesses dois níveis de escolaridade,

a idade mediana do grupo etário mais jovem tendia a ser menor que a do grupo etário mais velho. Eram poucos os casos em que era maior, como na Costa Rica, onde tanto entre as de média quanto entre as de alta escolaridade, a coorte mais jovem tinha idade mediana maior que a da coorte mais velha.

A diferença na idade mediana, entre as coortes, de cada nível de escolaridade, foi muito pequena no segundo período, mantendo o cenário já notado no período anterior. No entanto, entre os níveis de escolaridade, a diferença permaneceu considerável.

No terceiro período, o cenário permaneceu o mesmo dos períodos anteriores. As coortes mais jovens de baixa escolaridade continuaram iniciando a reprodução na adolescência, o mesmo ocorrendo com as coortes mais jovens de média escolaridade de El Salvador e Nicarágua (TAB. 4.4.2, c). Entre as mulheres de 25-29, de média escolaridade, a idade mediana tendia a ser ligeiramente menor que a do grupo subsequente, na maioria dos países. Entre as mulheres de alta escolaridade, houve aumento da idade mediana ao ter o primeiro filho, nas coortes mais jovens, para a maioria dos países, quando se compara com o período anterior (TAB. 4.4.2, c). O Peru era o país com maior valor desse indicador, superando Brasil e Colômbia, que possuíam as maiores idades medianas nos períodos anteriores. Mesmo com o aumento, a idade mediana da coorte mais jovem de alta escolaridade, não era superior que a da coorte subsequentemente mais velha, só ocorrendo isso para El Salvador, Nicarágua e Paraguai.

No terceiro período, de maneira geral, no entanto, o cenário encontrado não era muito diferente do que estava presente nos períodos anteriores. Houve aumento da idade mediana, entre as coortes, para alguns países e níveis de escolaridade, mas sem indicar uma tendência linear e uniforme entre eles, ou seja, não houve nenhum país que apresentou aumento da idade mediana em todos os níveis de escolaridade. Pelo contrário, em alguns, houve uma diminuição da idade, nas coortes, em todas as escolaridades, como ocorreu na Rep. Dominicana. O que se deu, no terceiro período, foi uma ampliação da diferença, nesse indicador, entre os extremos de escolaridade, já que a maioria apresentou diminuição da idade mediana, na escolaridade mais baixa, enquanto que aumentou o valor na escolaridade mais alta, comparativamente ao período anterior.



**Tabela 4.4.2. Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho, por grupo etário, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade					Média escolaridade					Alta escolaridade				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	19,5	20,5	21,0	21,3	21,5	-	20,9	22,0	21,6	21,8	-	-	26,1	26,1	26,2
	N = 1512					N= 1556					N= 1511				
Colômbia 1986	19,5	19,5	20,3	20,3	20,5	-	20,7	21,8	21,2	21,1	-	24,8	24,9	25,3	24,1
	N = 1188					N= 1307					N= 1243				
Costa Rica 1986	18,8	18,6	19,7	20,6	20,4	-	20,1	20,7	22,1	22,0	-	23,5	23,5	24,9	24,3
	N = 612					N= 1024					N= 934				
Nicaragua 1992/93	18,3	18,4	18,1	18,8	18,6	19,2	18,8	19,2	19,4	20,0	-	22,1	22,8	22,8	24,0
	N = 3915					N= 3503					N= 3806				
Paraguai 1990	19,5	19,0	20,1	20,5	20,4	-	21,5	21,3	23,2	21,8	-	24,2	24,5	25,4	25,9
	N = 1477					N= 1267					N= 1350				
Peru 1986	-	19,1	19,1	19,5	19,8	-	19,7	20,5	21,0	21,0	-	-	25,5	24,8	25,6
	N = 1211					N= 966					N= 1328				
Rep. Dominicana 1986	18,4	18,4	18,6	19,1	19,0	20,0	20,1	20,1	20,2	20,3	-	-	24,9	23,4	23,2
	N = 1881					N= 1476					N= 1842				

**b) Segundo Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade					Média escolaridade					Alta escolaridade				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	-	19,8	20,3	20,9	21,4	-	21,5	21,6	22,4	21,8	-	-	25,5	25,9	26,0
	N = 3462					N= 2660					N= 2832				
Colômbia 1995	19,3	19,6	20,3	20,4	20,5	-	21,5	21,5	21,0	22,9	-	-	26,3	25,8	24,5
	N = 3220					N= 1997					N= 2789				
Costa Rica 1999	19,8	19,7	20,0	19,0	20,4	-	21,2	20,7	20,8	20,5	-	24,7	24,2	23,5	24,0
	N = 431					N= 180					N= 322				
El Salvador 1998	18,6	18,8	19,0	19,3	19,5	19,3	19,6	19,9	19,4	19,7	-	23,5	23,5	23,0	23,1
	N = 4319					N= 3560					N= 4643				
Nicaragua 2001	17,9	18,0	18,2	18,0	18,4	19,2	19,2	19,4	19,4	19,6	-	22,3	21,9	22,5	22,2
	N = 3305					N= 2463					N= 3081				
Paraguai 1998	19,2	19,2	19,7	19,5	21,0	-	20,5	21,7	21,4	22,1	-	24,2	24,3	25,0	25,2
	N = 1212					N= 1175					N= 1250				
Peru 1996	19,4	19,5	19,6	19,9	20,0	19,7	19,9	19,8	20,0	20,9	-	24,9	25,2	24,8	24,6
	N = 7648					N= 3108					N= 9855				
Rep. Dominicana 1996	18,4	18,5	18,7	18,6	19,2	-	20,0	20,1	20,7	20,9	-	-	25,1	26,4	26,8
	N = 1873					N= 1999					N= 2165				

## c) Terceiro Período:

País	Nenhuma/Baixa escolaridade					Média escolaridade					Alta escolaridade				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	18,6	19,0	20,4	20,6	20,7	-	21,1	21,5	22,3	23,0	-	-	26,4	26,8	27,1
	N = 3489					N= 2839					N= 4884				
Colômbia 2010	18,2	18,4	19,0	19,5	20,3	-	21,0	20,9	21,6	22,7	-	-	26,2	26,7	26,9
	N = 11251					N= 13592					N= 9804				
El Salvador 2008	18,8	18,6	18,9	19,7	19,8	19,8	19,7	20,2	20,3	20,7	-	24,5	23,8	24,8	24,5
	N = 4115					N= 3523					N= 4271				
Nicaragua 2011	17,7	17,8	18,2	18,0	18,4	19,7	19,0	19,4	19,3	19,4	-	23,5	23,2	22,8	22,2
	N = 4551					N= 4859					N= 5973				
Paraguai 2008	19,4	19,6	19,3	20,4	20,8	-	22,1	21,2	22,2	22,4	-	-	26,3	25,2	26,6
	N = 2495					N= 2042					N= 2360				
Peru 2012	18,8	18,8	19,1	19,6	19,7	-	21,5	21,6	21,8	21,7	-	-	27,4	27,8	26,7
	N = 5424					N= 5766					N= 5561				
Rep. Dominicana 2013	17,8	17,9	18,6	18,8	19,7	-	20,4	20,5	21,2	21,2	-	-	24,0	24,5	26,2
	N = 2107					N= 2396					N= 2027				

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho, por quintil de riqueza:**

No primeiro período, no quintil de riqueza mais baixo, somente no Brasil e na Colômbia a idade mediana ao ter o primeiro filho era maior ou igual a 20 anos, para o grupo 25-29 (TAB. 4.4.3, a). Esse cenário indica que, do mesmo modo como se deu com as mulheres de menor escolaridade, na maior parte dos países, as coortes mais jovens, do quintil mais baixo, tiveram o primeiro filho na adolescência.

Entre as mulheres do quintil médio, somente na Nicarágua as mulheres de todas as coortes tiveram o primeiro filho a uma idade mediana inferior a 20 anos, no primeiro período. Na Rep. Dominicana, isso se deu com as coortes mais velhas. Em todos os demais países, essa idade foi próxima ou acima de 21 anos (TAB. 4.4.3, a). No entanto, na maioria dos países, a coorte mais jovem – 25-29 – apresentou idade mediana inferior à do grupo imediatamente mais velho. No quintil mais alto, a idade mediana esteve acima de 21 anos para todos os países e coortes, contudo, a mais jovem apresentava valor inferior à coorte imediatamente mais velha apenas em alguns países, pois em outros era o contrário que ocorria.

Nos três quintis considerados, a coorte mais jovem não era a que tinha a maior idade mediana ao ter o primeiro filho, em todos os países, nos quintis mais baixos, e em parte deles, no mais alto. Mas as diferenças entre as coortes, nos três quintis, tendiam a ser pequenas. Isso poderia indicar que teria

havido uma tendência à diminuição da idade ao ter o primeiro filho, nos países analisados, durante a fase inicial da transição da fecundidade na América Latina.

No segundo período, a situação das mulheres do quintil mais baixo permaneceu muito parecida com o que foi encontrado no primeiro período. As maiores idades medianas se concentravam nos três países com menor fecundidade: Brasil, Costa Rica e Colômbia, com valores, muitas vezes, igual ou maior que 20. Nos outros países, a idade mediana era inferior a 20 anos, para a maioria das coortes (TAB. 4.4.3, b).

No quintil médio, a Nicarágua continuou com idade mediana, para os grupos mais jovens, abaixo de 20 anos, sendo o único país nessa situação. Houve aumento desse indicador, em relação ao primeiro período, para grande parte dos países. Ademais, na maioria deles, a idade mediana, do grupo etário 25-29, era ligeiramente maior, ou igual, à do grupo 30-34, o que representou uma mudança em relação ao cenário do primeiro período (TAB. 4.4.3, b). No que tange ao quintil mais alto, as mulheres das coortes mais jovens tendiam a apresentar valor menor desse indicador, em comparação com o grupo imediatamente mais velho, conquanto a diferença, no valor da idade mediana, fosse muito pequena.

Analogamente ao que ocorreu no primeiro período, a idade mediana não aumentou entre as coortes, nos três quintis analisados, no segundo período. Ao contrário, em boa parte dos casos, ela diminuiu. As mulheres mais pobres permaneceram tendo seus filhos a uma idade muito baixa, na adolescência, enquanto que as mais ricas tinham seu primeiro filho a idades medianas mais altas, acima de 21 anos, sendo que, para a maioria dos países, era acima de 23 anos (TAB. 4.4.3, b).

No terceiro período, a idade mediana ao ter o primeiro filho aumentou, no grupo 20-24, para a maioria dos países, no quintil mais baixo. Contudo, esse aumento não foi suficiente para mudar o cenário de reprodução na adolescência. Na verdade, ter filho adolescente também era característica dos outros grupos etários do quintil mais baixo, já que o Brasil foi o único país, no terceiro período, em que a idade mediana foi cerca de 20 anos, para todas as coortes, exceto para a mais jovem (20-24) (TAB. 4.4.3, c).

Entre as mulheres mais jovens do quintil médio (25-29), em nenhum país a idade mediana ficou abaixo de 20 anos, nem mesmo para Nicarágua, o que representou um avanço em relação aos períodos anteriores. O valor da idade também aumentou, para esse grupo etário, em relação ao segundo período, para grande parte dos países. E na maioria deles, a idade mediana da coorte mais jovem era maior que a da coorte mais velha (grupo 30-34), o que também significou uma alteração ao que foi até então observado (TAB. 4.4.3, c).

No quintil mais alto, a idade mediana do grupo 25-29 aumentou para todos os países, em comparação com o segundo período, e passou a não ser mais registrada no terceiro período, exceto para Nicarágua, que continuou apresentando os menores valores entre os países. Ademais, no que tange ao grupo 30-34, somente na Rep. Dominicana o valor da idade mediana diminuiu, em relação ao segundo período. Na maioria dos países, a idade mediana da coorte mais jovem era maior que a da coorte mais velha, tal como ocorria nos demais quintis (TAB. 4.4.3, c).

As informações extraídas, para o terceiro período, sugerem uma mudança no comportamento da idade mediana ao ter o primeiro filho, nos três quintis analisados. Essa mudança seria no sentido de aumento da idade com que as mulheres se tornavam mães, já que, na maioria dos países, houve elevação dessa idade, em relação ao período anterior, e também em relação à coorte mais velha. Essa mudança é notada, com mais intensidade, no quintil mais alto. Nesse período, portanto, foi possível identificar uma tendência comum à maioria dos países, que é a das coortes mais jovens terem uma idade mediana maior que a das coortes seguintes, em todos os quintis, o que não ocorria nos períodos anteriores. Nesse sentido, o declínio da fecundidade para níveis baixos, no terceiro período, parece ter sido acompanhado pelo aumento da idade mediana, ainda que sutil, nos países analisados.

**Tabela 4.4.3. Idade Mediana ao Ter o Primeiro Filho, por grupo etário, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Quintil mais baixo					Quintil médio					Quintil mais alto				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	20,0	20,6	21,7	21,3	21,7	-	21,7	22,9	22,1	22,4	-	21,2	24,6	24,7	23,2
	N = 912					N = 922					N = 1054				
Colômbia 1986	-	20,0	21,0	20,3	20,4	-	21,2	22,1	21,6	21,1	-	24,2	24,0	23,8	21,0
	N = 715					N = 766					N = 770				
Costa Rica 1986	19,8	18,9	19,7	21,2	20,5	-	21,1	21,7	21,3	20,8	-	-	22,8	24,5	23,7
	N = 498					N = 465					N = 522				
Nicaragua 1992/93	18,6	18,5	19,3	19,0	19,0	-	19,7	19,5	19,3	19,0	-	22,3	21,7	21,9	21,4
	N = 2156					N = 2282					N = 2313				
Paraguai 1990	19,5	18,9	20,1	20,4	20,2	-	21,1	21,1	22,2	20,6	-	23,8	24,1	23,9	24,9
	N = 657					N = 751					N = 1076				
Peru 1986	-	19,9	19,3	20,5	19,6	-	20,9	21,5	20,6	21,9	-	-	24,8	24,1	23,4
	N = 688					N = 701					N = 747				
Rep. Dominicana 1986	19,0	18,8	19,1	18,7	19,6	-	21,2	20,3	19,5	19,0	-	-	23,8	21,9	21,3
	N = 996					N = 1084					N = 1069				

**b) Segundo Período:**

País	Quartil mais baixo					Quartil médio					Quartil mais alto				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	20,0	20,1	20,5	21,2	21,7	-	21,9	21,7	22,0	21,8	-	-	23,8	24,0	23,8
	N = 1396					N= 1868					N= 2007				
Colômbia 1995	18,9	19,7	21,5	20,0	20,7	-	21,6	21,6	21,4	21,5	-	-	24,7	25,1	24,2
	N = 846					N= 1716					N= 1876				
Costa Rica 1999	20,0	20,4	20,0	18,9	19,7	-	22,2	21,5	23,0	20,9	-	22,8	23,0	20,8	23,8
	N = 237					N= 129					N= 180				
El Salvador 1998	18,8	18,9	19,5	19,4	19,6	-	20,6	20,1	19,9	20,2	-	23,8	23,8	22,0	21,9
	N = 2446					N= 2538					N= 2601				
Nicaragua 2001	18,4	17,8	18,3	18,0	18,4	19,8	19,7	19,1	19,3	19,0	-	21,7	21,8	21,8	20,8
	N = 1385					N= 1720					N= 2210				
Paraguai 1998	19,1	18,9	19,5	19,4	20,8	-	21,0	21,9	20,9	22,5	-	24,6	24,8	23,9	24,0
	N = 949					N= 624					N= 747				
Peru 1996	19,3	19,5	19,6	19,8	20,0	-	21,3	21,2	20,9	21,0	-	-	25,7	24,8	23,7
	N = 3219					N= 4297					N= 4793				
Rep. Dominicana 1996	18,5	19,0	18,9	18,6	18,7	-	20,8	20,8	20,3	20,7	-	24,7	24,9	24,2	24,6
	N = 912					N= 1238					N= 1451				

**c) Terceiro Período:**

País	Quartil mais baixo					Quartil médio					Quartil mais alto				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	19,8	20,1	20,5	20,6	20,3	-	23,0	22,3	22,8	23,3	-	-	26,4	24,8	25,7
	N = 2110					N= 2234					N= 2284				
Colômbia 2010	19,1	19,2	19,3	19,8	20,3	-	21,3	20,6	21,1	21,6	-	-	24,9	24,0	24,5
	N = 5534					N= 7619					N= 7140				
El Salvador 2008	19,3	19,0	19,1	20,0	20,8	-	20,0	20,6	20,5	20,3	-	-	23,9	23,8	23,3
	N = 2183					N= 2439					N= 2377				
Nicaragua 2011	19,2	18,6	18,4	18,3	19,1	-	20,1	19,6	19,1	18,6	-	24,1	23,0	21,6	21,3
	N = 2612					N= 3236					N= 3437				
Paraguai 2008	-	19,5	19,1	19,8	20,2	-	22,7	21,2	21,7	21,9	-	-	25,1	24,1	23,9
	N = 1272					N= 1423					N= 1455				
Peru 2012	19,5	19,3	19,3	19,8	20,0	-	21,7	21,6	21,4	21,1	-	-	26,5	26,7	25,6
	N = 2498					N= 3696					N= 3646				
Rep. Dominicana 2013	18,7	18,6	19,4	18,8	19,4	-	20,8	20,2	20,6	20,6	-	-	23,5	23,6	22,6
	N = 1029					N= 1333					N= 1416				

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Em síntese, enquanto entre o primeiro e o segundo período, poucas alterações foram sentidas, o terceiro período foi marcado por uma mudança da entrada à reprodução das mulheres das coortes mais jovens, com aumento da idade mediana ao ter o primeiro filho, em relação à coorte imediatamente mais velha, em todos os países. Embora esse aumento seja muito pequeno, sinaliza para um adiamento

da entrada à reprodução pelas mais jovens. No que tange à escolaridade, o aumento da idade mediana é observado, de maneira mais enfática, entre as mulheres mais escolarizadas, haja vista que, na categoria de escolaridade mais baixa, houve redução da idade mediana, entre o segundo e terceiro período, em muitos países, e, em alguns casos, também em relação à coorte subsequente. Situação parecida foi notada para os quintis de riqueza, pois nem todos os países sofreram aumento da idade mediana, entre o segundo e terceiro período, nas categorias mais baixas, como ocorreu no quintil mais alto, embora, em quase todos, a coorte mais jovem apresentava idade mediana mais alta, em relação à coorte mais velha, para as três categorias.

Três países chamam a atenção, no que concerne ao comportamento desse indicador: Nicarágua, Peru e Paraguai. O primeiro por possuir os menores valores da idade mediana, inclusive por escolaridade e quintil de riqueza, e os outros dois por apresentarem valores elevados. No caso da Nicarágua, essa baixa idade mediana, ao ter o primeiro filho, ajuda a entender o fato de esse país possuir as maiores taxas de fecundidade adolescente, entre todos os países analisados, mesmo nas categorias mais altas de escolaridade e quintil de riqueza. O contrário ocorre com Paraguai e Peru: apesar de possuírem os maiores níveis de fecundidade, as taxas de fecundidade adolescente, que eram elevadas no primeiro período, se tornaram as menores no terceiro, entre todos os países, contribuindo para a distribuição mais envelhecida da fecundidade. A idade mediana de início da reprodução, entre esses dois últimos, é parecida, quando não supera, a idade mediana dos países com os menores níveis de fecundidade, como o Brasil.

#### **4.5. Intervalo entre nascimentos (intervalo intergenésico):**

Esse indicador não foi obtido para todos os países, segundo explicação na seção metodológica. Ademais, o foco principal serão as primeiras ordens de nascimento, até o quarto filho, a fim de facilitar a comparação dos resultados gerados.

No primeiro período, o intervalo entre o primeiro e o segundo filho, para as mulheres de parturição 2, ou seja, para aquelas com menor parturição, era o maior se comparado com esse mesmo intervalo nas demais parturições (TAB. 4.5.1). No entanto, ao se comparar todos os intervalos intergenésicos, nota-se que, o intervalo entre os últimos filhos das parturições 3 e 4, foi maior que o intervalo nas demais parturições, inclusive na mais baixa, em quase todos os países, exceto Peru e Paraguai. No primeiro país, o maior intervalo era entre o quarto e o quinto filho, na parturição 5, e, no último país, o intervalo entre os nascimentos da parturição 2 foi o maior, ao se considerar todos os intervalos (TAB. 4.5.1). Isso indica que, no primeiro período, as mulheres que tiveram menos filhos não foram, necessariamente, as que espaçaram mais os nascimentos, na maioria dos países.

O intervalo intergenésico apresentou um comportamento uniforme de aumento com o avanço no número de filhos tidos, para cada parturição. Nesse sentido, para parturições acima de 2, o intervalo para o último filho é sempre maior que o intervalo entre os primeiros nascimentos. O que chama a atenção é que, comparando todas as parturições, o intervalo entre os últimos filhos, das parturições 3 e 4, é maior que o intervalo entre os últimos nascimentos nas parturições mais altas (5 e 6). Essas últimas parturições tendiam, inclusive, a apresentar os menores intervalos intergenésicos, entre todas as parturições (TAB. 4.5.1, a).

Ademais, os países que, no primeiro período, tinham os menores níveis de fecundidade (Brasil e Colômbia), não foram os que apresentaram, sempre, os maiores intervalos. Entre as mulheres que tiveram somente 2 filhos, por exemplo, o Paraguai era o que possuía o maior intervalo entre nascimentos, seguido pelo Brasil. Entre as mulheres que tiveram 3 filhos, os maiores intervalos foram do Paraguai (entre primeiro e segundo) e da Colômbia (entre segundo e terceiro filho). Quanto às mulheres que tiveram 4 filhos, o intervalo entre os primeiros três filhos foi maior para Paraguai, enquanto o último intervalo foi maior para a Colômbia (TAB. 4.5.1, a).

No segundo período, houve aumento do valor do intervalo intergenésico, em todos os países, e de modo mais notório nas primeiras parturições. O intervalo ficou acima de 3 anos – e próximo de 4, em alguns casos – em todos os países, para as mulheres que tiveram somente 2 filhos, o que não ocorria, de maneira universal, no primeiro período (TAB. 4.5.1, b). Nessa parturição, Costa Rica e Brasil foram os países que apresentaram os maiores intervalos. Nas parturições 3 e 4, o último intervalo intergenésico também apresentava-se acima de 3 anos para quase todos os países, sendo que, em alguns, chegou a ser maior que 4 anos, como na Costa Rica (TAB. 4.5.1, b). A Rep. Dominicana foi a única exceção, pois apresentou intervalos menores que 3 anos, entre todos os nascimentos, a partir da parturição 4. Esse país foi o que apresentou os menores intervalos, em todas as parturições, nesse segundo período.

No segundo período, o intervalo entre os últimos filhos, das parturições 3 e 4, continuaram sendo os maiores intervalos, entre todas as parturições, na maioria dos países, mas o intervalo da parturição mais baixa ganhou importância. No Brasil, em El Salvador e na Rep. Dominicana, por exemplo, o intervalo das mulheres que tiveram apenas dois filhos, foi o maior, entre todas as parturições (TAB. 4.5.1, b). Nesses países ter menos filhos significava, no segundo período, ter intervalos maiores entre os nascimentos. Por outro lado, ter muitos filhos, em todos os países, realmente significava possuir menores intervalos entre eles, já que mulheres com elevada parturição (5 e 6 filhos) eram aquelas com os menores intervalos, entre todos os nascimentos. Do mesmo modo que no primeiro período, os maiores intervalos, no entanto, foram verificados para parturições intermediárias, na maioria dos países.

A Costa Rica foi o país que possuía, na maioria das vezes, os maiores valores dos intervalos, em todas as parturições, mas nem sempre foi seguida pelos outros países que tinham, igualmente, baixa fecundidade. Em quase todos os casos, depois da Costa Rica, eram países com elevada fecundidade que apresentavam os maiores intervalos (Paraguai e Peru).

O terceiro período foi marcado por um cenário diferente daquele encontrado nos períodos anteriores. O intervalo intergenésico, na parturição mais baixa, se firmou como o intervalo mais longo entre todas as parturições, para quase todos os países, exceto o Paraguai. Nesse último, foi o intervalo entre os últimos filhos, na parturição 3, o mais longo (TAB. 4.5.1, c). Isso significa que, em quase todos eles, ter menos filhos estava relacionado a intervalos intergenésicos mais longos, até porque as parturições mais altas eram aquelas com menores valores dos intervalos, entre todos os nascimentos.

O valor do intervalo também aumentou em relação ao segundo período. Na parturição mais baixa, se tornou superior a 4 anos em todos os países, sendo pouco maior que 5 anos no Peru, um dos países com intervalos mais altos (TAB. 4.5.1, c). Nas parturições 3 e 4, o valor do último intervalo intergenésico ficou acima de 3 anos, sendo superior a 4 anos na maioria dos países. Peru e a Nicarágua foram os países que, predominantemente, apresentaram os maiores intervalos, em todas as parturições, e o Brasil, país com fecundidade mais baixa no período, apresentou menores intervalos intergenésicos, na maioria das vezes, a partir da parturição 3 (TAB. 4.5.1, c).

O intervalo entre os nascimentos apresentou comportamento de aumento ao longo dos três períodos, em todos os países. Desse modo, as mulheres, independente da parturição, espaçavam mais os nascimentos, no período seguinte, em relação às mulheres do período anterior. Também houve mudança na relação entre parturição e intervalo intergenésico: enquanto no primeiro período, as mulheres de menor parturição não eram aquelas que apresentavam os maiores intervalos, na maioria dos países, isso se inverteu no terceiro período, já que a menor parturição era a que possuía os maiores intervalos, para quase todos os países. O que permaneceu, ao longo dos períodos, foi o fato de que, países com níveis de fecundidade mais baixos não eram, necessariamente, aqueles que exibiam os maiores intervalos.



**Tabela 4.5.1. Intervalo médio, em anos, entre nascimentos, de acordo com a parturição completa, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Parturição Completa															N
	2			3			4			5			6			
	1->2	1->2	2->3	1->2	2->3	3->4	1->2	2->3	3->4	4->5	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	
Brasil - 1986	3,30	2,71	3,41	2,15	2,75	3,39	1,87	2,15	2,85	3,20	1,76	1,91	2,09	2,35	2,83	2394
Colômbia - 1986	3,16	2,46	3,57	2,34	2,70	3,54	2,10	2,35	2,40	3,16	1,96	2,19	2,11	2,60	2,77	1955
Costa Rica - 1986	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
El Salvador - 1985	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nicaragua - 1992/93	3,15	2,63	3,27	2,18	2,78	3,14	2,16	2,40	2,76	3,05	2,06	2,32	2,32	2,61	2,99	6794
Paraguai - 1990	3,69	3,02	3,51	2,79	2,80	3,23	2,49	2,51	2,60	2,85	2,50	2,28	2,42	2,59	2,78	2198
Peru - 1986	2,99	2,58	3,11	2,48	2,47	3,20	2,37	2,20	2,44	3,34	2,20	2,10	2,29	2,67	2,81	1842
Rep. Dominicana- 1986	2,97	2,59	3,09	2,41	2,42	2,63	2,15	2,25	2,58	2,76	1,99	2,17	2,15	2,40	2,83	2826

**b) Segundo Período:**

País	Parturição Completa															N
	2			3			4			5			6			
	1->2	1->2	2->3	1->2	2->3	3->4	1->2	2->3	3->4	4->5	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	
Brasil - 1996	3,89	2,89	3,81	2,25	2,79	3,46	2,08	2,27	2,76	3,19	1,82	2,14	2,35	2,34	3,01	5078
Colômbia - 1995	3,78	2,85	3,97	2,40	3,09	3,71	2,28	2,62	3,08	3,50	2,14	2,19	2,45	2,73	3,18	4431
Costa Rica - 1999	3,93	3,38	4,45	2,59	3,30	4,84	2,75	2,70	3,55	4,22	2,63	2,04	2,58	3,44	4,04	572
El Salvador - 1998	3,57	3,07	3,48	2,60	2,78	3,08	2,37	2,46	2,73	2,90	2,34	2,37	2,63	2,54	3,05	7933
Nicaragua - 2001	3,70	2,86	4,13	2,49	3,00	3,47	2,23	2,47	2,83	3,40	2,20	2,20	2,58	2,73	3,33	5225
Paraguai - 1998	3,81	3,16	3,84	2,63	3,16	3,58	2,26	2,16	2,84	3,06	2,25	2,19	2,27	2,64	3,09	2044
Peru - 1996	3,72	3,00	3,90	2,59	3,02	3,80	2,43	2,54	2,98	3,52	2,28	2,36	2,52	2,86	3,45	11166
Rep. Dominicana- 1996	3,30	2,76	3,11	2,38	2,62	2,95	2,11	2,27	2,49	2,79	2,11	2,19	2,41	2,22	2,93	3735

**c) Terceiro Período:**

País	Parturição Completa															N
	2			3			4			5			6			
	1->2	1->2	2->3	1->2	2->3	3->4	1->2	2->3	3->4	4->5	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	
Brasil - 2006	4,62	3,25	3,98	2,52	3,07	3,50	2,32	2,65	2,43	3,01	2,15	2,53	2,69	2,58	2,86	5365
Colômbia - 2010	4,88	3,38	4,57	2,73	3,33	4,15	2,53	2,59	3,18	3,55	2,19	2,52	2,85	2,96	3,24	18538
Costa Rica - 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
El Salvador - 2008	4,31	3,17	4,14	2,67	3,10	3,90	2,52	2,70	3,02	3,61	2,42	2,41	2,57	2,85	3,44	6959
Nicaragua - 2011	4,99	3,45	4,81	2,70	3,33	4,76	2,42	2,67	3,24	4,29	2,22	2,40	2,59	3,14	3,67	8747
Paraguai - 2008	4,43	3,50	4,63	2,81	3,44	4,05	2,19	2,35	3,08	3,76	2,19	2,25	2,33	3,15	3,52	3302
Peru - 2012	5,07	3,84	4,98	3,18	3,80	4,74	2,84	2,90	3,44	4,45	2,55	2,52	3,07	3,59	3,97	8804
Rep. Dominicana - 2013	4,52	3,45	4,07	2,59	3,19	3,65	2,26	2,50	2,62	3,12	2,28	2,20	2,42	2,59	3,07	3916

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Intervalo entre nascimentos, por escolaridade:**

O fato de em muitos países não se ter informações dos intervalos entre nascimentos, para parturições mais elevadas, em todos os níveis de escolaridade, atribuído ao tamanho muito pequeno da amostra, é que a análise descritiva se focará nos intervalos até a parturição 4.

No primeiro período, o intervalo intergenésico, das mulheres de parturição mais baixa (ordem 2), variou entre próximo de 3 anos a próximo de 4 anos, entre os níveis educacionais, em todos os países (TAB. 4.5.2, a). No entanto, não foi em todos onde o intervalo intergenésico foi maior para a escolaridade mais alta. No Brasil e no Paraguai, por exemplo, o intervalo mais longo se deu entre as mulheres de média escolaridade, e, na Rep. Dominicana, as mulheres de alta escolaridade tiveram o menor intervalo (TAB. 4.5.2, a). Situação semelhante ocorreu nas parturições 3 e 4, nas quais as mulheres mais escolarizadas não eram as que exibiam intervalos mais longos entre os nascimentos, e isso se deu em muitos países. Esse panorama indica que, no primeiro período, ter elevada escolaridade e, conseqüentemente, baixa fecundidade, não necessariamente implicava maiores espaçamentos entre os nascimentos, em número importante de países.

No primeiro período, do mesmo modo como ocorreu com o total dos países, o intervalo intergenésico era mais longo entre os últimos nascimentos, em cada parturição, de todos os níveis de escolaridade. Além disso, na maioria dos países, e entre os diferentes níveis de escolaridade, os maiores valores, do intervalo intergenésico, se davam entre os últimos nascimentos das parturições 3 e 4, e não na parturição mais baixa (TAB. 4.5.2, a). O Paraguai foi o único país em que, nos três níveis de escolaridade, o intervalo da parturição 2 foi maior, ou pelo menos igual, ao último intervalo nas parturições 3 e 4 (TAB. 4.5.2, a).

Nas parturições mais elevadas, os intervalos tendiam a ser os menores, entre todas as parturições. Contudo, há casos de países, em determinado nível de escolaridade, cujo último intervalo intergenésico, da parturição 5, era o maior intervalo entre todas as parturições. Isso aconteceu, por exemplo, entre as mulheres de média escolaridade da Nicarágua e de média e alta escolaridade do Peru.

Nesse primeiro período, não foi possível identificar a predominância de um determinado país, nos três níveis de escolaridade, com os maiores intervalos; houve uma alternância entre diversos países. O Paraguai é dos que apresentaram maiores intervalos, mas isso não foi em todas as parturições e nem em todos os níveis de escolaridade.

No segundo período, ocorreu um aumento no valor dos intervalos intergenésicos, em todos os países, e níveis de escolaridade, em relação ao primeiro período. Ademais havia um predomínio das mulheres de alta escolaridade com maior intervalo intergenésico, entre aquelas de parturição mais baixa (TAB. 4.5.2, b). Somente no Paraguai e na Rep. Dominicana o intervalo era maior entre as mulheres de média escolaridade. Também nas parturições 3 e 4, havia uma tendência de as mais escolarizadas apresentarem maiores intervalos intergenésicos, mas não era constante em todos os países (TAB. 4.5.2, b).

Independente da escolaridade, eram as mulheres com 3 ou 4 filhos as que apresentavam, em sua maioria, os maiores intervalos intergenésicos, entre todas as parturições. Somente no Brasil e na Rep. Dominicana, as mulheres com apenas 2 filhos tiveram os maiores intervalos, na maioria das vezes (TAB. 4.5.2, b). No entanto, é curioso notar, nesse segundo período, que os maiores intervalos, entre as menos educadas, ocorriam nos países de menor fecundidade, enquanto que, entre as mais educadas, era sempre um país de fecundidade mais alta o que apresentava, geralmente, o maior intervalo.

Nas parturições mais altas, os intervalos intergenésicos eram os mais baixos, e só houve um único caso em que o último intervalo, nessas parturições, foi o maior entre todas as parturições. Em praticamente todos os países, e níveis de escolaridade, os maiores intervalos, entre nascimentos, se concentraram até a parturição 4.

Entre o segundo e o terceiro período, houve aumento do valor dos intervalos intergenésicos, em todos os países e níveis de escolaridade. Na parturição mais baixa, por exemplo, alcançou valores acima de 4 anos, ficando próximo, ou acima de 5 anos, entre as mulheres mais escolarizadas de alguns países (TAB. 4.5.2, c). Isso mostra que, no terceiro período, as mulheres, de todas as escolaridades, espaçavam mais os nascimentos dos seus filhos, comparativamente aos períodos anteriores, independente da parturição alcançada.

No terceiro período, ademais, o comportamento dos intervalos intergenésicos foi mais uniforme entre os países. Em quase todos, o intervalo da parturição mais baixa foi o maior entre todas as parturições, para os três níveis de escolaridade (TAB. 4.5.2, c). As únicas exceções se deram nos países com maior fecundidade, Paraguai e Peru, porém não foi em todas as escolaridades. Ademais, as mulheres mais escolarizadas foram as que, na maioria das vezes, apresentaram os maiores intervalos, sendo essa situação mais comum nas parturições mais baixas (parturição 2 e 3).

Os países com os menores níveis de fecundidade, no terceiro período, não foram os que apresentaram os maiores intervalos intergenésicos. Pelo contrário, tanto entre as mais quanto entre as menos escolarizadas, os países que possuíam fecundidade alta geralmente exibiam intervalos maiores, nas parturições 2, 3 e 4, do que os países com menor fecundidade – Brasil e Colômbia. Contudo, a diferença dos intervalos, entre os países, não era muito grande, sugerindo certa semelhança, entre eles, no que tange ao comportamento desse indicador.



## c) Terceiro Período:

País	Escolaridade	Parturição Completa															N
		2		3			4			5				6			
		1->2	1->2	2->3	1->2	2->3	3->4	1->2	2->3	3->4	4->5	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	
Brasil 2006	Nenhuma/Baixa escolaridade	4,56	3,07	3,81	2,31	2,84	3,46	2,34	2,71	2,46	3,04	2,14	2,61	2,72	2,57	2,77	2487
	Média escolaridade	4,64	3,29	4,11	2,65	3,69	3,23	2,20	2,76	2,11	2,66	-	-	-	-	-	1471
	Alta escolaridade	4,69	3,65	4,23	3,33	3,01	4,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1428
Colômbia 2010	Nenhuma/Baixa escolaridade	4,75	3,23	4,47	2,69	3,35	4,04	2,51	2,56	3,20	3,56	2,22	2,51	2,86	3,00	3,34	8706
	Média escolaridade	4,86	3,47	4,63	2,75	3,28	4,39	2,52	2,77	3,13	3,54	2,05	2,45	2,83	2,74	2,70	7179
	Alta escolaridade	5,14	3,73	4,83	3,11	3,25	4,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2652
El Salvador 2008	Nenhuma/Baixa escolaridade	4,17	2,99	4,10	2,64	2,99	3,86	2,53	2,58	2,94	3,49	2,46	2,43	2,45	2,86	3,56	3046
	Média escolaridade	4,14	3,19	4,01	2,66	3,23	4,04	2,51	2,90	3,22	3,85	2,24	2,53	3,07	2,74	3,25	2313
	Alta escolaridade	4,59	3,50	4,41	2,94	3,43	3,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1643
Nicarágua 2011	Nenhuma/Baixa escolaridade	4,78	3,10	4,63	2,69	3,10	4,68	2,37	2,67	3,24	4,24	2,33	2,28	2,62	3,14	3,77	3368
	Média escolaridade	5,00	3,49	4,95	2,70	3,48	4,79	2,38	2,58	3,06	4,35	1,95	2,45	2,43	3,01	3,30	3186
	Alta escolaridade	5,15	3,92	4,85	2,76	3,75	4,95	3,01	3,05	4,01	4,42	-	-	-	-	-	2214
Paraguai 2008	Nenhuma/Baixa escolaridade	4,59	3,50	4,42	2,67	3,32	3,92	2,16	2,34	3,01	3,92	2,23	2,29	2,18	3,17	3,33	1636
	Média escolaridade	4,28	3,36	4,93	2,69	3,50	4,70	2,37	2,20	3,44	3,62	-	-	-	-	-	1066
	Alta escolaridade	4,41	3,78	4,58	3,61	3,89	3,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	602
Peru 2012	Nenhuma/Baixa escolaridade	4,71	3,51	4,85	3,06	3,60	4,73	2,77	2,76	3,38	4,53	2,46	2,54	3,05	3,49	3,93	4037
	Média escolaridade	5,19	4,11	5,17	3,28	4,00	4,99	3,14	3,21	3,63	3,66	3,02	2,43	2,93	4,46	3,92	3070
	Alta escolaridade	5,30	4,25	4,92	3,64	4,50	3,99	2,82	3,95	3,55	6,22	-	-	-	-	-	1698
Rep. Dominicana 2013	Nenhuma/Baixa escolaridade	4,54	3,36	4,10	2,47	3,11	3,61	2,28	2,33	2,72	3,18	2,29	2,29	2,47	2,58	3,17	1721
	Média escolaridade	4,38	3,31	4,15	2,60	3,14	3,73	2,25	2,80	2,47	3,02	-	-	-	-	-	1418
	Alta escolaridade	4,71	3,87	3,86	3,10	3,69	3,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	776

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

### Intervalo entre nascimentos, por quintil de riqueza:

No primeiro período, o intervalo intergenésico, para as mulheres do quintil mais baixo, se situava abaixo de 3 anos, em todas as parturições e países (TAB. 4.5.3, a). Enquanto isso, entre as mulheres do quintil mais alto, havia uma maior variação, pois os valores dos intervalos se localizavam entre pouco menos de 2 e pouco mais de 4,5 anos, em todas as parturições (TAB. 4.5.3, a). Entre as mulheres de parturição mais baixa, ou seja, aquelas que só tiveram dois filhos, na maioria dos países, o intervalo mais longo ocorria no quintil mais alto, sendo exceção o Brasil, a Colômbia e o Paraguai, para os quais o maior intervalo se dava no quintil médio. Ao se analisar o último intervalo intergenésico, que é o maior intervalo, nas demais parturições, verificou-se que, na maioria dos países e parturições, o quintil mais alto também tendia a possuir o maior valor do intervalo, em relação aos outros dois quintis (TAB. 4.5.3, a). Em nenhum caso, porém, o quintil mais baixo foi o que teve maior intervalo. Desse modo, ao contrário da escolaridade, quando se toma o quintil de riqueza, observa-se que, no primeiro período, pertencer ao quintil mais alto representava, geralmente, possuir intervalos entre nascimentos também mais altos, na maioria dos casos.

Na parturição mais baixa, foi o Paraguai o país que apresentou o maior intervalo, entre nascimentos, nos três quintis de riqueza, mesmo sendo o país de maior fecundidade (TAB. 4.5.3, a). Nas demais parturições, não foi possível identificar a preeminência de nenhum país em particular, pois houve variação entre diferentes países, com Brasil e Colômbia, os de menor fecundidade, sempre entre eles.

À maneira como ocorreu com a escolaridade, os maiores intervalos intergenésicos, dentre todas as parturições, se deu nas parturições intermediárias, ou seja, entre as mulheres que tiveram três ou quatro filhos. O último intervalo intergenésico, dessas parturições, era maior que o intervalo da parturição mais baixa e que o último intervalo das parturições mais altas, para boa parte dos países e quintis analisados (TAB. 4.5.3, a).

De maneira geral, para cada quintil de riqueza específico, o comportamento do intervalo intergenésico era parecido entre os países, em todas as parturições, e o valor do intervalo era próximo entre eles, de modo que não havia grandes diferenciações, nesse primeiro período, principalmente nas parturições mais baixas.

No segundo período, houve aumento no valor dos intervalos intergenésicos, para todos os países e quintis de riqueza. Desse modo, pelo menos entre as mulheres de menor parturição, o intervalo do quintil mais baixo passou a se situar ao redor de 3 anos, enquanto o do quintil mais alto ficou entre 3,5 e 4,5 anos (TAB. 4.5.3, b). Nas demais parturições, houve uma variação maior, contudo, a tendência era de que as mulheres do quintil mais baixo espaçassem menos os nascimentos dos filhos, enquanto as do quintil mais alto espaçassem mais, principalmente nas parturições até 4 filhos (TAB. 4.5.3, b). Desse modo, havia diferenciação nítida, no comportamento do intervalo intergenésico, por quintil de riqueza.

No segundo período, do mesmo modo que no primeiro, as parturições intermediárias – 3 e 4 – costumavam abarcar os maiores intervalos intergenésicos, dentre todas as parturições, embora em quase todos os países houvessem exceções. Além disso, os países com menor fecundidade não eram os que sempre apresentavam maiores intervalos. Em muitos casos, inclusive na parturição mais baixa, países de elevada fecundidade exibiam intervalos próximos, ou mesmo maiores, que Brasil e Colômbia.

Em Brasil, Colômbia, El Salvador e Nicarágua, a diferença no intervalo, entre os quintis mais baixo e mais alto, era maior nas parturições mais baixas – 2 e 3 filhos, com destaque para a parturição 3, enquanto que em Paraguai, Peru e Rep. Dominicana, essa diferença era maior na parturição mais elevada – de 4 filhos. A menor diferença, entre os quintis extremos, se dava na Rep. Dominicana, nas parturições 2 e 3, e em El Salvador, na parturição 4 (TAB. 4.5.3, b). A Rep. Dominicana também era o país que, geralmente, apresentava os menores valores dos intervalos, em todas as parturições (TAB. 4.5.3, b).

No segundo período, o comportamento do intervalo intergenésico também foi parecido entre os países, para cada quintil analisado, de modo que não houve diferenciação significativa o suficiente para

discriminar panoramas distintos. Ademais, os valores dos intervalos eram mais ou menos próximos entre eles.

No terceiro período, também houve aumento dos valores do intervalo intergenésico. Entre as mulheres de menor parturição, o intervalo do quintil mais baixo passou a ser próximo, ou mesmo acima, de 4 anos, e no quintil mais alto, esse intervalo se situou próximo, ou acima, de 5 anos (TAB. 4.5.3, c). Isso indica que as mulheres, no terceiro período, espaçavam mais os nascimentos dos filhos, comparativamente aos períodos anteriores, em todos os quintis de riqueza.

No terceiro período, o intervalo da parturição 2 passou a ser o maior intervalo, entre todas as parturições, para a maioria dos casos. Na Colômbia, por exemplo, esse intervalo foi o maior entre todos os quintis e parturições. Essa foi uma mudança relevante em relação aos períodos anteriores.

Permaneceu, no terceiro período, a tendência de as mulheres do quintil mais alto espaçarem mais os nascimentos dos filhos e as mulheres do quintil mais baixo espaçarem menos, sendo essa diferença mais notória nas parturições mais baixas – 2 e 3 filhos (TAB. 4.5.3, c). O comportamento distinto, do intervalo intergenésico, por quintil de riqueza, foi observado desde o primeiro período, e se tornou ainda mais evidente no segundo e terceiro períodos. Esse comportamento confirma a tendência de as mulheres mais ricas, que são as que têm menor fecundidade, espaçarem mais os nascimentos dos filhos, em comparação às mulheres mais pobres, na América Latina.

Além disso, Brasil e Colômbia, países com menores níveis de fecundidade, não eram os que possuíam os maiores intervalos, nem mesmo na parturição mais baixa e em quintil específico, embora também não tivessem os intervalos mais curtos. A diferença entre os países, no entanto, era pequena, em particular nas parturições mais baixas, de modo que havia um comportamento aproximadamente uniforme entre eles.

As mulheres do quintil mais alto demonstravam que tinham prole cada vez menor. Em nenhum país, no terceiro período, foi possível obter os intervalos para parturição de 6 filhos, e, na maioria deles, nem mesmo para parturição de 5 filhos, por não existir número suficiente de mulheres, desse quintil, com 5 ou 6 filhos. No Brasil, que possuía fecundidade abaixo da reposição, o tamanho da amostra foi insuficiente para obter os intervalos inclusive na parturição 4, o que evidencia um número pequeno de mulheres, mais abastadas, que tinham mais de três filhos. Enquanto isso, entre as mulheres do quintil mais pobre, foi possível estimar os intervalos para todas as parturições, de todos os países.





## c) Terceiro Período:

País	Quintil de Riqueza	Parturição completa															N
		2		3		4			5			6					
		1->2	1->2	2->3	1->2	2->3	3->4	1->2	2->3	3->4	4->5	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	
Brasil 2006	Quintil mais baixo	3,83	2,67	3,17	2,16	2,43	2,95	2,40	2,52	2,14	2,90	2,25	2,58	2,53	2,38	2,55	1309
	Quintil médio	5,12	3,08	4,07	2,69	3,71	3,46	2,50	2,61	3,16	2,98	-	-	-	-	-	1121
	Quintil mais alto	4,88	3,63	5,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	791
Colômbia 2010	Quintil mais baixo	3,97	3,02	3,85	2,58	2,97	3,79	2,52	2,49	3,18	3,22	2,19	2,48	2,67	2,85	3,29	3878
	Quintil médio	4,94	3,55	4,72	2,90	3,78	4,27	2,65	2,79	3,17	3,83	2,21	2,40	2,90	3,14	3,61	4122
	Quintil mais alto	5,50	3,78	5,17	2,83	3,63	4,49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2766
El Salvador 2008	Quintil mais baixo	3,92	2,99	3,89	2,54	3,03	3,77	2,66	2,63	2,92	3,40	2,52	2,51	2,55	2,85	3,81	1505
	Quintil médio	4,32	3,10	4,28	2,71	3,26	4,23	2,28	2,50	3,16	3,45	2,18	2,17	2,63	2,90	3,19	1484
	Quintil mais alto	4,46	3,37	4,38	3,15	3,27	3,61	2,39	3,34	2,63	5,16	-	-	-	-	-	1044
Nicarágua 2011	Quintil mais baixo	4,60	3,05	4,46	2,56	3,35	4,33	2,32	2,56	3,10	4,55	2,44	2,26	2,42	2,75	3,60	1724
	Quintil médio	4,85	3,54	5,08	2,72	3,15	5,04	2,37	2,54	3,20	3,85	1,84	2,41	2,71	3,63	3,15	1864
	Quintil mais alto	5,53	3,79	5,43	2,81	3,54	4,70	2,31	3,02	3,23	3,36	-	-	-	-	-	1484
Paraguai 2008	Quintil mais baixo	3,70	3,02	3,83	2,41	3,11	3,38	2,30	2,30	3,24	4,01	2,21	2,43	2,23	3,32	3,42	766
	Quintil médio	4,47	3,57	4,38	3,07	3,56	4,03	2,16	2,11	2,96	4,03	-	-	-	-	-	658
	Quintil mais alto	4,74	3,36	5,52	3,76	3,93	4,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	550
Peru 2012	Quintil mais baixo	4,26	3,41	4,28	2,96	3,23	4,33	2,66	2,64	3,20	4,19	2,45	2,58	3,02	3,19	3,87	1671
	Quintil médio	5,14	3,91	5,02	3,24	4,07	4,92	3,24	2,93	3,32	4,85	2,58	2,76	3,10	3,75	4,95	2047
	Quintil mais alto	5,50	4,48	5,33	3,10	4,26	4,91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1323
Rep. Dominicana 2013	Quintil mais baixo	3,97	3,03	3,84	2,59	3,04	3,22	2,24	2,53	2,56	3,09	2,12	2,48	2,33	2,61	3,01	752
	Quintil médio	4,34	3,24	4,19	2,48	3,39	3,42	2,62	2,42	2,74	3,38	-	-	-	-	-	841
	Quintil mais alto	5,25	3,85	4,25	3,74	2,89	3,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	672

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Sintetizando, no primeiro período de análise, ter menos filhos e menor fecundidade não necessariamente levava a maiores intervalos intergenésicos. Nesse período, o intervalo na parturição mais baixa (de apenas 2 filhos) era elevado, porém menor que entre os últimos nascimentos das parturições intermediárias (3 e 4 filhos); e os países com nível de fecundidade mais baixo não eram aqueles que possuíam os maiores intervalos, embora estivessem entre eles. Essa situação se modificou um pouco no segundo período e acabou se invertendo, por completo, no terceiro. Nesse último período, ter menos filhos estava ligado a intervalos intergenésicos maiores, na quase totalidade dos países; enquanto isso, o Brasil, país com menor fecundidade, apresentava, também, menores intervalos, para a maioria das parturições, e países com elevada fecundidade, possuíam intervalos mais longos entre os nascimentos. A amplitude do intervalo intergenésico aumentou ao longo dos períodos, de modo que, independente da parturição, as mulheres espaçavam mais os nascimentos dos filhos, no terceiro período, em relação aos anteriores. Todas essas mudanças mostram a evolução do comportamento das RPP ao longo do tempo, condizente com o processo de declínio da fecundidade. Considerando a escolaridade, a tendência de comportamento das RPP foi muito parecida com o do total dos países. No primeiro período, havia uma maior diferenciação entre os países e, possuir maior escolaridade e ter parturição mais baixa não era determinante para apresentar os maiores intervalos. Isso foi se alterando ao longo dos períodos sendo que, no terceiro, os maiores intervalos intergenésicos eram encontrados nas menores parturições, especialmente na parturição de ordem 2, e entre as

mulheres mais escolarizadas. Quando se analisa o comportamento das RPP, por quintil de riqueza, nota-se que as mulheres do quintil mais alto tendiam a espaçar mais o nascimento dos filhos, em comparação às mulheres do quintil mais baixo, desde o primeiro período. E isso se manteve em todos os períodos. O que mudou foi que, no terceiro período, as mulheres de menor parturição (ordem 2) passaram a apresentar os maiores intervalos, o que não acontecia no primeiro período. Tanto por escolaridade, quanto por quintil de riqueza, os países que possuíam os menores níveis de fecundidade não eram consolidadamente aqueles que exibiam os maiores intervalos.

Todas essas alterações, que se deram ao longo dos períodos, estão em conformidade com o declínio dos níveis de fecundidade que ocorreu nos países analisados. Assim, no terceiro período, quando todos estavam com fecundidade mais baixa e parecida entre eles, o comportamento das RPP era mais uniforme, inclusive por escolaridade e quintil de riqueza. Com fecundidade menor, as parturições mais baixas (de ordem 2, especialmente) passaram a exibir os maiores intervalos, bem como as mulheres dos estratos socioeconômicos mais altos, conquanto houvesse aumento do intervalo em todos os estratos, em comparação com os períodos anteriores.

#### **4.6. Proporção de mulheres sem filhos:**

A análise desse indicador será focada nos três primeiros grupos etários (15-19, 20-24 e 25-29), já que o comportamento reprodutivo das mulheres mais jovens é o que mais se aproxima da realidade da época em que os *surveys* foram realizados. Além disso, as mais jovens são as que mais sofrem os efeitos das mudanças nos indicadores de fecundidade, haja vista que as mulheres, dos grupos etários mais velhos, já estão finalizando a reprodução e tendem a ser, assim, menos suscetíveis a modificações no comportamento reprodutivo.

No primeiro período, a proporção de mulheres sem filhos era próxima de 90% entre as adolescentes (15-19), para a maioria dos países, exceto para El Salvador e Nicarágua, que eram, no primeiro período, aqueles com as maiores taxas de fecundidade adolescente (TAB. 4.6.1, a). Por outro lado, Brasil e Colômbia eram os países que possuíam as menores taxas de fecundidade adolescente. Esse fato ajuda a entender o motivo pelo qual eram, também, os que apresentavam as maiores proporções de adolescentes sem filhos.

Esse indicador diminuiu abruptamente no grupo etário seguinte, com cerca de 50% das mulheres sem filhos entre 20-24 anos, sendo menor em El Salvador e Nicarágua, nos quais somente por volta de 30% das jovens não tinham tido filhos (TAB. 4.6.1, a). O avanço na idade levava a uma diminuição, cada vez maior, na proporção de mulheres sem filhos, com os últimos grupos etários apresentando um percentual pequeno dessa população (menos de 10% em todos os países).

A proporção de mulheres sem filhos é uma medida de estoque, pois considera se a mulher teve, ou não teve filho, até a data da pesquisa, independente da idade que ela tinha quando o filho nasceu. Desse modo, nem sempre a proporção de mulheres sem filhos e a taxa de fecundidade, específica por idade, coincidem. Foi o que aconteceu com Peru e Colômbia no primeiro período. As mulheres de 20-24 anos, do primeiro país, ostentavam uma fecundidade maior que as mulheres, desse mesmo grupo, no segundo país. No entanto, a proporção de peruanas de 20-24, sem filhos, também era maior que a proporção de colombianas. Isso quer dizer que, até a idade 20-24, um percentual menor de peruanas teve filhos, em comparação com as mulheres colombianas. No entanto, o período para estimar a taxa de fecundidade (3 anos), é mais curto, não é um dado de estoque, daí que, nesse período, um número maior de peruanas tiveram filhos, ou uma quantidade maior de filhos, em comparação com as colombianas, por isso a fecundidade ser maior para as primeiras.

A proporção de mulheres sem filhos ajuda a entender o problema da precocidade da maternidade em cada país, tendo, portanto, relação com a idade ao ter o primeiro filho. No caso de El Salvador e Nicarágua, por exemplo, em que mais da metade das mulheres já tinham se tornado mãe, até a idade 24, é possível perceber duas coisas: a primeira é que as mulheres, nesses países, começavam a reprodução muito cedo, e a segunda, é que a maioria, das mulheres jovens, iniciava a reprodução precocemente. Esse cenário é confirmado pelo indicador de idade ao ter o primeiro filho, que atesta a baixa idade (ao redor de 20 anos) com que as mulheres tinham o primeiro filho, na Nicarágua, por exemplo. Situação semelhante foi observada em outros países, em que cerca da metade das jovens de 20-24 já era mãe, e próximo de 80% já tinha passado pela maternidade no grupo 25-29, no primeiro período (TAB. 4.6.1, a).

No segundo período, a situação se alterou um pouco, haja vista que houve aumento da proporção de adolescentes sem filhos, na Nicarágua e em El Salvador, juntamente com Paraguai, em relação a essa mesma proporção, no primeiro período (TAB. 4.6.1, b). No Peru manteve-se estável e, nos demais, a proporção diminuiu em comparação com o período anterior (TAB. 4.6.1, b).

No grupo 20-24, entre 40% e 50% das jovens ainda não tinha passado pela maternidade, no segundo período. A única exceção foi na Nicarágua, onde apenas 36% das mulheres, nesse grupo, não tinha se tornado mãe. No grupo 25-29, a situação se inverteu, já que passaram a ser minoria as mulheres sem filhos, entre 15% e 30%, novamente com a Nicarágua apresentando valor abaixo desse patamar, indicando que mais de 85% das mulheres de 25-29 anos já tinha se tornado mãe (TAB. 4.6.1, b).

A tendência notificada para o primeiro período permaneceu praticamente inalterada no segundo, com boa parte das jovens, quando não a maioria, iniciando a reprodução precocemente, em todos os países. O valor desse indicador, muito próximo entre os países – com exceção da Nicarágua – indicou, tanto

no primeiro quanto no segundo período, que o modo como se dava a reprodução era bem homogêneo na América Latina.

No terceiro período, enquanto a proporção de mulheres de 15-19, sem filhos, diminuiu para Brasil e Colômbia, em todos os demais houve aumento, comparativamente às adolescentes do período anterior (TAB. 4.6.1, c). Mesmo assim, em todos, a proporção de 15-19, sem filhos, ficou acima de 80%, sendo que, no Paraguai, ficou em 90% (TAB. 4.6.1, c). No grupo 20-24, cerca da metade – ou pouco menos – não tinha ainda passado pela maternidade, e, no grupo 25-29, esse percentual estava entre 20 e 30%, para a maioria dos países, exceto para Nicarágua, que apresentava proporção menor (TAB. 4.6.1, c). Nos dois grupos mais jovens, o Paraguai apresentava as maiores proporções de mulheres sem filhos, ao passo que, a partir do grupo 25-29, foi o Brasil que se destacou com os maiores valores. Isso ajuda a entender o fato de o Paraguai apresentar uma das maiores idades medianas ao ter o primeiro filho, no terceiro período.

Nos três períodos considerados, a proporção de mulheres sem filhos manteve o mesmo perfil, demonstrando que as latino-americanas iniciam a reprodução bem jovens, uma vez que, cerca de metade delas chegava ao grupo 20-24 já sendo mãe, e uma minoria permanecia sem filhos no grupo 25-29. E esse comportamento não se alterou ao longo do tempo, mesmo com o declínio da fecundidade em todos os países. Esse panorama contribui para a idade mediana ao ter o primeiro filho, nesses países, ser bem baixa. Ademais, os países mantiveram proporções próximas entre eles nos três períodos, com destaque para o último, no qual as proporções eram ainda mais semelhantes, deixando de existir casos extremos, como notificados nos períodos anteriores, o que sugere uma uniformização, no comportamento desse indicador, na América Latina.

**Tabela 4.6.1. Proporção (%) de mulheres sem filhos, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

<b>País</b>	<b>15-19</b>	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>N</b>
Brasil - 1986	89,7	49,4	24,0	12,6	9,4	8,7	2246
Colômbia - 1986	89,5	50,2	24,2	12,2	8,6	6,3	2011
Costa Rica - 1986	84,8	45,3	17,7	8,8	7,4	5,1	6554
El Salvador - 1985	78,1	33,9	10,9	6,0	4,6	4,5	1495
Nicaragua - 1992/93	73,0	31,0	11,3	8,2	3,6	3,8	4343
Paraguai - 1990	86,0	43,7	19,7	8,2	7,8	5,7	1874
Peru - 1986	89,2	53,0	23,3	10,7	3,8	3,3	1779
Rep. Dominicana- 1986	86,1	46,3	21,7	9,1	5,2	5,8	2884

**b) Segundo Período:**

País	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	N
Brasil - 1996	85,7	50,8	26,2	12,2	9,8	7,9	4101
Colômbia - 1995	86,6	45,3	22,7	14,5	9,2	6,3	3607
Costa Rica - 1999*	63,0	47,9	21,6	12,7	5,8	6,1	1029
El Salvador - 1998	79,5	40,5	16,3	7,9	4,2	4,0	5496
Nicaragua - 2001	79,4	36,3	14,2	7,1	4,1	2,8	3860
Paraguai - 1998	87,2	45,2	19,0	8,5	3,4	7,6	1654
Peru - 1996	89,1	48,1	23,9	10,3	7,0	5,0	9937
Rep. Dominicana- 1996	81,6	41,6	19,4	9,1	7,5	5,4	2634

\* Primeiro grupo etário 18-19

**c) Terceiro Período:**

País	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	N
Brasil - 2006	83,8	51,5	32,3	16,9	13,6	9,6	5046
Colômbia - 2010	84,2	48,4	24,8	12,9	7,7	6,4	15006
Costa Rica - 2010	87,8	51,0	25,4	10,3	7,4	7,9	1110
El Salvador - 2008	82,1	43,9	21,9	10,9	6,6	4,2	5155
Nicaragua - 2011	81,7	45,2	17,4	9,5	6,0	4,9	7169
Paraguai - 2008	90,6	56,9	29,3	11,0	10,8	6,1	3720
Peru - 2012	89,2	50,9	27,4	14,2	8,7	6,0	7625
Rep. Dominicana- 2013	83,3	43,6	20,6	6,8	5,7	4,5	2722

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Proporção sem filhos, por escolaridade:**

No primeiro período, a proporção de adolescentes sem filhos, de baixa escolaridade, era muito baixa, em relação à proporção verificada para o total dos países. A Colômbia foi o país com maior proporção, sendo 80% das adolescentes, enquanto que a Nicarágua apresentou a menor proporção, onde somente 56% das adolescentes não tinham tido filho (TAB. 4.6.2, a). A situação era melhor para as adolescentes de média escolaridade e bem diferente para as de alta escolaridade. Entre as primeiras, o percentual era acima de 70% em todos os países, chegando a 90% no Brasil, ao passo que, entre as últimas, o percentual era maior que 85%, chegando a 96% para Colômbia e Paraguai, quase totalidade das adolescentes (TAB. 4.6.2, a). Esses números revelam o quanto a realidade era distinta para as adolescentes dos diferentes níveis de escolaridade, no primeiro período. A entrada precoce na maternidade era um fenômeno que acometia uma proporção significativa de adolescentes de baixa escolaridade, enquanto era um evento mais raro entre as de alta escolaridade.

A situação das jovens de menor escolaridade, no primeiro período, era confirmada pelos números para as mulheres do grupo 20-24. Uma minoria chegava a essa faixa de idade sem ter sido mãe, em todos os países. A proporção de jovens de 20-24, sem filhos, variou entre 15% e próximo de 30%, com o Peru apresentando a maior proporção, 32% (TAB. 4.6.2, a). Entre as mulheres de média escolaridade, do mesmo grupo etário, também era uma minoria que não tinha filhos, na data da pesquisa, ficando entre 20% e cerca de 40% a proporção sem filhos (TAB. 4.6.2, a). O Brasil era o país que apresentava o maior percentual, de 43% das jovens de 20-24. A situação se invertia entre as mais escolarizadas: entre 50% e 70% das jovens de 20-24 não tinham filhos na data da pesquisa, com a Nicarágua representando a única exceção, dado que, nesse país, somente 48% não tinha sido mãe (TAB. 4.6.2, a). Entre as mais escolarizadas, a Colômbia era o país com maior percentual, com 72% das mulheres de 20-24 sem filhos.

No grupo etário 25-29, a quase totalidade das mulheres de baixa escolaridade já havia passado pela maternidade, sendo de 15% a proporção daquelas sem filhos na Colômbia, a maior proporção entre todos os países (TAB. 4.6.2, a). Situação semelhante era vivenciada pelas mulheres, do mesmo grupo, de média escolaridade, com o Paraguai apresentando a maior proporção daquelas sem filhos: 17%. Entre as de alta escolaridade, somente em El Salvador e Nicarágua a proporção sem filhos ficava abaixo de 20%. Em todos os outros, era cerca de 30%, chegando a pouco mais de 40%, o percentual daquelas sem filhos (TAB. 4.6.2, a). Uma realidade muito diferente das mulheres menos escolarizadas.

Nesse primeiro período, houve uma maior diferenciação, entre os países, no que tange à proporção de mulheres sem filhos, em todos os níveis de escolaridade. Ademais, não houve predominância de um único país com as maiores proporções, em todas as escolaridades, mas houve o predomínio de um único país com as menores, nas três classes de escolaridade: Nicarágua.

As diferenças consideráveis, entre as mulheres menos e mais escolarizadas, mostraram que a maternidade se dava de maneira distinta para elas: enquanto que a maior parte das menos escolarizadas iniciava a reprodução muito jovem, entre as mais escolarizadas, a maternidade se configurava como um evento incomum nas idades mais jovens. E isso foi verificado para todos os países de modo análogo, de maneira que, o comportamento desse indicador, por escolaridade, tende a ser muito parecido entre os países.

No segundo período, a proporção de mulheres sem filhos sofreu mudanças, mas não de forma homogênea, ou seja, em alguns países ela aumentou e em outros diminuiu, nos três níveis de escolaridade. No entanto, a situação melhorou entre as jovens. Entre as de baixa escolaridade, por exemplo, o percentual de adolescentes sem filhos ficou acima de 60% em todos os países, chegando ao redor de 75% em boa parte deles (TAB. 4.6.2, b). Entre as de média escolaridade, esse percentual

ficou acima de 80% em quase todos, com exceção de El Salvador, para o qual ficou em 78%, chegando – ou ultrapassando – à casa dos 90% em Colômbia e Peru (TAB. 4.6.2, a). E, entre as mulheres mais escolarizadas, ficou próximo de, ou mesmo superior a, 90%, em todos os países (TAB. 4.6.2, a). No primeiro período, pelo menos entre as de menor e de média escolaridade, o limite inferior era mais baixo, já que havia países com proporções bem menores que essas verificadas no segundo período.

Entre as jovens de 20-24, de baixa escolaridade, por outro lado, a situação se alterou em relação ao primeiro período, para metade dos países. Foi o caso de Colômbia, Nicarágua, Peru e Rep. Dominicana. Nesses, a proporção de mulheres sem filhos diminuiu, ficando ao redor de 15% na Nicarágua e Rep. Dominicana, as menores proporções (TAB. 4.6.2, b). Isso significou que um percentual muito pequeno chegava à faixa etária de 20-24 sem ter passado pela maternidade, indicando que a maioria das mulheres, desses países, no segundo período, começava a reprodução muito cedo. O contrário era observado entre as mais escolarizadas. Para essas, menos da metade chegava aos 20-24 já tendo passado pela experiência da maternidade, ou seja, a maioria (entre 60% e 75%) não tinha filhos nesse grupo etário, em todos os países (TAB. 4.6.2, b). Entre as de média escolaridade, o percentual era de 20% à 40%. O Brasil, nos três níveis de escolaridade, foi o país que apresentou as proporções mais altas, ao passo que Nicarágua (para as mulheres de baixa e média escolaridade) e El Salvador (para as mulheres de alta escolaridade), apresentaram as menores proporções.

Na faixa etária 25-29, a quase totalidade das mulheres, de baixa escolaridade, já havia passado pela maternidade, no segundo período, enquanto esse percentual era entre 80% e 95%, para as de média escolaridade, e de pouco mais de 50% a 75%, entre as mulheres mais escolarizadas (TAB. 4.6.2, b). Era notória a diferença, no comportamento reprodutivo, entre as mulheres mais e menos escolarizadas, traduzindo as realidades antagônicas que essas mulheres vivenciavam, no segundo período, em todos os países. Os países com os menores níveis de fecundidade tendiam a apresentar proporções um pouco maiores que aqueles com fecundidade mais alta.

No terceiro período, também houve alteração da proporção de mulheres sem filhos, mas não foi uniforme, com aumentos em alguns países e diminuição em outros, para os diferentes grupos etários e níveis de escolaridade. No Brasil e na Colômbia, por exemplo, mesmo com o declínio da fecundidade, essa proporção se tornou menor entre as adolescentes, em quase todas as escolaridades, em comparação com o período anterior (TAB. 4.6.2, c).

O terceiro período parece reproduzir o cenário do período anterior. Isso porque mais de 60% das adolescentes não tinham filhos na data da pesquisa, em todos os países, chegando a pouco mais de

80% no Paraguai, a maior proporção (TAB. 4.6.2, c). Entre as adolescentes de média escolaridade, ficou entre 80% e 90%, e, para as mais escolarizadas, acima de 90%, chegando a quase totalidade das adolescentes em Brasil e Peru, que tinham as maiores proporções sem filhos (TAB. 4.6.2, c). Entre as jovens de 20-24, somente entre 15% e 20% daquelas de baixa escolaridade chegava a esse grupo sem filhos, para a maioria dos países, sendo que no Brasil e Paraguai essa proporção era de 21% e 24%, respectivamente, e, na Rep. Dominicana, de 13%, a mais baixa (TAB. 4.6.2, c). Entre as de média escolaridade, de próximo de 30% à 40% não tinha filhos, na data da pesquisa, e, para as mais escolarizadas, esse percentual era entre próximo de 65% à 80% (TAB. 4.6.2, c). Em todos os casos, o Paraguai foi o país com as maiores proporções, conquanto fosse o segundo de maior fecundidade (só perdendo para Peru).

Entre as mulheres de 25-29, a quase totalidade, das de baixa escolaridade, já havia passado pela maternidade, na maioria dos países (TAB. 4.6.2, c). Entre as de média escolaridade, a proporção de mulheres de 25-29, sem filhos, situava-se abaixo de 20% em quase todos os países, com exceção de Brasil e Peru, cujo percentual estava acima desse patamar (TAB. 4.6.2, c). Contudo, o único país em que mais de 90% tinha tido filho, nessa faixa etária, foi a Nicarágua. As mulheres de alta escolaridade, por outro lado, exibiam uma outra realidade: entre 30% e 50% não tinha iniciado a reprodução até essa faixa etária, na data da pesquisa, uma proporção muito grande, quando comparada com as mulheres de menor escolaridade. E, novamente, Brasil e Paraguai apresentavam as maiores proporções.

O comportamento, desse indicador, seguiu uma tendência parecida entre todos os países, ao longo dos três períodos de tempo. Em todos os países, a maior parte das mulheres de baixa escolaridade tendia a iniciar a reprodução a uma idade mais jovem que as mulheres de maior escolaridade. E a diferença considerável entre elas se manteve ao longo dos três períodos, mesmo com o processo de queda da fecundidade. Daí as jovens menos escolarizadas sempre apresentarem idade mediana ao ter o primeiro filho menor, comparativamente às mais escolarizadas. Quando se compara os países, verifica-se que aqueles que, desde o primeiro período, tinham as menores fecundidades, sempre estiveram entre os de mais altas proporções, no entanto, isso não quer dizer que os países de fecundidade mais alta sempre tiveram as menores proporções. O Paraguai, no terceiro período, era o segundo com maior fecundidade e, muitas vezes, foi o que exibiu as maiores proporções de jovens sem filhos. Isso pode sugerir que o processo de declínio da fecundidade não teve o efeito de mudar a reprodução, entre as jovens, nos países de fecundidade mais baixa, do mesmo modo como o fez com países de fecundidade mais alta, como no caso do Paraguai.



**Tabela 4.6.2. Proporção (%) de mulheres sem filhos, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	75,5	24,8	10,4	5,3	6,0	5,8	90,2	43,5	15,6	8,1	8,4	6,5	95,3	67,8	40,1	26,0	16,7	18,6
	N = 322						N = 815						N = 1109					
Colômbia 1986	80,6	27,4	14,7	6,2	5,1	3,3	88,6	33,2	14,2	9,2	6,5	7,7	96,2	72,8	39,1	23,2	18,4	15,6
	N = 303						N = 767						N = 935					
Costa Rica 1986	77,5	19,2	5,1	7,8	2,9	3,3	79,9	34,8	10,3	4,6	6,6	7,5	93,0	64,1	29,7	14,4	13,9	6,2
	N = 119						N = 412						N = 579					
El Salvador 1985	61,9	17,3	9,2	5,9	3,3	5,4	73,9	26,6	9,1	4,7	4,5	2,2	88,5	51,6	15,6	7,5	7,7	6,5
	N = 270						N = 466						N = 755					
Nicaragua 1992/93	55,9	18,9	6,2	4,3	2,6	1,8	72,5	20,4	7,6	6,0	4,5	5,9	87,2	48,1	18,2	14,1	4,8	6,2
	N = 782						N = 1592						N = 1970					
Paraguai 1990	73,1	23,6	8,2	5,1	4,7	2,8	85,9	38,6	17,4	4,8	7,7	7,0	96,0	61,2	31,0	14,9	13,0	12,5
	N = 376						N = 622						N = 872					
Peru 1986	77,7	32,3	10,0	2,7	2,1	2,4	89,6	35,2	10,3	4,9	3,8	6,3	95,3	71,0	41,8	22,2	6,7	2,3
	N = 259						N = 623						N = 896					
Rep. Dominicana 1986	70,8	17,5	8,8	4,5	4,4	6,0	86,4	33,9	11,0	6,3	4,0	6,4	94,8	65,9	38,8	17,0	9,2	3,2
	N = 434						N = 1010						N = 1441					

**b) Segundo Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	75,0	34,5	11,8	5,8	6,4	5,6	85,8	39,3	20,7	10,2	7,2	5,9	96,0	74,9	45,1	21,0	17,7	15,5
	N = 855						N = 1550						N = 1694					
Colômbia 1995	74,7	23,0	9,6	8,2	5,1	5,3	90,4	34,2	13,4	9,5	6,1	7,4	93,5	70,5	39,6	25,3	17,7	8,3
	N = 839						N = 1210						N = 1645					
Costa Rica 1999*	44,4	31,7	9,7	9,2	3,3	5,2	61,5	38,0	14,7	15,8	7,9	10,0	86,7	69,4	41,8	16,1	8,3	4,2
	N = 66						N = 51						N = 130					
El Salvador 1998	63,0	21,1	8,0	4,5	2,9	2,4	77,6	27,3	9,5	6,1	3,1	3,7	89,8	60,0	27,6	12,6	6,6	7,4
	N = 814						N = 1873						N = 2807					
Nicaragua 2001	64,4	14,6	6,7	2,9	2,5	1,7	81,3	21,4	10,2	6,3	3,9	3,4	88,6	61,8	25,1	12,5	6,4	4,6
	N = 669						N = 1481						N = 1711					
Paraguai 1998	73,4	23,9	7,0	4,3	2,7	4,3	86,9	35,6	13,2	5,1	1,3	1,3	93,2	63,9	35,9	15,8	8,1	17,2
	N = 241						N = 548						N = 866					
Peru 1996	75,1	22,5	7,7	3,4	3,3	1,7	93,1	28,1	7,2	1,7	2,8	5,4	93,9	65,7	38,4	19,7	12,6	9,7
	N = 1634						N = 3190						N = 5115					
Rep. Dominicana 1996	65,8	14,9	7,0	3,7	3,4	2,9	84,2	30,9	10,3	3,9	6,2	1,9	93,9	67,5	35,8	17,1	14,1	14,0
	N = 408						N = 1109						N = 1116					

\* Primeiro grupo etário 18-19

## c) Terceiro Período:

País	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	70,3	21,4	8,8	6,3	6,5	3,4	83,7	39,9	24,5	10,9	5,5	11,0	96,3	70,9	50,8	28,7	24,5	16,1
	N = 622						N = 1822						N = 2577					
Colômbia 2010	69,9	15,8	5,2	4,7	3,2	3,3	87,4	37,6	17,0	9,0	6,4	6,2	91,9	79,0	49,8	27,6	17,5	14,7
	N = 2093						N = 7914						N = 5452					
Costa Rica 2010	64,6	16,4	12,3	6,2	4,9	8,3	87,4	37,6	17,0	9,0	6,4	6,2	91,9	79,0	49,8	27,6	17,5	14,7
	N = 64694						N = 119268						N = 203892					
El Salvador 2008	63,6	20,9	10,1	3,7	4,2	3,1	81,6	29,0	13,0	8,8	6,6	3,4	92,6	64,2	38,5	20,2	10,2	7,0
	N = 650						N = 2046						N = 2459					
Nicaragua 2011	63,8	16,5	5,7	3,9	3,6	2,5	81,5	30,7	7,8	6,8	3,5	4,7	90,8	64,1	31,2	17,3	12,0	9,3
	N = 800						N = 2745						N = 3627					
Paraguai 2008	82,1	24,4	13,0	4,9	8,3	5,8	92,8	43,8	21,2	7,3	6,4	3,5	94,3	80,0	50,9	22,5	21,0	10,7
	N = 685						N = 1278						N = 1756					
Peru 2012	77,1	20,5	8,8	4,7	2,5	2,2	92,2	39,3	18,2	9,4	7,1	3,6	96,7	78,5	50,6	28,8	18,3	14,7
	N = 1121						N = 3722						N = 2781					
Rep. Dominicana 2013	69,2	13,0	3,7	2,8	1,5	2,4	87,2	40,5	14,2	5,3	7,3	3,7	92,8	68,8	38,3	12,6	10,6	9,5
	N = 391						N = 1534						N = 798					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

### Proporção sem filhos, por quintil de riqueza:

O comportamento da proporção de mulheres sem filhos, por quintil de riqueza, seguiu a mesma tendência daquela por escolaridade. No primeiro período, a proporção de adolescentes sem filhos, do quintil mais baixo, variou entre 60% e 80%, em todos os países, com o Brasil apresentando a maior proporção e a Nicarágua a menor (TAB. 4.6.3, a). No quintil médio, ficou entre 80% e 95% para a maioria dos países, porém, era de 68% em El Salvador e 72% na Nicarágua (TAB. 4.6.3, a). No quintil mais alto, a quase totalidade das adolescentes não tinha filhos à época da pesquisa, em quase todos os países, nos quais a proporção estava acima de 90%, com exceção da Nicarágua, cuja proporção era de 86% (TAB. 4.6.3, a).

Entre as mulheres de 20-24 anos, a proporção daquelas, do quintil mais baixo, que não tinha filhos, se situava entre 15% e 30%; no quintil médio, variava entre 25% e pouco acima de 50%, e, no quintil mais alto, estava entre 50% e pouco acima de 75% (TAB. 4.6.3, a). Esses dados mostram que, enquanto no quintil mais baixo a maioria das mulheres, de 20-24, já havia iniciado a reprodução, na data da pesquisa, o contrário se sucedia com as aquelas do quintil mais rico, no qual a maioria ainda não tinha passado por essa experiência.

Na maioria dos países, a quase totalidade de mulheres de 25-29, do quintil mais baixo, já era mãe no primeiro período, com exceção de Brasil, Colômbia e El Salvador, onde a proporção era menor que 90% mas, mesmo assim, elevada. No quintil médio, a maior parte dos países apresentava proporção menor que 20%, para as mulheres de 25-29 sem filhos, com somente Brasil, Colômbia e Paraguai

exibindo proporções acima de 20% (TAB. 4.6.3, a). No quintil mais alto, a situação era bem diferente: na maioria dos países, mais de 30% das mulheres de 25-29 não tinha filhos na data da pesquisa; somente em El Salvador e Nicarágua um percentual menor estava nessa condição, sendo 18% e 22%, respectivamente (TAB. 4.6.3, a).

A grande diferença, entre mulheres dos quintis mais baixo e mais alto, era verificada em todos os países, para todas as faixas etárias. A maior parte daquelas pertencentes ao quintil mais baixo iniciava a reprodução a uma idade jovem, e quase todas do grupo 25-29 já haviam passado pela maternidade. Enquanto isso, entre as mais ricas, a maioria não tinha filhos nos grupos 15-19 e 20-24, mostrando que a maior parte, dessas mulheres, deixa para começar a se reproduzir mais tarde. E, mesmo assim, era elevada a proporção sem filhos na faixa 25-29. Ao comparar os países, nota-se que, isolando Nicarágua e El Salvador, países com as menores proporções de mulheres sem filhos, os demais apresentavam proporções semelhantes, ou muito próximas, indicando que esse indicador tinha comportamento muito parecido entre esses países, no primeiro período, para os três quintis analisados.

No segundo período, esse indicador mostrou comportamento oscilante, aumentando para alguns países e diminuindo para outros, em todos os quintis de riqueza. No que se refere às adolescentes, a TAB. 4.8.3, b retrata que mais de 65%, daquelas do quintil mais baixo, no segundo período, não tinha filhos na data da entrevista, sendo a única exceção a Rep. Dominicana (64%). No Paraguai, esse percentual era maior que 80%. No quintil médio, a maioria apresentava proporção acima de 80%, sendo menor somente na Nicarágua (79%) e na Rep. Dominicana (78%). Entre as adolescentes mais ricas, mais de 90% não tinha filhos no segundo período, em quase todos os países, sendo a Nicarágua a única exceção, com proporção um pouco menor, de 89%.

A maioria das jovens, de 20-24, do quintil mais baixo, já havia passado pela maternidade, no segundo período. Somente entre 15% e 30% dessas mulheres ainda não tinha filhos, o que sugere que muitas iniciaram a reprodução ainda adolescentes (TAB. 4.6.3, b). No quintil médio, a maioria dos países apresentava proporção que variava de 35% à 50%, sendo a única exceção a Nicarágua, com 32% das jovens de 20-24 sem filhos. Brasil e Costa Rica exibiam as maiores proporções. Quanto às jovens do quintil mais rico, a maior parte dos países tinha proporções acima de 65% sem filhos, sendo a Nicarágua, novamente, a exceção (TAB. 4.6.3, b). Enquanto entre as mais pobres de 20-24, a menor parte manteve-se nulípara até a data da entrevista, entre as mais ricas isso se deu com a maioria.

A contraposição, entre os quintis extremos, também foi notificada para o grupo 25-29. Enquanto a quase totalidade das mulheres, desse grupo etário, já tinha passado pela experiência da reprodução, no quintil mais baixo da maioria dos países, no quintil mais alto não chegou a 90% em nenhum país (TAB. 4.6.3, b). Na maioria, entre 30% e 50% das mulheres de 25-29 ainda não tinha se tornado mãe, no

segundo período. Isso ajuda a entender o fato de a idade mediana, ao primeiro filho, ser tão baixa entre as mulheres do quintil mais baixo e elevada entre aquelas do quintil mais alto. No quintil médio, variou entre 15% e 30%, para a maioria dos países, com a Nicarágua e Rep. Dominicana apresentando proporções menores, ambos de 13% (TAB. 4.6.3, b).

As informações, do segundo período, mostram que, apesar das variações intertemporais, o panorama era parecido com o do primeiro período. A diferença entre os quintis de riqueza manteve-se elevada, para todos os países, e nas faixas de idade analisadas. Além disso, excetuando a Nicarágua, que possuía as menores proporções, os demais países apresentavam valores próximos, nos três quintis selecionados, indicando que o comportamento, desse indicador, era parecido entre eles, independente do quintil de riqueza.

No terceiro período, a proporção de adolescentes, sem filhos, aumentou em todos os países, no quintil de riqueza mais baixo. Nos outros quintis, a tendência também foi de aumento para a maioria dos países. Assim, no quintil mais baixo, entre 70% e 85% das adolescentes não tinha filhos, no terceiro período, uma proporção acima do que foi encontrado nos períodos anteriores; acima de 80% era nula para o quintil médio, e 90% ou mais, o era no quintil mais alto (TAB. 4.6.3, c). É possível perceber que a diferença, entre os quintis extremos, era menor, nesse período, em comparação com os anteriores.

No que diz respeito às mulheres de 20-24, entre 20% e 30% daquelas pertencentes ao quintil mais baixo ainda não tinha experimentado a maternidade, na data da entrevista. No quintil médio, essa proporção estava entre 40% e 50%, com a Nicarágua um pouco menor (39%). Entre as jovens do quintil mais alto, a maioria ainda não tinha sido mãe, com proporção, sem filhos, variando entre 70% e 85%, com El Salvador e Rep. Dominicana apresentando proporções um pouco abaixo, de 68% e 67%, respectivamente (TAB. 4.6.3, c). Os países que apresentavam proporções muito baixas, no período anterior, aumentaram no terceiro período e se aproximaram de outros países, fazendo com que não existissem casos extremos, para as mulheres de 20-24, em nenhum quintil analisado.

Na maioria dos países, a quase totalidade das mulheres de 25-29 já havia passado pela reprodução, no quintil mais baixo. No entanto, para Brasil, El Salvador e Paraguai, a proporção sem filhos alcançava dois dígitos, o que aconteceu com um número menor de países, no período anterior. No quintil médio, a proporção de mulheres de 25-29, sem filhos, variou, entre os países, de próximo de 20% à 35%, com exceção da Nicarágua e da Rep. Dominicana, para os quais ficou abaixo de 15% (TAB. 4.6.3, c). No quintil mais alto, essa proporção ficou acima de 40% para quase todos, com exceção da Nicarágua, chegando a 64% das mulheres de 25-29 do Brasil (TAB. 4.6.3, c).

No terceiro período, portanto, o cenário parece ter sofrido algumas modificações, em relação aos períodos anteriores. A proporção de adolescentes, sem filhos, aumentou, de modo geral, indicando que menos mulheres de 15-19 tiveram filho, nos países considerados, para quase todos os quintis, principalmente no mais baixo. Ademais, os países passaram a apresentar proporções parecidas, sem existência de casos extremos. Nas demais idades, também foi possível captar uma tendência de aumento, conquanto houvesse uma maior variação entre os países. Nicarágua e Rep. Dominicana foram os países com as menores proporções, na maioria das vezes, mas a diferença para os demais não era muito grande. O Brasil, país com a menor fecundidade do conjunto, apresentava elevadas proporções, mas não era, sempre, o que se destacava. Colômbia, Paraguai e Peru também apresentavam altas proporções de mulheres sem filhos, em todos os quintis.

A tendência de aumento, observada para os grupos jovens, aponta para um possível aumento da idade mediana ao ter o primeiro filho, nesses países, na medida em que se elevou a proporção de jovens que adiam a maternidade. Esse adiamento não foi substantivo no último período, mas, mesmo que pequeno, ocorreu em grande parte dos países, indicando essa direção.

Ademais, a diferença entre os países era menor que em relação aos períodos anteriores, mesmo nos quintis extremos. Isso pode sugerir que os baixos níveis de fecundidade, nos quais todos se encontravam, acabaram por aproximá-los, também, quanto ao comportamento desse indicador, no terceiro período.

**Tabela 4.6.3. Proporção (%) de mulheres sem filhos, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

Países	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	78,6	26,2	12,6	6,8	4,4	5,7	91,8	50,0	21,8	10,8	6,7	10,2	95,6	68,8	38,4	17,1	13,0	6,0
	N = 312						N = 479						N = 558					
Colômbia 1986	77,3	26,2	10,8	7,7	6,7	6,6	88,6	52,8	25,0	10,1	6,7	6,7	95,7	73,6	37,9	23,1	15,1	7,1
	N = 279						N = 421						N = 516					
Costa Rica 1986	74,4	25,7	7,5	5,8	6,3	1,7	88,5	46,2	14,8	11,5	0,0	7,7	96,2	76,4	33,1	10,0	12,5	6,7
	N = 178						N = 232						N = 280					
El Salvador 1985	70,1	17,6	10,5	8,8	2,8	4,8	68,1	25,1	5,1	6,2	6,2	6,8	92,7	57,3	18,3	4,5	8,9	9,1
	N = 214						N = 253						N = 421					
Nicaragua 1992/93	61,8	17,9	4,2	9,1	4,5	1,5	72,4	28,4	8,4	6,1	4,0	2,0	86,0	52,1	22,0	14,2	3,4	8,1
	N = 690						N = 835						N = 1087					
Paraguai 1990	73,6	23,8	9,3	4,4	4,6	1,1	84,9	43,2	21,1	4,2	11,4	5,6	96,3	64,3	30,5	13,9	11,7	7,9
	N = 248						N = 339						N = 623					
Peru 1986	77,1	26,8	8,8	2,2	3,1	4,0	93,2	51,8	18,6	12,5	2,7	2,6	97,3	77,5	48,6	21,8	5,9	4,8
	N = 210						N = 361						N = 546					
Rep. Dominicana 1986	77,7	22,8	6,3	3,9	1,9	4,8	82,9	43,9	12,2	7,9	5,6	4,5	95,3	67,2	44,9	17,8	7,5	7,8
	N = 386						N = 520						N = 776					

**b) Segundo Período:**

Países	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	70,6	31,1	11,6	5,6	4,7	5,3	87,7	51,3	22,5	13,7	11,2	9,2	93,5	70,8	42,5	14,8	11,8	9,9
	N = 492						N = 916						N = 1051					
Colômbia 1995	74,1	22,8	8,5	5,9	2,5	5,2	85,3	45,8	15,8	10,9	5,7	3,7	96,7	68,0	39,5	27,2	17,8	9,1
	N = 373						N = 731						N = 1168					
Costa Rica 1999*	57,1	29,2	14,3	7,9	5,1	3,1	60,0	50,0	33,3	25,9	15,0	17,4	73,7	83,8	25,9	10,9	0,0	5,9
	N = 47						N = 45						N = 59					
El Salvador 1998	69,6	23,4	8,3	3,3	2,9	2,7	83,4	38,7	15,8	6,8	5,9	4,4	91,9	65,6	31,7	14,7	4,6	4,6
	N = 843						N = 1149						N = 1436					
Nicaragua 2001	67,8	16,6	8,2	2,4	1,8	1,7	78,9	32,9	13,0	5,7	4,4	1,3	88,6	57,7	22,1	15,0	7,5	4,0
	N = 431						N = 783						N = 1170					
Paraguai 1998	82,0	21,1	2,0	2,5	0,0	3,5	87,8	40,1	8,9	14,8	3,4	0,0	94,4	71,4	36,1	12,9	3,4	21,1
	N = 266						N = 245						N = 481					
Peru 1996	74,4	20,2	8,6	4,5	1,5	1,9	90,3	41,9	16,3	7,1	5,0	4,0	97,3	75,0	52,6	25,1	13,8	9,9
	N = 923						N = 1869						N = 3358					
Rep. Dominicana 1996	64,0	14,7	8,5	0,6	1,3	2,4	78,0	36,2	12,6	6,3	5,6	4,6	94,1	67,2	36,7	19,7	15,1	10,2
	N = 257						N = 460						N = 891					

\* Primeiro grupo etário 18-19

**c) Terceiro Período:**

País	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	70,7	31,1	16,4	5,6	5,7	6,3	89,1	43,5	33,4	19,2	12,9	12,7	96,9	85,0	63,6	33,6	18,6	10,2
	N = 820						N = 992						N = 1338					
Colômbia 2010	76,3	24,6	8,5	6,1	3,9	2,4	85,0	46,0	21,7	9,6	7,0	5,7	94,5	73,7	48,1	23,5	12,9	10,6
	N = 1918						N = 3189						N = 4150					
El Salvador 2008	76,2	27,9	10,6	3,1	4,4	3,8	80,6	45,2	18,2	8,1	6,2	2,4	91,7	67,7	43,3	24,3	10,9	7,0
	N = 785						N = 999						N = 1341					
Nicaragua 2011	73,0	25,3	6,7	3,8	3,2	3,7	81,6	39,4	13,5	8,7	5,8	3,0	89,7	72,7	34,3	17,8	10,1	8,3
	N = 958						N = 1382						N = 1968					
Paraguai 2008	83,7	29,9	11,4	5,8	4,4	5,5	91,9	58,7	24,6	9,9	10,3	5,5	97,1	81,0	51,7	20,9	17,8	5,6
	N = 575						N = 756						N = 951					
Peru 2012	78,8	23,1	8,5	6,1	2,8	2,2	90,1	49,5	19,4	10,2	8,5	4,9	97,2	77,5	52,1	30,0	17,8	11,1
	N = 791						N = 1542						N = 2310					
Rep. Dominicana 2013	69,7	23,0	6,7	3,3	1,2	3,1	88,4	41,4	13,4	3,7	4,9	4,3	94,4	67,4	42,7	9,5	12,8	7,8
	N = 327						N = 536						N = 772					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Em resumo, a proporção de mulheres sem filhos é um indicador que auxilia no entendimento do comportamento das TEFs. Assim, pelo indicador da proporção é possível perceber a questão da elevada fecundidade jovem na América Latina, já que é comum a todos os países analisados. No primeiro período, metade, ou mais da metade, das mulheres de 20-24 já tinham filhos, na data da pesquisa, e quase a totalidade das mulheres de 25-29 já havia passado pela experiência da maternidade. Com isso, é possível entender a concentração da fecundidade nas idades mais jovens, para a maioria dos países, com destaque para El Salvador e Nicarágua. E esse panorama não mudou no último período, mesmo ocorrendo algum aumento na proporção de mulheres, nas idades entre 15 e 29

anos, sem filhos. Isso indica que, mesmo com a queda acentuada da fecundidade, permaneceu elevada a proporção de jovens de 15-29 anos que tinham filhos, no terceiro período. Paraguai e Peru chamam a atenção nesse aspecto: os dois países sempre apresentaram um dos maiores níveis de fecundidade, entre todos os países analisados, nos três períodos. A proporção de mulheres sem filhos, nos grupos etários mais jovens, porém, sempre foram elevadas, ficando próxima, ou mesmo ultrapassando, as proporções do Brasil, país com a menor fecundidade. Essa elevada proporção, juntamente com a elevada idade mediana ao ter o primeiro filho, reforçam a idéia de que, nesses dois países, a reprodução inicia-se mais tarde, o que ajuda a compreender as baixas taxas de fecundidade nas idades mais jovens, para o último período. O contrário se daria com El Salvador e Nicarágua, cujas taxas de fecundidade, nas idades mais jovens, eram as mais elevadas. Contudo, as proporções de mulheres sem filhos são semelhantes entre todos os países, no último período, em comparação com os períodos anteriores, sugerindo uma aproximação, entre eles, no que tange ao comportamento desse indicador.

O comportamento por escolaridade e quintil de riqueza era muito parecido. Em todos os períodos, as mulheres pertencentes aos estratos socioeconômicos mais baixos foram as que apresentaram as menores proporções sem filhos, nas idades de 15-29 anos, ao passo que, entre as mulheres pertencentes aos estratos mais altos, as proporções foram as maiores. E isso ocorreu em todos os países, indicando que a tendência é a mesma para todos: a reprodução inicia-se mais cedo para uma maior proporção de jovens menos favorecidas socialmente, e tende a ser mais tardia para aquelas mais favorecidas. Daí a idade mediana ao ter o primeiro filho ser mais jovem entre as mulheres menos escolarizadas e do quintil mais baixo, além de a fecundidade, nas idades mais jovens, ser bem superior, comparativamente às mulheres de maior escolaridade e do quintil mais alto. Esse panorama não mudou no tempo, mesmo que a diferença, entre os extremos dos estratos socioeconômicos, tenha se reduzido, assim como a diferença na fecundidade.

A diferenciação, entre os países, foi replicada por escolaridade e quintil de riqueza. Os países que possuíam os menores níveis de fecundidade, como Brasil e Colômbia, tendiam a ser os que demonstravam as maiores proporções de mulheres de 15-29 sem filhos. El Salvador e Nicarágua, países com fecundidade jovem elevada, também eram os que, geralmente, exibiam as menores proporções sem filhos, em todas as categorias. E a singularidade de Peru e Paraguai também foi observada por escolaridade e quintil de riqueza. Isso significa que, mesmo quando se comparam por características socioeconômicas, os países tendem a apresentar a mesma realidade de quando se analisa apenas o total dos países, sem considerar subcategorias.

## b) Indicadores extrinsecamente ligados à fecundidade:

### 4.7. Status Marital<sup>4950</sup>:

A análise do status marital estará focada na proporção de mulheres casadas e unidas, em relação a todas as categorias, dada a importância para a fecundidade. Ademais, busca-se verificar se houve aumento da proporção de unidas nos estratos socioeconômicos mais altos, dado que essa é uma característica apontada, na literatura, como comum ao padrão de fecundidade moderno da fase pós-transição. Nesse trabalho, é importante salientar, não se entrará na discussão sobre os diferentes conceitos que envolvem a união livre, nem se versará sobre sua inserção em estratos socioeconômicos distintos, motivada por questões sociais, econômicas, culturais e individuais diferentes. Intenta-se, unicamente, encontrar alguma evidência que possa apontar a direção que as mulheres latino-americanas estão tendendo a seguir, no contexto da nupcialidade, corroborando, ou não, com o que a literatura aponta dentro da transição da fecundidade.

No primeiro período, a distribuição das jovens de 20-24 era heterogênea entre os países. Juntamente com a condição de solteira, no Brasil, na Costa Rica e no Paraguai, predominava a proporção de casadas, nesse grupo etário, enquanto que, para El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana, prevalecia a proporção de unidas; na Colômbia e no Peru, não era possível fazer essa distinção, já que a proporção, nos dois status (casada e unida), era parecida. O GRAF. 4.7.1 elucidava essa diferença entre os países. Nele estão dispostas somente as proporções de casadas e unidas, em relação ao total de mulheres (de todas as categorias). Brasil e Rep. Dominicana são dois exemplos notáveis, por estarem em situações opostas, quanto à condição marital das jovens de 20-24, com o primeiro apresentando maior proporção de casadas e o segundo de unidas (GRAF. 4.7.1, a). Entre as mulheres de 25-29, a maioria das mulheres estava na condição de casada, exceto para El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana, onde a maior parte das mulheres desse grupo era unida (como é possível perceber, na comparação do GRAF. 4.7.1, a). A partir do grupo 30-34, predominava as mulheres casadas para quase todos os países, exceto para El Salvador e Rep. Dominicana, países onde prevalecia a proporção de unidas (GRAF. 4.7.1, a).

No segundo período, o GRAF. 4.7.1, b mostra que o panorama sofreu algumas alterações. Entre as mulheres de 20-24 anos, a proporção de casadas diminuiu, em relação ao período anterior, para quase

<sup>49</sup> Para o indicador de status marital, as adolescentes (15-19 anos) foram excluídas da análise, devido à pequena proporção na condição de casada ou unida. A maioria estava solteira, nos três períodos considerados, e nos países selecionados.

<sup>50</sup> Os resultados de todas as proporções de status marital, inclusive por escolaridade e quintil de riqueza, encontram-se no Anexo IV desse trabalho.



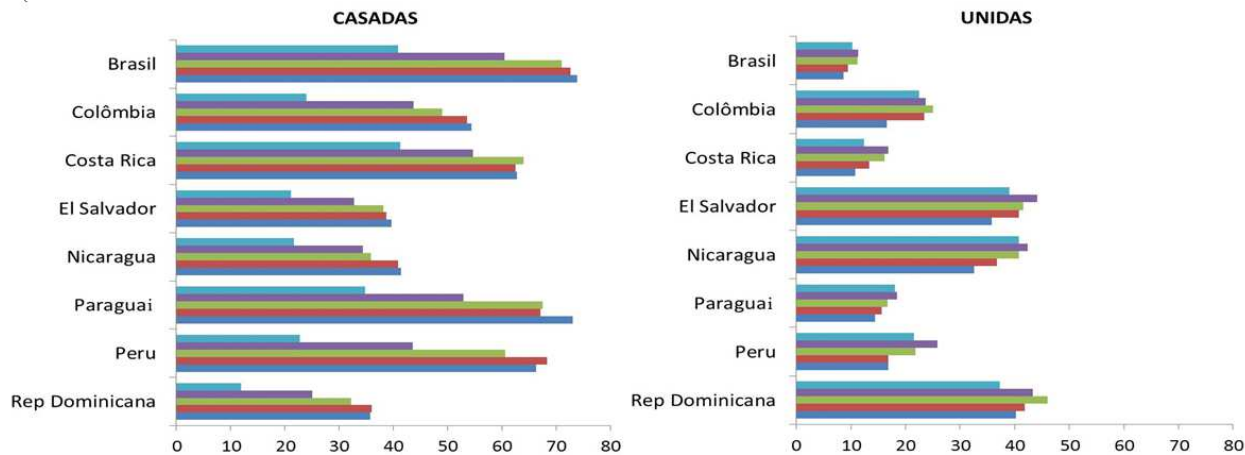
todos os países, exceto Rep. Dominicana, que sofreu aumento. Em compensação, houve crescimento da proporção de unidas, exceto para os países onde essa proporção já era elevada: El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana. No grupo 25-29, houve aumento da proporção de unidas em todos os países, mas não houve redução da proporção de casadas em todos: Paraguai, Nicarágua e Rep. Dominicana sofreram aumento. Nas idades mais velhas, a tendência geral também foi de diminuição da proporção de casadas e aumento da proporção de unidas, embora, muitas vezes, para Nicarágua, El Salvador e Rep. Dominicana isso não ocorreu. No entanto, mesmo com essas transformações, o perfil da distribuição proporcional de casadas e unidas não mudou muito em relação ao que era observado no primeiro período.

No terceiro período, contudo, enquanto a proporção de solteiras teve um comportamento oscilatório, aumentando em alguns países e grupos etários, e diminuindo em outros, para as casadas e unidas, a tendência estava bem estabelecida. Conforme é possível notificar pelo GRAF. 4.7.1, c, a proporção de casadas diminuiu em todas as faixas etárias e países, compensado pelo aumento na proporção de unidas de quase todos os grupos etários. Desse modo, percebe-se uma mudança no perfil das distribuições de casadas e unidas: nos países onde a proporção de unidas já era elevada, não houve muitas alterações, mas naqueles onde essa proporção era pequena, se tornou considerável, no terceiro período, ultrapassando a proporção de casadas, principalmente nas idades mais jovens (20-24 e 25-29), com destaque para Brasil, Paraguai e Peru (GRAF. 4.7.1, c).

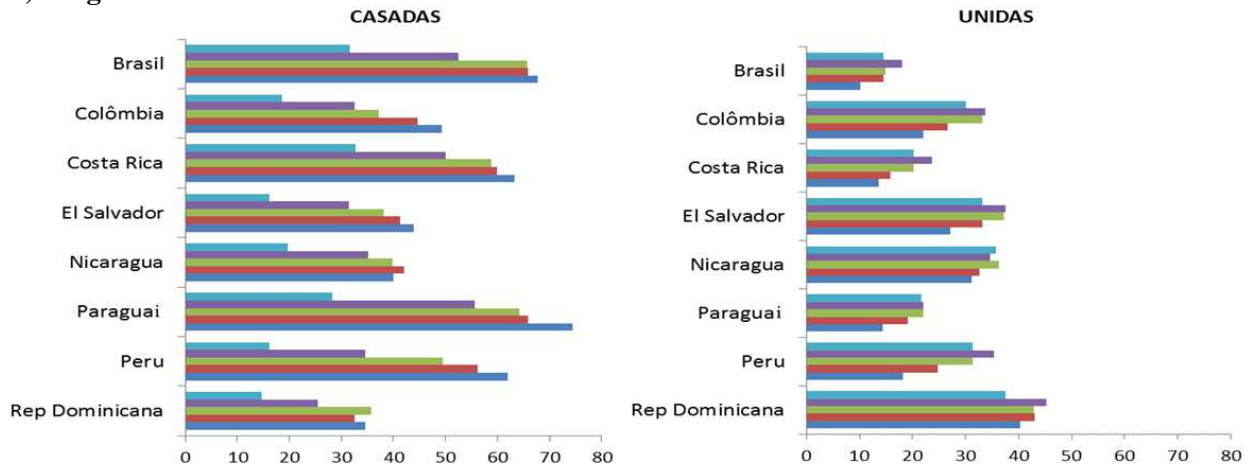
Ao longo dos períodos, o crescente incremento da proporção de unidas, em detrimento do declínio da proporção das casadas, naqueles países onde predominava a proporção dessas últimas, oferece indícios que apontam para uma possível mudança no comportamento nupcial na região da América Latina, com o casamento formal perdendo espaço e sendo substituído pela união livre. Aqueles países que apresentavam baixa proporção de unidas, no primeiro período, passaram a apresentar, no terceiro período, uma proporção similar a dos países que, desde o início, já possuíam proporções elevadas. Isso mostra que o aumento, nessa proporção de unidas, se deu a um ritmo elevado nos primeiros países.

**Gráfico 4.7.1. Distribuição das proporções de casadas e unidas, em relação ao total de mulheres, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos.**

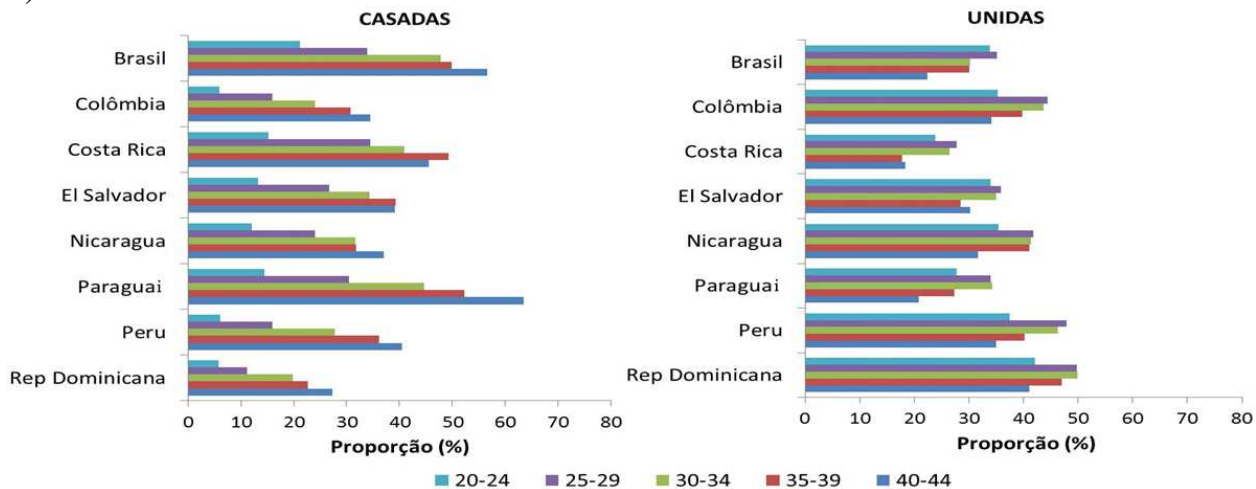
**a) Primeiro Período:**



**b) Segundo Período:**



**c) Terceiro Período:**



Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

### **Status Marital por educação:**

A distribuição do status marital, por educação, segue a mesma tendência para o total dos países. Os países que, no primeiro período, apresentavam elevada proporção de mulheres na condição de casadas e baixa proporção de unidas, tinham um perfil similar por educação. São os casos de Brasil, Costa Rica e Paraguai. Neles, a proporção de unidas é sempre menor que a de casadas, para todas as faixas etárias e níveis de escolaridade. No entanto, a diferença entre casadas e unidas é menor entre as mulheres de baixa escolaridade e muito significativa entre as mais escolarizadas. Colômbia e Peru são países que estavam em uma condição intermediária, já que a proporção de casadas e unidas eram próximas, nesse período. Para esses países, a proporção de unidas supera a de casadas entre as mulheres de 20-24 anos de baixa e média escolaridade. Nas outras idades, e entre todas as mulheres de maior escolaridade, a proporção de casadas é maior. A diferença entre as proporções de casadas e unidas, entre as mulheres de baixa e média escolaridade, é menor, para Colômbia e Peru, em comparação com os outros países mencionados.

O último grupo é o de países que possuíam elevada proporção de unidas, muitas vezes superando a de casadas, formado por El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana. Neles, a proporção de unidas é bem superior à de casadas entre todas as mulheres de baixa escolaridade e para a maioria das idades entre as de média escolaridade. Entre as mais escolarizadas, a proporção de unidas é sobressalente apenas nas idades mais jovens, contudo, a diferença entre a proporção de casadas e unidas, para as mulheres dessa escolaridade, é muito menor que nos outros países.

No segundo período, a tendência, observada para o primeiro grupo de países analisados, se manteve, com predominância da proporção de casadas em todos os níveis de escolaridade. No entanto, a proporção de unidas chegou aos dois dígitos entre as mais escolarizadas de algumas faixas etárias, de Costa Rica e Paraguai. Situação semelhante foi verificada para Colômbia e Peru, para os quais o crescimento da proporção de unidas foi substantivo entre as mais escolarizadas. Nas idades mais jovens, das mulheres de baixa e média escolaridade, a proporção de unidas passou a ser bem superior à de casadas. El Salvador e Nicarágua, países que possuíam elevada proporção de unidas desde o primeiro período, caminharam no sentido contrário ao observado para os outros países, já que, entre os períodos, reduziram essa proporção e aumentaram a de casadas. Rep. Dominicana, por outro lado, manteve a tendência, pelo menos para grande parte dos grupos etários, do que existia no primeiro período.

No terceiro período, o cenário é um pouco mais homogêneo entre os países analisados. Em quase todos, houve aumento da proporção de unidas nos níveis educacionais e para a maioria dos grupos etários, exceto para El Salvador, onde ainda prevaleceu a queda dessa proporção, entre o segundo e

terceiro períodos. A proporção de unidas era superior à de casadas, entre as mulheres mais jovens (20-24) de baixa e média escolaridade. Entre as mais jovens de alta escolaridade, essa situação também se verificou para a maioria deles, embora a superioridade da proporção de unidas, em relação à de casadas, fosse bem menor, em comparação com as outras escolaridades. Entre as mulheres mais velhas, o comportamento da proporção de casadas e unidas ainda era diversificado entre os países, em que, para alguns, a proporção de casadas permanecia prevaiente, em todos os níveis de escolaridade, enquanto que, em outros, a proporção de unidas tinha importância, pelo menos entre as mulheres de baixa e média escolaridade.

O constante aumento da proporção de unidas e diminuição da proporção de casadas, para a maioria dos países, ao longo dos três períodos, permitiu uma aproximação entre eles quanto à distribuição do status marital. Exceto nos casos de Paraguai e Rep. Dominicana, que se configuraram como opostos extremos, os outros países possuíam uma distribuição proporcional parecida no terceiro período, em todos os níveis de escolaridade, com prevalência das unidas entre as mulheres menos escolarizadas e das casadas entre as mais escolarizadas, conquanto essa diferença fosse muito menor em relação ao primeiro período.

### **Status Marital por quintil de riqueza:**

A distribuição do status marital, por quintil de riqueza, se assemelha à distribuição por escolaridade. No primeiro período, a maioria dos países apresentava um perfil similar, com predomínio da proporção de casadas, em todos os quintis de riqueza, principalmente nas idades mais velhas. Em El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana, no entanto, predominava a proporção de mulheres unidas, em todas as faixas etárias do quintil mais baixo e do quintil médio.

No segundo período, ocorreu uma maior diferenciação entre os países. Brasil, Costa Rica e Paraguai continuaram parecidos, em que a proporção de casadas tendia a prevalecer na maioria das idades de todos os quintis, principalmente no mais rico. No que se refere à Colômbia, a proporção de unidas era maior até o grupo 30-34, no quintil mais baixo e no quintil médio. Nas demais idades, e no quintil mais rico, a proporção de casadas era maior. No Peru, o cenário era parecido com o da Colômbia. El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana seguiram com perfil parecido com o do primeiro período: prevalência da proporção de unidas no quintil mais baixo e médio, e de casadas no quintil mais alto. A única diferença é que, na Nicarágua, a tendência observada para o quintil mais rico também se aplicava ao quintil mais pobre.

No terceiro período, a união livre ganhou ainda mais espaço na composição do status marital de todos os países. O que chama a atenção, nesse último período de análise, é que a diferença entre as

proporções de casadas e unidas diminuiu bastante em relação ao primeiro período, principalmente nos quintil mais rico, no qual essa diferença era elevadíssima, principalmente para aqueles países com baixo histórico de proporção de unidas. No Brasil, por exemplo, a proporção de unidas se tornou maior que a de casadas entre as mulheres do quintil mais baixo com até 34 anos; com até 29 anos do quintil médio, e entre as jovens de 20-24 do quintil mais alto. El Salvador e Paraguai apresentavam um perfil parecido com o do Brasil. Na Colômbia, Nicarágua, Peru e Rep. Dominicana, por outro lado, a proporção de unidas era maior em quase todas as faixas etárias do quintil mais baixo e médio, mas, no quintil mais rico, a superioridade das unidas, em relação às casadas, ocorria apenas nas mulheres com até 29 anos (no caso da Rep. Dominicana era até os 34 anos).

Em resumo, em que pesem algumas especificidades, os países estudados apresentaram uma tendência de comportamento geral muito semelhante por escolaridade e quintil de riqueza. No primeiro período, as maiores proporções de unidas se concentravam nas idades mais jovens, dos níveis de escolaridade e quintis de riqueza mais baixos. Nas idades mais velhas, e nos níveis de escolaridade e quintis de riqueza mais elevados, predominava a proporção de casadas, sendo a diferença bastante elevada em relação à proporção de unidas. Isso se dava tanto nos países com elevado percentual de unidas quanto naqueles com baixa prevalência. No segundo período, com o aumento da proporção de unidas, a diferença para as casadas diminuiu, principalmente nas idades intermediárias (25-29, 30-34). Assim, a proporção de unidas foi avançando nos grupos etários, mas também nos níveis de escolaridade e quintis de riqueza, passando a ganhar maior importância nas categorias intermediárias, e não somente naquelas mais baixas. No terceiro período, o avanço das uniões livres atingiu os níveis mais elevados de escolaridade e quintil de riqueza, já que, na maioria dos países, pelo menos entre as jovens (20-24), a proporção de unidas era superior ao de casadas, para as mais escolarizadas e mais ricas, o que não ocorria com tal frequência nos períodos anteriores. Embora, nesses estratos, o casamento formal ainda fosse preponderante, a diferença para a união informal diminuiu bastante, nas outras faixas etárias. Isso mostra que, ao longo do tempo, o perfil nupcial esteve em constante alteração, com a perda do peso do casamento formal e aumento do peso das uniões livres, mesmo nos estratos sociais e nos países onde isso não se verificava no primeiro período. Essas mudanças acabaram por aproximar os países, tornando a tendência geral da nupcialidade mais homogênea, de modo que, no terceiro período, o panorama verificado é muito parecido para todos eles, muitas vezes, com diferença apenas nos níveis das proporções.

#### **4.8. Idade Mediana à Primeira União:**

Conforme explicado na metodologia, a idade mediana não foi estimada para todos os grupos etários, em todos os países. Assim, as análises serão realizadas para o grupo etário mais jovem para o qual se

tem a informação, desse indicador, para todos os países. Isso se dá, igualmente, quando se realiza o recorte por escolaridade e quintil de riqueza. Daí que, o grupo etário mais jovem, a partir do qual as análises se iniciam, pode ser diferente entre os níveis de escolaridade e quintis de riqueza.

No primeiro período, Peru e Rep. Dominicana possuíam idade mediana à primeira união para o grupo etário mais jovem (25-29) maior que nos outros grupos etários, embora a diferença fosse pequena, indicando que mulheres mais jovens estariam entrando mais tarde à união, nessa época, em relação às coortes mais velhas (TAB. 4.8.1, a). Nos demais países, a idade era menor ou igual à dos grupos imediatamente mais velhos. A situação se mantém no segundo período, no qual somente o Peru se destacava, por possuir uma idade mediana relativamente mais alta no grupo 25-29, em comparação aos outros grupos etários (TAB. 4.8.1, b). Nos outros países, inclusive a Rep. Dominicana, a idade mediana à primeira união, para 25-29, é pouco menor ou muito próxima à das outras faixas etárias.

Entre o primeiro e o segundo período, houve pequeno aumento, na idade mediana à primeira união, para o grupo etário mais jovem (25-29), na Colômbia, em El Salvador, no Peru e na Rep. Dominicana, ao passo que nos outros (Brasil, Costa Rica, Nicarágua e Paraguai) houve ligeira redução (TAB. 4.8.1, a e b). De modo geral, no entanto, o cenário observado no segundo período não se diferiu daquele encontrado no primeiro período, demonstrando que esse indicador não sofreu evolução significativa entre esses períodos.

Chama a atenção o fato de a maioria dos países, no primeiro período, apresentar idade mediana à primeira união em torno de 21 anos, com valores muito próximos entre eles, em todas as coortes, mas com destaque para a coorte mais jovem. El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana constituíam as exceções, com os três exibindo idade mediana muito jovem (abaixo dos 20 anos) em todas as coortes, inclusive na mais jovem (25-29 anos). O cenário parece se repetir no segundo período, com os mesmos países possuindo idades medianas próximas, para todas as coortes, variando em torno de 21 anos. El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana permaneceram como exceções, com valores abaixo de 20 anos (TAB. 4.8.1, a e b).

No terceiro período, um número maior de países apresentou aumento na idade mediana à primeira união, em relação ao período anterior, para o grupo 25-29. São eles: Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru e Rep. Dominicana (TAB. 4.8.1, c). No entanto, excetuando Paraguai e Peru, para os quais esse aumento foi um pouco mais significativo – o que poderia sugerir um possível adiamento à primeira união –, nos demais, foi muito pequeno, alterando pouco o panorama verificado nos períodos anteriores (TAB. 4.8.1, c). O mesmo se aplica para Brasil e Colômbia, onde houve redução da idade mediana, entre o segundo e terceiro período, porém, pequena, deixando esse indicador com comportamento praticamente estável, no grupo 25-29, entre os períodos.

A maior parte dos países apresentava idade mediana acima dos 20 anos, para todas as coortes, com alguns possuindo valores próximos dos 22 anos, para a coorte mais jovem (caso de Paraguai e Peru, países com as maiores idades medianas). As únicas exceções, nesse terceiro período, passaram a ser somente Nicarágua e Rep. Dominicana, para os quais a idade mediana continuou abaixo dos 20 anos, em todas as coortes (TAB. 4.8.1, c).

A diferença das idades medianas, entre os grupos etários, não é elevada, nem mesmo nos países onde ela é maior no grupo mais jovem, como Paraguai, Nicarágua e Rep. Dominicana. Isso mostra que, para o total dos países, esse indicador modificou-se pouco ao longo do tempo, de modo que a situação encontrada no último período não é muito distinta daquela verificada no primeiro. Assim, a análise comparativa da evolução desse indicador, entre diferentes coortes, não demonstrou nenhuma modificação significativa que comprovasse um adiamento da idade mediana à primeira união, ao longo do tempo, nos países estudados. O Peru é o único que parece indicar uma postergação da entrada à primeira união, já que, em todos os períodos, a coorte mais jovem era aquela que possuía o maior valor da idade mediana, em relação às coortes mais velhas, além de ter sofrido constante aumento ao longo dos três períodos.

**Tabela 4.8.1. Idade Mediana à Primeira União, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

<b>País</b>	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>N</b>
Brasil - 1986	-	21,1	21,5	21,2	20,8	3420
Colômbia - 1986	-	20,8	21,4	21,1	20,1	3743
Costa Rica - 1986	-	20,9	21,2	22,1	21,7	2575
El Salvador - 1985	19,1	18,7	19,3	19,0	19,3	3743
Nicaragua - 1992/93	18,8	18,7	18,6	18,7	18,6	11219
Paraguai - 1990	-	20,8	20,8	21,7	20,6	4097
Peru - 1986	-	21,0	20,7	20,3	20,3	1754
Rep. Dominicana - 1986	20,0	19,3	18,7	18,3	17,8	5199

**b) Segundo Período:**

País	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	N
Brasil - 1996	-	21,0	21,0	21,0	21,0	8958
Colômbia - 1995	-	21,6	21,6	21,3	21,4	8005
Costa Rica - 1999	-	20,0	22,0	20,2	20,6	937
El Salvador - 1998	-	19,8	19,7	18,9	19,0	12522
Nicaragua - 2001	18,7	18,2	18,3	18,1	18,0	8852
Paraguai - 1998	-	20,2	21,6	21,1	21,8	3634
Peru - 1996	-	21,3	20,9	20,9	21,0	20611
Rep. Dominicana - 1996	19,6	19,5	19,8	19,0	19,1	5174

**c) Terceiro Período:**

País	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	N
Brasil - 2006	-	20,9	21,0	21,3	21,2	11305
Colômbia - 2010	-	21,5	21,3	21,4	21,9	34647
Costa Rica - 2010	-	20,9	21,6	21,8	21,5	805
El Salvador - 2008	-	20,1	20,0	20,1	19,7	11872
Nicaragua - 2011	19,8	19,0	18,6	18,3	18,3	11752
Paraguai - 2008	-	22,2	20,8	21,1	21,6	6897
Peru - 2012	-	21,8	21,8	21,7	21,2	16751
Rep. Dominicana - 2013	19,9	19,6	18,8	19,2	19,3	6529

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Idade Mediana à Primeira União, por escolaridade:**

No primeiro período, as mulheres que tinham baixa escolaridade, na data da pesquisa, foram as que reportaram as menores idades medianas à primeira união, em todas as faixas etárias de todos os países. Em parte desses países, inclusive, a idade mediana no grupo mais jovem (no caso, 20-24) tendia a ser menor em relação à dos grupos etários subsequentes (TAB. 4.8.2, a). Além disso, esse indicador era inferior a 20 anos em quase todos os grupos etários de todos os países, indicando que as mulheres, dessa escolaridade, se uniam ainda adolescentes, mesmo de diferentes coortes (TAB. 4.8.2, a).

A situação não é muito diferente para as mulheres de média escolaridade, conquanto a idade mediana fosse um pouco maior em relação às mulheres de menor escolaridade. Em todos os casos, a idade mediana do grupo mais jovem (25-29) era menor comparativamente aos grupos mais velhos, e, na maioria dos países, era também inferior a 20 anos, sugerindo precocidade da entrada à união entre as coortes mais jovens (TAB. 4.8.2, a). As mulheres mais escolarizadas, por outro lado, são aquelas com as maiores idades medianas, e acima dos 20 anos, em todos os grupos etários. O valor desse indicador, no grupo etário mais jovem (25-29), é superior, ou bastante próximo, do valor nos grupos mais velhos,



indicando que o comportamento da idade mediana é mais homogêneo entre as diferentes coortes das mais escolarizadas, em comparação com as outras escolaridades (TAB. 4.8.2, a).

No segundo período, a união na adolescência (abaixo de 20 anos) permaneceu como uma característica de quase todas as coortes das mulheres com baixa escolaridade, mesmo com o aumento da idade mediana em alguns países - Brasil, Costa Rica e El Salvador – em relação ao primeiro período (TAB. 4.8.2, b). Ademais, com exceção de El Salvador, o valor da idade mediana, nos grupos etários mais jovens (20-24 e 25-29) tendia a ser sempre menor que a dos grupos mais velhos, embora a diferença não fosse elevada (TAB. 4.8.2, b).

Cenário parecido foi encontrado entre as mulheres de média escolaridade. A primeira união, na adolescência, se verificava entre a maioria das coortes de El Salvador, Nicarágua, Peru e Rep. Dominicana (TAB. 4.8.2, b). Enquanto isso, para Brasil, Colômbia e Costa Rica, a idade mediana, para o grupo etário mais jovem (25-29), possuía valor igual ou acima dos 20 anos, o que ainda não se verificava para os outros países. Em todos os países, a coorte mais jovem tendia a apresentar idade mediana menor que a coorte imediatamente mais velha, conquanto a diferença não fosse grande (TAB. 4.8.2, b).

No âmbito das mais escolarizadas, houve aumento da idade mediana, no grupo mais jovem (25-29), para Colômbia, Costa Rica, El Salvador e Rep. Dominicana, e houve pequena redução para Brasil, Paraguai e Peru, ao passo que na Nicarágua manteve-se estável. Mesmo com a redução em alguns países, a idade mediana continuou elevada e a diferença era pequena entre os grupos etários.

No terceiro período, ocorreu redução da idade mediana, no grupo mais jovem (20-24) de baixa escolaridade, para Brasil, Colômbia e Costa Rica, países que possuíam os maiores valores desse indicador, enquanto que nos outros houve ligeiro aumento, ou manteve-se estável. A união precoce (abaixo de 20 anos) era observada em todos os países e coortes (TAB. 4.8.2, c). Entre as de média escolaridade, mesmo que com algumas oscilações, os valores permaneceram parecidos aos do período passado, para o grupo 25-29, exceto para Peru e Paraguai, onde ocorreu aumento considerável da idade mediana, diminuindo a diferença em relação aos grupos mais velhos (TAB. 4.8.2, c). No que tange às de escolaridade mais alta, o aumento da idade mediana também foi notada no grupo etário mais jovem (25-29), e a diferença entre as coortes era muito pequena.

Ao analisar os três períodos, é possível perceber que o cenário geral não mudou consideravelmente ao longo do tempo. As mulheres de baixa escolaridade sempre foram aquelas que se uniram a uma idade mediana mais jovem, notadamente na adolescência (com menos de 20 anos), e isso se manteve nos períodos para todos os países. Quanto às mulheres de média escolaridade, Paraguai e Peru passaram a

apresentar as maiores idades medianas para o grupo mais jovem, ultrapassando Brasil, Colômbia e Costa Rica. El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana, no entanto, continuaram com idade mediana à primeira união precoce, mesmo entre as de média escolaridade, mantendo a tendência de períodos anteriores. E as mulheres de alta escolaridade manifestaram comportamento geral de ascensão da idade mediana, que se localizava entre 21 e 26 anos para a maioria dos países e coortes, nos três períodos.

Esses resultados mostram que as diferentes coortes apresentaram comportamento semelhante, por nível de escolaridade, ao longo do tempo.

**Tabela 4.8.2. Idade Mediana à Primeira União, por grupo etário, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade					Média escolaridade					Alta escolaridade				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	18,6	19,4	20,0	20,2	19,8	-	19,9	20,7	20,5	20,5	-	23,9	24,2	24,0	23,7
	N = 1512					N = 1556					N = 1511				
Colômbia 1986	18,9	18,4	19,7	19,5	19,7	-	20,1	21,3	20,7	20,3	-	23,8	23,6	23,6	23,3
	N = 1188					N = 1307					N = 1243				
Costa Rica 1986	18,5	20,1	19,0	19,8	20,2	-	19,9	20,5	21,0	21,8	-	22,5	22,8	23,8	24,8
	N = 612					N = 1024					N = 934				
El Salvador 1985	17,6	17,6	18,5	18,2	18,5	18,5	18,3	19,1	19,0	19,5	-	21,3	22,2	22,8	22,9
	N = 1422					N = 1191					N = 939				
Nicaragua 1992/93	17,1	17,4	16,8	17,7	17,2	17,8	17,5	18,0	17,6	19,1	-	20,8	21,4	21,3	22,6
	N = 3915					N = 3503					N = 3806				
Paraguai 1990	18,8	18,3	19,3	19,7	19,6	-	20,8	20,6	22,5	20,5	-	23,2	23,1	24,4	24,8
	N = 1477					N = 1267					N = 1350				
Peru 1986	19,4	18,5	18,2	18,8	19,2	19,8	19,4	20,1	20,2	20,6	-	24,8	24,5	24,2	24,8
	N = 1211					N = 966					N = 1328				
Rep. Dominicana 1986	16,6	17,0	17,0	17,3	17,1	18,4	18,4	18,4	18,4	18,0	-	22,8	22,8	21,0	22,0
	N = 1881					N = 1476					N = 1842				

**b) Segundo Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade					Média escolaridade					Alta escolaridade				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	19,7	19,0	19,4	19,5	20,0	-	20,5	20,6	21,1	21,0	-	23,7	23,2	23,7	24,1
	N = 3462					N= 2660					N= 2832				
Colômbia 1995	18,8	19,0	19,6	19,8	19,8	-	20,5	20,6	20,5	22,0	-	24,7	25,3	24,1	23,5
	N = 3220					N= 1997					N= 2789				
Costa Rica 1999	19,3	18,9	20,6	18,7	19,4	-	20,0	22,0	20,0	21,5	-	23,5	22,8	22,4	21,8
	N = 431					N= 180					N= 322				
El Salvador 1998	18,3	17,9	17,6	17,6	17,9	18,9	18,8	18,9	18,4	18,8	-	22,8	22,7	21,9	22,2
	N = 4319					N= 3560					N= 4643				
Nicaragua 2001	16,6	16,4	17,0	16,7	16,8	17,6	17,8	17,9	18,1	18,2	-	20,8	20,7	21,0	20,7
	N = 3305					N= 2463					N= 3081				
Paraguai 1998	18,7	18,4	19,4	19,4	20,7	19,4	19,7	22,6	21,1	20,9	-	22,7	22,8	23,7	24,1
	N = 1212					N= 1175					N= 1250				
Peru 1996	18,6	18,8	19,0	19,3	19,3	18,9	19,2	19,6	19,4	20,8	-	24,2	24,2	24,3	24,1
	N = 7648					N= 3108					N= 9855				
Rep. Dominicana 1996	16,6	17,0	17,0	16,6	17,3	18,6	18,2	18,4	18,4	19,3	-	23,5	23,2	24,4	24,5
	N = 1873					N= 1999					N= 2165				

**c) Terceiro Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade					Média escolaridade					Alta escolaridade				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	17,7	17,9	19,0	19,1	19,1	19,2	19,0	20,4	20,1	21,2	-	24,3	24,0	24,4	24,7
	N = 3489					N= 2839					N= 4884				
Colômbia 2010	17,7	17,9	18,7	19,0	19,9	-	20,7	21,0	21,4	22,4	-	-	25,7	25,6	26,0
	N = 11251					N= 13592					N= 9804				
Costa Rica 2010	18,7	18,5	19,5	20,3	19,7	-	20,6	19,9	24,8	21,5	-	24,6	24,0	27,5	23,9
	N = 348940					N= 188906					N= 374190				
El Salvador 2008	18,2	17,8	17,8	18,4	18,2	19,1	18,8	19,1	19,4	19,5	-	23,8	23,1	23,7	23,7
	N = 4115					N= 3523					N= 4271				
Nicaragua 2011	16,1	16,3	16,6	16,6	16,9	18,2	17,7	18,2	17,8	17,8	-	21,9	21,4	21,5	20,8
	N = 4551					N= 4859					N= 5973				
Paraguai 2008	19,0	19,2	18,4	19,6	20,1	-	21,6	20,5	21,2	21,8	-	-	24,9	24,1	24,6
	N = 2495					N= 2042					N= 2360				
Peru 2012	18,4	17,9	18,7	19,1	19,2	-	20,9	20,9	21,3	21,2	-	-	27,0	27,2	26,1
	N = 5424					N= 5766					N= 5561				
Rep. Dominicana 2013	16,7	16,5	17,0	17,3	18,0	19,3	18,7	18,8	19,4	19,7	-	24,0	21,9	22,9	24,0
	N = 2107					N= 2396					N= 2027				

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Idade Mediana à Primeira União, por quintil de riqueza:**

A idade mediana à primeira união tende a seguir, por quintil de riqueza, um comportamento análogo àquele encontrado por escolaridade. No primeiro período, as mulheres mais jovens (20 até 29 anos),

do quintil mais baixo, eram as que possuíam as menores idades medianas – abaixo de 20 anos – em todos os países. Os valores desse indicador cresciam à medida que se avançava os quintis, chegando aos maiores valores no quintil de riqueza mais alto (TAB. 4.8.3, a).

Brasil, Colômbia, Costa Rica, Paraguai e Peru sempre mantiveram as maiores idades medianas, para o grupo etário mais jovem em cada quintil de riqueza, e os valores eram muito próximos entre esses países. De maneira geral, a idade mediana à primeira união da coorte mais jovem, de cada quintil, era menor ou muito próxima à idade mediana das coortes mais velhas, indicando que não houve modificação significativa entre as coortes, nesse primeiro período (TAB. 4.8.3, a). Isso só não é observado, na mesma frequência, para Peru e Rep. Dominicana, já que, para os quintis médio e mais alto, as mais jovens (25-29 e 30-34, respectivamente) tendiam a ter uma idade mediana ligeiramente maior (TAB. 4.8.3, a).

Entre o primeiro e o segundo período, houve oscilação do comportamento da idade mediana entre os países e os quintis de riqueza. Alguns apresentaram tendência de aumento, como a Colômbia, e outros apresentaram tendência de queda, com ligeiras reduções no valor da idade mediana para o grupo etário mais jovem, como no caso do Brasil (TAB. 4.8.3, b). Essas oscilações, contudo, não foram suficientes para alterar o panorama descrito no primeiro período. As mulheres do quintil mais baixo continuaram se unindo majoritariamente na adolescência (abaixo de 20 anos), possuindo as menores idades medianas. O contrário era encontrado para as mulheres do quintil mais alto de cada país, cuja idade mediana se situava entre os 20 e 25 anos (TAB. 4.8.3, b). Ademais, a diferença da idade mediana entre as coortes mais jovens e mais velhas era pequena, na maioria das vezes, apontando para uma manutenção das idades medianas entre coortes.

Analogamente ao observado no segundo período, as oscilações na idade mediana, entre os países e os quintis de riqueza, também se verificavam no terceiro período. Todavia, tanto no quintil mais baixo, quanto no quintil mais alto, a idade mediana à primeira união, do grupo etário mais jovem (20-24 e 25-29, respectivamente) era maior no terceiro período para a maioria dos países, com destaque para Paraguai e Peru (TAB. 4.8.3, c). Brasil era um dos poucos onde a idade mediana tendia a ser, na maior parte das vezes, menor em comparação com o período anterior (TAB. 4.8.3, c). Paraguai e Rep. Dominicana são os países onde a idade mediana tendeu a aumentar na direção das coortes mais jovens, indicando que essas estavam se unindo ligeiramente mais tarde, em todos os quintis de riqueza. Nos outros países, isso era mais nítido no quintil mais alto (TAB. 4.8.3, c). O panorama geral, para o terceiro período, é muito semelhante ao dos períodos passados, comprovando certa estabilidade no comportamento desse indicador, por quintil de riqueza, ao longo do tempo.

**Tabela 4.8.3. Idade Mediana à Primeira União, por grupo etário, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 20-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Quintil Mais Baixo					Quintil Médio					Quintil Mais Alto				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	19,0	19,4	20,4	20,0	19,7	-	20,8	21,5	21,2	21,1	-	23,1	22,6	23,3	22,2
	N = 912					N= 922					N= 1054				
Colômbia 1986	19,6	19,4	20,5	19,4	19,6	-	20,6	21,4	21,1	20,4	-	22,9	22,6	22,7	19,7
	N = 715					N= 766					N= 770				
Costa Rica 1986	19,4	19,3	18,8	20,4	19,8	-	20,3	21,7	21,4	20,6	-	22,7	22,2	23,7	23,3
	N = 498					N= 465					N= 522				
El Salvador 1985	17,9	17,6	18,5	17,8	18,8	18,6	18,4	18,6	20,0	19,2	-	20,5	21,1	21,8	22,0
	N = 696					N = 712					N = 725				
Nicaragua 1992/93	17,3	17,6	17,9	17,7	16,8	18,8	18,3	18,7	18,0	18,3	-	20,9	20,4	20,3	20,4
	N = 2156					N= 2282					N= 2313				
Paraguai 1990	19,2	18,5	19,5	20,1	19,4	-	20,8	20,2	21,6	20,3	-	23,3	22,4	22,5	22,5
	N = 657					N= 751					N= 1076				
Peru 1986	19,1	19,3	18,9	19,6	18,9	-	20,6	20,4	19,7	21,4	-	-	23,8	23,5	22,6
	N = 688					N= 701					N= 747				
Rep. Dominicana 1986	17,4	17,3	17,4	17,1	17,6	19,7	19,3	18,5	17,9	17,0	-	22,8	22,0	19,8	19,6
	N = 996					N= 1084					N= 1069				

**b) Segundo Período:**

País	Quintil Mais Baixo					Quintil Médio					Quintil Mais Alto				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	19,3	19,3	19,6	20,1	20,6	-	20,7	20,4	21,0	20,5	-	22,7	22,1	22,1	22,3
	N = 1396					N= 1868					N= 2007				
Colômbia 1995	18,3	19,1	19,7	19,7	20,3	-	21,5	20,8	20,8	20,7	-	24,7	24,1	23,5	23,1
	N = 846					N= 1716					N= 1876				
Costa Rica 1999	19,6	19,5	20,8	19,8	19,0	-	22,5	21,9	20,0	20,3	-	23,1	22,4	21,0	21,3
	N = 237					N= 129					N= 180				
El Salvador 1998	18,6	17,9	17,9	17,7	18,1	-	19,7	19,3	18,9	18,8	-	23,3	22,3	21,1	20,8
	N = 2446					N= 2538					N= 2601				
Nicaragua 2001	17,0	16,5	17,0	16,7	17,0	18,6	18,1	17,7	18,0	17,3	-	20,4	20,6	20,3	19,4
	N = 1385					N= 1720					N= 2210				
Paraguai 1998	18,4	18,3	19,2	19,8	19,7	20,0	20,1	21,7	20,7	22,3	-	22,8	24,7	22,9	23,4
	N = 949					N= 624					N= 747				
Peru 1996	18,6	18,8	19,0	19,2	19,2	-	20,9	20,6	20,5	20,7	-	-	24,5	24,0	22,9
	N = 3219					N= 4297					N= 4793				
Rep. Dominicana 1996	16,9	17,4	17,4	16,6	16,7	19,1	19,2	19,3	18,8	19,4	-	22,6	23,1	22,4	22,4
	N = 912					N= 1238					N= 1451				

## c) Terceiro Período:

País	Quartil Mais Baixo					Quartil Médio					Quartil Mais Alto				
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	19,0	19,3	19,3	18,9	18,8	20,0	20,9	21,1	21,2	21,2	-	-	23,4	22,7	22,6
	N = 2110					N = 2234					N = 2284				
Colômbia 2010	18,9	18,9	19,1	19,1	19,5	-	20,8	20,8	21,4	21,6	-	-	24,6	23,7	23,7
	N = 5534					N = 7619					N = 7140				
El Salvador 2008	18,8	18,4	17,8	18,7	18,7	-	19,4	19,8	19,5	19,1	-	24,4	22,8	23,1	22,0
	N = 2183					N = 2439					N = 2377				
Nicaragua 2011	17,1	17,2	16,7	16,6	17,4	19,1	19,2	18,6	17,8	17,3	-	22,4	21,4	20,6	20,1
	N = 2612					N = 3236					N = 3437				
Paraguai 2008	19,2	19,2	18,1	18,9	20,0	-	21,8	20,5	21,3	21,7	-	-	23,1	22,8	22,4
	N = 1272					N = 1423					N = 1455				
Peru 2012	19,1	18,6	19,1	19,5	19,4	-	20,8	21,5	21,2	20,9	-	-	26,1	26,2	25,0
	N = 2498					N = 3696					N = 3646				
Rep. Dominicana 2013	17,3	17,2	18,0	17,1	18,3	20,0	18,9	18,6	19,0	19,4	-	24,5	21,3	21,8	21,2
	N = 1029					N = 1333					N = 1416				

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Em síntese, a evolução, entre os períodos, não mudou, de maneira considerável, o comportamento da idade mediana à primeira união. O valor desse indicador manteve-se entre 20 e 21 anos para a maioria dos países, durante os três períodos de análise, mas Nicarágua e Rep. Dominicana permaneceram com idades medianas mais jovens para todas as coortes, nos três períodos. O Peru foi o único que apresentou indícios de uma provável postergação da entrada à união. Quanto à escolaridade e quintil de riqueza, a entrada à união das mulheres pertencentes aos estratos socioeconômicos mais baixos ocorria, geralmente, na adolescência (abaixo de 20 anos), na maioria dos países e períodos, ao passo que, entre as mulheres do estrato mais alto, a idade mediana sempre ficou acima de 20 anos, para todas as coortes, em todos os períodos. Novamente, o Peru se destacou exibindo idades medianas elevadas, principalmente nos estratos mais altos, em todos os períodos. De modo geral, no entanto, quando se realiza a análise da idade mediana à primeira união, pelas variáveis socioeconômicas, verifica-se que os países apresentaram comportamento semelhante, com pouca diversidade do valor desse indicador, notadamente nas categorias extremas. E isso ocorreu em todos os períodos. Desse modo, é possível perceber um perfil semelhante de entrada à união nos países, que se manteve desde o primeiro período.

#### 4.9. Uso de contracepção<sup>51</sup>:

<sup>51</sup> As tabelas com os resultados gerados para uso de contracepção, inclusive por escolaridade e quintil de riqueza, encontram-se no ANEXO VI desse trabalho.

No primeiro período, era elevada a proporção de mulheres casadas/unidas que declararam, na data da pesquisa, que não estavam fazendo uso de nenhum contraceptivo, principalmente entre as jovens (15-19 e 20-24). No Brasil e na Costa Rica, cerca de metade das adolescentes não fazia uso de contracepção, enquanto que nos outros países era mais de 60%, chegando a próximo de 80% das adolescentes, em El Salvador. Essa proporção diminuía nas idades mais velhas, mas, mesmo assim, permanecia elevada. Nos grupos 30-34 e 35-39, por exemplo, parte dos países apresentavam proporções acima de 40%, para aquelas que não faziam uso de nenhum método, na data da pesquisa. Os países que possuíam as menores taxas de fecundidade – Brasil, Colômbia e Costa Rica – eram, também, os que exibiam as menores proporções de mulheres casadas/unidas que não estavam usando nenhuma contracepção.

Conseqüentemente, a proporção de uso de método contraceptivo era baixa em todos os países, inclusive dos modernos, notadamente nas faixas etárias mais jovens (15-19 e 20-24). Nessas, menos da metade das casadas/unidas estava usando método moderno, na data da pesquisa, em todos os países. Essa proporção aumentou com o aumento da idade, porém se concentrou nas idades intermediárias – 30-34 e 35-39 –, mas sem alcançar 70% das casadas/unidas. Isso mostra como era baixa a prática da contracepção moderna, entre as latino-americanas de modo geral, no primeiro período. Além disso, nem sempre os países de menor fecundidade eram os que apresentavam as maiores proporções, e, em alguns grupos etários, a diferença, entre países de baixa e alta fecundidade, era menor, notadamente nos mais velhos.

O uso de método tradicional/folclórico era muito baixo, na maioria dos países, com baixa representatividade nas estimativas de contracepção. As idades intermediárias e, principalmente, o grupo etário mais velho, eram as que exibiam as maiores proporções de uso, tal como nos métodos modernos, contudo, essas proporções chegavam, no máximo, ao redor de 15%. O único país que não se encaixava nesse panorama era o Peru. Nesse país, a proporção de mulheres casadas/unidas que fazia uso de métodos tradicionais/folclóricos era muito próxima, ou, em alguns casos, como nas idades mais jovens, superior, à proporção que das que faziam uso de métodos modernos. A diferença, para os demais países, era considerável. O Peru era o único país no qual a proporção de uso dos métodos tradicionais era importante para a análise da contracepção.

No segundo período, a proporção de mulheres casadas/unidas, que não estava fazendo uso de contraceptivo, na data da pesquisa, diminuiu em todos os países, e em todas as faixas etárias. O perfil, porém, manteve-se: a proporção daquelas casadas/unidas que não estavam fazendo uso era a mais alta entre as jovens, atingindo entre 30% e 65% dessa população; diminuía nas idades seguintes, alcançando as menores proporções nas idades intermediárias, e voltava a crescer no grupo etário mais velho. Os países com fecundidade mais baixa continuaram apresentando as menores proporções, mas,

com o declínio entre os períodos, a diferença entre os países parece ter se reduzido, até mesmo nas idades mais jovens.

Em contrapartida, aumentou a proporção das mulheres casadas/unidas que faziam uso de algum contraceptivo, na data da pesquisa, a partir dos 20-24 anos. No que diz respeito aos métodos modernos, por exemplo, no grupo 20-24, ultrapassou a casa dos 40% em todos os países, o que se notava em apenas 3 deles, no primeiro período, chegando a 60%, ou mesmo cerca de 70%, em alguns. Situação semelhante foi observada nas outras faixas etárias.

O Peru foi o país que se destacou, pois a proporção de mulheres casadas/unidas, que faziam uso de métodos modernos, no segundo período, era muito superior a essa mesma proporção no primeiro, principalmente nas idades mais jovens. Em compensação, foi um dos poucos para os quais o uso de métodos tradicionais/folclóricos diminuiu, no intervalo temporal, para quase todas as idades. Em grande parte dos países, houve pequeno aumento, principalmente nas idades mais jovens, e tendência de leve diminuição nas idades mais avançadas.

O terceiro período foi o que apresentou as menores proporções de mulheres casadas/unidas que não faziam uso de contracepção, na data da entrevista. El Salvador e Rep. Dominicana tendiam a apresentar as maiores proporções, mas os outros países tinham proporções muito parecidas, o que indica que, de fato, com o tempo, as diferenças entre os países diminuíram. Desse modo, outros países, como o Paraguai, passaram a compartilhar, com o Brasil, as menores proporções de mulheres que não faziam uso, principalmente entre as idades mais jovens.

O aumento na proporção de uso de contraceptivo foi mais sentido entre as adolescentes e as jovens de 20-24, para as quais a mudança, em relação aos períodos anteriores, foi considerável. Entre as primeiras, em todos os países, com exceção de El Salvador e Rep. Dominicana, a proporção das que não estavam usando nenhum método estava abaixo de 40%, enquanto que, entre as últimas, ficava abaixo de 30% - novamente, com exceção dos dois países citados. Situação muito diferente era encontrada nos outros períodos.

O uso de método moderno já era consolidado, na maioria dos países, exceto Peru, desde o primeiro período, e se firmou, ainda mais, ao longo do tempo. No terceiro período, entre 50% e cerca de 75%, das jovens casadas/unidas de 20-24 anos, por exemplo, usava método moderno na data da entrevista, o que não era observado em todos os países nos períodos anteriores. Nas idades mais avançadas, essa proporção estava entre 55% e 80%. Quanto aos métodos tradicionais/folclóricos, o uso diminuiu para alguns países e grupos etários, e aumentou em outros. As mais jovens – 15-19 e 20-24 – bem como as mais velhas – 40-44 – eram as que, geralmente, faziam uso em maior proporção, desses métodos. No



entanto, com exceção do Peru, em pouquíssimas situações tais proporções alcançavam dois dígitos. No Peru, esses métodos ainda tinham peso relativo importante nas estimativas de contracepção, embora tenham perdido relevância para os métodos modernos, que se tornaram os mais usados.

### **Uso de contracepção, por escolaridade:**

No primeiro período, a maior parte das adolescentes (15-19) casadas/unidas não fazia uso de método contraceptivo, para todos os níveis de escolaridade de metade dos países selecionados. Na outra metade, composta por Brasil, Colômbia, Costa Rica e Paraguai, a maioria das adolescentes, da escolaridade mais alta, usava contracepção na data da entrevista. No caso do Brasil e da Costa Rica, isso também se dava com as adolescentes de média escolaridade. Situação semelhante era observada para as jovens de 20-24, principalmente na escolaridade mais baixa. Nessa categoria, exceto para Costa Rica, em todos os países, as jovens de 20-24 casadas/unidas, que não estavam fazendo uso de contraceptivos, na data da pesquisa, estavam em maior proporção. Isso também acontecia entre as jovens de média escolaridade, em alguns países. A partir do grupo 25-29, a proporção de mulheres, que não usavam contracepção, era inferior à proporção das que usavam, chegando aos menores valores nos grupos 30-34 e 35-39, com exceção do nível de escolaridade mais baixo. Nesse, em boa parte dos países, excluindo Brasil e Colômbia, a proporção de mulheres que não usava método contraceptivo prevalecia na maioria das idades.

Entre as mulheres casadas/unidas que faziam uso de contracepção, na data da pesquisa, os métodos modernos sobressaíam, em relação aos outros métodos, em quase todos os países e níveis de escolaridade. O Peru constituía a única ressalva, já que, nesse país, os métodos tradicionais tinham a mesma importância que os métodos modernos, em todos os níveis de escolaridade, sendo que, em algumas idades, até maior. Nos demais países, as maiores proporções, de uso de métodos tradicionais, ocorriam nas idades intermediárias e mais velhas (30 à 44 anos), de todos os níveis de escolaridade, mas nunca ultrapassando a proporção dos métodos modernos.

Os países que, no primeiro período, apresentavam os menores níveis de fecundidade – Brasil, Colômbia e Costa Rica – também eram aqueles que exibiam as maiores proporções de mulheres casadas/unidas que faziam uso de métodos. E isso se dava na maioria dos níveis de escolaridade e faixas etárias. O Brasil se destacava com as maiores proporções de mulheres que faziam uso de contracepção. Além disso, em todos os países, a diferença entre as escolaridades extremas era significativa, mostrando a realidade distinta que as mulheres mais e menos escolarizadas vivenciavam.

No segundo período, houve aumento da proporção de mulheres casadas/unidas que faziam uso de contraceptivos, na data da entrevista, em todos os níveis de escolaridade de todos os países. Esse

aumento fez mudar o cenário antes prevalecente no primeiro período. Na maior parte dos países, as adolescentes, de média e alta escolaridade, passaram a exibir maior proporção de uso de métodos, o que ocorria somente em determinados países, no período anterior. No entanto, entre as adolescentes de baixa escolaridade, a situação manteve-se: em todos os países, a maioria ainda não usava nenhum método, na data da entrevista, conquanto a proporção tenha diminuído em relação ao primeiro período.

Entre as mulheres de 20-24 casadas/unidas, em quase todos os países, as que faziam uso de contracepção estavam em maior proporção, em todos os níveis de escolaridade. Em alguns países, isso só não acontecia entre as de baixa escolaridade. Nas demais idades, a proporção daquelas que não faziam uso de contracepção era menor desde o primeiro período, e se reduziu ainda mais no segundo, alcançando, inclusive, o nível de escolaridade mais baixo, que passou a apresentar esse panorama, para todos os países.

Os métodos modernos ganharam mais força, no segundo período, inclusive no Peru. Somente entre as mais escolarizadas, por exemplo, do total de mulheres casadas/unidas, entre 50% e 85% estavam usando métodos contraceptivos modernos, com poucas exceções no grupo 15-19, para o qual essa proporção era menor em alguns países. A proporção de mulheres que estavam usando métodos tradicionais também apresentou uma tendência de aumento entre o primeiro e o segundo período, contudo, em menor intensidade que a dos métodos modernos. No Peru, em nenhum grupo etário, o uso dos tradicionais superava o uso dos modernos, pelo contrário, a diferença entre eles parece ter aumentado, em relação ao que se verificava no primeiro período.

Os países de menor fecundidade tendiam a apresentar as maiores proporções de mulheres casadas/unidas usando contraceptivos, principalmente os modernos, e nas idades intermediárias e avançadas. Contudo, a diferença, em relação aos outros países, diminuiu para o primeiro período. A diferença que parece ter se mantido era entre as escolaridades extremas, haja vista que na maioria dos países, a proporção de mulheres casadas/unidas de baixa escolaridade que usavam contracepção era bem inferior à proporção de mulheres de alta escolaridade, notadamente nas idades intermediárias e avançadas. Nas idades mais jovens, o comportamento era um pouco mais similar entre os níveis extremos de escolaridade, sendo que, em alguns países, eram as de menor escolaridade que apresentavam proporções maiores de uso de métodos, como na Rep. Dominicana.

No terceiro período, a proporção de mulheres casadas/unidas que estavam usando métodos contraceptivos era superior à proporção daquelas que não estavam usando, em todos os países e níveis de escolaridade, inclusive no mais baixo. Somente em alguns países, a proporção de adolescentes de baixa escolaridade, que não estava usando nenhuma contracepção, era a maior. Nas demais idades, em todos os níveis, a proporção das que estavam usando era prevalecente.

Excetuando os casos das adolescentes de baixa escolaridade, de alguns países, os métodos modernos eram utilizados por, pelo menos, 50% das mulheres casadas/unidas de todas as escolaridades e países, sendo essa proporção maior nas idades intermediárias e avançadas. No Brasil, por exemplo, mais de 80% estava fazendo uso de métodos modernos, em algumas faixas etárias, na escolaridade mais alta. Enquanto o uso de métodos modernos cresceu, no terceiro período, em todos os países e escolaridades, o uso de métodos tradicionais apresentou comportamento oscilante, aumentando para alguns e diminuindo para outros. No entanto, os métodos tradicionais passaram a fazer parte da realidade de pouquíssimas mulheres, no último período de análise, já que, com exceção do Paraguai e Peru, eram raros os casos em que a proporção de mulheres casadas/unidas, usando esses métodos, chegava a dois dígitos. No Peru, ao longo dos três períodos, os métodos tradicionais perderam espaço para os modernos, principalmente entre as mulheres mais escolarizadas, mas, ainda assim, tinham importância para esse país.

O abismo que separava as escolaridades extremas se reduziu no terceiro período, na medida em que a contracepção se difundiu, de maneira mais intensa, entre as mulheres de baixa escolaridade. Em certos casos, foi possível notificar, inclusive, uma inversão da relação, com as mulheres menos escolarizadas apresentando maior proporção de uso de contraceptivos em detrimento das mais escolarizadas. O mesmo se deu entre os países. Aqueles com a menor fecundidade ainda eram os que sobressaíam com as maiores proporções de mulheres casadas/unidas que usavam contracepção, todavia, havia muitos casos em que isso não ocorria, para os diferentes níveis de escolaridade, o que demonstra que houve uma grande aproximação dos países, ao longo do tempo. Para cada nível de escolaridade, o comportamento desse indicador era parecido entre os países, de modo a sugerir que a América Latina se tornou um pouco mais homogênea no uso da contracepção.

### **Uso de contracepção, por quintil de riqueza:**

O comportamento desse indicador, por quintil de riqueza, seguiu a mesma tendência observada por escolaridade. No primeiro período, a maior proporção de mulheres casadas/unidas que, na data da entrevista, declararam que não estava usando nenhum método, se encontrava nos quintis mais baixos. Entre as adolescentes casadas/unidas do quintil mais baixo, no primeiro período, mais de 50% afirmaram não estar usando nenhuma contracepção, em todos os países, sendo que, em alguns, ultrapassou os 80% (El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana) e até 90% delas – Peru. Entre as adolescentes do quintil médio, somente no Brasil a proporção foi menor que 50% (de 42%), mas em nenhum país chegou a 80%. E, entre as do quintil mais alto, na maioria dos países a proporção ficou entre 40% e 60%; somente no Paraguai foi de 78%, e na Costa Rica e na Nicarágua, ficou abaixo de 40%.

No caso das jovens de 20-24, em quase todos os países, exceto Costa Rica, a proporção daquelas, pertencentes ao quintil mais baixo, que não estavam usando nenhum método na data da entrevista, ficou acima de 50%, chegando, em alguns, a ultrapassar os 80% – Peru. No quintil médio, a proporção ficou entre 30% e 55%, com somente o Paraguai apresentando uma proporção de 60%. No quintil mais alto, por outro lado, a proporção das mulheres de 20-24, casadas/unidas, que declararam não estar usando nenhum método, variou entre 20% e 50%, com somente El Salvador e Peru apresentando proporção acima (ambos de 51%).

Os dados mostram que as jovens, no primeiro período, principalmente as adolescentes, exibiam as maiores proporções das que não estavam usando métodos contraceptivos, do total de mulheres casadas/unidas, nos três quintis de riqueza analisados, de todos os países. E, geralmente, nos grupos 30-34 e 35-39 estavam as menores proporções. Ademais, a diferença entre os quintis era substantiva, já que no quintil mais baixo, ainda predominavam as maiores proporções daquelas que não estavam usando contraceptivos, na data da entrevista, em todos os países. Nos quintis médio e mais alto, por outro lado, as mulheres que não estavam usando contracepção representavam proporções menores, abaixo de 50%, com pouquíssimas exceções.

O uso de métodos modernos era predominante, sobretudo no quintil mais rico, e entre as mulheres das idades mais velhas. Somente no Peru, em todos os quintis, e no Paraguai, no quintil mais alto, os métodos tradicionais tinham grande importância relativa. No caso do Peru, em particular, o uso de métodos tradicionais se dava em proporção próxima ao uso dos modernos; no quintil mais baixo, a proporção de uso de método tradicional era, inclusive, maior que a proporção de uso dos modernos, em todas as idades.

Do mesmo modo que na escolaridade, os países que, no primeiro período, tinham os menores níveis de fecundidade, eram os que apresentavam, na maioria das vezes, as maiores proporções de mulheres casadas/unidas usando contracepção, em todos os quintis de riqueza. E a diferença, para os outros países, chegava a ser relevante em alguns casos.

No segundo período, a proporção de mulheres casadas/unidas, que não estavam usando nenhum método, diminuiu em todos os quintis de riqueza de todos os países. Mesmo assim, no segundo período, a proporção de adolescentes, que não estava usando contraceptivos, era superior à proporção daquelas que estava usando, em todos os países, no quintil mais baixo; no quintil médio isso ocorria somente em alguns (El Salvador, Peru e Rep. Dominicana), e, no quintil mais alto, apenas em dois (El Salvador e Rep. Dominicana).

A situação não era diferente para as jovens de 20-24, no quintil mais baixo. Enquanto no Brasil, na Costa Rica e na Nicarágua, a proporção de mulheres que não estavam usando contracepção era menor que a proporção das que estavam usando, nos demais países ocorria o inverso. Nos quintis médio e mais alto, no entanto, em quase todos os países, exceto Rep. Dominicana, a proporção de mulheres de 20-24 que não estavam usando contracepção era mais baixa.

Nas demais idades, predominou a proporção de mulheres que estavam usando algum método, em todos os quintis. No entanto, eram, novamente, nas idades mais jovens – 15-19 e 20-24 – que ocorriam as maiores proporções de mulheres que não estavam usando nenhuma contracepção, ao passo os grupos 30-34 e 35-39 tendiam a concentrar as menores proporções, em todos os países.

O uso dos métodos modernos e tradicionais também aumentou no segundo período, todavia, se deu com maior intensidade para os primeiros. As maiores proporções de uso de métodos modernos ocorreram no quintil mais alto entre as mulheres a partir de 30 anos, ultrapassando o patamar de 50% do total de casadas/unidas em todos os países. No quintil mais baixo, os métodos tradicionais ainda tinham importância, principalmente para Paraguai e Peru. Nesse último, se estendia para o quintil médio, também.

A diferença entre os quintis de riqueza parece ter se reduzido no segundo período, conquanto ainda fosse relevante, bem como entre os países, no entanto, aqueles que tinham os menores níveis de fecundidade continuaram sendo os que apresentavam as maiores proporções de mulheres usando contracepção.

O terceiro período foi marcado pelas menores proporções de mulheres casadas/unidas que não estavam usando método contraceptivo na data da pesquisa. Com raríssimas exceções, nos três quintis analisados e faixas etárias, a proporção de mulheres que não estavam usando nenhum método ficou abaixo de 50%, em todos os países. Isso significa que a maioria das mulheres, de todos os países, estava usando algum contraceptivo, na data da entrevista, independente do quintil de riqueza. Certamente, no quintil mais alto a proporção de uso era superior à dos outros quintis, assim como nas idades intermediárias e mais velhas.

Os métodos modernos se tornaram predominantes em todos os países. A proporção de mulheres casadas/unidas que estavam usando algum método moderno era elevada em todos os quintis de riqueza, com destaque para o mais alto. Por outro lado, na maioria dos países, com exceção do Paraguai e Peru, a proporção de mulheres que estavam usando métodos tradicionais chegava a, no máximo, próximo de 15%, embora a maior frequência fosse de menos de 10%. Nos dois países mencionados, a proporção de uso de métodos tradicionais era maior, em relação aos outros,

principalmente no quintil mais baixo, embora a importância desses métodos tenha diminuído no terceiro período, de modo notório no quintil mais alto.

As diferenças entre os quintis e entre os países se reduziram substantivamente. Os países que possuíam os menores níveis de fecundidade não tinham proporções que se destacavam dos demais países, tal como ocorria no primeiro período. Isso significa que esses países não necessariamente apresentavam as maiores proporções de mulheres usando alguma contracepção. Não eram raros os casos em que países com fecundidade mais alta apresentavam proporções maiores, para determinado quintil ou faixa etária. Além disso, os percentuais eram bem próximos entre eles, principalmente nas faixas etárias mais jovens. No que diz respeito aos quintis, o quintil mais rico permanecia com as maiores proporções de mulheres casadas/unidas usando contracepção, e o quintil mais baixo com as menores proporções, mas, em comparação com os períodos anteriores, a diferença entre eles era bem menor, no terceiro período, notadamente entre as mais jovens. As mudanças que ocorreram, ao longo do tempo, afetaram mais intensamente as mulheres do quintil mais baixo, o que permitiu que essas, no último período, se aproximassem do comportamento das mulheres do quintil mais alto.

Em resumo, a proporção de mulheres casadas/unidas que faziam uso de métodos contraceptivos, na data da pesquisa, aumentou consideravelmente ao longo dos períodos, principalmente entre as mais jovens. Isso significa que a prevalência de contracepção era maior, no período mais recente, para as mulheres de todas as idades, em comparação com os períodos anteriores. Os métodos modernos sempre foram os mais usados, exceto no Peru, onde os métodos tradicionais também tinham relevância. Ademais, a diferença entre os países diminuiu no terceiro período, de modo que o comportamento geral do uso de métodos era parecido entre os países, tanto por tipo de método quanto nas idades.

O mesmo ocorreu por escolaridade e quintil de riqueza. No primeiro período, as mulheres pertencentes aos estratos socioeconômicos mais baixos e as jovens de 15-24 anos, eram aquelas que apresentavam as menores proporções de uso de contracepção, em todos os países. Aqueles países que possuíam os menores níveis de fecundidade, no entanto, tendiam a exibir proporções um pouco mais elevadas que os países de maiores níveis. Dentre os métodos usados, os modernos eram majoritários para quase todos os países, independente da escolaridade e quintil de riqueza, com exceção do Peru. Ao longo dos períodos, houve aumento significativo de mulheres usando contracepção, na data da entrevista, e isso foi mais importante para as jovens, sugerindo uma mudança de comportamento reprodutivo entre elas, em todos os estratos. A diferença entre os extremos ainda existia no terceiro período, conquanto em menor magnitude, comparativamente aos períodos anteriores. As mulheres pertencentes às categorias mais baixas ainda apresentavam as menores proporções de uso de métodos, com destaque para as jovens, ao passo que as maiores proporções se encontravam entre as mulheres das categorias mais

altas. Os métodos modernos se sobressaíam no terceiro período, inclusive no Peru. E, a diferença, no uso de contracepção, diminuiu entre os países, para todas as categorias de escolaridade e quintil de riqueza.

O cenário observado, no terceiro período, portanto, era mais uniforme, sugerindo que as transformações ocorridas, ao longo do tempo, acabaram por aproximar os países no modo como se dava o uso da contracepção, entre as mulheres casadas/unidas, mesmo por escolaridade e quintil de riqueza. A América Latina, de modo geral, era mais homogênea, no período mais recente, em relação aos períodos anteriores.

#### **4.10. Presença de filhos ao utilizar método contraceptivo pela primeira vez:**

Esse indicador identifica se a mulher tinha, ou não tinha filho nascido vivo, quando usou contracepção pela primeira vez. Esse indicador ajuda a entender a questão do planejamento da fecundidade, pois em populações nas quais grande parte das mulheres tinha filho quando iniciou o uso de contracepção, pode ser um indicativo de problema de acesso ao planejamento, ou mesmo de mau planejamento da fecundidade.

No primeiro período, a maior proporção das adolescentes (15-19) declarou, na data da pesquisa, que não tinha filhos, ao usar método pela primeira vez, em quase todos os países exceto na Rep. Dominicana, onde a maior proporção já tinha sido mãe antes do primeiro uso (TAB. 4.10.1, a). O contrário se deu no grupo 20-24, em que a maioria dos países apresentava maior proporção de mulheres que declararam que tiveram filho antes de começar a usar método, com o Brasil e o Paraguai sendo os únicos em que as mulheres que não tiveram filho estavam em maior proporção (TAB. 4.10.1, a). No grupo 25-29, somente no Brasil a maior proporção era das mulheres que declararam que não tiveram filho antes do primeiro uso de contraceptivo; na Nicarágua, no Peru e na Rep. Dominicana, as que declararam que tiveram filho, antes de começar a usar contracepção, representavam cerca de 80% do total das mulheres de 25-29 que usaram método alguma vez (TAB. 4.10.1, a). Nas demais idades, prevaleceu, em todos os países, a proporção de mulheres que tiveram filho antes de fazer uso de contracepção pela primeira vez.

O Brasil foi o país que se destacou no primeiro período, por apresentar as menores proporções, em todas as faixas etárias, de mulheres que declararam ter tido filho antes de começar a usar contraceptivo. Nos demais países, verificou-se que a maioria das mulheres, a partir das jovens de 20-24 anos, já era mãe antes de fazer uso de algum método pela primeira vez. A Rep. Dominicana chama a atenção pelo fato de essa proporção já ser maior mesmo entre as adolescentes, indicando um possível

problema de planejamento familiar, nesse país, no primeiro período, uma vez que são muito raros os casos em que as mulheres têm filhos planejados na adolescência.

No segundo período, a situação modificou-se um pouco. Em nenhum país, a proporção de adolescentes, que tiveram filho antes de usar método contraceptivo pela primeira vez, foi maior que a proporção das que não tiveram (TAB. 4.10.1, b). E, entre as mulheres de 20-24, nos países em que a proporção era maior para as que declararam ter tido filho, antes de usar método, o valor era inferior ao do primeiro período (TAB. 4.10.1, b), o que indica que, nesses países, menos mulheres jovens declararam ter sido mãe antes de começar a usar contracepção, em comparação com o período anterior. Situação semelhante foi verificada para o grupo 25-29. Essas mudanças apontam para uma mudança no comportamento, desse indicador, entre as jovens. Nas idades mais velhas, a tendência era semelhante ao verificado anteriormente.

O Brasil continuava em uma situação de destaque, em relação aos demais, com diferença significativa, principalmente nas idades mais avançadas. Nesse país, as mulheres que declararam que não tiveram filho, antes de começar usar contraceptivo pela primeira vez, estavam em maior proporção até a faixa etária 35-39 (TAB. 4.10.1, b). O Paraguai foi o único que apresentou proporções parecidas com as do Brasil, mas somente nas idades mais jovens. E, em países como El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana, a situação das jovens era bem diversa, em comparação com a do Brasil, pois neles ainda era elevada a proporção de jovens que declararam ter tido filho antes de iniciar o uso de contracepção.

O terceiro período marca uma modificação importante, em relação ao panorama do primeiro período. Em quase todos os países, menos de 20% das adolescentes declararam ter tido filho, antes de usar método pela primeira vez; somente em El Salvador era de 22%, um pouco acima (TAB. 4.10.1, c). No Brasil e Paraguai, essa proporção era ao redor de 5% (TAB. 4.10.1, c). E em todos os países, o cenário era parecido para as mulheres de 20-24 anos, entre as quais, aquelas que declaram ter tido filho, antes de usar contracepção pela primeira vez, estavam em proporção muito menor que aquelas que não tiveram filhos. Brasil, Costa Rica e Paraguai apresentaram as menores proporções, inferior a 15% (TAB. 4.10.1, c). Ademais, enquanto no primeiro período, em alguns países, próximo de 80% das mulheres de 25-29 anos declarou ter tido filho antes de começar a usar método, no terceiro período o maior valor foi de 62%, para El Salvador (TAB. 4.10.1, c). Na maioria dos países, ficou abaixo de 40%, o que mostra que, no último período, a maior parte das mulheres de 25-29 declarou não ter tido filho antes de usar contracepção pela primeira vez. Mudança também foi observada entre as mulheres de 30-34: para Brasil, Colômbia, Costa Rica, Paraguai e Peru, a proporção das que não teve filhos antes de usar método foi maior do que a proporção das que declararam ter tido, o que não ocorreu com nenhum país no primeiro período.



O cenário do terceiro período era muito diferente daquele encontrado no primeiro período de análise, indicando que, a difusão e maior acesso aos métodos contraceptivos, que atingiu de modo mais intenso as jovens, pode ter tido papel importante para mudar o comportamento reprodutivo dessas mulheres. A proporção das jovens, que declararam ter tido filho antes de usar contracepção pela primeira vez, reduziu-se drasticamente, em relação ao primeiro período. Anteriormente, a maioria das jovens, em grande parte dos países, tinha filho antes de começar a usar contracepção; no período mais recente, era muito pequena a proporção daquelas que apresentavam esse comportamento, em todos os países.

Houve, ademais, uma aproximação entre os países no terceiro período, notadamente nas coortes mais jovens. O Brasil não era o único destaque, pois Paraguai passou a apresentar proporções parecidas e, com exceção de El Salvador e Nicarágua, a diferença para os demais países era menor, do que nos períodos anteriores. As mudanças que ocorreram no tempo permitiram uma maior aproximação e uniformização dos países, no que tange ao comportamento desse indicador.

**Tabela 4.10.1. Proporção (%) de mulheres que tinham, ou não tinham, filho nascido vivo, quando do primeiro uso de método contraceptivo, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Presença de Filho ao Usar Método Contraceptivo Pela Primeira Vez												N
	Tinha Filho Nascido Vivo						Não Tinha Filho Nascido Vivo						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 1986	35,8	40,0	43,6	56,7	69,6	76,6	64,2	60,0	56,4	43,3	30,4	23,4	3514
Colômbia - 1986	41,1	65,3	73,3	83,8	89,2	94,1	58,9	34,7	26,7	16,2	10,8	5,9	2614
Costa Rica - 1986	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
El Salvador - 1985	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nicaragua - 1992/93	49,1	65,7	78,2	82,0	86,8	90,1	50,9	34,3	21,8	18,0	13,2	9,9	7901
Paraguai- 1990	25,7	47,1	59,3	66,1	73,5	79,7	74,3	52,9	40,7	33,9	26,5	20,3	2709
Peru - 1986	34,8	66,1	76,6	87,6	89,7	94,6	65,2	33,9	23,4	12,4	10,3	5,4	1949
Rep. Dominicana - 1986	53,7	71,5	79,7	84,9	91,9	93,6	46,3	28,5	20,3	15,1	8,1	6,4	3446

**b) Segundo Período:**

País	Presença de Filho ao Usar Método Contraceptivo Pela Primeira Vez												N
	Tinha Filho Nascido Vivo						Não Tinha Filho Nascido Vivo						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 1996	16,8	27,2	33,5	41,7	47,2	55,4	83,2	72,8	66,5	58,3	52,8	44,6	8212
Colômbia - 1995	24,8	43,6	51,1	62,3	68,1	75,6	75,2	56,4	48,9	37,7	31,9	24,4	6918
Costa Rica - 1999 *	28,6	41,9	40,6	50,0	62,1	63,6	71,4	58,1	59,4	50,0	37,9	36,4	822
El Salvador - 1998	45,8	63,3	78,1	86,4	85,1	86,2	54,2	36,7	21,9	13,6	14,9	13,8	2421
Nicaragua - 2001	42,4	60,2	75,1	80,9	87,0	89,3	57,6	39,8	24,9	19,1	13,0	10,7	7732
Paraguai- 1998	17,2	38,3	48,1	63,6	71,8	73,8	82,8	61,7	51,9	36,4	28,2	26,2	3152
Peru - 1996	31,5	48,2	65,3	73,8	80,5	84,3	68,5	51,8	34,7	26,2	19,5	15,7	15877
Rep. Dominicana - 1996	41,8	55,4	66,2	74,1	81,0	87,3	58,2	44,6	33,8	25,9	19,0	12,7	4918

\* Primeiro grupo etário 18-19

## c) Terceiro Período:

País	Presença de Filho ao Usar Método Contraceptivo Pela Primeira Vez												N
	Tinha Filho Nascido Vivo						Não Tinha Filho Nascido Vivo						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 2006	5,7	11,9	18,2	24,8	27,6	31,2	94,3	88,1	81,8	75,2	72,4	68,8	11951
Colômbia - 2010	12,3	26,2	37,4	47,0	54,8	60,6	87,7	73,8	62,6	53,0	45,2	39,4	36913
Costa Rica - 2010	9,2	14,6	25,2	26,7	29,4	51,7	90,8	85,4	74,8	73,3	70,6	48,3	946
El Salvador - 2008	22,0	39,3	61,7	74,4	77,0	83,2	78,0	60,7	38,3	25,6	23,0	16,8	2928
Nicaragua - 2011	17,5	27,8	43,3	55,4	66,8	75,9	82,5	72,2	56,7	44,6	33,2	24,1	15139
Paraguai- 2008	4,1	11,6	24,3	37,3	44,8	53,3	95,9	88,4	75,7	62,7	55,2	46,7	7146
Peru - 2012	12,0	24,1	36,7	46,3	54,4	63,1	88,0	75,9	63,3	53,7	45,6	36,9	7146
Rep. Dominicana - 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

### Presença de filhos ao utilizar método pela primeira vez, por escolaridade:

No primeiro período, as mulheres de baixa escolaridade declararam, em sua maioria, ter tido filho antes de fazer o primeiro uso de método contraceptivo (TAB. 4.10.2, a). Excetuando as adolescentes de Colômbia, Paraguai e Peru, em todas as idades, de todos os países, a proporção daquelas que tiveram filho, antes de usar método pela primeira vez, era bem elevada, sendo que, nas idades mais velhas, chegava a quase a totalidade das mulheres.

Entre as de média escolaridade, a proporção de adolescentes, que tiveram filho antes do primeiro uso de contracepção, ficou próximo ou abaixo de 50% em quase todos os países, menos na Colômbia, onde foi de 55% (TAB. 4.10.2, a). Nas outras idades, em quase todos os países, a proporção de mulheres, que tiveram filho antes de começar a usar contracepção, era superior à daquelas que não tiveram filho (TAB. 4.10.2, a). O Brasil foi a única exceção, pois, neste país, a proporção de mulheres que não tiveram filho era maior até o grupo 25-29 (TAB. 4.10.2, a). Situação parecida era vivenciada pelas mulheres de escolaridade mais alta. Em todos os países, as adolescentes de alta escolaridade declararam, em maior proporção, que não tiveram filho antes de usar método pela primeira vez. Isso também ocorreu entre as jovens de 20-24 da maioria dos países, embora em Peru e Rep. Dominicana, as mulheres que não tiveram filho estavam em menor proporção (TAB. 4.10.2, a). Nas demais idades, ao contrário, a predominância foi de mulheres que tiveram filho antes de iniciar o uso de contraceptivo. O Brasil foi o único país em que a proporção de mulheres, que tiveram filho, foi menor em todas as faixas etárias, inclusive nas mais velhas, na escolaridade mais alta (TAB. 4.10.2, a).

Na escolaridade mais baixa, em metade dos países, a proporção de adolescentes que foi mãe, antes de usar método pela primeira vez, era maior que a proporção daquelas que não tiveram filhos. Esse cenário pode indicar que, em tais países, havia um problema de planejamento da fecundidade entre as

adolescentes, seja por falta de acesso aos métodos contraceptivos ou desconhecimento da sua existência, dado que não se espera, nem mesmo no primeiro período, que a maior parte das adolescentes prefira a maternidade antes de usar métodos pela primeira vez. Daí que, entre as adolescentes de escolaridade mais alta, isso não se verificou, pois que a maioria declarou que não tinha filhos antes de usar método pela primeira vez, em todos os países.

Entre as mais velhas, no entanto, a maior parte declarou que tinha filhos antes de usar contracepção pela primeira vez, em todos os níveis de escolaridade. Isso é compreensível na medida em que essas mulheres entraram no período reprodutivo em uma época em que a contracepção era pouco disseminada na América Latina, daí que o acesso, e o uso adequado, eram limitados. Por isso é que a proporção de mulheres que declararam que tiveram filho, antes do primeiro uso de contracepção, das coortes mais jovens era bem menor que a proporção nas coortes mais velhas. O contexto em que elas estavam inseridas, ao entrar no período reprodutivo, era bem diferente.

No segundo período, a proporção de mulheres que declararam que tiveram filho, antes de usar método contraceptivo pela primeira vez, era bem menor que no período anterior, na maioria dos casos. E isso se deu, de modo mais notório, entre as mais jovens. Mesmo assim, em El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana, a maior proporção de adolescentes, de baixa escolaridade, declarou que já tinha filho quando usou método pela primeira vez (TAB. 4.10.2, b). Nas outras escolaridades, isso não ocorreu em nenhum país. Entre as adolescentes de alta escolaridade, pelo contrário, menos de 30% tinha filho ao fazer uso de contraceptivo pela primeira vez, em todos os países, sendo que, no Brasil e na Colômbia, era menos de 10%, muito abaixo da proporção observada entre as de menor escolaridade (TAB. 4.10.2, b). Situação semelhante era encontrada para as jovens de 20-24. Mesmo com a redução, em relação ao período anterior, essas mulheres, de baixa escolaridade, apresentavam proporções maiores entre aquelas que já tinham filho ao primeiro uso de métodos, na maioria dos países, excluindo o Brasil. Na escolaridade média, isso ocorria em menos países, e, na escolaridade mais alta, em nenhum país a proporção das que tinham filho era maior que a proporção das que não tinham, ao usar método pela primeira vez (TAB. 4.10.2, b). Essas diferenças revelam como a realidade era distinta entre as mulheres pertencentes a escolaridades extremas. Entre as de menor escolaridade, por exemplo, em alguns países, próximo de 80% das jovens de 20-24 declarou que já tinha filho, quando usou método pela primeira vez, enquanto nesses mesmos países, porém na escolaridade mais alta, tal proporção ficava abaixo de 45% (TAB. 4.10.2, b).

Nas demais idades, a proporção daquelas que tiveram filho, antes de começar a usar método, era maior em todos os países no nível de escolaridade mais baixo, chegando a quase totalidade das mulheres em boa parte deles. Isso também se dava na maioria dos países, na escolaridade média, porém em somente metade dos países na escolaridade mais alta. Na outra metade – Brasil, Colômbia, Costa Rica e

Paraguai – a proporção de mulheres, que declararam que tinham filhos, ao usar contracepção pela primeira vez, era menor que a proporção das que não tinham, em todas as idades, inclusive nas mais velhas.

Novamente, o Brasil apresentava, na maioria das vezes, as menores proporções de mulheres que declararam que já tinham filho quando começaram a usar método contraceptivo pela primeira vez, principalmente na categoria de escolaridade mais alta. Somente entre as adolescentes isso não ocorria. E a diferença da proporção do Brasil para alguns países, como Rep. Dominicana e Nicarágua, era considerável em todas as categorias de escolaridade, notadamente entre as idades mais jovens. Isso mostra que, no Brasil, no segundo período, o acesso aos métodos contraceptivos ocorria em uma magnitude maior, antes de as mulheres terem o primeiro filho, em comparação com outros países da América Latina.

No terceiro período, em nenhum país a proporção de adolescentes, que declararam que tiveram filho, antes de usar contracepção pela primeira vez, era maioria, nem mesmo na escolaridade mais baixa (TAB. 4.10.2, c). Isso significa que, nesse período, a maioria das adolescentes, de todas as escolaridades e países, usou método anticoncepcional antes de iniciar a reprodução, o que não acontecia em períodos anteriores. No caso de Brasil e Paraguai, menos de 10% das adolescentes, em todos os níveis de escolaridade, tiveram filho antes de iniciar o uso de contracepção, as menores proporções (TAB. 4.10.2, c). Entre as jovens de 20-24, somente em três países a proporção daquelas que declararam que tinham filho, antes do primeiro uso de contraceptivo, era superior à proporção das que não tinham. Isso se deu com Colômbia, El Salvador e Peru, e somente na escolaridade mais baixa. Nas demais escolaridades, a proporção das jovens 20-24 sem filho, ao primeiro uso de método, era bem superior à das que tinham filho, em todos os países (TAB. 4.10.2, c). Na escolaridade mais alta, aquelas que não tinham filho eram em proporção maior que 80% em todos os países, chegando a ultrapassar os 90% em Brasil, Colômbia, Paraguai e Peru (TAB. 4.10.2, c).

Nas demais idades, a situação também mudou em relação ao período anterior. Em considerável número de países, as mulheres que já tinham filho, ao usar algum método pela primeira vez, eram em proporção maior, porém nas idades mais velhas e na escolaridade mais baixa. Entre as de alta escolaridade, contudo, essa maior proporção só ocorreu em El Salvador e Nicarágua, e apenas para o último grupo etário (40-44). Em todos os outros países e idades, prevaleceu a proporção das que não tinham filho, quando usaram contracepção pela primeira vez.

O Brasil continuou apresentando as menores proporções de mulheres que tiveram filho antes de usar contracepção, notadamente nas idades mais velhas. Contudo, a diferença para os demais países reduziu-se, em comparação aos períodos anteriores, e, de maneira mais evidente, nas idades jovens e

na escolaridade mais alta. Ademais, a diferença, entre os extremos de escolaridade, também diminuiu, em comparação ao que era observado nos períodos anteriores. Isso porque o aumento da proporção de mulheres sem filhos, antes do primeiro uso de método, se deu de forma mais intensa entre as mulheres de baixa escolaridade, entre as quais essa proporção era muito baixa. Desse modo, elas acabaram se aproximando do comportamento das mulheres de escolaridade mais alta, reduzindo as diferenças entre elas, em todos os países. Mesmo assim, cabe ressaltar que a realidade das mulheres menos escolarizadas ainda era bem distinta da realidade das mais escolarizadas. A proporção de jovens e de mulheres em idades intermediárias, que tiveram filho, antes de usar anticoncepcionais pela primeira vez, era muito maior na escolaridade mais baixa.

O cenário verificado no terceiro período sinaliza para mudanças importantes no planejamento familiar ao longo do tempo. Se, no primeiro período, a quase totalidade das mulheres jovens (entre 20-24 e 25-29) tiveram filho antes de começar a usar contracepção, principalmente entre as menos escolarizadas, isso deixou de ser predominante em boa parte dos países, no terceiro período. Essas mulheres menos escolarizadas passaram a apresentar, no terceiro período, um comportamento parecido com que era encontrado para as mulheres mais escolarizadas no primeiro período. E essas últimas, estavam em proporção cada vez menor das que tiveram filho antes de usar método pela primeira vez. No entanto, mesmo no terceiro período, o panorama brasileiro era bem distinto do de certos países, como El Salvador e Nicarágua, sugerindo que ainda havia espaço para modificações na região.

**Tabela 4.10.2. Proporção (%) de mulheres que tinham, ou não tinham, filho nascido vivo, quando do primeiro uso de método contraceptivo, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Presença de Filho ao Usar Método pela 1ª vez	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	Tinha Filho	51,1	62,2	70,9	77,0	88,4	93,9	38,6	42,8	48,6	64,4	69,3	73,4	17,0	20,7	22,2	24,9	41,1	47,1
	Não tinha filho	48,9	37,8	29,1	23,0	11,6	6,1	61,4	57,2	51,4	35,6	30,7	26,6	83,0	79,3	77,8	75,1	58,9	52,9
		N = 1132						N = 1284						N = 1088					
Colômbia 1986	Tinha Filho	39,3	80,7	88,1	94,1	96,9	95,2	55,2	74,3	80,2	89,6	94,1	97,0	9,1	43,5	55,4	63,5	67,9	79,4
	Não tinha filho	60,7	19,3	11,9	5,9	3,1	4,8	44,8	25,7	19,8	10,4	5,9	3,0	90,9	56,5	44,6	36,5	32,1	20,6
		N = 873						N = 1011						N = 731					
Nicaragua 1992/93	Tinha Filho	68,9	81,2	90,2	96,5	95,3	98,5	51,2	75,9	84,8	87,6	93,4	91,0	29,0	47,2	66,9	65,8	70,0	74,7
	Não tinha filho	31,1	18,8	9,8	3,5	4,7	1,5	48,8	24,1	15,2	12,4	6,6	9,0	71,0	52,8	33,1	34,2	30,0	25,3
		N = 2270						N = 2801						N = 2849					
Paraguai 1990	Tinha Filho	35,1	63,6	74,5	80,9	87,0	85,6	23,2	53,4	66,0	74,1	73,9	82,7	13,2	30,6	45,9	47,6	58,1	65,5
	Não tinha filho	64,9	36,4	25,5	19,1	13,0	14,4	76,8	46,6	34,0	25,9	26,1	17,3	86,8	69,4	54,1	52,4	41,9	34,5
		N = 847						N = 895						N = 963					
Peru 1986	Tinha Filho	25,0	71,7	90,3	97,9	93,8	97,8	37,5	75,6	86,5	94,9	94,2	96,6	35,7	56,7	61,5	76,3	82,7	86,5
	Não tinha filho	75,0	28,3	9,7	2,1	6,3	2,2	62,5	24,4	13,5	5,1	5,8	3,4	64,3	43,3	38,5	23,7	17,3	13,5
		N = 520						N = 670						N = 759					
Rep. Dominicana 1986	Tinha Filho	63,1	83,3	93,8	98,3	97,9	97,2	50,5	76,2	88,2	86,1	94,2	86,7	46,8	59,4	60,0	68,3	73,5	91,5
	Não tinha filho	36,9	16,7	6,3	1,7	2,1	2,8	49,5	23,8	11,8	13,9	5,8	13,3	53,2	40,6	40,0	31,7	26,5	8,5
		N = 1291						N = 1113						N = 1044					

## b) Segundo Período:

País	Presença de Filho ao Usar Método pela 1ª vez	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	Tinha Filho	33,1	44,7	54,5	62,2	64,4	71,4	14,4	29,9	29,6	39,5	42,7	50,0	2,2	7,8	14,2	21,7	23,9	26,7
	Não tinha filho	66,9	55,3	45,5	37,8	35,6	28,6	85,6	70,1	70,4	60,5	57,3	50,0	97,8	92,2	85,8	78,3	76,1	73,3
		N = 3113						N = 2674						N = 2413					
Colômbia 1995	Tinha Filho	40,2	63,8	72,9	81,3	83,2	89,7	20,9	49,4	57,2	62,7	68,6	71,1	8,2	17,9	27,7	40,0	44,5	45,8
	Não tinha filho	59,8	36,2	27,1	18,7	16,8	10,3	79,1	50,6	42,8	37,3	31,4	28,9	91,8	82,1	72,3	60,0	55,5	54,2
		N = 2812						N = 1887						N = 2216					
Costa Rica 1999*	Tinha Filho	41,7	54,1	54,8	67,1	72,1	72,5	27,3	44,7	35,7	47,1	67,6	81,3	0,0	28,6	21,1	29,6	44,6	45,7
	Não tinha filho	58,3	45,9	45,2	32,9	27,9	27,5	72,7	55,3	64,3	52,9	32,4	18,8	100,0	71,4	78,9	70,4	55,4	54,3
		N = 398						N = 159						N = 262					
El Salvador 1998	Tinha Filho	60,8	78,7	86,3	96,3	92,1	99,0	45,9	72,7	90,2	98,2	95,1	94,5	31,2	42,2	63,0	70,5	68,4	59,7
	Não tinha filho	39,2	21,3	13,7	3,7	7,9	1,0	54,1	27,3	9,8	1,8	4,9	5,5	68,8	57,8	37,0	29,5	31,6	40,3
		N = 820						N = 722						N = 882					
Nicaragua 2001	Tinha Filho	51,0	80,1	89,2	93,0	94,6	93,9	42,1	63,4	81,0	83,1	93,4	95,5	28,1	38,5	54,9	66,8	73,5	73,7
	Não tinha filho	49,0	19,9	10,8	7,0	5,4	6,1	57,9	36,6	19,0	16,9	6,6	4,5	71,9	61,5	45,1	33,2	26,5	26,3
		N = 2869						N = 2441						N = 2422					
Paraguai 1998	Tinha Filho	23,9	50,8	74,7	87,4	90,9	89,0	18,6	49,0	57,5	69,9	70,9	78,9	13,1	24,5	19,8	37,1	46,5	49,6
	Não tinha filho	76,1	49,2	25,3	12,6	9,1	11,0	81,4	51,0	42,5	30,1	29,1	21,1	86,9	75,5	80,2	62,9	53,5	50,4
		N = 954						N = 1092						N = 1115					
Peru 1996	Tinha Filho	47,1	71,4	85,4	89,7	94,5	93,4	26,2	57,0	82,5	85,2	89,1	91,6	14,0	31,6	47,1	56,1	63,8	70,7
	Não tinha filho	52,9	28,6	14,6	10,3	5,5	6,6	73,8	43,0	17,5	14,8	10,9	8,4	86,0	68,4	52,9	43,9	36,2	29,3
		N = 5872						N = 2884						N = 7117					
Rep. Dominicana 1996	Tinha Filho	53,8	74,3	84,7	87,9	93,9	92,9	36,3	58,3	69,4	81,5	78,8	90,5	29,5	34,2	49,2	57,0	66,5	72,5
	Não tinha filho	46,2	25,7	15,3	12,1	6,1	7,1	63,7	41,7	30,6	18,5	21,3	9,5	70,5	65,8	50,8	43,0	33,5	27,5
		N = 1582						N = 1828						N = 1506					

\* Primeiro grupo etário 18-19

## c) Terceiro Período:

País	Presença de Filho ao Usar Método pela 1ª vez	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	Tinha Filho	9,5	23,2	34,9	39,8	45,5	49,5	3,9	14,8	16,8	26,9	29,4	26,1	5,9	5,0	7,9	12,1	10,9	12,8
	Não tinha filho	90,5	76,8	65,1	60,2	54,5	50,5	96,1	85,2	83,2	73,1	70,6	73,9	94,1	95,0	92,1	87,9	89,1	87,2
		N = 4367						N = 3773						N = 5313					
Colômbia 2010	Tinha Filho	26,7	52,2	61,4	66,6	71,7	73,0	9,5	30,8	39,4	47,7	52,9	57,0	2,6	5,8	16,5	23,6	29,2	34,7
	Não tinha filho	73,3	47,8	38,6	33,4	28,3	27,0	90,5	69,2	60,6	52,3	47,1	43,0	97,4	94,2	83,5	76,4	70,8	65,3
		N = 11594						N = 15609						N = 9713					
Costa Rica 2010	Tinha Filho	34,5	27,4	34,7	36,2	40,7	67,9	13,2	19,0	32,6	24,4	30,4	60,1	13,0	11,4	14,4	24,6	13,6	29,1
	Não tinha filho	65,5	72,6	65,3	63,8	59,3	32,1	86,8	81,0	67,4	75,6	69,6	39,9	87,0	88,6	85,6	75,4	86,4	70,9
		N = 366050						N = 226848						N = 383712					
El Salvador 2008	Tinha Filho	25,6	73,9	80,0	86,8	89,9	94,7	26,1	40,7	74,4	84,0	87,1	91,4	6,3	17,8	38,4	50,0	48,8	60,0
	Não tinha filho	74,4	26,1	20,0	13,2	10,1	5,3	73,9	59,3	25,6	16,0	12,9	8,6	93,7	82,2	61,6	50,0	51,2	40,0
		N = 975						N = 958						N = 994					
Nicaragua 2011	Tinha Filho	31,3	48,6	61,9	74,1	81,8	89,7	15,7	30,1	46,4	55,9	69,6	77,1	8,0	15,2	28,3	36,3	44,5	52,9
	Não tinha filho	68,7	51,4	38,1	25,9	18,2	10,3	84,3	69,9	53,6	44,1	30,4	22,9	92,0	84,8	71,7	63,7	55,5	47,1
		N = 4612						N = 5365						N = 5165					
Paraguai 2008	Tinha Filho	7,0	25,3	44,1	52,0	53,2	65,3	5,5	13,9	23,0	35,6	47,0	49,0	0,7	2,5	8,9	19,2	25,8	29,6
	Não tinha filho	93,0	74,7	55,9	48,0	46,8	34,7	94,5	86,1	77,0	64,4	53,0	51,0	99,3	97,5	91,1	80,8	74,2	70,4
		N = 2540						N = 2210						N = 2395					
Peru 2012	Tinha Filho	23,0	56,0	65,6	72,1	78,6	81,1	8,1	24,1	37,3	46,6	50,1	58,4	1,4	5,6	13,0	19,1	27,9	37,9
	Não tinha filho	77,0	44,0	34,4	27,9	21,4	18,9	91,9	75,9	62,7	53,4	49,9	41,6	98,6	94,4	87,0	80,9	72,1	62,1
		N = 5341						N = 5894						N = 4866					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

## Presença de filhos ao utilizar método pela primeira vez, por quintil de riqueza:

No primeiro período, em quase todos os grupos etários, de todos os países, a proporção de mulheres que declararam que tiveram filho, antes de usar contracepção pela primeira vez, era maior que a

proporção daquelas que declararam que não tiveram, para o quintil de riqueza mais baixo. Nas faixas etárias mais velhas, chegou à totalidade das mulheres, em determinados países como Nicarágua, Peru e Rep. Dominicana (TAB. 4.10.3, a). A proporção de adolescentes que se tornaram mães, antes do primeiro uso de contraceptivo, variou entre 40% e 70% nos países, estando a menor proporção no Brasil, e a maior na Rep. Dominicana (TAB. 4.10.3, a). Entre as jovens de 20-24, era maior que 70% em quase todos, chegando a ultrapassar 80% em alguns, com exceção do Brasil, para o qual tal proporção era próxima de 60% (TAB. 4.10.3, a). E, entre as jovens de 25-29, cerca de 90% declarou que já tinha filho antes de começar a usar algum método, excluindo o Brasil e o Paraguai, onde era ao redor de 70% e 80%, respectivamente (TAB. 4.10.3, a).

No quintil médio, a situação começava a mudar, já que, entre as adolescentes, o percentual mais alto daquelas que declararam que tiveram filho, antes de usar método pela primeira vez, era de próximo de 55% na Rep. Dominicana, ao passo que o percentual mais baixo encontrava-se no Paraguai – cerca de 20% (TAB. 4.10.3, a). No Brasil e na Colômbia, o percentual de adolescentes que já tinham filho, antes de usar contraceptivo, também era menor que a proporção daquelas que não tinham, seguindo os passos do Paraguai, enquanto os demais seguiam a tendência da Rep. Dominicana. Entre as jovens de 20-24, somente no Brasil e no Paraguai, a proporção daquelas que declararam que tiveram filho, antes do primeiro uso de contraceptivo, era menor que 50%; nos outros, tal proporção variou entre 60% e próximo de 80% - Rep. Dominicana – (TAB. 4.10.3, a). E, entre as mulheres de 25-29, mais de 50% teve filho antes de usar método, em todos os países, sendo a menor proporção no Brasil (52%) e a maior no Peru e na Rep. Dominicana (81%). Nas demais idades, as proporções das que declararam que tiveram filho, antes de usar contracepção pela primeira vez, eram sempre maiores, chegando aos valores mais altos no último grupo etário, mas sempre com o Brasil apresentando as menores proporções, em relação aos outros países.

No quintil mais alto, o contexto era diverso daquele observado nos outros quintis, principalmente no mais baixo. Entre as adolescentes, somente na Rep. Dominicana a proporção das que tiveram filho, antes de usar contracepção, era acima de 50%, enquanto nos demais a maioria não tinha filho quando usou método pela primeira vez (TAB. 4.10.3, a). Situação semelhante se dava entre as jovens de 20-24. Na maioria dos países, a maior parte das mulheres, nesse grupo, declarou que não tinha filho quando iniciou o uso de anticoncepcionais, exceto no Peru e na Rep. Dominicana, onde a proporção mais alta estava entre as que declararam que tinham filho. No entanto, entre as mulheres de 25-29, apenas no Brasil e no Paraguai a maioria não teve filho antes de começar a usar contraceptivo; no restante dos países, a proporção das que tiveram filho era maior que 50%, chegando a 60% na Nicarágua (TAB. 4.10.3, a). Nas idades mais velhas, em todos os países, predominou a proporção de

mulheres que declararam, na data da entrevista, que tiveram filho antes de usar método contraceptivo pela primeira vez, com o Brasil apresentando as menores proporções, bem aquém dos demais países.

A diferença entre as proporções, dos quintis extremos, sugere uma desigualdade no uso da contracepção, no primeiro período, talvez relacionada ao acesso. As mulheres pertencentes às camadas sociais mais abastadas tinham mais acesso aos métodos contraceptivos, antes mesmo de iniciar a reprodução, daí que, entre as jovens dessas camadas, a maternidade, antes do primeiro uso de método, era menos frequente, até incomum em alguns países. O contrário era notado entre as jovens do quintil mais baixo. A proporção que já era mãe, ao começar a usar contraceptivo, era muito maior, e pode ter relação com o fato de essas jovens não terem acesso adequado aos métodos, principalmente no início do processo de transição da fecundidade, na América Latina. Essa notória distinção ocorria em todos os países.

Entre os países, o Brasil foi o país que apresentou, na maioria das vezes, as menores proporções de mulheres que declararam terem sido mães antes começar a usar método. E a diferença, para outros países, como a Rep. Dominicana, era considerável, principalmente no quintil mais alto, e nas idades intermediárias dos outros quintis. Enquanto no Brasil, somente a partir do grupo 30-34 é que a proporção que tinha sido mãe, antes do primeiro uso de contracepção, ficava acima de 80%, no quintil mais baixo, na Rep. Dominicana, isso ocorreu já no grupo 20-24; no quintil mais alto, em nenhuma idade a proporção das que tiveram filho era maior no Brasil, ao passo que, na Rep. Dominicana, isso se deu em todas as faixas etárias, inclusive entre as adolescentes. Esses resultados mostram a desigualdade da América Latina, no que tange a esse indicador, no primeiro período. As realidades de Brasil e Rep. Dominicana eram muito divergentes.

No segundo período, as proporções de mulheres que declararam que tiveram filho, antes do primeiro uso de contracepção, eram, no geral, mais baixas em comparação com o período anterior. As maiores reduções se deram nos quintis médio e mais alto. Entre as adolescentes, no quintil mais baixo, somente na Costa Rica, em El Salvador e na Rep. Dominicana a proporção das que tiveram filho, antes de usar anticoncepcionais pela primeira vez, era maior, enquanto nos demais ela estava abaixo de 50% (TAB. 4.10.3, b). No quintil médio e no quintil mais alto, em nenhum país a proporção de adolescentes, que tiveram filho antes de usar método, estava acima de 50%. Entre as jovens de 20-24, a proporção que teve filho, antes de começar a usar contracepção, era elevada no quintil mais baixo, no qual em quase todos os países, exceto Brasil, estava acima de 50%, chegando a 80% em El Salvador e Rep. Dominicana (TAB. 4.10.3, b). No quintil médio, o valor das proporções se reduz, chegando ao valor máximo de 66%, que corresponde à Nicarágua (TAB. 4.10.3, b). No quintil mais alto, por outro lado, em nenhum país a proporção de mulheres de 20-24, que tiveram filho antes de usar algum método pela



primeira vez, alcançou 50%. O maior valor foi de 38% em El Salvador, enquanto no Brasil, na Colômbia, na Costa Rica, era de menos de 20% (TAB. 4.10.3, b).

Enquanto em boa parte dos países, no primeiro período, cerca de 90% das mulheres de 25-29, do quintil mais baixo, teve filho antes de começar a contracepção, no segundo período, isso só ocorreu com El Salvador e Nicarágua. Na maioria dos países, essa proporção era da ordem de 80% (TAB. 4.10.3, b). No quintil médio, em metade dos países, a proporção de mulheres de 25-29, que declarou ter tido filho antes de começar a usar método, era igual ou menor que 55%, ao passo que, na outra metade, estava entre 70% e 80% (TAB. 4.10.3, b). No quintil mais alto, essa proporção teve seu maior valor de 57%, na Nicarágua, sendo que, na maioria dos países, estava abaixo de 50%; no Brasil, tal proporção era de 10%, a menor, entre todos os países considerados. Nas demais idades, a situação era parecida com a do primeiro período, em que a maior parte das mulheres teve filho antes de iniciar o uso de métodos, no quintil mais baixo, em todos os países; em quase todos, exceto Brasil, no quintil médio; e somente em algumas faixas no quintil mais alto, excluindo o Brasil, para o qual não ocorreu em nenhuma.

O uso de algum método anticonceptivo, antes de começar a reprodução, se tornou mais comum entre as mulheres no segundo período. Contudo, a diferença entre os quintis extremos era muito grande, indicando que, mesmo com a diminuição da proporção de mulheres que já tinham filhos, ao usar contraceptivo pela primeira vez, não houve mudança na distinção entre as mais pobres e as mais ricas. Apenas como exemplo, no Brasil, enquanto era de 36% a proporção de adolescentes do quintil mais baixo que tiveram filho, antes de usar contracepção, entre as adolescentes do quintil mais alto essa proporção era de 8%, muito aquém. Essa divergência foi verificada, igualmente, para outras idades e nos demais países. Isso significa que a desigualdade, no uso de contracepção, entre as mulheres pertencentes aos estratos sociais extremos, era uma característica da América Latina, o que ajuda a entender o fato de a gravidez na adolescência, por exemplo, acometer jovens de menor renda, na região.

O Brasil continuava, no segundo período, apresentando uma das menores proporções de mulheres que tiveram filho antes de usar algum método. No entanto, ele não se configurou como caso isolado, tal como ocorreu no primeiro período. Isso porque, nas faixas etárias mais jovens, as proporções do Brasil foram acompanhadas, ou mesmo superadas, pelas proporções de países como Colômbia, Costa Rica e Paraguai. No entanto, nas idades mais avançadas, o Brasil ainda se destacava do restante.

No terceiro período, o cenário era bem diferente daquele encontrado no primeiro período. A proporção de adolescentes, que declararam que já tinham filho, quando usaram contracepção pela primeira vez, era menor que 30% em todos os países, no quintil mais baixo; menor que 15% em quase todos, no

quintil médio, excluindo Nicarágua, para o qual foi de 28%; e menor que 10% em quase todos, no quintil mais alto – exceto para Brasil, onde foi de 11% (TAB. 4.10.3, c). Entre as jovens de 20-24, a proporção que declarou ter sido mãe, antes de iniciar a contracepção, também era baixa: no quintil mais baixo, variou entre 20% (Brasil) e 66% (El Salvador), enquanto no período anterior era comum encontrar países com proporções acima de 70%; no quintil médio, estava abaixo de 30% em todos os países, menos El Salvador, para o qual foi de 46%; no quintil mais alto, tal proporção era menor que, ou igual a, 10% em quase todos, com exceção de Colômbia e El Salvador, onde foi de 11% e 13%, respectivamente (TAB. 4.10.3, c).

Entre as mulheres de 25-29, somente El Salvador apresentava proporção de mulheres que tiveram filhos, antes de usar algum método, superior a 80%, no quintil mais baixo. Nos outros países, essa proporção era inferior a 70%. No quintil médio, novamente El Salvador era o país com maior proporção – acima de 70% - ao passo que, nos demais, era inferior a 40%, sendo o Brasil com menor valor, de 14%, muito abaixo do primeiro país (TAB. 4.10.3, c). No quintil mais alto, o maior percentual de mulheres que tiveram filho, ao usar método pela primeira vez, era de 33%, em El Salvador, enquanto o percentual mais baixo era de 6%, no Brasil (TAB. 4.10.3, c). Na maioria dos países, a proporção ficou abaixo de 20%. Nas idades mais velhas, no quintil mais baixo, a proporção de mulheres, que já tinham filho quando do primeiro uso de contraceptivo, era maior que 50% em todos os países, enquanto isso ocorria em quase todos, com exceção do Brasil, no quintil médio. No quintil mais alto, por outro lado, tal proporção só era maior que 50% em alguns países, como El Salvador.

O panorama do terceiro período era muito diferente daquele do primeiro período. A proporção de mulheres que se tornaram mães, antes de usar contracepção pela primeira vez, era muito menor, inclusive nas idades mais velhas, no período mais recente, ou seja, mais mulheres fizeram uso da contracepção antes de ter filho, principalmente as jovens. Isso pode significar que as mulheres passaram a ter mais acesso aos métodos contraceptivos, e seu uso se tornou mais difundido entre elas, ao longo do tempo. Ademais, pode significar, também, uma alteração na própria função do método para as latino-americanas: se, antes, era para terminar a parturição, no período mais recente poderia ser para postergar a entrada à maternidade. Daí a mudança, em relação ao primeiro período.

A diferença, entre os quintis de riqueza e entre os países, permaneceu, contudo, no terceiro período. Era significativa a discrepância entre os quintis extremos. O uso de métodos contraceptivos, anteriormente à reprodução, era uma realidade estabelecida entre as jovens do quintil mais rico, e até mesmo entre as mais velhas de alguns países. Todavia, entre as do quintil mais baixo, a proporção daquelas que se tornavam mães, antes de usar algum método, era elevada, e chegava a atingir quase o total das mulheres mais velhas, em muitos países. O cenário prevalecente no quintil mais baixo, pelo

menos a partir das idades intermediárias, era o de maior número relativo de mulheres que se tornaram mães, antes de usar contracepção, ao passo que, no quintil mais elevado, se dava o contrário.

**Tabela 4.10.3. Proporção (%) de mulheres que tinham, ou não tinham, filho nascido vivo, quando do primeiro uso de método contraceptivo, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Presença de Filho ao Usar Método pela 1ª vez	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	Tinha Filho	44,7	57,7	67,2	84,0	96,0	92,6	38,7	36,2	52,0	56,6	70,5	82,8	15,8	19,6	17,3	27,6	43,8	56,2
	Não tinha filho	55,3	42,3	32,8	16,0	4,0	7,4	61,3	63,8	48,0	43,4	29,5	17,2	84,2	80,4	82,7	72,4	56,2	43,8
		N = 631						N = 717						N = 847					
Colômbia 1986	Tinha Filho	58,1	82,1	88,7	96,3	97,7	92,5	45,5	60,4	78,7	83,5	92,9	98,6	14,3	45,1	51,8	62,2	71,9	90,3
	Não tinha filho	41,9	17,9	11,3	3,7	2,3	7,5	54,5	39,6	21,3	16,5	7,1	1,4	85,7	54,9	48,2	37,8	28,1	9,7
		N = 485						N = 561						N = 495					
Nicaragua 1992/93	Tinha Filho	65,7	82,5	92,7	96,1	97,7	99,1	52,1	69,1	78,9	89,9	94,4	96,6	49,4	43,2	60,0	65,8	70,7	76,0
	Não tinha filho	34,3	17,5	7,3	3,9	2,3	0,9	47,9	30,9	21,1	10,1	5,6	3,4	50,6	56,8	40,0	34,2	29,3	24,0
		N = 1038						N = 1786						N = 1820					
Paraguai 1990	Tinha Filho	46,4	78,3	82,9	93,5	92,2	94,7	21,2	44,2	58,7	71,9	86,8	83,6	9,4	28,2	46,9	46,7	54,5	67,6
	Não tinha filho	53,6	21,7	17,1	6,5	7,8	5,3	78,8	55,8	41,3	28,1	13,2	16,4	90,6	71,8	53,1	53,3	45,5	32,4
		N = 309						N = 500						N = 807					
Peru 1986	Tinha Filho	46,2	73,8	91,1	95,7	93,9	100,0	50,0	65,1	81,4	91,4	95,0	95,0	22,2	54,7	52,5	72,0	80,2	91,0
	Não tinha filho	53,8	26,2	8,9	4,3	6,1	0,0	50,0	34,9	18,6	8,6	5,0	5,0	77,8	45,3	47,5	28,0	19,8	9,0
		N = 220						N = 456						N = 439					
Rep. Dominicana 1986	Tinha Filho	67,4	81,5	93,8	98,0	99,0	100,0	54,5	77,0	81,2	89,2	95,1	94,7	56,5	60,3	53,1	63,6	77,6	85,5
	Não tinha filho	32,6	18,5	6,2	2,0	1,0	0,0	45,5	23,0	18,8	10,8	4,9	5,3	43,5	39,7	46,9	36,4	22,4	14,5
		N = 659						N = 774						N = 640					

**b) Segundo Período:**

País	Presença de Filho ao Usar Método pela 1ª vez	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	Tinha Filho	35,9	47,3	62,9	72,3	83,6	88,6	13,4	24,5	34,2	44,0	46,0	59,0	8,5	10,2	9,6	23,0	25,3	32,7
	Não tinha filho	64,1	52,7	37,1	27,7	16,4	11,4	86,6	75,5	65,8	56,0	54,0	41,0	91,5	89,8	90,4	77,0	74,7	67,3
		N = 1218						N = 1730						N = 1896					
Colômbia 1995	Tinha Filho	47,9	72,9	82,2	88,4	91,2	94,6	23,7	44,5	55,4	70,4	77,0	88,2	5,7	15,5	25,3	35,8	42,0	53,7
	Não tinha filho	52,1	27,1	17,8	11,6	8,8	5,4	76,3	55,5	44,6	29,6	23,0	11,8	94,3	84,5	74,7	64,2	58,0	46,3
		N = 963						N = 1504						N = 1568					
Costa Rica 1999*	Tinha Filho	58,3	52,6	51,1	80,6	77,8	81,5	0,0	31,8	39,1	45,8	58,8	66,7	12,5	14,3	30,4	27,9	58,3	42,4
	Não tinha filho	41,7	47,4	48,9	19,4	22,2	18,5	100,0	68,2	60,9	54,2	41,2	33,3	87,5	85,7	69,6	72,1	41,7	57,6
		N = 206						N = 107						N = 156					
El Salvador 1998	Tinha Filho	64,1	80,0	91,5	94,9	98,2	100,0	48,4	64,3	80,2	89,4	84,4	96,6	17,4	37,6	51,2	63,0	65,5	56,7
	Não tinha filho	35,9	20,0	8,5	5,1	1,8	0,0	51,6	35,7	19,8	10,6	15,6	3,4	82,6	62,4	48,8	37,0	34,5	43,3
		N = 423						N = 470						N = 475					
Nicaragua 2001	Tinha Filho	47,9	77,6	91,5	96,8	97,4	95,6	45,3	65,7	80,3	86,8	92,4	96,5	27,4	36,7	56,9	61,8	68,6	78,6
	Não tinha filho	52,1	22,4	8,5	3,2	2,6	4,4	54,7	34,3	19,7	13,2	7,6	3,5	72,6	63,3	43,1	38,2	31,4	21,4
		N = 1094						N = 1588						N = 1870					
Paraguai 1998	Tinha Filho	17,9	62,3	83,2	94,2	94,4	96,5	25,0	32,8	36,2	61,1	76,4	83,0	4,8	22,4	21,7	29,0	50,0	54,1
	Não tinha filho	82,1	37,7	16,8	5,8	5,6	3,5	75,0	67,2	63,8	38,9	23,6	17,0	95,2	77,6	78,3	71,0	50,0	45,9
		N = 736						N = 576						N = 667					
Peru 1996	Tinha Filho	44,2	70,7	87,1	93,7	97,7	94,4	28,7	48,2	69,6	78,9	85,5	90,1	10,1	21,3	36,9	48,8	59,4	72,3
	Não tinha filho	55,8	29,3	12,9	6,3	2,3	5,6	71,3	51,8	30,4	21,1	14,5	9,9	89,9	78,7	63,1	51,2	40,6	27,7
		N = 2222						N = 3656						N = 3384					
Rep. Dominicana 1996	Tinha Filho	55,1	80,9	81,5	88,1	95,1	96,8	35,6	60,7	72,7	77,6	83,0	91,2	36,0	32,4	46,9	57,4	64,0	72,6
	Não tinha filho	44,9	19,1	18,5	11,9	4,9	3,2	64,4	39,3	27,3	22,4	17,0	8,8	64,0	67,6	53,1	42,6	36,0	27,4
		N = 769						N = 1046						N = 1069					

\* Primeiro grupo etário 18-19

## c) Terceiro Período:

País	Presença de Filho ao Usar Método pela 1ª vez	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	Tinha Filho	10,1	19,5	33,1	40,0	56,7	53,4	2,3	14,7	13,8	24,7	25,7	37,9	11,4	1,7	6,3	6,2	14,3	12,7
	Não tinha filho	89,9	80,5	66,9	60,0	43,3	46,6	97,7	85,3	86,2	75,3	74,3	62,1	88,6	98,3	93,7	93,8	85,7	87,3
		N = 2335						N = 2344						N = 2304					
Colômbia 2010	Tinha Filho	21,3	50,1	62,0	71,7	77,0	83,7	9,8	24,6	37,6	47,6	55,2	63,2	4,6	10,8	17,8	25,5	37,1	39,6
	Não tinha filho	78,7	49,9	38,0	28,3	23,0	16,3	90,2	75,4	62,4	52,4	44,8	36,8	95,4	89,2	82,2	74,5	62,9	60,4
		N = 5864						N = 8207						N = 7381					
El Salvador 2008	Tinha Filho	26,7	65,6	82,0	89,4	88,0	100,0	27,7	45,5	73,2	75,8	86,1	87,5	9,3	12,6	33,1	46,3	50,6	56,9
	Não tinha filho	73,3	34,4	18,0	10,6	12,0	0,0	72,3	54,5	26,8	24,2	13,9	12,5	90,7	87,4	66,9	53,7	49,4	43,1
		N = 556						N = 647						N = 546					
Nicaragua 2011	Tinha Filho	29,2	40,4	60,8	75,9	85,7	93,4	13,6	28,9	44,0	57,0	72,6	80,7	2,8	7,6	27,5	36,5	42,1	55,4
	Não tinha filho	70,8	59,6	39,2	24,1	14,3	6,6	86,4	71,1	56,0	43,0	27,4	19,3	97,2	92,4	72,5	63,5	57,9	44,6
		N = 2756						N = 3212						N = 3000					
Paraguai 2008	Tinha Filho	13,5	24,1	52,2	60,8	68,0	75,1	1,2	9,9	21,3	34,8	39,1	62,2	0,8	1,4	8,3	16,0	30,8	32,9
	Não tinha filho	86,5	75,9	47,8	39,2	32,0	24,9	98,8	90,1	78,8	65,2	60,9	37,8	99,2	98,6	91,7	84,0	69,2	67,1
		N = 1314						N = 1495						N = 1478					
Peru 2012	Tinha Filho	25,8	51,9	68,0	79,0	83,3	90,6	6,3	19,9	37,5	50,6	55,3	70,5	3,6	4,7	10,3	16,1	27,5	34,0
	Não tinha filho	74,2	48,1	32,0	21,0	16,7	9,4	93,7	80,1	62,5	49,4	44,7	29,5	96,4	95,3	89,7	83,9	72,5	66,0
		N = 2433						N = 3621						N = 3338					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Em síntese, o comportamento desse indicador modificou-se bastante ao longo dos períodos. No primeiro período, por exemplo, era elevada a proporção de jovens que se tornavam mães antes de começar a usar contracepção, mas, no terceiro período, essa proporção deixou de ser majoritária. Ademais, apesar de uma maior aproximação entre os países, no que tange às proporções, nota-se que, desde o primeiro período, o Brasil era o que possuía as menores proporções de mulheres que tiveram filho antes de usar método pela primeira vez, inclusive por escolaridade e quintis de riqueza, com destaque para as idades mais avançadas. E essas proporções eram muito menores que nos demais, sugerindo que a realidade ainda era distinta nos países, quanto ao comportamento desse indicador. Nas idades mais jovens, no entanto, alguns países, como o Paraguai, por exemplo, apresentavam proporções parecidas com as do Brasil. Acredita-se, assim, que, como as mais jovens vivenciavam um cenário de maior difusão e uso de contraceptivos, na América Latina, o comportamento das mais jovens tenderia a ser mais parecido, entre os países, do que o comportamento das mais velhas.

A realidade, das mulheres pertencentes aos estratos socioeconômicos extremos, era muito distinta. As mulheres que tiveram filho, antes de começar a usar método contraceptivo, eram em proporção muito maior no extrato mais baixo e muito menor no estrato mais alto, em todas as idades. E essa tendência permaneceu do primeiro ao terceiro período. Isso pode ser um indício de que o planejamento da fecundidade é diferenciado por escolaridade e quintil de riqueza, e que, mesmo com o maior acesso aos métodos contraceptivos, no último período, esse cenário não se alterou. Assim, entre as mulheres menos favorecidas socioeconomicamente, uma maior proporção costumam ter filhos antes de iniciar o uso de contracepção, ao passo que, entre as mais favorecidas se dá o contrário: uma maior proporção

inicia o uso de método antes de ter filhos. Nesse sentido, considerando que a tendência foi de diminuição da proporção de mulheres que se tornavam mães antes de usar contracepção pela primeira vez, em todos os países, é possível vislumbrar que, na medida em que as mulheres dos estratos mais baixos tiverem as mesmas condições de realizar o planejamento da fecundidade adequado que as mulheres dos estratos mais altos possuem, o panorama observado para as primeiras poderá se alterar, no futuro, seguindo o mesmo caminho das últimas.

#### **4.11. Elasticidade-contracepção moderna da fecundidade:**

Esse indicador mede a influência da mudança no uso de contracepção moderna, ao longo dos períodos, na mudança das taxas de fecundidade. Isso porque a literatura mostra o papel relevante que a disseminação e o uso da contracepção exerceram para a redução da fecundidade na América Latina.

Entre o primeiro e o segundo período, nas idades mais jovens (15-19 e 20-24) em quase todos os países, o valor do coeficiente de elasticidade era negativo e menor que 1, indicando que o aumento no uso de contracepção moderna teve um efeito pequeno na redução da fecundidade, para esses grupos, de modo que a fecundidade caiu menos do que aumentou o uso de contraceptivos (TAB. 4.11.1). A única exceção foi para o grupo 20-24 da Colômbia, para o qual o valor do coeficiente foi elevado, sugerindo que, nesse grupo, uma pequena mudança no uso de contracepção, entre os períodos, influenciou a mudança na fecundidade (TAB. 4.11.1).

Alguns valores do coeficiente, com sinal positivo, foram observados, no entanto. Nesses casos, como as adolescentes de Brasil, Colômbia e Rep. Dominicana, a variação da fecundidade se deu na mesma direção da variação da contracepção (seja de aumento ou de diminuição). Entre eles, o do Brasil foi o mais curioso, pois ao aumento do uso de métodos modernos, seguiu-se um aumento da fecundidade adolescente, entre o primeiro e o segundo período, um indicativo da presença de subgrupos com fecundidade altamente diferenciada.

A partir do grupo 25-29, os valores do coeficiente de elasticidade se tornavam maiores que 1 para Brasil e El Salvador, indicando que o aumento no uso de contracepção moderna influenciou na diminuição da fecundidade (TAB. 4.11.1). Isso também foi verificado para Colômbia, porém, a partir do grupo 20-24, exceto no grupo 25-29, no qual a queda da taxa de fecundidade foi acompanhada por um pequeno declínio no uso da contracepção. Nos demais países, o aumento do uso de métodos modernos não produziu o mesmo efeito na variação da fecundidade, somente no último grupo etário (35-39) para Nicarágua e Rep. Dominicana (TAB. 4.11.1).

Entre o segundo e o terceiro período, em quase todos os países, o valor do coeficiente era negativo e menor que 1 entre as adolescentes, sugerindo que a mudança da fecundidade foi insensível à mudança

no uso de contracepção moderna. A única ressalva é com relação à Costa Rica, onde o valor era positivo e maior que 1, de maneira que houve redução tanto da contracepção quanto da fecundidade adolescente, no intervalo, porém, a queda foi bem maior nessa última (TAB. 4.11.1). Entre as jovens de 20-24, o valor do coeficiente era negativo e maior que 1 para alguns países, como Brasil, Nicarágua e Paraguai, indicando que, neles, o aumento do uso de métodos modernos teve influência importante na redução da taxa de fecundidade. Novamente, a Costa Rica também apresentou coeficiente maior que 1, porém positivo, reproduzindo a mesma situação das adolescentes (TAB. 4.11.1).

A partir do grupo 25-29, para a maioria dos países, o valor do coeficiente de elasticidade era negativo e maior que 1, de maneira que à variação do uso de métodos modernos acompanhou uma variação maior na fecundidade, entre os períodos. Isso significa que, nessas idades, o aumento do uso de contracepção moderna teve influência considerável na redução da fecundidade, principalmente no Brasil, onde os valores eram negativos e bem superiores a 1. Os maiores efeitos foram sentidos, na maior parte dos países, nos grupos 30-34 e 35-39.

Os resultados, para o indicador de elasticidade-contracepção moderna da fecundidade, mostraram que o uso de contracepção moderna teve um efeito relevante para o declínio da fecundidade das idades mais velhas (a partir de 25 anos). No entanto, entre as adolescentes e entre as jovens de 20-24 anos, pelo menos na maior parte dos países, a variação no uso de métodos modernos produziu pouco, se nenhum, efeito na variação da fecundidade. Entre o segundo e o terceiro período, contudo, em boa parte dos países, o aumento do uso de contracepção moderna contribuiu significativamente para o declínio da fecundidade a partir do grupo 20-24, embora o efeito permanecesse maior nos grupos mais velhos. Desse modo, verifica-se que, entre os períodos mais recentes, o efeito do uso de contracepção, na fecundidade, passou a ser sentido a partir de idade mais jovem, em comparação com o intervalo entre o primeiro e o segundo período.

Outro ponto a destacar são os maiores valores do coeficiente de elasticidade, na maioria dos grupos etários, entre o segundo e o terceiro período, principalmente naqueles países onde o valor era muito baixo no período inicial, como Peru e Rep. Dominicana. Esse aumento do valor do coeficiente, entre os períodos mais recentes, indica que o uso de método moderno passou a ter um efeito maior para o declínio da fecundidade. A intensificação no uso de métodos modernos, bem como a acentuação da queda da fecundidade, ocorreu entre o segundo e o terceiro período, em quase todos os países, o que ajuda a entender o aumento da contribuição da contracepção moderna para o declínio da fecundidade, nos países selecionados.

**Tabela 4.11.1. Valor do coeficiente de elasticidade-contraceção moderna da fecundidade, para países selecionados, entre os períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-39 anos.**

País	1º -> 2º Período					2º -> 3º Período				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
Brasil	2,54	-0,53	-1,87	-1,53	-1,37	-0,26	-1,32	-4,05	-13,43	-4,54
Colômbia	0,29	-2,99	4,44	-1,28	-2,08	-0,12	-0,76	-1,35	-1,64	-2,57
Costa Rica	-0,16	-0,43	-0,80	-0,49	-0,49	8,31	6,33	-1,64	-2,08	-2,08
El Salvador	-0,50	-0,39	-3,17	-3,98	-1,05	-0,26	-0,78	-1,35	-2,58	-3,18
Nicaragua	-0,16	-0,43	-0,85	-0,62	-1,09	-0,68	-1,65	-0,76	-1,85	-3,43
Paraguai	-0,31	0,06	-0,13	-0,63	-0,32	-0,33	-1,04	-0,61	-0,81	-1,80
Peru	-0,02	-0,03	-0,25	-0,20	-0,26	-0,23	-0,81	-1,28	-1,57	-1,64
Rep. Dominicana	0,24	-0,06	-0,72	-0,96	-2,86	-0,25	-0,62	-2,16	-5,78	0,30

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

As análises por escolaridade e quintil de riqueza se aterão aos valores com sinal negativo do coeficiente de elasticidade. Conquanto houvesse valores positivos em alguns casos, indicando que a variação do uso de métodos modernos e a variação da fecundidade seguiram no mesmo sentido<sup>52</sup>, eles não representaram a tendência geral da região da América Latina, nos períodos considerados, que foi de aumento do uso de método moderno e de declínio da fecundidade, ou seja, sentidos opostos<sup>53</sup>. A ocorrência de valores positivos se deu com mais constância nas idades mais jovens.

### **Elasticidade-contraceção moderna da fecundidade, por escolaridade:**

Entre os dois primeiros períodos, para as mulheres de baixa escolaridade, na maioria dos grupos etários, de quase todos os países, o coeficiente de elasticidade era menor que 1. Somente na Colômbia e na Nicarágua é que o valor do coeficiente se torna maior que 1 em todos os grupos, a partir de 25-29, indicando que o aumento do uso de contraceção moderna exerceu influência na redução da fecundidade (TAB. 4.11.2, a). Nos demais países, e principalmente nas idades mais jovens,

<sup>52</sup> Uma vez que o coeficiente é calculado como a divisão da variação percentual da fecundidade pela variação percentual do uso de contraceção moderna, o resultado pode ser positivo quando ambas forem positivas (ou seja, quando houve aumento tanto na fecundidade quanto na contraceção, entre os períodos analisados) ou quando ambas forem negativas (quando houve redução entre os períodos analisados). Nas duas situações, o comportamento das duas variáveis seguem no mesmo sentido, seja de queda ou de elevação, por isso, o coeficiente será, nesses casos, sempre positivo.

<sup>53</sup> Além disso, o interesse desse trabalho é apontar a influência do aumento do uso de contraceção moderna na redução da fecundidade, e isso só é captado quando o valor do coeficiente é negativo. Quando ele é positivo, significa que essa relação inversa não existiu para determinada idade. Daí desconsiderar o coeficiente. Os valores com sinal positivo ocorreram em poucos casos, de maneira que seu descarte não prejudicou as análises.

predominou o valor menor que 1, indicando a variação no uso de método moderno tendo pequena influência na variação da fecundidade das mulheres menos escolarizadas (TAB. 4.11.2, a) .

Entre as mulheres de média escolaridade, a situação era muito parecida com a das mulheres de menor escolaridade. Excetuando Brasil e Colômbia, houve uma tendência maior de o coeficiente apresentar valores menores que 1. No entanto, em quase todos os países, houve concentração dos maiores valores do coeficiente nas idades entre 25 e 39 anos (TAB. 4.11.2, b). Desse modo, é possível perceber que entre as mulheres de média escolaridade, foram nas idades intermediárias e mais velhas nas quais o aumento do uso de métodos modernos tendeu a exercer maior influência para a redução da fecundidade (TAB. 4.11.2, b). Além disso, em todos, era muito pequeno o impacto que a variação no uso dos métodos modernos teve na fecundidade das idades mais jovens, com apenas uma exceção (Colômbia, grupo 20-24).

No grupo das mulheres de alta escolaridade, na maioria dos casos, o valor do coeficiente de elasticidade era maior que 1, o que não ocorreu nas outras categorias. Por outro lado, no Peru, todos os valores do coeficiente eram menores que 1, de modo que a variação da fecundidade foi pouco sensível à variação no uso de métodos modernos, entre o primeiro e o segundo período (TAB. 4.11.2, c). Vale ressaltar, ademais, que o Brasil foi o único país para o qual o maior valor do coeficiente estava localizado na idade mais jovem (15-19).

Entre o segundo e o terceiro período, nas idades 30-39 das mulheres de baixa escolaridade, em todos os países, com exceção do Paraguai, para o qual foi apenas no grupo 35-39, e da Rep. Dominicana, os valores do coeficiente de elasticidade eram superiores a 1, de maneira que, nesses grupos, a queda da fecundidade foi sensível ao aumento do uso de métodos modernos (TAB. 4.11.2, a). No Brasil, na Costa Rica e no Peru, a sequência de valores superiores a 1 iniciava-se no grupo 25-29, enquanto na maioria se dava a partir do grupo 30-34 (TAB. 4.11.2, a). Entre mais jovens, somente na Nicarágua o valor era superior a 1 para as de 20-24, demonstrando a importância do aumento do uso de métodos modernos para o declínio da taxa de fecundidade dessas mulheres (TAB. 4.11.2, a).

Entre os períodos mais recentes, portanto, nota-se uma tendência comum às mulheres de baixa escolaridade: as coortes mais velhas (30-34 e 35-39 anos) foram aquelas nas quais o aumento do uso de método moderno mais fortemente influenciou a queda da fecundidade, embora, para alguns países como Brasil, Peru e Rep. Dominicana, isso também ocorresse no grupo 25-29. Entre as adolescentes, no entanto, a queda da fecundidade foi pouco sensível ao aumento proporcional do uso de contracepção moderna (TAB. 4.11.2, a).



No que se refere às mulheres de média escolaridade, o Brasil foi o único país onde a sequência de valores acima de 1, para o coeficiente, começou a partir do grupo 20-24, entre os períodos mais recentes (TAB. 4.11.2, b). Isso quer dizer que, para essas mulheres, a queda da fecundidade foi sensível ao aumento do uso de contracepção, em todas as idades, desde o grupo 20-24. No Colômbia se deu a partir do grupo 25-29, e, para Costa Rica e Nicarágua, somente a partir do grupo 30-34 (TAB. 4.11.2, b). Nos demais, a influência da contracepção, sobre o declínio da fecundidade, foi sentida em grupos etários diversos, ou apenas em um único grupo. Entre as adolescentes, o declínio da fecundidade foi insensível ao aumento do uso de contracepção moderna em todos os países, haja vista o valor inferior a 1 para o coeficiente de elasticidade (TAB. 4.11.2, b). Seguindo o cenário anterior (entre os primeiros períodos), também entre os períodos mais recentes, os maiores valores do coeficiente tendiam a se concentrar nos grupos a partir dos 25 anos, de modo que o efeito do aumento do uso de métodos modernos, sobre a queda da fecundidade, era mais intenso nas idades mais velhas.

No que diz respeito às mulheres mais escolarizadas, houve uma tendência de os maiores valores do coeficiente se concentrarem nos grupos 20-24 e 25-29, para número considerável de países. Isso não era verificado entre o primeiro e o segundo período, exceto para Brasil e Costa Rica. Quanto às adolescentes, somente na Colômbia e na Nicarágua o efeito do aumento percentual do uso de métodos modernos foi substantivo para a redução percentual da fecundidade (TAB. 4.11.2, c). Entre os períodos anteriores, isso só era verificado para o Brasil.

Em todos os países foi possível perceber, portanto, que entre os primeiros períodos, a influência da variação do uso de método moderno, sobre a variação da fecundidade, ocorria, basicamente, nas idades mais velhas, para grande parte dos países, embora houvesse uma diversidade entre eles, principalmente nos níveis de escolaridade mais altos. Entre os períodos seguintes, contudo, aumentou o número de países para os quais o valor do coeficiente de elasticidade era maior que 1, entre as mulheres de baixa escolaridade. Além disso, em mais grupos etários, de média e alta escolaridade, o coeficiente era maior que 1, alcançando, em alguns países, as jovens de 20-24 anos e, em raros casos, as adolescentes também.

**Tabela 4.11.2. Valor do coeficiente de elasticidade-contraceção moderna da fecundidade, para países selecionados, entre os períodos de análise, segundo categorias de escolaridade. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-39 anos.**

**a) Nenhuma/Baixa escolaridade:**

País	1º -> 2º Período					2º -> 3º Período				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
Brasil	1,85	-0,75	-0,75	-1,54	-0,89	0,18	-0,68	-3,14	-4,32	-2,40
Colômbia	0,22	-0,30	-1,78	-1,54	-1,40	0,21	-0,53	-0,93	-1,17	-1,94
Costa Rica	-0,31	-1,08	-0,37	-0,51	-0,54	22,52	17,77	-10,40	-1,60	-1,00
El Salvador	-0,34	-0,18	-1,19	-1,60	-1,52	-0,10	-0,49	-0,89	-1,82	-1,26
Nicaragua	-0,06	-0,14	-0,39	-0,42	-0,69	-0,11	-1,74	-0,84	-2,19	-2,88
Paraguai	-0,32	0,02	-0,18	-0,57	0,35	-0,14	-0,48	-0,41	-0,50	-1,02
Peru	0,01	0,01	-0,05	-0,10	-0,13	-0,14	-0,47	-1,20	-1,91	-1,04
Rep. Dominicana	0,10	0,80	-0,80	-0,43	-3,11	-0,29	-0,33	-1,73	-	-0,13

**b) Média escolaridade:**

País	1º -> 2º Período					2º -> 3º Período				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
Brasil	1,42	-0,28	-1,53	-2,94	-1,38	-0,80	-1,68	-29,19	-8,28	-1,37
Colômbia	-0,19	-3,36	-9,72	-0,57	-1,84	-0,13	-0,73	-1,84	-2,04	-7,07
Costa Rica	-0,27	-0,22	3,97	-0,70	0,52	2,51	-0,19	-0,93	-2,90	-4,84
El Salvador	-0,10	-0,21	3,26	15,21	0,06	-0,33	-0,80	-1,07	-5,39	25,55
Nicaragua	-0,21	-0,38	-0,91	-0,29	-1,39	-0,71	-2,42	0,63	-2,00	-4,21
Paraguai	0,02	0,27	-5,25	-1,20	-0,12	-0,72	-0,88	-0,71	-0,81	-2,33
Peru	-0,16	-0,05	-0,49	-0,04	-0,71	-0,48	-1,01	-0,73	-1,70	-0,26
Rep. Dominicana	0,01	-0,38	-1,11	-0,75	-1,58	-0,40	-0,99	-1,71	-	-0,24

**c) Alta escolaridade:**

País	1º -> 2º Período					2º -> 3º Período				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
Brasil	-3,31	-0,83	8,62	-0,12	-0,48	1,03	-1,11	-1,59	6,39	3,21
Colômbia	0,42	-1,18	-1,72	0,45	-2,98	-4,23	-1,55	-1,67	-3,17	-1,71
Costa Rica	3,12	-0,23	-1,22	0,08	-0,36	-0,24	-	7,43	-1,70	2,53
El Salvador	-0,90	-0,64	-3,60	-2,94	4,59	-0,74	-1,18	-2,96	-2,42	-0,56
Nicaragua	-0,26	-1,99	-1,33	-1,24	-1,53	-2,81	-0,65	-1,42	-0,49	1,48
Paraguai	-0,17	-0,08	-3,42	-0,49	-0,89	0,32	-6,30	-0,43	-1,42	-0,48
Peru	0,56	0,04	-0,13	-0,12	0,19	-0,31	-2,21	-14,33	-0,67	12,80
Rep. Dominicana	10,28	-0,36	-0,36	2,02	-5,56	0,15	-0,80	-7,87	-1,89	3,48

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

### **Elasticidade-contracepção moderna da fecundidade, por quintil de riqueza:**

Entre os primeiros períodos, para as mulheres do quintil mais baixo, somente na Colômbia e na Rep. Dominicana foi possível verificar valores maiores que 1 para o coeficiente de elasticidade (TAB. 4.11.3, a). Nesses países, é possível perceber que o declínio da fecundidade foi sensível ao aumento do uso de método moderno, nas idades intermediárias e no grupo etário mais velho. Nos outros países e grupos etários, os valores do coeficiente eram menores que 1, sugerindo a baixa influência do aumento do uso de contracepção moderna para o declínio da fecundidade, com destaque para os grupos 15-19 e 30-34, nos quais em nenhum país o valor do coeficiente era maior que 1 (TAB. 4.11.3, a).

No quintil médio, a queda da fecundidade foi bastante sensível ao aumento do uso de contraceptivos modernos, na maioria dos países, nas faixas etárias mais velhas, conquanto, em alguns, ocorreu desde o grupo 25-29 (Brasil, Colômbia e El Salvador). Comparando com o quintil mais baixo, em um número maior de países foi observada a influência do uso de método moderno sobre a fecundidade, principalmente nos grupos 30-34 e 35-39. Entre as adolescentes e as jovens de 20-24 anos, a situação do quintil médio era parecida com a do quintil mais baixo. Somente no Brasil, o aumento do uso de métodos modernos foi importante para a diminuição da fecundidade, no caso das adolescentes (TAB. 4.11.3, b).

No quintil mais alto, entre as adolescentes, apenas na Rep. Dominicana o aumento do uso de método moderno foi significativo para a queda da fecundidade. Entre as jovens de 20-24, somente na Nicarágua e na Rep. Dominicana o declínio da fecundidade foi sensível ao aumento do uso de métodos modernos, já que os valores do coeficiente, nesses países, eram maiores que 1 (TAB. 4.11.3, c). O grupo 30-34 era o que concentrava o maior número de países com valor do coeficiente maior 1. O quintil mais alto era o que apresentava a maior diversidade entre os países, no comportamento do indicador analisado, entre os primeiros períodos.

Entre os períodos mais recentes, no quintil mais baixo, somente para o Brasil o coeficiente de elasticidade era maior que 1 a partir do grupo etário 25-29. Na Colômbia e na Nicarágua, isso ocorria somente entre os grupos 30-34 e 35-39 (TAB. 4.11.3, a). Nos demais países, o valor do coeficiente era menor que 1, em todas as faixas etárias, indicando que, neles, o declínio da fecundidade foi insensível ao aumento do uso de métodos modernos. Isso mostra que, mesmo entre períodos mais recentes, a influência do aumento do uso de métodos modernos sobre o declínio da fecundidade, ainda estava limitada a alguns países, no quintil mais baixo, e, principalmente, às idades mais velhas. No grupo 15-19, em nenhum país a queda da fecundidade foi sensível ao aumento do uso de contracepção moderna, e, entre as jovens de 20-24, isso só foi verificado para a Nicarágua (TAB. 4.11.3, a). Em relação aos períodos anteriores, aumentou o número de países para os quais o valor do coeficiente era maior que 1,

com o Brasil, país com menor fecundidade no terceiro período, apresentando os maiores valores para o coeficiente.

No quintil médio, a variação do uso de contracepção moderna exerceu influência para o declínio da fecundidade das adolescentes, apenas na Nicarágua e no Paraguai, entre os últimos períodos, ao passo que, entre os períodos anteriores, ocorreu somente para o Brasil (TAB. 4.11.3, b). Em quase todos os países, nos grupos 20-24 e 25-29, a redução da fecundidade foi sensível ao aumento do uso de métodos modernos (coeficiente maior que 1). O aumento do uso de método moderno também foi importante para queda da fecundidade nos grupos mais velhos, porém em um número um pouco menor de países (TAB. 4.11.3, b). Esse cenário é diferente daquele encontrado entre o primeiro e o segundo período, em que a influência da variação da contracepção se dava com maior intensidade e frequência nos grupos etários mais velhos.

Entre as mulheres do quintil mais alto, permaneceu a maior diversidade entre os países, nos períodos recentes. No Brasil, por exemplo, o valor do coeficiente foi maior que 1 nas faixas etárias mais jovens e no grupo 30-34, enquanto em El Salvador isso ocorreu nos grupos 20-24 e 25-29. No Paraguai, por outro lado, o coeficiente era maior que 1 nas últimas faixas etárias. Ao contrário do notado para os outros quintis, no último grupo do quintil mais alto, somente no Paraguai e no Peru observou-se influência do aumento da contracepção moderna sobre o declínio da fecundidade (TAB. 4.11.3, c).

O indicador de elasticidade-contracepção moderna da fecundidade, por quintil de riqueza, apresentou um comportamento parecido entre os períodos considerados, para o quintil mais baixo. No entanto, entre os quintis médio e mais alto, observou-se que as jovens, de 20-24, passaram a apresentar valor do coeficiente acima de 1 em um número maior de países, entre os períodos mais recentes, indicando que, para essas mulheres, o aumento do uso de contracepção passou a influenciar o declínio da fecundidade, o que não se verificava, com tanta frequência, entre os períodos passados (TAB. 4.11.3, b e c).

Comparando os quintis extremos, entre os primeiros períodos, em nenhum grupo etário, do quintil mais baixo, houve predominância de valores acima de 1 para o coeficiente de elasticidade, ao passo que, entre o quintil mais alto, isso era verificado para o grupo 30-34 e, em menor medida, para o de 25-29 (TAB. 4.11.3, a e c). Entre os períodos mais recentes, por sua vez, a maior frequência de valores acima de 1, no quintil mais baixo, se concentrava nos grupos etários mais velhos, enquanto que, no quintil mais alto, se dava entre os grupos 20-24 e 30-34. Isso mostra que, entre os quintis, a queda da fecundidade foi sensível ao aumento do uso de métodos modernos, para grupos etários distintos, sendo nos mais velhos, para o quintil mais baixo, e nos grupos intermediários, para o quintil mais alto. Entretanto, em pouquíssimos casos, houve influência do aumento do uso de contraceptivos modernos

sobre o declínio da fecundidade, tanto entre os primeiros períodos quanto entre os períodos mais recentes, para todos os quintis.

Entre os países, o comportamento do indicador era mais homogêneo nos quintis mais baixo e médio, entre todos os períodos, pois que em um número maior de países a concentração de valores maiores que 1 ocorriam nos mesmos grupos etários, enquanto, no quintil mais alto, havia uma maior diversificação. Ademais, não se verificou uma distinção, no comportamento da elasticidade-contracepção moderna da fecundidade, entre os países com menor fecundidade e aqueles com maior fecundidade, tal como foi possível vislumbrar para outros indicadores.

**Tabela 4.11.3. Valor do coeficiente de elasticidade-contracepção moderna da fecundidade, para países selecionados, entre os períodos de análise, segundo as três categorias dos quintis de riqueza. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-39 anos.**

**a) Quintil mais baixo:**

País	1º -> 2º Período					2º -> 3º Período				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
Brasil	0,60	-0,54	-0,38	-0,73	-0,32	-0,29	-0,72	-2,87	-4,02	-4,23
Colômbia	0,85	-1,26	-1,27	-0,14	-1,15	-0,15	-0,51	-0,56	-1,16	-1,52
Costa Rica	-0,08	-0,48	-0,46	-0,21	-0,66	-	-	-	-	-
El Salvador	-0,83	-0,25	0,36	-0,80	-0,49	-0,16	-0,41	-0,57	-0,76	-0,61
Nicaragua	-0,06	-0,15	-0,25	-0,18	-0,21	-0,50	-1,27	-0,51	-1,06	-1,15
Paraguai	1,20	0,16	0,06	-0,48	-0,82	-0,07	-0,34	-0,35	-0,18	-0,85
Peru	0,00	0,02	-0,03	-0,05	-0,03	-0,24	-0,44	-0,88	-0,86	-0,61
Rep. Dominicana	0,36	0,64	-2,14	-0,46	-1,70	-0,24	-0,42	-0,80	8,93	-3,54

**b) Quintil médio:**

País	1º -> 2º Período					2º -> 3º Período				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
Brasil	-4,51	-0,46	-2,57	-2,00	-2,24	1,22	-2,00	-5,06	73,00	-0,70
Colômbia	1,00	0,26	-1,86	-1,36	-1,38	-0,84	-0,79	-1,55	-1,38	-2,94
Costa Rica	-0,12	-0,98	-0,24	-1,64	12,66	-	-	-	-	-
El Salvador	5,74	-0,99	-1,01	-3,72	-2,56	-0,04	-2,64	-1,43	-36,27	5,13
Nicaragua	-0,19	-0,51	-1,04	-0,09	-0,65	-1,04	-2,99	-1,19	-	-4,56
Paraguai	0,07	-0,07	0,41	-1,63	-1,16	-1,06	-2,63	-0,96	-0,44	-3,02
Peru	0,22	-0,08	-0,22	0,19	-0,34	-0,43	-1,30	-2,41	-4,13	-0,25
Rep. Dominicana	0,68	2,18	-1,78	0,63	-1,41	-0,60	-3,67	-5,60	-1,20	-1,10

## c) Quintil mais alto:

País	1º -> 2º Período					2º -> 3º Período				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
Brasil	-0,26	-0,26	-6,22	-2,92	-0,56	-1,21	-6,65	17,79	-7,62	5,87
Colômbia	9,79	-0,15	-1,67	-2,20	-6,34	0,52	-0,87	-1,10	-0,38	3,05
Costa Rica	0,20	0,72	-3,24	0,34	0,53	-	-	-	-	-
El Salvador	-0,04	-0,72	1,69	-3,67	6,06	-0,01	-1,56	-3,93	-0,72	1,93
Nicaragua	0,19	-1,32	-0,61	-2,11	0,10	-1,60	-1,60	-0,10	1,09	0,46
Paraguai	-0,04	-0,08	0,87	-0,03	-0,21	10,83	3,18	-0,58	-9,67	-3,57
Peru	0,49	0,00	-0,94	-2,22	1,06	-0,06	-0,93	3,03	0,41	-16,94
Rep. Dominicana	-1,91	-2,38	-0,06	-4,70	-0,30	0,27	-0,61	-0,08	-3,39	10,34

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

Em síntese, são nas idades mais velhas nas quais o declínio da fecundidade é mais sensível ao aumento do uso de métodos modernos. No entanto, entre os períodos mais recentes, verificou-se que, para parte dos países analisados, esse efeito também passou a ser sentido no grupo jovem (20-24). Entre as adolescentes, a tendência predominante, em todos os períodos, foi de baixa, se nenhuma, influência do aumento do uso de métodos modernos na redução da fecundidade. Assim, o papel do aumento do uso de métodos modernos foi distinto entre os grupos etários, sendo menos relevante entre as adolescentes da maioria dos países. Esse resultado pode ser utilizado como ferramenta para ajudar a entender o fato de que, mesmo com maior difusão e acesso aos métodos contraceptivos, na região da América Latina, nas últimas décadas, a fecundidade adolescente (15-19) reduziu-se em menor magnitude, comparativamente aos outros grupos jovens (20-24 e 25-29) para grande parte dos países. Ademais, a maior influência do aumento do uso de métodos modernos, sobre a redução da fecundidade, nos grupos mais velhos (30-34 e 35-39) também pode ser considerada um dado que auxiliaria na compreensão de que, na América Latina, predomina a função “stopping” do uso de contraceptivo. Isso quer dizer que, na medida em que as mulheres alcancem o tamanho desejado da prole, passam a usar contracepção para evitar ter mais filhos. E, como as mulheres têm filhos em idades jovens, na América Latina, seria possível entender que, a maior influência do uso de métodos contraceptivos nas idades 30-34 e 35-39, seria efeito dessa função “stopping”, considerando que, nessas idades, as mulheres já teriam completado o tamanho de sua prole.

Mesmo panorama é vislumbrado por escolaridade e quintil de riqueza. Entre os primeiros períodos, a maior influência do aumento do uso de métodos modernos, na redução da fecundidade, ocorreu nas idades mais velhas, na maioria dos países. Contudo, entre os períodos mais recentes, o aumento do uso de contracepção moderna passou a influenciar o declínio da fecundidade no grupo 20-24, de alguns países, principalmente nas categorias mais altas de escolaridade e quintil de riqueza. Isso pode

sinalizar que, nessas categorias, para os períodos mais recentes, o aumento do uso de contracepção, pelas jovens, teria como papel espaçar os nascimentos, uma vez que, entre as mulheres dos estratos socioeconômicos mais altos, a reprodução inicia-se mais tarde, sendo difícil, portanto, que elas tenham intenção de terminar a reprodução. Daí a influência, sobre a fecundidade, ser maior entre as jovens, o que ajudaria a explicar o fato de a redução da fecundidade, nos grupos 20-24 e 25-29, ter se dado em maior magnitude do que a redução nos grupos 30-34 e 35-39, para as mulheres dos estratos mais altos. Enquanto isso, nas categorias mais baixas, a maior influência do aumento do uso de métodos modernos, permaneceu nas idades mais velhas, o que leva a crer que, nessas categorias, prevalecia a função “stopping” do uso de contraceptivo. Entre as adolescentes de todos os níveis de escolaridade e quintil de riqueza, a queda da fecundidade permaneceu insensível ao aumento do uso de métodos modernos, na maioria dos países, reproduzindo a situação dos primeiros períodos. Isso significa que o declínio da fecundidade não ocorreu com a mesma intensidade com que houve aumento do uso da contracepção, para as meninas de 15-19 anos, entre todos os períodos.

## 5. DESENHANDO OS PADRÕES

Este capítulo resume as análises realizadas no capítulo anterior, a fim de definir os padrões de fecundidade que caracterizam a América Latina e Caribe (ALC), destacando as tendências de comportamento dos indicadores, tanto para o total dos países, quanto por escolaridade e quintil de riqueza. Ressaltam-se as principais singularidades desses padrões, bem como a evolução no tempo, de maneira a salientar como a transição da fecundidade, na região, se processou em distintos países e segmentos populacionais, e como o padrão de fecundidade se modificou até chegar a apresentar a conformação da atualidade.

A definição dos padrões será realizada, primeiramente, considerando o total dos países, para, em seguida, levar em conta os recortes socioeconômicos – escolaridade e quintil de riqueza. Além disso, será observado cada período separadamente, de modo a deixar evidente a evolução do comportamento dos indicadores no tempo, configurando padrões distintos.

### 5.1. O padrão de fecundidade nos países selecionados:

#### a) Primeiro Período:

Percebe-se que não existe um único padrão de fecundidade que agregue o comportamento de todos os países. No entanto, é possível identificar dois conjuntos, nos quais os países possuem características similares: um deles é formado por Nicarágua e El Salvador, e o outro por Brasil, Colômbia e Costa Rica. Peru, Paraguai e Rep. Dominicana, por apresentarem características comuns aos dois conjuntos, não se encaixaram em nenhum conjunto, constituindo, cada um deles, um padrão próprio.

O padrão de El Salvador e Nicarágua é marcado pela elevada TFT (acima de 4 filhos ) e elevada fecundidade adolescente e no grupo 20-24, as maiores do total dos países, juntamente com a fecundidade do grupo 25-29. A distribuição da fecundidade, portanto, é concentrada nas idades jovens, sendo confirmada pela baixa idade média dessa distribuição, ao redor de 27 anos. A idade mediana à primeira união ocorre pouco antes dos 20 anos, ou seja, ainda na adolescência, e predomina o tipo de união denominado união livre, principalmente entre as coortes mais jovens. Assim como a idade à primeira união é baixa, o é igualmente a idade mediana ao ter o primeiro filho, já que esse evento tende a ocorrer 1 ano após a união, na Nicarágua, se situando nos 20 anos. A progressão da parturição é acima de 90% para as primeiras parturições (1 e 2), ficando próxima de 85% para a parturição de ordem 3; para as demais ordens, o valor da RPP é maior que nos demais países. A proporção de adolescentes sem filhos é menor que 80% e essa proporção, para as jovens de 20-24 e 25-29, fica abaixo de 35% e 15%, respectivamente, o que ajuda a entender a elevada fecundidade, nessas idades, bem como a baixa idade ao ter o primeiro filho. A proporção de adolescentes que se tornaram mães



antes de iniciar o uso de contracepção era elevada, próximo a 50%, contudo, nas outras idades, a proporção é parecida com a de outros países com fecundidade mais baixa, como a Colômbia.

O padrão do Peru guarda semelhanças com o da Nicarágua e El Salvador. A principal diferença diz respeito à distribuição da fecundidade, por idade, já que tende a ser um pouco mais envelhecida que nos demais países, com pico no grupo 25-29 e elevadas taxas de fecundidade nas idades 30-34 e 35-39, mais baixas apenas que no Paraguai. Além disso, a fecundidade adolescente é baixa, comparativamente à dos dois países supracitados. A idade média da distribuição, por conseguinte, é mais elevada, de 29 anos. Outra diferença, em relação ao padrão da Nicarágua e El Salvador, refere-se à proporção de mulheres sem filhos, que é elevada nas idades até 34 anos, sendo parecida com a da Colômbia, país com menor fecundidade. No Peru, as proporções de jovens de 20-24 em união livre e casadas formalmente são muito próximas, não ocorrendo diferenciação; no entanto, nos grupos etários seguintes, principalmente mais velhos, predomina a proporção de casadas. A idade mediana à primeira união é de cerca de 21 anos, para as coortes mais jovens (25-29 e 30-34), e de 20 anos para as coortes mais velhas (35-39 e 40-44). A idade mediana ao ter o primeiro filho é pouco acima de 21 anos, embora entre as mais jovens seja maior que entre as mais velhas, indicando uma tendência de adiamento do início da reprodução. Além disso, o intervalo entre a primeira união e o primeiro filho é de menos de 1 ano. Os valores da RPP são parecidos com os da Nicarágua até a parturição de ordem 4; nas parturições mais elevadas, esses valores ficam próximos aos da Colômbia. O Peru apresenta um dos menores intervalos intergenésicos, essencialmente nas parturições de ordens mais baixas (até ordem 4). Nesse país, ademais, é onde se encontram as maiores proporções de mulheres que não estavam usando contracepção, em todas as idades. O uso de métodos tradicionais possui proporção parecida à do uso de métodos modernos, o que não se dá com nenhum outro país. A proporção de adolescentes que tiveram filho, antes de iniciar o uso de contracepção, é a segunda mais baixa (atrás apenas do Paraguai), porém, nas idades seguintes a proporção de mulheres que tiveram filho antes de usar métodos é elevada, parecida com a da Nicarágua e da Rep. Dominicana.

O padrão de Brasil, Colômbia e Costa Rica é caracterizado pela TFT abaixo de 4 filhos por mulher, concentrada nas idades entre 20 e 34 anos, com cúspide da distribuição, por idade, localizada no grupo 20-24. A diferença, em relação ao padrão anterior, é ter uma fecundidade adolescente mais baixa, o que se reflete na idade média da distribuição, ao redor de 28 anos, um pouco mais elevada. A idade mediana à primeira união, para a coorte mais jovem (25-29), é ao redor de 21 anos, mas há pouca alteração para as demais coortes. A idade mediana ao ter o primeiro filho, da coorte de 25-29, oscila ao redor dos 21 anos na Colômbia e na Costa Rica, sugerindo que o intervalo entre a união e o nascimento é muito curto, menos de 1 ano; somente no Brasil as mulheres tendem a ter o primeiro filho cerca de 1 ano após a união, acima dos 22 anos. Nesses países, predomina o casamento formal

em todas as idades, mas, principalmente, nas idades mais velhas, entre as quais a proporção de união livre é muito pequena. A progressão da parturição é ao redor de 90% para as primeiras parturições (1 e 2), e próxima de 80% para a parturição de ordem 3; nas demais parturições, o valor da RPP diminui para abaixo de 60%. A proporção de adolescentes sem filhos, ou seja, que não são mães, é acima de 80%, sendo ao redor de 90% para Brasil e Colômbia; para o grupo 20-24 fica próximo a 50% e, no grupo 25-29 acima de 20%, para Brasil e Colômbia, e de 18% para Costa Rica. Esses três países são os que exibem as menores proporções de mulheres casadas/unidas que não estavam usando nenhuma contracepção. Além disso, no Brasil, menos de 50% das jovens de 15-29 anos que tiveram filho, os teve antes de começar a usar contraceptivo. Nas outras idades, não chegou a 80%; esse país apresentava as menores proporções para as idades acima de 20 anos. A Colômbia, por sua vez, apresentava valores parecidos com os de países com fecundidade mais alta.

A Rep. Dominicana apresenta TFT abaixo de 4 filhos, com distribuição parecida com a Brasil, Colômbia e Costa Rica, apesar de os valores das TEF's serem maiores nas idades jovens (15-29 anos). Com isso, a idade média da distribuição da fecundidade é de 27 anos, como na Nicarágua e El Salvador. A idade mediana à primeira união, para todas as coortes, é menor que 20 anos, conquanto a da coorte mais jovem (25-29) seja um pouco maior que a das coortes mais velhas. Ademais, a união livre é majoritária nesse país. A idade mediana ao ter o primeiro filho, para a coorte mais jovem (25-29), é a mesma da Colômbia, enquanto para as coortes mais velhas, se aproxima a da Nicarágua. O intervalo entre a primeira união e o primeiro filho é de mais de 1 ano. Os valores das RPP são parecidos com os do Brasil e Costa Rica, nas parturições menores, e com os da Nicarágua e El Salvador para as parturições de ordens elevadas. É um país com intervalos intergenésicos menores, em relação aos outros países, principalmente entre os últimos nascimentos. A proporção de mulheres sem filhos é próxima à do Brasil, nas idades 15-29 anos, embora seja inferior, e parecida com a da Costa Rica, nas idades mais velhas. A Rep. Dominicana é o país com maiores proporções de mulheres que tiveram filho antes de iniciar o uso de contracepção, para quase todas as idades. Entre as adolescentes, mais de 50% tiveram filho antes de usar método pela primeira vez; nos grupos 20-24 e 25-29, mais de 70% das mulheres; nos grupos mais velhos, ultrapassava 80%, chegando a quase totalidade das mulheres de 40-44 anos. Isso também mostra uma evolução no uso de métodos contraceptivos, antes do início da reprodução, entre coortes. No entanto, é importante salientar que os grupos etários se referem à idade da mulher quando ela foi entrevistada, e não quando teve filho ou começou a usar método. Isso significa, por exemplo, que uma mulher de 20-24 anos pode ter tido filho antes de chegar a esse grupo etário e que, também, pode ter começado a usar método contraceptivo quando estava no grupo de 15-19.

No Paraguai, a TFT é superior a 4 filhos por mulher, sendo a maior entre todos os países. A distribuição da fecundidade, por idade, no entanto, concentra-se nos grupos 20-39, com pico localizado no grupo 25-29, um pouco mais envelhecido que nos demais países. Além disso, as TEF's dos grupos 30-34 e 35-39 são consideravelmente maiores, em relação aos outros países (exceto Peru), indicando uma fecundidade elevada nas idades mais velhas. Com isso, a idade média da distribuição da fecundidade é mais alta, com valor de 29 anos. No Paraguai, o casamento formal é predominante em todas as idades, tal como no Brasil, e a idade mediana à primeira união gira em torno dos 21 anos em quase todas as coortes, de modo que praticamente não houve mudança entre coortes. A idade mediana ao ter o primeiro filho é um pouco mais elevada, em torno dos 22 anos, indicando um intervalo entre primeira união e primeiro filho ao redor de 1 ano, em praticamente todas as coortes. Os valores das RPP são semelhantes aos da Colômbia, país com um dos menores níveis de fecundidade, para todas as parturições. Além disso, o Paraguai é um dos países com maiores intervalos intergenésicos, como nos países com fecundidade mais baixa, principalmente nas primeiras parturições (até ordem 4). A proporção de mulheres sem filhos apresenta comportamento parecido com a da Costa Rica, mas em algumas idades, com valores superiores. A proporção de adolescentes que se tornaram mães, antes de iniciar o uso de contracepção, é a mais baixa entre todos os países; nas outras idades, tal proporção também é uma das mais baixas, ficando atrás apenas do Brasil.

O comportamento dos indicadores, no primeiro período, era bem distinto entre determinados países, levando à configuração de padrões bem diferentes, que representaram os extremos. Havia, porém, um grupo de países cujo padrão de fecundidade encontrava-se em uma posição intermediária, embora o nível de fecundidade fosse elevado. Assim, os países com menor fecundidade - Brasil, Colômbia e Costa Rica - apresentaram um padrão similar de comportamento dos indicadores. Esse padrão é próprio da fase de início da transição da fecundidade, conforme indicado pela literatura. Os países de maior fecundidade, El Salvador e Nicarágua, por sua vez, representavam um padrão correspondente ao perfil que a literatura aponta para o período pré-transicional. Esses países mencionados conformaram os padrões extremos: em uma extremidade, o padrão de Brasil, Colômbia e Costa Rica, e, na outra extremidade, o padrão de El Salvador e Nicarágua. O padrão do Peru, embora singular, guardava semelhanças com o padrão da fase pré-transicional. A Rep. Dominicana, no entanto, apresentava um nível intermediário de fecundidade e o seu padrão exibiu uma conformação igualmente intermediária, já que o comportamento de alguns indicadores era parecido com o dos países de fecundidade mais baixa, enquanto o de outros indicadores se assemelhava ao dos países de maior fecundidade. O caso do Paraguai era semelhante ao da Rep. Dominicana, porém o perfil do seu padrão tendia a se aproximar do padrão de início de transição (Brasil, Colômbia e Costa Rica).

As particularidades dos distintos padrões, observados no primeiro período, tinham ligação com o nível de fecundidade dos países, ou seja, o padrão de fecundidade possuía determinada configuração segundo o nível de fecundidade que o país apresentava, haja vista que países com níveis parecidos tendiam a exteriorizar padrões semelhantes. A única exceção é o Paraguai, pois possuía nível mais alto, porém com padrão diferente, com características bem marcantes, em relação ao padrão dos países de fecundidade elevada.

Não obstante as singularidades, esses padrões ajudam a definir uma tendência na América Latina. A idade mediana à primeira união está entre 20 e 21 anos, e essa variação é observada para todas as coortes; ademais, o intervalo entre a primeira união e o primeiro filho é, geralmente, ao redor de 1 ano; a idade média da distribuição das TEF's é muito próxima entre os países, variando entre 27 e 28 anos, com exceção de Peru e Paraguai, para os quais é de 29 anos; os valores da RPP até a segunda ordem de parturição são elevados (entre 90% e 95%) e muito parecidos, entre todos os países. No que diz respeito ao intervalo intergenésico, uma característica predominante foi de que as mulheres que tiveram menos filhos não foram, necessariamente, as que espaçaram mais os nascimentos. Além disso, para as primeiras parturições (ordem 2 e 3) o intervalo variou entre 3 e 3,7 anos. A proporção de mulheres casadas/unidas que declararam, na data da pesquisa, que não estavam fazendo uso de nenhum contraceptivo, principalmente entre as jovens (15-19 e 20-24), é elevada, porém, entre as que estavam usando, predominavam os métodos modernos, com a única exceção o Peru. Na maioria dos países, predominou a proporção de mulheres que usaram métodos após ter o primeiro filho, nos grupos 20-24 e 25-29. No entanto, em relação às coortes mais velhas, houve um aumento, entre as mais jovens, do uso de contraceptivos antes do primeiro filho. Essas são as características presentes em todos, ou quase todos, os países, que definem o padrão de fecundidade da América Latina, no primeiro período de análise.

#### **b) Segundo Período:**

O declínio da fecundidade promoveu uma aproximação entre os países. Aqueles que compunham os padrões de fecundidade, no primeiro período, são exatamente os mesmos que configuram os padrões no segundo período. A diferença é que, no segundo período, o comportamento dos indicadores foi mais homogêneo, levando a uma menor diferenciação nos padrões de fecundidade, daí uma maior aproximação entre eles.

El Salvador e Nicarágua continuaram representando o padrão dos países de fecundidade mais alta, embora não sejam aqueles com os maiores níveis. A TFT é acima de 3 filhos por mulher e concentrada nas idades mais jovens (até 29 anos), com pico no grupo 20-24. A idade mediana à primeira união permanece no final da adolescência, entre 19 e 20 anos, em todas as coortes, predominando a união

livre, e com intervalo próximo de 1 ano para o nascimento do primeiro filho. A progressão para as primeiras ordens de parturição (ordem 1 e 2) é elevada, mas já é possível notar queda um pouco mais acentuada para as parturições a partir da ordem 3, deixando de representar os maiores valores de RPP, aproximando-se do comportamento dos outros países. As proporções de mulheres sem filhos, ou seja, que não eram mães, permaneceram como as mais baixas, para todas as idades. Enquanto isso, a proporção de mulheres que tiveram filho, antes de iniciar o uso de contracepção, eram as maiores, para todas as idades.

Brasil, Colômbia e Costa Rica continuaram com o padrão de países com fecundidade mais baixa. O nível da fecundidade está abaixo de 3, sendo os únicos nessa situação. A distribuição, por idade, apresentou formato parecido com o do período anterior, contudo, o peso relativo das mais jovens aumentou. A idade mediana à primeira união é próxima dos 21 anos, para a maioria das coortes, com exceção para Costa Rica, que varia entre 20 e 22 anos; o intervalo para o primeiro filho fica em torno de 1 ano. Nesses países, o casamento formal é majoritário, embora na Colômbia, entre as mais jovens, a proporção de união livre também seja elevada. A progressão para as primeiras parturições (ordem 1 e 2) é parecida com a dos demais países, porém, para parturições de ordem 3 e mais, o valor da RPP é mais baixo. A proporção de mulheres sem filhos só é maior que nos demais países, a partir do grupo 25-29. Em relação às mulheres que tiveram filho antes de usar contracepção, as proporções tendem a ser as menores, para todas as idades, conquanto a diferença, para os demais países, seja menor nas idades mais jovens.

A Rep. Dominicana permaneceu com um padrão intermediário. O nível da fecundidade é ao redor de 3 filhos por mulher, e a distribuição das TEF's é parecida com a de El Salvador e Nicarágua. A idade mediana à primeira união também se dá no final da adolescência, ao redor de 20 anos, sendo a união livre o tipo de união mais comum, em todas as idades. A idade mediana ao ter o primeiro filho, contudo, é próxima ou acima de 21 anos para todas as coortes, levando a um intervalo maior que 1 ano após a primeira união. A progressão para as primeiras ordens de parturição tem comportamento igual ao dos demais países, mas a partir da parturição de ordem 3, os valores da RPP são parecidos com os de El Salvador. O intervalo intergenésico tende a ser o mais curto, em relação ao dos outros países, principalmente entre os últimos nascimentos. As proporções de mulheres sem filhos não são as maiores nem as menores, ficando na intermediação entre as proporções dos países de menor fecundidade (como Colômbia) e as dos países de maior fecundidade (como El Salvador). Quanto às proporções de mulheres que tiveram filho antes de usar contracepção, são parecidas com as da Nicarágua, para as primeiras idades (15-24), e com as do Peru, nos demais grupos etários.

O Peru, apesar de possuir um dos níveis mais altos de fecundidade, apresenta um padrão também intermediário. Por isso, não se encaixa no padrão dos países de fecundidade alta (El Salvador e

Nicarágua). A TFT é acima de 3 filhos, e a distribuição continua com a mesma configuração do período anterior, marcada por elevadas TEF's nas idades mais avançadas, bem acima do que era observado para os outros países. A idade mediana à primeira união é ao redor de 21 anos, e a idade ao ter o primeiro filho é um pouco acima, indicando que o intervalo, entre a primeira união e o primeiro filho, é de menos de 1 ano. A união livre prevalece entre as mais jovens (20-24 e 25-29), enquanto o casamento formal é mais comum nas idades mais velhas. Os valores da RPP são elevados para parturições de maiores ordens, a partir da progressão para ordem 3, sendo semelhante aos valores dos países com fecundidade alta, como Nicarágua e Paraguai. A proporção de mulheres sem filhos é parecida com a dos países de fecundidade mais baixa, entre as jovens (15-29 anos), e, nas idades mais velhas, é semelhante à proporção encontrada na Rep. Dominicana. O uso de métodos modernos ganhou importância, enquanto o uso de métodos tradicionais manteve-se aproximadamente estável, desde o primeiro período. A proporção de mulheres que tiveram filho, antes de usar contracepção pela primeira vez, tende a se aproximar da proporção apresentada por países de baixa fecundidade, nas idades jovens (15- 24 anos), ao passo que, nas idades mais velhas é mais parecida com a proporção da Rep. Dominicana.

O padrão de fecundidade do Paraguai sofreu pouca mudança, em relação ao que se encontrava no primeiro período. O nível de fecundidade permaneceu como o mais elevado, entre todos os países, com TFT acima de 4 filhos. A distribuição, por idade, revela TEF's com valores elevados desde o grupo 20-24, com destaque para os grupos etários intermediários, com fecundidade muito acima dos demais países. Daí o Paraguai apresentar a maior idade média da distribuição, juntamente com o Peru. As idades medianas à primeira união e ao ter o primeiro filho são muito próximas, e tendem a se concentrar em torno de 21 anos, demonstrando um intervalo muito curto entre esses eventos (em alguns casos, foi até negativo, de modo que a idade ao ter o primeiro filho foi menor que a idade à primeira união). O casamento formal ainda é predominante, notadamente nas idades mais velhas, já que, no grupo mais jovem (20-24), a união livre também tem importância. A progressão é elevada para as maiores ordens de parturição, haja vista que nas primeiras ordens (até ordem 3) apresenta comportamento parecido ao da maioria dos países. A proporção de mulheres sem filhos segue o mesmo comportamento notado para o Peru, de ser elevada entre as jovens e bem mais baixa nos grupos etários mais velhos. A proporção de mulheres que tiveram filho, antes de começar a usar contracepção, por sua vez, é a segunda menor (atrás apenas do Brasil) nas idades mais jovens (15-24 anos), aumentando nas idades seguintes e tendendo a se aproximar das proporções verificadas para a Colômbia.

É possível perceber que, entre o primeiro e o segundo períodos, o padrão da fecundidade sofreu poucas alterações, em todos os casos, de modo a indicar que mesmo com o declínio do nível da

fecundidade ocorrido no segundo período, as características do perfil de fecundidade identificado no período anterior permaneceram. Além disso, houve uma maior aproximação dos países, no que tange ao comportamento dos indicadores, de modo a reduzir as diferenças nos padrões. A distribuição das TEF's, por idade, por exemplo, apresentou um perfil mais parecido entre os países, sendo o Paraguai a exceção mais marcante, e, em menor medida, o Peru. Daí que a idade média dessa distribuição era próxima entre todos, com valor entre 26 e 27 anos, sendo maior apenas no Paraguai e Peru – pouco acima de 28 anos – devido à elevada fecundidade das idades mais velhas, nesses países. No que tange à progressão da parturição, nas primeiras ordens (parturição 1 e 2) os valores das RPP foram semelhantes entre os países, não ocorrendo diferenciação entre eles. Nota-se diversidade a partir da parturição de ordem 3, porém, somente no valor da RPP, já que o comportamento seguiu a mesma tendência de queda para todos, sendo mais acentuada na progressão para a terceira e quarta ordens.

A idade mediana à primeira união não mudou de modo considerável entre o primeiro e o segundo período, para os países, ficando em torno de 21 anos na maioria das coortes. El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana permaneceram como exceções, com valores abaixo de 20 anos; esses países eram também aqueles onde a união livre estava em maior proporção, notadamente entre as mais jovens. O panorama também se manteve praticamente estável para a idade mediana ao ter o primeiro filho. Assim, o intervalo entre a primeira união e o nascimento do primeiro filho tendeu a ser próximo de 1 ano, sendo um pouco menor para as coortes de 30-34 e 35-39 de Colômbia, Costa Rica, Paraguai e Peru, indicando que, para essas coortes, no segundo período, as mulheres se uniam e logo depois tinham o primeiro filho. Para a coorte mais jovem (25-29), no entanto, o intervalo foi ao redor de 1 ano para todos os países, o que não ocorria no primeiro período, sugerindo que as mulheres jovens, do segundo período, tendiam a apresentar um comportamento mais parecido em todos os países. Dessa forma, assim como sucedeu no primeiro período, com exceção da Nicarágua, não houve muita diferenciação na idade mediana ao ter o primeiro filho, entre os países.

O intervalo intergenésico também não foi muito distinto entre os países, principalmente nas parturições mais baixas. Entre as mulheres que tiveram apenas 2 filhos, por exemplo, o intervalo entre os nascimentos era acima de 3 anos em todos os países, variando entre 3,3 e 3,9 anos. Na parturição de ordem 3, o valor do último intervalo intergenésico não era muito distante do intervalo observado na parturição 2, para cada país, e ficou acima de 3 anos em todos. Com exceção da Rep. Dominicana, na parturição 3 o intervalo, entre os últimos nascimentos, variou entre 3,8 e 4,4 anos. Nas parturições das outras ordens, houve uma maior diferenciação entre os países, com a Rep. Dominicana sempre apresentando os menores intervalos. Os intervalos entre os últimos filhos, das parturições 3 e 4, continuaram sendo os maiores entre todas as parturições, na maioria dos países, conquanto o intervalo da parturição mais baixa tenha ganhado importância em alguns países.

As proporções de mulheres sem filhos (que não eram mães) eram próximas, entre os países, nas idades mais jovens (15-19 e 20-24), mas um pouco menor em El Salvador e Nicarágua. No primeiro período, havia uma maior diferenciação desde o grupo 20-24. Nos dois primeiros períodos, é nas idades entre 25 e 39 anos em que se observa um comportamento mais heterogêneo dos países. O uso de contracepção é, ainda, um indicador com pouca discriminação entre os países. Excetuando Brasil e Costa Rica, que apresentaram as menores proporções de mulheres casadas/unidas que não estavam usando contracepção, na data da entrevista, para todos os outros, as proporções eram próximas, em todas as idades. O uso de métodos modernos era majoritário em todos os países, principalmente entre as mais jovens. O Paraguai e o Peru eram os únicos países para os quais a proporção de uso de métodos tradicionais era elevada, nas idades intermediárias e mais velhas.

A proporção de mulheres que tiveram filho, antes de iniciar o uso de contracepção, apresentou um comportamento mais diverso entre os países, em todas as idades. No entanto, entre as jovens, a tendência tornou-se parecida: em nenhum país, a proporção de adolescentes que se tornaram mães, antes de iniciar o uso de métodos, foi majoritária; entre as mulheres de 20-24, nos países em que a proporção era maior para as que declararam ter tido filho, antes de usar método, o valor era inferior ao do primeiro período. Nesse sentido, apesar de os valores das proporções serem diferentes, entre as mais jovens foi possível captar uma tendência parecida em todos os países, com o aumento do uso de anti-concepcionais antes do início da reprodução.

De modo geral, portanto, as características que definiam o padrão latino-americano, no primeiro período, permaneceram as mesmas no segundo período, com poucas alterações em alguns indicadores. Isso significa que, mesmo diante da queda da fecundidade, o padrão permaneceu com configuração semelhante à do período em que era elevada. O que chama a atenção é que, para as coortes mais jovens (15-29 anos), o comportamento de grande parte dos indicadores era muito parecido em todos os países, sugerindo que as mulheres mais jovens, no segundo período, tinham um padrão de fecundidade mais próximo, o que pode ser tomado como um indicativo de um processo de homogeneização do padrão de fecundidade na América Latina, com a transição.

O padrão de fecundidade delineado no segundo período, para todos os países, segue aquilo que a literatura aponta para a transição da fecundidade na América Latina. A literatura mostra, por exemplo, que, nessa fase, há uma maior contribuição da fecundidade das mulheres de 20 e 29 para o total da fecundidade, e isso se dá em todos os países, diminuindo a idade média da distribuição das TEF's, em relação ao primeiro período. As idades medianas à primeira união e ao ter o primeiro filho não se alteraram, continuando com o perfil da fase pré-transição, e o baixo intervalo entre elas (ao redor de 1 ano, sendo, para em algumas coortes, menor que esse valor) atesta o fato de os casais latino-americanos preferirem ter filhos imediatamente após a união. Ademais, continuava elevada a



proporção de jovens que fizeram uso de contracepção após ter tido filho; e o casamento formal e a união livre continuaram como alternativas de união, sendo a última verificada principalmente entre as mais jovens, seguindo o que foi apontado pela literatura (não havendo sinalização de que esse tipo de união seja considerado como coabitação). A progressão para maiores ordens de parturição declinou em todos os países, mas a maternidade permaneceu quase universal, atingindo mais de 90% das mulheres de 35-44 anos. Os métodos modernos eram prevaletentes, mas a maior proporção de uso concentrava-se nas idades mais velhas, o que ajuda a reforçar o entendimento, apresentado pela literatura, de que a contracepção tinha, como propósito principal, terminar a reprodução.

### **c) Terceiro Período:**

O período mais recente é marcado pela maior aproximação dos países quanto ao nível de fecundidade, com TFT abaixo de 3 filhos por mulher em todos, sendo que Brasil e Costa Rica estão abaixo do nível de reposição. Essa maior aproximação se refletiu na estrutura da fecundidade, por idade, já que a curva de distribuição das TEF's tornou-se mais parecida entre os países. O pico da distribuição permaneceu no grupo 20-24 para a maioria dos países. Nota-se que o declínio da fecundidade acabou por aproximar os valores das taxas dos grupos 15-19 e 25-29, em todos os países, haja vista a forte diminuição da TEF, nesse último grupo, sem ocorrer, na mesma magnitude, entre as adolescentes. Em consequência, a idade média da distribuição diminuiu ainda mais no terceiro período, já que o declínio sustentado da fecundidade foi acompanhado pelo rejuvenescimento da sua distribuição, em todos os países, com o Brasil e Colômbia, países com menor TFT, exibindo distribuição bastante jovem. Assim, a idade média da distribuição ficou ao redor de 26 anos em quase todos os países, sendo maior (de 28 anos) no Paraguai e Peru, que, desde o primeiro período, sempre apresentaram as maiores idades médias.

O fato de todos os países estarem, no período mais recente, com fecundidade baixa (menor que 3 filhos por mulher) acabou tornando-os mais parecidos no que tange ao padrão de fecundidade. Isso quer dizer que o comportamento dos indicadores aqui analisados ficou menos discrepante entre os países, em comparação com os períodos anteriores, apontando para uma homogeneização do padrão de fecundidade entre eles.

Assim como ocorreu com a distribuição das TEF's, a progressão da parturição refletiu a baixa fecundidade. A proporção de mulheres que progrediram para o segundo filho, por exemplo, não ultrapassou 90% em nenhum país, e observa-se declínio acentuado na proporção daquelas que progrediram para o terceiro filho, não alcançando 75% das mulheres (de 35-44 anos) em nenhum deles. O comportamento das RPP foi muito parecido entre todos os países, contudo, o Brasil ganhou destaque, por ser o único no qual a proporção de mulheres, que tiveram o primeiro filho, ficou abaixo

de 90%, e por possuir os menores valores das RPP, para todas as ordens de parturição. Isso explica sua menor fecundidade, estando esta abaixo do nível de reposição.

O indicador de status marital foi um dos que mais sofreram mudança, no período mais recente. Houve redução da proporção de casadas em todas as idades, em todos os países, e aumento da proporção de unidas. A diferenciação, observada nos períodos anteriores, passou a ser observada somente nas idades mais velhas. Nas idades mais jovens (20-24 e 25-29) o perfil era muito parecido em todos os países, com a proporção de unidas sendo maioria. Ademais, inclusive nas idades mais velhas, houve aumento importante da proporção de unidas naqueles países onde era antes baixa, tornando-os mais próximos aos países onde a união livre, desde o primeiro período, era a principal opção de status marital.

Enquanto o status marital sofreu alteração significativa, a idade mediana à primeira união praticamente não sofreu modificações ao longo dos períodos. Houve aumento dessa idade, para a maioria dos países, na coorte mais jovem (25-29), mas não foi suficiente para mudar o panorama: para a maior parte dos países, a idade mediana à primeira união variou entre 21 e 22 anos, com El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana apresentando valores inferiores, em todas as coortes. No que se refere à idade ao ter o primeiro filho, notou-se, igualmente, um aumento, em relação ao período anterior, para a coorte mais jovem (25-29) em quase todos os países. A diferença é que a idade mediana ao ter o primeiro filho tornou-se maior, para essa coorte, em relação à coorte imediatamente mais velha, em todos os países, o que não se verificou com a idade à primeira união. Isso mostra que, no terceiro período, as mais jovens passaram a iniciar a reprodução mais tarde, tanto sob uma perspectiva de período – pois que a idade ao ter o primeiro filho era maior que a das jovens do período anterior – tanto sob uma perspectiva de coorte, já que a idade mediana era acima da idade com que as mulheres da coorte imediatamente mais velha iniciavam a reprodução. Essa mudança aponta para um envelhecimento da idade mediana ao ter o primeiro filho, na coorte mais jovem, que variou em torno de 21 e 23 anos para todos os países, exceto Nicarágua.

No padrão de fecundidade do terceiro período, ter menos filhos ligou-se a intervalos intergenésicos mais longos, haja vista que a parturição de ordem 2 foi a que apresentou o maior intervalo, superior a 4 anos, em quase todos os países, com exceção do Paraguai, para o qual o maior intervalo foi na parturição de ordem 3. Nas demais ordens de parturição, os intervalos intergenésicos eram consideravelmente menores do que nas primeiras parturições. O Brasil destacou-se por apresentar intervalos geralmente mais curtos, comparativamente aos dos outros países, a partir da parturição de ordem 3. Na contramão estavam Nicarágua e Peru, países com elevada fecundidade, porém com os maiores intervalos.

A proporção de mulheres sem filhos aumentou no terceiro período, para todos os países, principalmente entre as jovens (15-29). Nos grupos etários 15-19 e 20-24, o Paraguai exibiu as maiores proporções, ultrapassando o Brasil, cujas proporções só eram maiores a partir do grupo 25-29. De modo geral, no entanto, os valores eram próximos entre os países, notadamente nas idades mais jovens. Contudo, mesmo com o aumento de adolescentes sem filhos, no terceiro período, o cenário observado ainda era marcado pelo início precoce da reprodução em grande parte dos países analisados, haja vista que cerca de metade das mulheres chegava ao grupo 20-24 já sendo mãe, e uma minoria permanecia sem filhos no grupo 25-29.

Menos da metade das adolescentes (15-19 anos) casadas/unidas não estavam usando contracepção, na data da entrevista, em todos os países, o que só era verificado em alguns, no período anterior. Em todas as outras idades também diminuiu a proporção daquelas que não estavam fazendo uso, principalmente nas idades 20-24 e 25-29, alterando o cenário observado no primeiro período. Esse é um dos motivos pelos quais o coeficiente de elasticidade indicou que, entre os dois últimos períodos, o uso de método moderno passou a ter um efeito maior no declínio da fecundidade, mesmo no grupo 20-24, o que não se deu entre o primeiro e o segundo períodos. Ademais, apesar de ter ocorrido aumento no uso de métodos tradicionais, os métodos modernos eram prevaletentes em todas as faixas etárias, de todos os países. O aumento do uso de métodos contraceptivos, juntamente com a elevação da proporção de mulheres sem filhos e da idade ao ter o primeiro filho, entre as coortes mais jovens, são indícios de que, no terceiro período, o uso de contracepção poderia ter propósitos de adiar a reprodução e de espaçar os nascimentos, o que não se antevia nos períodos anteriores.

O declínio da proporção de mulheres que tiveram filho, antes de começar a usar contracepção, no terceiro período, fez com que as coortes mais jovens (15-24 anos) registrassem menores valores daquelas que foram mães antes de usar contraceptivo, muito diferente da realidade dos períodos anteriores. As proporções em El Salvador e Nicarágua eram maiores em relação aos demais países, embora seguisse uma mesma tendência de comportamento. Desse modo, com exceção desses dois países, a proporção de mulheres que tiveram filho, antes de iniciar a contracepção, era menor que 50% até o grupo etário 30-34, evidenciando o fato de que, no período mais recente, as coortes mais jovens e nas idades intermediárias iniciaram o uso de métodos contraceptivos antes de ter filho, contrapondo ao cenário observado nos períodos passados.

As mudanças nos indicadores resultaram em um padrão de fecundidade com características diferentes, no terceiro período. A TFT é abaixo de 3 filhos por mulher, concentrada no grupo de 20-24 anos (para a maioria dos países) ou no grupo de 25-29 anos (Paraguai, Peru e Nicarágua). A idade média da distribuição da fecundidade é a mais baixa entre os períodos, consequência da diminuição mais que proporcional das taxas de fecundidade nos grupos mais velhos. A progressão para parturições elevadas

declinou acentuadamente em todos os países, mas ainda é acima de 90% a proporção de mulheres (de 35-44 anos) que se tornaram mães. Os valores dos intervalos intergenésicos aumentaram e foram mais longos entre as mulheres que tiveram menos filhos. No entanto, o Brasil, país com menor nível de fecundidade, tendia a apresentar intervalos mais curtos, em relação aos outros países, enquanto países com nível de fecundidade mais elevado eram, geralmente, aqueles com os intervalos mais longos entre os nascimentos, independente da parturição. A união livre era mais comum que o casamento formal, entre as jovens de 20-24 e 25-29 anos, ao passo que, entre as mais velhas, prevalecia o casamento formal. A idade mediana à primeira união variou entre 21 e 22 anos, para a maioria dos países, apresentando leve aumento em relação ao que era observado no primeiro período, mas para El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana, a primeira união continuou, para a maioria, acontecendo no final da adolescência. A idade mediana ao ter o primeiro filho, para a coorte de 25-29 anos, aumentou e indica uma possível postergação da entrada à reprodução, em todos os países. Concomitantemente, aumentou a proporção de mulheres sem filhos; aumentou o uso de métodos contraceptivos, notadamente modernos; e diminuiu a proporção de mulheres que tiveram filho antes de começar a usar contracepção. Para todos esses, os maiores efeitos foram sentidos para as mais jovens (15-29 anos). Esses são indícios de que as coortes mais jovens, do período mais recente, estão mudando o comportamento reprodutivo, levando à modificação do padrão de fecundidade até então existente na América Latina.

Embora a diferença entre os países tenha se reduzido bastante, o comportamento de alguns indicadores, no terceiro período, em El Salvador, Nicarágua e Rep. Dominicana se destacam dos demais países. A idade mediana à primeira união e ao ter o primeiro filho tendem a ser as mais baixas, bem como a proporção de mulheres sem filhos; por outro lado, as proporções de mulheres que tiveram filho, antes de começar a usar contracepção, são as maiores, em todas as idades; no caso de El Salvador e Rep. Dominicana, ademais, as proporções de mulheres que não estavam fazendo uso de contraceptivos, na data da pesquisa, eram as maiores, em relação aos demais países.

Na contramão estão o Paraguai e o Peru, países que continuaram apresentando os maiores níveis de fecundidade, no terceiro período, porém, com comportamento de alguns indicadores semelhante ao de países com as menores taxas. A idade mediana à primeira união e ao ter o primeiro filho está entre as mais altas, assim como a proporção de mulheres sem filhos, notadamente nas idades mais jovens; o Paraguai é o país com uma das menores proporções de mulheres que não estavam fazendo uso de métodos contraceptivos; ambos os países apresentam proporções muito baixas de mulheres que tiveram filho antes de iniciar o uso de contracepção, porém apenas para as coortes jovens.

O declínio acentuado da fecundidade, que ocorreu em grande parte dos países, no terceiro período, fez com que um número menor de indicadores fosse capaz de diferenciá-los, indicando a convergência

dos indicadores que compõem o padrão de fecundidade. Nesse sentido, é possível entrever que, na medida em que avancem na transição, os países tenderão a ser mais uniformes, em termos de padrão de fecundidade. Isso pode ser notado através das informações para as coortes mais jovens, que apresentam um comportamento mais parecido entre todos eles, aproximando países com características bem distintas, como Brasil, Nicarágua e El Salvador.

A literatura mostra que, durante o processo de transição da fecundidade, na Europa, houve redução da entrada ao matrimônio, pelo menos para alguns países, e declínio das taxas de fecundidade, notadamente nas idades mais avançadas, que resultou na queda da progressão para parturições que representam prole numerosa e redução do intervalo entre os nascimentos. Alguns desses fenômenos também ocorreram de modo universal nos países analisados. Em todos, houve redução da fecundidade nas idades mais velhas e declínio da progressão para maiores ordens de parturição (acima de 2 filhos). No entanto, juntamente com as características encontradas na fase de transição europeia, é possível notar, no terceiro período, o comportamento de alguns indicadores seguindo um perfil verificado na fase pós-transição. A idade mediana ao ter o primeiro filho aumentou para as mulheres de 25-29 anos, e a proporção de mulheres de 20-24 e 25-29, em união livre, era maior que a proporção de casadas formalmente, em quase todos os países. Ademais, aumentou a proporção de mulheres que não tinham filhos, na data da pesquisa, não apenas entre as jovens, mas, para alguns países (como, por exemplo, Brasil, El Salvador e Paraguai), inclusive entre aquelas de 30-34 e 35-39 anos. E, a proporção de mulheres casadas/unidas que faziam uso de contraceptivo moderno, entre as jovens de 15-19 e 20-24, aproximou-se, ou mesmo ultrapassou, a proporção nas idades intermediárias (30-34 e 35-39). Dessa forma, boa parte dos indicadores, no último período, apresenta aspecto mais parecido com o panorama europeu no estágio de pós-transição, quando a fecundidade diminuiu para níveis muito baixos. Contudo, isso é observado, no caso dos países latino-americanos, de maneira mais intensa entre as jovens, haja vista que, entre as mulheres de idade intermediária e mais velha, o comportamento dos indicadores parece ainda seguir um perfil mais de acordo com a fase de transição europeia.

O Brasil é o país cujo comportamento dos indicadores mais se aproxima da fase de pós-transição encontrada na Europa. Isso porque, além de as características citadas se apresentarem de maneira mais evidente, o intervalo entre os nascimentos tendeu a ser menor, em comparação com o dos outros países, e as progressões para todas as parturições foram bem menores, com destaque para o primeiro filho, que ficou abaixo de 90%, no terceiro período. Esse último dado significa que, no Brasil, uma proporção menor de mulheres de 35-44 anos transitou para a maternidade, no período mais recente, desvinculando-se do que era comum e esperado para a América Latina. Todos esses fatores ajudam a entender o fato de o Brasil ser o país cujo nível de fecundidade mais se aproxima do nível atual dos países europeus, em comparação com o dos outros países estudados.

O cenário encontrado para os países latino-americanos, no terceiro período, portanto, é bastante singular e parece indicar uma fase intermediária entre o final da transição da fecundidade e o início da fase de pós-transição (essa última observada na Europa). Com isso, o padrão de fecundidade, encontrado nesse último período, contém características das duas fases, sendo as características da fase de transição mais comum nas idades mais velhas, e as características da pós-transição nas idades mais jovens. Isso faz com que o padrão de fecundidade latino-americano mais recente seja único e se distinga tanto do padrão de fecundidade europeu da fase de transição, quanto do padrão europeu da fase de pós-transição. Esse padrão reproduz o próprio contexto da região, formado por países que estão mais adiantados na transição, como o Brasil, bem como por aqueles que exibem um perfil mais atrasado, como Nicarágua e El Salvador.

Caldwell (2008) já havia identificado cinco divisões que marcam o processo de transição da fecundidade, considerando os países europeus ocidentais, mais EUA, Austrália e Nova Zelândia: 1- um período inicial de fecundidade quase-estável; 2- primeira transição da fecundidade; 3- um período de inter-transição; 4- segunda transição da fecundidade e 5- a pós-transição de quase-equilíbrio. Essas fases coincidem com o processo de transição observado na ALC, com mudanças parecidas no padrão de fecundidade. A diferença é que, neste trabalho, consideram-se as fases 4 e 5 como uma única fase. Desse modo, o padrão da América Latina, por apresentar características difusas, como explicitado anteriormente, justifica-se porque está em uma fase intermediária, tal como apontado por Caldwell na fase 3 dos países mais avançados. Essa é mais uma evidência indicando uma tendência geral de mudança no padrão de fecundidade, seguindo o processo de transição.

O fato de o padrão latino-americano diferir do padrão europeu não significa concluir que a Europa não pode ser tomada como uma referência para se projetar o padrão futuro da fecundidade na América Latina. Ao contrário, as informações obtidas mostram que os países latino-americanos apresentam comportamento cada vez mais próximo entre os indicadores, apesar de o nível da fecundidade ser diferente, e que as coortes mais jovens, de todos eles, tendem a delinear um padrão de fecundidade com tendências semelhantes, e em direção ao que se observa atualmente na Europa. Assim, à medida que a fase intermediária finaliza, e as coortes mais jovens alcancem as idades mais avançadas do período reprodutivo, é de se esperar que o padrão de fecundidade dos países analisados, bem como da América Latina em geral, tenda a apresentar características muito parecidas com a realidade européia. Com isso, até uma característica típica do padrão latino-americano e que o diferencia do padrão europeu, que é a elevada fecundidade adolescente, tenderá a deixar de ser um marco definidor do comportamento reprodutivo na região.

A literatura mostra, contudo, que mesmo a Europa da atualidade não é uniforme. Existem grupos de países que se distinguem, no que tange ao comportamento de alguns indicadores, o que poderia ser

considerado como conformando padrões distintos. O que as informações ainda não são capazes de apontar, no caso latino-americano, é de qual desses padrões europeus os países tendem a se aproximar, ao avançar para a última fase da transição, e nem mesmo se haverá heterogeneidade entre eles, haja vista que os dados são incipientes e os países latino-americanos ainda estão finalizando – ou caminhando para isso (em alguns) – a transição demográfica. O que a literatura sobre a América Latina já apontava, e os dados para os países analisados confirmam, é que algumas das características mais gerais, presentes nos padrões europeus da fase pós-transição, já podem ser verificadas, pelo menos para as coortes mais jovens, no período mais recente, sugerindo que a região caminha para uma fase de pós-transição parecida com a Europa.

## **5.2. O padrão de fecundidade segundo escolaridade e quintil de riqueza:**

A análise dos dados, realizada em seção anterior, mostrou que o comportamento dos indicadores é muito parecido, por escolaridade e quintil de riqueza, nos três períodos considerados. Daí que o delineamento do padrão de fecundidade considerará os dois atributos socioeconômicos conjuntamente. Nas linhas seguintes, configuram-se os padrões observados, considerando, para cada período, os grupos socialmente mais e menos vulneráveis.

### **a) Primeiro Período:**

As mulheres pertencentes ao **estrato socioeconômico mais baixo**, ou seja, aquelas com baixa escolaridade e do quintil de renda mais baixo, apresentavam, no primeiro período, um comportamento reprodutivo típico da fase pré-transição, de modo que o padrão de fecundidade refletia o perfil dessa fase. O nível da fecundidade era elevado, cima de 4 filhos, chegando a 8 filhos por mulher em alguns países. Os valores das razões de progressão eram elevados, estando acima de 90%, para as primeiras parturições, e ao redor desse valor, ou mesmo acima, em alguns casos, para a parturição de ordem 3; nas demais parturições, as RPP eram menores que 90%, mas, mesmo assim, elevadas, não ocorrendo nenhum caso de valor próximo ou abaixo de 50%. Isso significa que uma elevada proporção de mulheres de 35-44 anos progrediam para parturições acima de 3 filhos. As maiores taxas de fecundidade tendiam a se localizar nos grupos 20-24 e 25-29, contudo os valores da TEF eram elevados em todas as outras idades, principalmente entre as adolescentes, indicando um comportamento parecido com o da fecundidade natural. Com isso, a idade média da distribuição da fecundidade não era baixa, acima de 26 anos no geral, chegando a próximo de 30 anos no Paraguai e Peru, países com as maiores taxas. Isso se deve à elevada fecundidade em todas as idades, mesmo nas idades mais velhas, de modo que idade média refletia esse comportamento.

O casamento formal e a união livre eram realidades comuns entre as mulheres menos privilegiadas, principalmente entre as mais jovens, contudo, em alguns países, predominava o casamento formal e, em outros, a união livre, tal como se observava para o total dos países. A idade mediana à primeira união era baixa, geralmente abaixo dos 20 anos para todos os países e coortes, e, em muitos casos, a idade à primeira união, da coorte mais jovem, era menor ou muito próxima à idade mediana das coortes mais velhas, indicando que não houve modificação significativa entre as coortes, nesse primeiro período.

A idade mediana ao ter o primeiro filho era próxima da idade à primeira união, de modo que o intervalo entre elas era ao redor de 1 ano, exceto para a Rep. Dominicana, onde esse intervalo era próximo de 2 anos, e para algumas coortes de Costa Rica, Peru e Paraguai, para as quais era inferior a 0,5 ano, indicando que, entre elas, a maior parte das uniões ocorria quando as mulheres já estavam grávidas. Além disso, a idade mediana ao ter o primeiro filho, para a coorte mais jovem, tendia a ser muito próxima da idade da coorte imediatamente mais velha, sendo, em alguns casos, inferior.

O intervalo intergenésico variava entre 2 e próximo de 4 anos, para parturições até 4 filhos, e os intervalos mais longos se davam entre os últimos nascimentos das parturições 3 e 4, e não na parturição mais baixa (2 filhos). O Paraguai foi o único país cujo intervalo da parturição 2 foi o maior. No entanto, os intervalos eram próximos para as parturições até 4 filhos, de maneira que o espaçamento, entre os nascimentos, dava-se analogamente para as parturições mais baixas.

A proporção de adolescentes, sem filhos, na data da pesquisa, era baixa, situando-se na casa dos 70%, para a maioria dos países. Entre as jovens de 20-24, menos de 30% (com exceção do Peru) não tinham tido filho, e a quase totalidade das mulheres de 25-29 já era mãe. Isso mostra que a reprodução se iniciava precocemente entre as mulheres dos estratos socioeconômicos mais baixos, haja vista que uma proporção significativa das adolescentes, e a maioria das jovens de 20-24, já era mãe, no primeiro período. Além disso, são as jovens de 15-24 anos que apresentavam as maiores proporções de casadas/unidas que não estavam fazendo uso de nenhum método contraceptivo (com a exceção das jovens de 20-24 da Costa Rica). Em grande parte dos países, as mulheres casadas/unidas, que não estavam usando método, eram maioria, inclusive, nas idades mais velhas. O uso dava-se em parcela pequena das mulheres de baixa escolaridade e pertencentes ao quintil de renda mais baixo, sendo os métodos modernos os mais recorridos, com exceção do Peru, onde os tradicionais eram os mais usados, mesmo entre as jovens. Assim, na maioria dos países, metade, ou mais da metade, das adolescentes tiveram filho antes de começar a usar contracepção, sendo essa proporção maior entre as jovens de 20-24 anos. A proporção de mulheres que tiveram filho, antes de iniciar o uso de contraceptivos, aumentava continuamente com o avanço da idade, mas, para alguns países, já era superior a 90% entre as mulheres de 25-29 anos.



O padrão de fecundidade, das **mulheres de escolaridade e quintil de renda mais altos**, contudo, exibia um perfil muito diferente. O nível da fecundidade estava abaixo de 3 filhos em quase todos os países, com exceção do Paraguai, e, em alguns casos, era, inclusive, abaixo do nível de reposição. Nesse sentido, era elevada a proporção de mulheres que se tornavam mães, em torno de 90% (com exceção de Peru e Nicarágua, para os quais era cerca de 95%), sendo, por volta dessa mesma proporção, aquelas que progrediam para o segundo filho. Contudo, a RPP para as parturições, a partir da ordem 3, dava-se em valores bem menores, chegando a menos de 70% das mulheres, de 35-44 anos, que tiveram 3 filhos, e a menos da metade daquelas que progrediram para o quarto filho, em boa parte dos países. As maiores taxas de fecundidade tendiam a se concentrar entre os grupos etários 20-24 e 25-29, conquanto, em boa parte dos casos, fosse maior no segundo grupo. A fecundidade adolescente era baixa, menor que no grupo 30-34, indicando que a distribuição da fecundidade, para as mulheres mais abastadas, tendia a ser mais envelhecida. Isso é confirmado pela idade média da distribuição, que variava entre próximo de 27 e próximo de 29 anos, influenciada pela fecundidade mais alta nas idades intermediárias.

O casamento formal predominava entre as mulheres mais escolarizadas e pertencentes ao quintil de riqueza mais alto, embora, em alguns países, a união livre estivesse em maior proporção, nas idades mais jovens. A idade mediana à primeira união era acima de 21 anos para a maioria das coortes, alcançando valores próximos a 25 anos, em alguns casos. Além disso, no grupo etário mais jovem (25-29), a idade mediana era superior, ou bastante próxima, às dos grupos mais velhos, indicando que o comportamento desse indicador tendia a ser homogêneo entre as diferentes coortes. A idade mediana ao ter o primeiro filho era igualmente elevada, acima de 22 anos para a maioria das coortes, de modo que o intervalo entre as idades medianas à primeira união e ao ter o primeiro filho tendia a ser superior a 1 ano, com exceção de algumas coortes de Costa Rica, Peru e Paraguai, para as quais o intervalo era inferior a 1 ano, indicando que a reprodução iniciava-se logo após a união. Ademais, a idade mediana ao ter o primeiro filho, do grupo etário mais jovem, era muito próxima dessa idade nos grupos mais velhos, indicando que não houve mudança, desse indicador, ao longo das coortes.

O intervalo intergenésico variou entre 2 e 5 anos, embora fosse mais comum entre 2 e 3 anos, para parturições até 4 filhos. Os intervalos mais longos ocorriam entre os últimos nascimentos das parturições 3 e 4, mas, em alguns casos, dava-se na parturição 2. Nessas parturições, os intervalos tendiam a ser próximos, ou seja, não havia muita diferença no espaçamento dos nascimentos entre as parturições mais baixas (até 4 filhos).

Mais de 85% das adolescentes dos estratos socioeconômicos mais altos não tinham filho à época da entrevista. Em alguns casos, era superior a 95%, alcançando a quase totalidade das adolescentes. Entre as jovens de 20-24, a proporção sem filhos variava entre 50% e 70%, e, entre as de 25-29, com

exceção de El Salvador e Nicarágua, a proporção ficava entre 30% e 45%. Esses dados mostram que a maioria das jovens de escolaridade mais alta, e pertencentes ao quintil de riqueza mais elevado, não tinha iniciado a reprodução, no primeiro período. Além disso, em parte dos países, as adolescentes casadas/unidas, que faziam uso de método contraceptivo, eram maioria. As jovens de 20-24 casadas/unidas, que faziam uso de métodos, eram maioria em quase todos os países, exceto El Salvador e Rep. Dominicana, e, a partir do grupo etário 25-29, em todos os países prevalecia a proporção das que estavam fazendo uso de contraceptivos, alcançando as maiores proporções no grupo 35-39. Os métodos modernos eram os mais usados, porém, no Peru e Paraguai, os métodos tradicionais também tinham importância, principalmente entre as mais velhas.

Na maioria dos países, a proporção de adolescentes, de escolaridade e quintil de riqueza mais altos, que declararam que não tiveram filho antes de começar a usar método, ultrapassava a casa dos 70%, sendo superior a 80%, em alguns. Situação parecida deu-se com as jovens de 20-24, cuja proporção daquelas que não tiveram filho, antes de usar contracepção, era superior a 50% em todos os países, exceto Peru e Rep. Dominicana. No grupo 25-29, somente no Brasil e Paraguai as mulheres que não tiveram filho, antes de usar método, era superior; em todos os demais, prevalecia a proporção daquelas que se tornaram mães antes de iniciar o uso de métodos. A partir do grupo 30-34, prevalecia a proporção das que tiveram filho antes de usar método, exceto para Brasil.

Em síntese, o padrão de fecundidade apresentou uma configuração bem específica, conforme o estrato socioeconômico (escolaridade e quintil de riqueza), no primeiro período. No estrato mais baixo, o padrão de fecundidade predominante era aquele típico da fase pré-transição, apresentando as características que a literatura aponta para essa fase (tanto na Europa, quanto na América Latina). Contrariamente, o padrão de fecundidade, do estrato mais alto, exibia aspecto semelhante ao da fase de transição. Desse modo, havia consideráveis diferenças entre os padrões, principalmente no que tange ao nível da fecundidade, ao uso de contracepção, à proporção sem filhos e à presença de filhos ao usar método pela primeira vez. Para outros indicadores, no entanto, não havia grande distinção, quanto à progressão para as primeiras parturições, ao intervalo entre os nascimentos e ao uso de contraceptivos.

A literatura argumenta que os setores mais privilegiados da sociedade iniciaram a transição da fecundidade e, portanto, sempre estariam à frente, dos demais setores socioeconômicos, no processo, tanto na Europa quanto na América Latina. Nesse sentido, o padrão de fecundidade apresentado pelo estrato mais alto parece corresponder ao padrão mais avançado, condizente, inclusive, com o nível baixo de fecundidade. O contrário se daria com o padrão do estrato mais baixo, que seria representativo do setor mais atrasado no processo de transição. Assim, na medida em que a população, dos países analisados, alcance as mesmas condições da classe mais abastada, o padrão de fecundidade será cada vez mais parecido com o padrão do estrato mais alto.

Os países também demonstraram desigualdades no comportamento dos indicadores, no primeiro período. Brasil e Costa Rica, por exemplo, são dos países que apresentaram os menores níveis de fecundidade, na maioria das vezes. Nesses países, nos três estratos, a proporção de mulheres casadas formalmente superava a proporção de unidas, em todas as idades. Ademais, são países com um dos menores valores das RPP, em todos os estratos, na maioria das parturições. Estavam sempre entre os países com as maiores proporções de mulheres sem filhos, e usando contraceptivos, e com as menores proporções, por outro lado, de mulheres que tiveram filho antes de usar contracepção. Na contramão estavam países como Nicarágua, El Salvador e Rep. Dominicana, que não eram os países com os maiores níveis de fecundidade, mas cujo comportamento dos indicadores era mais parecido com o do estágio de pré-transição. Eram, geralmente, os que possuíam as maiores taxas de fecundidade nas idades mais jovens, notadamente entre as adolescentes. Entre esses países, predominava a proporção de uniões livres, com destaque para o estrato mais baixo e as idades mais jovens, embora fosse notável também no estrato mais alto. As idades medianas à primeira união e ao ter o primeiro filho tendiam a ser as mais baixas, e geralmente ocorriam no final da adolescência, para quase todas as coortes dos estratos mais baixo e médio. Esses países apresentavam, na maior parte das vezes, as menores proporções de mulheres sem filhos e de uso de método contraceptivo, além de exibirem as maiores proporções de mulheres que tiveram filho antes de usar contracepção.

O Paraguai chama a atenção pelo fato de ser o país com os maiores níveis de fecundidade e, ao mesmo tempo, com comportamento dos indicadores muito parecido com o dos países de fecundidade mais baixa. Por ter elevado nível, era também o país com taxas mais altas de fecundidade nas idades mais velhas, em todos os estratos, o que fez com que a idade média da distribuição da fecundidade fosse maior que nos demais países. Havia o predomínio do casamento formal em todos os estratos e para todas as idades, e a idade mediana à primeira união, para a coorte mais jovem (25-29), estava sempre entre as maiores, principalmente nos estratos médio e alto. Ao contrário do que ocorria com a maioria dos países, no Paraguai a parturição 2 foi a que apresentou o intervalo intergenésico mais longo, para todos os estratos. Além disso, a proporção de mulheres sem filhos era elevada, sobressaindo-se entre os demais países, em alguns casos. O uso de métodos tradicionais era relevante, principalmente nas idades mais velhas. Ademais, apresentava uma das menores proporções de mulheres que tiveram filho antes de usar contracepção.

É possível perceber, por meio dessas descrições, que as peculiaridades observadas para o total dos países se refletiram, igualmente, no comportamento dos indicadores por escolaridade e quintil de riqueza. Daí o padrão de fecundidade se diferenciar tanto por estrato quanto por país, espelhando a realidade multifacetada da América Latina, no primeiro período. Contudo, cabe salientar que o padrão de fecundidade, por estrato, tendia a possuir uma configuração parecida nos diversos países, o que

sugeriria que pertencer a um mesmo estrato, ainda que em diferentes países, levava a um comportamento similar do padrão da fecundidade.

#### **b) Segundo Período:**

O declínio constante da fecundidade propiciou mudanças no comportamento de alguns indicadores, porém sem que a configuração do padrão de fecundidade, no segundo período, ficasse muito distante do cenário encontrado no primeiro.

O nível de fecundidade permaneceu elevado entre as mulheres do **estrato socioeconômico mais baixo** (escolaridade e quintil de riqueza mais baixos), situando-se acima de 3 filhos por mulher, porém, somente no Paraguai e no Peru a TFT era ao redor de 7 filhos por mulher. Havia uma diferença importante no nível de fecundidade entre as mulheres de baixa escolaridade e as do quintil mais baixo, com essas últimas registrando TFT bem acima daquela observada entre as primeiras. Desse modo, dentro desse estrato socioeconômico havia uma divergência, com as mulheres de escolaridade mais baixa possuindo um nível de fecundidade bem menor que aquelas do quintil de riqueza mais baixo. A distribuição das taxas de fecundidade, no entanto, era parecida por escolaridade e quintil de riqueza, e guardava semelhança com o primeiro período, com as maiores taxas tendendo a se concentrar nos grupos 20-24 e 25-29. A diferença, para o segundo período, é que houve redução considerável da fecundidade do grupo 25-29, fazendo com que a TEF, desse grupo, se aproximasse da TEF do grupo mais jovem (15-19). Assim, em alguns países, como a Rep. Dominicana, a taxa das mulheres de 25-29 se tornou menor que a taxa das adolescentes, cujo comportamento sofreu pouca modificação no segundo período. Somente no Paraguai e Peru, essa aproximação se deu em intensidade menor, já que a TEF de 25-29 permaneceu bem superior à TEF de 15-19, principalmente no quintil mais baixo. A perda da importância da fecundidade do grupo 25-29 fez com que a idade média da distribuição diminuísse em relação ao primeiro período, na maioria dos países, passando a oscilar entre próximo de 25 e próximo de 28 anos.

A progressão para as primeiras ordens de parturição (até ordem 2) eram elevadas, situando-se acima de 90%, para todos os países. Contudo, enquanto entre as mulheres de baixa escolaridade, os valores das RPP declinavam a partir da progressão para a parturição de ordem 3, entre as mulheres do quintil de riqueza mais baixo, isso só era verificado a partir da progressão para a parturição de ordem 4. Isso significa que uma proporção menor de mulheres, de 35-44 anos, de baixa escolaridade, tiveram 3 filhos, sendo igual ou menor que 90% em quase todos os países, enquanto ainda era elevada entre as mulheres do quintil mais baixo, ficando acima de 90% em quase todos. Os valores das RPP, para ordens superiores, também eram menores por escolaridade.

A proporção de união livre era igual ou maior que a de casamento formal, entre as adolescentes de todos os países. Nos demais grupos etários, havia predominância de união livre em alguns países, e de casamento formal em outros, apontando para ambos os tipos de união como bastante presentes na realidade das mulheres do estrato mais baixo, no segundo período. A primeira união ao final da adolescência (abaixo de 20 anos) permaneceu como uma característica da maioria das coortes, principalmente entre as mais jovens desse estrato. No entanto, a idade mediana à primeira união, da coorte mais jovem (20-24), era maior que a da coorte imediatamente mais velha, em boa parte dos países, embora a diferença fosse pequena.

A idade mediana ao ter o primeiro filho, das coortes 20-24 e 25-29, também se dava no final da adolescência na maioria dos países, principalmente na escolaridade mais baixa. Além disso, o intervalo entre a primeira união e o primeiro filho, para essas coortes, tendia a ser mais curto que esse intervalo para as coortes mais velhas. No geral, no entanto, o intervalo girava em torno de 1 ano, exceto para algumas coortes de Costa Rica e Paraguai, e para a primeira coorte de El Salvador, cujo intervalo foi menor que 0,5 ano, e para Rep. Dominicana, que era próximo de 2 anos. Ademais, a idade mediana da coorte mais jovem era, em número considerável de países, menor que a idade mediana da coorte imediatamente mais velha, conquanto a diferença fosse pequena.

Os intervalos entre os nascimentos, das parturições até 4 filhos, eram muito próximos entre si, havendo pouca diferenciação no espaçamento dos filhos, entre as mulheres que tiveram poucos (parturição 2) e as que tiveram mais filhos (parturição 4). Com isso, mesmo o maior intervalo sendo nas parturições 3 ou 4, em alguns países, ou na parturição 2, em outros, isso não representava grande diferença, já que todos os intervalos variavam entre 2 e 4 anos, sendo mais comum entre 2,5 e 3,5 anos.

O cenário, da proporção de mulheres sem filhos (que não eram mães), não mudou, em relação ao primeiro período. Assim, mais de 60% das jovens de 15-19 anos não tinham filhos, sendo superior a 70% na maioria dos países. Situação diferente era observada entre as jovens de 20-24 e 25-29. Entre as primeiras, excetuando Brasil e Costa Rica, menos de 30% não tinham filho, na data da pesquisa; entre as últimas, essa proporção era menor que 10%, novamente com exceção dos dois países citados. Isso significa que a reprodução se iniciava precocemente nos países analisados, já que uma parcela muito pequena das jovens de 20-24 e 25-29 não possuía filhos, no segundo período. O mesmo se dava com a proporção de mulheres casadas/unidas que faziam uso de contraceptivos. Apesar do aumento, ocorrido em todas as idades, em quase todos os países, a proporção de adolescentes que não estavam usando método, era superior a 50%; isso acontecia em menos países, para o grupo 20-24. A partir do grupo 25-29, passou a predominar a proporção de mulheres que estavam fazendo uso de algum método. Os métodos modernos ganharam mais força no segundo período, inclusive no Peru e Paraguai, conquanto,

nesses países, os métodos tradicionais ainda fossem importantes, principalmente nas idades mais velhas. O coeficiente de elasticidade-contracepção moderna da fecundidade corrobora com os dados apresentados, ao mostrar que, entre o primeiro e o segundo período, o aumento do uso de métodos modernos teve pouca influência na diminuição da fecundidade do estrato mais baixo, principalmente nas idades mais jovens.

A proporção de adolescentes, que declararam que não tiveram filho, antes de começar a usar contracepção, era maior que 50%, em metade dos países. Entre as mulheres desse estrato mais baixo, a proporção daquelas que se tornaram mães, antes de iniciar o uso de contracepção, era maior entre as coortes mais velhas, porém, em alguns países já era próximo a 80% desde o grupo etário 20-24.

O padrão de fecundidade das **mulheres mais abastadas** permanecia muito distinto do padrão descrito acima. A fecundidade declinou e mais países passaram a exibir TFT abaixo ou próxima do nível de reposição. Nenhum país apresentava nível acima de 3 filhos por mulher, sendo o máximo observado de 2,6. Entre as mulheres mais escolarizadas e aquelas pertencentes ao quintil mais alto, contudo, havia uma diferença significativa quanto ao nível da fecundidade. Enquanto entre as primeiras, somente no Brasil a TFT era menor que 2,1 filhos por mulher, entre as do quintil mais alto, metade dos países analisados estava nessa condição. A fecundidade das mulheres de alta escolaridade era maior que a fecundidade das mulheres do quintil de riqueza mais alto, para o mesmo país. A distribuição das taxas de fecundidade era semelhante, por escolaridade e quintil de riqueza, com exceção para Paraguai, Peru, Rep. Dominicana e Costa Rica, que apresentavam perfil um pouco diferente. Na maioria dos países, as maiores taxas de fecundidade, por escolaridade, se concentravam nos grupos 20-24 e 25-29, exceto em Costa Rica, onde as maiores taxas estavam nos grupos 20-24 e 30-34, e Rep. Dominicana, onde estavam nos grupos 25-29 e 30-34. O mesmo se dava por quintil de riqueza, cujo pico de distribuição se localizava nos grupos 20-24 e 25-29, em boa parte dos países, inclusive na Rep. Dominicana, enquanto, para Costa Rica, o pico era nos grupos 30-34 e 35-39, e, para Peru e Paraguai, era nos grupos 25-29 e 30-34. Mesmo com essas diferenças, em todos os países notava-se a importância dos grupos etários intermediários (30-34 e 35-39) na distribuição da fecundidade, em detrimento da baixa fecundidade adolescente. Com isso, a idade média da distribuição sofreu leve aumento no segundo período, para grande parte dos países, não sendo notado aumento, em ambos, escolaridade e quintil, apenas nos países mencionados. A idade média passou a variar entre 26,5 e 30 anos.

A progressão da parturição pouco se alterou, em relação ao primeiro período. Na maior parte dos países, a RPP, para o primeiro filho, ficou abaixo de 90%, havendo poucos com valores acima. Isso mostra que, na maioria dos países, menos de 90% das mulheres de 35-44 anos tornaram-se mães, no estrato mais alto. A progressão para a parturição de ordem 2 também ficou abaixo de 90% em todos,

exceto Costa Rica no quintil mais alto, ainda menor era a progressão para a parturição de ordem 3, igual ou menor a 70%, novamente com exceção da Costa Rica no quintil mais alto. Percebe-se uma queda acentuada na progressão para parturição de ordem 3, indicando que, enquanto ainda era elevada a proporção de mulheres mais abastadas que tinham prole com 2 filhos, uma proporção bem menor tinha 3 filhos. Nas ordens maiores, os valores das RPP eram menores que 50%, na maioria, ou totalidade, dos países.

O casamento formal continuou majoritário entre as mulheres mais abastadas, todavia, em grande parte dos países, a união livre era relevante, às vezes superando a proporção de casadas formalmente, nas idades mais jovens. A idade mediana à primeira união era elevada, acima de 21 anos, para quase todos os países e coortes, exceto na Nicarágua, onde era, geralmente, menor. A maior frequência estava entre 22 e 23 anos, com as coortes mais jovens tendendo a apresentar idade pouco maior que as coortes mais velhas, sugerindo uma tendência de adiamento da união nas idades jovens.

A idade mediana ao ter o primeiro filho era próxima da idade à primeira união, com intervalo em torno de 1 ano para grande parte dos países e coortes, sendo que, no Brasil e na Rep. Dominicana, era acima de 1,5 ano. Era maior que 21 anos em todos os países e coortes, porém, a maior frequência era entre 23 e 24 anos. Ademais, em parte dos países, as coortes 25-29 e 30-34 apresentavam idade mediana ligeiramente maior que das coortes mais velhas, apontando para um adiamento do início da reprodução, nas idades mais jovens, tal como ocorreu com a união.

Os intervalos intergenésicos elevaram-se, mas continuaram muito próximos entre as parturições até 4 filhos, variando entre 2 e 5 anos, sendo mais comum entre 3 e 4 anos. O intervalo entre os últimos filhos, na parturição 3, tendeu a ser o mais longo em grande parte dos países, principalmente no quintil mais alto, no entanto, mesmo sendo mais longo, estava muito próximo dos outros intervalos.

Em grande parte dos países, a proporção de adolescentes que não tinham filhos era maior que 90%; entre as de 20-24 anos, a proporção, sem filhos, estava acima de 60%, com exceção da Nicarágua, no quintil mais alto, onde era pouco abaixo. Essas proporções eram maiores que no primeiro período, indicando que houve aumento da proporção das mais jovens que não tinham filho, no estrato mais abastado. Entre as de 25-29 anos, as proporções estavam abaixo de 50%, exceto no Peru, no quintil mais alto, onde era pouco maior, e declinavam ainda mais nas idades mais avançadas.

O uso de contraceptivos, pelas mulheres casadas/unidas, aumentou no segundo período. Somente em poucos países a proporção de adolescentes que não estavam usando método, era superior a 50%. A partir do grupo 20-24, em todos os países, a proporção de mulheres que não estavam fazendo uso de contracepção era inferior a 50%. Isso significa que a maior parte das mulheres, a partir dos 20-24 anos,

usava algum método, sendo esse, na maioria das vezes, moderno, inclusive no Paraguai e Peru. O coeficiente de elasticidade indica que, nesse estrato, o aumento do uso de métodos modernos teve uma influência maior na queda da fecundidade, para grande parte dos países, exceto Peru, e se deu, notadamente, nas idades intermediárias, entre o primeiro e o segundo períodos. Além disso, a maioria das adolescentes não tinha filho quando começou a usar contracepção, chegando a ultrapassar a proporção de 95% em alguns países. Situação semelhante era observada entre as jovens de 20-24 anos, sendo maior a proporção daquelas que não tinham filho quando começaram a usar contracepção. No grupo 25-29, em alguns países, ocorreu a inversão: as mulheres que tiveram filho, antes de começar a usar contracepção, passaram a ser maioria. E em quase todos, isso se manteve nas idades mais velhas. O Brasil e a Colômbia foram os únicos países para os quais a proporção das que não tiveram filho, antes de usar contracepção, foi superior, inclusive, nas idades mais avançadas.

Resumindo, o declínio da fecundidade, ocorrido entre o primeiro e o segundo períodos, não foi suficiente para alterar, de maneira considerável, o padrão de fecundidade dos estratos sociais. No estrato mais baixo, por exemplo, verificou-se uma alteração na distribuição das TEFs, com perda da importância da fecundidade do grupo 25-29, ocasionando redução da idade média da distribuição. Essa, talvez, seja a mudança mais expressiva ocorrida no padrão. Além disso, houve redução na progressão para parturição de ordem 3, notadamente na escolaridade mais baixa, e da proporção de adolescentes que tiveram filho antes de começar a usar contraceptivos. Em compensação, o intervalo entre os nascimentos aumentou e a idade mediana à primeira união era maior na coorte mais jovem, para número considerável de países. Essas foram as principais mudanças no padrão do estrato mais baixo, ocorridas no segundo período.

O padrão de fecundidade do estrato mais alto sofreu menos alterações. Assim, ao contrário do que ocorreu nos demais estratos, a fecundidade nas idades intermediárias ganhou ainda mais representatividade na distribuição das TEFs, levando ao aumento da idade média dessa distribuição. Além disso, a diferença da idade mediana à primeira união da coorte mais jovem, em relação à coorte imediatamente mais velha, tornou-se mais evidente, no segundo período, para grande parte dos países.

Ressalta-se, ainda, que o comportamento de certos indicadores era parecido entre os estratos e isso manteve-se no segundo período. Desse modo, o intervalo entre as idades medianas à primeira união e ao ter o primeiro filho era ao redor de 1 ano, com exceção da Rep. Dominicana, onde tendia a ser sempre maior, em todos os estratos socioeconômicos; o uso de método moderno era prevalecente em todos os países, conquanto, no Peru, os tradicionais também fossem importantes; o intervalo intergenésico tendia a ser maior entre os últimos nascimentos da parturições 3 ou 4, no entanto, todos os intervalos eram próximos até a parturição 4. Essas são as características presentes no primeiro período, para todos os estratos, e que permaneceram no segundo período.



A diferença entre os estratos, todavia, continuou relevante no segundo período. O padrão de fecundidade do estrato mais baixo ainda apresentava um perfil característico da fase pré-transicional, ao passo que o padrão do estrato mais alto era muito próximo daquele do estágio do final da transição dos países europeus. A situação das coortes mais jovens, cujo comportamento reprodutivo representava melhor a realidade do contexto dos períodos analisados, revelava quão diferenciada era a situação das mulheres nos estratos extremos. Isso porque as coortes mais velhas entraram no ciclo reprodutivo bem antes dos períodos analisados e, portanto, o comportamento reprodutivo dessas mulheres estaria influenciado por contextos passados, o que não se dava com as jovens, daí o comportamento dessas últimas refletir a realidade das datas analisadas. No estrato mais baixo, em todos os países, a taxa de fecundidade adolescente era alta e a idade à primeira união e ao ter o primeiro filho ocorria a uma idade muito mais baixa, geralmente no final da adolescência; era baixa a proporção de jovens sem filhos e o uso de métodos contraceptivos se dava em menor magnitude, enquanto a proporção de jovens que foram mães, antes de começar a usar contracepção, era elevada. Esse cenário, encontrado no primeiro período, manteve-se no segundo, com pouquíssima modificação. O contrário ocorria no estrato mais alto, com pouca participação das adolescentes, ou mesmo das jovens de 20-24 anos, no total da fecundidade, devido ao elevado uso de contracepção, à elevada idade à primeira união e ao ter o primeiro filho, concomitante à baixa proporção, dessas jovens, que tinham filho e que foram mães antes de usar método contraceptivo. Esses cenários opostos mostram que, mesmo com o declínio da fecundidade, que alcançou todos os estratos nos países analisados; mesmo com a maior difusão de uso de métodos contraceptivos; mesmo com a melhoria das condições de vida da população, advinda do processo de modernização pelo qual passou a América Latina, durante o primeiro e o segundo períodos; enfim, mesmo com todas essas transformações, amplamente apresentadas na literatura, não houve muitos avanços no padrão do estrato mais baixo, que continuou com uma configuração bem diferente em relação aos demais, típica de fecundidade elevada, de acordo com o que é descrito, por meio da literatura, durante a transição da fecundidade. Isso parece ter relação com o acesso mais precário às condições de planejamento da fecundidade pelas mulheres do estrato mais baixo, nos países latino-americanos, ou mesmo à ineficiência do modo como esse planejamento era implementado entre elas, dado que os indicadores mostram uma realidade muito distinta para esse grupo.

Outro aspecto que chamou a atenção, no delineamento dos padrões de fecundidade, foi o diferencial, no comportamento de alguns indicadores, por escolaridade e quintil de riqueza. Nos dois estratos, tanto no primeiro quanto no segundo período, verificou-se que o nível e a distribuição da fecundidade eram distintos por essas variáveis, mas outros indicadores também exibiam essa diferença. A maneira como se dava a distinção, contudo, não era a mesma nos estratos. Exemplo disso é que, no estrato mais baixo, a TFT das mulheres de baixa escolaridade era menor que a TFT do quintil mais baixo; enquanto

isso, no estrato socioeconômico mais alto, a TFT das mais escolarizadas era maior que a TFT daquelas pertencentes ao quintil mais alto. Assim, não obstante o declínio da fecundidade, no segundo período, esse panorama não se alterou, permanecendo as diferenças dentro de um mesmo estrato socioeconômico. Isso observou-se em todos os países, sinalizando para a complexidade do comportamento da fecundidade, pois alguns indicadores são bastante sensíveis, inclusive, ao tipo de recorte que se estabelece na análise. Nesse sentido, em algumas situações (principalmente no que tange ao nível e estrutura da fecundidade), a riqueza parecia discriminar mais os países do que a escolaridade.

O diferencial entre os países, descrito para o primeiro período, também prosseguiu no segundo. Os países que possuíam os menores níveis de fecundidade, como Brasil e Costa Rica, por exemplo, eram, também, aqueles que costumavam apresentar um comportamento mais avançado dos indicadores, em todos os estratos socioeconômicos, segundo o que foi estabelecido, na literatura, para as fases de transição. Os países de fecundidade mais alta, por outro lado, tendiam a apresentar indicadores seguindo a mesma direção do que era verificado nos países de fecundidade mais baixa, contudo, com valores ainda muito diferentes. O Paraguai continuava se destacando, pois era um país que possuía o maior nível de fecundidade, no entanto, com comportamento de vários indicadores, em todos os estratos, de maneira muito similar ao dos países de fecundidade mais baixa.

O panorama encontrado no segundo período, portanto, não era muito distinto daquele observado no primeiro período. O declínio da fecundidade parece que somente acentuou a tendência já encontrada anteriormente. Em apenas alguns indicadores houve mudança considerável. As diferenças entre os países mantiveram-se e, por isso, acredita-se que elas eram advindas do nível distinto de fecundidade, mas que todos os países caminhavam na mesma direção, seguindo a mesma tendência de comportamento dos indicadores, já que, em cada estrato, não havia nenhum país que exibisse um comportamento contrário ao dos outros, mas, sim, magnitude diferente.

### **c) Terceiro Período:**

O terceiro período, entretanto, é marcado por alterações significativas nos indicadores, levando a nova configuração do padrão de fecundidade, em decorrência dos baixos níveis apresentados por todos os países.

No **estrato socioeconômico mais baixo**, a fecundidade ainda estava acima do nível de reposição para todos os países. No contexto da escolaridade, com TFT menor que 3,5 filhos, e, no quintil mais baixo, a TFT era próxima, ou mesmo acima, de 3,5 filhos por mulher. Essa distinção sinaliza que o constante declínio da fecundidade atingiu, mais intensamente, as mulheres de baixa escolaridade, em

comparação com aquelas do quintil mais baixo, com exceção apenas do Brasil, onde ocorreu o contrário. O declínio da fecundidade também alterou a distribuição das TEFs entre os grupos etários: houve perda da representatividade dos grupos 20-24 e 25-29 no total da fecundidade, de modo que, em muitos países, a taxa das mulheres de 15-19 ficou próxima, ou mesmo ultrapassou, a taxa desses grupos, fazendo com que o pico da distribuição se deslocasse para as idades mais jovens, principalmente na escolaridade mais baixa. Na maioria dos países, todavia, o pico permaneceu no grupo 20-24. Essa mudança na distribuição promoveu um declínio da idade média em todos os países, que chegou ao menor valor no terceiro período. Assim, o processo de transição da fecundidade, no estrato mais baixo, foi acompanhado pelo rejuvenescimento da sua distribuição, haja vista a redução das taxas nas idades mais velhas, sem que isso fosse verificado, também, nas idades mais jovens, notadamente, adolescentes.

A progressão para três filhos diminuiu no estrato mais baixo e, em nenhum país, o valor da RPP foi superior a 90%. Na maioria, ficou próxima ou abaixo de 85%, o que não se verificava no segundo período, sendo mais evidente por escolaridade. O Brasil foi o único que apresentou declínio já na progressão para dois filhos, sinalizando um comportamento diferenciado dos demais países. No restante, a progressão, para as primeiras ordens de parturição, ficou acima de 90%. Isso mostra que, no terceiro período, uma proporção menor de mulheres, de 35-44 anos, avançou para parturições de três ou mais filhos, indicando uma mudança no comportamento reprodutivo, nesse estrato, que não se verificava nos períodos anteriores, de modo universal.

A união consensual era majoritária entre as jovens de 15-29 anos. A idade mediana à primeira união foi um dos poucos indicadores que não sofreram mudança ao longo dos períodos. No estrato mais baixo, desde o primeiro período, localiza-se abaixo dos 20 anos para todos os países, com uma tendência de as coortes mais jovens unirem-se mais cedo que as coortes mais velhas, principalmente na escolaridade mais baixa. Além disso, para alguns países, houve, inclusive, redução da idade mediana, entre as coortes mais jovens, entre os períodos. A idade mediana ao ter o primeiro filho também não alterou seu perfil, entre as mulheres do estrato mais baixo, no terceiro período. Entre as mais jovens, na maioria dos países, o nascimento do primeiro filho também se dava no final da adolescência (próximo dos 20 anos), com o intervalo, para a primeira união, variando em torno de 1 ano. Em alguns países, no entanto, observou-se que a idade ao ter o primeiro filho também diminuiu entre os períodos, além de o intervalo, em relação à primeira união, entre as mais jovens, ser mais curto, quando comparado com o das coortes mais velhas. Isso ficou evidente para Brasil, Rep. Dominicana e El Salvador.

O intervalo intergenésico aumentou no terceiro período para todas as parturições, chegando, em alguns países, a ultrapassar 4 anos na parturição 2, que foi, também, aquela que apresentou o maior intervalo,

na maioria das vezes, o que não ocorria nos períodos anteriores. Assim, até a parturição de ordem 4, os intervalos mais comuns foram entre 3,5 e 4,5 anos, com pouca diferença entre os países.

Não foi em todos os países onde a proporção de jovens de 15-29 anos, sem filhos, aumentou no terceiro período, notadamente na escolaridade mais baixa. Em número considerável deles, deu-se o contrário, ou seja, diminuição dessa proporção. Em compensação, aumentou consideravelmente a proporção de jovens (15-29) casadas/unidas que estava fazendo uso de contracepção, principalmente métodos modernos, em todos os países, apesar de que os métodos tradicionais também fossem importantes no Peru. Desse modo, o uso de contraceptivo tornou-se prevalecente em todas as idades, alterando, significativamente, o perfil encontrado em períodos anteriores. No entanto, o coeficiente de elasticidade aponta que o aumento do uso de contracepção moderna influenciou mais fortemente o declínio da fecundidade nas idades intermediárias, enquanto que, para as adolescentes, o aumento do uso não teve grande efeito na queda da fecundidade; e que o efeito do uso de métodos modernos, sobre o declínio da fecundidade, também esteve restrito a alguns países, notadamente no quintil de riqueza mais baixo.

Outra mudança diz respeito ao fato de que menor proporção de jovens teve filho antes de começar a usar contracepção, com diminuição expressiva nos grupos 15-19 e 20-24 de todos os países, sendo que, entre as adolescentes, uma minoria tornou-se mãe antes de iniciar o uso de contraceptivo. No grupo 20-24, em grande parte dos países, a proporção daquelas que tiveram filho, antes de usar contracepção, ficou abaixo de 50%, e, no grupo 25-29, conquanto aquelas que tiveram filho estivessem em proporção maior, na maioria deles, a magnitude era muito inferior ao que era observado nos períodos anteriores. Isso mostra uma realidade um pouco distinta, para as coortes mais jovens, no que tange ao padrão de fecundidade, no terceiro período.

Mesmo com a redução da fecundidade e uma maior aproximação dos países, o padrão exibido pelo **estrato socioeconômico mais alto** diferenciava-se, sobremaneira, do padrão verificado no estrato mais baixo. O nível da fecundidade, das mulheres mais abastadas, estava abaixo de 2 filhos por mulher em todos os países, ficando abaixo de 1,5 para Brasil e Colômbia. As mulheres mais escolarizadas continuavam apresentando TFT superior ao daquelas pertencentes ao quintil de riqueza mais alto, embora a diferença tenha se reduzido, em comparação com o período anterior. A distribuição das taxas, porém, era semelhante por escolaridade e quintil de riqueza: a maior taxa tendia a se localizar no grupo 25-29, no entanto, a TEF, desse grupo, era muito próxima da TEF dos grupos vizinhos (20-24 e 30-34), de modo que, para grande parte dos países, não havia um pico de distribuição bem delimitado, mas, sim, um platô, composto pelas taxas desses três grupos etários. Entre as mulheres do estrato mais alto, a fecundidade adolescente era muito baixa e a fecundidade das mulheres de 20 à 34 anos era a que tinha maior peso no total da distribuição, seguida pela fecundidade das mulheres de 35-

39 anos. Com isso, houve aumento da idade média da distribuição nesse estrato e, na maioria dos países, essa idade, no terceiro período, tornou-se a maior, entre todos os períodos considerados.

A proporção de mulheres de 35-44 anos que se tornaram mães, diminuiu no terceiro período, na maioria dos países, ficando próximo ou abaixo de 90%. A progressão para o segundo filho sofreu redução mais intensa, já que o valor da RPP ficou próximo ou abaixo de 80%, sendo inferior a 75% em alguns países. Além disso, menos de 60% das mulheres progrediram para parturição de 3 filhos. Isso mostra que a reprodução deixou de ser universal entre as mulheres mais abastadas, e quando ela era realizada, tendia a se concentrar somente até a parturição de 2 filhos, sendo pequena a proporção daquelas de elevada escolaridade e quintil de riqueza que tinham prole de três ou mais filhos.

A união livre tornou-se prevacente, no estrato mais alto, entre as jovens até 29 anos, na maioria dos países, sendo exceção apenas a Costa Rica e Paraguai, mas, mesmo nesses países, a proporção de unidas foi significativa e próxima da proporção de casadas. Nas idades mais velhas predominava o casamento formal. Esse novo perfil foi muito diferente daquele notado nos períodos anteriores, e sugere a presença da coabitação entre as jovens. A idade mediana à primeira união, que já era elevada, aumentou no terceiro período, ficando acima de 21 anos, chegando até 27 anos, para as coortes mais jovens (25-29 ou 30-34). Além disso, o valor da idade mediana, para as coortes mais jovens, foi, geralmente, mais elevado que nas coortes mais velhas. A idade mediana ao ter o primeiro filho também apresentou aumento, no terceiro período, para as coortes mais jovens (25-29 ou 30-34) de quase todos os países, exceto Rep. Dominicana, que registrou declínio. Nessas coortes, o valor da idade mediana variou entre 23,5 e 27,5 anos, sendo próximo, ou mesmo maior, que aquela das coortes mais velhas. O intervalo entre as idades medianas à primeira união e ao ter o primeiro filho tendia a ser maior que 1 ano, exceto para algumas coortes de Colômbia, El Salvador e Peru. No Brasil e na Rep Dominicana, esse intervalo era próximo, ou ainda superior, a 2 anos.

O intervalo entre os nascimentos aumentou no terceiro período, com o intervalo da parturição 2 configurando-se como o intervalo mais longo, enquanto os intervalos da parturição 4 tenderam a ser os mais curtos, o que não se verificou nos períodos anteriores.

A proporção de jovens de 15-24 anos que não eram mães aumentou no terceiro período, no estrato mais privilegiado de quase todos os países. Com isso, a proporção de adolescentes, que não tinham iniciado a reprodução ultrapassava 90% em todos os países (exceto Nicarágua, no quintil de riqueza mais alto); entre as mulheres de 25-29, a proporção, sem filhos, ficava próxima de 50% na maior parte dos países. Isso mostra que o início da reprodução começou a se dar mais tardiamente entre as mulheres do estrato mais alto, haja vista que a maioria das jovens não tinha filho, no terceiro período.

As mulheres casadas/unidas que estavam usando algum método eram maioria em todas as idades, inclusive entre as adolescentes, com as maiores proporções situadas nas idades entre 20 e 39 anos. Os métodos modernos eram os mais recorridos, mesmo no Peru. O coeficiente de elasticidade mostra que cresceu o número de países onde o aumento do uso de contracepção impactou a redução da fecundidade, nas idades mais jovens, o que acontecia em poucos casos nos períodos anteriores, conquanto a maior influência estivesse nos grupos etários intermediários. Concomitantemente, a proporção daquelas que tiveram filho, antes de iniciar o uso de contracepção, era muito baixa, inferior a 50% em todas as idades de todos os países (exceto nas idades mais velhas de El Salvador e Nicarágua), com as menores proporções nas idades mais jovens. A quase totalidade das mulheres de 15-24 anos do estrato mais alto, portanto, começou a usar contracepção antes de ser mãe, e o planejamento da fecundidade era eficiente entre elas, já que a maior proporção fazia uso de método e não tinha filho, no terceiro período.

O padrão de fecundidade, no geral, era bem distinto entre os estratos socioeconômicos. No estrato mais baixo, o padrão delineado, no terceiro período, era típico da fase de transição da Europa e América Latina. Houve queda na progressão para parturições elevadas, levando a um declínio das taxas de fecundidade nas idades mais velhas e redução da idade média da distribuição; aumento do uso de contracepção e conseqüente diminuição da proporção de jovens que se tornaram mães antes de usar algum método; a baixa idade mediana à primeira união, e ao ter o primeiro filho, manteve-se, juntamente com a coexistência de união livre e casamento formal, características típicas do padrão latino-americano. Desse modo, o padrão do terceiro período rompeu com o padrão definido como próprio do estágio de pré-transição, observado nos períodos anteriores, no estrato mais baixo. Nesse sentido, o padrão mais recente mostrou que as mulheres desse estrato avançaram no processo de transição.

O padrão do estrato mais alto também avançou e apresentou características encontradas no padrão pós-transição europeu. Assim, o nível da fecundidade ficou abaixo do nível de reposição em todos os países, além de a fecundidade adolescente ser muito baixa e a fecundidade, dos grupos 25-29 e 30-34, elevada, fazendo com que a idade média da distribuição fosse alta; a proporção de mulheres, de 35-44 anos que se tornaram mães reduziu-se, bem como a progressão para as demais parturições, contribuindo para que uma proporção menor de mulheres iniciasse a reprodução, inclusive entre as mulheres dos grupos etários intermediários; a entrada à primeira união aumentou e a união livre passou a ser majoritária entre as mais jovens; o uso de contracepção moderna era prevalecente em todas as idades, a proporção de jovens, sem filhos, bastante elevada e houve aumento da idade mediana ao ter o primeiro filho, de modo que todas essas características sugeririam adiamento do início da reprodução entre as mulheres do estrato mais alto, o que é típico do padrão pós-transição.

Nesse sentido, parece que as mulheres do estrato mais alto, no terceiro período, estavam em uma nova fase do processo de transição, cujo padrão de fecundidade era muito similar ao que se observava na Europa.

O padrão de fecundidade do **estrato socioeconômico médio**, embora não tenha sido objeto de análise detalhada, tal como ocorreu com os outros dois estratos, merece atenção. Esse padrão configurou-se, desde o primeiro período, em um padrão intermediário, abarcando características dos dois padrões extremos. De maneira geral, no entanto, no primeiro período, o nível de fecundidade situava-se entre 3 e 4 filhos por mulher, e a distribuição, por idade, era parecida com a do estrato mais baixo, com fecundidade adolescente elevada e as maiores taxas concentradas nos grupos 20-24 e 25-29. O casamento formal e a união livre coexistiam, porém o primeiro tipo era mais comum entre as mais velhas e o segundo, entre as jovens. A primeira união tendia a ocorrer no final da adolescência (por volta dos 20 anos) e a idade ao ter o primeiro filho um pouco acima (entre 20 e 23 anos). O intervalo dos últimos nascimentos das parturições 3 e 4 eram os mais longos. A proporção de mulheres sem filhos (nulíparas) e o indicador de uso de contraceptivo apresentaram comportamento parecido com o do estrato socioeconômico mais baixo. Assim, nesse período, o padrão do estrato socioeconômico médio assemelhava-se ao perfil da fase inicial da transição na ALC.

No segundo período, o declínio da fecundidade alterou a maneira como se dava a distribuição das TEFs, já que o grupo etário 25-29, bem como os intermediários, foram os que mais sofreram redução no valor da taxa, provocando diminuição da idade média da distribuição. O intervalo intergenésico aumentou e a proporção de adolescentes que tiveram filho antes de iniciar o uso de contracepção ficou abaixo de 50%, em todos os países, o que só ocorria em alguns, no primeiro período. Passou a haver uma maior diversificação dos países quanto às razões de progressão da parturição, mesmo para o primeiro filho, no quintil de riqueza médio. Na escolaridade média, essa diferenciação só era notada na RPP para parturição de ordem 3. Houve redução na progressão para três filhos em todos os países. A entrada precoce na reprodução, entre as jovens do estrato médio, manteve-se, desde o período anterior, porém o uso de contraceptivo tornou-se majoritário a partir dos 25 anos. Ademais, entre as adolescentes e as jovens de 20-24 anos, uma minoria teve filhos antes de usar métodos, com algumas diferenças entre os países.

No terceiro período, o nível da fecundidade ficou abaixo de 3 filhos por mulher e o pico da distribuição tendia a se concentrar no grupo 20-24, na maioria dos países, com alguns países possuindo pico no grupo 25-29. Havia uma variabilidade nos valores das RPP, embora, em todos os países, o declínio na progressão da parturição se desse a partir da ordem 2, sendo mais acentuada na progressão para 3 filhos. A união livre era majoritária nas idades mais jovens até 29 anos, e o casamento formal nas idades mais velhas. A idade mediana à primeira união era diferenciada entre os

países, e mesmo entre quintil de riqueza e escolaridade; já a idade mediana ao ter o primeiro filho situava-se acima de 20 anos para a maioria dos países, conquanto houvesse diferença entre escolaridade e quintil de riqueza. O intervalo entre os nascimentos aumentou e o intervalo da parturição 2 tornou-se o mais longo. No entanto, mesmo no terceiro período, permanecia pequena a proporção de mulheres que chegavam às idades 20-24 e 25-29 sem ter sido mães. O uso de contraceptivo tornou-se prevalecte em todas as idades, o que contribuiu para aumentar a proporção de jovens que usaram algum método antes de ter tido filho.

O que chama a atenção, sobre o padrão de fecundidade do estrato médio, é o fato de este assemelhar-se ao padrão delineado para países da América Latina que caminham para o final da transição. Esse padrão não poderia, no terceiro período, ser considerado como pós-transição, já que a fecundidade adolescente era elevada; a entrada à primeira união e à reprodução ocorria a uma idade ainda baixa; a progressão, para as primeiras parturições manteve-se elevada, bem como a proporção de jovens que tiveram filhos. Contudo, o padrão do estrato médio está muito avançado em relação àquele do estrato mais baixo. Daí que, tal como para alguns países, esse padrão poderia ser representativo de uma fase intermediária, entre o final da transição da fecundidade e o início da fase de pós-transição, seguindo o que se observa para a América Latina atualmente. Talvez o padrão do estrato médio seja o que mais se assemelha ao que se encontra no contexto latino-americano, para todos os períodos analisados.

Em síntese, os padrões dos três estratos sociais, no terceiro período, são coerentes com o *timing* da transição em que se encontra cada segmento populacional. As mulheres de escolaridade e quintil de riqueza mais alto são aquelas que iniciaram mais cedo a transição, portanto, estão em uma fase mais adiantada, tal como evidencia o padrão; as mulheres de escolaridade e quintil de riqueza mais baixo estão em fase mais atrasada, bem como o padrão; e as mulheres do segmento médio, por sua vez, estão em fase intermediária. Nesse sentido, as mudanças no comportamento dos indicadores, ao longo dos três períodos, retratam a evolução no padrão de fecundidade, por segmento populacional, na América Latina, sendo essa evolução condizente com o referido *timing*. Isso quer dizer que o comportamento dos indicadores parece seguir o que a literatura destaca para cada período delimitado da transição e que, na medida em que os distintos segmentos avancem no processo, o padrão adquire uma configuração semelhante ao da fase da transição em que se encontram. Foi o que ocorreu com o padrão de fecundidade dos três estratos socioeconômicos destacados, no terceiro período: com o avanço no processo de transição, o padrão adquiriu nova configuração, relacionado com o novo estágio da transição em que se localizava cada estrato. Assim, é possível entender que não só a América Latina abarca uma variedade de padrões, mas cada país possui uma diversidade interna, já que os estratos socioeconômicos encontram-se em fase específica, apresentando um padrão singular.



No entanto, todos parecem caminhar dentro de um mesmo *continuum* evolutivo, seguindo as mesmas tendências de mudanças apresentadas pelos precursores europeus, de maneira geral.

Desse modo, o fato de as mulheres menos escolarizadas, e pertencentes ao quintil de riqueza mais baixo, exibirem um padrão de fecundidade mais atrasado, com os indicadores revelando uma realidade muito distinta, daquela das mulheres mais abastadas, deve-se, em parte, à ineficiência das políticas de planejamento da fecundidade direcionadas a essas mulheres, ao precário acesso e uso eficiente de métodos contraceptivos, à falta de informação sobre saúde sexual e reprodutiva, como bastante divulgado em estudos e pesquisas sobre o tema. Contudo, deve-se, também, à própria condição dessas mulheres na transição da fecundidade. Elas começaram mais tarde o processo de transição e, por estarem atrasadas em relação às mulheres dos outros estratos socioeconômicos, o comportamento dos indicadores delineiam um padrão também atrasado, porém de acordo com o estágio em que elas se encontram. Nesse sentido, ao se analisar a situação reprodutiva das mulheres de escolaridade e quintil de riqueza mais baixos, toma-se, como referência, o padrão daquelas que estão mais adiantadas na transição. Com isso, as mulheres dos estratos mais baixos sempre estarão em situação de desvantagem. Todavia, quando as mulheres, dos outros estratos socioeconômicos, estavam em fase de início da transição, o padrão de fecundidade era semelhante ao que se encontra para as mulheres do estrato mais baixo. Assim, a elevada fecundidade adolescente, a baixa idade do início da reprodução, a elevada proporção de jovens mães, a baixa prevalência de métodos contraceptivos, tudo isso, que compõe o padrão de fecundidade das mulheres do estrato mais baixo e é tido como reflexo da precária situação socioeconômica e de acesso ao planejamento familiar, dessas mulheres, é também característica típica do estágio, no processo de transição da fecundidade, em que elas se encontram. Na medida em que avancem nesse processo, essas características poderão ser substituídas por outras, que comporão um novo padrão de fecundidade. O que as políticas públicas costumam fazer é acelerar um processo que é natural, fruto da própria evolução da sociedade, e que levará à conformação de novos padrões, para todas as mulheres, inclusive as menos favorecidas socioeconomicamente. A questão que não dá para responder é quando isso irá acontecer; quando as mulheres do estrato mais baixo apresentarão um padrão de fecundidade hoje observado para as mulheres do estrato mais alto. Mas isso ocorrerá. No mesmo sentido, não é possível determinar, por enquanto, qual será o padrão de fecundidade, das mulheres mais abastadas, no futuro.

Os países tendiam a apresentar comportamento semelhante dos indicadores de fecundidade, em cada estrato analisado. Dessa maneira, as mulheres do estrato mais baixo apresentavam padrão parecido em todos os países, tal como as mulheres dos outros dois estratos. As diferenças, entre os países, manifestavam-se, de modo análogo, em todos os estratos socioeconômicos. E eram muito parecidas com aquelas encontradas nos períodos anteriores: os países de menor fecundidade, como Brasil e

Costa Rica, tendiam a apresentar comportamento dos indicadores ligado a um perfil mais moderno, enquanto outros, como El Salvador, Rep. Dominicana e Nicarágua, exibiam um perfil mais tradicional, típico de países de elevada fecundidade. Paraguai e, em menor medida, o Peru, foram países cujo padrão não refletia o nível de fecundidade, já que eram aqueles de maior fecundidade, mas com indicadores semelhantes ao de países de baixa fecundidade. Excluindo esses dois casos, as diferenças, entre os países, guardavam relação com o nível de fecundidade e, assim, com a posição deles no processo de transição. Até porque os países de fecundidade mais baixa foram os que iniciaram mais cedo a transição e, por isso, estavam mais avançados no processo, ao passo que aqueles com nível mais alto estavam um pouco mais atrasados. Mas todos eles seguiam a mesma tendência de comportamento dos indicadores, por escolaridade e quintil de riqueza. A distinção, portanto, deu-se na magnitude. Além disso, ressalta-se que as maiores divergências foram encontradas em relação à escolaridade e quintil de riqueza médios, nos quais houve uma maior amplitude de variação no comportamento dos indicadores. Nas categorias extremas, havia uma maior homogeneidade entre os países.

Com os dados analisados, porém, não é possível entender, de maneira completa, o motivo pelo qual o Peru e o Paraguai apresentaram, desde o primeiro período, padrões de fecundidade mais parecidos com o dos países de fecundidade mais baixa (padrão mais moderno). Uma possível explicação reside no fato de serem países com cultura tradicional ainda muito arraigada entre a população. Desse modo, o comportamento reprodutivo das mulheres seria próximo do que se verificava em países como a Itália, por exemplo, e, assim, a modificação no padrão de fecundidade estaria seguindo o que se observou nesse país europeu, em que o modelo tradicional levou à configuração de um padrão de fecundidade que refletia as poucas possibilidades de as mulheres implementarem as suas intenções reprodutivas. Nos países latino-americanos, porém, as modificações no padrão de fecundidade estariam ocorrendo mais aceleradamente, daí a queda mais brusca no nível da fecundidade. Ademais, se essa possível explicação se confirmar, é possível que na América Latina, no futuro, exista, também, mais de um padrão de fecundidade pós-transição, resultante de contextos sociais e culturais distintos, tal como se nota, atualmente, na Europa.

A desigualdade observada, por escolaridade e quintil de riqueza, nos períodos analisados, chama a atenção para a complexidade na determinação de um padrão comum de fecundidade. Isso porque, até mesmo dentro de um estrato socioeconômico, podem haver distinções segundo o tipo de recorte que se estabelece na análise, por escolaridade ou quintil de riqueza. Desse modo, dificilmente haverá em um país e, menos ainda, em uma região como a América Latina, um padrão único de fecundidade com comportamento idêntico dos indicadores. O que poderá acontecer, futuramente, é um padrão geral que resuma uma tendência que poderá ser comum ao comportamento desses indicadores, que é o que esse

trabalho buscou realizar quando propôs-se a delimitar o padrão de fecundidade da América Latina em três períodos de tempo diferentes, para um conjunto determinado de países socioeconômica e culturalmente distintos.

Os dados que permitiram o delineamento dos padrões de fecundidade, em três períodos de tempo, também propiciaram um maior entendimento sobre a fecundidade, e seus principais indicadores, na região da América Latina, e suas mudanças ao longo do tempo. Com isso, tem-se um panorama abrangente do comportamento dessa importante variável demográfica, sob uma perspectiva comparada. Os padrões ajudaram a entender as principais tendências observadas na região, seu grau de heterogeneidade, além de oferecer insumos mais robustos para avaliar a situação da região, quando se toma a Europa como modelo, tal como ocorre com as principais teorias e estudos sobre a transição da fecundidade. Além disso, a diferenciação, por escolaridade e quintil de riqueza, enriqueceu as análises, ao demonstrar as singularidades presentes nos países e os caminhos que diferentes segmentos populacionais estão seguindo no processo de transição.

Desse modo, a evolução no comportamento dos indicadores, que levou à mudança no padrão de fecundidade, acabou deixando claro que a transição demográfica, pelo menos do lado da fecundidade, ainda está em plena evolução na América Latina, e ainda há muitas condições para que mudanças se realizem até que, de fato, ela avance para o estágio pós-transicional consolidado.

## 6. CONCLUSÃO

O questionamento sobre se as principais teorias referentes à transição demográfica e, mais especificamente, à transição da fecundidade, tomando as mudanças observadas nos países europeus como possíveis parâmetros para explicar as transformações em curso na América Latina, foi a motivação desta tese. Um dos objetivos almejados foi o de estudar um conjunto de países latino-americanos que iniciaram a transição da fecundidade muito tempo depois e dentro de um contexto diferente do europeu, e analisar as transformações das principais variáveis ligadas à fecundidade, e que determinam o seu padrão. Assim, se a transição da fecundidade ocorrida no continente europeu, e tão amplamente discutida pela literatura, representasse um modelo geral de transição, mesmo países que a iniciaram muito tempo depois e em condições diferentes, acabariam apresentando tendência similar de mudanças nas variáveis.

Os resultados encontrados confirmam, de maneira geral, essa hipótese. Os países latino-americanos selecionados apresentaram, em alguns aspectos, um padrão diferente do padrão europeu, para o primeiro período de análise, e o mais próximo do início da transição. Mas isso se justifica pela desigualdade temporal e contextual, que separa o início da transição entre as regiões. As mudanças que se operaram, nos períodos seguintes, principalmente para as coortes mais jovens, mostraram que a ALC parece seguir uma tendência evolutiva, no padrão de fecundidade, similar ao que já foi anteriormente observado para a Europa. Em alguns países, inclusive, a configuração do padrão de fecundidade já apresentava, no último período analisado, características parecidas com aquelas encontradas na Europa atual.

Verificou-se que a ALC apresentou-se diversificada em todos os períodos analisados, com a existência de mais de um padrão de fecundidade representando realidades singulares. Esse foi o outro grande objetivo da tese: captar o grau de diversidade da região, em diferentes momentos da transição. Os padrões encontrados relacionam-se com o nível prevalente de fecundidade dos países, de maneira que, quanto mais próximo o valor da TFT entre os países, mais parecido era o padrão. Além disso, países que apresentavam menor TFT tenderam a exibir padrão distinto daquele verificado para países de maior fecundidade. As únicas exceções foram Peru e Paraguai; esses países merecem estudo mais aprofundado para entender os fatores que explicam o elevado valor da TFT estar associado a um padrão de fecundidade característico de níveis menores.

O fato de os padrões de fecundidade terem relação com o nível, nos três períodos de análise, refutaria, em parte, a hipótese de que a TFT não é um bom indicador para classificar e distinguir os países, embora não seja o único. Excetuando os casos já mencionados de Peru e Paraguai, a TFT poderia ser considerada um bom indicador para representar o padrão de fecundidade. Contudo, os países

selecionados estão em estágio parecido da transição, daí que os diferentes níveis sejam coerentes com diferentes padrões. O problema de se tomar a TFT como indicador classificatório ocorre quando se comparam países que estão em estágios distintos. O caso de Brasil e Suécia serve de exemplo. A TFT desses dois países, no quinquênio 2010-2015, era muito próxima (UN DESA, 2015a). No entanto, a literatura deixa claro que a Suécia está na fase de pós-transição da fecundidade, e apresenta um padrão bem específico, o que não é o caso do Brasil; esses países estão em estágios diferentes, com padrões de fecundidade distintos, mas apresentam TFT similar. Neste sentido, ao se comparar países por meio da TFT, é preciso considerar dois aspectos: se estão no mesmo estágio da transição, ou se o padrão de fecundidade é similar. Acredita-se, com base nos resultados gerados, que somente quando se comparam padrões, e não indicadores isolados, é possível compreender melhor a realidade dos países e estabelecer classificações robustas entre eles.

Os resultados obtidos indicam que as diferenças entre os padrões de fecundidade diminuíram entre os períodos, fazendo com que, no último período de análise, os padrões estivessem mais próximos. Esse comportamento corrobora a hipótese considerada nesta tese de que à medida que há avanço no processo de transição e o nível se torna mais baixo, as divergências entre os padrões diminuem. Assim, os resultados sugerem que a queda da fecundidade leva a uma convergência no comportamento dos indicadores e, conseqüentemente, das variáveis que compõem o padrão, reduzindo a amplitude das diferenças entre os países. Ademais, dado que a tendência esperada mais razoável é de que o nível continuará declinando na ALC, no médio prazo, acredita-se que a Região se tornará ainda mais homogênea nos próximos anos, devido a uma maior aproximação entre os padrões, podendo esperar, assim, um avanço rumo à tendência europeia de pós-transição, principalmente nos países que possuem fecundidade abaixo ou próxima da reposição, como Brasil, Costa Rica e Colômbia.

O delineamento dos padrões de fecundidade para países da ALC possibilitou, também, notar, de maneira geral, que as alterações no comportamento dos indicadores ocorreram distintamente entre os períodos. O valor dos intervalos intergenésicos, as razões de progressão da parturição e o uso de contracepção foram aqueles que mais sofreram mudanças, que se deram em todos os períodos; as alterações na proporção de mulheres sem filhos, nas TEFs, no status marital e na proporção de mulheres que tiveram filho antes de começar a usar método, foram sentidas mais intensamente entre os últimos períodos; os indicadores das idades à primeira união e ao ter o primeiro filho, por outro lado, foram os que menos mudaram, as menos sensíveis ao declínio da fecundidade. Essas diferenças no comportamento dos indicadores sinalizam que a transição da fecundidade, nos países selecionados, não provocou, necessariamente, modificações de mesma magnitude nas variáveis a ela associadas, demonstrando que o ritmo de mudança é diferenciado. Isso explica o padrão de fecundidade, dos países analisados, incorporar algumas características comuns desde o primeiro período, quando

apresentavam elevada TFT. É o caso, por exemplo, da idade mediana à primeira união, que se manteve aproximadamente constante desde o primeiro período, enquanto outros indicadores alteraram-se de maneira significativa. Baseando-se nesse histórico de comportamento dos indicadores, acredita-se, contudo, que a tendência se inverterá nos próximos anos. Aquelas variáveis que sofreram mudanças mais intensas, desde o primeiro período, possuem agora pouca margem para modificação, de modo que não se esperam grandes surpresas no seu comportamento futuro; quanto às variáveis que sofreram alterações significativas apenas recentemente, acredita-se que terão um ritmo acelerado de mudança nos próximos anos, e serão as principais responsáveis pela configuração de novos padrões na América Latina, para, em seguida, diminuir sua importância; por último, espera-se transformação nas variáveis de início da união e da reprodução, que foram aquelas, até agora, com ritmo mais lento de mudança. A idade ao ter o primeiro filho, todavia, pode vir a alterar-se sensivelmente nos próximos anos, devido ao efeito “tempo” da fecundidade, mas a idade à primeira união, acredita-se, terá pouca relação com o nível da fecundidade na ALC e, portanto, se alterará lentamente.

Cabe salientar, além disso, que as transformações ocorridas nas variáveis que compõem o padrão de fecundidade não ocorreram no mesmo sentido, nem no mesmo ritmo nos países considerados. Daí haver mais de um padrão, com diferenças notáveis entre eles, mas com tendência a reduzir-se no tempo se, como se espera, os países de elevada fecundidade aumentarem o ritmo de mudança do seu padrão, enquanto aqueles com baixa fecundidade diminuirão o seu ritmo. Com isso, do mesmo modo que a literatura evidencia, no caso europeu, um número menor de variáveis será capaz de distinguir os padrões de fecundidade latino-americanos. Contudo, ainda assim, espera-se ter mais de um padrão que caracterize a realidade da ALC, haja vista que, mesmo entre os países mais avançados no processo, há padrões distintos. Na Europa, inclusive, paradigmas clássicos do comportamento reprodutivo estão sendo quebrados; a inversão das tendências do declínio da fecundidade e o aumento nos intervalos de nascimento seriam um bom exemplo.

Outro aspecto que pode ser discutido, em relação ao panorama futuro da fecundidade na ALC, baseando-se nas considerações anteriores, refere-se ao surgimento – ou aumento da relevância – de alguns fatores para distinguir países, quanto ao nível de fecundidade, em detrimento da perda de importância de outros. Isso verifica-se, atualmente, na Europa, onde as relações de gênero, o papel desempenhado pelo Estado na promoção de políticas que permitam às mulheres conciliar emprego e cuidados com os filhos, e as intenções reprodutivas, são fatores determinantes do número final de filhos. Isso porque, naquele continente, o uso de métodos contraceptivos é praticamente universal, a idade ao ter o primeiro filho é elevada, bem como proporção de solteiros e de casais sem filhos, e a progressão para parturição acima de 2 filhos é baixa, sendo essas características comuns a quase todos os países. Daí que a diferença no nível de fecundidade está bastante atrelada à distinta maneira como

as mulheres inserem-se na sociedade e ao papel que desempenham em cada país, de modo que, para entender as divergências no padrão de fecundidade europeu, se torna indispensável considerar a conjuntura social, política, econômica e cultural. Esse tipo de estudo não foi realizado na tese porque assume-se um contexto parecido entre os países latino-americanos: as relações de gênero são desiguais em todos, com prejuízo para a mulher; o Estado tem pouca, ou nenhuma, atuação na promoção de políticas que facilitem às mulheres conciliar trabalho e cuidado com os filhos, e o tamanho alcançado da prole ainda supera o número desejado. No entanto, na medida em que a ALC avance na transição e entre em uma nova fase, bem como a educação formal, o acesso às informações e aos meios efetivos de planejamento da fecundidade alcance a toda, ou, pelo menos, grande parte da população, espera-se um maior peso das variáveis de ordem contextual para distinguir os países, enquanto que indicadores que hoje são importantes, percam poder explicativo, como o próprio uso de métodos. Estudos futuros, sob uma perspectiva comparada, certamente deverão considerar tais aspectos.

Os resultados por escolaridade e quintil de riqueza demonstraram que não apenas a região da ALC abarca uma variedade de padrões, mas cada país possui uma diversidade interna. Nos três períodos de análise, a diferença na configuração do padrão manteve-se considerável entre os estratos baixo, médio e alto, revelando a realidade da fecundidade própria de cada estrato. Dois objetivos foram almejados no estudo do padrão de fecundidade por escolaridade e quintil de riqueza: o primeiro era identificar as diferenças que o distinguem; e o segundo, verificar se o padrão, para um mesmo estrato, é semelhante nos países selecionados. Quanto ao primeiro objetivo, as diferenças foram observadas no comportamento de quase todos os indicadores, nos três períodos de análise. O padrão do estrato socioeconômico mais alto sempre apresentou um perfil mais avançado, coerente com o nível de fecundidade mais baixo, inclusive abaixo da reposição, no último período; enquanto isso, o padrão do estrato mais baixo apresentou, desde o primeiro período, configuração mais tradicional, o que explica o elevado nível de fecundidade; o estrato médio foi o que apresentou maiores oscilações, nos três períodos considerados, com o padrão de fecundidade apresentando características de ambos os estratos socioeconômicos extremos, daí representar o padrão intermediário. Esse panorama manteve-se nos três períodos, sugerindo que o processo de transição não mudou, sobretudo, as divergências marcantes que assinalam os padrões de fecundidade dos países.

Em relação ao segundo objetivo, os resultados mostraram que os estratos socioeconômicos extremos ostentaram padrão de fecundidade muito semelhante em todos os países e ao longo do tempo. Isso significa que tanto entre as mulheres de baixa escolaridade e pertencentes ao quintil mais baixo de riqueza, quanto entre aquelas de escolaridade e quintil de riqueza mais altos, de todos os países, o comportamento dos indicadores foi muito parecido, nos três períodos de tempo considerados. Assim, parece haver um padrão comum de fecundidade, nos estratos socioeconômicos extremos, que

representa, grosso modo, o contexto da ALC, mesmo em pontos do tempo diferentes. No estrato médio, por outro lado, houve maior diversidade no comportamento dos indicadores, entre os países, dificultando o estabelecimento de um padrão único representativo da ALC. Acredita-se que o fato de esse estrato possuir um padrão intermediário, que sinaliza a transição entre dois padrões distintos, justifica a maior variação no comportamento dos indicadores. Provavelmente, à medida que os países avancem na transição, o padrão tornar-se-á mais homogêneo. Nesse sentido, apesar das diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas que caracterizam os países, o padrão de fecundidade segue uma mesma tendência de comportamento por escolaridade e quintil de riqueza. Embora pertencer a um determinado estrato socioeconômico em um país possa não ter o mesmo significado que em outro, o perfil do padrão de fecundidade é parecido entre eles, notadamente nos estratos extremos, fazendo com que, ainda que diferentes, quando se analisa o padrão de fecundidade por escolaridade e quintil de riqueza, os países tendam a ser iguais<sup>54</sup>.

Há de se considerar, contudo, que em todos os estratos socioeconômicos verificaram-se diferenciais no nível de fecundidade por escolaridade e quintil de riqueza. Assim, no estrato mais baixo, a TFT das mulheres de escolaridade mais baixa era menor que a TFT das mulheres do quintil de riqueza mais baixo; enquanto isso, no estrato mais alto, observou-se o contrário. Somente com as informações trabalhadas nessa tese, não é possível explicar o motivo do comportamento da fecundidade, e também de alguns indicadores, serem consideravelmente distintos ao se tomar a escolaridade e o quintil de riqueza. Esperava-se uma grande proximidade nos resultados entre os dois recortes, haja vista que escolaridade e quintil de riqueza costumam guardar forte correlação. Mas, os dados gerados mostraram que isso nem sempre ocorre. Nesse sentido, faz-se necessário um estudo mais aprofundado. O diferencial, segundo se trate de escolaridade ou quintil de riqueza, foi captado em todos os períodos e na maioria dos países, não sendo, por conseguinte, algo pontual ou esporádico.

Os resultados obtidos mostraram, também, que as mudanças que se sucederam no estrato socioeconômico mais alto sinalizam avanço no padrão de fecundidade em direção ao que é preconizado na idéia de Segunda Transição Demográfica, principalmente nas idades mais jovens. A união livre tornou-se predominante nos grupos etários jovens, com indícios de aumento da coabitação; a idade à primeira união e ao ter o primeiro filho aumentou; a fecundidade passou a concentrar-se, cada vez mais, nas idades intermediárias e a progressão para o primeiro filho, bem como para as

---

<sup>54</sup> Ressalta-se, porém, que as semelhanças encontradas entre os países dizem respeito ao comportamento dos indicadores, já que dentro de um mesmo estrato socioeconômico, sempre houve desigualdades nos valores dos indicadores, em alguns casos, até mesmo consideráveis. Como exemplos, tem-se que no estrato socioeconômico mais alto, a fecundidade adolescente era baixa, a idade mediana à primeira união e ao ter o primeiro filho era elevada e a proporção de mulheres jovens sem filhos era alta. Isso foi observado em todos os países, nos três períodos de tempo, conquanto houvesse diferença nos valores entre eles.



demais ordens, diminuiu. Esses são alguns elementos que apontam na direção da Segunda Transição. Contudo, não foi objetivo da tese comprovar se esta teoria se aplica ou não ao caso latino-americano. Um estudo com outras variáveis que englobem, inclusive, aspectos comportamentais e contextuais, como secularização, relações de gênero, papel da família e do Estado, são necessárias para avaliar se, de fato, os preceitos da teoria da Segunda Transição se verificam no estrato socioeconômico mais alto. Essa é uma agenda futura possível de desenvolver, a partir dos resultados desta tese.

O panorama traçado por escolaridade e quintil de riqueza, para os países selecionados, permitiu, ainda, verificar que a elevada fecundidade nas idades mais jovens (15-19 e 20-24), bem como a baixa idade mediana à primeira união e ao ter o primeiro filho, são características comuns ao padrão de fecundidade do estrato socioeconômico mais baixo de todos os países, desde o primeiro período de análise. Essa realidade contribui para chamar a atenção sobre o baixo alcance, ou mesmo para a ineficiência, das políticas públicas voltadas ao combate da precocidade da entrada à reprodução, nesses países. Desde o primeiro período que o comportamento desses indicadores tende a se manter, revelando que pouco se alterou durante o processo de transição da fecundidade, no estrato mais baixo. Destarte, se a gravidez precoce é um problema nesses países – e geralmente tende a ser, por causa das questões econômicas e sociais que acarretam em grande parte dos casos –, os resultados para o período mais recente demonstram o baixo sucesso que as políticas e os programas direcionados para essa questão alcançaram no estrato mais baixo. Daí a necessidade de revê-los e buscar traçar estratégias mais eficientes e que possam favorecer os segmentos populacionais que delas necessitem.

Os resultados encontrados, bem como as discussões travadas, podem servir de insumo para projeções demográficas, avaliação de políticas públicas e, até mesmo, de base para futuros estudos sobre a realidade dos países latino-americanos, sob uma perspectiva comparada. Entretanto, esta tese apresenta algumas carências, que limitam a abordagem dos objetivos propostos. Uma delas refere-se à inexistência de um estudo de coorte. A evolução do padrão de fecundidade, incluindo as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, seria melhor avaliada se fosse realizado um estudo acompanhando diferentes coortes. A escassez de dados longitudinais, para países da ALC, em geral, justifica não se ter realizado esse tipo de estudo. Outra carência é relativa àqueles países latino-americanos que estão mais avançados no processo de transição. Embora não fossem objeto de estudo da tese, poderia ter sido traçado o padrão de fecundidade de Argentina, Uruguai e Chile, para servir de parâmetro de comparação com os demais países. Isso foi almejado inicialmente, porém não existiam pesquisas DHS ou RHS para esses países, e recorrer a outra fonte de dados poderia gerar resultados viesados, comprometendo as análises. Outrossim, ausência de informações em relação ao histórico de nupcialidade, nas bases de dados utilizadas, limitou o estudo sobre a importância dessa variável para o padrão de fecundidade dos países.

Além das carências, algumas limitações da tese também devem ser consideradas. Conquanto a intenção fosse abarcar um número considerável de países, de modo a traçar um panorama representativo da ALC, esse número ficou delimitado pela disponibilidade dos dados. Ademais, as análises ficaram restritas à evolução do comportamento das variáveis disponíveis como representativas do padrão de fecundidade. A verificação do peso de cada indicador, para a fecundidade, bem como a interação entre eles, por meio de estudos de correlação, por exemplo, enriqueceriam os resultados obtidos, gerando insumos mais robustos para as discussões realizadas. Soma-se a isso, o fato de a comparação com a Europa ter sido realizada lançando-se mão apenas das informações advindas da literatura. A estimação dos indicadores, para diferentes países europeus, ao menos na atualidade, permitiria uma comparação mais adequada com os padrões delineados para os países latino-americanos. A ausência de outros indicadores, igualmente importantes para o estudo da fecundidade, tal como os relacionados à fecundidade desejada e fecundidade marital, por exemplo, também caracteriza uma limitação da tese.

Cabe salientar, ainda, a ausência de uma caracterização mais qualitativa para embasar os indicadores, já que não há uma diferenciação entre eles quanto à realidade dos países. Assim, uma análise qualitativa dos resultados, por meio das políticas públicas adotadas nos países quanto à saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar, por exemplo, seria ferramenta importante para entender os padrões de fecundidade encontrados na ALC. Esse é um projeto para agenda futura, no entanto.

Há, também, a limitação da falta de coeficientes de confiabilidade para os indicadores, a fim de mostrar a precisão da comparação dos indicadores, em decorrência do tamanho pequeno da amostra. De fato, a desagregação por escolaridade e quintis de riqueza reduziu o número de casos analisados, por indicador, mas, mesmo assim, os resultados são robustos, com a maioria dos resultados sendo apresentada em termos percentuais. Os resultados permitem dar conhecimento da realidade dos países. Esse é a mesma explicação que se dá para se ter desconsiderado, nessa tese, o fato de as amostras das pesquisas DHS e RHS serem amostras complexas. Não se realizou nenhuma correção nos resultados considerando esse aspecto, no entanto, após algumas pesquisas informais, verificou-se que isso só tem influência quando se aplica metodologias estatísticas específicas, que não foram realizadas nessa tese. Desse modo, os resultados encontrados, mesmo sem se considerar a complexidade das amostras, são totalmente confiáveis, inclusive, para alguns indicadores, os resultados obtidos são exatamente os mesmos daqueles observados nas publicações das pesquisas utilizadas nessa tese, referentes a cada país.

Por fim, a ideia de Segunda Transição Demográfica foi apenas pontuada nesse trabalho. Há uma carência, contudo, de maiores explanações sobre esse conceito, suas críticas e sua aplicabilidade na região da ALC. Para tanto, pretende-se, em trabalhos futuros, explorar mais a associação dos

indicadores estudados nessa tese com a ideia de Segunda Transição Demográfica na ALC, a fim de verificar se ela está presente na Região e se suas características são semelhantes ao que se observa na Europa. Essa associação poderá ser usada como ferramenta importante para avaliar os padrões de fecundidade tanto na ALC quanto na Europa e, com isso, aperfeiçoar a comparação entre essas regiões.

Não obstante as carências e limitações, espera-se que esta tese possa contribuir para suprir algumas lacunas sobre o estudo comparativo da fecundidade na América Latina, além de proporcionar um maior entendimento sobre as transformações que ocorreram durante o processo de transição. Acredita-se que a compilação de um conjunto de indicadores, para diferentes países, em distintos pontos do tempo, seja uma ferramenta importante a ser utilizada em futuros trabalhos. Ainda, a divisão das análises por escolaridade e quintil de riqueza joga mais luz sobre as realidades desiguais que compõem o cenário latino-americano, e como isso manteve-se ao longo do tempo. Por fim, crê-se que os resultados obtidos sejam um ponto de partida para avaliar com mais acuidade, as teorias existentes a respeito da transição da fecundidade, no contexto latino-americano, bem como para traçar cenários demográficos futuros na Região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADSERA, A.; MENENDEZ, A. (2009). Fertility Changes in Latin America in the Context of Economic Uncertainty. IZA, **Discussion Paper Series**, No. 4019, 32 pp.
- ALTER, G. (1992). Chapter 1: Theories of Fertility Decline: A Nonspecialist's Guide to the Current Debate. In: Gillis, J. R.; Tilly, L. A.; Levine, D. (eds.). **The European Experience of Declining Fertility, 1850-1970: The Quiet Revolution**. Cambridge: Blackwell, pp. 13-27.
- AMORIM, F. A.; CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. (2008). Mudanças recentes no uso de métodos contraceptivos no Brasil e na Colômbia – com especial menção à esterilização feminina e masculina. In: Wong, L. L. R., (organizadora). **Población y salud sexual y reproductiva en América Latina**. Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, Serie Investigaciones n. 4, pp. 101 – 128.
- ARAVENA, F. R. (2013). Transformaciones globales y cambios en las relaciones de poder. **Nueva sociedad**, n. 246, Jul-Ago, p. 1-24.
- ARRIAGADA, I. (2004): Transformaciones Sociales y demográficas de las familias latinoamericanas. **Papeles de Población**, vol. 10, n. 40, p. 71-95.
- BACHRACH, C. (2001). The puzzling persistence of postmodern fertility preferences. **Population and Development Review**, vol. 27, Supplement: Global Fertility Transition, pp. 332-338.
- BAIZAN, P.; AASSVE, A.; C. BILLARI, F. C. (2001). Cohabitation, marriage, first birth: the interrelationship of family formation events in Spain. **Working Paper WP-2001-036**. Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, Germany, p. 37.
- BARBOSA, A. M. (2008). Análise sociodemográfica da fecundidade de adolescentes e jovens no Brasil: 1970/2006. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG –Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro. 19 p. **Anais**.
- BARROS, A. J-D; VICTORA, C. G. (2005). Indicador econômico para o Brasil baseado no censo demográfico de 2000. **Revista de Saúde Pública**, vol. 39, n. 4, pp. 523-529.
- BARROS, J. V. S. (2012). Medindo a saúde reprodutiva segundo o tipo de união na América Latina: indicadores sintéticos para Brasil e México. **Dissertação (Mestrado em Demografia)** – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, 101p.
- BEAUMONT, R. (2012). An introduction to Principal Component Analysis & Factor Analysis using SPSS 19 and R (psych package). **Factor Analysis and Principal Component Analysis (PCA)**, vol. 24, n. 8-9, pp. 1-24.
- BECKER, G. (1991). Chapter 5: The Demand for Children. In: Becker, G. **A Treatise on the Family**. Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 135-154.
- BILLARI, F.C. (2008). Lowest-Low Fertility in Europe: Exploring the Causes and Finding Some Surprises. **Japanese Journal of Population**, Vol. 6, No. 1, pp. 2-18.
- BIRDSALL, N. (1983). Fertility and Economic Change in Eighteenth and Nineteenth Century Europe: A Comment. **Population and Development Review**, Vol. 9, No. 1, pp. 111-123.
- BIRDSALL, N. (2012). A Note on the Middle Class in Latin America. Center for Global Development, **Working Paper 303**, Washington DC, pp. 1-23.

Blake, J. (1985). The Fertility Transition: Continuity or Discontinuity With the Past? In: **International Population Conference, Florence, 1985, 5-12 June**. Volume 4. Liege, Belgium, International Union for the Scientific Study of Population, pp. 393-405.

BONGAARTS, J. (1978). A Framework for Analyzing the Proximate Determinants of Fertility. **Population and development review**, vol.4, n. 1, pp. 105-132.

BONGAARTS, J. (2001). Fertility and Reproductive Preferences in Post-Transitional Societies. **Population and Development Review**, Vol. 27, Supplement: Global Fertility Transition, pp. 260-281

BONGAARTS, J. (2002a). The End of Fertility Transition in the Developing World. Population Council, **Working Paper**, No 161, 35 p. Disponível em: <http://www.popcouncil.org/pdfs/wp/161.pdf>. Acesso dia 21-10-2013.

BONGAARTS, J. (2002b). The End of the Fertility Transition in the Developed World. **Population and Development Review**, Vol. 28, No. 3, pp.419–443.

BONGAARTS, J.; FEENEY, G. (1998). On the quantum and tempo of fertility. **Population and Development Review**, New York, v. 24, n. 2, pp. 271-291.

BONGAARTS, J.; LIGHTBOURNE, R. (1996). Chapter 12: Wanted Fertility in Latin America: Trends and Differentials in Seven Countries. In: Guzmán, J. M.; Singh, S.; Rodríguez, G.; Pantelides, E. A. (eds.). **The Fertility Transition in Latin America**. Oxford, UK : Clarendon Press, pp. 227-241.

BONGAARTS, J.; SOBOTKA, T. (2012). A demographic explanation for the recent rise in European fertility. **Population and Development Review**, Vol. 38, No.1, pp. 83-120.

BONGAARTS, J.; WATKINS, S. C. (1996). Social Interactions and Contemporary Fertility Transitions. **Population and Development Review**, Vol. 22, No. 4, pp. 639-682.

BONIFÁCIO, G. M. O. (2011). Progressão da parturição e intervalo entre nascimentos num contexto de declínio da fecundidade: uma aplicação a países da América Latina. **Dissertação (Mestrado em Demografia)** – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 150 p.

BRASS, W.; COALE, A. J. (1973). Methods of analysis and estimation. In: BRASS, W.; COALE, A.J. et al. **The demography of tropical Africa**. Princeton: Princeton University Press. Cap. 3, p. 88-104.

BRAVO, J. H. (1996). Chapter 11: Theoretical Views of Fertility Transitions in Latin America: What is the Relevance of a Diffusionist Approach? In: Guzmán, J. M.; Singh, S.; Rodríguez, G.; Pantelides, E. A. (eds.). **The Fertility Transition in Latin America**. Oxford, UK : Clarendon Press, pp. 213-226.

BRAVO, R. (1989). Mujer, desarrollo y población en América Latina. **Notas de Población**, vol. 17, n. 48, p. 35-59.

BREA, J. A. (2003). Population Dynamics in Latin America. **Population Bulletin**, Vol. 58, No. 1, pp. 1-36.

CABELLA, W.; PARDO, I. (2014). Cap 1: Hacia un régimen de baja fecundidad en América Latina y el Caribe, 1990-2015. In: CAVENAGHI, S.; CABELLA, W. (org.). **Comportamiento reproductivo y fecundidad en América Latina: una agenda inconclusa**. Serie de Investigaciones, n. 3, 1ª edición, Rio de Janeiro, p. 13-32.

CABELLA, W.; STREET, M. C.; PERI, A. (2008). La Segunda Transición Demográfica en Montevideo y Buenos Aires. Una contribución a su estudio desde una perspectiva biográfica. In:

Wong, L. L. R., (organizadora). **Población y salud sexual y reproductiva en América Latina**. Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, Serie Investigaciones n. 4, pp. 33 – 54.

CAETANO, A. J.; DIAS, J. G. (2012). Classificação socioeconômica comparativa utilizando Critério Brasil, Wealth Index e Análise de Classes Latentes: uma aplicação com dados do PNDS 2006. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Águas de Lindóia/SP–Brasil, Novembro. **Anais**, pp. 1-16.

CALDWELL, J. C. (1976). Toward a Restatement of Demographic Transition Theory. **Population and Development Review**, Vol. 2, No. 3-4, pp. 321-366.

CALDWELL, J. C. (2001). The Globalization of Fertility Behavior. In: Bulatao, R. A.; Casterline, J. B. (eds.). **Global Fertility Transition**. New York: Population Council. pp. 93-115.

CALDWELL, J. C. (2008). Three Fertility Compromises and Two Transitions. **Population Research and Policy Review**, Vol. 27, No. 4, pp. 427-446.

CAMISA, Z. C. (1971). La Nupcialidad Femenina En America Latina Durante El Periodo Intercensal 1950-1960. Centro Latinoamericano de Demografía, **Serie AS**, n. 10, 44p.

CARLSSON, G. (1966). The Decline of Fertility: Innovation or Adjustment Process. **Population Studies**, Vol. 20, No. 2, pp. 149-174.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. (2005). A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. In: **Rev. Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, vol. 22, n. 2, p. 351-369. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 20/02/2008.

CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. (1990). La transición de la fecundidad en el Brasil: causas y consecuencias. In: International Union for the Scientific Study of Population. Seminar on Fertility Transition in Latin America, 1990, Buenos Aires. [**Proceedings...**] Liège (Belgica): IUSSP/UIESP, 1-37 p.

CARVALHO, J.A.M.; PAIVA, P.; SAWYER, D. (1981). A recente queda de fecundidade no Brasil: evidências e interpretação. Belo Horizonte, Cedeplar. (**Monografia, n. 12**). 65p.

CASTERLINE, J. B. (2001). The Pace of Fertility Transition: National Patterns in the Second Half of the Twentieth Century. In: Bulatao, R. A.; Casterline, J. B. (eds.). **Global Fertility Transition**. New York: Population Council. pp. 17-52.

CASTRO MARTÍN, T. C.; JUÁREZ, F. (1994). Women's Education and Fertility in Latin America: Exploring the Significance of Education for Women's Lives. Macro International Inc., **DHS Working Papers**, n.10, 23p. Disponível em: <http://www.dhsprogram.com/pubs/pdf/WP10/WP10.pdf>. Acesso em: 23/02/2015.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. (2009). Fertility and contraception in Latin America: Historical trends, recent patterns. In: Population Association of America (PAA), Annual Meeting, Detroit, MI. **Anais**. Disponível em: <http://paa2009.princeton.edu/papers/92033>. Acesso em 06-10-2013.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. (2011). Diversity of childbearing behaviour in the context of below-replacement fertility in Brazil. United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division – **Expert Paper**, No. 08, 36 p.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. (2013). Childlessness in Brazil: socioeconomic and regional diversity. In: XXVII IUSSP International Population Conference, 2013, Bussan. **Proceedings of XXVII IUSSP International Population Conference**. Paris: IUSSP. vol. 1, pp. 1-25.

CAVENAGHI, S.; BERQUÓ, E. S. (2014). Cap. 3: Perfil socioeconômico e demográfico da fecundidade no Brasil de 200 a 2010. In: CAVENAGHI, S.; CABELLA, W. (org.). Comportamiento reproductivo y fecundidad en América Latina: una agenda inconclusa. **Serie de Investigaciones**, n. 3, 1ª edición, Rio de Janeiro, p. 67-90.

CEPAL (2008). The rapid and uneven decline in fertility in Latin America is causing profound demographic and social change. Fecundidad. **Observatorio Demográfico n. 5**. CELADE – División de Población de la CEPAL, pp. 19-26.

CEPAL (2016). Panorama Económico y Social de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, 2015. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/39823-panorama-economico-social-la-comunidad-estados-latinoamericanos-caribenos-2015>. 58 pp. Acesso dia 12-02-2016.

CERRUTTI, M.; BINSTOCK, G. (2009). Familias latinoamericanas en transformación: desafíos y demandas para la acción pública. CEPAL/Naciones Unidas. **Serie Políticas Sociales**, No. 147. LC/L. 3100-P. Publicación de las Naciones Unidas. Santiago de Chile, pp. 7-32.

CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. (1996). Chapter 1: Latin America: Overview of the Fertility Transition, 1950-1990. In: Guzmán, J. M.; Singh, S.; Rodríguez, G.; Pantelides, E. A. (eds.). **The Fertility Transition in Latin America**. Oxford, UK : Clarendon Press, pp. 3-26.

CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. (2004). América Latina: los sectores rezagados en la transición de la fecundidad. In: CEPAL/CELADE. La Fecundidad en America Latina: Transición o Revolución?, Santiago de Chile, 9 al 11 de junio de 2003. Santiago de Chile: Naciones Unidas. (**Seminarios y conferencias ; n.36**). pp. 51-74.

CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. (1990). América Latina: transición de la fecundidad en el período 1950-1990. Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE)-División de Población de la CEPAL, **Serie A**, n. 200, 40p.

CHESNAIS, J. C. (1996). Fertility, Family, and Social Policy in Contemporary Western Europe. **Population and Development Review**, Vol. 22, No. 4, pp. 729-739.

CHESNAIS, J. C. (1999). Determinants of below-replacement fertility. **Population Bulletin**, Special Issue, Vol. 40/41, pp. 126-136.

CLELAND, J. (1985). Chapter 10: Marital Fertility Decline in Developing Countries: Theories and The Evidence. In: Cleland, J.; Hobcraft, J. **Reproductive change in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, pp. 223-252.

CLELAND, J.; WILSON, C. (1987). Demand Theories of the Fertility Transition: An Iconoclastic View. **Population Studies**, Vol. 41, No. 1, pp. 5-30.

COALE, A. J. (1979). Chapter 2: The demographic transition: a summary, some lessons and some observations. In: CHO, L., KATUMASA, K. (eds.). **Fertility Transition of East-Asian Populations**. Honolulu: University Press of Haway. pp. 9-23.

COALE, A. J. (1986). Chapter 1: The Decline of Fertility in Europe since the Eighteenth Century As a Chapter in Demographic History. In.: COALE, A. J.; WATKINS, S. C. **The Decline of Fertility in Europe: The Revised Proceedings of a Conference on the Princeton European**. Fertility Project Princeton: Princeton University. pp. 1-30.

COALE, A. J.; TREADWAY (1986). Chapter 2: A Summary of the Changing Distribution of Overall Fertility, Marital Fertility, and the Proportion Married in the Provinces of Europe. In.: COALE, A. J.;

WATKINS, S. C. **The Decline of Fertility in Europe: The Revised Proceedings of a Conference on the Princeton European.** Fertility Project Princeton: Princeton University. pp. 31-181.

COLEMAN, D. (2004). Why we don't have to believe without doubting in the "Second Demographic Transition" – some agnostic comment. In: **Vienna Yearbook of Population Research**, Vol. 2004, pp. 11-24.

COLLVER, O. A. (1965). Birth Rates in Latin America: New Estimates of Historical Trends and Fluctuations. Berkeley: Univ. of California, Institute of International Studies, 187p.

COSTA, C. de S. (2004). Uniões informais no Brasil em 2000: uma análise sob a ótica da mulher. **Dissertação (Mestrado em Demografia)** – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 76 p.

COVRE-SUSSAI, M.; MATTHIJS, K. (2010). Socio-economic and Cultural Correlates of Cohabitation in Brazil. Catholic University Leuven, Centre for Sociological Research, Leuven, Belgium. **Paper presented at the 2010 Chaire Quételet Conference**, Louvain-la-Neuve. 22p. Disponível em: <http://www.uclouvain.be/cps/ucl/doc/demo/documents/Covre.pdf>. Acesso em 18-10-2013.

DAVIS, K.; BLAKE, J. (1956). Social Structure and Fertility: An Analytic Framework. **Economic Development and Cultural Change**, vol. 4, n. 4, p. 211-235.

DE ARMAS, M. A. (2009). La singularidad de una segunda transición demográfica en Cuba. **Tese (Doutorado em Ciências Econômicas)**. Universidad de La Habana, Centro de Estudios Demográficos, Ciudad de La Habana, 163 p.

DE CARVALHO, A. A. (2014). Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG. **Tese (Doutorado em Demografia)** - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, 315p.

DE LAAT, J.; SANZ, A. S. (2007). Working women, men's home time and lowest low fertility. **Discussion Papers Series** n. 308. University of Oxford, Department of Economics. 39 pp.

DI CESARE, M. (2007). Patronos emergentes en la fecundidad y la salud reproductiva y sus vínculos con la pobreza en América Latina y el Caribe. Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE)-División de Población de la CEPAL, **Serie Población y Desarrollo**, n. 72, 72p.

DONALDSON, L. (1991). Cap. 1: Population Changes: Impact and Pattern. In: DONALDSON, L. **Fertility transition: the social dynamics of population change**. Cambridge, Mass.: Basil Blackwell, p. 1-20.

DRAKE, M. (1972). Fertility controls in pre-industrial Norway. In.: GLASS, D. V.; REVELLE, R. **Population and social change**. London: Edward Arnold. pp. 185-198.

EASTERLIN, R. A. (1980). Fertility and Development. **Population Bulletin of ECWA**, n. 18, Jun., p. 5-40.

EASTERLIN, R. A.; CRIMMINS, E. M. (1985). Chapter 1: The fertility revolution. In: Easterlin, R. A.; Crimmins, E. M. (eds.). **The Fertility Revolution: a supply-demand analysis**. Chicago, University of Chicago Press. pp 1-11.



ECLAC (2011). Chapter II: Current situation and outlook for fertility in Latin America. In: ECLAC. **Social panorama of Latin America**, LC/G.2514-P. Santiago de Chile. United Nations publication, Sales No. E.12.II.G.6. pp. 79-102.

ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press. 34p.

ESTEVE, A.; FLOREZ-PAREDES, E. (2014). Edad a la primera unión y al primer hijo en América Latina: estabilidad en cohortes más educadas. In: **Notas de Población**, año 41, n. 99, p. 39-65.

ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R.; LÓPEZ-GAY, A. (2012). The Latin American Cohabitation Boom, 1970-2007. **Population and Development Review**, Vol. 38, No.1, 38 p.

FARIA, V. E. (1989). Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. **CEBRAP**, p. 62-103.

FARIA, V. E.; POTTER, J. E. (2002). Televisão, telenovelas e queda da fecundidade no Nordeste. **CEBRAP, Novos Estudos**, n. 62, pp. 21-39.

FEENEY, G. (1988). The use of parity progression models in evaluating family planning programs. In: African Population Conference, Dakar, [**Proceedings...**]. Liège: IUSSP, v.3.

FERNANDEZ, R.; CARVALHO, J. A. M. (1986). A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979. Aplicação da técnica dos filhos próprios para se estimar a fecundidade ano a ano. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 3, n. 2, Campinas, Jul/Dez, p. 67-86.

FILMER, D.; PRITCHETT, L. H. (2001). Estimating Wealth Effects without Expenditure Data—or Tears: An Application to Educational Enrollments in States of India. **Demography**, vol. 38, n. 1, pp. 115-132.

FLÓREZ, C. E. (1990). Cambios en la estructura social y la transición de la fecundidad: el caso de Colombia. In: International Union For The Scientific Study of Population; **Seminar on Fertility Transition in Latin America: Buenos Aires, Argentina**. Liège (Bélgica): IUSSP/UIESP, 34p.

FLÓREZ, C. E.; SÁNCHEZ, L. M. (2013). Fecundidad y familia en Colombia: ¿hacia una segunda transición demográfica? **Serie de Estudios A Profundidad, Encuestas Nacionales de Demografía y Salud – ENDS –1990/2010**. pp.1-66.

FREJKA, T.; ROSS, J. (2001). Paths to Subreplacement Fertility: The Empirical Evidence. **Population and Development Review**, Vol. 27, Supplement: Global Fertility Transition, pp. 213-254.

FREJKA, T.; SARDON, J. P. (2007). Cohort birth order, parity progression ratio and parity distribution trends in developed countries. **Demographic research**, vol. 16, n. 11, pp. 315-374.

FREJKA, T.; SARDON, J.-P. (2006). First birth trends in developed countries: persisting parenthood postponement. **Demographic Research**, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, Vol. 15, No.6, pp. 147-180.

FREJKA, T.; SOBOTKA, T. (2008). Overview Chapter 1: Fertility in Europe: Diverse, delayed and below replacement. **Demographic Research**, Vol. 19, No.3, pp. 15-46.

FREJKA, T.; SARDON, J-P. (2004). Cap. 12: Comprehensive and Comparative analysis. In: FREJKA, T.; SARDON, J-P. **Childbearing Trends and Prospects in Low-Fertility Countries: A cohort analysis**. Dordrecht; London: Kluwer Academic, xvi (European studies of population; v.13). pp. 319-374.

- FRIAS, L. A. de M. e CARVALHO, J. A. M. (1994). Fecundidade nas regiões brasileiras a partir de 1903: uma tentativa de reconstrução do passado através das gerações. In: IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**, v. 2, p. 23-47, Caxambu, Outubro.
- FRIAS, L. A. de M. e OLIVEIRA, J. C. (1991). Níveis, tendências e diferenciais de fecundidade no Brasil a partir da década de 30. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. V. 8, n. 1/2, p.72-111, Campinas, Janeiro/Dezembro.
- FRIEDLANDER, D.; OKUN, B. S. (1996). Fertility transition in England and Wales: continuity and change. **Health Transition Review**, Supplement 6, pp. 1-18.
- FUSSELL, E.; PALLONI, A. (2004). Persistent Marriage Regimes in Changing Times. **Journal of Marriage and Family**, Vol. 66, No. 5, Special Issue: International Perspectives on Families and Social Change, pp. 1201–1213.
- GARCÍA, B.; ROJAS, O. (2001). Recent transformations in Latin American families: A sociodemographic perspective. Paper presented in **XXIV IUSSP General Population Conference**, Salvador de Bahia, Brasil, August 18-24. Disponível em: [http://www.archive-iussp.org/Brazil2001/s40/S45\\_01\\_GarciaRojas.pdf](http://www.archive-iussp.org/Brazil2001/s40/S45_01_GarciaRojas.pdf). Acesso em: 20-10-2013.
- GARCIA, B.; ROJAS, O. (2002). Cambios en la formación y disolución de las uniones en América Latina. **Gaceta Laboral**, vol. 8, n. 3, p. 391-410.
- GARDINI, G. L. (2012). Cap 2: Latin American regionalism: between unity and diversity. In: GARDINI, G. L. **Latin America in the 21st Century**, Zed Books, p. 51-90.
- GILBERT, A. (2004). Cap. 5: The urban revolution. In: GWYNNE, R. N.; CRISTOBAL, K. A. Y. (ed.). **Latin America transformed: globalization and modernity**, Oxford University Press, 2nd ed., p. 93-116.
- GILLIS, J. R.; TILLY, L. A.; LEVINE, D. (1992). Introduction: The Quiet Revolution. In: Gillis, J. R.; Tilly, L. A.; Levine, D. (eds.). **The European Experience of Declining Fertility, 1850-1970: The Quiet Revolution**. Cambridge: Blackwell, pp. 1-9.
- GLASS, D. V. (1968). Fertility trends in Europe since the Second World War. **Population Studies**, vol. 22, n. 1, pp. 103-146.
- GOLDSTEIN, J.; KREYENFELD, M.; JASILIONIENE, A.; ÖRSAL, D. K. (2013). Fertility reactions to the "Great Recession" in Europe: Recent evidence from order-specific data. **Demographic Research**, vol. 29, article 4, pp. 85-104.
- GUZMÁN, J. M. (1990). El marco social del cambio de la fecundidad en América Latina. In: International Union For The Scientific Study of Population; **Seminar on Fertility Transition in Latin America: Buenos Aires, Argentina**. Liège (Bélgica): IUSSP/UIESP, 7p.
- GUZMÁN, J. M. (1996). Introduction: Social Change and Fertility Decline in Latin America. In: Guzmán, J. M.; Singh, S.; Rodríguez, G.; Pantelides, E. A. (eds.). **The Fertility Transition in Latin America**. Oxford, UK : Clarendon Press, pp. xxii-2.
- GUZMÁN, J. M.; RODRÍGUEZ, J. (1993). La Fecundidad pre-transicional en América Latina: un capítulo olvidado. **Notas de Población**, No. 57 (LC/DEM/G. 133), Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE), pp. 217-235.

GUZMÁN, J. M.; RODRÍGUEZ, J.; MARTÍNEZ, J.; CONTRERAS, J. M.; GONZÁLEZ, D. (2006). The Demography of Latin America and the Caribbean since 1950. **Population-E**, Vol. 61, No. 5-6, pp. 519-576.

GUZMÁN, J. M.; VIGNOLI, J. R. (1993). La fecundidad pre-transicional en América Latina: un capítulo olvidado. **Notas de población**, vol. 21, n. 57, pp. 217-246.

HAJNAL, J. (1965). Chapter 6: European Marriage Patterns in Perspective. In: Glass D.V.; Eversley D.E.C. (eds.). **Population in History: Essays in Historical Demography**. Chicago, Illinois, Aldine Publishing Company, pp.101-143.

HAKKERT, R. (2004). Fecundidad deseada y no deseada en América Latina, con particular referencia a algunos aspectos de género. In: CEPAL/CELADE. La Fecundidad en América Latina: Transición o Revolución?, Santiago de Chile, 9 al 11 de junio de 2003. Santiago de Chile: Naciones Unidas. (**Seminarios y conferencias ; n.36**). pp. 267-288.

HEATON, T. B.; FORSTE, R.; OTTERSTROM, S. M. (2002). Family transitions in Latin America: first intercourse, first union and first birth. **International Journal of Population Geography**, Vol. 8, No. 1, pp. 1-15.

HENRY, L. (1972). Historical Demography. In.: Glass, D. V.; Reville, R. **Population and social change**. London: Edward Arnold. p. 43-54.

HIRSCHMAN, C. (2001). Globalization and Theories of Fertility Decline. **Population and Development Review**, vol. 27, Supplement: Global Fertility Transition, pp. 116-125.

HOBcraft, J. (1985). Chapter 4: Family-Building Patterns. In: Cleland, J.; Hobcraft, J. **Reproductive change in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, pp. 64-86.

HOEM, J. M. (2005). Why does Sweden have such high fertility? **MPIDR Working Paper**, WP-2005-009. Rostock, Max Planck Institute for Demographic Research. 15 p.

HOLDEN, R. H.; VILLARS, R. (2013) Cap 10: Agonies of Underdevelopment. In: HOLDEN, R. H.; VILLARS, R. **Contemporary Latin America: 1970 to the present**. John Wiley & Sons, p. 185-207.

HOLDEN, R. H.; VILLARS, R. (2013) Cap 15: The Family, Women and Sexuality. In: HOLDEN, R. H.; VILLARS, R. **Contemporary Latin America: 1970 to the present**. John Wiley & Sons, p. 281-304.

HOLDEN, R. H.; VILLARS, R. (2013) Part II, Government, Introduction. In: HOLDEN, R. H.; VILLARS, R. **Contemporary Latin America: 1970 to the present**. John Wiley & Sons, p. 43-48.

HORWITZ, A.; BURKE, M. H. (1966). Chapter 7: Health, Population, and Development. In: STYCOS, J. M. **Population Dilemma in Latin America**. Washington, D.C.: Potomac Books. pp. 145-195.

JOHNSON, G. Z. (1960). Differential Fertility in European Countries. In: Roberts, G. B., Chairman, Universities-National Bureau Committee for Economic Research (ed.). **Demographic and Economic Change in Developed Countries**, NBER Books, Columbia University Press, Inc, number univ60-2, October, pp. 36-76.

JUÁREZ, F.; LLERA, S. (1996). Chapter 3: The Process of Family Formation during the Fertility Transition. In: Guzmán, J. M.; Singh, S.; Rodríguez, G.; Pantelides, E. A. (eds.). **The Fertility Transition in Latin America**. Oxford, UK : Clarendon Press, pp. 48-73.

- KIERNAN, K. (2001). The rise of cohabitation and childbearing outside marriage in Western Europe. **International Journal of Law, Policy and the Family**, vol. 15, n. 1, pp. 1-21.
- KIRK, D. (1996). Demographic Transition Theory. **Population Studies**, vol. 50, n. 3, pp. 361-387.
- KNODEL, J. (1977). Family Limitation and the Fertility Transition: Evidence from the Age Patterns of Fertility in Europe and Asia. **Population Studies**, Vol. 31, No. 2, pp. 219-249.
- KNODEL, J. (1987). Starting, stopping, and spacing during the early stages of fertility transition: the experience of German village populations in the 18th and 19th centuries. **Demography**, vol. 24, n. 2, p. 143-162.
- KOHLER, H. P.; BILLARI, F. C.; ORTEGA, J. A. (2001). Towards a Theory of Lowest-Low Fertility. Rostock: Max Planck Institute for Demographic Research. **Working Paper**, 2001-032. 57 p.
- KOHLER, H-P.; BILLARI, F. C.; ORTEGA, J. A. (2002). The Emergence of Lowest-Low Fertility in Europe during the 1990s. **Population and Development Review**, Vol. 28, No. 4, pp. 641–680.
- KOHLER, H-P.; BILLARI, F. C.; ORTEGA, J. A. (2006). Low Fertility in Europe: Causes, Implications and Policy Options. In: F. R. Harris (Ed.), **The Baby Bust: Who will do the Work? Who Will Pay the Taxes?** Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 48-109.
- KUIJSTEN, A. (1995). Recent Trends in Household and Family structures in Europe: an overview. In: Household Demography and Household Modeling. *Plenum Press*, New York, pp. 53-84.
- LARRAÍN, J. (2004) . Cap. 2: Modernity and identity: cultural change in Latin America. In: GWYNNE, R. N.; CRISTOBAL, K. A. Y. (ed.). **Latin America transformed: globalization and modernity**, Oxford University Press, 2nd ed., p. 22-38.
- LEE, R. (2003). The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Change. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 17, No. 4, pp. 167-190.
- LESTHAEGHE, R. (1983). A century of Demographic and Cultural Change in Western Europe: An Exploration of Underlying Dimensions. **Population and development Review**, vol. 9, n. 3, pp. 411-435.
- LESTHAEGHE, R. (2014). The second demographic transition: A concise overview of its development. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, vol. 111, n. 51, pp. 18112-18115.
- LESTHAEGHE, R.; WILSON, C. (1986). Chapter 6: Modes of Production, Secularization, and the Pace of the Fertility Decline in Western Europe, 1870-1930. In: Coale, A. J.; Watkins, S. C. **The Decline of Fertility in Europe: The Revised Proceedings of a Conference on the Princeton European**. Fertility Project Princeton: Princeton University, pp. 261-292.
- LESTHAEGUE, R. (2001). Postponement and Recuperation – Recent Fertility Trends and Forecasts in Six Western European Countries. Paper presented IUSSP – **seminar on Below Replacement Fertility**, Tokyo, March 21-23, 40 p.
- LESTHAEGUE, R. (2010). The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. **Population and Development Review**, Vol. 32, No. 2, pp. 211-251.
- LEVINE, D. (1992). Postscript: Moments in Time: A Historian's Context of Declining Fertility. In: Gillis, J. R.; Tilly, L. A.; Levine, D. (eds.). **The European Experience of Declining Fertility, 1850-1970: The Quiet Revolution**. Cambridge: Blackwell, pp. 326-338.

LIVI-BACCI, M. (1968a). Fertility and Nuptiality Changes in Spain from the Late 18<sup>th</sup> to the Early 20<sup>th</sup> Century: Part I. **Population Studies**, Vol. 22, No. 1, pp. 83-102.

LIVI-BACCI, M. (1968b). Fertility and Nuptiality Changes in Spain from the Late 18<sup>th</sup> to the Early 20<sup>th</sup> Century: Part II. **Population Studies**, Vol. 22, No. 1, pp. 211-234.

LIVI-BACCI, M. (1972). Fertility and population growth in Spain in the eighteenth and nineteenth centuries. In.: GLASS, D. V.; REVELLE, R. **Population and social change**. London: Edward Arnold. p. 173-184.

LIVI-BACCI, M. (1977a). Cap. 1: From Napoleonic Times to National Unification. In: LIVI-BACCI, M. **A History of Italian Fertility During the Last Two Centuries**. Princeton University, p. 7-48.

LIVI-BACCI, M. (1977b). Cap. 6: Differential Fertility as a Key to the Interpretation of Fertility Decline. In: LIVI-BACCI, M. **A History of Italian Fertility During the Last Two Centuries**. Princeton University, p. 216-247.

LIVI-BACCI, M. (1986). Chapter 3: Social-Group Forerunners of Fertility Control in Europe. In.: COALE, A. J.; WATKINS, S. C. **The Decline of Fertility in Europe: The Revised Proceedings of a Conference on the Princeton European**. Fertility Project Princeton: Princeton University, pp. 182-200.

LIVI-BACCI, M. (1998). La transición demográfica en Europa y América Latina: Principales diferencias. In: Universidad Nacional de Cordoba; International Union for the Scientific Study of Population; Seminario Internacional sobre Cambios y Continuidades en los Comportamientos Demograficos en America Latin. **Cambios demograficos en America Latina: la experiencia de cinco siglos**. Cordoba, Argentina: Universidad Nacional de Cordoba: IUSSP. pp. 737-740.

LIVI-BACCI, M. (2001). Too few children and too much family. **Daedalus**, Vol. 2, pp. 139-155.

LUTZ, W. (1984). Parity-Specific Fertility Analysis: a Comparative Study on 41 Countries Participating in the World Fertility Survey. Vienna: **Demographic Institute of the Austrian Academy of Sciences**, 97 p.

MAMOLO, M. (2006). Union formation, marriage and first birth: convergence across cohorts in Austria, Hungary, northern Italy and Slovenia? Vienna Institute of Demography, **Working Paper**, No. 8, 26 p.

MANKIW, N. G. (2001). Cap. 5: Elasticidade e suas aplicações. In: MANKIW, N. G. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Tradução da 2<sup>a</sup> edição americana por Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2001. pp. 93-116.

MARTÍN, T. C.; JUÁREZ, F. (1994). Women's Education and Fertility in Latin America: Exploring the Significance of Education for Women's Lives. **DHS Working Papers**, n. 10, Macro, May, 26 pp.

MARTINE, G. (1996). Brazil's Fertility Decline, 1965-95: A Fresh Look at Key Factors. **Population and Development Review**, Vol. 22, No. 1, pp. 47-75.

MARTINS, P. H. V. (2016). Mudanças Recentes na Fecundidade Adolescente no Brasil: a Associação com a Escolaridade Continua a Mesma? **Dissertação (Mestrado em Demografia)** - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, 96p.

MASON, K. O. (1997). Explaining Fertility Transitions. **Demography**, Vol. 34, No. 4, pp. 443-454.

MASON, K. O. (2001). Gender and Family Systems in the Fertility Transition. In: Bulatao, R. A.; Casterline, J. B. (eds.). **Global Fertility Transition**. New York: Population Council. pp. 160-176.

MATTHEWS, Z., PADMADAS, S. S., HUTTER, I., McEACHRAN, J., BROWN, J. J. (2009). Does early childbearing and a sterilization-focused family planning programme in India fuel population growth? **Demographic Research**, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, v. 20, p. 693-720, Jun.

MCDONALD, P. (2000). Gender Equity, Social Institutions and the Future of Fertility. **Journal of Population Research**, vol. 17, n.1, pp. 1-16.

MCDONALD, P. (2002). Low fertility: Unifying the Theory and the Demography. Paper prepared for Session 73, Future of Fertility in Low Fertility Countries, **Meeting of the Population Association of America (PAA)**, Atlanta, 23 p. Disponível em: <http://adsri.anu.edu.au/sites/default/files/publications/popfutures/PAA%20Paper%202002.pdf>. Acesso em: 02-11-2012.

MCDONALD, P. (2006). Low fertility and the State: The efficacy of policy. **Population and Development Review**, Vol. 32, No. 3, pp. 485-510.

MCDONALD, P. (2007). Low Fertility and Policy. **Ageing Horizons**, vol. 7, pp. 22-27.

MCDONALD, P. (2008). Very Low Fertility: Consequences, Causes and Policy Approaches. **The Japanese Journal of Population**, Vol.6, No.1, pp. 19-23.

MENSCH, B. S.; SINGH, S.; CASTERLINE, J. B. (2005). Trends in the Timing of First Marriage Among Men and Women in the Developing World. Population Council, **Policy Research Division Working Papers**, n. 202, 56 p.

MILLS, M., L. MENCARINI, M.L. TANTURRI AND K. BEGALL (2008). Gender equity and fertility intentions in Italy and the Netherlands. **Demographic Research**, vol. 18, n.1, pp. 1-26.

MIRÓ, C. A. (1966). Chapter 1: The Population of Twentieth Century Latin America. In: STYCOS, J. M. **Population Dilemma in Latin America**. Washington, D.C.: Potomac Books. pp. 1-32.

MORATÓ, R. P. (2004). Bolivia: programas y políticas nacionales que afectan la fecundidad. In: CEPAL/CELADE. La Fecundidad en America Latina: Transición o Revolución?, Santiago de Chile, 9 al 11 de junio de 2003. Santiago de Chile: Naciones Unidas. (**Seminarios y conferencias; n.36**). pp. 373-398.

MOREIRA, M. M. (1998). O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, Vol. 15, No.1, pp. 79-94.

MORGAN, S. P.; TAYLOR, M. G. (2006). Low Fertility at the Turn of the Twenty-first Century. **Annual Review of Sociology**., Vol. 32, pp. 375-399.

MUNDIGO, A. I. (1996). Chapter 10: The Role of Family Planning Programmes in the Fertility Transition of Latin America. In: Guzmán, J. M.; Singh, S.; Rodríguez, G.; Pantelides, E. A. (eds.). **The Fertility Transition in Latin America**. Oxford, UK : Clarendon Press, pp. 192-211.

MYRSKYLÄ, M.; KOHLER, H-P.; BILLARI, F. C. (2011). High development and fertility: Fertility at older reproductive ages and gender equality explain the positive link. Max Planck Institute for Demographic Research, **MPIDR Working Paper**, WP 2011-017, pp. 1-55.

NI-BHROLCHAIN, M. (1987). Period parity progression ratios and birth intervals in England and Wales, 1941-1971: a synthetic life-table analysis. **Population Studies**, v. 41, n. 1, p. 103-25, Mar.

PENFOLD, M.; GUZMÁN, G. R. (2014). La creciente pero vulnerable clase media de América Latina. Patrones de expansión, valores y preferencias. **Serie Políticas Públicas y Transformación**

**Productiva**, n. 17, CAF. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/325#sthash.pm6xfdAc.dpuf>. 76pp. Acesso dia 15-03-2016.

RADCLIFFE, S. A. (2004). Cap. 10: Civil society, grassroots politics and livelihoods. In: GWYNNE, R. N.; CRISTOBAL, K. A. Y. (ed.). **Latin America transformed: globalization and modernity**, Oxford University Press, 2nd ed., p. 193-209.

REHER, D; REQUENA, M. (2014a). Was There a Mid-20<sup>th</sup> Century Fertility Boom in Latin America? **Revista de Historia Económica/Journal of Iberian and Latin American Economic History (New Series)**, vol. 32, n. 03, 32 p.

REHER, D.; REQUENA, M., (2014b). La transición de la fecundidad en América Latina: auges y caídas. Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima, Perú, del 12 al 15 de agosto. **Anais**. 18p. Disponível em: [http://www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS\\_PDF/ALAP\\_2014\\_FINAL623.pdf](http://www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2014_FINAL623.pdf). Acesso dia 02-03-2016.

RIANI, F. (1998). Cap. 5: Comportamento do Consumidor Individual. In: **RIANI, F. Economia: princípios básicos e introdução à microeconomia**. São Paulo: Pioneira, p. 93-99.

RINDFUSS, R.; GUZZO, K.; MORGAN, F. (2003). The changing institutional context of low fertility. **Population Research and Policy Review**, Vol. 22, pp. 411-438.

ROBLES, A.; GONZÁLEZ, A. (2012). Capítulo 2. La fecundidad en Costa Rica: 1992-2010. In: Ministerio de Salud et al., **“Visualizando la salud reproductiva y la sexualidad desde diversas perspectivas: un análisis a partir de la Encuesta de Salud Sexual y Reproductiva, Costa Rica 2010”**. 1º Edición. San José, Costa Rica. pp. 17-48.

ROSETO-BIXBY, C., CASTRO-MARTÍN, T., MARTÍN-GARCÍA, T. (2009). Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? **Demographic Research**, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, Vol. 20, pp. 169-194. [www.demographic-research.org](http://www.demographic-research.org)

ROSETO-BIXBY, L. (1996). Cap. 7: Nuptiality trends and fertility transition in Latin America. In: GUZMÁN, J. M.; SINGH, S. RODRÍGUEZ, G.; PANTELIDES, E. (eds.). **The fertility transition in Latin America**, Oxford, U.K.: Oxford University Press, pp. 135-150.

ROSETO-BIXBY, L. (1999). Chapter 9: Interaction, Diffusion, and Fertility Transition in Costa Rica: Quantitative and Qualitative Evidence. In: Leete, R. (Editor). **Dynamics of Values in fertility Change**. Oxford, UK: Oxford University Press, xiv, (International studies in demography). pp. 210-236.

ROSETO-BIXBY, L. (2004). La fecundidad en áreas metropolitanas de América Latina: la fecundidad de reemplazo y más allá. In: CEPAL/CELADE. La Fecundidad en America Latina: Transición o Revolución?, Santiago de Chile, 9 al 11 de junio de 2003. Santiago de Chile: Naciones Unidas. (**Seminarios y conferencias; n.36**). pp. 75-92.

RUTSTEIN, S. O. (2015). Steps to constructing the new DHS wealth index, Disponível em: [http://www.dhsprogram.com/programming/wealth%20index/Steps\\_to\\_constructing\\_the\\_new\\_DHS\\_Wealth\\_Index.pdf](http://www.dhsprogram.com/programming/wealth%20index/Steps_to_constructing_the_new_DHS_Wealth_Index.pdf). 77 pp. Acesso em: 10-02-2015.

RUTSTEIN, S. O., ROJAS, G. (2006). **Guide to DHS statistics**. Calverton, Maryland: ORC Macro, 2006. 168p.

RUTSTEIN, S. O.; JOHNSON, K. (2004). The DHS Wealth Index. **DHS Comparative Reports No. 6**. Calverton, Maryland: ORC Macro. pp. 1-71.

- SALGADO, J. Q. (2008). ¿Un modelo de nupcialidad postransicional en América Latina? In: Binstock, G. e Vieira, J. M. (coord.). Nupcialidad y familia en la América Latina. **Serie Investigaciones**, n. 11, pp. 11-34. Disponível em: [http://www.alapop.org/alap/SerieInvestigaciones/Serie11/Serie11\\_Art1.pdf](http://www.alapop.org/alap/SerieInvestigaciones/Serie11/Serie11_Art1.pdf). Acesso dia 20-02-2016.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, N. (1973). Cap. 6: La explosión demográfica. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, N. **La población de América Latina: desde los tiempos precolombinos al año 2000**. Madrid: Alianza Editorial, pp. 210-248.
- SÁNCHEZ-BARRICARTE, J. J.; FERNÁNDEZ-CARRO, R. (2007). Patterns in the delay and recovery of fertility in Europe. **European Journal of Population**, Vol. 23, No. 2, pp. 145-170.
- SANTOW, G. (1995). Coitus interruptus and the Control of Natural Fertility. **Population Studies**, vol. 49, n. 1, pp. 19-43.
- SCHKOLNIK, S. (2004). La fecundidad en América Latina. In: CEPAL/CELADE. La Fecundidad en America Latina: Transición o Revolución?, Santiago de Chile, 9 al 11 de junio de 2003. Santiago de Chile: Naciones Unidas. (**Seminarios y conferencias; n.36**). pp. 33-47.
- SCHKOLNIK, S.; CHACKIEL, J. (2004). Less advanced sectors in the Latin American fertility transition. **Revista de la CEPAL**, n. 83, pp. 13-30.
- SIMÕES, C. C. S. (2006). A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 140 p.
- SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H.; GREEN, J. N. (2013). Cap 14: Culture and Society. In: SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H.; GREEN, J. N. **Modern Latin America**. 8th ed., New York: Oxford University Press, p. 396-431.
- SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H.; GREEN, J. N. (2013). Cap 15: Latin America in the World Arena, 1800's-1980's. In: SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H.; GREEN, J. N. **Modern Latin America**. 8th ed., New York: Oxford University Press, p. 431-460.
- SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H.; GREEN, J. N. (2013). Cap 16: Latin America in the World Arena, 1990's-Present. In: SKIDMORE, T. E.; SMITH, P. H.; GREEN, J. N. **Modern Latin America**. 8th ed., New York: Oxford University Press, p. 460-487.
- SOBOTKA, T. (2002). Ten years of rapid fertility changes in the European post-communist countries: Evidence and interpretation. Groningen: Population Research Centre, University of Groningen. **Working Paper Series 02-1**, pp. 1-77.
- SOBOTKA, T. (2004). Is lowest-low fertility explained by the postponement of childbearing? **Population and Development Review**, Vol. 30, No.2, pp. 195-220.
- SOBOTKA, T. (2008). Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. **Demographic research**, vol. 19, article 8, pp. 171-224.
- SOBOTKA, T.; SKIRBEKK, V.; PHILIPPOV, D. (2010). Economic recession and fertility in the developed world. A literature review. Vienna Institute of Demography, European Commission, **Unit E1 – Social and Demographic Analysis**, 36p.
- SOBOTKA, T.; TOULEMON, L. (2008). Overview Chapter 4: Changing family and partnership behaviour: Common trends and persistent diversity across Europe. **Demographic Research**, v. 19, article 6, p. 85-138.



SRINIVASAN, K. (1980). Birth interval analysis in fertility surveys. Voorburg, Netherlands: International Statistical Institute, 49 p. (**WFS Scientific Reports**, 7).

STYCOS, J. M. (1978). Recent Trends in Latin American Fertility. **Population Studies: A Journal of Demography**, Vol. 32, No.3, pp. 407-425.

TEITELBAUM, M. S. (1999). Sustained below-replacement fertility in Europe. **Population Bulletin**, Special Issue, Vol. 40/41, pp. 161-183.

TESTA, M. R.; BASTEN, S. (2013). Fertility Intentions and the Great Recession in Europe: The Role of Reproductive Uncertainty. Population Association of America Meeting, New Orleans, April 11-13, **Proceedings**, 50p.

TESTA, M. R.; BASTEN, S. (2014). Certainty of meeting fertility intentions declines in Europe during the 'Great Recession'. **Demographic Research**, vol. 31, article 23, pp. 687-734.

THERBORN, G. (2007). Capítulo I: Familias en el mundo. Historia y futuro en el umbral del siglo XXI. In: Arriagada, I. (coordinadora). **Familias y políticas públicas en América Latina – Una historia de desencuentros**. CEPAL/Naciones Unidas, Santiago de Chile, pp. 31-60.

THOMPSON, W. S. (1929). Population. **American Journal of Sociology**, vol. 34, n. 6, pp. 959-975.

TOULEMON, L. (1988). Historical overview of fertility and age. **Maturitas**, Suppl. 1, pp.5-14.

TOULEMON, L.; PAILHE, A.; ROSSIER, C. (2008). France: High and stable fertility. **Demographic Research**, vol. 19, article 16, pp. 503-556.

TRANTER, N. L. (1985). Population and Society 1750-1940: contrasts in population growth. London: Longman, 230p. (**Themes in British social history**).

TSUI, A. O. (1985). Chapter 6: The Rise of Modern Contraception. In: Cleland, J.; Hobcraft, J. **Reproductive change in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, pp. 115-138.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION (UN DESA) (1976). Fertility and Family Planning in Europe around 1970: A comparative study of twelve national surveys. **Population Studies**, n. 58. New York. 180p.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION (UN DESA) (2002). Fertility Levels and Trends in Countries with Intermediate Levels of Fertility. In: Completing the Fertility Transition. **Report of the Expert Group Meeting on Completing the Fertility Transition**. ESA/P/WP.172/Rev. 1. New York: United Nations. pp. 139-163. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedFFPSPOPDIVpaper.PDF>. Acesso em 02-10-2013.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION (UN DESA) (2014). World Fertility Report 2013: Fertility at the Extremes (**United Nations publication**). Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/fertility/worldFertilityReport2013.pdf>. Acesso dia 03-03-2016.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION (UN DESA) (2015a). **World Population Prospects: The 2015 Revision**, DVD Edition. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wpp/>. Acesso em: 12-10-2015.

- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP) (2015b). Statistical Annex. Human Development Report 2015: Work for Human Development. pp. 203-271. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015\\_human\\_development\\_report.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf). Acesso em: 13-02-2016.
- VAN BAVEL, J. (2004). Deliberate Birth Spacing before the Fertility Transition in Europe: Evidence from Nineteenth-Century Belgium. **Population Studies**, vol. 58, n. 1, pp. 95-107.
- VAN DE KAA, D. (2001). Postmodern Fertility Preferences: From Value Orientation to New Behavior. **Population and Development Review**, Vol. 27 (supp): pp. 290-331.
- VAN DE KAA, D. J. (1987). Europe's Second Demographic Transition. **Population Bulletin**, Vol. 42, No. 1, Washington, The Population Reference Bureau, pp. 1-59.
- VAN DE KAA, D. J. (2002). The Idea of a Second Demographic Transition in Industrialized Countries. Paper presented at the Sixth Welfare Policy **Seminar of the National Institute of Population and Social Security**, Tokyo, Japan. 34 p. Disponível em: [http://www.ipss.go.jp/webjournal/files/population/2003\\_4/kaa.pdf](http://www.ipss.go.jp/webjournal/files/population/2003_4/kaa.pdf). Acesso em 02-11-2012.
- VAN DE WALLE, E. (1972). Marriage and marital fertility. In.: GLASS, D. V.; REVELLE, R. **Population and social change**. London: Edward Arnold. p. 137-151.
- VAN DE WALLE, E.; KNODEL, J. (1967). Demographic transition and fertility decline: The European case. In: **Contributed Papers Sydney Conference**, International Union for the Scientific Study of Population. Canberra, Australia: Australian National University Press, pp. 47-55.
- VIGNOLI, J. R. (2004a). Cohabitação en América Latina: modernidad, exclusión o diversidad? **Papeles de Población**, Vol. 10, No. 40, pp. 97-145. Universidad Autónoma del Estado de México, México.
- VIGNOLI, J. R. (2004b). La fecundidad alta en América Latina y el Caribe: un riesgo en transición. In: CEPAL/CELADE. La Fecundidad en América Latina: Transición o Revolución?, Santiago de Chile, 9 al 11 de junio de 2003. Santiago de Chile: Naciones Unidas. (**Seminarios y conferencias; n.36**). pp. 93- 139.
- VIGNOLI, J. R. (2005). Adolescent reproduction: the case of Chile and its policy implications. In: **CEPAL Review**, No. 86. LC/G. 2282-P. Santiago de Chile. United Nations publication. pp. 117-140.
- VIGNOLI, J. R. (2011). High Adolescent Fertility in the Context of Declining Fertility in Latin America. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **United Nations Expert Group Meeting on Adolescents, Youth and Development**. UN/POP/EGM-AYD/2011/01. New York: United Nations. 19 p. Disponível em: [http://www.un.org/esa/population/meetings/egm-adolescents/p01\\_rodriguez.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/egm-adolescents/p01_rodriguez.pdf). Acesso em 25-10-2013.
- VIGNOLI, J. R. (2014). Cap 2: Fecundidad adolescente en América Latina: una actualización. In: CAVENAGHI, S.; CABELLA, W. (org.). **Comportamiento reproductivo y fecundidad en América Latina: una agenda inconclusa**. Serie de Investigaciones, n. 3, 1ª edición, Rio de Janeiro, p. 33-66.
- VIGNOLI, J. R.; CAVENAGHI, S. (2014). Adolescent and youth fertility and social inequality in Latin America and the Caribbean: what role has education played? **Genus**, vol. 70, n. 1, pp. 1-25.
- VIGNOLI, J. R.; HOPENHAYN, M. (2007). Teenage motherhood in Latin America and the Caribbean: Trends, problems and challenges. **Challenges**, n. 4. United Nations, January. Analysis and Research. Disponível em: [http://www.unicef.org/lac/desafios\\_Nro4\\_eng\\_Final\(1\).pdf](http://www.unicef.org/lac/desafios_Nro4_eng_Final(1).pdf). p. 4-9. Acesso dia 10-02-2016.

WATKINS, S. C. (1986). Chapter 11: Conclusions. In.: COALE, A. J.; WATKINS, S. C. **The Decline of Fertility in Europe: The Revised Proceedings of a Conference on the Princeton European Fertility Project** Princeton: Princeton University, pp. 420-449.

WATKINS, S. C. (1987). The Fertility Transition: Europe and the Third World Compared. **Sociological Forum**, vol. 2, n. 4, Special Issue: Demography as an Interdiscipline, pp. 645-673.

WEINBERGER, M. B. (1996). Chapter 8: Changes in the Mix of Contraceptive Methods during Fertility Decline: Latin America and the Caribbean. In: Guzmán, J. M.; Singh, S.; Rodríguez, G.; Pantelides, E. A. (eds.). **The Fertility Transition in Latin America**. Oxford, UK : Clarendon Press, pp. 151-178.

WILLEKENS, F. (2014). Demographic transitions in Europe and the world. Max Planck Institute for Demographic Research, **MPIDR WORKING PAPER**, WP 2014-004, 32p.

WONG, L. L. R. (2009). Evidences of further fertility decline in Latin America – Reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. In: International Population Conference, Marrakech. **Anais...** Marrakech, IUSSP. pp. 1-33.

WONG, L. L. R.; BONIFÁCIO, G. M. O. (2009). Retomada da queda da fecundidade na América Latina. Evidências para a primeira década do século XXI. **Revista Latinoamericana de Población**, año 3, n. 4-5, pp. 93-121.

WONG, L. R.; BONIFÁCIO, G. M. (2008). Evidências da diminuição do tamanho das coortes brasileiras: fecundidade abaixo do nível de reposição nas principais regiões metropolitanas - 2004 a 2006. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP. pp.1-18.

WRIGLEY, E. A. (1985). The Fall of Marital Fertility in Nineteenth Century France: Exemplar or Exception? (Part I). **European Journal of Population**, Vol. 1, No. 1, pp. 31-60.

ZAVALA DE COSÍO, M. E. (1992). La Transición Demográfica en América Latina y en Europa. **Notas de Población**, vol. 20, n. 56, p. 11-32.

ZAVALA DE COSÍO, M. E. (1996). Chapter 5: The Demographic Transition in Latin America and Europe. In: Guzmán, J. M.; Singh, S.; Rodríguez, G.; Pantelides, E. A. (eds.). **The Fertility Transition in Latin America**. Oxford, UK : Clarendon Press, pp. 95-111.

ZAVALA DE COSÍO, M. E. (1993). La transición demográfica en América Latina. **Papers de demografia**, n. 82, 21p.

**ANEXOS:**

## ANEXO I: Lista dos países selecionados

**Tabela A1: Lista dos países selecionados, com data e nome das fontes de dados. América Latina e Caribe.**

País	Ano	Survey (nome e sigla)
1. Brasil	1986	Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar - PNSMIPF
	1996	Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde - PNDS
	2006	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS
2. Colômbia	1986	Demografía y Salud de Colombia - ENP
	1995	Encuesta Nacional de Demografía y Salud - ENDS
	2010	Encuesta Nacional de Demografía y Salud - ENDS
3. Costa Rica	1986	Encuesta Nacional de Fecundidad y Salud
	1999	Encuesta Nacional de Salud Reproductiva - ESR
	2010	Encuesta Nacional de Salud Sexual y Reproductiva - ENSSR
4. El Salvador	1985	Encuesta Nacional de Salud Familiar - FESAL
	1998	Encuesta Nacional de Salud Familiar - FESAL
	2008	Encuesta Nacional de Salud Familiar - FESAL
5. Nicarágua	1992-93	Encuesta sobre Salud Familiar Nicaragua - ENSAFA
	2001	Encuesta Nicaragüense de Demografía e Salud - ENDESA
	2011	Encuesta Nicaragüense de Demografía e Salud - ENDESA
6. Paraguai	1990	Encuesta Nacional de Demografía e Salud - ENDS
	1998	Encuesta Nacional de Salud Materno Infantil - ENSMI
	2008	Encuesta Nacional de Demografía y Salud Sexual y Reproductiva - ENDSSR
7. Peru	1986	Encuesta Demográfica y de Salud Familiar - ENDES
	1996	Encuesta Demográfica y de Salud Familiar - ENDES
	2012	Encuesta Demográfica y de Salud Familiar - ENDES
8. República Dominicana	1986	Encuesta Demográfica y de Salud
	1996	Encuesta Demográfica y de Salud - ENDESA
	2013	Encuesta Demográfica y de Salud - ENDESA

Fonte: [www.measuredhs.com](http://www.measuredhs.com); [www.ccpucr.ucr.ac.cr/censos](http://www.ccpucr.ucr.ac.cr/censos); [www.ghdx.healthdata.org](http://www.ghdx.healthdata.org) (acesso em 06-03-2016)

## ANEXO II: Cálculo do Índice de Riqueza<sup>55</sup>

O Índice de Riqueza é uma medida importante para estabelecer diferenças no comportamento dos indicadores analisados, principalmente por ser bastante discutida, na literatura revisada, a configuração desigual do padrão de fecundidade, por situação socioeconômica, na América Latina. Desse modo, a fim de comparar os países, fez-se indispensável padronizar a maneira como o índice de riqueza é obtido nas diferentes fontes de dados, aplicando-se a mesma metodologia para todos os países e períodos. Dado que a maioria das bases de dados utilizadas é do tipo DHS, e nelas o índice de riqueza foi calculado seguindo um mesmo roteiro, decidiu-se por manter esse procedimento para as bases que não possuíam essa medida já disponibilizada.

As pesquisas do tipo DHS, e seu índice de riqueza, são utilizadas, em grande medida, para avaliar os resultados de saúde por status socioeconômico, e, assim, criar indicadores de saúde e pobreza utilizados, inclusive, por outras instituições, como o Banco Mundial (Rutstein e Johnson, 2004). Segundo Caetano e Dias (2012), no entanto, essas pesquisas não foram concebidas para coletar informações precisas sobre renda do domicílio e nem sobre consumo domiciliar e individual. Rutstein e Johnson (2004) enumeram as variadas razões para essa omissão, entre as quais citam-se: no caso da renda domiciliar, muitas pessoas não sabem precisar qual é o seu rendimento, ou só o sabem dentro de intervalos amplos; os membros do domicílio têm rendas diferentes as quais não são compartilhadas, na sua integralidade, entre todos; e há a dificuldade de valorar a produção doméstica e a produção de bens e produtos não remunerados. No caso de gastos de consumo, os autores mostram que os membros do domicílio têm diferentes gastos com consumo, enquanto que a informação sobre o consumo domiciliar é obtida de apenas um membro adulto, podendo levar à omissão da informação fornecida; alguns gastos são sazonais, levando ao problema da periodicidade do gasto e, por fim, tem-se o problema da inclusão de itens no conceito de gasto domiciliar (p. 03). Ademais, tem-se o problema da volatilidade, comum aos dois casos, já que a renda é instável nos países menos desenvolvidos, variando conforme o contexto socioeconômico e a situação dos membros do domicílio em cada época (Rutstein e Johnson, 2004).

Diante dessas dificuldades, o índice de riqueza domiciliar, empregado pelas DHS, apresenta-se como uma medida de posição econômica mais confiável, haja vista representar um status mais permanente do que a renda e o consumo, e ser mais facilmente medido, requisitando menos variáveis do que os outros indicadores (Rutstein e Johnson, 2004, p.04).

---

<sup>55</sup> Do inglês Wealth Index.

A construção do índice de riqueza domiciliar, pela metodologia das DHS, envolve a aplicação do recurso estatístico denominado Análise de Componentes Principais (ACP), de acordo com recomendação de Filmer e Pritchett, que consiste em uma técnica para extrair, de um conjunto de variáveis, aquelas poucas combinações lineares ortogonais das variáveis que capturam a informação comum com maior sucesso (Filmer e Pritchett, 2001, p. 116). Essa técnica padroniza as variáveis empregadas para o indicador, estimando os *scores*  $z$ , que permitem o cálculo dos fatores de carregamento. Esses fatores são multiplicados pelos valores do indicador, para cada domicílio, e somados, em seguida, de maneira a produzir o valor do índice de riqueza (Rutstein e Johnson, 2004). Nesse processo, somente o primeiro, dos fatores produzidos, é usado para representar o índice de riqueza, até porque o primeiro componente principal, do conjunto de variáveis utilizadas, é o índice linear, de todas as variáveis, que captura a maior quantidade de informação que é comum a todas elas (Rutstein e Johnson, 2004, p. 116)<sup>56</sup>. Nesse trabalho, foi empregado o procedimento de análise de fator, recorrendo ao software SPSS, versão 20, para obter os pesos dos indicadores, tal como supracitado, seguindo a metodologia das DHS.

Conforme Barros e Victora (2005), a aplicação do método ACP não exige que as variáveis usadas sejam de algum tipo particular ou tenham alguma distribuição específica; seu principal objetivo, que é sintetizar a variância de um conjunto de variáveis, pode ser atingido com qualquer tipo de dado (p. 525). No entanto, para diminuir o problema de variáveis com grandes variâncias, que poderia prejudicar os resultados gerados, e determinar os pesos e aplicá-los para formar o índice, é necessário padronizar as variáveis utilizadas em variáveis dicotômicas, antes de inseri-las no modelo.

As variáveis empregadas, para construir o índice, são aquelas que dizem respeito às características do domicílio, aos serviços de utilidade e aos bens domésticos, presentes nas pesquisas DHS e RHS estudadas, como se seguem:

- Material predominante do piso;
- Material predominante no telhado;
- Material predominante da parede;
- Tipo de combustível usado para cozinhar;
- Fonte principal de abastecimento de água;
- Fonte principal da água para beber;
- Tipo de serviço sanitário;

---

<sup>56</sup> Para uma descrição pormenorizada da técnica de Análise das Componentes Principais, ver Filmer e Pritchett (2001).

- Se domicílio divide banheiro/sanitário com outros domicílios;
- Condição do domicílio (tipo de habitação);
- Forma de eliminação do lixo;
- Presença de empregado doméstico;
- Posse de terra agricultável;
- Posse de habitação própria;
- Disponibilidade de energia elétrica;
- Presença de geladeira (refrigerador), rádio, aparelho de TV, máquina de lavar, aparelho de DVD/CD player/teatro, microondas, ar condicionado, computador, internet, equipamento de som, jogos de vídeo, ventilador, TV à cabo, celular, telefone, aspirador de pó, freezer;
- Presença de bicicleta, motocicleta e automóvel;
- Número de membros por quarto de dormir.

Nem todas essas variáveis estavam presentes em todas as fontes de dados usadas para calcular o índice, sendo a presença/ausência justificada pelo próprio contexto de cada país. Mas foram incluídas aquelas disponíveis em todas as pesquisas, após o processo de dicotomização de cada categoria de resposta de todas elas, com exceção da última variável – número de membros por quarto de dormir – que se manteve como uma variável discreta.

Desse modo, seguindo recomendação de Rutstein e Johnson (2004), foi incluído, em cada modelo gerado, o número máximo de variáveis “dummies” possíveis, pois isso possibilita uma melhor distribuição dos domicílios, com poucos domicílios concentrados em certos “scores” (p. 08)<sup>57</sup>.

O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi empregado para avaliar a adequação do emprego do modelo ACP, considerando o conjunto de todas as variáveis. O KMO é considerado adequado quando for superior a 0,5. Em nenhum caso esse valor foi alcançado tomando todas as variáveis. Daí que foi necessário excluir variáveis do modelo. A decisão de qual – ou quais – variável a ser excluída, foi tomada a partir da análise, na matriz de anti-imagem, gerada pelo modelo, dos valores da diagonal principal da correlação da anti-imagem, que correspondem às medidas de adequação da amostra (MAS)<sup>58</sup>. Essas medidas indicam quais variáveis são fortes candidatas a serem removidas do modelo,

---

<sup>57</sup> Para atender a esse objetivo de ter um número elevado de variáveis no modelo ACP, foi incluído a variável “ocupação do chefe do domicílio” para calcular o índice de riqueza para a Costa Rica, em 1986. Foi o único caso para o qual foi incluída essa variável, e se justifica pela ausência de um número significativo, das variáveis listadas, nesta base. Na base da Costa Rica, de 1999, o número de variáveis incluídas no modelo é ainda menor, mas, nesse caso, não havia outras variáveis que poderiam ser incluídas em substituição àquelas ausentes. Daí que, para esse ano específico, o índice foi gerado com um número muito pequeno de variáveis.

<sup>58</sup> Do inglês “Measures of Sampling Adequacy”.



quando possuírem valores menores que 0,7 (Beaumont, 2012). Nesse trabalho, considerou-se excluir aquelas variáveis com valores MAS menores que 0,5. Em cada modelo gerado, foram excluídas variáveis que possuíam os menores valores, sendo uma de cada vez. A cada exclusão, novo modelo era gerado e novo teste KMO era empregado. Esse processo, de geração de modelo com as variáveis adequadas, só terminou quando o teste KMO resultou igual ou maior que 0,6, que foi considerado como ideal para revelar a adequação do modelo, dado o rigor que se estabeleceu para realizar as análises. Desse modo, o modelo final usado para obter o índice de riqueza continha um número menor de variáveis do que havia originalmente nas bases, porém, com o maior número possível, dada a adequação do modelo. O modelo final, de cada um dos países e anos para os quais foi calculado o índice, encontra-se no Quadro AII desse anexo.

Após esse procedimento, seguiu-se com a obtenção dos pesos dos indicadores e do valor do índice, por meio do primeiro fator gerado. Esse fator, além de ser o de maior variância, deve possuir a maior variância possível, sendo tanto melhor quanto mais próximo de 100%. Em nenhum modelo a variância do primeiro fator foi elevada, ficando em torno de 30%, com alguns casos até mesmo abaixo, mas acima de 20%. No entanto, decidiu-se manter com os modelos obtidos, já que, para aumentar a variância seria necessário excluir mais variáveis, o que acabaria por não atender ao requisito de ter um número elevado delas no modelo<sup>59</sup>.

Finalmente, para análise tabular, o índice de riqueza encontrado foi segmentado em quintis. Esses quintis são baseados na distribuição da população do domicílio, ao invés da distribuição dos próprios domicílios. Isso ocorre porque a maior parte das análises, usando índice de riqueza, está mais voltada para as pessoas pobres do que para os domicílios pobres (Rutstein e Johnson, 2004). Desse modo, a população desses domicílios foi dividida em quintis, sendo que cada quintil representa a distribuição acumulada ao redor de 20% da população, com cada membro recebendo o “score” do índice de riqueza correspondente ao domicílio onde vive. É claro que nem todos os casos a distribuição acumulada será uniforme, já que a própria composição populacional dos países analisados não é uniforme.

---

<sup>59</sup> E há trabalhos publicados cujo modelo ACP resultou em variância abaixo, ou pouco acima de 30%, para o primeiro fator e que, mesmo assim, foi validado. É o caso de Guimarães et al. (2014) e Barros e Victora (2005).

**Quadro AII: Relação das variáveis incluídas no modelo ACP final de cada país e ano para o qual o índice de riqueza foi calculado, e suas definições, bem como o valor do teste KMO final e da variância resultante para o primeiro fator do modelo final. América Latina e Caribe.**

**a) Brasil, 1986:**

<b>Variável</b>	<b>Definição</b>
DOMESTIC	Presença de empregado doméstico no domicílio
LAND	Posse de terra agrícola
h2oenca_coz	Água para beber-Água Encanada (cozinha)
h2oenca_quin	Água para beber-Água Encanada (quintal)
h2opoco	Água para beber-Poço
flushrede	Forma de escoad. sanitário-Rede de esgoto
flushrudim	Forma de escoad. sanitário-Fossa rudimentar
flushqualquer	Forma de escoad. sanitário-Qualquer lugar
Dom_Tele	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_Car	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Radio	Presença de Rádio no Domicílio
Dom_Banho	Presença de Banheiro no Domicílio
Dom_Aspirador	Presença de Aspirador de Pó no Domicílio
Dom_Maquina	Presença de Máquina de Lavar no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,748</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 28,3</b>

Fonte: PNSMIPF, 1986

## b) Brasil, 2006:

Variável	Definição
memsleep	Número de membros por quarto de dormir
DOMESTIC	Presença de empregado doméstico no domicílio
h2oreg	Água para beber-Rede Geral
h2opnasc	Água para beber-Poço/Nascente
h2oengaf	Água para beber-Engarrafada
roofconc	Material de telhado-Laje de concreto
rooftelha	Material de telhado-Telha
wallalven	Material das paredes-Alvenaria
wallmadpd	Material das paredes-Madeira aparelhada
flooassmad	Material dos pisos-Assoalho de madeira
flocimen	Material dos pisos-Cimento
floceram	Material dos pisos-Azulejo de cerâmica
flushesgot	Forma de escoad. sanitário-Rede de esgoto
flushfossa	Forma de escoad. sanitário-Fossa séptica não ligada
flushrudi	Forma de escoad. sanitário-Fossa rudimentar
banhshare	Domicílio divide banheiro/sanitário com outros domicílios
Dom_Tele	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_Auto	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Free	Presença de Freezer no Domicílio
Dom_Comp	Presença de computador no Domicílio
Dom_Internet	Presença de internet no Domicílio
Dom_Aspi	Presença de Aspiradores de pó no Domicílio
Dom_Maqui	Presença de Máquinas de lavar no Domicílio
Dom_Vide	Presença de Vídeo Cassete/DVDs no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,677</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 21,6</b>

Fonte: PNDS, 2006.

## c) Colômbia, 1986:

<b>Variável</b>	<b>Definição</b>
HOUSE	Se é proprietário de uma habitação
LAND	Posse de terra agrícola
h2oredpub	Água para beber-Rede Pública
h2oaquver	Água para beber-Aqueduto veredal
h2otub	Água para beber-Outra fonte, tuberia
h2orio	Água para beber-Rio, acequia, manancial
wallbahar	Material das paredes-Bahareque
walladr	Material das paredes-Ladrillo o bloque
footerra	Material dos pisos-Terra
flocimen	Material dos pisos-Cimento ou baldosin
floomad	Material dos pisos-Madeira
flushalcan	Forma de escoad. sanitário-Indoro/Alcantarillad
flushpozo	Forma de escoad. sanitário-Indoro/Pozo septico
flushnofac	Forma de escoad. sanitário-Não tem
Dom_ Tele	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_ Car	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Refrig	Presença de Refrigerador no Domicílio
Dom_Bicle	Presença de Bicicleta no Domicílio
Dom_Motorc	Presença de Motocicleta no Domicílio
Dom_Radio	Presença de Radio no Domicílio
Dom_Elet	Presença de Eletricidade no Domicílio
Dom_Telefone	Presença de Telefone no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,737</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 26,4</b>

Fonte: ENP, 1986

## d) Costa Rica, 1986:

Variável	Definição
ocupassalar	Ocupação do chefe dom.-Assalariado
ocuppropria	Ocupação do chefe dom.-Conta própria
ocupat10	Ocupação do chefe dom.-Patrão com até 10 empregados
flushletrina	Forma de escoad. sanitário-Letrina o hueco
flushseptico	Forma de escoad. sanitário-Cloaca ou tanque septico
lixorecolec	Forma de eliminação do lixo-Hay recoleccion
lixoquem	Forma de eliminação do lixo-Quemada, enterrada
lixolejos	Forma de eliminação do lixo-Botan lejos
Dom_TV	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_Veiculo	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Refrig	Presença de Refrigerador no Domicílio
Dom_Telefone	Presença de Telefone no Domicílio
Dom_Cepillo	Presença de Cepillo Eléctrico no Domicílio
Dom_Tanque	Presença de Tanque de agua caliente no Domicílio
Dom_Lavadora	Presença de Lavadora de roupas no Domicílio
Dom_Banho	Presença de Calentador de baño no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,759</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 32,2</b>

Fonte: Encuesta Nacional de Fecundidad y Salud, 1986

## e) Costa Rica, 1999:

Variável	Definição
DOMESTIC	Presença de empregado doméstico no domicílio
flushletrina	Forma de escoad. sanitário-Letrina o hueco
flushseptico	Forma de escoad. sanitário-Cloaca ou tanque septico
Dom_Veiculo	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Bicicleta	Presença de Bicicleta no Domicílio
Dom_Telefone	Presença de Telefone no Domicílio
Dom_Cable	Presença de TV a cabo no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,590</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 33,1</b>

Fonte: ESR, 1999

## f) El Salvador, 1985:

Variável	Definição
LAND	Posse de terra agrícola
h2ocan_priv	Água para beber-Cañeria privada
h2ocan_colet	Água para beber-Cañeria coletiva
h2orio	Água para beber-Rio, estanque
h2ootr	Água para beber-Outro
floodad_cimen	Material dos pisos-Ladrilho de cimento
flooterra	Material dos pisos-Terra
combteletr	Combustível para cozinhar-Eletricidade
combtgas	Combustível para cozinhar-Gás propano
combtlenha	Combustível para cozinhar-Lenha
housindepende	Tipo de casa-Casa independente
housapartm	Tipo de casa-Apartamento
houspieza	Tipo de casa-Pieza de mesón
housrancho	Tipo de casa-Rancho o choza
Dom_Tele	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_Car	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Refrig	Presença de Refrigerador no Domicílio
Dom_Radio	Presença de Radio no Domicílio
Dom_Eletric	Presença de Eletricidade no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,705</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 30,6</b>

Fonte: FESAL, 1985

## g) El Salvador, 1998:

Variável	Definição
memsleep	Número de membros por quarto de dormir
DOMESTIC	Presença de empregado doméstico no domicílio
h2ocho_part	Água para beber-Chorro particular
h2orio	Água para beber-Rio, lago o manancial
h2opozo_priv	Água para beber-Pozo privado
roofbarro	Material de telhado-Telha de barro/Cimento
roofasbest	Material de telhado-Lámina de asbesto (Duralita)
roofmetal	Material de telhado-Lámina metálica
wallconcr	Material das paredes-Concreto (mixto)
walladobe	Material das paredes-Adobe
wallbahaq	Material das paredes-Bahareque
floodad_cimen	Material dos pisos-Ladrillo de cemento
flocem	Material dos pisos-Cemento
flootierra	Material dos pisos-Tierra
flushno	Forma de escoad. sanitário-No tiene
flushletrina	Forma de escoad. sanitário-Letrina
flushinodoro	Forma de escoad. sanitário-Inodoro
cocpropan	Combustível para cozinhar-Gas propano
coclena	Combustível para cozinhar-Leña
houseindep	Tipo de vivienda-Casa independente
housedepart	Tipo de vivienda-Departamento
lixoservmun	Forma de eliminação do lixo-Servicio Municipal
lixoquem	Forma de eliminação do lixo-Queman
lixopatio	Forma de eliminação do lixo-Tiran al patio/solar
Dom_Televis	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_Auto	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Refrig	Presença de Refrigerador no Domicílio
Dom_Eletric	Presença de Eletricidade no Domicílio
Dom_Telefone	Presença de Telefone no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,773</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 31,9</b>

Fonte: FESAL, 1998

## h) Nicarágua, 1992-93:

Variável	Definição
memsleep	Número de membros por quarto de dormir
h2opaja_viv	Água para beber-Água de paja dentro vivienda
h2opaja_pat	Água para beber-Água de paja (patio)
h2opozo_priv	Água para beber-Pozo privado
h2orio	Água para beber-Rio/Vertiente/Acequial/Canal
walladri	Material das paredes-Ladrillo o cemento
walladobe	Material das paredes-Adobe
wallmad	Material das paredes-Tabla (Madeira)
wallmini	Material das paredes-Minifalda
floodad	Material dos pisos-Ladrillo
flooembald	Material dos pisos-Embaldoado
flootierra	Material dos pisos-Tierra
flushno	Forma de escoad. sanitário-No tiene
flushletrina	Forma de escoad. sanitário-Letrina
flushinodoro	Forma de escoad. sanitário-Inodoro
cocpropan	Combustível para cozinhar-Gas propano
coclena	Combustível para cozinhar-Leña
Dom_Televis	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_Auto	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Refrig	Presença de Refrigerador no Domicílio
Dom_Radio	Presença de Radio no Domicílio
Dom_Eletric	Presença de Eletricidade no Domicílio
Dom_Telefone	Presença de Telefone no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,699</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 31,7</b>

Fonte: ENSAFA, 1992-93



## i) Nicarágua, 2011:

Variável	Definição
memsleep	Número de membros por quarto de dormir
h2odentro_viv	Água para beber-Dentro de la vivienda
h2ofora_viv	Água para beber-Fuera de la vivi. dentro del terreno
h2orio	Água para beber-Rio, lago o manantial
h2opozo_priv	Água para beber-Pozo privado
roofzinc	Material de telhado-Zinc
roofteja	Material de telhado-Teja de barro o cemento
wallbloque	Material das paredes-Bloque de cemento/concreto
wallmad	Material das paredes-Madera
walladobe	Material das paredes-Adobe o taquezal
floodad	Material dos pisos-Ladrillo, cemento, mosaico, terraza o ceramica
flootierra	Material dos pisos-Tierra
flushno	Forma de escoad. sanitário-No tiene
flushletrina	Forma de escoad. sanitário-Excusado o letrina
flush tub	Forma de escoad. sanitário-Tubería de aguas negra
flushseptico	Forma de escoad. sanitário-Sumidero o pozo septico
cocpropan	Combustível para cozinhar-Gas butano/gas propano
coclena	Combustível para cozinhar-Leña
houseprop_sin	Condição da vivienda-Propia sin escritura
houseprop_con	Condição da vivienda-Propia con escritura
lixocamion	Forma de eliminação do lixo-Se la lleva el camión de la basura
lixoquem	Forma de eliminação do lixo-Queman
lixopredio	Forma de eliminação do lixo-Tiran a predio baldio/cause/calle/guindo
Dom_Auto	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Refrig	Presença de Refrigerador no Domicílio
Dom_Som	Presença de Equipamento de Som no Domicílio
Dom_Microondas	Presença de Microondas no Domicílio
Dom_Venti	Presença de Ventilador no Domicílio
Dom_Internet	Presença de Internet no Domicílio
Dom_Lavadora	Presença de Lavadora de Roupas no Domicílio
Dom_Ar	Presença de Ar Condicionado no Domicílio
Dom_Computador	Presença de Computador no Domicílio
Dom_DVD	Presença de DVD/CD player/teatro no Domicílio
Dom_Jogos	Presença de Jogos de Video no Domicílio
Dom_Celular	Presença de Celular no Domicílio
Dom_Cabo	Presença de Tv a Cabo/SKY/Direct TV no Domicílio
Dom_Moto	Presença de Motocicleta no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,760</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 24,5</b>

Fonte: ENDESA, 2011

## j) Paraguai, 1998:

Variável	Definição
memsleep	Número de membros por quarto de dormir
DOMESTIC	Presença de empregado doméstico no domicílio
h2otubcasa	Água para beber-TUBERIA EN CASA
h2obom_elect	Água para beber-POZO C/BOMBA ELECTRICA
h2opozo_nobom	Água para beber-POZO S/BOMBA DE MANO
flushmoderno	Forma de escoadouro sanitário-BANO MODERNO
flushciego	Forma de escoadouro sanitário-BANO C/POZO CIEGO
flushcomun	Forma de escoad. sanitário-LETRINA COMUN
cocgas	Combustível para cozinhar-Gas
coclena	Combustível para cozinhar-Leña
coccarbon	Combustível para cozinhar-Carbón
housealqui	Condição da vivienda-Arendada/Alquilada
housegrat	Condição da vivienda-Gratuita o por servicio
houseprop	Condição da vivienda-Propia
Dom_Tel	Presença de Telefone no Domicílio
Dom_Video	Presença de Video no Domicílio
Dom_Heladeria	Presença de Geladeira no Domicílio
Dom_Lavadora	Presença de Lavadora de roupas no Domicílio
Dom_Auto	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Moto	Presença de Motocicleta no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,666</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 31,8</b>

Fonte: ENSMI, 1998

## k) Peru, 1986:

Variável	Definição
LAND	Posse de terra agrícola
h2opub_dentro	Água para beber-Rede pública em vivienda
h2opozo	Água para beber-Pozo
h2orio	Água para beber-Rio, acequia
h2omanan	Água para beber-Manantial (puquio)
walladril	Material das paredes-Ladrillo
walladobe	Material das paredes-Adobe
walloutro	Material das paredes-Outro
flooparquet	Material dos pisos-Parquet o madera pulida
floodseta	Material dos pisos-Loseta
flocimen	Material dos pisos-Cemento
footierra	Material dos pisos-Tierra o arena
flushno	Forma de escoad. sanitário-No facilities
flushinodoro	Forma de escoad. sanitário-Inodoro
Dom_Tele	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_Car	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Refrig	Presença de Refrigerador no Domicílio
Dom_Bicycle	Presença de Bicicleta no Domicílio
Dom_Motorcycle	Presença de Motocicleta no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,722</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 31,6</b>

Fonte: ENDES, 1986

## 1) República Dominicana, 1986:

Variável	Definição
LAND	Posse de terra agrícola
h2opub_dentro	Água para beber-Rede pública em vivienda
h2opub_fora	Água para beber-Rede pública fuera
h2omanan	Água para beber-Manantial, rio...
roofconcr	Material de telhado-Concreto
roofcana	Material de telhado-Cana
roofyagua	Material de telhado-Yagua
roofzinc	Material de telhado-Zinc
wallcimen	Material das paredes-Bloques o cemento
wallmade	Material das paredes-Madera
wallpalma	Material das paredes-Palma
floomosaic	Material dos pisos-Mosaico, granito o marmol
flocimen	Material dos pisos-Cemento
floatierra	Material dos pisos-Tierra
flushinod_ind	Forma de escoad. sanitário-Inodoro individual
flushletind_ccajon	Forma de escoad. sanitário-Letrina individual con cajon
flushletcol_ccajon	Forma de escoad. sanitário-Letrina coletiva con cajon
flushoutro	Forma de escoad. sanitário-Outro
cocpropan	Combustível para cozinhar-Gas propano
coclena	Combustível para cozinhar-Leña
coccarbon	Combustível para cozinhar-Carbón
Dom_Tele	Presença de Televisão no Domicílio
Dom_Car	Presença de Automóvel no Domicílio
Dom_Refrig	Presença de Refrigerador no Domicílio
Dom_Bicycle	Presença de Bicicleta no Domicílio
Dom_Motorcycle	Presença de Motocicleta no Domicílio
<b>Teste KMO = 0,629</b>	<b>% da Variância - 1º Fator: 24,4</b>

Fonte: Encuesta Demográfica y de Salud, 1986

**ANEXO III: Tabelas com resultados gerados para Taxa de Fecundidade Total (TFT) e Taxas Específicas de Fecundidade (TEF), por idade.**

**Tabela A3.1. Taxa de Fecundidade Total (TFT) para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-49 anos.**

<b>1º Período</b>	<b>TFT</b>	<b>N</b>	<b>2º Período</b>	<b>TFT</b>	<b>N</b>	<b>3º Período</b>	<b>TFT</b>	<b>N</b>
Brasil - 1986	3,45	3647	Brasil - 1996	2,54	7323	Brasil - 2006	1,79	8762
Colômbia - 1986	3,21	2940	Colômbia - 1995	2,97	6565	Colômbia - 2010	2,14	28742
Costa Rica - 1986	3,53	2166	Costa Rica - 1999	2,73	781	Costa Rica - 2010	1,95	640
El Salvador - 1985	4,21	3297	El Salvador - 1998	3,51	11142	El Salvador - 2008	2,42	10253
Nicaragua - 1992/93	4,46	10590	Nicaragua - 2001	3,23	8133	Nicaragua - 2011	2,42	13358
Paraguai - 1990	4,71	3485	Paraguai - 1998	4,29	3088	Paraguai - 2008	2,51	5212
Peru - 1986	4,12	2824	Peru - 1996	3,54	16812	Peru - 2012	2,56	13549
Rep. Dominicana - 1986	3,69	4276	Rep. Dominicana - 1996	3,17	5206	Rep. Dominicana - 2013	2,48	5627

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela A3.2. Distribuição da TEF, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

<b>País</b>	<b>15-19</b>	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>N</b>
Brasil - 1986	0,074	0,186	0,170	0,128	0,080	0,036	3647
Colômbia - 1986	0,073	0,177	0,160	0,118	0,077	0,028	2940
Costa Rica - 1986	0,090	0,189	0,175	0,125	0,088	0,032	2166
El Salvador - 1985	0,134	0,240	0,198	0,134	0,092	0,041	3297
Nicaragua - 1992/93	0,157	0,250	0,209	0,134	0,093	0,039	10590
Paraguai - 1990	0,097	0,209	0,214	0,196	0,142	0,071	3485
Peru - 1986	0,079	0,184	0,199	0,161	0,122	0,064	2824
Rep. Dominicana - 1986	0,102	0,202	0,195	0,127	0,071	0,032	4276

**b) Segundo Período:**

<b>País</b>	<b>15-19</b>	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>N</b>
Brasil - 1996	0,086	0,152	0,123	0,081	0,046	0,016	7323
Colômbia - 1995	0,089	0,173	0,148	0,101	0,056	0,024	6565
Costa Rica - 1999*	0,079	0,151	0,124	0,087	0,052	0,032	781
El Salvador - 1998	0,118	0,209	0,160	0,113	0,068	0,029	11142
Nicaragua - 2001	0,119	0,178	0,145	0,108	0,064	0,026	8133
Paraguai - 1998	0,086	0,217	0,211	0,167	0,127	0,039	3088
Peru - 1996	0,075	0,179	0,162	0,140	0,099	0,044	16812
Rep. Dominicana - 1996	0,112	0,199	0,157	0,111	0,039	0,014	5206

\* Primeiro grupo etário 18-19

**c) Terceiro Período:**

<b>País</b>	<b>15-19</b>	<b>20-24</b>	<b>25-29</b>	<b>30-34</b>	<b>35-39</b>	<b>40-44</b>	<b>N</b>
Brasil - 2006	0,079	0,108	0,083	0,050	0,032	0,008	8762
Colômbia - 2010	0,083	0,122	0,100	0,070	0,038	0,012	28742
Costa Rica - 2010	0,069	0,117	0,100	0,057	0,030	0,016	640
El Salvador - 2008	0,089	0,135	0,112	0,081	0,049	0,016	10253
Nicaragua - 2011	0,092	0,124	0,124	0,089	0,041	0,013	13358
Paraguai - 2008	0,062	0,116	0,131	0,097	0,049	0,029	5212
Peru - 2012	0,064	0,121	0,125	0,105	0,068	0,027	13549
Rep. Dominicana - 2013	0,090	0,151	0,122	0,080	0,040	0,011	5627

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela A3.3. Taxa de Fecundidade Total (TFT), para mulheres de 15-49 anos, e distribuição da TEF, por grupo etário, para mulheres de 15-44 anos. Países selecionados, nos três períodos de análise, segundo as categorias de escolaridade. América Latina e Caribe.**

**a) Primeiro Período:**

País	Taxa de Fecundidade	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	Específica	0,169	0,294	0,243	0,169	0,125	0,056	0,075	0,192	0,140	0,112	0,047	0,022	0,032	0,122	0,141	0,090	0,038	0,008
	<b>Total</b>	<b>5,41</b> N = 1428						<b>3,00</b> N = 1303						<b>2,16</b> N = 917					
Colômbia 1986	Específica	0,130	0,252	0,226	0,143	0,080	0,037	0,094	0,230	0,152	0,109	0,087	0,019	0,027	0,100	0,118	0,090	0,051	0,009
	<b>Total</b>	<b>4,39</b> N = 1104						<b>3,48</b> N = 1152						<b>1,97</b> N = 678					
Costa Rica 1986	Específica	0,168	0,301	0,227	0,160	0,114	0,038	0,116	0,219	0,181	0,126	0,071	0,026	0,039	0,123	0,147	0,097	0,071	0,024
	<b>Total</b>	<b>5,07</b> N = 595						<b>3,74</b> N = 925						<b>2,50</b> N = 641					
El Salvador 1985	Específica	0,235	0,289	0,241	0,179	0,124	0,047	0,156	0,255	0,165	0,104	0,068	0,036	0,070	0,178	0,184	0,093	0,027	0,021
	<b>Total</b>	<b>5,60</b> N = 1391						<b>3,94</b> N = 1170						<b>2,87</b> N = 731					
Nicaragua 1992/93	Específica	0,247	0,331	0,263	0,190	0,139	0,055	0,172	0,265	0,205	0,097	0,056	0,025	0,075	0,184	0,163	0,104	0,050	0,010
	<b>Total</b>	<b>6,19</b> N = 4025						<b>4,11</b> N = 3578						<b>2,93</b> N = 2984					
Paraguai 1990	Específica	0,171	0,298	0,259	0,257	0,187	0,085	0,112	0,211	0,214	0,170	0,109	0,055	0,032	0,146	0,173	0,146	0,096	0,047
	<b>Total</b>	<b>6,38</b> N = 1442						<b>4,38</b> N = 1110						<b>3,20</b> N = 925					
Peru 1986	Específica	0,148	0,282	0,256	0,225	0,161	0,084	0,104	0,218	0,237	0,131	0,092	0,028	0,031	0,117	0,127	0,119	0,068	0,037
	<b>Total</b>	<b>5,88</b> N = 1154						<b>4,09</b> N = 879						<b>2,49</b> N = 791					
Rep. Dominicana 1986	Específica	0,222	0,278	0,226	0,129	0,086	0,036	0,108	0,256	0,197	0,105	0,051	0,037	0,040	0,133	0,169	0,145	0,054	0,005
	<b>Total</b>	<b>4,93</b> N = 1851						<b>3,84</b> N = 1355						<b>2,73</b> N = 1073					

**b) Segundo Período:**

País	Taxa de Fecundidade	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	Específica	0,153	0,210	0,160	0,085	0,061	0,019	0,097	0,173	0,105	0,067	0,030	0,010	0,023	0,083	0,099	0,087	0,038	0,013
	<b>Total</b>	<b>3,47</b> N = 3217						<b>2,41</b> N = 2337						<b>1,72</b> N = 1767					
Colômbia 1995	Específica	0,167	0,244	0,161	0,105	0,067	0,033	0,082	0,193	0,141	0,106	0,051	0,006	0,034	0,103	0,142	0,094	0,039	0,013
	<b>Total</b>	<b>3,91</b> N = 3649						<b>2,89</b> N = 1915						<b>2,12</b> N = 1882					
Costa Rica 1999*	Específica	0,101	0,173	0,162	0,082	0,045	0,043	0,083	0,178	0,113	0,077	0,092	0	0,049	0,116	0,072	0,099	0,041	0,031
	<b>Total</b>	<b>3,22</b> N = 401						<b>2,71</b> N = 155						<b>2,16</b> N = 222					
El Salvador 1998	Específica	0,189	0,280	0,202	0,140	0,084	0,040	0,152	0,229	0,139	0,092	0,069	0,022	0,056	0,148	0,137	0,103	0,044	0,013
	<b>Total</b>	<b>4,72</b> N = 4253						<b>3,51</b> N = 3543						<b>2,53</b> N = 3352					
Nicaragua 2001	Específica	0,192	0,240	0,184	0,135	0,094	0,037	0,133	0,195	0,115	0,090	0,041	0,021	0,057	0,121	0,127	0,090	0,037	0,006
	<b>Total</b>	<b>4,45</b> N = 3387						<b>3,00</b> N = 2465						<b>2,19</b> N = 2282					
Paraguai 1998	Específica	0,189	0,306	0,235	0,203	0,195	0,039	0,114	0,238	0,272	0,177	0,103	0,044	0,029	0,138	0,125	0,117	0,057	0,034
	<b>Total</b>	<b>5,88</b> N = 1163						<b>4,83</b> N = 1083						<b>2,60</b> N = 841					
Peru 1996	Específica	0,161	0,291	0,224	0,172	0,132	0,061	0,066	0,201	0,154	0,127	0,061	0,023	0,037	0,120	0,122	0,116	0,071	0,022
	<b>Total</b>	<b>5,26</b> N = 7468						<b>3,16</b> N = 2959						<b>2,44</b> N = 6390					
Rep. Dominicana 1996	Específica	0,229	0,294	0,159	0,113	0,047	0,022	0,109	0,223	0,165	0,090	0,036	0,007	0,030	0,120	0,150	0,124	0,032	0,004
	<b>Total</b>	<b>4,32</b> N = 1916						<b>3,15</b> N = 1866						<b>2,30</b> N = 1423					

\* Primeiro grupo etário 18-19

## c) Terceiro Período:

País	Taxa de Fecundidade	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	Específica	0,163	0,173	0,083	0,054	0,036	0,008	0,081	0,129	0,090	0,035	0,026	0,003	0,032	0,068	0,079	0,056	0,032	0,010
	<b>Total</b>	<b>2,60</b> N = 3342						<b>1,82</b> N = 2493						<b>1,38</b> N = 2847					
Colômbia 2010	Específica	0,186	0,182	0,118	0,074	0,039	0,015	0,076	0,143	0,099	0,068	0,036	0,009	0,026	0,058	0,085	0,069	0,036	0,012
	<b>Total</b>	<b>3,08</b> N = 14165						<b>2,17</b> N = 13738						<b>1,44</b> N = 6454					
Costa Rica 2010	Específica	0,187	0,140	0,095	0,067	0,027	0,010	0,037	0,181	0,060	0,036	0,022	0,040	0,043	0,077	0,123	0,053	0,037	0,013
	<b>Total</b>	<b>2,63</b> N = 334529						<b>1,89</b> N = 163160						<b>1,72</b> N = 239761					
El Salvador 2008	Específica	0,156	0,169	0,127	0,092	0,058	0,019	0,109	0,159	0,114	0,066	0,038	0,018	0,042	0,099	0,099	0,080	0,043	0,006
	<b>Total</b>	<b>3,12</b> N = 4008						<b>2,52</b> N = 3404						<b>1,85</b> N = 2847					
Nicaragua 2011	Específica	0,180	0,152	0,138	0,098	0,049	0,017	0,106	0,147	0,126	0,081	0,033	0,008	0,046	0,100	0,111	0,086	0,039	0,011
	<b>Total</b>	<b>3,19</b> N = 4579						<b>2,51</b> N = 4761						<b>1,97</b> N = 4015					
Paraguai 2008	Específica	0,129	0,176	0,160	0,107	0,045	0,029	0,064	0,126	0,131	0,083	0,051	0,037	0,030	0,074	0,105	0,095	0,054	0,020
	<b>Total</b>	<b>3,31</b> N = 2311						<b>2,60</b> N = 1706						<b>1,93</b> N = 1196					
Peru 2012	Específica	0,142	0,175	0,139	0,106	0,082	0,035	0,054	0,147	0,134	0,102	0,058	0,020	0,024	0,064	0,104	0,106	0,060	0,019
	<b>Total</b>	<b>3,41</b> N = 5326						<b>2,57</b> N = 4964						<b>1,90</b> N = 3261					
Rep. Dominicana 2013	Específica	0,181	0,223	0,132	0,071	0,045	0,006	0,074	0,159	0,120	0,076	0,036	0,018	0,034	0,094	0,118	0,093	0,037	0,012
	<b>Total</b>	<b>3,30</b> N = 2152						<b>2,42</b> N = 2108						<b>1,95</b> N = 1369					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).



**Tabela A3.4. Taxa de Fecundidade Total (TFT), para mulheres de 15-49 anos, e distribuição da TEF, por grupo etário, para mulheres de 15-44 anos. Países selecionados, nos três períodos de análise, segundo as três categorias de quintis de riqueza. América Latina e Caribe.**

**a) Primeiro Período:**

País	Taxa de Fecundidade	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	Específica	0,154	0,330	0,277	0,239	0,156	0,112	0,058	0,154	0,136	0,097	0,079	0,008	0,030	0,102	0,139	0,089	0,037	0,000
	<b>Total</b>	<b>6,74</b> N = 856						<b>2,66</b> N = 733						<b>1,99</b> N = 748					
Colômbia 1986	Específica	0,151	0,305	0,289	0,187	0,158	0,041	0,067	0,178	0,130	0,099	0,079	0,036	0,028	0,092	0,093	0,079	0,033	0,004
	<b>Total</b>	<b>5,77</b> N = 674						<b>2,95</b> N = 600						<b>1,65</b> N = 484					
Costa Rica 1986	Específica	0,153	0,278	0,229	0,156	0,150	0,052	0,060	0,169	0,152	0,147	0,098	0,019	0,019	0,105	0,118	0,083	0,059	0,026
	<b>Total</b>	<b>5,14</b> N = 480						<b>3,33</b> N = 390						<b>2,05</b> N = 375					
El Salvador 1985	Específica	0,198	0,338	0,238	0,204	0,156	0,061	0,187	0,253	0,168	0,136	0,094	0,044	0,048	0,149	0,132	0,067	0,022	0,022
	<b>Total</b>	<b>6,03</b> N = 687						<b>4,41</b> N = 708						<b>2,20</b> N = 562					
Nicaragua 1992/93	Específica	0,228	0,354	0,319	0,230	0,170	0,079	0,166	0,239	0,222	0,117	0,069	0,040	0,071	0,147	0,119	0,073	0,035	0,006
	<b>Total</b>	<b>7,01</b> N = 2266						<b>4,27</b> N = 2186						<b>2,27</b> N = 1884					
Paraguai 1990	Específica	0,181	0,326	0,312	0,335	0,282	0,108	0,095	0,190	0,184	0,172	0,143	0,080	0,034	0,114	0,148	0,137	0,086	0,030
	<b>Total</b>	<b>7,92</b> N = 653						<b>4,32</b> N = 634						<b>2,74</b> N = 779					
Peru 1986	Específica	0,164	0,299	0,330	0,263	0,227	0,135	0,062	0,198	0,181	0,120	0,104	0,050	0,014	0,077	0,102	0,108	0,044	0,015
	<b>Total</b>	<b>7,28</b> N = 666						<b>3,58</b> N = 561						<b>1,80</b> N = 460					
Rep. Dominicana 1986	Específica	0,173	0,288	0,307	0,180	0,128	0,068	0,116	0,251	0,199	0,105	0,048	0,004	0,033	0,098	0,128	0,119	0,028	0,000
	<b>Total</b>	<b>5,79</b> N = 982						<b>3,62</b> N = 927						<b>2,03</b> N = 677					

**b) Segundo Período:**

País	Taxa de Fecundidade	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	Específica	0,176	0,269	0,222	0,128	0,108	0,041	0,070	0,124	0,121	0,066	0,039	0,008	0,029	0,092	0,093	0,075	0,036	0,006
	<b>Total</b>	<b>4,76</b> N = 1350						<b>2,14</b> N = 1509						<b>1,65</b> N = 1460					
Colômbia 1995	Específica	0,180	0,297	0,212	0,177	0,113	0,064	0,093	0,176	0,132	0,095	0,050	0,016	0,024	0,095	0,120	0,066	0,028	0,012
	<b>Total</b>	<b>5,23</b> N = 1269						<b>2,83</b> N = 1618						<b>1,72</b> N = 1531					
Costa Rica 1999*	Específica	0,138	0,196	0,155	0,108	0,053	0,051	0,068	0,115	0,127	0,060	0,015	0,024	0,022	0,086	0,089	0,102	0,098	0,012
	<b>Total</b>	<b>3,74</b> N = 211						<b>2,22</b> N = 94						<b>2,06</b> N = 140					
El Salvador 1998	Específica	0,179	0,293	0,229	0,182	0,130	0,072	0,103	0,216	0,144	0,095	0,048	0,010	0,049	0,112	0,113	0,076	0,038	0,006
	<b>Total</b>	<b>5,49</b> N = 2468						<b>3,08</b> N = 2199						<b>1,97</b> N = 1926					
Nicaragua 2001	Específica	0,193	0,269	0,234	0,190	0,145	0,072	0,122	0,172	0,129	0,114	0,063	0,015	0,070	0,116	0,113	0,071	0,035	0,010
	<b>Total</b>	<b>5,64</b> N = 1437						<b>3,07</b> N = 1631						<b>2,08</b> N = 1752					
Paraguai 1998	Específica	0,153	0,360	0,320	0,284	0,205	0,077	0,101	0,177	0,211	0,084	0,059	0,052	0,028	0,105	0,134	0,134	0,081	0,000
	<b>Total</b>	<b>7,14</b> N = 935						<b>3,65</b> N = 543						<b>2,41</b> N = 516					
Peru 1996	Específica	0,169	0,313	0,273	0,230	0,206	0,099	0,077	0,183	0,157	0,132	0,084	0,047	0,018	0,077	0,089	0,087	0,059	0,016
	<b>Total</b>	<b>6,57</b> N = 3183						<b>3,42</b> N = 3678						<b>1,74</b> N = 2967					
Rep. Dominicana 1996	Específica	0,234	0,325	0,193	0,151	0,080	0,037	0,130	0,217	0,164	0,108	0,035	0,010	0,030	0,125	0,127	0,109	0,027	0,003
	<b>Total</b>	<b>5,10</b> N = 966						<b>3,32</b> N = 1116						<b>2,10</b> N = 985					

\* Primeiro grupo etário 18-19

## c) Terceiro Período:

País	Taxa de Fecundidade	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio				Quintil Mais Alto							
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	Específica	0,135	0,169	0,108	0,053	0,023	0,009	0,077	0,104	0,064	0,041	0,034	0,006	0,015	0,039	0,055	0,037	0,033	0,005
	<b>Total</b>	<b>2,49</b>						<b>1,63</b>				<b>0,92</b>							
		N = 1993						N = 1738				N = 1364							
Colômbia 2010	Específica	0,141	0,196	0,131	0,085	0,059	0,023	0,078	0,123	0,102	0,075	0,038	0,012	0,029	0,066	0,075	0,062	0,032	0,009
	<b>Total</b>	<b>3,21</b>						<b>2,14</b>				<b>1,38</b>							
		N = 6211						N = 7539				N = 6219							
El Salvador 2008	Específica	0,125	0,179	0,143	0,114	0,089	0,042	0,097	0,130	0,112	0,079	0,041	0,011	0,048	0,073	0,082	0,072	0,035	0,003
	<b>Total</b>	<b>3,48</b>						<b>2,36</b>				<b>1,57</b>							
		N = 2126						N = 2141				N = 1641							
Nicaragua 2011	Específica	0,148	0,164	0,160	0,122	0,069	0,033	0,094	0,113	0,122	0,076	0,036	0,013	0,040	0,089	0,112	0,080	0,036	0,006
	<b>Total</b>	<b>3,51</b>						<b>2,27</b>				<b>1,82</b>							
		N = 2600						N = 2886				N = 2414							
Paraguai 2008	Específica	0,119	0,194	0,187	0,172	0,077	0,056	0,050	0,100	0,123	0,074	0,028	0,026	0,021	0,054	0,088	0,080	0,048	0,019
	<b>Total</b>	<b>4,22</b>						<b>2,13</b>				<b>1,59</b>							
		N = 1176						N = 1061				N = 889							
Peru 2012	Específica	0,127	0,202	0,162	0,133	0,110	0,059	0,057	0,134	0,116	0,101	0,078	0,014	0,017	0,062	0,104	0,096	0,043	0,020
	<b>Total</b>	<b>3,99</b>						<b>2,51</b>				<b>1,71</b>							
		N = 2448						N = 3072				N = 2283							
Rep. Dominicana 2013	Específica	0,175	0,217	0,148	0,088	0,048	0,012	0,073	0,165	0,137	0,081	0,033	0,013	0,036	0,087	0,126	0,092	0,029	0,011
	<b>Total</b>	<b>3,45</b>						<b>2,52</b>				<b>1,90</b>							
		N = 1032						N = 1175				N = 1017							

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**ANEXO IV: Tabelas com resultados gerados para distribuição das mulheres segundo status marital.**

**Tabela A4.1. Proporção (%) de mulheres segundo status marital declarado na data da entrevista, por grupo etário, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Status Marital Corrente																								N
	SOLTEIRA						CASADA						UNIDA						SEPARADA, DIVORCIADA, VIÚVA						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 1986	85,4	44,2	20,7	10,5	6,6	4,5	8,7	40,8	60,5	71,1	72,7	73,9	4,4	10,2	11,3	11,1	9,4	8,6	1,5	4,8	7,5	7,3	11,3	13,1	5892
Colômbia - 1986	85,8	48,2	23,8	15,5	9,9	7,5	4,1	24,0	43,8	49,0	53,5	54,4	8,2	22,5	23,7	25,0	23,4	16,6	1,9	5,3	8,7	10,5	13,1	21,5	4950
Costa Rica - 1986	79,8	41,1	16,9	9,3	8,4	7,4	9,5	41,2	54,7	64,1	62,5	62,8	8,0	12,4	16,8	16,2	13,4	10,8	2,7	5,3	11,6	10,4	15,6	18,9	3277
El Salvador - 1985	70,0	27,6	8,3	4,2	3,3	2,9	4,4	21,1	32,7	38,2	38,8	39,6	19,5	39,0	44,1	41,5	40,8	35,8	6,1	12,3	14,9	16,0	17,2	21,7	4789
Nicaragua - 1992/93	62,6	22,4	8,6	5,1	2,3	2,5	5,8	21,7	34,4	35,8	40,8	41,4	22,0	40,8	42,4	40,7	36,7	32,6	9,6	15,1	14,7	18,3	20,2	23,5	14933
Paraguai- 1990	84,6	43,1	21,5	9,3	9,1	4,5	8,2	34,8	52,9	67,6	67,1	73,1	5,9	18,0	18,4	16,7	15,7	14,4	1,3	4,1	7,2	6,4	8,1	8,0	5361
Peru - 1986	87,2	51,2	23,7	10,0	5,1	3,1	3,3	22,7	43,5	60,6	68,3	66,3	8,4	21,5	25,9	21,8	16,8	16,9	1,1	4,6	6,9	7,6	9,8	13,8	4603
Rep. Dominicana - 1986	78,2	36,8	14,2	4,6	1,6	2,3	2,6	11,9	25,1	32,3	36,0	35,7	14,1	37,3	43,3	46,0	41,8	40,3	5,1	14,0	17,4	17,1	20,6	21,7	6746

**b) Segundo Período:**

País	Status Marital Corrente																								N
	SOLTEIRA						CASADA						UNIDA						SEPARADA, DIVORCIADA, VIÚVA						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 1996	83,2	47,4	21,5	10,2	8,3	6,2	6,9	31,6	52,5	65,7	65,8	67,7	6,8	14,5	18,0	14,9	14,6	10,1	3,0	6,5	8,0	9,2	11,3	16,0	11420
Colômbia - 1995	83,5	41,8	22,4	14,5	10,9	8,0	2,4	18,5	32,6	37,2	44,7	49,4	11,1	30,0	33,7	33,3	26,6	22,1	3,0	9,7	11,3	15,0	17,8	20,5	10172
Costa Rica - 1999 *	59,8	43,8	18,6	13,2	6,8	8,8	15,2	32,7	50,0	58,7	60,0	63,3	19,6	20,3	23,7	20,1	15,8	13,6	5,4	3,2	7,7	7,9	17,4	14,3	1029
El Salvador - 1998	73,8	39,5	16,6	8,1	6,2	4,8	3,3	16,2	31,5	38,1	41,2	43,9	17,8	33,2	37,5	37,2	33,2	27,1	5,2	11,1	14,4	16,6	19,4	24,3	16635
Nicaragua - 2001	69,6	30,7	11,8	6,1	2,9	3,0	5,2	19,8	35,2	39,9	42,0	40,0	17,2	35,7	34,6	36,2	32,6	31,1	8,1	13,8	18,4	17,9	22,4	25,9	11994
Paraguai- 1998	83,4	43,4	16,9	8,1	4,8	4,9	6,0	28,2	55,7	64,3	65,8	74,4	9,2	21,7	22,1	22,0	19,0	14,4	1,4	6,7	5,3	5,6	10,4	6,3	4743
Peru - 1996	87,5	47,7	22,9	10,7	7,5	5,3	2,3	16,2	34,6	49,5	56,2	61,9	9,6	31,4	35,4	31,3	24,7	18,1	0,6	4,7	7,1	8,5	11,6	14,6	26749
Rep. Dominicana - 1996	71,1	33,9	13,9	5,4	4,4	2,8	3,0	14,6	25,4	35,8	32,5	34,6	19,4	37,5	45,3	42,8	43,0	40,4	6,5	14,0	15,4	16,0	20,1	22,3	7838

\* Primeiro grupo etário 18-19

## c) Terceiro Período:

País	Status Marital Corrente																								N
	SOLTEIRA						CASADA						UNIDA						SEPARADA, DIVORCIADA, VIÚVA						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 2006	72,1	38,5	22,2	12,1	7,8	6,7	6,7	21,1	33,9	47,8	49,9	56,5	18,0	33,8	35,1	30,3	30,1	22,4	3,2	6,5	8,8	9,9	12,2	14,3	13795
Colômbia - 2010	82,9	48,0	24,5	14,3	9,3	8,2	0,6	6,0	15,9	24,0	30,7	34,5	13,1	35,3	44,3	43,6	39,7	34,1	3,4	10,7	15,3	18,1	20,2	23,2	43747
Costa Rica - 2010	90,5	57,6	28,9	19,0	16,4	14,8	0,9	15,2	34,5	41,0	49,3	45,6	7,9	23,8	27,8	26,5	17,7	18,4	0,8	3,4	8,7	13,5	16,6	21,2	1206
El Salvador - 2008	75,8	42,2	20,2	10,8	8,0	4,4	1,8	13,3	26,7	34,3	39,3	39,1	18,9	34,0	35,9	35,1	28,5	30,2	3,5	10,4	17,2	19,8	24,2	26,2	15409
Nicaragua - 2011	69,6	38,5	15,7	7,9	5,7	5,7	2,6	12,0	24,0	31,6	31,7	37,1	19,8	35,4	41,8	41,4	41,1	31,6	8,0	14,0	18,5	19,0	21,5	25,7	20526
Paraguai- 2008	85,9	52,1	26,4	10,5	8,9	6,0	2,4	14,4	30,5	44,6	52,2	63,4	9,5	27,7	34,0	34,2	27,3	20,8	2,2	5,7	9,2	10,7	11,5	9,7	8938
Peru - 2012	87,3	50,0	27,2	14,8	10,6	8,4	0,5	6,1	16,0	27,8	36,1	40,4	10,6	37,5	47,9	46,3	40,1	35,0	1,5	6,3	8,9	11,1	13,2	16,1	21175
Rep. Dominicana - 2013	70,8	33,5	16,8	4,2	3,3	3,0	0,5	5,8	11,2	19,8	22,7	27,4	20,0	42,1	49,7	49,9	47,1	41,1	8,6	18,7	22,3	26,1	26,9	28,5	8350

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela A4.2. Proporção (%) de mulheres segundo status marital declarado na data da entrevista, por grupo etário, conforme as categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Status Marital	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	Solteira	69,3	20,1	8,1	3,5	3,6	2,4	85,9	40,7	15,6	7,8	5,4	3,8	92,2	60,3	33,3	21,4	14,1	10,1
	Casada	13,0	51,4	64,6	73,9	73,6	72,2	8,9	43,6	64,2	73,3	71,6	82,0	6,4	32,7	54,3	65,4	72,3	68,3
	Unida	13,0	20,5	19,2	15,5	11,6	12,8	3,9	11,0	12,4	11,1	12,6	3,3	1,2	3,8	5,3	6,4	1,0	5,0
	Separada, divorciada, viúva	4,8	8,0	8,1	7,0	11,3	12,5	1,3	4,7	7,8	7,8	10,3	10,9	0,2	3,2	7,0	6,8	12,6	16,5
		N= 1745						N = 2116						N = 2022					
Colômbia 1986	Solteira	70,3	28,3	12,8	9,0	8,6	6,3	86,0	34,1	15,1	14,2	7,9	7,7	94,1	67,2	38,1	25,0	14,7	11,1
	Casada	6,3	26,3	42,2	46,9	47,1	54,4	3,6	26,1	44,5	48,1	55,4	52,8	3,8	21,5	44,4	53,2	63,2	62,2
	Unida	18,0	39,9	33,9	36,1	32,5	19,2	8,9	31,5	31,5	25,9	25,2	16,9	1,3	8,5	10,0	10,0	4,4	2,2
	Separada, divorciada, viúva	5,4	5,6	11,0	7,9	11,8	20,1	1,5	8,3	8,9	11,7	11,4	22,5	0,8	2,8	7,4	11,8	17,6	24,4
		N= 1409						N = 1923						N = 1615					
Costa Rica 1986	Solteira	69,6	20,5	9,3	8,5	8,1	4,6	74,4	33,5	11,1	5,0	7,9	11,3	89,2	54,9	25,4	15,0	9,6	9,2
	Casada	10,8	30,8	54,2	58,1	56,6	60,3	12,8	47,3	57,1	67,9	63,8	57,5	5,6	37,7	52,7	64,2	67,8	75,4
	Unida	15,7	38,5	28,8	24,0	18,4	15,9	9,6	14,1	19,2	17,4	13,2	7,5	3,5	3,2	9,5	9,1	7,8	3,1
	Separada, divorciada, viúva	3,9	10,3	7,6	9,3	16,9	19,2	3,2	5,1	12,6	9,6	15,1	23,8	1,7	4,2	12,4	11,8	14,8	12,3
		N= 714						N = 1337						N = 1220					
El Salvador 1985	Solteira	55,7	11,7	6,2	3,7	1,8	3,1	62,0	18,8	7,0	4,7	3,4	1,4	83,1	46,2	12,6	4,4	7,7	4,3
	Casada	3,7	20,3	26,8	27,8	32,6	33,2	5,8	20,4	28,0	34,8	38,0	43,9	3,3	22,4	47,2	61,3	59,3	63,8
	Unida	32,0	51,2	53,5	54,4	47,8	44,7	23,4	47,7	45,5	42,6	38,5	28,8	10,9	23,1	29,4	18,1	23,1	8,5
	Separada, divorciada, viúva	8,6	16,8	13,5	14,1	17,8	19,1	8,8	13,1	19,6	18,0	20,1	25,9	2,7	8,4	10,8	16,3	9,9	23,4
		N= 1668						N = 1634						N = 1486					

continua...

País	Status Marital	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 1992/93	Solteira	38,5	11,7	5,4	2,6	1,4	1,6	63,3	14,0	5,3	4,6	2,8	3,4	80,5	36,7	13,8	8,4	3,4	3,1
	Casada	6,0	17,7	25,8	26,4	36,6	35,6	5,9	21,5	29,5	33,4	39,1	41,7	5,2	24,5	44,9	47,8	49,8	56,6
	Unida	39,6	56,8	51,8	56,9	43,4	42,2	21,5	45,7	50,8	43,3	36,5	28,6	9,2	26,2	28,3	21,6	25,3	12,4
	Separada, divorciada, viúva	15,8	13,8	17,0	14,2	18,6	20,5	9,3	18,9	14,4	18,7	21,6	26,3	5,1	12,6	13,0	22,3	21,5	27,9
		N= 4810						N = 5171						N = 4954					
Paraguai 1990	Solteira	71,3	27,7	11,1	8,2	7,7	3,4	84,0	37,5	23,9	6,3	11,5	2,1	95,1	58,3	28,1	13,0	8,6	10,8
	Casada	13,7	37,3	51,4	61,6	64,3	68,1	8,5	35,7	50,9	67,4	68,4	75,4	3,8	32,3	55,6	74,3	69,7	84,7
	Unida	12,0	30,3	29,7	24,0	19,9	20,4	6,2	21,3	19,5	18,9	14,8	11,3	1,1	7,2	8,3	6,9	9,7	0,9
	Separada, divorciada, viúva	2,9	4,8	7,8	6,2	8,1	8,0	1,3	5,5	5,7	7,4	5,3	11,3	0,0	2,2	8,0	5,8	11,9	3,6
		N= 1821						N = 1735						N = 1799					
Peru 1986	Solteira	74,3	31,2	12,6	2,7	3,1	2,1	87,7	36,3	12,8	5,4	6,0	3,6	93,9	67,3	39,2	19,8	7,9	5,8
	Casada	6,9	22,6	39,8	57,7	65,4	60,4	2,8	24,9	46,9	61,0	67,7	75,0	1,9	21,5	43,6	62,6	73,9	74,4
	Unida	16,8	36,0	40,7	30,0	23,4	24,0	8,4	33,3	31,7	26,8	15,8	11,6	3,6	9,3	11,6	10,9	6,1	0,0
	Separada, divorciada, viúva	2,0	10,2	6,9	9,5	8,0	13,5	1,1	5,5	8,6	6,8	10,5	9,8	0,6	1,9	5,6	6,6	12,1	19,8
		N= 1413						N = 1502						N = 1687					
Rep. Dominicana 1986	Solteira	60,6	8,2	4,0	1,5	2,2	1,1	77,1	23,5	6,1	2,4	0,0	4,5	90,0	56,8	27,4	10,4	2,1	1,6
	Casada	1,0	5,3	9,0	15,2	27,1	26,7	2,3	7,4	20,8	28,2	38,3	41,7	4,0	17,4	40,0	57,1	58,6	71,4
	Unida	30,9	68,3	67,6	66,4	53,9	50,6	13,6	50,2	52,9	49,6	38,3	29,5	4,8	16,4	18,5	17,4	12,1	9,5
	Separada, divorciada, viúva	7,5	18,2	19,4	16,9	16,8	21,6	7,0	18,9	20,2	19,8	23,4	24,4	1,2	9,4	14,1	15,1	27,1	17,5
		N= 2283						N = 2362						N = 2516					

fim.

## b) Segundo Período:

País	Status Marital	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	Solteira	71,4	31,6	10,3	4,9	5,9	3,3	83,2	37,4	17,9	8,9	6,1	5,3	94,8	69,4	35,6	16,7	14,1	13,4
	Casada	9,5	36,5	54,2	64,0	64,9	68,1	7,5	36,7	54,7	67,3	67,0	68,5	3,3	22,7	48,8	66,4	66,2	66,1
	Unida	14,7	26,0	27,4	21,1	17,2	13,2	5,8	16,3	18,7	15,1	15,4	8,3	1,1	4,0	8,2	7,9	9,8	5,1
	Separada, divorciada, viúva	4,4	5,8	8,0	10,0	11,9	15,4	3,5	9,5	8,6	8,6	11,5	17,9	0,8	4,0	7,4	9,0	10,0	15,5
		N= 4071						N = 3882						N = 3461					
Colômbia 1995	Solteira	71,4	23,5	12,7	9,9	7,5	7,2	86,9	33,0	14,4	10,9	7,6	9,6	91,3	62,3	35,7	22,3	18,5	8,7
	Casada	3,0	16,8	28,3	33,3	42,0	43,1	1,6	19,3	32,7	33,8	44,4	52,8	3,4	19,4	36,0	44,2	49,1	62,8
	Unida	21,0	46,6	48,3	44,2	34,6	29,8	8,6	34,1	38,3	38,0	28,3	13,1	4,1	14,0	18,9	17,5	13,1	9,7
	Separada, divorciada, viúva	4,6	13,1	10,7	12,6	15,8	19,9	2,9	13,6	14,6	17,4	19,7	24,5	1,2	4,2	9,4	16,0	19,4	18,8
		N= 3856						N = 2961						N = 3354					
Costa Rica 1999*	Solteira	36,1	28,0	8,6	11,5	5,4	6,5	57,7	34,0	14,7	10,5	5,3	20,0	90,0	64,7	34,3	17,7	10,0	6,3
	Casada	25,0	31,7	49,5	56,3	54,3	61,0	19,2	50,0	64,7	55,3	65,8	55,0	0,0	23,5	43,3	62,9	65,0	70,8
	Unida	36,1	35,4	32,3	25,3	23,9	20,8	11,5	12,0	14,7	21,1	10,5	10,0	6,7	10,6	16,4	12,9	6,7	4,2
	Separada, divorciada, viúva	2,8	4,9	9,7	6,9	16,3	11,7	11,5	4,0	5,9	13,2	18,4	15,0	3,3	1,2	6,0	6,5	18,3	18,8
		N= 467						N = 206						N = 352					
El Salvador 1998	Solteira	52,5	22,0	9,5	4,8	5,4	3,0	72,4	28,7	11,4	5,8	4,2	5,2	85,9	56,4	25,9	13,0	9,2	7,8
	Casada	4,6	15,3	25,7	30,3	36,5	35,3	3,2	16,1	30,5	34,2	36,7	44,7	2,7	16,7	37,0	48,4	51,3	60,1
	Unida	31,9	48,2	47,0	47,1	39,7	36,3	18,8	42,8	44,2	41,8	35,7	24,4	9,5	18,5	25,2	24,3	22,5	11,6
	Separada, divorciada, viúva	11,0	14,5	17,7	17,8	18,4	25,3	5,5	12,4	14,0	18,2	23,4	25,7	1,9	8,4	11,9	14,2	16,9	20,4
		N= 5065						N = 5414						N = 6156					

\* Primeiro grupo etário 18-19

continua...

País	Status Marital	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 2001	Solteira	48,9	13,6	5,7	2,6	2,0	2,2	71,8	15,8	7,7	4,6	2,4	3,7	82,9	53,3	21,8	10,9	4,4	4,3
	Casada	6,8	20,3	34,5	36,1	39,5	38,4	4,4	22,5	35,5	39,4	40,2	42,1	5,1	17,2	35,4	44,2	46,8	41,3
	Unida	31,4	50,5	44,3	44,7	37,8	34,9	15,3	44,5	37,3	38,1	36,0	31,0	8,6	19,4	22,3	25,6	23,2	23,0
	Separada, divorciada, viúva	13,0	15,6	15,4	16,7	20,6	24,5	8,5	17,1	19,5	17,9	21,5	23,2	3,5	10,1	20,5	19,3	25,5	31,5
		N= 4055						N = 3947						N = 3989					
Paraguai 1998	Solteira	62,0	26,4	10,9	5,1	3,5	3,3	82,8	28,3	12,5	8,1	2,5	3,9	92,4	63,6	26,7	11,1	9,9	7,9
	Casada	12,5	32,5	43,2	60,2	53,7	78,3	6,1	33,7	62,1	61,0	78,6	72,1	3,3	21,9	60,5	71,4	66,2	71,3
	Unida	22,9	33,8	37,0	28,9	31,5	14,6	9,6	30,1	24,6	26,7	13,4	16,9	3,3	9,0	6,0	10,7	7,3	11,6
	Separada, divorciada, viúva	2,6	7,4	8,9	5,9	11,3	3,8	1,5	8,0	0,7	4,2	5,5	7,1	1,1	5,5	6,8	6,7	16,6	9,1
		N= 1405						N = 1635						N = 1707					
Peru 1996	Solteira	71,9	23,8	8,5	5,7	4,2	3,2	91,9	29,5	7,6	3,3	3,3	6,1	93,1	63,8	35,8	17,8	12,6	8,3
	Casada	5,5	23,3	38,0	48,4	53,8	60,4	0,9	16,0	30,7	42,5	55,3	55,0	2,1	13,2	33,8	53,0	59,1	66,2
	Unida	21,4	47,1	46,5	36,7	31,7	22,3	6,8	45,9	52,6	44,0	25,9	18,3	4,5	20,0	23,8	21,9	16,4	11,7
	Separada, divorciada, viúva	1,2	5,9	7,1	9,2	10,3	14,1	0,4	8,6	9,0	10,2	15,5	20,6	0,2	3,0	6,6	7,3	11,8	13,8
		N= 9101						N = 6143						N = 11504					
Rep. Dominicana 1996	Solteira	49,9	6,9	5,0	1,3	2,0	2,2	74,5	23,9	4,7	1,7	2,2	0,5	87,5	59,3	28,2	11,2	9,6	6,3
	Casada	3,6	11,4	9,4	19,4	20,3	25,4	2,7	16,3	23,0	29,1	27,6	32,4	2,9	14,8	37,7	53,0	52,6	55,6
	Unida	34,5	67,4	70,8	64,9	62,0	55,3	17,4	43,6	55,3	51,4	46,2	36,2	6,9	14,8	19,8	19,7	15,4	14,5
	Separada, divorciada, viúva	12,1	14,4	14,9	14,4	15,7	17,1	5,4	16,3	17,1	17,9	24,0	31,0	2,7	11,1	14,3	16,1	22,4	23,7
		N= 2321						N = 2974						N = 2543					

fim.



## c) Terceiro Período:

País	Status Marital	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	Solteira	52,9	12,2	9,9	4,8	4,9	1,9	73,3	26,8	12,8	12,5	1,5	7,6	86,5	56,5	34,6	17,5	14,0	12,1
	Casada	5,9	21,0	27,3	45,1	43,8	56,8	6,9	23,8	34,5	43,7	53,0	52,4	7,1	19,9	38,2	52,1	53,7	58,4
	Unida	37,4	56,0	51,7	43,8	37,8	26,2	16,1	41,1	40,7	31,4	32,5	22,4	5,8	20,3	21,4	19,4	21,6	18,0
	Separada, divorciada, viúva	3,8	10,8	11,1	6,3	13,5	15,2	3,8	8,3	11,9	12,3	13,0	17,6	0,7	3,3	5,7	11,1	10,6	11,4
		N= 3960						N = 4309						N = 5418					
Colômbia 2010	Solteira	67,5	19,3	8,2	6,7	5,6	6,4	86,1	37,6	19,1	12,6	9,5	8,7	92,7	76,0	43,9	25,4	15,3	12,0
	Casada	0,8	6,2	11,4	18,8	25,6	28,7	0,5	6,7	16,1	23,2	30,0	37,3	0,6	4,9	19,1	31,1	40,6	44,5
	Unida	25,1	58,1	63,8	56,7	49,9	42,3	10,6	43,2	46,5	44,1	38,5	30,3	5,5	13,6	26,8	27,6	24,3	19,4
	Separada, divorciada, viúva	6,6	16,4	16,7	17,8	18,9	22,6	2,7	12,5	18,4	20,1	22,0	23,6	1,2	5,4	10,2	15,9	19,9	24,1
		N= 13162						N = 19825						N = 10760					
Costa Rica 2010	Solteira	77,9	32,9	11,6	16,9	15,7	18,3	92,7	48,4	26,6	24,8	14,6	13,0	96,7	71,3	45,9	18,7	19,5	11,1
	Casada	3,6	16,0	32,3	35,2	48,8	42,1	0,0	11,3	38,6	40,1	52,5	48,2	0,0	16,3	34,7	47,0	46,9	49,0
	Unida	17,2	45,1	44,6	39,8	19,3	22,5	6,3	34,8	26,7	30,3	19,1	24,4	3,3	10,8	12,9	11,7	13,5	10,1
	Separada, divorciada, viúva	1,4	5,9	11,5	8,1	16,2	17,1	1,0	5,5	8,2	4,9	13,8	14,4	0,0	1,6	6,4	22,6	20,1	29,8
		N= 399224						N = 282427						N = 443653					
El Salvador 2008	Solteira	53,1	20,6	10,5	5,4	5,1	4,6	76,1	29,1	11,7	9,3	9,3	4,6	86,9	60,8	34,8	17,6	11,2	4,0
	Casada	2,2	13,4	25,1	28,5	34,9	34,3	1,4	14,0	26,5	33,4	39,6	41,8	2,3	12,8	28,0	41,1	45,7	45,7
	Unida	36,7	50,2	48,5	43,6	35,4	37,2	18,8	44,8	41,5	35,8	26,5	28,5	10,0	19,4	21,7	25,7	20,0	18,3
	Separada, divorciada, viúva	7,9	15,8	15,9	22,5	24,6	23,9	3,7	12,0	20,3	21,4	24,7	25,1	0,8	7,0	15,5	15,7	23,1	31,9
		N= 4655						N = 5447						N = 5307					

continua...

País	Status Marital	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 2011	Solteira	49,3	14,7	7,4	3,8	4,3	3,2	67,7	25,5	8,3	7,3	4,2	5,0	82,7	55,0	26,1	12,5	8,8	10,5
	Casada	3,7	14,3	21,5	30,3	32,3	33,4	2,5	12,2	25,5	31,0	29,7	39,6	2,3	11,1	24,5	33,5	33,3	39,6
	Unida	32,7	54,9	53,0	50,1	47,9	38,2	21,0	43,9	48,2	45,4	43,9	32,5	11,3	23,2	30,4	29,3	29,9	20,2
	Separada, divorciada, viúva	14,3	16,2	18,1	15,8	15,5	25,2	8,8	18,4	18,1	16,3	22,2	23,0	3,7	10,7	19,0	24,7	28,0	29,7
		N= 5382						N = 7507						N = 7642					
Paraguai 2008	Solteira	73,4	24,3	13,2	4,7	6,4	5,6	89,4	36,8	21,6	7,0	4,2	3,1	91,2	74,2	42,1	21,5	19,5	10,7
	Casada	3,6	18,2	30,6	39,5	46,4	57,5	2,4	18,4	29,5	40,9	58,8	69,6	1,4	10,4	31,5	55,4	55,7	71,2
	Unida	18,5	49,1	48,0	48,8	35,8	27,1	7,3	36,4	38,9	35,4	25,4	18,3	5,4	12,4	17,4	13,6	13,0	8,4
	Separada, divorciada, viúva	4,6	8,3	8,2	6,9	11,4	9,8	0,8	8,3	10,1	16,7	11,6	8,9	2,0	3,0	9,0	9,4	11,8	9,8
		N= 2998						N = 2984						N = 2951					
Peru 2012	Solteira	73,2	24,7	11,4	6,4	4,7	4,9	90,8	38,3	19,0	12,1	10,6	6,6	95,6	75,2	47,3	26,0	18,3	16,0
	Casada	1,2	8,1	18,4	29,0	36,4	39,2	0,4	7,4	14,2	23,3	34,1	38,5	0,2	3,8	16,2	31,2	37,8	44,3
	Unida	22,2	59,7	61,9	55,0	47,8	43,1	7,8	46,5	56,0	52,1	40,1	34,0	3,5	16,7	29,1	31,4	30,3	22,7
	Separada, divorciada, viúva	3,4	7,5	8,3	9,6	11,1	12,8	1,0	7,8	10,8	12,4	15,2	20,9	0,6	4,3	7,3	11,4	13,7	17,0
		N= 6444						N = 8691						N = 6043					
Rep. Dominicana 2013	Solteira	47,6	6,5	3,2	2,1	0,2	2,0	77,1	28,9	9,7	2,7	3,5	3,7	87,8	58,3	32,9	7,9	7,9	4,2
	Casada	0,5	2,5	8,0	12,0	12,1	13,9	0,3	6,6	7,2	14,6	22,3	32,9	1,4	6,9	17,3	33,3	39,7	47,1
	Unida	35,6	68,1	69,5	63,1	61,1	57,8	15,9	43,5	55,9	54,0	45,4	34,9	8,6	22,5	30,4	31,9	27,2	16,1
	Separada, divorciada, viúva	16,3	22,9	19,3	22,8	26,6	26,3	6,7	21,0	27,2	28,6	28,8	28,5	2,2	12,4	19,3	26,9	25,2	32,6
		N= 2542						N = 3640						N = 2166					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela A4.3. Proporção (%) de mulheres segundo status marital declarado na data da entrevista, por grupo etário, conforme as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Status Marital	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	Solteira	72,6	22,1	10,7	4,6	2,5	1,4	87,0	45,5	20,8	7,3	5,3	4,7	94,8	61,0	29,5	14,5	9,2	2,4
	Casada	13,1	51,5	65,5	73,7	68,6	76,8	7,9	41,4	60,6	72,9	74,7	70,9	4,8	36,3	59,1	78,6	81,6	83,1
	Unida	11,1	21,2	17,0	15,4	17,6	9,9	4,8	8,2	11,5	13,0	8,7	11,0	0,0	1,8	5,9	3,2	3,4	4,2
	Separada, divorciada, viúva	3,2	5,2	6,8	6,3	11,3	12,0	0,3	4,9	7,1	6,8	11,3	13,4	0,4	0,9	5,5	3,6	5,8	10,2
		N= 1165						N = 1216						N = 1301					
Colômbia 1986	Solteira	67,4	24,4	13,4	11,5	10,0	8,4	86,3	50,2	24,6	13,4	7,5	4,4	95,7	71,4	37,4	25,0	12,4	8,3
	Casada	8,8	32,3	47,8	47,7	41,7	57,0	2,7	27,7	41,7	47,0	50,8	57,1	1,3	14,5	41,9	52,8	64,5	61,9
	Unida	19,2	41,3	33,8	33,1	42,5	21,5	8,6	16,9	23,4	27,5	21,7	13,2	1,7	10,0	6,9	12,5	9,1	9,5
	Separada, divorciada, viúva	4,6	2,0	5,1	7,7	5,8	13,1	2,3	5,2	10,3	12,1	20,0	25,3	1,3	4,1	13,8	9,7	14,0	20,2
		N= 954						N = 1022						N = 1002					
Costa Rica 1986	Solteira	63,8	23,0	12,5	5,8	11,1	5,1	87,3	46,2	10,4	11,5	0,0	9,6	95,5	65,1	27,6	10,0	11,5	10,7
	Casada	15,6	46,1	45,8	60,6	49,2	59,3	7,0	40,2	58,3	59,4	60,0	55,8	2,3	23,6	52,8	76,4	77,9	69,3
	Unida	16,3	25,0	33,3	24,0	27,0	23,7	3,2	8,3	16,5	18,8	17,1	5,8	1,5	1,9	6,3	4,5	1,9	5,3
	Separada, divorciada, viúva	4,4	5,9	8,3	9,6	12,7	11,9	2,5	5,3	14,8	10,4	22,9	28,8	0,8	9,4	13,4	9,1	8,7	14,7
		N= 658						N = 622						N = 655					
El Salvador 1985	Solteira	63,7	9,1	5,6	6,5	0,0	1,0	57,6	21,6	3,8	4,1	3,5	4,4	88,8	52,1	16,7	1,9	7,9	7,7
	Casada	2,0	26,3	27,3	25,8	40,2	30,8	4,8	15,9	22,3	27,6	27,2	26,7	1,9	19,6	44,0	62,0	55,4	48,7
	Unida	27,9	51,5	51,6	58,1	41,1	48,1	29,6	51,9	59,2	49,0	54,4	38,9	5,4	18,7	21,4	22,8	18,8	17,9
	Separada, divorciada, viúva	6,4	13,1	15,5	9,7	18,7	20,2	8,0	10,6	14,6	19,3	14,9	30,0	3,8	9,6	17,9	13,3	17,8	25,6
		N= 898						N = 964						N = 984					

continua...

País	Status Marital	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 1992/93	Solteira	47,6	8,5	3,5	7,4	2,1	0,7	61,2	21,3	4,2	2,3	2,3	1,0	79,6	40,0	17,0	11,3	1,8	4,4
	Casada	8,3	21,4	31,7	27,7	44,3	42,7	6,3	22,4	30,4	30,1	35,5	25,2	4,0	23,2	44,5	45,9	49,0	53,5
	Unida	29,4	55,2	51,8	52,5	38,8	36,3	24,0	40,1	51,9	42,4	42,0	47,6	10,2	18,9	21,3	20,3	22,7	15,1
	Separada, divorciada, viúva	14,7	14,8	12,9	12,4	14,8	20,2	8,5	16,3	13,5	25,2	20,2	26,2	6,2	17,9	17,2	22,5	26,5	26,9
		N= 2960						N = 3026						N = 2973					
Paraguai 1990	Solteira	73,3	28,9	10,6	7,4	8,3	4,4	81,9	44,7	23,5	8,3	10,4	4,6	95,4	61,1	34,0	13,1	10,0	6,3
	Casada	15,0	46,8	62,3	70,4	62,0	66,7	11,5	27,6	40,4	62,5	66,4	70,6	1,5	30,6	53,1	68,5	69,4	82,8
	Unida	10,5	20,8	21,2	16,3	24,1	23,3	4,4	22,6	27,7	20,1	14,9	19,3	1,5	6,3	5,5	13,1	8,9	5,5
	Separada, divorciada, viúva	1,2	3,5	6,0	5,9	5,6	5,6	2,2	5,0	8,4	9,0	8,2	5,5	1,5	2,0	7,4	5,4	11,7	5,5
		N= 904						N = 979						N = 1404					
Peru 1986	Solteira	67,0	26,8	10,8	1,5	4,6	1,6	91,0	49,2	18,6	11,1	4,5	1,3	95,4	75,3	45,9	20,4	7,6	4,8
	Casada	11,2	30,2	45,3	54,7	63,1	62,9	1,4	22,5	45,2	62,5	63,1	67,9	1,5	16,0	41,8	63,3	76,3	73,3
	Unida	20,2	36,9	37,2	33,6	23,8	26,6	7,2	23,0	29,9	21,5	19,8	17,9	2,3	6,9	3,4	6,1	6,8	7,6
	Separada, divorciada, viúva	1,6	6,0	6,8	10,2	8,5	8,9	0,5	5,2	6,2	4,9	12,6	12,8	0,8	1,7	8,9	10,2	9,3	14,3
		N= 876						N = 922						N = 1006					
Rep. Dominicana 1986	Solteira	64,4	15,5	3,8	1,9	0,6	0,7	78,0	32,6	6,9	3,2	1,1	0,0	91,7	57,0	33,6	11,3	3,0	2,9
	Casada	2,7	5,8	9,1	25,2	23,6	28,3	2,2	11,6	24,8	18,1	33,5	21,6	3,1	19,5	38,7	58,5	60,0	68,0
	Unida	25,0	63,9	69,7	63,1	58,0	53,8	14,3	37,0	45,9	56,9	43,8	48,6	3,4	14,2	9,5	13,2	7,4	10,7
	Separada, divorciada, viúva	8,0	14,8	17,3	9,7	17,8	17,2	5,5	18,8	22,4	21,8	21,6	29,7	1,8	9,3	18,2	17,0	29,6	18,4
		N= 1369						N = 1446						N = 1453					

fim.

## b) Segundo Período:

País	Status Marital	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	Solteira	67,0	29,4	10,0	4,8	6,5	3,8	85,1	47,5	18,1	11,7	8,0	6,6	91,7	67,2	30,9	10,2	9,2	7,4
	Casada	11,4	36,4	51,9	59,5	62,1	64,6	6,3	35,8	56,9	61,0	63,5	62,6	4,6	23,5	54,7	75,7	69,7	71,5
	Unida	16,1	26,9	28,1	24,2	21,1	18,7	5,4	11,9	18,1	15,6	14,2	11,0	1,6	4,4	7,9	7,0	11,4	7,2
	Separada, divorciada, viúva	5,6	7,3	10,0	11,4	10,3	12,9	3,1	4,7	6,9	11,7	14,2	19,8	2,2	4,9	6,4	7,2	9,7	13,8
		N= 1843						N = 2421						N = 2510					
Colômbia 1995	Solteira	73,1	22,7	9,4	5,9	5,0	7,9	82,9	41,9	17,9	11,6	6,3	5,0	93,9	64,0	36,6	25,0	18,4	9,1
	Casada	3,1	13,6	29,4	35,0	45,3	48,7	3,9	19,0	28,5	31,2	37,3	36,1	0,8	12,3	38,6	38,4	53,0	64,3
	Unida	18,7	51,3	51,1	50,9	39,8	30,9	11,6	30,5	39,4	40,5	33,8	31,5	2,9	14,7	14,6	18,3	10,7	9,1
	Separada, divorciada, viúva	5,2	12,3	10,2	8,2	10,0	12,6	1,5	8,6	14,2	16,8	22,5	27,4	2,5	9,1	10,2	18,3	17,9	17,4
		N= 1482						N = 2171						N = 2397					
Costa Rica 1999*	Solteira	42,9	26,4	16,1	15,8	7,7	6,3	70,0	43,8	25,9	18,5	15,0	17,4	78,9	78,4	25,9	15,2	2,8	5,9
	Casada	23,8	31,9	35,7	36,8	41,0	43,8	20,0	34,4	55,6	66,7	55,0	65,2	5,3	21,6	55,6	73,9	83,3	85,3
	Unida	33,3	36,1	37,5	34,2	28,2	31,3	10,0	18,8	14,8	3,7	20,0	8,7	10,5	0,0	14,8	10,9	5,6	0,0
	Separada, divorciada, viúva	0,0	5,6	10,7	13,2	23,1	18,8	0,0	3,1	3,7	11,1	10,0	8,7	5,3	0,0	3,7	0,0	8,3	8,8
		N= 258						N = 139						N = 199					
El Salvador 1998	Solteira	63,9	23,8	9,6	4,4	3,4	4,0	75,1	37,3	14,3	5,2	3,7	4,4	87,9	65,0	32,8	14,5	10,6	5,0
	Casada	3,2	18,2	26,5	35,0	34,9	38,6	3,5	17,4	32,6	33,0	37,6	37,9	2,2	12,1	35,5	50,6	50,0	60,4
	Unida	25,6	44,7	50,8	46,0	45,1	33,9	17,5	33,7	39,0	44,8	42,7	28,8	5,9	14,8	17,9	16,3	21,5	15,0
	Separada, divorciada, viúva	7,3	13,2	13,1	14,5	16,6	23,5	4,0	11,6	14,1	17,0	16,0	28,8	3,9	8,2	13,8	18,6	17,8	19,6
		N= 3313						N = 3344						N = 3364					

\* Primeiro grupo etário 18-19

continua...

País	Status Marital	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 2001	Solteira	54,1	14,6	5,5	2,0	2,8	1,7	68,6	27,5	11,6	5,1	3,8	1,3	82,0	46,4	19,0	11,4	4,3	5,1
	Casada	8,4	23,0	43,8	45,5	44,5	45,8	4,6	17,1	28,5	34,9	35,2	37,3	4,2	21,2	36,6	45,2	46,4	38,8
	Unida	27,3	51,1	40,8	41,1	35,8	35,2	18,0	40,5	38,8	40,9	35,8	30,7	8,3	21,0	23,5	20,0	25,3	25,8
	Separada, divorciada, viúva	10,2	11,4	9,9	11,4	17,0	17,3	8,8	14,9	21,1	19,0	25,2	30,7	5,5	11,4	20,9	23,3	24,1	30,3
		N= 1865						N = 2415						N = 2922					
Paraguai 1998	Solteira	80,5	27,1	5,3	0,5	2,1	0,0	76,2	36,6	12,4	15,6	3,4	3,0	90,8	76,4	25,9	8,4	3,5	6,7
	Casada	8,9	37,2	53,8	74,1	63,3	84,8	6,1	18,6	52,2	49,2	54,6	73,0	4,0	14,9	67,3	70,8	86,1	74,1
	Unida	8,9	26,1	33,2	22,4	28,7	9,8	15,9	37,8	27,4	23,0	20,2	20,0	4,8	4,1	4,8	16,9	4,3	9,6
	Separada, divorciada, viúva	1,6	9,5	7,7	3,0	5,9	5,4	1,8	7,0	8,0	12,3	21,8	4,0	0,4	4,6	2,0	3,9	6,1	9,6
		N= 1204						N = 790						N = 997					
Peru 1996	Solteira	71,5	22,4	8,9	6,5	4,4	4,3	88,2	39,9	14,6	6,3	4,0	4,0	96,9	74,1	50,9	23,4	15,0	9,2
	Casada	5,8	23,7	38,0	52,4	55,0	57,8	2,1	15,7	34,2	45,2	51,9	56,6	1,6	12,1	30,9	55,3	64,0	68,5
	Unida	21,5	48,8	47,2	34,0	31,0	24,4	9,2	39,5	44,7	40,8	30,1	21,3	1,4	9,5	11,6	13,6	10,7	8,4
	Separada, divorciada, viúva	1,2	5,0	5,9	7,1	9,6	13,5	0,6	5,0	6,5	7,7	14,0	18,0	0,1	4,3	6,6	7,7	10,4	13,9
		N= 4105						N = 5545						N = 6330					
Rep. Dominicana 1996	Solteira	51,3	7,7	2,8	1,1	1,3	0,0	66,8	26,7	5,2	2,7	5,1	0,7	87,8	59,9	31,0	14,6	9,2	6,5
	Casada	2,9	13,4	13,7	10,7	19,1	16,1	4,1	16,8	21,1	32,7	24,8	25,8	2,6	13,2	36,5	53,9	50,9	55,3
	Unida	38,0	67,9	74,5	74,0	70,4	69,4	24,1	42,0	53,3	46,3	46,3	41,7	5,2	15,8	16,5	15,9	15,6	18,1
	Separada, divorciada, viúva	7,8	11,0	9,0	14,1	9,2	14,5	5,0	14,5	20,4	18,3	23,8	31,8	4,5	11,1	16,1	15,6	24,3	20,0
		N= 1219						N = 1577						N = 1877					

fim.

## c) Terceiro Período:

País	Status Marital	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	Solteira	56,7	21,6	13,4	5,4	3,6	3,0	75,2	31,3	22,1	12,5	9,9	7,7	92,6	74,7	41,9	17,5	7,5	8,0
	Casada	7,0	21,4	27,9	38,0	44,6	47,0	7,9	27,9	30,7	49,2	47,4	54,2	1,9	9,4	38,3	58,6	69,0	68,7
	Unida	31,6	47,3	47,5	47,1	35,1	37,5	13,3	35,0	37,7	28,4	31,0	21,9	4,3	11,8	14,5	14,0	16,4	13,7
	Separada, divorciada, viúva	4,7	9,7	11,2	9,5	16,7	12,5	3,6	5,8	9,4	9,9	11,6	16,2	1,2	4,1	5,3	9,9	7,1	9,6
		N= 2816						N = 2730						N = 2703					
Colômbia 2010	Solteira	71,7	27,0	11,9	6,7	4,8	5,9	84,0	42,8	19,6	11,3	10,3	8,7	95,4	74,5	45,3	22,5	12,6	9,7
	Casada	0,6	5,6	11,4	19,3	27,2	32,2	0,8	5,5	14,1	20,9	25,2	26,4	0,4	5,2	21,9	34,6	42,4	46,6
	Unida	22,8	57,2	61,7	61,1	55,2	43,5	12,1	39,9	47,4	45,6	40,1	38,1	2,7	12,5	22,5	27,5	24,5	24,1
	Separada, divorciada, viúva	5,0	10,1	15,0	13,0	12,8	18,4	3,1	11,7	18,9	22,2	24,5	26,8	1,5	7,8	10,2	15,4	20,5	19,5
		N= 7331						N = 9513						N = 8757					
El Salvador 2008	Solteira	71,3	29,1	13,7	5,3	6,4	6,3	71,9	45,3	15,1	7,0	9,5	4,2	88,3	65,7	36,5	20,8	11,1	4,8
	Casada	1,1	12,1	21,8	26,6	34,5	37,1	3,0	12,1	28,8	38,4	32,1	35,1	1,8	10,9	29,9	38,9	50,7	50,0
	Unida	22,8	45,2	48,8	47,2	39,5	35,6	21,2	34,0	36,0	34,0	27,2	31,2	8,4	17,0	20,0	24,5	18,8	22,7
	Separada, divorciada, viúva	4,8	13,6	15,7	20,8	19,5	21,0	3,8	8,6	20,0	20,5	31,3	29,6	1,5	6,5	13,6	15,8	19,3	22,5
		N= 2910						N = 3140						N = 2983					
Nicaragua 2011	Solteira	54,2	18,8	6,1	3,8	4,8	5,1	70,9	33,6	15,2	8,1	7,0	3,2	83,2	62,4	29,5	14,6	7,7	9,6
	Casada	5,8	14,6	26,0	35,4	40,7	38,0	1,5	10,3	23,4	28,6	21,1	33,2	1,2	11,2	24,3	34,2	36,3	43,2
	Unida	29,9	49,7	53,4	48,3	41,8	35,4	20,0	40,1	44,1	43,6	51,5	36,8	9,1	17,0	25,2	29,3	30,6	21,4
	Separada, divorciada, viúva	10,1	16,9	14,6	12,5	12,7	21,4	7,6	16,1	17,2	19,7	20,5	26,8	6,6	9,4	21,0	22,0	25,4	25,8
		N= 3557						N = 4269						N = 4383					

continua...

País	Status Marital	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Paraguai 2008	Solteira	78,2	32,0	17,0	4,4	4,4	6,4	84,8	50,9	16,1	10,3	4,4	6,6	95,6	78,3	44,4	18,0	16,2	4,0
	Casada	3,6	15,6	25,8	39,8	47,1	57,3	2,0	16,8	37,4	43,8	47,6	60,7	1,8	11,1	28,8	55,6	66,0	75,7
	Unida	15,1	41,4	49,1	48,1	33,0	27,5	10,7	27,2	36,5	33,5	35,0	28,4	1,8	8,5	18,1	17,2	12,4	12,4
	Separada, divorciada, viúva	3,1	11,0	8,1	7,8	15,5	8,7	2,5	5,1	10,0	12,5	13,1	4,4	0,8	2,0	8,8	9,2	5,4	8,0
		N= 1751						N = 1818						N = 1837					
Peru 2012	Solteira	74,9	28,4	13,7	10,0	6,8	5,3	87,8	48,5	19,9	11,4	8,7	6,4	97,0	72,2	49,5	28,2	19,3	15,0
	Casada	1,5	9,2	19,7	29,5	37,0	41,2	0,5	6,2	12,7	23,9	27,8	31,8	0,1	6,1	17,5	32,2	47,1	51,8
	Unida	21,3	58,0	59,8	53,0	47,7	44,2	10,9	37,5	56,0	54,1	49,1	42,9	2,2	15,5	26,9	26,7	20,9	19,8
	Separada, divorciada, viúva	2,3	4,4	6,8	7,5	8,5	9,3	0,8	7,8	11,3	10,7	14,3	18,9	0,6	6,1	6,1	13,0	12,6	13,5
		N= 3239						N = 4618						N = 4592					
Rep. Dominicana 2013	Solteira	49,5	11,6	2,2	1,4	0,0	2,3	72,1	29,7	11,3	3,0	1,6	4,2	92,0	61,9	36,2	5,5	8,1	4,0
	Casada	0,9	3,8	3,6	5,2	12,4	10,8	0,3	4,1	11,7	19,9	24,1	23,6	0,0	7,2	18,4	33,1	42,8	49,5
	Unida	34,2	68,6	68,9	66,5	63,5	63,1	21,0	40,9	51,9	50,4	46,1	41,0	6,4	17,9	29,0	42,6	27,1	21,2
	Separada, divorciada, viúva	15,3	16,0	25,3	26,9	24,1	23,8	6,6	25,3	25,1	26,7	28,2	31,1	1,6	12,9	16,4	18,8	22,0	25,3
		N= 1363						N = 1711						N = 1790					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).



**ANEXO V: Tabelas com resultados gerados para distribuição das Razões de Progressão da Parturição (RPP).**

**Tabela A5.1. Distribuição das RPP, por faixas de parturição, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Faixa de Parturição						N
	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	
Brasil - 1986	0,894	0,907	0,770	0,647	0,628	0,574	1441
Colômbia - 1986	0,912	0,901	0,807	0,705	0,663	0,613	1021
Costa Rica - 1986	0,928	0,900	0,765	0,628	0,550	0,565	699
El Salvador - 1985	0,941	0,949	0,849	0,763	0,733	0,617	992
Nicaragua - 1992/93	0,953	0,923	0,869	0,773	0,719	0,613	3096
Paraguai - 1990	0,915	0,890	0,762	0,731	0,665	0,595	1266
Peru - 1986	0,953	0,920	0,871	0,750	0,672	0,642	1070
Rep. Dominicana - 1986	0,932	0,915	0,880	0,753	0,712	0,624	1343

**b) Segundo Período:**

País	Faixa de Parturição						N
	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	
Brasil - 1996	0,906	0,885	0,692	0,529	0,510	0,526	3212
Colômbia - 1995	0,917	0,881	0,725	0,596	0,535	0,479	2616
Costa Rica - 1999	0,939	0,918	0,719	0,589	0,546	0,385	337
El Salvador - 1998	0,955	0,926	0,776	0,618	0,573	0,563	3856
Nicaragua - 2001	0,958	0,907	0,819	0,700	0,660	0,581	2837
Paraguai - 1998	0,937	0,897	0,795	0,703	0,566	0,637	1173
Peru - 1996	0,931	0,909	0,789	0,702	0,629	0,588	6609
Rep. Dominicana - 1996	0,929	0,908	0,785	0,602	0,548	0,560	1828

**c) Terceiro Período:**

País	Faixa de Parturição						N
	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	
Brasil - 2006	0,883	0,765	0,489	0,426	0,453	0,445	4177
Colômbia - 2010	0,928	0,829	0,606	0,474	0,462	0,442	12774
Costa Rica - 2010	0,923	0,863	0,580	0,500	0,417	0,440	261
El Salvador - 2008	0,944	0,902	0,728	0,532	0,524	0,492	3947
Nicaragua - 2011	0,942	0,901	0,742	0,615	0,576	0,487	4840
Paraguai - 2008	0,909	0,885	0,702	0,593	0,501	0,559	2099
Peru - 2012	0,924	0,850	0,646	0,580	0,532	0,487	6407
Rep. Dominicana - 2013	0,947	0,896	0,722	0,483	0,453	0,419	2207

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela A5.2. Distribuição das RPP, por faixas de parturição, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
	0->1	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	0->1	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	0->1	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6
Brasil 1986	0,92	0,93	0,87	0,77	0,72	0,65	0,92	0,89	0,75	0,66	0,52	0,50	0,82	0,89	0,63	0,34	0,49	0,20
	N=490						N=413						N=329					
Colômbia 1986	0,95	0,92	0,88	0,78	0,73	0,70	0,92	0,90	0,78	0,70	0,63	0,50	0,82	0,87	0,66	0,45	0,34	0,31
	N=391						N=315						N=179					
Costa Rica 1986	0,96	0,94	0,86	0,74	0,61	0,62	0,93	0,88	0,77	0,60	0,52	0,59	0,89	0,86	0,62	0,44	0,41	0,20
	N=225						N=221						N=180					
El Salvador 1985	0,93	0,96	0,91	0,85	0,84	0,64	0,96	0,95	0,87	0,76	0,64	0,62	0,93	0,92	0,66	0,45	0,44	0,33
	N=353						N=275						N=136					
Nicaragua 1992/93	0,96	0,95	0,96	0,87	0,84	0,66	0,94	0,95	0,87	0,76	0,71	0,57	0,95	0,86	0,74	0,59	0,41	0,49
	N=941						N=778						N=718					
Paraguai 1990	0,95	0,91	0,84	0,82	0,73	0,67	0,92	0,88	0,71	0,72	0,65	0,60	0,87	0,87	0,68	0,57	0,48	0,24
	N=420						N=313						N=292					
Peru 1986	0,96	0,95	0,94	0,85	0,77	0,69	0,94	0,95	0,90	0,69	0,64	0,64	0,95	0,84	0,73	0,59	0,39	0,31
	N=363						N=208						N=242					
Rep. Dominicana 1986	0,93	0,92	0,90	0,85	0,77	0,65	0,94	0,93	0,90	0,71	0,66	0,60	0,93	0,89	0,78	0,53	0,55	0,53
	N=539						N=333						N=200					

**b) Segundo Período:**

País	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
	0->1	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	0->1	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6	0->1	1->2	2->3	3->4	4->5	5->6
Brasil 1996	0,93	0,93	0,81	0,62	0,59	0,57	0,93	0,89	0,65	0,48	0,37	0,40	0,83	0,80	0,49	0,26	0,26	0,17
	N=1392						N=826						N=815					
Colômbia 1995	0,94	0,92	0,82	0,70	0,62	0,52	0,93	0,88	0,66	0,52	0,38	0,28	0,86	0,82	0,57	0,35	0,25	0,28
	N=1235						N=535						N=705					
Costa Rica 1999	0,96	0,94	0,76	0,69	0,56	0,38	0,91	0,96	0,76	0,55	0,62	0,46	0,94	0,86	0,62	0,43	0,43	0,30
	N=159						N=57						N=108					
El Salvador 1998	0,97	0,96	0,87	0,75	0,65	0,59	0,96	0,94	0,78	0,59	0,54	0,55	0,93	0,87	0,62	0,36	0,32	0,37
	N=1406						N=1060						N=1056					
Nicaragua 2001	0,97	0,95	0,93	0,82	0,75	0,66	0,96	0,94	0,85	0,70	0,59	0,46	0,94	0,83	0,64	0,45	0,47	0,44
	N=926						N=618						N=807					
Paraguai 1998	0,95	0,94	0,90	0,81	0,67	0,71	0,99	0,90	0,77	0,76	0,58	0,58	0,87	0,84	0,70	0,43	0,18	0,17
	N=336						N=343						N=306					
Peru 1996	0,97	0,95	0,91	0,82	0,71	0,65	0,96	0,96	0,84	0,72	0,56	0,49	0,89	0,85	0,63	0,49	0,44	0,38
	N=2529						N=733						N=2547					
Rep. Dominicana 1996	0,96	0,94	0,85	0,76	0,63	0,60	0,95	0,91	0,83	0,58	0,45	0,44	0,86	0,86	0,63	0,26	0,30	0,53
	N=705						N=460						N=520					

## c) Terceiro Período:

País	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6
Brasil 2006	0,95	0,86	0,61	0,52	0,52	0,46	0,92	0,76	0,48	0,35	0,31	0,52	0,79	0,66	0,31	0,23	0,28	0,18
	N=1573						N=935						N=1593					
Colômbia 2010	0,97	0,91	0,74	0,57	0,52	0,47	0,94	0,81	0,54	0,36	0,33	0,34	0,84	0,69	0,33	0,19	0,22	0,38
	N=5418						N=4481						N=2641					
Costa Rica 2010	0,93	0,93	0,62	0,58	0,49	0,46	0,93	0,87	0,55	0,42	0,28	0,32	0,90	0,75	0,52	0,41	0,33	0,49
	N=153495						N=75791						N=103890					
El Salvador 2008	0,96	0,95	0,83	0,65	0,58	0,53	0,95	0,92	0,74	0,48	0,47	0,42	0,91	0,81	0,52	0,25	0,27	0,37
	N=1647						N=1092						N=1058					
Nicaragua 2011	0,97	0,95	0,87	0,77	0,65	0,54	0,96	0,92	0,76	0,55	0,52	0,41	0,89	0,81	0,52	0,34	0,36	0,35
	N=1669						N=1572						N=1360					
Paraguai 2008	0,92	0,91	0,78	0,72	0,56	0,58	0,95	0,89	0,65	0,46	0,47	0,50	0,83	0,81	0,58	0,39	0,18	0,46
	N=951						N=555						N=469					
Peru 2012	0,97	0,94	0,81	0,69	0,61	0,52	0,94	0,85	0,59	0,47	0,37	0,35	0,83	0,71	0,39	0,32	0,29	0,34
	N=2517						N=1841						N=1853					
Rep. Dominicana 2013	0,98	0,96	0,84	0,60	0,50	0,46	0,94	0,90	0,67	0,38	0,39	0,28	0,90	0,78	0,55	0,26	0,20	0,36
	N=940						N=670						N=560					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela A5.3. Distribuição das RPP, por faixas de parturição, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 35-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Quintil Mais baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6
Brasil 1986	0,92	0,94	0,87	0,86	0,78	0,70	0,91	0,89	0,74	0,75	0,54	0,42	0,90	0,92	0,67	0,37	0,45	0,47
	N=192						N=248						N=367					
Colômbia 1986	0,90	0,93	0,91	0,83	0,88	0,69	0,93	0,89	0,83	0,76	0,61	0,74	0,88	0,89	0,74	0,50	0,53	0,26
	N=151						N=193						N=202					
Costa Rica 1986	0,94	0,92	0,85	0,84	0,73	0,76	0,97	0,93	0,80	0,68	0,55	0,61	0,90	0,86	0,64	0,44	0,33	0,23
	N=83						N=115						N=178					
El Salvador 1985	0,93	0,97	0,94	0,89	0,83	0,76	0,92	0,95	0,86	0,76	0,72	0,60	0,91	0,92	0,71	0,54	0,57	0,38
	N=117						N=165						N=176					
Nicaragua 1992/93	0,94	0,95	0,99	0,88	0,91	0,69	0,96	0,94	0,89	0,87	0,74	0,63	0,95	0,86	0,78	0,61	0,48	0,34
	N=353						N=445						N=691					
Paraguai 1990	0,94	0,95	0,89	0,89	0,77	0,71	0,89	0,88	0,79	0,75	0,73	0,61	0,90	0,87	0,67	0,56	0,49	0,45
	N=103						N=192						N=304					
Peru 1986	0,93	0,95	0,96	0,85	0,85	0,71	0,97	0,92	0,93	0,82	0,60	0,66	0,94	0,89	0,76	0,61	0,55	0,43
	N=128						N=152						N=215					
Rep. Dominicana 1986	0,94	0,95	0,96	0,90	0,81	0,72	0,94	0,92	0,91	0,74	0,74	0,64	0,92	0,90	0,77	0,57	0,55	0,48
	N=181						N=244						N=227					

**b) Segundo Período:**

País	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6
Brasil 1996	0,94	0,96	0,88	0,75	0,73	0,63	0,89	0,89	0,70	0,53	0,46	0,45	0,89	0,84	0,55	0,34	0,25	0,25
	N=358						N=632						N=790					
Colômbia 1995	0,95	0,95	0,91	0,82	0,67	0,56	0,95	0,89	0,81	0,59	0,52	0,45	0,86	0,84	0,56	0,33	0,32	0,33
	N=307						N=487						N=712					
Costa Rica 1999	0,95	0,98	0,85	0,75	0,64	0,44	0,83	0,91	0,78	0,56	0,43	0,17	0,97	0,91	0,73	0,49	0,55	0,42
	N=65						N=42						N=70					
El Salvador 1998	0,96	0,96	0,91	0,82	0,75	0,64	0,95	0,94	0,80	0,59	0,60	0,47	0,95	0,88	0,66	0,45	0,33	0,42
	N=563						N=678						N=887					
Nicaragua 2001	0,97	0,96	0,94	0,89	0,81	0,74	0,96	0,93	0,88	0,77	0,66	0,64	0,94	0,83	0,68	0,51	0,55	0,45
	N=207						N=455						N=750					
Paraguai 1998	0,98	0,98	0,91	0,93	0,79	0,71	0,98	0,87	0,74	0,77	0,43	0,66	0,87	0,87	0,68	0,35	0,20	0,22
	N=169						N=198						N=247					
Peru 1996	0,97	0,93	0,93	0,89	0,78	0,70	0,95	0,94	0,84	0,71	0,63	0,57	0,88	0,86	0,63	0,50	0,44	0,42
	N=676						N=1175						N=1710					
Rep. Dominicana 1996	0,98	0,94	0,88	0,79	0,72	0,57	0,94	0,91	0,80	0,61	0,46	0,65	0,87	0,85	0,70	0,42	0,45	0,62
	N=202						N=341						N=432					

## c) Terceiro Período:

País	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6	0 -> 1	1 -> 2	2 -> 3	3 -> 4	4 -> 5	5 -> 6
Brasil 2006	0,94	0,88	0,68	0,60	0,56	0,46	0,87	0,82	0,43	0,39	0,38	0,35	0,86	0,69	0,33	0,18	0,31	0,00
	N=601						N=866						N=1003					
Colômbia 2010	0,97	0,92	0,80	0,67	0,60	0,51	0,94	0,84	0,64	0,46	0,40	0,37	0,88	0,74	0,39	0,24	0,20	0,30
	N=1840						N=2613						N=2886					
El Salvador 2008	0,95	0,96	0,85	0,68	0,66	0,60	0,96	0,92	0,77	0,52	0,49	0,47	0,91	0,81	0,55	0,35	0,32	0,32
	N=659						N=756						N=817					
Nicaragua 2011	0,96	0,96	0,89	0,82	0,69	0,57	0,95	0,94	0,82	0,64	0,56	0,46	0,91	0,82	0,52	0,38	0,35	0,28
	N=675						N=927						N=1123					
Paraguai 2008	0,94	0,95	0,88	0,82	0,67	0,61	0,92	0,89	0,69	0,58	0,43	0,47	0,88	0,83	0,54	0,34	0,25	0,00
	N=335						N=381						N=506					
Peru 2012	0,97	0,94	0,88	0,79	0,69	0,59	0,93	0,88	0,67	0,59	0,41	0,38	0,85	0,74	0,40	0,27	0,26	0,12
	N=896						N=1267						N=1448					
Rep. Dominicana 2013	0,98	0,95	0,90	0,69	0,58	0,55	0,95	0,89	0,78	0,50	0,34	0,31	0,90	0,83	0,52	0,30	0,27	0,12
	N=284						N=455						N=527					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**ANEXO VI: Tabelas com resultados gerados para Uso de Contraceção.**

**Tabela A6.1. Proporção (%) de mulheres casadas/unidas que declararam, na data da pesquisa, estar usando método contraceptivo, por tipo de método, bem como aquelas que declararam não estar usando, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

Países	Uso de Método Contraceptivo																								N
	Não Está Usando						Método Moderno						Método Tradicional/Folclórico						Outros						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 1986	52,3	44,6	32,4	25,9	30,4	33,1	44,2	46,0	61,1	63,3	58,7	53,4	3,5	9,4	6,5	10,8	10,8	13,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3471
Colômbia - 1986	71,4	43,0	31,3	26,2	24,1	29,9	21,1	47,2	59,4	58,6	61,3	54,3	7,5	9,8	9,3	15,2	14,7	15,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2568
Costa Rica - 1986	48,8	42,1	39,1	44,3	46,1	59,6	40,7	49,0	51,4	42,0	39,5	29,8	10,6	8,8	9,5	13,5	14,4	10,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,5	1914
El Salvador - 1985	78,1	64,7	46,3	37,0	43,2	48,2	20,5	32,6	50,5	60,4	52,0	48,5	1,3	2,8	3,2	2,6	4,8	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2883
Nicaragua - 1992/93	76,7	58,4	46,8	41,8	39,5	44,5	20,8	38,4	49,5	54,9	56,2	49,3	2,5	3,2	3,7	3,3	4,4	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9140
Paraguai - 1990	64,6	58,5	47,7	46,2	45,1	49,9	26,4	30,5	41,1	38,6	39,5	32,1	9,0	11,0	11,2	15,3	15,4	18,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3196
Peru - 1986	77,3	60,4	49,9	44,8	46,3	52,5	10,2	19,7	26,6	28,6	27,0	19,6	12,5	19,9	23,4	26,5	26,8	28,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2571
Rep.Dominicana - 1986	75,3	62,1	49,0	39,3	35,2	45,3	20,1	33,1	47,4	58,3	62,1	52,7	4,6	4,8	3,6	2,4	2,7	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3774

**b) Segundo Período:**

Países	Uso de Método Contraceptivo																								N
	Não Está Usando						Método Moderno						Método Tradicional/Folclórico						Outros						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 1996	45,9	34,0	22,5	15,7	16,8	20,9	47,1	61,6	70,1	78,6	76,8	72,7	7,1	4,4	7,5	5,8	6,4	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6669
Colômbia - 1995	49,3	39,2	28,1	21,9	17,5	21,5	36,6	47,6	58,4	65,1	69,4	65,4	14,0	13,3	13,4	13,0	13,1	13,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5456
Costa Rica - 1999*	28,1	20,9	23,8	18,1	16,7	19,5	71,9	72,2	69,9	67,8	72,2	75,2	0,0	7,0	6,3	14,1	10,4	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	696
El Salvador - 1998	66,7	51,5	41,3	31,5	29,5	30,4	25,6	43,2	53,6	62,8	64,8	64,3	7,7	5,3	5,1	5,7	5,7	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9108
Nicaragua - 2001	44,7	33,7	30,2	24,7	24,8	29,5	53,0	64,2	67,5	72,4	72,6	67,2	2,3	2,1	2,3	2,8	2,6	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6732
Paraguai - 1998	54,8	39,5	38,1	37,0	32,7	36,2	36,3	51,2	46,3	47,4	52,7	44,8	8,9	9,5	15,7	15,6	14,6	19,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2911
Peru - 1996	54,1	40,6	31,9	29,2	27,1	32,8	31,0	40,9	46,6	47,0	46,2	38,3	14,9	18,5	21,5	23,8	26,6	28,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15119
Rep.Dominicana - 1996	65,1	52,4	35,6	27,9	25,6	27,9	28,7	40,8	60,3	66,1	71,8	69,7	6,2	6,8	4,1	6,0	2,7	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4558

\* Primeiro grupo etário 18-19

## c) Terceiro Período:

Países	Uso de Método Contraceptivo																								N
	Não Está Usando						Método Moderno						Método Tradicional/Folclórico						Outros						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
Brasil - 2006	33,8	22,9	21,4	15,3	14,1	13,7	63,2	75,4	75,7	80,8	82,2	81,8	7,9	6,3	11,5	18,8	18,3	23,3	0,0	0,1	0,1	0,3	0,5	0,2	8681
Colômbia - 2010	39,4	28,3	21,6	17,4	16,2	15,6	55,0	66,0	72,6	77,4	78,2	76,7	5,5	5,7	5,8	5,3	5,6	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22337
Costa Rica - 2010	25,4	26,0	18,7	18,3	12,9	18,6	70,8	69,6	78,1	79,1	87,1	77,5	3,8	1,1	0,8	0,0	1,1	2,5	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	557490
El Salvador - 2008	45,2	31,4	28,7	22,9	22,9	22,7	49,0	62,7	65,3	69,7	70,6	71,7	5,8	6,0	6,0	7,3	6,6	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8143
Nicaragua - 2011	27,5	21,1	17,2	17,9	14,8	16,5	70,7	76,1	80,4	79,5	80,2	80,7	1,7	2,8	2,2	2,6	5,0	2,8	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	0,1	11012
Paraguai - 2008	27,2	18,0	16,5	15,9	16,9	23,5	65,8	74,1	75,0	72,2	70,7	62,0	7,0	7,9	8,5	11,9	12,3	14,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4818
Peru - 2012	33,5	22,4	22,3	20,2	19,6	22,4	50,6	57,2	54,9	54,6	55,2	49,0	15,9	20,4	22,8	25,1	25,3	28,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11603
Rep.Dominicana - 2013	45,6	39,3	28,9	26,8	19,0	22,6	51,7	56,6	66,4	69,3	78,5	75,3	2,7	4,0	4,6	3,9	2,5	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4430

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela A6.2. Proporção (%) de mulheres casadas/unidas que declararam, na data da pesquisa, estar usando método contraceptivo, por tipo de método, bem como aquelas que declararam não estar usando, segundo categorias de escolaridade, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Uso de Método Contraceptivo	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	Não está usando	62,3	54,7	48,2	32,9	42,7	43,0	47,2	42,0	27,7	21,4	23,6	21,8	43,6	38,4	24,3	20,9	16,4	23,5
	Método Moderno	34,4	37,4	46,8	56,9	45,5	45,2	48,6	49,0	66,0	69,4	64,1	65,4	53,8	50,6	67,6	65,9	77,9	57,8
	Método Tradicional/Folclórico	3,3	7,8	5,0	10,2	11,9	11,8	4,2	9,1	6,3	9,3	12,3	12,8	2,6	11,0	8,1	13,3	5,7	18,6
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1327						N = 1224						N = 911					
Colômbia 1986	Não está usando	81,1	51,9	41,6	31,9	29,6	32,4	73,7	41,7	27,7	22,2	22,7	31,0	36,8	37,4	27,0	21,7	14,3	10,7
	Método Moderno	13,2	38,2	48,2	53,3	58,6	51,1	22,4	47,5	64,1	64,2	62,6	56,0	36,8	55,1	63,0	60,9	64,8	67,9
	Método Tradicional/Folclórico	5,7	9,9	10,2	14,8	11,8	16,5	3,9	10,8	8,2	13,6	14,7	13,0	26,3	7,5	10,1	17,4	20,9	21,4
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1127						N = 1087						N = 632					
Costa Rica 1986	Não está usando	63,0	44,4	48,0	50,9	56,9	62,6	47,1	45,3	33,2	44,1	38,5	57,7	38,5	36,2	40,9	39,4	43,7	54,9
	Método Moderno	29,6	48,1	42,9	36,8	31,4	30,4	42,9	45,3	57,3	41,9	48,7	34,6	46,2	55,2	49,4	46,0	36,8	23,5
	Método Tradicional/Folclórico	7,4	7,4	9,2	11,3	11,8	7,0	10,0	9,4	9,5	14,0	12,8	7,7	15,4	8,6	9,7	14,6	19,5	19,6
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	38,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 250						N = 485						N = 356					
El Salvador 1985	Não está usando	88,5	72,5	59,4	49,1	52,3	55,4	77,9	65,9	36,5	30,8	38,7	44,0	67,9	54,8	38,4	26,0	25,3	17,6
	Método Moderno	10,3	27,1	39,8	50,0	45,5	42,6	22,1	32,3	60,2	67,7	56,2	54,0	29,5	38,7	54,8	67,7	62,7	67,6
	Método Tradicional/Folclórico	1,1	0,5	0,8	0,9	2,3	2,0	0,0	1,8	3,3	1,5	5,1	2,0	2,6	6,5	6,8	6,3	12,0	14,7
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1380						N = 1077						N = 707					

continua...



País	Uso de Método Contraceptivo	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 1992/93	Não está usando	88,8	77,5	64,2	57,0	54,1	57,5	70,2	56,9	47,5	34,2	28,8	29,5	65,5	41,8	31,4	30,5	24,1	28,2
	Método Moderno	9,5	20,3	34,2	41,7	45,0	39,4	26,5	40,9	48,0	62,2	67,2	60,2	32,1	52,8	63,6	64,0	64,5	62,8
	Método Tradicional/Folclórico	1,7	2,2	1,7	1,3	0,9	3,3	3,3	2,0	4,4	3,6	3,9	10,4	2,4	5,3	4,9	5,5	11,2	9,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 3984						N = 3194						N = 2682					
Paraguai 1990	Não está usando	67,0	72,3	61,1	60,4	52,2	57,3	68,1	55,4	46,4	40,3	47,4	47,2	43,5	46,3	35,0	36,6	30,8	31,3
	Método Moderno	28,4	17,4	29,3	27,2	34,1	26,2	20,3	32,8	44,2	46,3	40,5	35,0	34,8	43,1	50,4	43,3	47,9	45,8
	Método Tradicional/Folclórico	4,5	10,3	9,6	12,4	13,7	16,4	11,6	11,8	9,4	13,4	12,1	17,9	21,7	10,6	14,6	20,1	21,2	22,9
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1519						N = 1108						N = 944					
Peru 1986	Não está usando	91,7	78,0	70,4	66,3	65,0	65,4	70,0	58,5	47,6	37,2	32,4	40,2	65,0	49,7	31,7	30,2	22,0	21,9
	Método Moderno	2,1	5,5	10,2	12,4	14,6	11,1	11,7	18,9	29,8	31,7	34,2	33,0	25,0	30,9	39,8	42,3	44,7	31,3
	Método Tradicional/Folclórico	6,3	16,5	19,4	21,2	20,5	23,5	18,3	22,6	22,5	31,1	33,3	26,8	10,0	19,5	28,5	27,5	33,3	46,9
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1241						N = 878						N = 781					
Rep. Dominicana 1986	Não está usando	77,2	69,6	51,6	43,0	39,3	50,4	79,6	63,4	45,7	38,3	32,4	43,2	61,0	54,0	49,1	35,6	26,3	20,0
	Método Moderno	17,3	28,8	46,0	55,8	58,6	47,1	18,3	33,4	51,6	59,2	65,9	54,1	30,5	36,7	45,1	61,0	67,7	80,0
	Método Tradicional/Folclórico	5,5	1,6	2,4	1,2	2,1	2,6	2,1	3,1	2,7	2,6	1,8	2,7	8,5	9,4	5,8	3,4	6,1	0,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1875						N = 1223						N = 1035					

fim.

## b) Segundo Período:

País	Uso de Método Contraceptivo	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	Não está usando	60,5	44,1	25,2	19,7	22,7	25,7	35,6	29,1	18,8	14,3	12,4	17,7	31,0	24,7	22,7	11,7	10,9	12,6
	Método Moderno	32,7	51,7	68,1	75,2	71,8	67,1	58,3	66,9	76,7	78,8	81,0	79,2	58,6	69,8	65,3	82,8	81,1	79,8
	Método Tradicional/Folclórico	6,8	4,2	6,7	5,1	5,5	7,2	6,1	3,9	4,5	6,8	6,6	3,1	10,3	5,5	12,0	5,5	7,9	7,6
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 3469						N = 2245						N = 1865					
Colômbia 1995	Não está usando	55,9	44,8	29,2	23,2	21,5	25,3	49,5	33,9	22,3	21,0	9,6	20,0	23,8	36,1	32,2	21,0	17,3	12,5
	Método Moderno	30,3	42,1	56,0	62,4	65,5	60,3	37,4	49,8	64,6	67,7	76,9	68,7	59,5	53,6	55,9	66,5	69,9	77,0
	Método Tradicional/Folclórico	13,8	13,1	14,8	14,4	13,1	14,4	13,1	16,3	13,1	11,3	13,5	11,3	16,7	10,3	12,0	12,5	12,8	10,5
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 2950						N = 1516						N = 1632					
Costa Rica 1999*	Não está usando	31,8	21,8	18,4	12,7	20,8	27,0	12,5	16,1	37,0	20,7	13,8	7,7	50,0	24,1	25,0	25,5	11,6	11,1
	Método Moderno	68,2	67,3	76,3	71,8	66,7	68,3	87,5	83,9	51,9	65,5	75,9	84,6	50,0	69,0	70,0	61,7	79,1	83,3
	Método Tradicional/Folclórico	0,0	10,9	5,3	15,5	11,1	4,8	0,0	0,0	11,1	13,8	10,3	7,7	0,0	6,9	5,0	12,8	9,3	5,6
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 359						N = 137						N = 197					
El Salvador 1998	Não está usando	79,8	64,3	50,9	38,1	40,1	41,1	63,3	48,1	37,9	28,0	24,9	24,1	55,1	42,4	34,8	27,6	19,7	16,6
	Método Moderno	16,2	32,0	45,3	56,9	55,2	56,4	27,1	48,0	57,4	67,1	72,2	71,6	36,0	49,0	58,6	65,5	70,9	71,5
	Método Tradicional/Folclórico	4,0	3,5	3,8	5,1	4,6	2,6	9,5	3,9	5,0	5,0	2,9	4,6	9,1	8,7	6,6	7,1	9,5	11,9
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 3989						N = 3073						N = 3016					

\* Primeiro grupo etário 18-19

continua...

País	Uso de Método Contraceptivo	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 2001	Não está usando	52,1	38,8	38,3	28,4	31,3	37,6	42,6	28,4	26,0	20,2	18,6	19,8	32,5	34,8	23,0	24,0	20,2	20,9
	Método Moderno	46,9	60,3	60,3	70,2	66,1	60,3	55,3	69,3	71,3	77,6	80,7	76,5	61,8	61,9	74,2	70,8	75,9	73,5
	Método Tradicional/Folclórico	1,0	0,9	1,4	1,4	2,6	2,1	2,1	2,3	2,8	2,2	0,7	3,7	5,7	3,3	2,8	5,1	3,9	5,6
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 3216						N = 2227						N = 1974					
Paraguai 1998	Não está usando	64,7	48,4	43,2	45,6	47,0	36,0	50,7	45,1	40,7	38,9	26,6	39,4	41,4	20,2	29,3	25,6	16,4	33,3
	Método Moderno	19,4	38,8	43,7	37,3	38,4	40,9	43,1	48,3	41,9	44,7	58,7	48,9	58,6	70,2	54,5	61,1	70,0	46,3
	Método Tradicional/Folclórico	14,7	12,4	13,1	17,1	14,6	23,4	5,6	6,3	17,4	16,4	14,6	11,7	0,0	9,7	16,6	13,0	13,5	19,9
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1071						N = 1047						N = 796					
Peru 1996	Não está usando	58,8	53,4	39,8	34,9	36,5	40,9	47,6	34,4	28,0	26,1	20,6	26,3	50,5	32,5	26,8	24,8	17,4	21,7
	Método Moderno	25,8	28,5	38,1	41,1	35,8	29,6	38,1	46,7	51,2	52,2	50,4	39,0	33,9	49,0	51,8	50,9	58,1	52,1
	Método Tradicional/Folclórico	15,3	18,2	22,0	24,0	27,7	29,5	14,3	18,9	20,8	21,7	29,0	34,6	15,6	18,4	21,4	24,3	24,5	26,2
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 7801						N = 2754						N = 6330					
Rep. Dominicana 1996	Não está usando	68,4	65,0	35,4	24,5	30,1	33,0	60,9	48,3	37,6	24,9	21,1	22,9	70,3	42,8	33,2	33,5	23,0	20,8
	Método Moderno	22,8	30,8	63,1	72,0	67,2	65,8	34,0	44,6	59,2	70,9	77,9	75,7	29,7	46,7	59,1	56,7	72,8	72,9
	Método Tradicional/Folclórico	8,8	4,2	1,5	3,5	2,7	1,2	5,1	7,0	3,2	4,2	1,0	1,4	0,0	10,6	7,7	9,8	4,2	6,3
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1960						N = 1711						N = 1310					

fim.

## c) Terceiro Período:

País	Uso de Método Contraceptivo	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	Não está usando	54,4	33,3	19,1	15,2	14,1	16,1	24,9	20,6	20,7	12,4	9,1	10,5	17,1	17,6	22,4	17,2	17,4	12,8
	Método Moderno	45,1	65,1	78,5	81,7	83,7	77,6	70,1	77,1	77,1	83,4	88,5	88,4	82,9	81,2	73,7	78,2	77,1	83,1
	Método Tradicional/Folclórico	0,0	1,6	2,4	3,1	2,0	6,1	4,7	2,4	2,0	3,8	2,0	1,2	0,0	1,0	3,8	3,9	4,8	3,8
	Outros	0,0	0,3	0,0	0,0	0,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,2	0,5	0,0	0,0	0,2	0,2	0,6	0,6	0,4
		N = 3069						N = 2436						N = 3097					
Colômbia 2010	Não está usando	46,8	30,6	21,2	17,1	14,0	15,1	34,9	27,6	18,8	14,5	16,1	14,4	30,5	26,2	27,0	22,1	20,4	19,6
	Método Moderno	46,6	62,2	72,1	78,4	79,5	77,1	60,6	67,5	75,0	79,7	79,9	78,2	62,7	68,6	69,1	72,1	72,8	72,5
	Método Tradicional/Folclórico	6,7	7,2	6,6	4,5	6,4	7,8	4,5	5,0	6,2	5,8	4,0	7,4	6,8	5,2	3,9	5,8	6,8	7,9
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 8677						N = 9131						N = 4530					
Costa Rica 2010	Não está usando	22,6	30,3	17,5	19,8	7,4	25,8	32,0	25,3	13,9	22,6	12,3	26,1	21,7	22,5	23,5	14,1	24,3	3,9
	Método Moderno	70,7	66,5	79,4	80,2	92,6	68,5	68,0	74,7	77,7	77,4	87,7	73,9	78,3	69,1	76,5	78,7	75,7	92,3
	Método Tradicional/Folclórico	6,7	3,1	1,6	0,0	0,0	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 253888						N = 126851						N = 176750					
El Salvador 2008	Não está usando	53,1	38,0	31,6	27,4	26,4	25,5	44,4	28,1	26,9	22,2	21,1	20,3	35,4	29,3	27,5	18,7	19,1	19,5
	Método Moderno	45,0	57,9	64,4	67,6	68,7	70,2	50,9	66,3	67,2	70,6	70,9	70,3	48,0	62,7	64,1	71,4	73,6	76,1
	Método Tradicional/Folclórico	1,9	4,2	3,9	5,0	4,9	4,2	4,7	5,5	6,0	7,3	8,0	9,1	16,5	8,2	8,3	9,7	7,5	4,7
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 3094						N = 2710						N = 2333					

continua...

País	Uso de Método Contraceptivo	Nenhuma/Baixa escolaridade						Média escolaridade						Alta escolaridade					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 2011	Não está usando	24,2	25,6	19,0	20,0	17,0	19,8	27,0	21,3	15,5	16,5	12,3	15,6	33,5	17,7	17,3	16,9	14,6	11,7
	Método Moderno	73,2	72,9	78,2	78,9	77,2	77,1	71,2	76,4	82,0	81,5	84,2	81,9	66,1	78,2	80,7	77,9	79,6	85,7
	Método Tradicional/Folclórico	2,3	1,8	2,8	1,1	5,8	3,0	1,8	2,3	2,5	2,0	3,5	2,4	0,4	4,1	1,4	5,0	5,8	2,6
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,8	0,0
		N = 3742						N = 4005						N = 3264					
Paraguai 2008	Não está usando	27,9	18,6	13,6	14,3	19,3	25,0	25,3	18,5	18,3	15,0	14,9	17,2	30,0	16,1	17,9	19,4	13,8	27,6
	Método Moderno	62,2	73,3	77,8	72,8	67,3	57,5	69,2	74,0	72,4	74,0	71,4	70,0	67,5	75,4	74,7	69,2	77,9	63,5
	Método Tradicional/Folclórico	9,9	8,1	8,5	12,8	13,2	17,5	5,5	7,2	9,3	11,0	13,7	12,8	2,5	8,5	7,5	11,4	8,3	8,8
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 2122						N = 1549						N = 1147					
Peru 2012	Não está usando	35,7	22,7	21,8	20,1	20,1	22,1	32,5	23,6	20,1	19,1	14,2	24,2	16,7	18,7	26,4	21,8	24,8	21,1
	Método Moderno	47,5	52,5	50,2	49,3	48,8	43,7	52,1	59,1	60,3	58,4	62,3	49,6	72,2	59,4	52,3	57,4	57,4	58,9
	Método Tradicional/Folclórico	16,8	24,7	28,0	30,6	31,1	34,2	15,4	17,3	19,6	22,5	23,5	26,2	11,1	21,9	21,3	20,8	17,8	20,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 4630						N = 4166						N = 2808					
Rep. Dominicana 2013	Não está usando	58,6	44,8	28,5	26,2	17,1	25,2	35,6	38,1	25,8	23,3	20,2	14,8	42,9	34,0	33,6	31,5	20,8	26,7
	Método Moderno	39,5	53,6	69,3	72,0	81,4	73,4	60,9	57,8	68,6	71,0	76,3	82,3	57,1	59,5	60,7	64,1	76,2	70,9
	Método Tradicional/Folclórico	1,9	1,6	2,2	1,8	1,4	1,4	3,5	4,1	5,5	5,7	3,6	3,0	0,0	6,5	5,7	4,4	3,0	2,4
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1704						N = 1669						N = 1054					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).

**Tabela A6.3. Proporção (%) de mulheres casadas/unidas que declararam, na data da pesquisa, estar usando método contraceptivo, por tipo de método, bem como aquelas que declararam não estar usando, segundo as três categorias dos quintis de riqueza, para países selecionados, nos três períodos de análise. América Latina e Caribe. Mulheres de 15-44 anos.**

**a) Primeiro Período:**

País	Uso de Método	Quartil Mais Baixo						Quartil Médio						Quartil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1986	Não está usando	66,7	54,8	55,0	44,9	58,0	51,6	41,7	39,2	22,1	19,7	21,8	36,2	53,8	37,6	24,0	14,4	15,4	14,4
	Método Moderno	28,3	34,5	40,9	41,7	34,1	29,5	55,6	51,7	71,2	71,1	62,9	55,2	46,2	50,6	68,2	75,6	78,9	69,2
	Método Tradicional/Folclórico	5,0	10,7	4,1	13,5	8,0	18,9	2,8	9,2	6,7	9,2	15,3	8,6	0,0	11,8	7,8	10,0	5,7	16,4
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 815						N = 700						N = 753					
Colômbia 1986	Não está usando	80,6	56,1	54,3	43,8	39,2	37,3	53,6	37,3	27,2	23,4	20,7	31,3	42,9	24,1	28,6	21,5	13,6	21,7
	Método Moderno	14,9	33,8	34,1	38,1	47,1	47,0	35,7	52,0	64,9	64,9	57,5	56,3	42,9	70,4	66,3	62,4	71,6	65,0
	Método Tradicional/Folclórico	4,5	10,1	11,6	18,1	13,7	15,7	10,7	10,8	7,9	11,7	21,8	12,5	14,3	5,6	5,1	16,1	14,8	13,3
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 634						N = 506						N = 400					
Costa Rica 1986	Não está usando	52,9	44,4	53,7	55,7	52,1	71,4	68,8	29,7	41,9	48,0	37,0	56,3	20,0	25,9	29,3	37,1	48,2	57,1
	Método Moderno	37,3	45,4	40,0	28,4	35,4	26,5	25,0	53,1	50,0	38,7	50,0	37,5	60,0	66,7	58,7	42,7	36,1	25,0
	Método Tradicional/Folclórico	9,8	10,2	6,3	15,9	12,5	2,0	6,3	17,2	8,1	12,0	13,0	6,3	20,0	7,4	12,0	20,2	15,7	16,1
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8
		N = 439						N = 327						N = 335					
El Salvador 1985	Não está usando	85,2	80,5	55,5	59,6	66,7	73,2	78,2	53,2	42,6	35,1	39,8	45,8	57,9	51,2	26,6	22,6	21,3	28,8
	Método Moderno	14,8	19,5	43,0	40,4	31,0	26,8	21,8	44,0	52,7	64,0	59,1	50,8	36,8	41,7	65,1	70,7	66,7	63,5
	Método Tradicional/Folclórico	0,0	0,0	1,6	0,0	2,3	0,0	0,0	2,8	4,7	0,9	1,1	3,4	5,3	7,1	8,3	6,8	12,0	7,7
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 616						N = 620						N = 472					

continua...

País	Uso de Método	Quartil Mais Baixo						Quartil Médio						Quartil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 1992/93	Não está usando	84,2	77,1	75,5	68,5	68,3	67,6	74,3	54,1	39,3	36,3	32,6	37,3	38,7	36,6	25,5	22,9	23,0	23,1
	Método Moderno	13,2	22,1	24,5	30,1	31,1	28,6	22,6	43,3	55,4	59,4	64,3	52,7	58,1	58,9	68,2	71,5	68,1	69,2
	Método Tradicional/Folclórico	2,6	0,8	0,0	1,4	0,6	3,8	3,1	2,7	5,3	4,2	2,9	10,0	3,2	4,7	6,3	5,6	8,9	7,5
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
N = 2032							N = 1882						N = 1519						
Paraguai 1990	Não está usando	74,6	72,6	66,7	70,1	60,2	65,4	60,0	60,4	47,8	42,9	45,9	50,0	77,8	42,4	34,7	37,3	26,2	31,9
	Método Moderno	17,5	19,7	24,6	17,9	29,0	17,3	28,6	30,7	40,7	43,7	39,4	28,6	11,1	42,4	48,0	43,9	53,9	47,8
	Método Tradicional/Folclórico	7,9	7,7	8,7	12,0	10,8	17,3	11,4	8,9	11,5	13,4	14,7	21,4	11,1	15,2	17,3	18,9	19,9	20,4
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
N = 597							N = 575						N = 717						
Peru 1986	Não está usando	91,5	82,0	82,8	76,0	78,8	81,1	73,7	50,6	42,1	33,9	33,7	38,8	50,0	50,9	27,3	34,3	27,6	27,1
	Método Moderno	1,7	7,0	4,9	9,1	5,3	1,8	15,8	24,1	33,1	33,1	28,3	23,9	30,0	32,1	47,0	47,1	45,9	32,9
	Método Tradicional/Folclórico	6,8	11,0	12,3	14,9	15,9	17,1	10,5	25,3	24,8	33,1	38,0	37,3	20,0	17,0	25,8	18,6	26,5	40,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
N = 626							N = 519						N = 414						
Rep. Dominicana 1986	Não está usando	85,4	70,3	50,0	42,6	41,4	52,9	73,3	53,4	42,5	38,0	35,3	41,6	44,0	47,0	43,5	38,8	27,5	42,5
	Método Moderno	13,6	25,0	45,1	52,5	55,5	42,0	26,7	42,0	56,3	61,3	61,0	57,1	36,0	44,4	50,4	59,2	69,2	57,5
	Método Tradicional/Folclórico	1,0	4,7	4,9	4,9	3,1	5,0	0,0	4,5	1,1	0,7	3,7	1,3	20,0	8,5	6,1	2,0	3,3	0,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
N = 889							N = 765						N = 596						

fim.

## b) Segundo Período:

País	Uso de Método Contraceptivo	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 1996	Não está usando	59,0	48,5	29,7	26,0	26,7	42,9	36,4	24,0	20,5	13,7	19,0	17,4	38,7	26,9	18,8	13,6	10,7	13,9
	Método Moderno	35,2	46,5	62,5	68,2	67,3	50,9	53,0	73,5	74,2	82,3	77,2	72,6	54,8	70,2	71,8	79,5	83,9	78,0
	Método Tradicional/Folclórico	5,7	5,0	7,8	5,8	6,0	6,3	10,6	2,5	5,3	4,0	3,8	10,0	6,5	2,9	9,4	6,8	5,4	8,1
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1212						N = 1362						N = 1391					
Colômbia 1995	Não está usando	66,2	51,0	42,3	32,3	24,1	35,5	38,0	37,4	19,8	20,2	14,8	17,6	47,4	36,0	33,2	16,6	15,5	17,8
	Método Moderno	18,3	34,5	41,3	52,4	58,8	42,1	49,3	49,3	64,2	66,9	72,9	73,0	42,1	54,0	54,6	67,2	73,3	72,5
	Método Tradicional/Folclórico	15,5	14,5	16,4	15,3	17,1	22,4	12,7	13,2	16,0	12,9	12,3	9,5	10,5	10,0	12,2	16,2	11,2	9,7
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 971						N = 1177						N = 1043					
Costa Rica 1999*	Não está usando	20,0	18,4	24,4	14,8	14,8	45,8	100,0	17,6	10,5	26,3	26,7	23,5	0,0	37,5	36,8	10,3	6,3	6,9
	Método Moderno	80,0	73,5	68,3	70,4	70,4	54,2	0,0	70,6	84,2	52,6	46,7	76,5	100,0	50,0	63,2	71,8	81,3	89,7
	Método Tradicional/Folclórico	0,0	8,2	7,3	14,8	14,8	0,0	0,0	11,8	5,3	21,1	26,7	0,0	0,0	12,5	0,0	17,9	9,4	3,4
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0
		N = 180						N = 90						N = 130					
El Salvador 1998	Não está usando	79,6	67,3	57,7	49,6	53,7	58,4	74,6	46,5	34,6	26,9	27,2	24,4	64,5	35,8	32,9	23,8	17,9	13,8
	Método Moderno	16,4	29,7	38,7	45,8	41,5	38,2	20,1	50,5	60,4	69,1	70,4	71,8	17,7	56,1	59,7	68,2	75,0	78,4
	Método Tradicional/Folclórico	4,0	2,8	3,5	4,3	4,9	3,6	5,3	3,0	5,1	4,0	2,3	3,8	17,7	8,0	7,1	8,0	7,5	7,8
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 2052						N = 1863						N = 1511					

\* Primeiro grupo etário 18-19

continua...



País	Uso de Método	Quartil Mais Baixo						Quartil Médio						Quartil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Nicaragua 2001	Não está usando	52,0	42,9	48,4	39,3	40,8	55,9	44,3	32,0	21,0	21,7	25,6	13,0	41,6	27,5	22,9	22,8	19,2	24,7
	Método Moderno	46,2	56,8	50,3	58,9	53,4	40,0	53,8	66,9	77,8	77,2	73,1	85,1	55,1	68,4	74,3	72,2	78,7	69,5
	Método Tradicional/Folclórico	1,8	0,4	1,3	1,9	5,7	4,1	1,9	1,1	1,2	1,1	1,3	1,9	3,4	4,0	2,8	5,0	2,1	5,8
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1292						N = 1315						N = 1399					
Paraguai 1998	Não está usando	76,1	52,0	49,8	53,3	42,8	46,2	47,2	29,9	33,3	34,5	36,0	46,2	4,5	10,5	32,4	20,6	19,2	37,7
	Método Moderno	15,2	32,3	34,0	23,6	38,7	26,2	52,8	60,2	55,1	57,5	59,6	37,6	68,2	84,2	42,9	66,2	68,3	46,0
	Método Tradicional/Folclórico	8,7	15,9	16,3	23,2	18,5	27,4	0,0	9,3	12,2	8,0	5,6	16,1	27,3	5,4	24,5	13,3	12,5	15,9
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 860						N = 493						N = 517					
Peru 1996	Não está usando	66,1	57,6	46,5	44,8	49,4	53,9	50,7	32,7	25,4	25,5	23,4	32,7	35,6	26,2	31,0	25,6	14,8	21,0
	Método Moderno	20,7	25,1	30,5	32,2	23,7	18,2	32,1	46,4	52,7	50,0	44,8	39,0	46,7	56,2	53,3	51,2	60,7	51,4
	Método Tradicional/Folclórico	13,2	17,3	23,0	22,9	26,9	27,9	17,1	20,9	21,9	24,5	31,8	28,3	17,8	17,6	15,6	23,2	24,5	27,5
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 2886						N = 3356						N = 2617					
Rep. Dominicana 1996	Não está usando	64,6	64,5	44,4	27,2	28,7	35,8	59,4	51,2	33,5	29,1	24,2	23,8	62,5	55,4	36,4	30,8	18,6	23,4
	Método Moderno	26,8	30,0	52,9	70,9	67,6	63,2	31,3	39,4	62,0	64,5	73,2	74,3	37,5	39,3	58,8	60,3	78,6	72,2
	Método Tradicional/Folclórico	8,7	5,5	2,7	2,0	3,7	0,9	9,4	9,4	4,5	6,4	2,6	2,0	0,0	5,4	4,8	8,9	2,8	4,4
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 907						N = 956						N = 836					

fim.

## c) Terceiro Período:

País	Uso de Método	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Brasil 2006	Não está usando	34,3	26,2	24,1	19,3	17,9	13,2	38,1	20,3	15,3	14,3	8,5	19,0	24,0	20,6	28,4	9,8	11,1	8,1
	Método Moderno	63,6	70,6	73,6	78,2	79,9	81,7	57,7	79,4	81,1	81,8	90,4	76,4	76,0	76,3	70,2	84,7	82,8	86,8
	Método	1,8	2,9	2,3	2,6	1,9	4,7	3,8	0,4	3,6	3,9	1,1	4,6	0,0	1,0	0,9	4,1	5,1	5,2
	Outros	0,0	0,2	0,0	0,3	0,4	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,5	1,4	1,0	0,0
		N = 1906						N = 1727						N = 1477					
Colômbia 2010	Não está usando	48,7	34,5	22,1	20,4	17,1	18,9	37,4	26,9	21,5	16,2	14,4	14,8	38,0	23,4	22,2	16,9	18,6	15,1
	Método Moderno	45,8	57,6	69,3	75,8	77,2	72,4	58,5	68,0	73,9	77,0	78,9	75,1	60,0	73,0	73,4	77,4	76,4	79,0
	Método	5,5	7,9	8,7	3,8	5,7	8,8	4,1	5,1	4,7	6,8	6,6	10,1	2,0	3,6	4,4	5,6	5,0	5,9
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 4542						N = 4808						N = 3759					
El Salvador 2008	Não está usando	51,1	39,6	30,8	28,0	31,7	36,8	48,0	34,5	25,3	21,4	23,0	22,6	33,3	23,5	29,2	18,9	20,8	14,6
	Método Moderno	47,1	58,1	64,1	68,5	62,5	61,8	47,1	58,0	69,5	69,4	68,4	71,1	53,2	68,7	63,8	73,4	71,9	77,7
	Método	1,7	2,2	4,7	3,9	5,6	1,3	5,3	7,5	5,2	9,2	8,2	5,9	14,5	7,3	6,9	7,5	7,3	7,6
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1681						N = 1668						N = 1369					
Nicaragua 2011	Não está usando	30,4	24,1	15,5	20,1	17,6	31,8	33,6	22,8	17,5	18,7	16,3	16,0	30,2	15,6	16,0	15,6	13,3	8,0
	Método Moderno	67,6	74,2	82,1	78,7	77,7	65,4	65,8	74,6	81,0	77,2	80,1	79,1	69,8	78,4	80,7	80,0	80,9	89,7
	Método	2,1	1,7	2,4	1,1	4,4	2,7	0,5	2,3	1,5	4,1	3,6	4,9	0,0	6,1	2,1	4,4	5,8	2,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0
		N = 2319						N = 2330						N = 1889					

continua...

País	Uso de Método	Quintil Mais Baixo						Quintil Médio						Quintil Mais Alto					
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
Paraguai 2008	Não está usando	27,0	17,5	16,7	14,4	15,8	29,7	16,0	19,4	10,7	15,7	15,4	19,6	33,3	17,1	22,9	20,0	13,3	25,5
	Método Moderno	66,3	76,3	73,9	76,2	67,3	49,7	78,0	70,2	79,0	73,7	69,8	67,5	66,7	71,4	68,3	69,0	76,0	64,3
	Método	7,9	6,1	9,3	8,8	17,0	21,1	6,0	9,9	10,3	10,5	14,7	12,9	0,0	11,6	8,4	10,9	10,3	10,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 1036						N = 1028						N = 847					
Peru 2012	Não está usando	36,7	29,8	24,7	18,3	22,5	22,6	38,1	22,6	18,1	19,6	16,2	22,0	21,7	20,7	23,0	19,6	24,2	21,6
	Método Moderno	42,6	45,3	44,5	48,0	41,9	38,9	51,4	55,9	58,5	52,8	57,4	46,3	78,3	68,3	56,4	64,1	61,7	58,7
	Método	20,7	24,8	30,7	33,7	35,6	38,5	10,5	21,5	23,4	27,5	26,4	31,7	0,0	11,0	20,6	16,3	14,2	19,6
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 2170						N = 2621						N = 1941					
Rep. Dominicana 2013	Não está usando	42,7	45,5	27,0	30,5	20,8	20,0	45,6	55,9	33,5	19,9	19,2	31,2	33,3	33,8	24,6	32,0	18,3	20,1
	Método Moderno	54,7	54,0	68,7	67,5	75,4	78,9	54,4	42,0	63,8	78,0	77,3	68,1	62,5	58,8	63,8	63,1	79,3	77,5
	Método	2,6	0,5	4,3	2,0	3,8	1,1	0,0	2,1	2,7	2,2	3,5	0,7	4,2	7,5	11,6	4,9	2,4	2,4
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		N = 867						N = 903						N = 821					

Fonte: Pesquisas DHS e RHS (Ver Anexo I).